RBS
The Royal Bank of Scotland Group

Relatório e Contas Anuais 2008

RBS

rbs.com

Relatório e Contas Anuais 2008

Índice

02	Mensagem do presidente
04	Análise do Group Chief Executive
	Análise por divisão
07	Global Banking & Markets
09	Global Transaction Services
10	UK Retail & Commercial Banking
13	US Retail & Commercial Banking
14	Europe & Middle East Retail & Commercial Banking
15	Asia Retail & Commercial Banking
16	RBS Insurance
	Responsabilidade empresarial
18	A nossa abordagem
18	Progresso em relação às prioridades em 2008
19	Investimento na educação financeira
20	Apoio aos clientes empresariais
21	Apoio aos clientes particulares
21	Ambiente
	Relatório e Contas
23	Análise por actividade
145	Governo da empresa
171	Demonstrações financeiras
267	Informações complementares
285	Informações aos accionistas

Principais indicadores financeiros 2008

Pro forma

Lucro subjacente (1)	£80 Milhões
Perda atribuível a accionistas ordinários (2)	£7.9 Biliões
Total de proveitos (3)	£26.9 Biliões
Perdas por imparidade (4)	£7.0 Biliões
Perdas no mercado de crédito (5)	£7.8 Biliões
Abatimento do goodwill e de outros activos intangíveis (6)	£16.2 Biliões
Rácio de capital total	14.2%
Rácio de capital Core Tier 1 (7)	7.0%
Rácio de capital Tier 1	9.9%
Perda básica por acção ordinária (8)	(61.0p)

Oficiais

Perdas antes de impostos	£40.7 Biliões
Perda atribuível a accionistas ordinários	£24.1 Biliões
Perda básica por acção ordinária	(145.7p)
Core Tier 1 capital ratio	6.8%

Os principais indicadores financeiros *pro forma* acima são baseados nos resultados *pro forma* para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008 e incluem apenas as unidades de negócios do ABN AMRO Holding N.V. que serão mantidos pelo Grupo. Os resultados oficiais são apresentados nas páginas 177 a 266..

Notas:
(1) Lucro antes de impostos, abatimentos do mercado de crédito e itens únicos, perdas por imparidade em activos reclassificados, amortização de intangíveis comprados, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação e parte nos activos partilhados do ABN AMRO.
(2) Antes de abatimento de goodwill e de outros activos intangíveis, líquido de imposto.
(3) Excluindo abatimentos de mercado de crédito e itens únicos e parte nos activos partilhados.
(4) Excluindo perdas por imparidade em activos reclassificados.
(5) Líquido de cobertura de CDS.
(6) Líquido de imposto
(7) Ajustado para a conversão de acções preferenciais em acções ordinárias.
(8) A perda por acção ordinária baseia-se na premissa que a emissão de direitos de subscrição e emissão de capitalização estavam concluídas em 1 de Janeiro de 2008.

Mensagem do presidente

A minha primeira alocução como Presidente segue-se a um período excepcionalmente difícil na história do The Royal Bank of Scotland Group. Os últimos 12 meses foram dolorosos para os nossos accionistas e colaboradores e, por vezes, pondo à prova os nossos clientes.

Devemos a nossa continuada independência ao governo e contribuintes do Reino Unido e estamos muito agradecidos pelo seu apoio. O ambiente externo viu uma turbulência sem precedentes nos mercados bancário e financeiro e as umas condições económicas em deterioração por todo o mundo. Os nossos decepcionantes resultados financeiros reflectem estas circunstâncias e a nossa exposição a elas.

Apesar disso, acredito fortemente que o RBS pode voltar a ter sucesso. Tenho o privilégio de me ter sido dada a oportunidade de presidir ao Grupo. Ele continua a ser uma empresa verdadeiramente internacional com muitos negócios excelentes. As nossas raízes podem estar na Escócia e o nosso maior mercado no Reino Unido, mas também empregamos 10.000 pessoas na Índia, desfrutamos de posições fortes na ilha da Irlanda através do Ulster Bank e nossos mercados dos Estados Unidos através do Citizens. Os negócios Global Markets são exactamente isso: globais. Eles continuarão a operar nos principais centros financeiros, apoiando os nossos clientes empresariais, institucionais e do sector financeiro por todo o mundo. A natureza internacional do Grupo reflecte-se pelo facto de, durante o ano de 2008, termos sido capazes de beneficiar do apoio de liquidez fornecido pelos bancos centrais em diferentes jurisdições.

Com muito trabalho, determinação e vontade em tomar decisões difíceis, temos as pessoas e as capacidades para permitir a recuperação do Grupo. Podemos torná-lo num investimento rentável, uma empresa cidadã modelo em todos os países em que opera e um excelente local para trabalhar.

Justificação do apoio dos nossos accionistas

Durante 2008, por duas vezes o Grupo procurou capital adicional dos accionistas para lhe permitir resistir ao ambiente muito difícil e para atingir os rácios de capital mais elevados que os mercados agora exigem. Na segunda ocasião, o aumento de capital foi subscrito pelo governo do Reino Unido que, em Novembro, se tornou no accionista maioritário do Grupo.

O governo do Reino Unido quer que o RBS opere numa base comercial e pretende agir como um accionista comercial normal, que venderá os seus interesses no RBS e outros bancos no primeiro momento mais atractivo. Os nossos interesses são coincidentes. Estamos a trabalhar para restaurar o desempenho financeiro do Grupo, de modo a nos permitir reembolsar o contribuinte britânico logo que seja praticável.

Uma inevitável, mas lamentável consequência dos sucessivos aumentos de capital, foi a diluição dos interesses dos accionistas existentes. O meu antecessor, Sir Tom McKillop, pediu desculpas aos accionistas pelo impacto que neles teve a erosão dos seus investimentos, um sentimento que de eu faço eco. Aqueles de entre nós encarregados em liderar o RBS estão empenhados em implementar as medidas que nos permitirão restaurar o Grupo numa saúde financeira independente no interesse de todos os accionistas.

Em 2009, não é apropriado pagar qualquer dividendo pelas acções ordinárias. No entanto, o Conselho de Administração está plenamente consciente que os dividendos são uma parte extremamente importante do retorno e rendimento do accionista. É intenção do Conselho, com o tempo, voltar a pagar dividendos, tendo em consideração a posição de capital do Grupo, ganhos retidos e perspectivas. Para esse fim, estamos contentes com o facto da proibição existente de pagamento de dividendos sobre acções ordinárias ir ser removida quando as acções preferenciais detidas pelo UKFI forem resgatadas.

Mudança da maneira de trabalhar

Para alcançar os objectivos, a sociedade precisa de alterar não apenas o negócio que fazemos, mas o modo como fazemos o negócio. Isso inclui os nossos acordos de governo da empresa. Os administradores decidiram que um Conselho reestruturado com menos elementos será capaz de se empenhar melhor no processo de reestruturação que a sociedade empreenderá. Em resultado disso, vários Administradores não executivos demitiram-se do Conselho em Fevereiro 2009. Gostaria de agradecer a todos eles pelo seu serviços à sociedade. Em especial, gostaria de reconhecer a contribuição de Sir Tom McKillop, que presidiu ao RBS durante os tempos mais difíceis com grande dedicação e integridade.

Nomearemos outros três Administradores não executivos em devido tempo.

Os nossos colaboradores

O ano passado foi também um período de grande ansiedade e incerteza para os nossos colaboradores. Apesar disso, a sua vasta maioria contribui para um ano rentável para os seus próprios negócios e demonstraram o empeno que será necessário para fazer regressar o Grupo à boa saúde. Infelizmente, no entanto, a incerteza não terminou e muitos dos nossos colaboradores serão afectados pelos passos que teremos que tomar para restaurar a força do RBS. A minha experiência em liderar negócios durante períodos de alteração significativa ensinou-me que as pessoas são resilientes e trabalham melhor quando eles têm a certeza sobre a direcção estratégica, clareza acerca da função que lhes pediram para desempenhar e sentem-se empenhados em perseguir os objectivos partilhados. Já começámos a proporcionar certeza e clareza sobre a estratégia e estruturas de gestão. Os meus compromissos adicionais com os nossos colaboradores são o de movermos o mais rapidamente possível onde a mudança for exigida e que trabalharemos para garantir que aqueles que forem afectados serão os primeiros a saber isso.

Também temos que envolver os nossos colaboradores com uma nossa proposição laboral que estabelecerá incentivos que os premeiam por proporcionarem um sucesso sustentado e sustentável.

Alinhamento da remuneração com valor para o accionista de longo prazo

Em reconhecimento da crise nos serviços financeiros globais e as perdas sem precedentes incorridas pelo RBS Grupo em 2008, a Comissão de Remunerações do Conselho tem trabalhado para alterar de modo fundamental o modo como a remuneração funciona no Grupo. Há uma necessidade óbvia para uma mudança significativa das políticas e prática de remuneração no sector e pretendemos que o RBS se empenhe totalmente no processo necessário para a mudança.

A nossa abordagem procurou equilibrar a realidade das nossas perdas correntes a nível do Grupo com a necessidade de oferecer um pacote remuneratório competitivo para equipas e indivíduos que estão a ter um bom desempenho e de um modo que seja sustentável a longo prazo.

Os nossos clientes e comunidades

Em 2008, a maioria dos nossos negócios tiveram lucro. Isto aconteceu porque eles satisfizeram as necessidades dos clientes. Uma marca distintiva consistente do RBS foi a capacidade de trabalhar os nossos clientes e proporcionar-lhes um serviço de alta qualidade, quer sejam clientes particulares ou empresas, estejam no Reino Unido, Irlanda, Estado Unidos ou na Europa continental e Ásia. O RBS liderou frequentemente os seus homólogos nas tabelas do campeonato da qualidade de serviço.

Estamos gratos pelo apoio que os nossos clientes nos deram durante 2008, quando a sua fé em nós poderia estar, compreensivelmente, abalada, e reconhecem que os nossos planos apenas terão o sucesso se continuarmos a servi-los bem.

Em todos os países onde o RBS opera, fazemo-lo dentro de uma comunidade mais alargada. As nossas actividades afectam, e são afectadas pelos clientes, governos, fornecedores e outras partes interessadas com quem interagimos. Ao juntar-me à sociedade, foi encorajador saber que prestamos serviços bancários a mais empresas pequenas do que qualquer outro banco do Reino Unido e que o nosso programa bandeira de aconselhamento e educação financeira, MoneySense, está em vigor há muitos anos. Como empresa internacional, alargámos o MoneySense à Irlanda e Estados Unidos. Apoiamos as causas com que o nosso pessoal se preocupa e investe para melhorar a capacidade da comunidade em gerar riqueza. Estes programas são mais importantes que nunca para os desafios que estão à nossa frente.

Reconhecemos que a nossa reputação foi prejudicada pelos acontecimentos do ano passado. Tal também aconteceu à reputação da indústria bancária em muitos países em todo o mundo. Estamos determinados em reconstruir a nossa reputação e demonstrar liderança na indústria banca a este respeito, parcialmente através da nossa finalidade essencial de sucesso nos negócios, mas também pelo desempenho de um papel construtivo e responsável nas comunidades em que operamos.

Caminho a seguir

Estou confiante que podemos, devemos e vamos restaurar o RBS Grupo numa força financeira autónoma, No ano passado foi indubitavelmente duro e um ambiente económico pior significa que 2009 apresentará desafios significativos em todos os nossos mercados. O caminho para a recuperação não será suave nem rápida. Mas, construímos um certo número de pontos fortes: negócios excelentes, pessoas com talento e, acima de tudo, milhões de clientes legais em todo o mundo, que reconhecem a qualidade de serviço que fornecemos. Ao fazermos o nosso melhor por eles, em todas as nossas franquias duráveis em todo o mundo, tomaremos as acções que nos darão, de novo, retornos sustentáveis para os nossos accionistas.

Philip Hampton
Presidente

Análise do Group Chief Executive

Como é a minha primeira carta aos accionistas RBS, deveria começar pot dizer como todos estamos conscientes da responsabilidade em liderar estas instituições para tempos mais favoráveis. Nós temos uma grande importância para 40 milhões de clientes, para muitas empresas e governos em todo o mundo, para os nossos accionistas e para todos aqueles nas comunidades que servimos. Tal como muitos, estamos a enfrentar tempos difíceis. Faremos o nosso melhor para os ultrapassar, para apoiar os nossos clientes e restaurar a saúde e sucesso financeiros autónomos da RBS.

Resultados 2008

Embora fosse antecipada uma retracção, ninguém poderia ter previsto a perturbação sem precedentes do mercado e a retracção económica global que estamos agora a experimentar. Com raízes em desequilíbrios económicos em muitos países, a retracção enfraqueceu muitos deles. No entanto, isto não serve de consolação para a especial vulnerabilidade exibida pelo RBS.

Em 2008, os resultados globais do Grupo foram maus, com perdas atribuíveis, antes das imparidades de goodwill, de £7,9 mil milhões. Isto é particularmente decepcionante, visto que muitas partes do nosso negócio se portaram bem, servindo os clientes e gerando uma rentabilidade de alta qualidade. Todas as nossas Divisões deram lucro à excepção da Global Banking & Markets (GBM) e Asia Retail & Commercial Banking. Mesmo na GBM, o lucro subjacente atingiu os £10,2 mil milhões com base em desempenhos muitos fortes de vários negócios. Infelizmente, estes lucros foram mais do que anulados pelas perdas de crédito e de mercado em áreas concentradas na carteira própria do banco, crédito estruturado e exposições a contrapartes. Mais de 50% destas perdas são relativas a carteiras originadas no ABN AMRO.

Além disso, a mudança nas perspectivas de mercado e a nossa vulnerabilidade no mesmo, exigiu um abatimento de goodwill e outros intangíveis de £16,2 mil milhões relativamente às aquisições do ano anterior, muito especialmente do ABN AMRO em 2007 e Charter One nos EUA em 2004. Esta rubrica que não implica movimento de fundos tem um impacto mínimo no capital, mas sublinha o risco das aquisições se as condições económicas mudam negativamente.

De uma perspectiva de capital, os sucessivos aumentos de capital reforçaram substancialmente os rácios de capital do Grupo. As perdas registas apenas erodiram uma parte dele e o nosso rácio core Tier 1 ficou em 7,0% no final de 2008, *pro forma* para a conversão das nossas acções preferenciais, comparado com 4,0% no ano anterior. Além disso, o balanço financiado foi reduzido em £93 mil milhões, ou 17% em termos de divisa constante. Infelizmente, a extrema perturbação dos mercados impediu a redução de risco que visávamos, deixando-nos ainda com muito por fazer. Ademais, a queda da taxa de câmbio da libra esterlina inflaciona o nosso balanço internacional e isto, mas os movimentos radicais do mercado, também aumenta o valor dos nossos saldos de derivados, embora registando montantes que seriam largamente compensados segundos os US GAAP.

O RBS tem negócios fortes e tomou medidas para restaurar a sua base de capital e beneficia de um apoio claro do Governo. A nossa tarefa primária é reconstruir a força autónoma nos próximos anos.

A tarefa que enfrentamos

Estamos profundamente empenhados em concluir um plano estratégico de reestruturação para o RBS. O objectivo é corrigir os factores que nos tornaram particularmente vulneráveis à retracção e ajustar melhor os nossos negócios de modo a reflectir as mudanças no ambiente que a nossa actividade enfrenta. Embora o plano não vá estar concluído antes do segundo semestre de 2009, já tomámos muitas decisões.

Os nossos planos estratégicos demorarão três a cinco anos para serem executados, dados os ventos contrários da retracção económica. Apesar disso, esperamos fazer progressos fortes e resolutos em cada e em todos os anos.

A nossa aspiração é que o RBS volte a ser uma das principais instituições financeiras do mundo, ancorada no Reino Unido, mas servindo clientes individuais e institucionais aqui e globalmente, e fazendo-o bem. Pretendemos um estatuto de crédito autónomo de categoria AA e reconstruir o valor para o accionista, juntamente como o caminho para permitir que o governo do Reino Unido venda a sua parte.

Devemos ser conhecidos pelos nossos negócios e pelo modo como os gerimos. Queremos concentrar-nos nas nossas franquias duráveis de clientes, com posições competitivas de topo onde escolhermos competir. Os nossos negócios visarão uma rentabilidade de capitais próprios de +15% e um crescimento principalmente orgânico a taxas consistentes com os mercados em que eles operam. Os nossos negócios deverão reforçar-se uns aos outros com produtos, clientes e conhecimentos partilhados. Os nossos riscos deverão ser diversificados, bem controlados e proporcionais ao negócio e oportunidade de cliente.

No estilo da gestão queremos ser resolutos, para "fazer com que as coisas aconteçam" para os nossos clientes e, depois, para os nossos accionistas. Ancoraremos os nossos esforços numa compreensão estratégica do negócio, concentrando-nos numa rentabilidade de qualidade a longo prazo. O nosso *business mix* deve ser mais direccionados para os negócios de clientes estáveis do que eram antes. Pretendemos basear-nos menos em financiamentos por grosso voláteis e sem garantias.

Plano estratégico de reestruturação

Embarcámos numa ampla reestruturação do Grupo que encaixará as nossas actividades nos objectivos acima mencionados. Os detalhes do Plano Estratégico serão ultimados nas próximas semanas, embora possamos já anunciar o seguinte:

Criaremos uma Divisão "não essencial" do RBS durante o segundo trimestre de 2009, gerida de forma separada, mas dentro das estruturas legais existentes do Grupo e com gestão matricial para dotar as Divisões quando necessário. Esta divisão terá aproximadamente £240 mil milhões de activos de terceiros, £145 mil milhões saldos de derivados e £155 mil milhões de activos ponderados pelo risco, incluindo activos individuais, carteiras e negócios do Grupo que pretendemos esgotar ou alienar durante os próximos três a cinco anos. O cronograma específico variará em cada caso, consistente com a optimização do valor para o accionista e o risco. Aproximadamente 90% da Divisão Não Essencial consistirá em activos GBM, primariamente associados a carteiras próprias, concentrações de risco excessivas e carteiras ilíquidas de activos "originar e deter". Os restantes serão concentrações de risco, activos "*out of footprint*" e negócios mais pequenos e menos vantajosos dentro das nossas actividades de Mercados Regionais em todo o mundo..

Como parte deste esforço, a nossa representação em aproximadamente 36 dos 54 países em que operamos será significativamente reduzida ou vendida. No entanto, manter-nos-emos fortes em todos os nossos principais *hubs* existentes.

Dada a sensibilidade comercial e humana destas questões, não serão dados pormenores até aos resultados intercalares.

Os proveitos, despesas, imparidades e abatimentos associados com a Divisão Não Essencial em 2008 serão aproximadamente de £3,9 mil milhões, £1,1 mil milhões, £3,2 mil milhões e £9,2 mil milhões, respectivamente

- Paralelamente à eliminação de despesas associadas com a Divisão Não Essencial, o plano de reestruturação fará poupanças de eficiência em todo o Grupo, visando conseguir reduções projectadas em 2011 superiores a £2,5 mil milhões (16% da base de custos 2008) a taxas de câmbio constantes
  Isto envolver reengenharia e outras medidas e, lamentavelmente, a reduções na força laboral. Esta meta exclui qualquer impacto de inflação, movimentos de pagamentos de incentivos ou reduções de custo resultantes de saídas de negócios ou o impacto de novos projectos (se houver). Isto inclui £0,5 mil milhões de benefícios de integração do ABN AMRO previamente anunciados, mas não reflectivos nas despesas de 2008. Registaremos encargos únicos contra estas acções ao longo dos próximos três anos, com economias de custos projectadas que se esperam que proporcionem um "reembolso" em 1, 5 a 1,75 anos.

- Planeamos manter todas as nossas principais Divisões de negócio, pois acreditamos, com uma reestruturação intensiva, elas podem satisfazer as atractivas características de negócio acima delineadas como objectivos. Em muitos casos, a reestruturação destes negócios para atingir as nossas metas será profunda. O maior elemento da reestruturação estará no GBM. Realizar-se-á um encolhimento substancial de tamanho, produto e âmbito geográfico. Isto deixará a GBM posicionada entre os pontos fortes essenciais existentes que se mantêm no negócio de franquia cliente rentável com um risco ilíquido global significativamente menor.

- Em todo o momento, compararemos seriamente o valor para a RBS de cada um dos nossos negócios com alternativas realísticas e tomar diferentes acções, se elas se comprovarem persuasivas. O estado actual dos mercados para activos financeiros e negócios oferece pouco encorajamento imediato a esse respeito.

- Paralelamente às actividades de reestruturação dos negócios haverá mudanças substantivas na gestão e processos internos. Continuará a haver mudanças de pessoal, pois promoveremos e reafectaremos o talento interno e adicionaremos as nossas fileiras externamente.

A nossa Divisão Manufacturing realinhar-se-á com os nossos negócios de atendimento aos clientes. Os negócios terão objectivos de rentabilidades de *bottom-line*, capitais próprios alocados, balanço e financiamento mais claros. Embora procuremos o lucro, haverá uma concentração nos ganhos de qualidade e sustentabilidade, orientados por planos estratégicos, para garantir o alinhamento dos nossos negócios com seus mercados e as suas metas de risco. A avaliação das pessoas e os incentivos satisfarão os níveis de boas práticas para suportar a missão revista da sociedade. Isto será sublinhado por um conjunto completo de constrangimentos de risco e financiamento, incluindo limites de concentrações.

Este programa importante de mudança já começou. Efectuar isto, ao mesmo tempo que continuamos o nosso negócio normal em mercados difíceis testará a nossa capacidade de gestão. Esperamos ter sucesso globalmente, embora, inevitavelmente, haverá contrariedades e serão cometidos erros pelo caminho. Mas não há alternativa. O RBS deve mudar profundamente. Se o fizermos, a força, qualidade e poder que já estão presentes nos nossos negócios em todo o mundo, brilharão de novo.

Perspectivas
Fazer quaisquer previsões é perigoso, para além da expectativa de que 2009 será um ano muito difícil para a economia mundial. O RBS, em comum todos os bancos, verá alguma erosão nos níveis de proveitos subjacentes como resultado de uma actividade de baixa de negócios e baixas taxas de juro que diminuem as margens de poupança, enquanto os custos de crédito sobem, provavelmente, bruscamente. Esperamos que os mercados estejam menos perturbados do que em 2008, com menos abatimentos associados, mas o tempo o dirá. De facto, 2009 começou bem em termos nos nossos negócios.

Confirmamos a nossa participação prevista no Esquema de Protecção de Activos (ASP) do Tesouro britânico. Isto será sujeito a aprovação pelos accionistas. Serão disponibilizadas mais informações logo que for possível.

Apesar destas perspectivas exigentes, os nossos negócios em todo o mundo estão inerentemente bem e totalmente empenhados num desempenho sustentável e robusto conforme o ambiente o permite. E a reestruturação estratégica em que embarcámos verá novos níveis de actividade concebidos para reposicionar o RBS com sucesso.

Acredito que o RBS pode voltar a ser visto como uma das principais instituições financeiras do mundo. Os meus agradecimentos especiais vão para todos os meus colegas em todo mundo que servem os nossos clientes diariamente e que redobram os seus esforços para fazer avançar de novo o RBS.

Stephen Hester
Group Chief Executive

As nossas prioridades

A nossa aspiração

O RBS deve voltar a ser uma das principais instituições financeiras do mundo, ancorada no Reino Unido, mas servindo clientes particulares e institucionais aqui e globalmente, e fazendo-o bem.

Os nossos objectivos
Alcançar um estatuto de crédito autónomo de categoria AA

Reconstruir o valor para o accionista, ao mesmo tempo que se permite que o governo do Reino Unido venda a parte

Os nossos objectivos
Alcançar um estatuto de crédito autónomo de categoria AA

Reconstruir o valor para o accionista, ao mesmo tempo que se permite que o governo do Reino Unido venda a parte

Atingiremos os nossos objectivos
Concentrando as nossas actividades servindo as franquias de clientes duráveis, com posições competitivas de topo onde escolhermos competir

Visando uma rentabilidade de capitais próprios +15% nos nossos negócios

Alcançando um crescimento principalmente orgânico a taxas consistentes com os mercados em que os nossos negócios operam

Usando proporcionalmente o nosso balanço, financiamento e risco

Tendo negócios que se reforçam uns aos outros com produtos, clientes e conhecimentos partilhados

A nossa abordagem implicará
Um estilo de gestão resoluto

"Fazer com que as coisas aconteçam" para os nossos clientes e, a seguir, para os nossos accionistas

Uma compreensão estratégica dos nossos negócios e um enfoque numa rentabilidade de qualidade e longo prazo

Um *business mix* mais dirigido do que antes para os negócios de clientes estáveis.

Procurar basear-se menos num financiamento por grosso volátil e sem garantias

Análise por divisão

Global Banking & Markets

Global Banking & Markets é um importante parceiro bancário para as maiores empresas e instituições financeiras em todo o mundo, prestando uma extensa gama de serviços de financiamento de dívida e por acções, gestão de risco e de investimento aos seus clientes.

Em 2008, a divisão foi organizada por quatro linhas principais de negócio: taxas, divisas e matérias-primas, incluindo RBS Sempra Commodities LLP, a *joint venture* de comercialização de matérias-primas entre o RBS e Sempra Energy que foi constituída em 1 de Abril de 2008; acções; mercados de créditos; e gestão de activos e carteiras.

O maus resultados registados pela GBM em 2008, não deve permitir disfarçar o facto de que muitos negócios produziram bons desempenhos, mais notavelmente em taxas e divisas, e que as actividades que apoiam directamente as nossas relações com os clientes proporcionam uma plataforma para o regresso a uma rentabilidade sustentável.

O total de proveitos antes de abatimentos de mercado de crédito e itens não habituais foi de £10.214 milhões, menos 6% em relação a 2007. Para além das perdas em exposições de mercado de crédito previamente identificadas de £7.781 milhões, a GBM incorreu em abatimentos de negociação de activos de £5.776 milhões. Embora os custos directos tenham sido cortados em 18%, conforme fomos tomando medidas para enfrentar os desafios colocados ao negócio, as imparidades de crédito subiram rapidamente. As perdas operacionais do exercício foram de £10.994 milhões. Numa base indicativa, a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) da GBM foi -35%.

Estas perdas ocorreram em partes relativamente estreitas do negócio, concentradas na carteira própria, crédito estruturado e exposição a contraparte. Mais de 50% das perdas são relativas às carteiras originárias do ABN AMRO.

Apesar dos números decepcionantes e das dificuldades encontradas em linhas individuais de negócios, a volatilidade do mercado proporcionou oportunidades,

Os negócios de taxas e divisas alcançaram um desempenho particularmente forte, com elevados volumes de actividade de cliente e *flow trading* resultando em 40% de aumento em proveitos de negociação de juros para £3.543 milhões e 55% de crescimento em proveitos cambiais para £1.697 milhões. A *joint venture* Sempra Commodities teve um bom desempenho nos nove meses após a sua formação, com os proveitos de matérias-primas do GBM a atingirem £778 milhões no exercício.

As acções reduziram o fluxo de clientes e abatimentos nas posições de negociação conforme os mercados deterioraram rapidamente. Os mercados de créditos alcançaram alguns sucessos em acordarem o financiamento de dívida, mas mantiveram-se gravemente afectados pela perturbação do mercado.

A tarefa que a GBM enfrente é reconstruir um negócio em que o lucro seja sustentável. Começamos com uma base muita fácil de fortes proveitos subjacentes. Além disso, desfrutamos de um lugar nos cinco primeiros em cinco rankings globais em crédito às empresas, taxas de câmbio, matérias-primas, taxas de juros e opções. Os nossos problemas emergiram em grande medida na negociação de produtos de crédito estruturados e assumindo um risco de subscrição com prazos significativamente mais longos. Ao fazer isso, desviámo-nos do modelo que, originalmente, nos trouxe sucesso: concentrarmo-nos das necessidades dos nossos clientes e negociar em mercado apenas para os apoiar. Em resultado disto, o nosso balanço cresceu de um modo que adicionou risco sem as rentabilidades correspondentes.

Análise estratégica

No seguimento da análise, a GBM pretende focalizar-se no seu negócio em redor do seu conjunto nuclear de clientes empresariais e institucionais em todo o mundo. Estes clientes são globais por natureza e são utilizadores multiprodutos. A GBM disponibilizará capital e recursos em suporte da sua base de clientes e continuará e acordar e distribuir crédito (empréstimos e obrigações) e construir uma vantagem competitiva sustentada das suas actividades essenciais de financiamento, gestão de risco e produtos de investimento e *flow trading*.

O RBS está a renovar o seu compromisso em áreas de produtos onde a GBM tem posições competitivas de líder de mercado nas suas actividades de originação centrada no cliente, assessoria e negociação. Ela tem posições de mercado fortes em empréstimos, obrigações, divisas, taxas, matérias-primas e títulos e orientará estes negócios, reestruturados se necessário, de um modo focalizado em redor as necessidades dos clientes. A GBM descontinuará todas as actividades de negociação de carteira própria ilíquida e negociação de correlação nos mercados de acções e de crédito. Ela reduzirá drasticamente a escala da sua actividade em imobiliário estruturado, *leveraged finance* e *project finance*, e sairá inteiramente do empréstimo nestas áreas. Todos os negócios, e nomeadamente os negócios de financiamento garantido por activos da GBM, serão gerido segundo estritas orientações de capital.

Globalmente, a intenção é para a GBM se mover crescentemente para um modelo radial. O risco será gerido a partir de centros regionais. Pretende-se que a distribuição e cobertura seja prestada através de uma mistura de países centrais e uma presença reduzida em escala em algumas sucursais locais. A finalidade, com o tempo, será a redução de muita da actividade de negociação *on-shore* fora dos principais centros financeiros.

Os activos, produtos e zonas geográficas que se adeqúem a nova proposta orientada para o cliente da GBM serão definidos como essenciais e manter-se-ão na divisão. Os activos, linhas de negócio e algumas zonas geográficas não essenciais serão transferidos para a nova Non-Core Bank. Estas actividades não essenciais contabilizavam cerca de £205 mil milhões de activos de terceiros no final de 2008.

Nada disto será fácil. O difícil ambiente económico em todo o mundo fará de 2009 um ano difícil. No entanto, estamos certos que no núcleo da GBM reside uma excelente franquia que pode dar uma rentabilidade duradoira ao Grupo.

Global Transaction Services

A Global Transaction Services (GTS) classificou-se entre os cinco primeiros fornecedores de serviços de transacções globais em 2008, oferecendo pagamentos globais, gestão de caixa e liquidez, bem como financiamento do comércio, produtos e serviços de aquisições comerciais (*merchant acquiring*) e cartões comerciais no Reino Unido e internacionais. Inclui as actividades de transmissão monetárias empresariais do Grupo no Reino Unido e nos Estados Unidos.

GTS teve um forte ano. Os proveitos cresceram em 12% para £2.472 milhões, sendo a taxa de crescimento mantida no segundo semestre do ano, apesar das difíceis condições de mercado. As despesas directas foram 9% mais elevadas, em £594 milhões, principalmente como resultado do investimento na franquia para suportar o crescimento. O lucro operacional aumentou em 12% para £1.339 milhões. Numa base indicativa, o ROE da GTS foi de 60%.

O crescimento foi impulsionado por um forte desempenho em gestão de caixa, que fornece aos clientes gestão de liquidez e serviços de pagamentos internacionais e domésticos. Os proveitos subiram 9% durante o exercício para £1.514 milhões, com um bom crescimento nos mercados de gestão de caixa internacionais e um crescimento mais firme nos mercados domésticos do Reino Unido e EUA. A Divisão teve sucesso durante o ano em ganhar novos mandatos de gestão de caixa internacionais de clientes existentes do RBS Grupo devido à força da nossa plataforma e rede de pagamentos internacionais.

O financiamento de comércio executa e aconselha financiamentos relacionados com comércio e requisitos de risco. Foram feitos progressos significativos, com os proveitos a continuarem a crescer fortemente durante o ano, em 57% em 2007. A GTS melhorou substancialmente a sua penetração do mercado Ásia Pacífico, aumentando os proveitos do financiamento do comércio na região em 74%, e expandiu as suas actividades de financiamento de cadeia de abastecimento com um conjunto de produtos melhorados.

Os serviços de para operadores comerciais e cartões comerciais oferecem aos clientes uma larga gama de soluções de emissão de cartões e de aquisição, em produtos e serviços. Eles tiveram um aumento de 6% nos proveitos, para 694 milhões. Os volumes de aquisição subiram 23% no ano impulsionados por um bom crescimento de volume *on-line*, embora a menor confiança dos consumidores na última parte do ano significa que os valores de transacções médios diminuíram, abrandando o crescimento dos proveitos. Os proveitos dos cartões comerciais cresceram em 16%.

A GTS manteve a sua quota de mercado e está classificada em quinto lugar no mundo em banca de transacções tanto em termos de proveitos, a taxas de câmbio constantes, como de redes. No Reino Unido, é o número um para o CHAPS, processamento de cheques e transmissões BACS. Os serviços de aquisições racionalizados mantiveram o primeiro lugar no mercado do Reino Unido, processando mais de um em três de todas as transacções com cartões.

O negócio GTS explora com sucesso as economias de escala e âmbito. Em escala:

- A Gestão de Caixa Internacional processa acima de mil milhões de pagamentos e cobranças anualmente;
- A Gestão de Caixa Doméstico processa três mil milhões de transacções BACS no Reino Unido em cada ano;
- O Financiamento de Comércio processa 1,1 milhões de cobranças e cartas de crédito anualmente; e
- os nossos negócios de cartões processa seis mil milhões de transacções por ano e vale £233 biliões, tendo um pico de aproximadamente 500 transacções por segundo

Em âmbito, a GTS é uma parte integral da oferta da GBM e dos nossos negócios comerciais e empresariais regionais que, por sua vez, apresentam clientes ao GTS.
.

Análise estratégica
A GTS mantém-se num negócio estrategicamente atractivo para o RBS, proporcionando um importante capital de exploração e soluções de pagamento para os clientes do Grupo e o âmbito fundamental mantêm-se na venda cruzada de serviços de transacções globais aos nossos clientes empresariais e instituições financeiras, particularmente aqueles no Reino Unido. A GTS planeia dimensionar correctamente a sua rede global consistente com o desenvolvimento da Europa como sua base nuclear, mantendo a capacidade d continuar a servir local e globalmente todos os clientes multinacionais que estão no centro da proposta GBM, enquanto conserva, sempre, os níveis de serviço durante o tempo de mudança. O negócio também planeia aumentar a eficiência através do desenvolvimento de um modelo de funcionamento de *front* e *back-office* com custos mais baixos e explorar *joint ventures* para o crescimento e alienações selectivas.

Embora o ano que se apresenta vá colocar muitos desafios, pois o abrandamento do crescimento global afectas os fluxos de negócios e os volumes de transacções, a GTS mantêm-se um componente atractivo da carteira do Grupo para o futuro.

UK Retail & Commercial Banking

A UK Retail & Commercial Banking (RBS UK) inclui a banca de retalho, empresarial e comercial e os serviços de gestão de riqueza. Ela opera através de vários canais, incluindo *on-line* e telefone fixo e móvel, e através de duas das maiores redes de balcões e ATM no Reino Unido.

No mercado de retalho, o RBS UK serve mais de 15 milhões de clientes particulares através das marcas RBS e NatWest. Ele oferece uma gama completa de produtos bancários e serviços financeiros relacionados, incluindo hipotecas, produtos de *bancassurance*, contas de depósito e cartões de crédito e de débito.

A RBS UK tem uma quota de mercado líder em todos os sectores de negócio, comercial e empresarial. Através da sua rede de gestões de relações, ela distribui uma gama completa de serviços de banca, financeiros e de gestão de risco, incluindo ofertas de financiamento de facturas e financiamento de activos líderes de mercados.

O ramo de gestão de risco do Reino Unido oferece uma banca privada e serviços de investimento de alta qualidade através das marcas Coutts, Adam & Empresa, RBS International e NatWest Offshore.

Os resultados do exercício reflectem um segundo semestre mais fraco com condições económicas em rápida deterioração no Reino Unido. Os proveitos totais cresceram modestamente em 2% sobre 2007, para £10.814 milhões. Um assunto consistente em todos os negócios foi a fraqueza dos proveitos não provenientes de juros, que desceram 5%, reflectindo, geralmente, uma procura mais baixa de uma gama de produtos. As despesas directas aumentaram em 6% para £3.171 milhões e as perdas por imparidades em 44% para £1.964 milhões, com uma marcada deterioração no segundo semestre do ano. O lucro operacional declinou em 18% para £3.283 milhões. O ROE indicativo da UK Retail & Commercial Banking foi 18%.

UK Retail Banking
O total de proveitos manteve-se inalterado no exercício com £6.794 milhões. As despesas directas subiram modestamente, em 1% para £1.832 milhões. As imparidades desceram em 8% para £1.281 milhões. O lucro operacional declinou em 12% para £1.764 milhões.

Num ambiente difícil, a Retail Banking apoiou os clientes mantendo a disponibilidade em emprestar, enquanto geria o risco.

- A Banca de Negócios continuou a crescer, mantendo a liderança do mercado com uma quota de 26%. Os empréstimos e adiantamentos a pequenas empresas subiram 7%, apesar de uma significativa contracção na procura.

- Os saldos hipotecários, a 31 de Dezembro de 2008, eram 11% mais elevados do que no ano anterior, perante uma procura mais baixa no segundo semestre do ano. A quota de mercado do crédito hipotecário aumentou para 19% de 2% no fim de 2007.

Foram tomadas várias iniciativas específicas para ajudar os clientes a lidar com os efeitos da turbulência dos mercados e a recessão.

- Sob a Mortgage Repossession Initiative, o RBS alargou as opções para clientes incapazes de cumprir com os seus pagamentos de créditos hipotecários, no seguimento de uma mudança de circunstância, como perder o emprego, ao permitir uma maior flexibilidade acordando pagamentos reduzidos por um certo período ou suspensão de pagamentos durante um prazo curto.

- Como parte do nosso Help Me Programme, nós identificamos proactivamente os clientes que mostram sinais de stress financeiro, permitindo-nos contactar os clientes para oferecer aconselhamento e soluções para os ajudar a gerir o seu dinheiro. Continuamos a melhorar os nossos sistemas e processos para obter uma melhor percepção do comportamento dos nossos clientes e garantir que oferecemos a solução apropriada, no tempo certo e através do canal certo para cada clientes.

- Prestar, especificamente, aconselhamento aos clientes e outras partes interessadas acerca das suas finanças pessoas. O ano de 2008 assistiu a uma alargamento do nosso já bem conhecido e antigo programa MoneySense. Foram introduzidos 1.000 conselheiros MoneySense nos balcões NatWest e RBS, tendo todos recebido formação acreditada pela organização independente Consumer Credit Counselling Service.

Também foram tomadas medidas para assistir os clientes de Banca de Negócios durante este período de contracção.

- Sob a nossa Promessa de Preço para os clientes das pequenas empresas, nós comprometemo-nos em não aumentar:
  - as margens sobre descobertos de clientes existentes na revisão da facilidade se não houver alteração nos seus perfis de risco; e
  - comissões standard pelos descobertos acordados.

- A facilidade de Descoberto Acordado proporciona aos clientes a garantia de que a sua facilidade manter-se-á em vigor no prazo acordado, habitualmente, 12 meses.

- Business Lifeline é uma fonte de conselhos e informação que complementa o trabalho dos gestores de relação. Aberta das 8 às 20 horas, de Segunda a Sexta-feira, a *help desk* por telefone permite que os clientes falem directamente com bancários experientes.

- Quase 700.000 clientes de Banca de Negócios receberam um guia para apoiá-los através desta crise, cobrindo tópicos como a gestão dos fluxos de caixa e repartir o risco e um directório de fontes de conselhos e informação.

A franquia Retail Banking exibe um certo número de pontos fortes que a posiciona bem para o longo prazo. As marcas RBS e NatWest gozam de uma reputação de excelência no serviço a clientes. No último ano, de acordo com uma pesquisa líder independente, o RBS manteve uma posição de topo e o NatWest estava agora em segundo *ex-aequo* em satisfação de clientes entre muitos bancos em centros urbanos importantes. O está sem segundo lugar em temos de quota de mercado no mercado crítico de contas correntes e segura regularmente a maior quota de contas-correntes abertas por estudantes universitário do primeiro ano. Exemplos para 2008 que ilustram a força da franquia incluem:

- as poupanças pessoais cresceram 9% e os depósitos comerciais em 3%, apesar da maior concorrência e de um mercado em abrandamento para depósitos; e
- RBS e NatWest atraíram mais de um milhão de novas contas-correntes no exercício.

UK Corporate & Commercial Banking

Os proveitos totais aumentaram 5% para £3.161 milhões, com o crescimento a abrandar no segundo semestre do ano à medida que economia se deteriorava. As despesas directas aumentaram 13% para £1.015 milhões, principalmente como resultado de uma subida de 26% na depreciação de locações operacionais para £401 milhões, reflectindo tanto os maiores volumes como os valores residuais inferiores ao esperado no negócio do veículo leasing Lombard. Excluindo este item, as despesas directas aumentaram 6% para £614 milhões, pois foram recrutados gestores de relações adicionais. As perdas por imparidade aumentaram do nível baixo histórico de 2007, em 273% para £671 milhões. O lucro operacional caiu 30% para £1.116 milhões.

O apoio aos clientes é visível no crescimento de 18% em empréstimos e adiantamentos médios. Os saldos médios dos depósitos aumentaram 3%, apesar da volatilidade e de uma forte concorrência nesse mercado.

O RBS goza de posições de liderança nos mercados empresariais e comerciais. A satisfação dos clientes no sector empresarial é forte e aumento em 2008 em relação a 2007, tanto globalmente como na área-chave da qualidade dos gestores de relações. Quase 19 de 20 clientes inquiridos disseram que aconselhariam o RBS a outros negócios. Estas são as fortes fundações com as quais se constrói uma rentabilidade duradoura.

UK Wealth

Os proveitos totais cresceram robustamente, em 9% para £859 milhões. As despesas directas aumentaram 13% para £324 milhões. Este número incluiu itens de provisões de custos isoladas resultante das condições económicas. O lucro operacional aumentou 5% para £403 milhões.

A UK Wealth gera ganhos tanto em banca privada como em serviços de investimentos. Esta base de proveitos equilibrada permitiu-lhe manter um robusto crescimento orgânico, apesar as condições de mercado. A Coutts & Co teve um desempenho particularmente bom, com uma subida na contribuição de 15%.

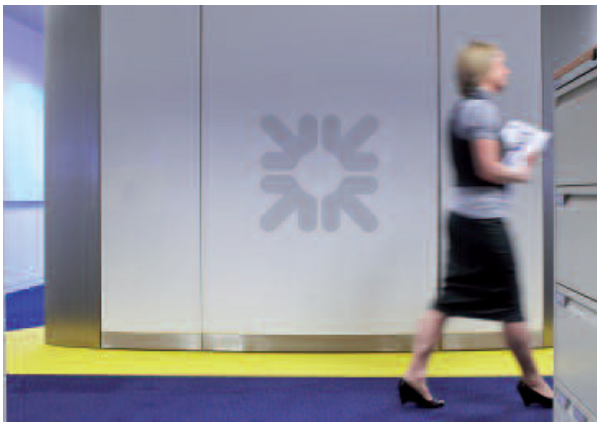
Os nossos negócios UK Wealth têm marcas fortes e estão bem posicionados nos seus mercados. A Adam & Empresa é número um na Escócia, com o RBS International também número um nas Ilhas do Canal e na Ilha de Man. Coutts & Co é número dois no Reino Unido. Para além das suas contribuições nos lucros, elas geram depósitos para o Grupo. Acreditamos que existem oportunidades atractivas para um desenvolvimentos mais sustentável e rentável nos negócios UK Wealth, construídos sobre estes pontos existentes.

Análise estratégica

UK Retail and Commercial Banking mantém uma franquia extremamente forte e representa o núcleo do RBS Grupo. No entanto, o ambiente externo nos próximos anos apresentará desafios significativos com pressão sobre os proveitos como resultado de taxas de juro muito baixas, menor proveito de comissões e custos por imparidades, que ainda aumentará mais, muito provavelmente.

Os planos de negócios devem responder a este ambiente reduzindo custos e aumentando a produtividade através do investimento em canais de serviços on-line, automatização das actividades e redesenhando os processos de extremo a extremo. Os negócios dimensionarão à medida o custo de serviço para os diferentes segmentos de clientes de um modo mais aproximado ao valor que eles geram.

A gestão de fortunas mantém-se uma forte oportunidade de crescimento e os planos de negócios devem perseguir uma abordagem mais consolidada ao mercado com uma maior coordenação através de várias marcas com que ela correntemente enfrenta o mercado, enquanto investe em Gestores de Relações adicionais e funcionalidade da plataforma.



A Divisão perseguirá o crescimento de mercado acima mencionado em depósitos de clientes para melhorar a sua contribuição de financiamento do Grupo e diversificará o seu crédito a clientes, reduzindo a sua exposição ao imobiliário comercial.

US Retail & Commercial Banking

US Retail & Commercial Banking presta serviços financeiros, primariamente, através das marcas Citizens e Charter One.

O Citizens está envolvido em actividades de banca de retalho e empresarial através da sua rede de balcões em 13 estados dos Estados Unidos e através de unidades não balcões em outros estados. O Citizens estava classificado como a décima maior organização bancária comercial dos Estados Unidos baseada em depósitos em 30 de Setembro de 2008 e é um banco de topo nos mercados de Nova Inglaterra e Mid Atlantic.

Num ano de turbulência de mercado continuada e grave e de forte abrandamento na actividade económica, os proveitos total da Divisão manteve-se essencialmente inalterada em $5.578 milhões, um aumento de 8% em termos de esterlino para £3.010 milhões. O lucro operacional caiu 57% para $972 milhões e em 54% em termos de esterlino para £524 milhões. As despesas directas aumentaram 5% para $2.012 milhões, reflectindo que a expansão continuadas das equipas de gestão de relações da banca comercial e os abatimentos nos direitos por serviço de hipotecas e outros custos relacionados com renegociação de empréstimos e actividade de cobrança. O ROE indicativo da US Retail & Commercial Banking foi de 8%.

As imparidades crescentes foram a principal causa do declínio do lucro operacional e reflectiram um ambiente em que os preços da habitação continuou a cair e o desemprego a subir, os *spreads* de crédito aumentaram e a riqueza das famílias diminuiu. As perdas por imparidade aumentaram em 184% para $1.929 milhões, em comparação com 2007. Na carteira de garantia imobiliária (*home equity*) de fonte externa, as imparidades aumentaram em 80% para $592 milhões, embora no segundo semestre o valor de $268 milhões tenha sido inferior ao do primeiro semestre, $324 milhões. Na carteira nuclear do US Retail & Commercial, as imparidades foram 281% mais elevadas do que em 2007, em $1.337 milhões, com uma deterioração marcada no segundo semestre do ano. As dificuldades foram evidentes em todos os sectores. As taxas de perdas do Citizens foram relativamente baixas em comparação com os seus homólogos.

Os depósitos de clientes nucleares medidos desceram 5% e a divisão reduziu ainda mais a sua dependência em depósitos de corretagem em 80%, levando para um declínio global de 11% em depósitos de clientes médios. A margem de juro líquida aguentou-se firmemente, reflectindo o aumento das margens dos activos e uma cuidadosa gestão das taxas de poupança num mercado de depósitos competitivos.

A Divisão continuou a avalias as oportunidade de optimização da alocação de capital ao sair ou reduzir a exposição a segmentos de menor crescimento ou de subescala. No quarto trimestre de 2008, 18 balcões rurais na região de Adirondack de Nova Iorque foram vendidos ao Community Bank System. Foi também alcançado um acordo para vender a rede de balcões de retalho de Indiana, consistindo em 65 balcões, e as actividades da banca de negócios de Indiana e de banca regional ao Old National Bank. Estas e outras medidas também ajudarão à contenção de custos no futuro.

Um benefício da crescente volatilidade na economia foi que o negócio Commercial Markets gerou fortes proveitos pois os clientes procuraram gerir os riscos. Os proveitos provenientes de produtos de taxas de juro e de câmbio aumentaram significativamente em relação aos números de 2007, com as divisas particularmente fortes. A Divisão continuou a inovar para melhorar o serviço de clientes. O Citizens melhorou o seu Online Banking e sistema Bill Pay, dando aos clientes a capacidade de pagar facturas mais rapidamente e rastrear e

gerir pagamentos a partir de uma interface amiga do utilizador. O início de 2008 viu o lançamento do E-Z Deposit. Este serviço permite que os proprietários de negócios digitalizem os depósitos e entregar as imagens electronicamente ao banco via ligação de Internet seguro a partir das suas próprias instalações. Isto elimina a necessidade de deslocar-se ao balcão, reduzindo assim o tempo que os depósitos demoram a chegar às contas.

Análise estratégica

O Citizens tem uma franquia de banca de retalho e comercial de alta qualidade no nordeste dos Estados Unidos. A Nova Inglaterra e o Mid Atlantic são mercados bancários atractivos e o Citizens está bem posicionado neles em termos de quota de mercado e cobertura de mercados locais principais. O negócio pretende investir nesta actividade de base através de actividade de marketing aumentada e investimentos de tecnologia direccionados, enquanto reduz a actividade nos seus negócios nacionais fora da su área de cobertura em financiamento ao consumo e comercial. Esta estratégia permitirá ao Citizens tornar-se totalmente financiado a partir dos depósitos dos seus próprios clientes com o tempo e apoiará um perfil de risco baixo.

Europe & Middle East Retail & Commercial Banking

Europe & Middle East Retail & Commercial Banking inclui o Ulster Bank e os negócios combinados de retalho e comercial do Grupo na Europa e Médio Oriente.

O Ulster Bank presta uma gama completa de serviços financeiros em toda a ilha da Irlanda. O seu ramo da banca de retalho tem uma rede de balcões e opera nos sectores de particulares, comercial e gestão de fortunas, enquanto as suas operações de mercados empresariais prestam serviços nos mercados empresarial e institucional.

Em condições económicas enfraquecidas, o lucro operacional após custos de Manufacturing caiu em 85% para £70 milhões. O total de proveitos atingiu os £1.,518 milhões, um aumento de 6% em termos de esterlino, embora reflectindo uma queda de 5% quando expresso numa base de divisa constante. As despesas directas subiram 12% em termos de esterlino, embora se tenham mantido planas quando vistas numa base de divisa constante, reflectindo uma gestão disciplinada na base de custos, particularmente no segundo semestre de 2008. O principal impacto no desempenho da divisão foi um aumento significativo nas perdas por imparidade, ainda que de uma base baixa, particularmente no Ulster Bank, onde as imparidades aumentaram para £394 milhões. Isto reflecte o impacto sobre a qualidade crédito do abrandamento da economia irlandesa e i fluxo aumentado de casos no processo de gestão de dívidas problemáticas.

Os empréstimos e adiantamentos médios aos clientes aumentaram 25% em comparação com o ano anterior, ou 12% quando expresso numa base de divisa constante.

Os saldos medidos dos depósitos na divisão E&ME foram 13% superiores em termos de esterlino e, por fim, planos às taças de câmbio constantes, reflectindo o mercado altamente competitivo para recursos na Irlanda em 2008. Os fluxos de depósito no Ulster Bank foram fortes na última parte do ano e nos primeiros meses de 2009.

Mais de 119.000 contas-correntes particulares foram abertas pelo Ulster Bank em toda a ilha da Irlanda em 2008, mais de 17% em 2007. Nos Emirados Árabes Unidos, o RBS emitiu 170.000 cartões de crédito em 2008, elevando o número total em circulação acima dos 430.000.

O reconhecimento externo dos feitos da Divisão em 2008 incluiu a atribuição do KPMG Business Banking Excellence Award ao Ulster Bank pelo quarto ano consecutivo, facto sem precedentes, enquanto o RBS UAE venceu o Best Premium/Priority Banking Service Award nos 2008 Banker Middle East Product Awards.

Na Irlanda, o Ulster Bank tem sido proactivo na resposta às difíceis condições dos mercados locais e global através de um programa de iniciativas, que inclui a mudança para um estratégia de marca única sob a marca Ulster Bank. Isto verá a fusão das operações do Ulster Bank e First Active na República da Irlanda (RI) em finais de 2009. Uma série de iniciativas de gestão de custos também foi iniciada em todo o negócio.

Foram também iniciados passos para apoiar clientes através deste difícil período económico, na Irlanda. O Ulster Bank anunciou em Fevereiro 2009 que irá disponibilizar fundos significativos para o sector PME da Irlanda do Norte (IN), com uma iniciativa de apoio semelhante a ser lançada brevemente na RI. O Ulster Bank também adoptou o compromisso do Grupo em relação a certos limites de descobertos para este segmento.

Para apoiar os clientes particulares, o programa de educação financeira MoneySense do Grupo está a ser estendido por toda a ilha da Irlanda, com conselheiros formados a serem introduzidos em todos os balcões do Ulster Bank. As hipotecas Momentum e Secure Step foram lançadas na IN e RI, respectivamente, para apoiar os compradores pela primeira vez.

Análise estratégica
O Ulster Bank mantém-se como uma parte essencial nas operações bancárias globais do Grupo. Ele tem uma franquia forte na Irlanda e tem o produto e capacidade de distribuição para crescer com rentabilidade e bem em condições normais de mercado. Os planos de negócio para gerir o seu balanço a médio prazo, com um enfoque especial em reduzir as concentrações de risco conforma as condições de mercado permitirem, enquanto aumenta e diversifica a sua base de clientes de depósitos.

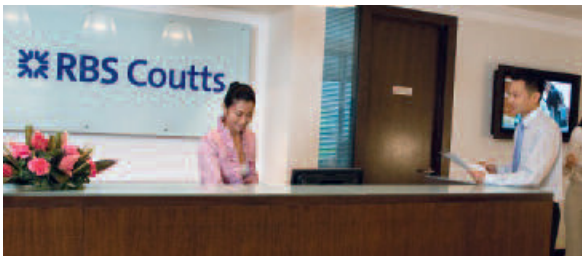
Às franquias E&ME Retail and Commercial fora da Irlanda falta-lhes escala e amplitude. Elas exigiram um investimento muito significativo de capital e recursos de gestão para ser capaz de atingir níveis de rentabilidade para o accionista equivalente às que são possíveis de franquias de base mais estabelecidas no Grupo. Começámos uma análise para considerar as futuras opções para estes negócios, incluindo opções de venda.

Asia Retail & Commercial Banking

Asia Retail & Commercial Banking está presente em mercados que incluem a Índia, Paquistão, China, Taiwan, Hong Kong, Indonésia, Malásia e Singapura.

Ela presta serviços financeiros através de quatro segmentos: *affluent*, cartões e financiamento ao consumo, banca de negócios e gestão de fortunas internacional, que oferece serviços de bana privada e de investimento a clientes em mercados seleccionados através da marca RBS Coutts.

As economias da Ásia abrandaram fortemente em 2008 e, especialmente, no segundo semente, terminando uma década de crescimento consistente, geral e frequentemente rápido na região. Isto foi reflectido no desempenho da Asia Retail & Commercial Banking, embora as comparações com o ano anterior sejam afectada pela depreciação notável da libra esterlina durante o ano. Enquanto os proveitos aumentaram em 12% para £781 milhões, incorreu-se numa perda operacional após custos de Manufacturing de £113 milhões, em comparação com uma perda operacional de £20 milhões em 2007.



As despesas directas aumentaram 30% para £483 milhões. Isto reflectiu maiores custos de cobrança e investimento continuado na infra-estrutura do Grupo na região, incluindo o recrutamento de banqueiros privados experientes adicionais no RBS Coutts Asia. As perdas por imparidade aumentada em 44% para £171 milhões, em grande parte como resultado das pressões da carteira de financiamento ao consumo na Índia. O ROE indicativo da Asia Retail & Commercial Banking foi -16%.

As condições de mercado voláteis reduziram a procura entre os clientes para produtos estruturados e fundos de acções e levou a um abrandamento nos proveitos da banca para clientes abastados. Apesar disso, o Royal Preferred Banking, que foi lançado em diversos países durante o ano, viu os números de clientes a crescem em 13% e activos sob gestão no segmento de pessoas abastadas cresceu em 3%. O Royal Wealth Management foi lançado na Índia, enfatizando o nosso compromisso com esse mercado.

As métricas dos cartões de crédito e financiamento ao consumo foram continuamente analisadas durante o período, resultando num ainda maior aperto nas políticas de crédito ao consumidor. Isto levou a níveis mais baixos de aquisição de cartões e empréstimos. Há também um abrandamento no número de transacções de cartões. Apesar disso, os negócios de cartões e de financiamento ao consumo reportou um crescimento de proveitos em 20%. A banca de negócios viu um forte crescimento na maioria das regiões, com proveitos acrescidos de 28%, tendo tido um desempenho particularmente bom na Índia, Paquistão e China.

RBS Coutts, o nosso negócio de gestão de fortunas, continuou a ter um bom crescimento de proveitos de 19% e fortes níveis de aquisição de clientes, mais 5% no ano. Apesar dos mercados financeiros adversos e níveis significativos de desalavancagem de clientes, os activos sob gestão no negócio de fortunas internacional cresceu em 8%. Continuamos a renomear os negócios Coutts fora do Reino Unido como RBS Coutts.

Os activos totais sob gestão para a Divisão em 31 de Dezembro de 2008 foram 7% superiores à do ano anterior, em £21,2 mil milhões, enquanto os depósitos dos clientes foram 40% superiores, reflectindo parcialmente nos movimentos da taxa de câmbio.

Análise estratégica

Asia Retail & Commercial Banking tem operações estabelecidas em vários mercados de crescimento rápido e atractivos. No entanto, a franquia está pouco espalhada e em geral ainda não alcançou uma escala significativa. O Grupo pretende sair das suas actividades de retalho e comercial nestas áreas. O RBS Coutts manter-se-á como negócio nuclear.

RBS Insurance

RBS Insurance é a segunda maior seguradora generalista dos Reino Unido e a maior seguradora de retalho por prémios brutos emitidos. Ela venda e subscreve seguros de retalho e seguros às PME por telefone e Internet, bem como através de mediadores, balcões bancários do RBS Grupo e parcerias.

As suas marcas incluem Direct Line, que vende produtos de seguros gerais aos clientes, enquanto as marcas Churchill e Privilege vende ambas directamente ao cliente e via sítios Web de comparação de preços sleccionados. Além disso, a NIG vende produtos de seguros gerais através de mediadores independentes e a Green Flag é o fornecedor da RBS Insurance de produtos de assistência. Internacionalmente, a RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente automóvel, em Espanha, Alemanha e Itália sob a marca Direct Line.

O RBS mantém-se como a maior seguradora automóvel do Reino Unido e a segunda maior seguradora doméstica. Isto é apoiado na força das marcas Direct Line e Churchill que mantiveram as suas posições como as duas marcas líderes em automóveis. O número total de apólices em vigor foi 7% mais elevado em Dezembro 2008 do que 12 meses antes.

A RBS Insurance fez fortes progressos em 2008. O lucro operacional após custos de Manufacturing subiu £99 milhões, para um recorde de £780 milhões, um aumento de 15%. Excluindo o impacto das inundações de 2007 e antes das libertações de reservas, o lucro operacional cresceu 6%. As despesas directas cresceram 4% para £771 milhões. As reclamações líquidas caíram 7% para £3.733 milhões e em 3% se os efeitos das inundações de 2007 e revisão das reservas são excluídos. O ROE indicativo da RBS Insurance foi 38%.

Durante 2008, a RBS Insurance continuou a sua estratégia de crescimento dos negócios de marca própria, com os proveitos a aumentarem 7%. Dentro do mercado de parceria, a RBS Insurance continuou a focalizar-se nas oportunidades mais rentáveis que resultaram na descontinuação de alguns dos contratos de parceria menos rentáveis. Consequentemente, o número de parcerias e as apólices de corretores em vigor em Dezembro 2008 eram 9% menos em comparação com um ano antes, embora a contribuição tenha aumentado 27%.

Em 2008, a RBS Insurance continuou a desenvolver sinergias com o Grupo alargado. Excelentes crescimentos de vendas foram alcançados através das marcas RBS e NatWest, em que as vendas de novos negócios de seguro de habitação cresceram 289%, o equivalente de uma apólice a cada minuto durante o horário de expediente dos balcões.

Os negócios internacionais tiveram um bom desempenho, com os proveitos a subirem 24% e a contribuição 37%. Estes negócios têm agora mais de 2,5 milhões de clientes. A RBS Insurance, sob a marca Direct Line, é a maior seguradoras automóvel directa de Espanha, a segunda maior em Itália e a terceira maior na Alemanha.

O sucesso da RBS Insurance em 2008 foi realizado por mais um elevado desempenho dos nossos colaboradores. Isto foi ilustrado pelo inquérito a nível de grupo "Your Feedback", que mostrou que a RBS Insurance melhorou a sua posição em 11 de 15 categorias em comparação com 2007 e excedeu as normas de serviços financeiros globais em 12 de 15 categorias.

Em 2008, a RBS Insurance continuou a desenvolver e melhorar o seu modelo operacional. Isto envolveu uma focalização na aquisição de clientes de baixo custo através de canais de distribuição múltiplos, melhorias de eficiência nas nossas operações de baixo custo e melhoramento da selecção do risco de subscrição e tratamento de reclamações. Isto deu à companhia uma base forte e deixa-a bem colocada para um crescimento rentável futuro apesar dos impactos em curso decorrentes das actuais condições económicas.

Análise estratégica

O Grupo decidiu manter a RBS Insurance, reflectindo a força da sua franquia como seguradora líder de retalho no Reino Unido. Ela proporciona ganhos de alta qualidade, que são diferenciados dos ganhos dos negócios bancários do Grupo, proporcionando uma valiosa diversidade e fortes rentabilidades. Os planos de negócios devem perseguir um crescimento adicional através da construção da sua posição no canal agregador de seguros *on-line*, através de canais bancários e no mercado comercial. O negócio mantém uma vantagem competitiva através das suas marcas líderes do mercado, modelo de exploração de baixo custo e os benefícios de escala nos seus custos de reclamações.

Responsabilidade empresarial

A nossa abordagem

RBS tenta ser uma empresa cidadã onde quer que operemos. A nossa abordagem é distinta. Envolve uma consulta regular e directa com os nossos *stakeholders* para descobrir o que eles pensam do modo como fazemos negócio e as acções que, segundo eles, nós devemos dar prioridade. Nós usamos esta informação para ajudar a planear como nós conduzimos o negócio. Os progressos em relação à realização dos nossos planos é medido e monitorizado, permitindo-lhe demonstrar os avanços que fizemos em 2008.

Tão importante como responder ao que soubemos dos nossos *stakeholders*, temos que ser flexíveis, adaptar o que fazemos conforme as circunstâncias mudam. A turbulência nos mercados financeiros em 2008 e os seus efeitos nos nossos clientes foram precisamente os tipos de eventos a que uma empresa de serviços financeiros responsável tem que responder. Durante o ano, demos uma muito maior ênfase para apoiar os nossos clientes através da retracção económica, enquanto continuamos a trabalhar as prioridades que foram previamente identificadas. O que isto demonstra, acima de tudo, é que a responsabilidade social do RBS é um negócio como qualquer outro.

Progresso em relação às prioridades de 2008

As consultas com os nossos *stakeholders* levaram à identificação de 10 áreas de prioridades de acção em 2008. Os detalhes completos destas áreas estão disponíveis em www.rbs.com/cr. As três áreas de prioridade principais foram:

- crime financeiro;
- serviço ao cliente; e
- como comercializamos e vendemos os nossos produtos

O crime financeiro está no centro da nossa mais básica responsabilidade como banco: manter o dinheiro dos nossos clientes seguro. Durante o ano, nós:

- promovemos o Risk Guardian – um produto de detecção de fraudes para ajudar a reduzir a responsabilidade do operador comercial da fraude com cartão;

- continuámos a oferecer aos clientes a segurança adicional para transacções *on-line* conseguida por autenticação de dois factores, com mais de três milhões de registados a utilizá-lo;

- aumentámos o uso da identificação de cliente *on-line* e sistemas de verificação de endereços.

Dada a importância do serviço a clientes para os *stakeholders* e para o RBS foi encorajador que, de acordo com um importante inquérito independente, o RBS manteve-se em primeiro lugar e o NatWest foi, de novo, segundo *ex-aequo* na satisfação dos clientes entre os principais banco. A abertura ao Sábado foi alargada, pelo que 40% da rede de balcões RBS/NatWest abre agora aos Sábados. Aumentámos o número de Consultores de Cliente nos balcões NatWest em 200 durante 2008.

Para responder ao interesse dos *stakeholders* na nossa abordagem em como comercializamos e vendemos os nossos produtos, nós:

- concentramo-nos cada vez mais o nosso serviço em clientes que caíram em dificuldades financeiras; e

- desenvolvemos a proposta do nosso produto Expert Managed Solutions, que permite aos clientes acederem a um conhecimento de gestão de financiamento ao nível de todo o sector.

Investimento na educação financeira

Compreensão e gestão de forma fiável do dinheiro são competências essenciais da vida. O RBS tem um compromisso de longa data com a educação financeira, um que foi expandido em 2008 para ajudar as pessoas a navegar em tempos económicos difíceis.

As actividades de educação financeira do Grupo são construídas em redor do programa MoneySense, que está em vigor há mais de 15 anos. Ele proporciona uma orientação gratuita e imparcial sobre dinheiro e serviços financeiros, e é o maior programa de educação financeira do seu género. MoneySense visa garantir que um cada vez maior número de pessoas – quer escolham ou não trabalhar com os bancos do Grupo – sejam capazes de tomar decisões informadas com base numa sólida compreensão do seu dinheiro e como os produtos e serviços financeiros funcionam.

MoneySense for Schools está acreditado pelo Personal Finance Education Group, uma organização de caridade independente que ajuda as escolas para planear e ensinar a educação de finanças pessoais.

As bases do MoneySense for Schools são as lições dadas aos jovens nas suas salas de aulas. Desde 2004, apenas, mais de dois milhões de lições MoneySense foram dadas a alunos, com os números de 2008 a excederem as 700.000. Algumas lições foram dadas por colaboradores do RBS e NatWest que visitaram as escolas nas suas comunidades locais e outras pelos professores. Foram desenvolvidos recursos para apoiar os professores, incluindo:

- guias de aprendizagem *on-line*;

- uma linha telefónica de ajuda gratuita que dá aos professores a oportunidade de falar com peritos educacionais do MoneySense; e

- Teacher Zone, uma área onde os utilizadores registados podem descarregar materiais de apoio e recursos para os módulos.

School Money permite que os jovens pratiquem as competências aprendidas. É um banco-escola, gerido por alunos e para alunos e foi estabelecido em 2006. O ano passado viu a abertura do 100.º banco-escola em cidade do interior, com um total de 332 em funcionamento.

A construção de capacidade financeira é tão importante para adultos como para os jovens. É por isso que o programa foi alargado para incluir o MoneySense for Adults. Ele oferece conselhos e orientações

nos balcões, através de guias e folhetos publicados e na Internet. Todos os meses, mais de 10.000 cópias do guia MoneySense são distribuídas a clientes e o sítio Web MoneySenser recebe uma média de 60.000 visitantes.

Reconhecendo o impacto que as condições económicas em deterioração teriam nos orçamentos familiares, o RBS expandiu o MoneySense for Adults em Dezembro de 2008. No seguimento de um exercício piloto bem sucedido, que já tinha sido realizado anteriormente durante o ano nos balcões do NatWest em Londres, o Grupo aumentou significativamente o seu investimento na prestação de consultoria financeira. Foram introduzidos 1.000 Consultores MoneySense adicionais nos balcões do RBS e NatWest. Isto tornou o RBS o primeiro banco a oferecer uma orientação financeira gratuita e imparcial a toda a gente, incluindo a clientes de outros bancos e pessoas sem contas bancárias. O Grupo trabalhou com o Consumer Credit Counselling Service – uma organização de caridade que oferece conselhos gratuitos e confidenciais e apoio a qualquer pessoa preocupada com dívidas – para fazer a formação dos quadros do serviço de clientes de retalho para esta função. Estes novos Consultores MoneySense foram nomeados para as posições com base nas suas excepcionais competências orientadas para o cliente. A sua tarefa é concentrar-se em orientações úteis, não vender produtos.

MoneySense também está a ser expandido em outros países em que o Grupo opera. Nos Estados Unidos da América, o Citizens Financial Grupo está envolvido em várias iniciativas de inclusão e capacidade financeiras. Em Vermont, o Citizens conduz uma Federal Deposit Insurance Corporation Money Smart Séries através da rede de balcões. O curriculum MoneySmart ajuda as pessoas a construir um conhecimento financeiro, desenvolver confiança financeira e usar eficazmente os serviços bancários. O Citizens Bank Commecticut é um parceiro importante no programa Empower New Haven's Financial Literacy – New haven AVE. Esta iniciativa promove a segurança económica para famílias de baixo rendimento em New Haven,

oferecendo contas para os compradores de habitação pela primeira vez e jovens que poupam para o ensino superior. É exigida educação financeira e formação específica de activos e aos participantes são equiparados $2 por cada $1 poupados até um total de §2.000. Estão actualmente em curso para introduzir o MoneySense nos EUA através do Citizens, comprogramas adicionais a lançar em 2009.

O Ulster Bank está a introduzir o MoneySense na RI e IN. Os módulos MoneySense for Schools foram disponibilizados *on-line* e estão em desenvolvimento planos para alargar o programa nas escolas e lançar serviços MoneySense para adultos em 2009. O Ulster Bank na IN também presta apoio financeiro para a provisão de uma consultoria sobre dívidas independente por patrocínio do manual Citizens Advice Debt Advice. Este é um livro de referência para consultores de dívidas face a face na IN.

Apoio aos clientes comerciais

O RBS implementou uma gama de medidas concebidas para assistir tanto os negócios como as famílias no difícil clima económico actual.

Em Novembro, o Grupo fez uma série de promessas aos clientes das pequenas empresas do RBS e NatWest. Sob a promessa Committed Overdraft, as facilidades acordadas com os clientes mantêm-se em vigor durante 12 meses após a data em que foram acordadas, em vez de serem pagas após pedido. A price Promise significa que as tarifas sobre o descoberto acordado é garantido geralmente por 12 meses a partir da data em que foi acordado. Na renovação, o preço não será aumentado, salvo se tiver havido um aumento no risco associado com o crédito ao cliente.

Além deste apoio financeiro, o RBS também estendeu o aconselhamento e apoio face a face que já está disponível para os clientes através dos seus gestores de relações. Uma equipa de 500 gestores muito experientes foi escolhida para dar aos clientes comerciais um apoio prático para gerirem os seus negócios durante este período de retracção. Isto foi seguido em Dezembro 2008 pelo lançamento da Business Lifeline, uma linha de ajuda especializada em que o RBS estabeleceu para dar conselhos e apoiar os clientes de pequenas empresas.

Em Fevereiro 2009, o Grupo anunciou um financiamento adicional para as pequenas e médias empresas (PME). Isto será realizado através de 12 Regional SME Funds em Inglaterra, País de Gales e Escócia, com o Ulster Bank a providenciar o Fundo aos negócios na IN. Juntamente com o providenciar o tradicional financiamento de dívida, os Fundos oferecerá aos negócios a oportunidade de acederem a outros caminhos para os ajudarem a gerir os seus capitais e fluxos de caixa durante esta retracção económica.

Apoio aos clientes particulares
Em Dezembro 2008, o RBS e NatWest introduziram medidas para ajudar os clientes de hipotecas caso eles enfrentem dificuldades financeiras. Primeiro, os procedimentos de retoma dos bens não avançarão nos seis meses completos seguintes à primeira vez que o cliente cai em mora. Segundo, aos clientes em mora ser-lhe-á dada a oportunidade a procurar conselho de organizações de aconselhamento financeiro independente antes de serem tomados quaisquer passos pelo Grupo. Estes compromissos manter-se-ão em vigor até, pelo menos, o final de 2009.

Ambiente
Através do RBS Grupo Environment Programme, temos estado a contribuir para uma mudança global para um uso mais sustentável e eficiente dos recursos naturais. Providenciámos vários produtos e serviços financeiros que apoia os objectivos ambientais dos nossos clientes, tais como a nossa conta Citizens Bank
Green$ense que recompensa o comportamento ambiental e ao nossos produtos verdes de poupança de elevado sucesso. Em 2008, fomos um dos principais coordenadores mundiais de financiamento de projectos de produção de energia renovável e continuamos a fornecer electricidade renovável para as nossas propriedades dos Reino Unido. Completámos melhoramentos de eficiência energética de larga escala em vários dos nossos principais edifícios em todo o mundo e continuamos a ajudar os nossos colaboradores a desempenharem a sua parte na protecção do ambiente.

Os nossos esforços na gestão dos riscos e oportunidades ambientais foram reconhecidos com a nossa inclusão pelo segundo ano consecutivo no Carbon Disclosure Project's Leadership Index e a nossa pontuação no Índice de Sustentabilidade Dow Jones aumentou.

Destaques 2008

Mais de três milhões de clientes registados para usar a autenticação de dois factores que proporciona uma segurança adicional para as transacções *on-line*

Abertura ao Sábado alargada nos balcões NatWest e RBS

Lições MoneySense dada a mais de 700.000 alunos

Aberto o 100.º banco-escola em cidade do interior

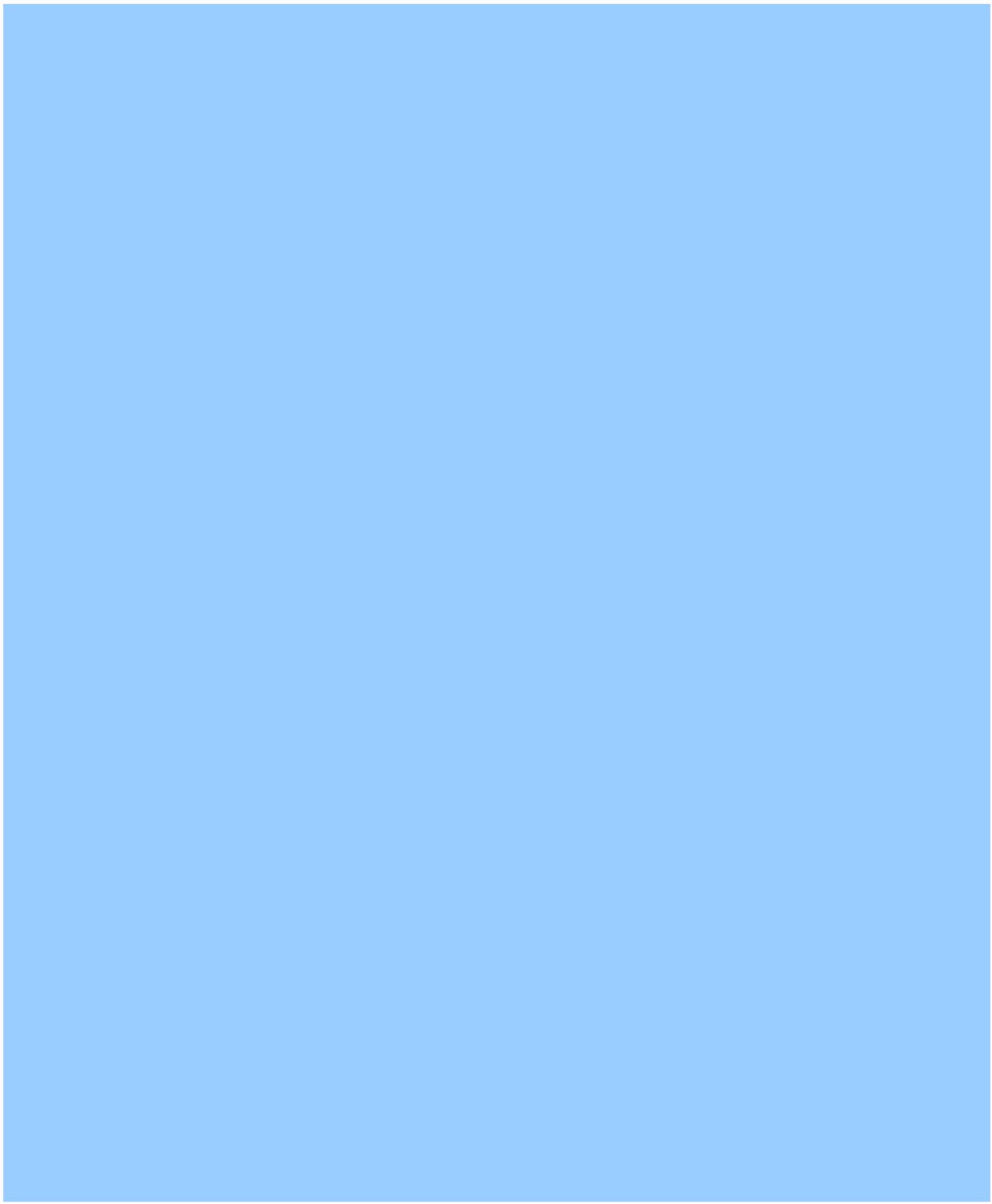
Foram introduzidos 1.000 Consultores MoneySense adicionais nos balcões NatWest e RBS

O MoneySense foi introduzido na ilha da Irlanda pelo Ulster Bank

Financiamento adicional para pequenas e médias empresas

Nova política de retoma de hipotecas para ajudar os clientes que caiem em mora

Inclusão no Carbon Disclosure Project's Leadership Index pelo segundo ano consecutivo



Análise por actividade

24	Apresentação da informação
25	Declarações relativas ao futuro
26	Descrição da actividade
27	Factores de risco
35	Destaques financeiros
36	Resumo da demonstração dos resultados consolidados
40	Análise dos resultados
50	Desempenho por divisão
69	Balanço consolidado
72	Fluxos de caixa
73	Recursos de capital
74	Reconciliações das demonstrações de resultados e balanços *pro forma* para oficiais
78	Gestão de riscos, capital e liquidez

Apresentação da informação

No Relatório e Contas, e salvo especificado de outro modo, o termo "empresa" significa The Royal Bank of Scotland Grupo plc, "RBS" ou o "Grupo" significa a empresa e as suas subsidiárias, "the Royal Bank" significa The Royal Bank of Scotland plc e "NatWest" significa o National Westminster Bank Plc.

A empresa publica as suas publicações financeiras em libras esterlinas ("£" ou "esterlino"). As abreviaturas "m£" e "mm£" representam milhões e milhares de milhões de libras esterlinas, respectivamente, e as referências a "pence" representam os *pence* do Reino Unido (RU). A referência a "dólares" ou "$" são os dólares dos Estados Unidos da América (EUA). As abreviaturas "m$" e "mm$" representam milhões e milhares de milhões de dólares, respectivamente, e as referências a "cents" representam os cêntimos dos EUA. A abreviatura "€" representa o "euro", a moeda única europeia, e as abreviaturas "m€" e "mm€" representam milhões e milhares de milhões de euros, respectivamente.

Certas informações contidas neste relatório são apresentadas separadamente para as actividades nacionais e estrangeiras. As actividades nacionais consistem principalmente nas transacções nacionais do Grupo no RU. As actividades estrangeiras compreendem as transacções realizadas pelo Grupo através de sucursais especificamente organizadas no RU para transacções de serviços bancários internacionais e transacções realizadas fora do RU.

A análise geográfica na média do balanço e das taxas de juro, as alterações da margem financeira e taxas de juros médias, os rendimentos, *spreads* e margens neste relatório foram compilados com base na localização do estabelecimento – RU e estrangeiro. A administração acredita que esta apresentação fornece informações mais úteis sobre os rendimentos, *spreads* e margens das actividades do Grupo do que a que seria fornecida pela apresentação com base na análise das actividades nacionais e estrangeiras utilizada noutras partes deste relatório, dado reflectir mais aproximadamente a base na qual o Grupo é gerido. 'RU' neste contexto inclui as transacções a nível nacional e as realizadas através dos estabelecimentos do RU que processam transacções bancárias internacionais

Os resultados, o activo e o passivo de cada unidade de negócios são classificados como comerciais ou não comerciais com base na sua actividade predominante. Embora este método possa dar origem a que alguma actividade não comercial seja classificada como comercial e vice-versa, o Grupo acredita que qualquer classificação incorrecta daí resultante não é relevante

Normas Internacionais de Relato Financeiro

Conforme exigido pela Lei das Sociedades 1985 e o Artigo 4.º do Regulamento NIC da União Europeia (n.º 1606/2002), as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relato Financeiro) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações dadas pela International Financial Reporting Interpretations Committee do IASB (conjuntamente IFRS) adoptadas pela União Europeia. Também estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo IASB. Com a implementação das IFRS em 1 de Janeiro de 2005, o Grupo aproveitou a opção dada nas IFRS 1 "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro" para implementar as IAS 39 "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração", IAS 32 "Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação" e IFRS 4 "Contratos de seguro" a partir de 1 de Janeiro de 2005 sem reformular a sua demonstração de resultados e balanço de 2004. A data de transição para as IFRS para o Grupo e a empresa e a data dos seus balanços IFRS iniciais foi 1 de Janeiro de 2004.

Aquisição do ABN AMRO

Em 17 de Outubro de 2007, a RFS Holdings B.V. (RFS Holdings), uma empresa detida conjuntamente pelo RBS, Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. (Fortis) e Banco Santander S.A. (Santander) (os "bancos do consórcio") e controlada pelo RBS, concluíram a aquisição do ABN AMRO Holding N.V. (ABN AMRO)

Em 3 de Outubro de 2008, o Estado da Holanda adquiriu o Fortis Bank Nederland (Holding) N.V., incluindo a participação do Fortis na RFS Holdings que representa as actividades adquiridas do ABN AMRO e a sua participação nas actividades de seguros holandesas.

A RFS Holdings vai implementar uma separação metódica das unidades de negócios do ABN AMRO, em que o RBS detém as seguintes unidades de negócio do ABN AMRO:

- Negócios continuados da Unidade de Negócio América do Norte;
- Unidade de Negócios Clientes Globais e Clientes Grossistas na Holanda (incluindo os antigos clientes grossistas holandeses) e América Latina (excluindo Brasil);
- Unidade de Negócios Ásia (excluindo o Saudi Hollandi); e
- Unidade de Negócios Europa (excluindo o Antonveneta).

Há alguns activos que continuarão a ser partilhados pelos membros do consórcio.

Resultados *pro forma*

Os resultados *pro forma* foram elaborados para incluir apenas aquelas unidades de negócios do ABN AMRO que serão conservados pela RBS e assumindo que a aquisição do ABN AMRO foi concluída em 1 de Janeiro de 2007. Nenhuns ajustamentos foram feitos para a colocação e abertura de oferta em Dezembro 2008. Os dados por acção foram calculados no pressuposto que a emissão de direitos de subscrição de 11 acções por 18 detidas por 200 *pence* por acção e a emissão de capitalização de 1 acção por cada 40 detidas ocorreram em 1 de Janeiro de 2007. A análise financeira e o desempenho por divisão na Análise por actividade incluem os resultados *pro forma*. As bases para a elaboração dos resultados *pro forma* são pormenorizadas na página 74.

Dados os abatimentos significativos nas exposições ao mercado de crédito do Grupo e de modo a providenciar uma base de comparação do desempenho subjacente, estes abatimentos e outros itens únicos, incluindo o abatimento do goodwill e de outros activos intangíveis são mostrados separadamente na demonstração de resultados *pro forma*.

Resultados oficiais

A RFS Holdings é detida conjuntamente pelos membros do consórcio. É controlada pela empresa e, portanto, totalmente consolidada nas suas demonstrações financeiras. Por conseguinte, os resultados oficiais do grupo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2008 incluem os resultados do ABN AMRO por um período de 76 dias e de um ano completo, respectivamente. As participações do Fortis, e do seu sucessor o estado da Holanda, e do Santander na RFS Holdings estão incluídas em interesses minoritários.

Declarações relativas ao futuro

Certas partes deste documento contém "declarações relativas ao futuro", conforme este termo é definido pelo United States Private Securities Litigation Reform Act de 1995, nomeadamente declarações que incluem palavras como "esperamos", "estimamos", "projectamos", "prevemos", "acreditamos", "devemos", "pretendemos", "plano", "probabilidade", "risco", "valor em risco" ("VaR")', "alvo", "meta", "objectivo", "irá", "esforçar-se", "observa", "optimista", "perspectiva" e expressões ou variações similares dessas expressões, incluindo, de forma não exaustiva, as partes como "Mensagem do Presidente" e "Análise do Director-Geral do Grupo".

Em particular, este documento inclui declarações relativas ao futuro, referentes, de forma não exaustiva, às exposições potenciais do Grupo a vários tipos de risco de mercado, como o risco das taxas de juro, o risco das taxas de câmbio e o risco do preço dos bens e capital próprio. Essas declarações estão sujeitas a riscos e incertezas. Por exemplo, certas divulgações dos riscos de mercado dependem de opções em termos das principais características e pressupostos do modelo e estão sujeitas a várias limitações. Pela sua natureza, algumas divulgações de riscos de mercado são apenas estimativas e, como tal, os ganhos e perdas futuros reais podem diferir materialmente dos que foram estimados.

Outros factores que podem causar divergência material dos resultados efectivos relativamente aos estimados pelas declarações relativas ao futuro contidas neste documento incluem, mas de forma não exaustiva, condições económicas gerais no RU e noutros países em que o Grupo exerce actividades comerciais ou investimentos significativos, incluindo os Estados Unidos; as políticas monetárias e de taxas de juro praticadas pelo Banco da Inglaterra, o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e outros bancos centrais do G-7; inflação; deflação; turbulência imprevista nos mercados de juros; taxas de câmbio de divisas estrangeiras; preços de mercadorias e de capitais próprios; alterações das leis, regulamentos e impostos no Reino Unido ou estrangeiro; alterações no ambiente de concorrência e preços; desastres naturais e outros; a incapacidade de cobertura económica de certos riscos; adequação das reservas para prejuízos, aquisições e reestruturações; alterações tecnológicas; alterações dos gastos de consumo e hábitos de poupança; e o sucesso do Grupo na gestão dos riscos envolvidos nas operações acima indicadas.

As declarações relativas ao futuro contidas neste documento são válidas apenas na data do presente relatório e o Grupo não se compromete a actualizar qualquer declaração relativa ao futuro de modo para reflectir acontecimentos ou circunstâncias após a data do presente documento ou a reflectir a ocorrência de acontecimentos imprevistos.

Para um maior esclarecimento de certos riscos enfrentados pelo Grupo, ver factores de risco nas páginas 27 a 34.

Análise por actividade

Descrição da actividade

Introdução

The Royal Bank of Scotland Group plc é a empresa holding de um dos maiores grupos mundiais de serviços bancários e financeiros. Com sede em Edimburgo, o Grupo opera no Reino Unido, Estados Unidos e internacionalmente através das suas duas principais subsidiárias, o Royal Bank e o NatWest. Tanto o Royal Bank como o NatWest são bancos de compensação importantes do RU, cujas origens remontam há 275 anos. Nos EUA, a subsidiária do Grupo, o Citizens, é uma grande organização bancária comercial. O Grupo possui uma base de clientes vasta e diversificada e fornece uma ampla gama de produtos e serviços a clientes particulares, comerciais, grandes empresas e institucionais em mais de 50 países.

No seguimento de uma oferta em Dezembro 2008, o Tesouro britânico detém, actualmente, aproximadamente 58% do capital de acções ordinárias aumentado da empresa e £5 mil milhões de acções preferenciais. A empresa, sujeita à aprovação dos accionistas, pretende emitir novas acções ordinárias por meio de uma oferta, sendo os proveitos da mesma utilizados para reembolsar os £5 mil milhões de acções preferenciais esterlinas não cumulativas emitidas para o Tesouro britânico, juntamente com o dividendo acumulado.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo possuía um activo total de 2.401,7 mil milhões de libras e um capital próprio de 58,9 mil milhões de libras. Os rácios de Capital, que incluem uma participação de interesse minoritário do Fortis Bank Nederland e Santander no ABN AMRO, eram um rácio de capital total de 14,1%, um rácio de capital Core Tier 1 de 6,8% e um rácio de capital de Tier 1 de 10,0%, em 31 de Dezembro de 2008.

Estrutura organizacional e resumo de actividade

As actividades do Grupo estão organizadas nas seguintes divisões de negócios: Global Markets (que inclui a Global Banking & Markets e Global Transactions Services), Regional Markets (incluindo UK Retail & Commercial Banking, US Retail & Commercial Banking, Europe & Middle East Retail & Commercial Banking e Asia Retail & Commercial Banking), RBS Insurance e Grupo Manufacturing. A seguir, faz-se uma descrição da cada uma das divisões.

A *Global Banking & Markets* é um importante parceiro bancário de grandes empresas e instituições financeiras de todo o mundo, prestando aos seus clientes uma extensa gama de serviços de financiamento de dívidas e capital próprio, gestão de riscos e investimentos. Em 2008, a divisão foi organizada em quatro linhas de negócios principais: taxas, divisas e matérias-primas, incluindo a RBS Sempra Commodities LLP (a *joint venture* de comercialização de matérias-primas entre o RBS e a Sempra Energy que foi formada em 1 de Abril de 2008); acções; mercados de crédito; e gestão de activo e carteira.

A *Global Transaction Services* classifica-se entre os cinco maiores fornecedores de transacções globais, oferecendo serviços de pagamentos globais, gestão de caixa e liquidez, bem como serviços e produtos de financiamento do comércio, aquisições comerciais e cartões comerciais no Reino Unido e internacionais. Inclui as actividades de transferência de dinheiro empresariais do Grupo no Reino Unido e Estado Unidos.

A *UK Retail & Commercial Banking (RBS UK)* inclui os serviços da banca de retalho, empresarial e comercial e de gestão de fortunas. Ela opera através de uma gama de canais, incluindo *on-line* e telefone fixo e móvel, e através de duas das maiores redes de balcões e ATM do Reino Unido.

No mercado de Retalho, o RBS UK serve mais de 15 milhões de clientes particulares através das marcas RBS e NatWest. Ele fornece uma gama completa de produtos bancários e serviços financeiros associados, incluindo hipotecas, produtos de *bancassurance*, contas de depósito e cartões de crédito e de débito.

O RBS UK tem uma das maiores quotas de mercado em todos os sectores de Negócios & Comércio e Grandes empresas. Através da sua rede de gestores de relações, ele distribui uma gama completa de produtos e serviços bancários, financeiros e gestão de risco, incluindo as ofertas líderes de mercado de financiamento de facturas e financiamento de activos.

O ramo de gestão de fortunas no Reino Unido oferece uma banca privada e serviços de investimentos de alta qualidade através das marcas Coutts, Adam & Empresa, RBS International e NatWest Offshore.

A *US Retail & Commercial Banking* presta serviços financeiros, principalmente, através das marcas Citizens e Charter One.

O Citizens está envolvido nas actividades de banca de retalho e empresarial através da sua rede de balcões em 13 estados dos Estados Unidos e através de sucursais não balcões em outros estados. O Citizens foi classificado como a décima maior organização bancária comercial dos Estados Unidos com base em depósitos em 30 de Setembro de 2008.

A *Europe & Middle East Retail & Commercial Banking* inclui o Ulster Bank e as actividades de retalho e comerciais na Europa e Médio Oriente.

O Ulster Bank presta uma gama completa de serviços financeiros na ilha da Irlanda. O seu ramo de banca de retalho tem uma rede de balcões e opera nos sectores particulares, comercial e gestão de fortunas, enquanto as suas operações de mercados empresariais proporciona serviços nos mercados das grandes empresas e institucional.

A *Asia Retail & Commercial Banking* está presente em mercados que incluem a Índia, Paquistão, China, Taiwan, Hong Kong, Indonésia, Malásia e Singapura. Ela presta serviços financeiros em quatro segmentos: banca de pessoas abastadas, cartões e financiamento ao consumo, bana de negócios e gestão de fortunas internacionais, que oferece serviços de banca privada e de investimento a clientes em mercados seleccionados através da marca RBS Coutts.

A *RBS Insurance* vende e subscreve seguros de retalho e PME por telefone e Internet, bem como através de corretores e parcerias. As suas marcas incluem Direct Line, Churchill e Privilege, que vendem produtos de seguro gerais directamente ao cliente, bem como Green Flag e NIG. Através da sua divisão internacional, a RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente automóvel, em Espanha, Alemanha e Itália. A divisão Intermediary and Broker vende produtos de seguro gerais através de corretores independentes.

A *Grupo Manufacturing* inclui as operações de produção do Grupo a nível mundial. Ela apoia os negócios com contacto directo com o cliente e oferece tecnologia operacional, apoio aos clientes por telefone, gestão de contas, crédito e transferências de dinheiro, compras globais, imobiliário e outros serviços. Ela cria óptimas eficiências e apoia o crescimento dos proveitos através de múltiplas marcas e canais, utilizando uma única plataforma escalável e processos comuns sempre que possível. Também aumenta o poder de compra do Grupo e tornou-se o centro de excelência para gerir mudanças de larga escala e complexas.

The Centre inclui as funções de grupo e empresariais, como aumento de capital, financiamento, gestão de riscos, recursos jurídicos, comunicações e recursos humanos. Ela gere as necessidades de capital do Grupo e os projectos de regulamentação a nível do Grupo e presta serviços divisões operacionais.

Concorrência

O Grupo enfrenta uma forte concorrência em todos os mercados que ele serve. No entanto, a crise bancária global reduziu a capacidade de empréstimo de muitas instituições e resultou no abandono ou desaparecimento de vários participantes do mercado e uma consolidação significativa de concorrentes, especialmente nos EUA e RU. A concorrência para os depósitos de retalho intensificou-se significativamente, reflectindo as dificuldades nos mercados monetários por grosso.

A concorrência pelos clientes empresariais e institucionais no RU vem dos bancos britânicos e de grandes instituições financeiras estrangeiras que também estão activos e oferecem capacidades bancárias de investimento e comerciais combinadas. No financiamento de activos, o Grupo compete com bancos e fornecedores de financiamento de activos especializados, tanto cativos como não cativos. Nos mercados de banca empresarial e institucional europeus e asiáticos, o Grupo compete com os grandes bancos nacionais que estão activos nestes mercados e com os grandes bancos internacionais.

No mercado bancário das pequenas empresas, o Grupo compete com outros bancos de compensação do RU, fornecedores de financiamento especializados e sociedades de crédito para habitação.

No segmento da banca particular, o Grupo compete com bancos do RU e sociedades de crédito para habitação, grandes companhias de seguros de retalho e vida. No mercado hipotecário, o Grupo compete com os bancos e sociedade de crédito para habitação do RU. Vários concorrentes abandonaram ou reduziram os seus créditos nos mercados hipotecário e sem garantias. Os negócios de seguro de vida do Grupo concorrem com Consultores Financeiros Independentes e companhias de seguros vida.

No mercado de cartões de crédito no RU actuam grandes retalhistas e emitentes de cartões especializados, incluindo grandes operadores dos EUA, para além dos bancos do RU. Para além dos canais de distribuição físicos, os fornecedores competem através da actividade de marketing directo e a Internet.

Na Europa, na Ásia e no Médio Oriente, o Grupo alargado compete actualmente na banca de retalho com os bancos locais e internacionais. Numa série destes mercados existem barreiras regulamentares à entrada ou expansão e a propriedade estatal dos bancos. A competição está geralmente a intensificar-se à medida que mais actores entram nos mercados que são vistos como estando a ser desregulamentados e a oferecer um significativo potencial de crescimento.

Na gestão de fortunas, The Royal Bank of Scotland International compete com outros bancos do Reino Unido e internacionais, para oferecer serviços bancários *offshore*. O Coutts e Adam & Empresa competem como bancos privados com bancos de compensação e privados do RU e com bancos privados internacionais. A concorrência nas actividades de gestão de fortunas intensificou-se à medida que os bancos aumentavam o seu enfoque na concorrência pelos clientes abastados e com elevada situação líquida.

O RBS Insurance compete nos seguros particulares e, até certo ponto, nos seguros comerciais. Há uma forte concorrência vinda de uma série de companhias de seguros que agora operam actividades de vendas directas por telefone e Internet. A concorrência no mercado de seguros automóvel no RU continua especialmente intensa e a comparação de preços nos sites Internet passou a ter agora um papel importante no mercado. O RBS Insurance também compete com seguradoras locais nos mercados de seguros directos automóvel na Espanha, Itália e Alemanha.

Na Irlanda, o Ulster Bank e o First Active competem na banca de retalho e comercial com os maiores bancos e sociedade de crédito para habitação irlandeses e com outros bancos e sociedades de crédito para habitação britânicos e internacionais que estão activos no mercado.

Nos Estados Unidos, o Citizens compete nos mercados bancários de retalho e semi-empresariais da Nova Inglaterra, Mid-Atlantic e Mid West com bancos e outras instituições financeiras locais e regionais. O Grupo também compete nos EUA nos mercados de crédito às grandes empresas e de financiamento especializado e em actividades de negociação e vendas de rendimento fixo. A concorrência vem principalmente dos grandes bancos comerciais e de investimento dos EUA e de bancos internacionais activos nos EUA.

Factores de risco

Seguidamente descrevem-se alguns factores de risco que podem afectar os resultados futuros do Grupo e torná-los materialmente diferentes dos resultados esperados. Os resultados do Grupo também são afectados pela concorrência e outros factores. Os factores discutidos neste relatório não devem ser vistos como uma exposição completa e abrangente de todos os potenciais riscos e incertezas.

A empresa pode enfrentar o risco de uma nacionalização total e sob essas circunstâncias os accionistas podem perder o valor integral das suas acções.

Segundo o disposto pelo Banking Act, foram concedidos poderes substanciais ao Tesouro britânico, Banco de Inglaterra e FSA como parte do Regime de Resolução Especial para estabilizar os bancos que estão em dificuldades financeiras e em riscos de falir. O Regime de Resolução Especial dá às autoridades três opções de estabilização: transferência no sector privado; transferência para um "banco ponte" estabelecido pelo Banco de Inglaterra; e propriedade pública temporária (nacionalização).

As opções de estabilização apenas podem ser exercidas se a FSA estiver convencida de que uma instituição constituída no Reino Unido com permissão para aceitar depósitos (i) não cumpre, ou irá provavelmente falhar o cumprimento, das condições limite estabelecidas no Manual da FSA e (ii) não é razoavelmente possível que sejam tomadas acções que permitirão que a entidade em questão cumpra essas condições limite. As condições limite são condições que uma instituição autorizada pela FSA tem que cumprir para poder manter a sua autorização FSA. Elas são relativamente de espectro amplo e tratam a maioria dos aspectos dos negócios da entidade relevante, incluindo, de forma não exaustiva, requisitos de recursos mínimos de fundos próprios. Por conseguinte, é possível que a FSA pode desencadear o Regime de Resolução Especial antes da entidade relevante estar em graves dificuldades.

As opções de estabilização podem ser exercidas por meio de poderes para transferir a propriedade, direitos ou responsabilidades de uma entidade relevante e acções e outros títulos emitidos pela entidade relevante. O Tesouro britânico também pode tomar a empresa-mãe da entidade relevante (tal como a empresa) em posse pública temporária, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na Secção 82 do Banking Act. A posse pública temporária é efectuada por meio de uma ordem de transferência de acções.

Se o Tesouro britânico tomar a decisão de tomar a empresa holding de uma entidade relevante, tal como a empresa, em posse pública temporária, pode tomar várias acções em relação aos títulos emitidos pela empresa holding, incluindo:

- transferir os títulos isentos de quaisquer restrições, incluindo contratuais e jurídicas, sobre transferências;
- transferir os títulos isentos de qualquer trust, responsabilidade ou sujeição;
- extinguir direitos para adquirir títulos;
- retirar os títulos da bolsa; ou
- converter os títulos em outras formas ou classe.

Quando o Tesouro britânico fizer uma ordem de transferência de acções em relação aos títulos emitidos pela empresa holding da entidade relevante, o Tesouro britânico pode transferir propriedade, direitos ou responsabilidade da empresa holding para a entidade relevante ou de qualquer outro banco no grupo para uma empresa totalmente detida pelo Banco de Inglaterra ou Tesouro britânico, ou uma mandatária do Tesouro britânico.

Os accionistas poder fazer um pedido de indemnização sob uma dos esquemas de indemnização previstos pelo Banking act. Para os fins de determinação de um montante de indemnização, um avaliador independente pôr de parte a assistência financeira real ou potencial providenciada pelo Banco de Inglaterra ou Tesouro britânico.

Nos últimos seis meses, o governo do Reino Unido tomou acções segundo o Banking (Special Provisions) Act 2008 e o Banking Act em relação a várias instituições financeiras do RU, incluindo em circunstâncias extremas, uma nacionalização total ou parcial. Houve preocupações no mercado nos últimos meses em relação aos riscos dessa nacionalização em relação ao Grupo e outros bancos do RU. Se as condições económicas no RU ou globalmente continuarem a deteriorar-se, ou se os eventos descritos nos factores de risco que se seguem ocorrerem numa dimensão em que eles tenham um impacto materialmente negativo na condição financeira, qualidade crédito percebida ou real, resultados das operações ou negócios de qualquer uma das entidades relevantes no Grupo, o governo do Reino Unido pode decidir tomar uma acção similar em relação ao Grupo. Dada a extensão dos poderes do Tesouro britânico e do Banco de Inglaterra segundo o Banking Act, é difícil prever que efeito essas acções podem ter sobre o Grupo e quaisquer títulos emitidos por ele. No entanto, os impactos potenciais podem incluir uma nacionalização integral do Grupo e uma perda total do valor das acções RBS.

Se a empresa não angariar capital suficiente através da Oferta (incluindo como resultado das Resoluções não serem aprovadas ou o término dos compromissos de subscrição do Tesouro britânico), pode não ser capaz de aceder a fundos adicionais ou encontrar métodos alternativos de aumentar o seu rácio de capital Core Tier 1 e resgatar as Acções Preferenciais.

A finalidade da Oferta é permitir que o Grupo angarie fundos suficientes para efectuar o Resgate das Acções Preferenciais, melhorando assim a qualidade da estrutura de capital do Grupo ao aumentar o seu rácio de capital Core Tier 1 e melhorando significativamente a sua flexibilidade financeira perante a turbulência contínua e a incerteza da economia mundial. Se as Resoluções não forem aprovadas por accionistas independentes (isto é, accionistas excluindo o Tesouro britânico) e/ou a empresa seja incapaz de angariar fundos suficientes através da Oferta para efectuar o Resgate de Acções Preferenciais (incluindo como resultado do término do compromisso de subscrição do Tesouro britânico), o Grupo manter-se-á sujeito aos termos e condições das Acções Preferenciais e ser-lhe-á exigido que encontre métodos alternativos para aumentar o seu rácio de capital Core Tier 1. Esses métodos podem incluir uma redução acelerada nos activos ponderados pelo risco, alienação de certos negócios, dependência aumentada em esquemas alternativos de liquidez apoiados pelo governo e outras formas de assistência governamental. Não há garantias de que algum destes métodos alternativos estarão disponíveis ou venham a ter sucesso em aumentar o rácio de capital Core Tier 1 para o nível desenhado ou num prazo actualmente previsto ou permitam que o Grupo resgate as Acções Preferenciais. Se a empresa for incapaz de angariar fundos suficientes através da Oferta, aumentar o seu rácio de capital Core Tier 1 de modo suficiente e resgatar as acções preferenciais, os seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras pode sofrer, os seus ratings de crédito podem cair, a sua capacidade de aceder a financiamento será ainda mais limitada, o seu custo de financiamento pode aumentar e a cotação das suas acções podem descer.

Os negócios, ganhos e condição financeira do Grupo foram e continuarão a ser afectados pela deterioração continuada da economia mundial, bem como pela instabilidade actual nos mercados financeiros mundiais.

O desempenho do Grupo foi e continuará a ser influenciado pelas condições económicas dos países em que ele opera, sobretudo no Reino Unido, nos Estados Unidos e outros países na Europa e Ásia. As condições recessivas estão presentes em muitos destes países, incluindo o Reino Unido e Estados Unidos, e espera-se que estas condições continuem ou piorem no curto ou médio prazo. Ademais, o sistema financeiro global continua a sofrer as dificuldades que primeiro se manifestaram em Agosto de 2007 e os mercados financeiros deterioram-se significativamente desde a falência do Lehman Brothers em Setembro 2008. Estas condições levaram a perturbações graves e contínuas dos mercados financeiros em todo o mundo e uma crise de liquidez sem precedentes, resultando no desenvolvimento de problemas significativos em várias das maiores instituições empresariais do mundo numa larga gama de sectores industriais, muitas das quais são clientes e contrapartes do Grupo no curso normal do seu negócio. Em resposta a esta instabilidade económica e falta de liquidez do mercado, vários governos, incluindo o governo do Reino Unido, os governos de outros estados-membros da UE e o governo dos EUA, intervieram de modo a injectar liquidez e capital no sistema financeiro e, em alguns casos, evitar a falência destas instituições.

Apesar destas medidas, a volatilidade e perturbação dos mercados de capitais e de crédito continuaram a níveis sem precedentes e espera-se que as condições recessivas se mantenham. Estas condições produziram e continuarão a produzir uma pressão descendente nos preços das acções e na disponibilidade e custo do crédito para as instituições financeiras, incluindo o Grupo, e continuarão a ter impacto na qualidade de crédito dos clientes e contrapartes do Grupo. Essas condições, isoladas ou em combinação com alterações regulamentares ou acções de outros participantes do mercado, podem fazer com que o Grupo sofra mais reduções na actividade dos negócios, custos de financiamento e pressões de financiamento acrescido, preços mais baixos das acções, valores de activos diminuídos, abatimentos e custos por imparidade adicionais e menor rentabilidade ou perdas.

Além disso, o Grupo continuará a estar exposto ao risco de perdas se os mutuários empresariais mais importantes ou instituições financeiras de contraparte possam falir ou sejam incapazes de cumprir as suas obrigações. O desempenho do Grupo também pode ser afectado pelas taxas de recuperação futuras nos activos e os pressupostos históricos subjacentes às taxas de recuperação dos activos, que podem já não ser exactas devido à perturbação sem precedentes do mercado e a instabilidade económica geral. A natureza precisa de todos os riscos e incertezas que o Grupo enfrenta em resultado das condições económicas actuais não se pode predizer e muitos destes riscos estão fora do controlo do Grupo.

A falta de liquidez é um risco para os negócios do Grupo e a sua capacidade para aceder a fontes de liquidez foi, e continua a ser, constrangidas.

O risco de liquidez é o risco que um Banco seja incapaz de cumprir as suas obrigações, incluindo compromissos de financiamento, à medida que vencem. Este risco é inerente às operações bancárias e pode ser agravado por uma série de factores empresariais específicos, como uma confiança excessiva numa determinada fonte de financiamento (incluindo, por exemplo, financiamento de curto prazo e *overnight*), alterações das notações de crédito ou fenómenos ao nível de todo o mercado como a perturbação do mercado e grandes desastres. Os mercados de crédito em todo o mundo sofreram e continuaram a sofrer uma grave redução de liquidez e financiamento a prazo na sequência dos acontecimentos do mercado de hipotecas residencial de *sub-prime* nos EUA e da grave perturbação actual do mercado. A percepção do risco de contraparte entre bancos aumentou significativamente após a declaração de falência do Lehman Brothers. Este aumento no risco de contraparte percebido levou ainda a maiores reduções em empréstimos interbancários e, por este motivo, tal como muitos outros bancos, o acesso do Grupo a fontes tradicionais de liquidez foi, e pode continuar a ser, restringido.

A gestão da liquidez do Grupo concentra-se na manutenção de uma estratégia de financiamento diversificada e apropriada para as suas operações, no controlo da variação dos vencimentos e na monitorização cuidadosa dos seus compromissos não utilizados e passivos contingentes. No entanto, a capacidade do Grupo em aceder a fontes de liquidez (por exemplo, através da emissão ou venda de instrumentos financeiros ou outros ou através do uso de empréstimos a prazo) durante o período recente de dificuldades de liquidez foram constrangidas até ao ponto de, tal como bancos, ter que depender em financiamento de prazo mais curto e *overnight* com uma consequente redução na liquidez global, e aumentar o seu recurso a esquemas de liquidez providenciada por bancos centrais.

Ademais, há também o risco eu as contrapartes empresariais e institucionais com exposições a créditos possam procurar reduzir todas as exposições de créditos a bancos, dada as tendências actuais de aversão ao risco, É possível que a perturbação do mercado de crédito se torne tão grave que o financiamento *overnight* de fontes não governamentais cesse de ficar disponível.

Além disso, tal como muitos outros bancos, o Grupo depende de depósitos de clientes para satisfazer uma parte considerável das suas necessidades de financiamento e esses depósitos estão sujeitos a flutuações devidos a certos factores que estão fora do controlo do Grupo, tais como a perda de confiança, pressões da concorrência ou repatriação encorajada ou obrigatória de depósitos por depositantes grossistas ou bancos centrais estrangeiros, que pode resultaram numa significativa saída de depósitos num curto período de tempo. Qualquer diminuição relevante dos depósitos do Grupo poderá, particularmente se acompanhada por algum dos outros factores acima descritos, ter um impacto negativo na liquidez do Grupo, a menos que sejam tomadas as correspondentes acções para melhorar o perfil de liquidez de outros depósitos ou reduzir activos.

Os governos de alguns países onde o Grupo opera têm tomado passos para garantir que as responsabilidades dos bancos e agências que operam nas suas respectivas jurisdições. Embora, em alguns casos, as operações do Grupo sejam cobertas por garantias governamentais juntamente com outros bancos locais, em outros países isto pode não ser necessariamente o caso. Isto pode colocar as subsidiárias a operar nesses países, como o Ulster Bank Ireland Ltd, que não participou nesses esquemas de garantia governamentais, numa desvantagem competitiva com outros bancos locais e, por conseguinte, possa exigir que o Grupo providencie financiamento e liquidez adicionais para apoiar essas operações.

Não pode haver garantia de que estas medidas, juntamente com outras medidas disponíveis, terão sucesso na melhoria do financiamento e da liquidez nos mercados onde o Grupo opera, ou que estas medidas, combinadas com qualquer custo acrescido de qualquer financiamento actualmente disponível no mercado, não irão conduzir a um novo aumento dos custos globais de financiamento do Grupo, que poderia ter um impacto negativo na condição financeira, resultados operacionais do Grupo ou resultar numa perda de valor nas acções do RBS.

Os esquemas governamentais de apoio estão sujeitos a cancelamento ou alterações, o que pode ter um impacto negativo sobre a disponibilidade do financiamento nos mercados onde o Grupo opera.

Os esquemas governamentais de apoio estão sujeitos a cancelamento ou alterações, com base na evolução das condições económicas e políticas na jurisdição do respectivo esquema. Além disso, alguns esquemas que têm sido recentemente anunciados, não foram de facto totalmente implementados, os seus termos ainda não foram concluídos. Na medida em que os esquemas governamentais de apoio são cancelados ou alterados de um modo a diminuir a sua eficácia, ou à medida em que tais esquemas falhem em gerar liquidez adicional ou outro tipo de apoio nos respectivos mercados em que operam tais esquemas, o Grupo, tal como os outros bancos, pode continuar a enfrentar um acesso limitado, ter um acesso insuficiente ou incorrer em custos associados mais altos, às alternativas de financiamento, o que poderia ter um impacto material adverso sobre os negócios, condição financeira, resultados operacionais, perspectivas do Grupo e resultar numa perda de valor das acções do RBS.

O desempenho financeiro do Grupo foi e será afectado pela qualidade de crédito do mutuário.

Os riscos decorrentes de alterações na qualidade de crédito e da recuperação de créditos e montantes em dívida das contrapartes são inerentes a uma vasta gama de empresas do Grupo. As perspectivas para a economia global para o curto a médio prazo tem continuado a deteriorar-se, em especial no Reino Unido, Estados Unidos e outras economias europeias. Por exemplo, há uma expectativa de novas reduções nos preços das propriedades residenciais e comerciais, maiores taxas de desemprego e diminuição da rentabilidade dos mutuários empresariais. Em resultado disso, o Grupo tem visto, e espera continuar a ver, mudanças adversas na qualidade de crédito dos seus

mutuários e contrapartes, com o aumento das moras, incumprimentos e insolvências em toda uma gama de sectores. Esta tendência tem conduzido e pode conduzir a maiores encargos por imparidade, custos mais elevados, abatimentos adicionais e perdas para o Grupo ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

A falha real ou percebida ou o agravamento do crédito das contrapartes do Grupo pode afectar negativamente o Grupo.

A capacidade do Grupo para intervir em operações de financiamento de rotina tem sido e continuará a ser afectada negativamente pela falha real ou percebida ou agravamento de crédito das suas contrapartes, incluindo outras instituições financeiras e empresas mutuárias. O grupo está exposto a muitas indústrias e contrapartes diferentes e executa rotineiramente transacções com contrapartes do sector financeiro, incluindo corretores e intermediários, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos de investimento e de cobertura, e outros clientes institucionais. Como resultado, o incumprimento, ou mesmo a solvabilidade percebida ou preocupações acerca dela, de uma ou mais empresas mutuárias, instituições de serviços financeiros, ou da indústria de serviços financeiros em geral, levaram a problemas de liquidez ao nível do mercado e poderia levar a perdas ou incumprimentos pelo Grupo ou por outras instituições. Muitas destas transacções, expõe o Grupo ao risco de crédito no caso de incumprimento da contraparte ou cliente do Grupo. Além disso, o risco de crédito do Grupo é agravado quando a garantia que ele detém não pode ser realizada ou é liquidada a preços que não são suficientes para recuperar o montante total da exposição do empréstimo ou derivado que é devido ao Grupo, cuja possibilidade de ocorrência é maior durante os períodos de crise de liquidez e avaliações de activos deprimidas, como aqueles que actualmente se vivem. Todas essas perdas poderiam ter um efeito adverso significativo sobre os resultados operacionais e a condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

Os ganhos e condição financeira do Grupo foram, e os seus ganhos e condição futuros continuarão provavelmente a ser, afectados por avaliações deprimidas de activos resultantes de más condições de mercado.

Os mercados financeiros estão actualmente sujeitos a condições de stress significativas, em que as quebras acentuadas dos valores percebidos ou reais dos activos são acompanhadas por uma forte redução de liquidez do mercado, como exemplificado pelos recentes acontecimentos que afectam as *collateralised debt obligations* (CDO) garantidas por activos e no mercado hipotecário residencial *sub-prime* dos EUA e os mercado de créditos alavancados. Em mercados perturbados, as estratégias de cobertura e outras de gestão de riscos comprovaram-se como não sendo tão eficazes como são em condições normais do mercado, devido em parte à decrescente qualidade de crédito das contrapartes de cobertura, incluindo companhias de seguro *monoline* e outras, e empresas de produtos derivados de crédito (CDPC). Graves acontecimentos de mercado resultaram em o Grupo ter registado grandes abatimentos nas suas exposições ao mercado de crédito em 2007. e 2008. O Grupo prevê que a deterioração nas condições económicas e financeiras de mercado levarão a novos encargos por imparidade e a abatimentos durante este exercício. Além disso, a recente volatilidade e iliquidez do mercado dificultou a valorização de certas exposições do Grupo. As avaliações em períodos futuros, que reflectem, entre outras coisas, as condições então prevalecentes do mercado e as alterações nos ratings de crédito de alguns activos do Grupo, podem resultar em alterações significativas do justo valor das exposições do Grupo, mesmo em relação a exposições, tal como as exposições ao mercado de crédito, para os quais o Grupo tinha previamente registo abatimentos. Ademais, o valor finalmente realizado pelo Grupo poderá ser materialmente diferente do justo valor actual ou estimado. Qualquer um destes factores pode exigir que o Grupo reconheça mais abatimentos significativos ou realize encargos por imparidades acrescidos, sendo que qualquer um deles pode afectar negativamente a sua condição financeira e resultados operacionais ou resultar numa perda de valor das acções RBS.

O valor ou a eficácia de qualquer protecção de crédito que o Grupo tenha comprado a seguradoras *monolines* e outras, e outras contrapartes do mercado (incluindo as empresas de produtos derivados de crédito – CDPC) depende do valor dos activos subjacentes, da situação financeira das seguradoras e dessas contrapartes.

O Grupo tem exposição ao crédito resultante de contratos de derivados fora de bolsa, principalmente *credit default swaps* (CDS), que são escriturados pelo justo valor. O justo valor destes CDS, bem como a exposição do Grupo ao risco de incumprimento por parte das contrapartes subjacentes, depende da avaliação e do risco de crédito percebido do instrumento em comparação com a protecção que foi comprada. Desde 2007, as seguradoras *monolines* e outras, e outras contrapartes do mercado (incluindo as empresas de produtos derivados de crédito) foram negativamente afectadas pela sua exposição às hipotecas residenciais associadas e produtos de créditos a empresas. Assim sendo, a sua solvabilidade real e percebida deteriorou-se significativamente em 2008, e pode continuar a ser afectada de igual modo em 2009. Se a condição financeira destas contrapartes ou a sua solvabilidade real ou percebida se deteriorar ainda mais, o Grupo pode registar mais ajustamentos de avaliação do crédito nos CDS comprados a estas contrapartes para além dos já registados.

As alterações das taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de obrigações, acções e matérias-primas, e outros factores de mercado afectaram significativamente, e continuarão a afectar, os negócios do Grupo.

Os riscos de mercado mais significativos que o Grupo enfrenta são os riscos de taxas de juro, taxas de câmbio e as cotações de obrigações, acções e matérias-primas. As alterações dos níveis das taxas de juro, das curvas de rendimento e dos *spreads* podem afectar a margem da taxa de juro realizada entre os custos da concessão e da obtenção de empréstimos, cujo o efeito pode ser realçado durante os períodos de dificuldades de liquidez, tal como o experimentado nos últimos meses. As alterações das taxas de câmbio, sobretudo das taxas de câmbio libra esterlina–dólar norte-americana e libra esterlina–euro, afectam o valor do activo, passivo, proveitos e despesas denominados em moeda estrangeira e os ganhos relatados pela subsidiárias do Grupo não localizadas no RU (principalmente o ABN AMRO, Citizens e RBS Greenwich Capital) e podem afectar os proveitos das operações cambiais. O desempenho dos mercados financeiros pode afectar as cotações das obrigações, acções e matérias-primas e, por conseguinte, provocar alterações no valor das carteiras de investimento e negociação do Grupo. Isto pode ter sido o caso durante o período, pois desde Agosto 2007, com as perturbações e volatilidade do mercado resultou em reduções significativas do valor destas carteiras. Embora o Grupo tenha implementado métodos de gestão dos riscos para atenuar e controlar estes e outros riscos de mercado a que o Grupo está exposto, é difícil, particularmente no ambiente actual, prever com exactidão as alterações das condições económicas ou de mercado e os efeitos que essas alterações podem ter no desempenho financeiro e nas operações económicas do Grupo ou resultar na perda de valor das acções do RBS.

Os custos de captação do Grupo e o seu acesso aos mercados de capital de dívida dependem significativamente dos seus ratings de crédito.

Em 19 de Janeiro de 2009, a Fitch baixou o rating individual do Grupo para E de B/C e desceu as acções preferenciais Tier 1 do Grupo para BB- de A+ e os instrumentos de capital híbrido upper tier 2 para BB de A+. O rating de crédito de longo prazo para dívida sénior sem garantia de AA- e o rating de curto prazo de F1+ foram confirmados. Na mesma dará, a Standard & Poor's baixou os seus ratings das emissões de capital híbridas do Grupo para BB de BBB.

Os ratings de crédito de longo prazo e curto prazo do Grupo de A+ e A-1, respectivamente, foram confirmados. A perspectiva do Grupo foi confirmada como estável. Em 20 de Janeiro de 2009, a Moody's baixou o Bank Financial Strength Rating de B para C- e desceu os ratings de dívida sénior de longo prazo e depósitos do Grupo para A1 de Aa2, ambos com uma perspectiva negativa. O rating de curto prazo P-1 foi confirmado. Estas e quaisquer futuras reduções nos ratings de crédito de longo prazo do Grupo ou uma das suas principais subsidiárias (particularmente o Royal Bank) podem aumentar ainda mais os seus custos de captação. Quaisquer novas reduções podem também limitar o acesso do Grupo aos mercados de capitais e desencadear requisitos adicionais de garantias em contratos de derivados e outros acordos de garantias de financiamento. Os ratings de crédito do Grupo e Royal Bank também são importantes para o Grupo quando concorrer em certos mercados, como os derivados fora de bolsa. Como resultado, quaisquer novas reduções nos ratings de crédito do Grupo ou do Royal Bank podem afectar negativamente o seu acesso à liquidez e posição competitiva, aumentar os seus custos de financiamento e ter um impacto negativo nos ganhos e condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

O desempenho económico do Grupo pode ser afectado negativamente se o seu capital não for eficazmente gerido.

A gestão eficaz do capital do Grupo é fundamental para a sua capacidade de exercer as suas actividades, crescer organicamente e seguir a sua estratégia. O Grupo é obrigado pelos reguladores do Reino Unido, Estados Unidos, Holanda e de outras jurisdições em que realiza actividades regulamentadas, a manter fundos próprios adequados. A conservação de fundos próprios adequados também é necessária para aumentar a flexibilidade financeira do Grupo perante a contínua turbulência e incerteza na economia mundial. Consequentemente, a finalidade da Primeira Oferta e Colocação e a Emissão de Acções Preferenciais foi permitir que a empresa reforce a sua posição de capital. A 31 de Dezembro de 2008, o rácios de capitais Tier 1 e Core Tier 1 do Grupo foram 9,9% e 6,6%, respectivamente, conforme reportado numa base consolidada proporcional utilizando a metodologia de Basileia II. Embora os proveitos líquidos da Primeira Oferta e Colocação e a Emissão de Acções Preferenciais tenham reforçado significativamente a base de capital do Grupo e que os proveitos líquidos da Oferta e Colocação serão utilizados para resgatar os 5 mil milhões de libras de Acções Preferenciais existentes e, por conseguinte, melhorar a qualidade do capital do Grupo ao aumentar o rácio de capital Core Tier 1 do Grupo, qualquer alteração que limite a capacidade do Grupo em gerir eficazmente os seus recursos de balanço e de capital no futuro (incluindo, por exemplo, reduções em lucros e ganhos retidos como resultado de abatimentos ou de qualquer outro modo, aumentos nos activos ponderados pelo risco, atrasos na alienação de alguns activos ou incapacidade de sindicar empréstimos como resultado das condições de mercado ou outras) ou aceder a fontes de financiamento pode ter um impacto material negativo na sua condição financeira e posição de capital regulamentar ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

O valor de certos instrumentos financeiros registados pelo justo valor é determinado utilizando modelos financeiros que incorporam pressupostos, opiniões e estimativas que podem alterar-se ao longo do tempo ou podem, finalmente, revelarem-se como inexactas.

De acordo com as IFRS, o Grupo reconhece pelo justo valor: (i) instrumentos financeiros classificados como "detidos para negociação" ou "designado ao justo valor através dos resultados"; (ii) activos financeiros classificados como "disponível para venda"; e (iii) derivados, conforme adiante descritos em "Políticas Contabilísticas" na página 182 das demonstrações financeiras. Em geral, para estabelecer o justo valor destes instrumentos, o Grupo baseia-se nas cotações do mercado ou, quando o mercado para um instrumento financeiro não estiver suficientemente activo, em modelos de avaliação internos que utilizam dados de mercado observáveis. Em certas circunstâncias, os dados para instrumentos financeiros individuais ou classes de instrumentos financeiros utilizados por tais modelos de avaliação podem não estar disponíveis ou ficar indisponíveis devidos as alterações em condições de mercado, como foi o caso durante a actual crise financeira. Nestas circunstâncias, os modelos de avaliação internos do Grupo exigem que o Grupo faça pressupostos, opiniões e estimativas para estabelecer o justo valor. Em comum com outras instituições financeiras, estes modelos de avaliação internos são complexos e os pressupostos, opiniões e estimativas que o Grupo é obrigado a fazer relaciona-se frequentemente com assuntos que são inerentemente incertos, tal como fluxos de caixa esperados, a capacidade dos mutuários para servir a dívida, apreciação e depreciação dos preços de imobiliário residencial e comercial e níveis relativos de incumprimentos e faltas. Tais pressupostos, opiniões e estimativas podem necessitar de ser actualizados para reflectir a evolução dos factos, tendências e condições de mercado. A alteração resultante nos justos valores dos instrumentos financeiros teve e pode continuar a ter um efeito material negativo nos ganhos e condição financeira do Grupo. De igual modo, a recente volatilidade e iliquidez do mercado questionou as bases factuais de certos pressupostos subjacentes e tornou difícil avaliar alguns dos instrumentos financeiros do Grupo. As avaliações nos períodos futuros, reflectindo as condições de mercado prevalecentes, pode resultar em mais alterações significativas dos justos valores destes instrumentos, que poderão ter um efeito negativo nos resultados operacionais e condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

Os futuros ganhos e condição financeira do Grupo dependem, em parte, do sucesso do recentragem estratégico do Grupo em pontos fortes nucleares e o seu programa de alienações.

O Grupo está a empreender uma revisão estratégica de suas operações à luz das perspectivas económicas mundiais recentemente alteradas, que se espera que venha a incidir sobre a realização adequada de retornos ajustados ao risco sob estas novas circunstâncias, reduzindo a dependência ao financiamento por grosso e diminuindo a exposição a negócios de capital intensivo. O Grupo também irá continuar com o seu programa de alienação e analisar as suas carteiras para identificar outras cessões de certos activos não essenciais. Embora o Grupo espera que o produto da Oferta e Colocação melhore a qualidade do seu capital, ao substituir as actuais 5 mil milhões de libras de Acções Preferenciais com 5 mil milhões de libras de capital Core Tier 1, os mercados de crédito mundiais permanecem difíceis e a execução por parte do Grupo dos seus actuais e futuros planos estratégicos podem não ser bem sucedidos. Em conexão com a implementação desses planos, o grupo poderá incorrer em encargos reestruturação, que podem ser relevantes. Além disso, se os planos do grupo, incluindo eventuais alienações planeadas, não tiverem sucesso ou não atinjam os resultados esperados, os negócios, posição de capital, condição financeira, resultados das operações e perspectivas futuras do Grupo podem ser negativamente afectados ou isto poderia resultar numa perda de valor das acções do RBS.

O Grupo opera em mercados que são altamente competitivos e consolidados. Se o Grupo é incapaz de ter um desempenho eficaz, o seu negócio e resultados operacionais podem ser negativamente afectados.

A recente consolidação entre instituições bancárias no Reino Unido, Estados Unidos e em toda a Europa está a alterar a paisagem competitiva dos bancos e outras instituições financeiras. Esta consolidação, em combinação com a introdução de novos participantes nos mercados dos EUA e RU provenientes de outros países europeus e asiáticos, poderá aumentar as pressões competitivas sobre o Grupo. Além disso, se os mercados financeiros continuarem voláteis, mais bancos serão forçados a consolidarem-se.

Para além dos efeitos da consolidação, um aumento da participação ou envolvimento governamental nos bancos pode, em geral, ter impacto no cenário de concorrência dos principais mercados em que o Grupo opera. Embora, no momento presente, seja difícil predizer quais serão os efeitos desta participação e envolvimento governamental aumentados ou como eles serão distintos de jurisdição para jurisdição, tal envolvimento pode fazer com que o Grupo sofra uma maior concorrência por clientes empresariais, institucionais e de retalho e uma maior pressão sobre as margens de lucro. Visto que se espera que os mercados em que o Grupo opera se mantenham altamente competitivos em todas as áreas, estas e outras alterações ao cenário de concorrência pode afectar o negócio, margens, rentabilidade e condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

O Grupo acordou certos compromissos em relação à operação dos seus negócios no Acordo da Primeira Oferta e Colocação e no Acordo da Segunda Oferta e Colocação.

Nos termos do Acordo da Primeira Oferta e Colocação, o Grupo assumiu alguns compromissos destinados a assegurar que a subscrição pelo Tesouro britânico das Acções Ordinárias e Acções Preferenciais e a potencial participação do Grupo no esquema de garantia promovido pelo Tesouro britânico, como parte do seu apoio ao sector bancário do RU é compatível com o mercado comum ao abrigo da legislação da UE. Estes compromissos incluem: (i) apoiar algumas iniciativas em relação ao crédito hipotecário e de crédito às PME até 2011, (ii) regulamentar a remuneração da administração e (iii) regular a taxa de crescimento do balanço do Grupo. Estes compromissos, embora não tenham um efeito relevante sobre o Grupo, podem servir ainda para limitar as operações do Grupo. Além disso, nos termos do Acordo da Segunda Oferta e Colocação, o Grupo está sujeito a novos compromissos, que são: (i) a prorrogação dos compromissos de empréstimo assumidos com o Tesouro britânico no Acordo da Primeira Oferta e Colocação e (ii) aumentar o nível a que os empréstimos com preços competitivos são disponibilizados e activamente comercializados pelo Grupo no Reino Unido em 6 mil milhões de libras.

O Grupo pode ser incapaz de atrair ou conservar gestores de topo ou outros colaboradores essenciais.

A capacidade do Grupo em implementar a sua estratégia depende da capacidade e experiência dos seus gestores de topo e outros colaboradores essenciais. A perda dos serviços de certos colaboradores essenciais, particularmente para a concorrência, pode ter um efeito negativo nos negócios do Grupo. O futuro sucesso do Grupo também dependerá da sua capacidade em atrair, conservar e remunerar competitivamente em relação aos seus homólogos e conservar pessoal altamente competente e qualificado, o que não pode ser garantido, particularmente à luz da supervisão aumentada dos reguladores dos bancos e escrutínio aumentado, e (em alguns casos) das restrições impostas, sobre os acordos de remuneração das administrações, em especial naquelas instituições que receberam financiamento governamental (como o Grupo). O Grupo anunciou recentemente alterações à sua estrutura de remunerações, que incluiu reduções significativas nos bónus a pagar relativamente a 2008 e limitações nos aumentos de remuneração em 2009. Os pormenores destas alterações são delineados numa carta do Presidente da Comissão de Remunerações na página 159. Para além dos efeitos destas medidas na capacidade do Grupo em manter os gestores de topo e outros colaboradores essenciais, o mercado para pessoas qualificadas está a tornar-se mais competitivo, o que significa que o custo de contratação, formação e conservação de pessoal qualificado pode continuar a aumentar. A incapacidade em atrair ou manter um número suficiente de pessoal adequadamente qualificado pode impedir que o Grupo implemente com sucesso a sua estratégia, o que pode ter um efeito material negativo na condição financeiras e resultados operacionais do Grupo ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

Todas as actividades do grupo estão sujeitas a uma regulação e supervisão substancial. Quaisquer desenvolvimentos significativos de regulação podem ter efeito sobre como o Grupo conduz o seu negócio e nos seus resultados operacionais e condição financeira.

O Grupo está sujeito às leis, regulamentos, acções e políticas administrativas sobre serviços financeiros em cada local em que opera. Todos eles estão sujeitos a alterações, particularmente no clima actual do mercado, onde tem havido níveis sem precedentes de intervenção dos governos e alterações aos regulamentos que regem as instituições financeiras, incluindo as recentes nacionalizações no Reino Unido, Estados Unidos e outros países europeus. Como resultado destas e de outras alterações em curso, bem como de futuras alterações na paisagem de regulação dos serviços financeiros (incluindo as exigências impostas por força da participação do Grupo em qualquer iniciativa governamental ou liderada pelo regulador), o Grupo espera enfrentar uma maior regulação no Reino Unido, Estados Unidos, Holanda e outros países em que opera, incluindo todo o resto da Europa. O cumprimento dessas normas pode aumentar os requisitos de fundos próprios e custos do Grupo e ter um impacto negativo sobre o seu negócio, os produtos e serviços que oferece e o valor dos seus activos ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

Outras áreas onde as políticas governamentais e alterações regulamentares poderão ter um impacto adverso incluem, de forma não exaustiva:

- políticas monetárias, de taxas de juro, de adequação de fundos próprios e outras dos bancos centrais e autoridades reguladoras;
- alterações gerais na política de governo ou de regulamentação ou alterações nos regimes regulamentares que podem influenciar significativamente as decisões do investidor, em mercados específicos nos quais o Grupo opera ou podem aumentar os custos de fazer negócios nesses mercados;
- alterações às normas de relato financeiro;
- outras alterações em geral os requisitos regulamentares, tais como as regras prudenciais relativas à adequação dos fundos próprios e a imposição de obrigações de cumprimento onerosas, restrições sobre o crescimento do negócio ou preços e as condições para operar de uma forma que privilegia outros objectivos que não a criação valor para o accionista;
- alterações nos ambientes e preços de concorrência;
- novos desenvolvimentos no ambiente de relato financeiro;
- diferenciação entre as instituições financeiras por parte dos governos no que diz respeito à extensão de garantias para depósitos bancários dos clientes e as condições inerentes a tais garantias, incluindo as exigências para que todo o Grupo aceite a exposição ao risco de que qualquer membro individual do Grupo, ou até mesmo de terceiros participantes nos esquemas de garantia, possa falir;
- implementação de, ou custos relacionados com, esquemas de compensação ou reembolso de clientes ou depositantes locais;
- transmissibilidade e convertibilidade do risco cambial;
- expropriação, nacionalização, confisco de activos;
- alterações na legislação relativa à propriedade estrangeira, e

- outros desenvolvimentos políticos, militares ou diplomáticos desfavoráveis que produzam instabilidade social ou insegurança jurídica que, por sua vez, podem afectar a procura por produtos e serviços do Grupo.

Os resultados do grupo foram, e poderão ainda ser mais, afectados negativamente no caso de imparidade do goodwill.

O Grupo capitaliza o goodwill, que é calculado como o excesso do custo de uma aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos identificáveis. O goodwill adquirido é reconhecido inicialmente pelo custo e posteriormente pelo custo menos quaisquer perdas por imparidade. Conforme requerido pelas IFRS, o Grupo testa a imparidade do goodwill anualmente ou com maior frequência, a datas de relato externas, quando eventos ou circunstâncias indicam que ele pode estar em imparidade. Um teste de imparidade envolve a comparação do valor recuperável (o mais elevado do valor em uso e justo valor menos o custo para vender) de uma unidade individual geradora de caixa com o seu valor contabilístico. O valor em uso e o justo valor das unidades geradoras de caixa do Grupo são afectadas pelas condições do mercado e o desempenho das economias em que o Grupo opera. Quando o Grupo é obrigado a reconhecer uma imparidade de goodwill, é registado na demonstração dos resultados do Grupo, embora não tenha qualquer efeito sobre a posição do capital regulamentar do Grupo.

O Grupo poderá ser obrigado a fazer outras contribuições para o seu esquema de pensões, se o valor dos activos dos fundos de pensão não for suficiente para cobrir eventuais obrigações.

O Grupo mantém vários esquemas de pensões com benefícios definidos para antigos e actuais colaboradores. O risco de pensão é o risco que as responsabilidades dos diversos esquemas de pensões com benefícios definidos, que são por natureza de longo prazo, venham a exceder os activos do esquema, em resultado de que o Grupo é obrigado ou opte por fazer contribuições adicionais para os esquemas. Os activos do esquema incluem carteiras de investimento que são detidas paras satisfazer as responsabilidades projectadas para com os membros do esquema. O risco emerge dos esquemas, pois o valor destas carteiras de activos e suas rentabilidades pode ser menor do que o esperado e porque pode haver aumentos maiores do que o esperado no valor estimado das responsabilidades dos esquemas. Nestas circunstâncias, o Grupo poderá ser obrigado a, ou poderá optar por, fazer contribuições adicionais para os esquemas e, durante períodos recentes, o Grupo tem feito voluntariamente tais contribuições. Dada a actual conjuntura económica, as dificuldades do mercado financeiro e as perspectivas de que elas persistam a curto e médio prazo, o Grupo pode ser obrigado ou optar por continuar a fazer contribuições para os esquemas de pensões e essas contribuições podem ser significativas e ter um impacto negativo sobre a posição de capital, resultados operacionais ou condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

O Grupo está, e pode estar, sujeito a litígios e investigações que podem ter impacto nos seus negócios.

As operações do Grupo são complexas e diversificadas e ele opera em ambientes jurídicos e regulamentares que o expõem a litígios, investigações dos reguladores e outros riscos de regulamentação potencialmente significativos. Assim sendo, o Grupo está, e no futuro pode estar, envolvido em vários contenciosos, acções judiciais e investigações regulamentares no Reino Unido, Estados Unidos e em outras jurisdições, incluindo acções judiciais colectivas. Além disso, o Grupo, como muitas outras instituições financeiras, tem sido objecto de um maior escrutínio regulamentar nos últimos anos e espera que este clima continue no futuro previsível, especialmente no que se refere ao cumprimento de novas e existentes leis e regulamentos sobre governo das sociedades, remuneração dos colaboradores, condução do negócio, branqueamento de capitais e anti terrorismo. Litígios, acções judiciais e investigações regulamentares estão sujeitos a muitas incertezas, e os seus resultados são muitas vezes difíceis de prever, em particular nos estágios iniciais de um processo ou investigação. Acções regulamentares adversas ou sentenças adversas em litígios podem resultar em restrições ou limitações das operações do Grupo ou resultar num efeito adverso significativo sobre a reputação ou resultados operacionais do Grupo, ou resultar numa perda de valor das acções do RBS. Para mais informações sobre determinados litígios e investigações regulamentares em que o Grupo está envolvido, ver Nota 32 das demonstrações financeiras.

Os riscos operacionais são inerentes às actividades do Grupo.

As actividades do Grupo dependem da capacidade de processar um número muito elevado de transacções com eficiência e precisão, ao mesmo tempo que se cumprem as leis e regulamentos aplicáveis do local onde se faz negócio. O Grupo tem operações complexas e geograficamente diversas e podem emergir riscos e perdas operacionais podem resultar de fraude, interna ou externa, de erros de colaboradores ou terceiros, da não documentação correcta das transacções ou da não obtenção das devidas autorizações, do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e das regras de condução do negócio (incluindo as que emergem de legislação contra o branqueamento de capitais ou antiterrorista), de avarias do equipamento, de desastres naturais ou da inadequação ou falha de sistemas e controlos, incluindo os dos fornecedores ou contrapartes do Grupo. Embora o Grupo tenha implementado controlos de risco e acções de minimização das perdas e sejam dedicados recursos substanciais para o desenvolvimento de procedimentos eficientes e para a identificação e rectificação de pontos fracos nesses sistemas e controlos e para a formação do pessoal, não é possível ter a certeza que essas acções foram ou serão eficazes em controla cada um desses riscos operacionais que o Grupo enfrenta. Qualquer ponto fraco nestes sistemas ou controlos, ou qualquer infracção ou alegada infracção das leis e regulamentos aplicáveis podem ter um impacto negativo significativo no negócio, reputação, resultados operacionais e cotação das acções do Grupo. Não obstante tudo o que está contido neste factor de risco, não deve ser tomado como implicando que quer a empresa quer o Grupo serão incapazes de cumprir as suas obrigações como sociedade com valores mobiliários admitidos ao Boletim Oficial de Cotações ou como firma supervisionada regulada pela FSA.

O Grupo está exposto ao risco de alterações da legislação fiscal e da sua interpretação e a aumentos da taxa sobre as sociedades e de outros impostos nas jurisdições onde opera.

As actividades do Grupo estão sujeitas a tributação a várias taxas em todo o mundo, calculadas de acordo com a legislação e a prática locais. As medidas tomadas pelos governos para aumentar as taxas de imposto ou aplicar impostos adicionais diminuem a rentabilidade do Grupo. Quaisquer revisões da legislação fiscal ou da sua interpretação também podem afectar os resultados futuros do Grupo.

A aquisição de uma participação maioritária no Grupo por parte do Tesouro britânico pode levar a certas consequências fiscais negativas para o Grupo.

A aquisição por parte do Tesouro britânico de uma participação maioritária no Grupo em consequência da Primeira Oferta e Colocação pode, em certas circunstâncias, ter consequências fiscais adversas que podem afectar a rentabilidade depois de impostos do Grupo.

As actividades de seguros do grupo têm riscos inerentes que envolvem reclamações.

As futuras reclamações na actividade de seguros gerais e de vida do Grupo podem ser superiores ao previsto devido à alteração das tendências na experiência das reclamações resultantes de catástrofes climatéricas, desenvolvimentos demográficos, alterações da mortalidade e outras causas fora do controlo do Grupo. Estas tendências poderiam afectar a rentabilidade dos produtos e serviços de seguros actuais e futuros. O Grupo ressegura alguns dos riscos que assumiu e está, consequentemente, exposto ao risco de perda caso os seus resseguradores fiquem incapazes ou não estar dispostos a pagar as reclamações feitas pelo Grupo contra eles.

As operações do Grupo têm um inerente risco de reputação.

O risco de reputação, que significa o risco para os lucros e capital provenientes de uma opinião pública negativa, é inerente ao negócio do Grupo. Uma opinião pública negativa pode resultar de um modo real ou percebido como o Grupo conduz as suas actividades de negócios ou de práticas reais ou percebidos no sector bancário e financeiro. Uma opinião pública negativa pode afectar negativamente a capacidade do Grupo para manter e atrair clientes e, em especial, depositantes empresariais e de retalho. O Grupo não pode garantir que terá sucesso em evitar danos ao seu negócio por risco de reputação.

No Reino Unido e em outras jurisdições, o Grupo é responsável por contribuir para esquemas de indemnização em relação aos bancos e outras empresas de serviços financeiros autorizados que são incapazes de cumprir suas obrigações para com os clientes.

No Reino Unido, o Financial Services Compensation Scheme (o "Esquema") foi criado no âmbito da FSMA e é, no Reino Unido, o fundo regulamentar de último recurso para os clientes de firmas de serviços financeiros autorizadas. O Esquema pode pagar indemnizações aos clientes, caso uma firma seja incapaz, ou susceptível de ser incapaz, para pagar reivindicações contra ela e, se a Lei Bancária estiver promulgada na sua forma actual, pode ser obrigada a fazer pagamentos, quer no âmbito do exercício de um poder de estabilização ou em exercício dos procedimentos de insolvência do banco ao abrigo dessa Lei. O Esquema é financiado por cotizações de firmas autorizadas pela FSA, incluindo o Grupo. No caso em que o Esquema que angaria fundos de firmas autorizadas angarie esses fundos com maior frequência ou aumente significativamente as cotizações a serem pagas por essas firmas, os custos associados para o Grupo pode ter um impacto material sobre os seus resultados operacionais e condição financeira. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo fez uma provisão de 150 milhões de libras referentes a cotização para o Esquema.

Além disso, na medida em que outras jurisdições onde o Grupo opera introduziram ou planeiam introduzir esquemas de indemnizações, contributivos ou de reembolso semelhantes (como nos Estados Unidos com a Federal Deposit Insurance Corporation), o Grupo pode fazer novas provisões e pode incorrer custos e responsabilidades adicionais, o que pode ter um impacto negativo na sua condição financeira e resultados operacionais ou resultar numa perda de valor das acções do RBS.

A actividade e lucros do Grupo podem ser afectados por condições Geopolíticas.

O desempenho do Grupo é significativamente influenciado por condições geopolíticas e económicas prevalecentes em qualquer dada altura nos países em que ele opera, particularmente no Reino Unido, Estados Unidos e outros países da Europa e Ásia. Por exemplo, o Grupo está presente em países onde os negócios podem ser expostos ao risco de interrupção do negócio e abrandamento económico no seguimento da irrupção de uma pandemia, o risco de incumprimento soberano no seguimento da assunção de certos governos das obrigações de instituições do sector privado. Além disso, o Grupo enfrenta o risco mais elevado de barreiras ao comércios, controlos cambiais e outras medidas tomadas por governos soberanos que podem ter impacto na capacidade de pagamento dos mutuários. Actos e ameaças terroristas e a resposta a eles por parte dos governos em qualquer um destes países também podem afectar negativamente os níveis de actividade económica e ter um efeito negativo sobre o negócio do Grupo.

As propostas de reestruturação do ABN AMRO são complexas e podem não obter os benefícios previstos para o Grupo.

O plano de reestruturação em vigor para a integração e separação do ABN AMRO nos e entre os negócios e operações dos membros do consórcio é complexo, envolvendo uma reorganização substancial das operações e da estrutura jurídica do ABN AMRO. Além disso, o plano contempla actividades que decorrem em simultâneo numa série de divisões e jurisdições. Embora os esforços de integração estejam bem encaminhados e a avançar em várias frentes, a implementação da reorganização e a concretização dos benefícios previstos nos calendários programados, particularmente nas condições económicas e de mercado actuais, será difícil, embora o Grupo se mantenha confiante de que esses objectivos serão alcançados. A execução da reestruturação exige recursos de gestão anteriormente dedicados às actividades do Grupo e a retenção de pessoal do ADN AMRO devidamente qualificado. O Grupo pode não obter os benefícios da aquisição ou da reestruturação quando previsto, nem na medida esperada. Não se espera que a aquisição das acções do Fortis Bank Nederland na RFS Holdings por parte do Estado Holandês, realizada em Dezembro 2008, afecte materialmente os benefícios de integração previstos pelo Grupo.

A recuperabilidade de certos activos por impostos diferidos reconhecidos pelo Grupo dependem da capacidade do Grupo em gerar lucros tributáveis futuros suficientes e não haver alterações negativas na legislação fiscal

Em conformidade com as IFRS, o Grupo reconheceu activos por impostos diferidos sobre perdas disponíveis para aliviar os lucros futuros de impostos apenas na medida em que é provável que eles serão recuperados. As perdas são quantificadas com base na actual legislação fiscal e estão sujeitos a alterações em relação à taxa de imposto ou as regras de cálculo dos lucros tributáveis e perdas admissíveis. A incapacidade em gerar lucros tributáveis futuros suficientes ou alterações na legislação fiscal pode reduzir o valor recuperável dos activos por impostos diferidos reconhecidos.

Principais indicadores financeiros

para o exercício findo em 31 de Dezembro	*Pro forma* 2008 £m	*Pro forma* 2007 £m	Oficiais 2008 £m	Oficiais 2007 £m
Total de proveitos (1)	26.875	33.564	25.868	30.366
Lucro subjacente (2)	80	10.314	—	—
Resultados antes de impostos (3)	(8.127)	8.962	(40.667)	9.832
Resultado atribuível a accionistas ordinários	(24.051)	6.823	(24.137)	7.303
Rácio CIR (4)	59,2%	49,5%	208,9%	45,9%
(Perda)/lucro básico por acção (pence) (5)	(61,0p)	40,8p	(145,7p)	64,0p
(Perda)/lucro ajustado por acção (pence) (5, 6)	(5,2p)	44,5p	—	—

Em 31 de Dezembro	Pro forma 2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficiais 2008 £m	Oficiais 2007 £m
Total do activo	2.218.693	1.595.066	2.401.652	1.840.829
Empréstimos e adiantamentos a clientes	731.165	700.191	874.722	828.538
Depósitos	780.395	860.621	897.556	994.657
Situação líquida	58.879	53.038	58.879	53.038
Rácio de solvabilidade – Tier 1 (7)	9,9%	7,0%	10,0%	7,3%
– total	14,2%	11,3%	14,1%	11,2%

Notas:

(1) O total de proveitos *pro forma* exclui os abatimentos de mercado de crédito e os itens solados e a parte nos activos partilhados. Na demonstração de resultados consolidados oficiais na página 174, estes itens estão incluídos no total de proveitos.

(2) O lucro subjacente representa o lucro *pro forma* antes de impostos, abatimentos de mercado de crédito e perdas por imparidade de itens únicos em activos classificados, amortização de intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação e parte nos activos partilhados.

(3) Os indicadores *pro forma* exclui o abatimento de goodwill e outros activos intangíveis.

(4) O rácio Cost:Income *pro forma* representa as despesas operacionais excluindo a amortização dos intangíveis adquiridos, abatimentos do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação e parte nos activos partilhados expressos como uma percentagem do total de proveitos, excluindo os abatimentos de mercado de crédito e itens únicos.

(5) Os dados por acção do ano anterior foram reformulados para reflectir a emissão de direitos de subscrição em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008.

(6) O lucro ajustado por acção baseia-se nos lucros ajustados pela amortização dos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação, parte nos activos partilhados e abatimentos de mercado de crédito e itens únicos.

(7) Os dados de 2008 estão numa base Basileia II; os dados de 2007 são numa base Basileia I.

Síntese dos resultados

Como referido na página 24, os resultados do ABN AMRO estão totalmente consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo. Por conseguinte, os resultados oficiais do RBS nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2008 incluem os resultados do ABN AMRO respeitantes a 76 dias e a um ano inteiro, respectivamente. As participações do Estado Holandês e do Santander na RFS Holdings estão incluídas nos interesses minoritários.

Os resultados *pro forma* foram elaborados de modo a incluírem apenas as unidades de negócios do ABN AMRO que serão mantidos no RBS e assumindo que a aquisição do ABN AMRO estava concluída em 1 de Janeiro de 2007. Os dados por acção foram calculados com o pressuposto que a emissão de direitos de subscrição em Junho de 2008 e a emissão de capitalização em Setembro de 2008 ocorreram em 1 de Janeiro de 2007. A análise financeira e o desempenho por divisão na Análise por actividade concentram-se nos resultados *pro forma*. As bases para elaboração dos resultados *pro forma* são pormenorizadas na página 74.

Resumo da demonstração dos resultados consolidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

Na demonstração de resultados *pro forma* a seguir apresentada os abatimentos de mercado de crédito e itens únicos, amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação e parte nos activos partilhados são apresentados separadamente. Na demonstração de resultados consolidada oficial apresentada na página 174, estas rubricas estão incluídas nos proveitos não provenientes de juros, despesas operacionais e imparidades, conforme apropriado.

	Pro forma		Oficiais	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Margem financeira	15.939	12.382	18.675	12.069
Serviços e comissões a receber	8.839	9.171	9.831	8.278
Serviços e comissões a pagar	(2.391)	(2.147)	(2.386)	(2.193)
Outros proveitos não provenientes de juros	(1.221)	8.176	(6.578)	6.125
Proveitos de prémios de seguros líquidos	5.709	5.982	6.326	6.087
Proveitos não provenientes de juros excluindo abatimentos de mercado de crédito e itens únicos	10.936	21.182	7.193	18.297
Abatimentos de mercado de crédito e itens únicos	(5.641)	(1.268)	—	—
Proveitos não provenientes de juro	5.295	19.914	7.193	18.297
Total de proveitos	21.234	32.296	25.868	30.366
Despesas operacionais excluindo itens únicos	15.916	16.618	54.033	13.942
Itens únicos	—	(242)	—	—
Resultado antes de outros encargos operacionais	5.318	15.920	(28.165)	16.424
Reclamações de seguros líquidas	3.917	4.528	4.430	4.624
Lucro operacional antes de imparidades	1.401	11.392	(32.595)	11.800
Perdas por imparidade antes de imparidade de activos reclassificados	6.962	2.104	8.072	1.968
Perdas por imparidade em activos reclassificados	466	—	—	—
Resultado operacional do Grupo (1)	(6.027)	9.288	(40.667)	9.832
Amortização de activos intangíveis adquiridos	443	124	—	—
Custos de integração	1.050	108	—	—
Custos de reestruturação	307	—	—	—
Parte nos activos partilhados	300	94	—	—
Resultado antes de impostos	(8.127)	8.962	(40.667)	9.832
Impostos	1.280	(1.709)	2.323	(2.044)
Resultado após impostos das operações continuadas	(6.847)	7.253	(38.344)	7.788
Resultados de operações descontinuadas, líquidos de imposto	—	—	3.971	(76)
Resultado do exercício	(6.847)	7.253	(34.373)	7.712
Interesses minoritários	412	184	(10.832)	163
Outros proprietários	596	246	596	246
Resultado atribuível a accionistas ordinários antes de abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	(7.855)	6.823	(24.137)	7.303
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, líquido de imposto	(16.196)	—	—	—
	(24.051)	6.823	(24.137)	7.303
Lucro básico por acção ordinária (2)	(61,0p)	40,8p	(145,7p)	64,0p
Amortização de intangíveis	0,9p	0,6p		
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	41,1p	—		
Abatimentos de mercado de crédito e itens únicos	10,8p	2,4p		
Custos de integração	1,9p	0,5p		
Parte nos activos partilhados	0,5p	0,2p		
Custos de reestruturação	0,6p	—		
Lucro ajustado por acção ordinária (2)	(5,2p)	44,5p		

Notas:
(1) O resultado operacional do Grupo *pro forma* exclui amortização de intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação e parte da RBS nos activos partilhados do consórcio.
(2) Os dados do ano anterior foram reformulados para reflectir as emissões de direitos de subscrição em Junho de 2008 e emissão de capitalização em Setembro 2008.

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

Lucros

O resultado operacional do Grupo, excluindo abatimentos de mercado de crédito e itens únicos, perdas por imparidades em activos reclassificados, amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação e parte nos activos partilhados, foi de £80 milhões, em comparação com um lucro de £10.314 milhões em 2007. A redução foi, principalmente, o resultado do declínio substancial dos proveitos não provenientes de juros, de um número de perdas específicas como falhas de contrapartes e um aumento acentuado nos encargos com imparidades de crédito, reflectindo uma fraqueza nos mercados financeiros e uma deterioração da economia global.

As perdas de exposições de mercado de crédito previamente divulgadas aumentaram para £7.781 milhões, em comparação com £2.387 milhões em 2007, com a grande maioria incorrida no primeiro semestre do ano. Os itens únicos cifraram-se num crédito de £1.674 milhões, mais 23% do que em 2007, principalmente como resultado de um aumento de £1.232 milhões no valor contabilístico da dívida própria contabilizada pelo justo valor. Após custos de integração, custos de reestruturação, amortização de intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis e parte nos activos partilhados, o Grupo registou uma perda antes de imposto de £25,038 milhões em comparação um lucro antes de imposto de £8.962 milhões em 2007.

Após impostos, os interesses minoritários e dividendos de acções preferenciais, a perda atribuível a accionistas ordinárias foi de £24.051 milhões, em comparação com um lucro atribuível de £6.823 milhões em 2007.

Total de proveitos

O total de proveitos, excluindo abatimentos de crédito de mercado e itens únicos, declinaram 20% para £26.875 milhões, com uma deterioração significativamente durante o segundo semestre do ano, principalmente, como resultado de £5,8 mil milhões de abatimentos de transacções de activos, falhas de contrapartes e reservas incrementais na GBM. Enquanto os proveitos aumentarem em 2008 na Global Transaction Services e se mantiveram estáveis em Regional Markets e Insurance, ocorreu uma redução significativamente em Global Banking & Markets, onde um forte desempenho em taxas, divisas e matérias-primas foram compensadas por uma deterioração acentuada em mercados de crédito e acções.

Margem financeira

A margem financeira aumentou 29% para £15.939 milhões, com os empréstimos e adiantamentos a clientes médio mais 17% acima e depósitos de clientes médios mais 6%. A margem financeira do Grupo aumento de 2,00% para 2,10%, reflectindo amplamente o sucesso das actividades de taxas num ambiente de taxas de juros em declínio. No entanto, as margens apertaram em Regional Markets, pois as taxas de juro do mercado caíram, com os mercados de depósitos a manterem-se competitivos e os ajustes de preços nos empréstimos demoraram algum tempo a reflectir-se no livro.

Proveitos não provenientes de juros

Os proveitos não provenientes de juros foram gravemente afectados pela fraqueza nos mercados financeiros experimentadas no decurso do ano, particularmente no quarto trimestre. Excluindo os abatimentos de mercado de crédito e itens únicos, os proveitos não provenientes de juros totalizaram £10.936 milhões, inferiores em 48% em relação a 2007. Ao passo que o declínio foi particularmente acentuado nos negócios de mercados de crédito e acções da GBM, com volumes de negócios reduzidos e perdas de transacções *mark-to-market* ascendentes. A Regional Markets também viu os proveitos não provenientes de juros caírem na parte final do ano, quando a decrescente confiança do consumidor levou uma procura inferior de crédito e outros produtos financeiros.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totais foram reduzidas em 4% para £15.916 milhões, com um crescimento de custos nas franquias bancárias básicas de retalho e comercial do Grupo, compensados pelos programas de eficiência e uma redução significativa nos custos com o pessoal na Global Banking & Markets. O rácio Cost:Income do Grupo deteriorou-se para 59,2%, em comparação com 49,5% em 2007, reflectindo largamente o impacto nos proveitos das difíceis condições de mercado do exercício.

Reclamações de seguros líquidas

As reclamações de seguros líquidas caíram em 13% para £3.917 milhões. As reclamações de seguros gerais caíram em 7%, reflectindo uma melhor selecção de risco, melhor gestão das reclamações e a não recorrência das graves inundações ocorridas em 2007. As reclamações de bancassurance declinaram em 64% como resultado de movimentos nos valores de mercados financeiros.

Perdas por imparidades

As perdas por imparidade de créditos (excluindo activos reclassificados) aumentaram para £6.962 milhões em 2008, em comparação com £2.104 milhões em 2007. O Grupo sofreu uma deterioração pronunciada em imparidades no segundo semestre do ano, conforme as dificuldades financeiras se espalharam para uma larga gama de clientes. O maior aumento em imparidades ocorreu na GBM, onde as imparidades do quarto trimestre totalizaram £2.938 milhões, incluindo uma perda de aproximadamente £900 milhões na exposição do Grupo ao LyondellBasell. No entanto, os negócios da Regional Markets em todas as zonas geográficas também sofreram um aumento acentuado em imparidades no segundo semestre, particularmente nos segmentos das empresas no RU e Irlanda e no dos particulares nos EUA.

As imparidades representaram 0,46% dos empréstimos e adiantamentos brutos, excluindo acordos de reversão de recompra (*reverse repos*), no primeiro semestre, mas atingiram os 1,41% no segundo semestre. Para 2008 como um todo, as imparidades cifraram-se em 0,91% dos empréstimos e adiantamentos, excluindo as *reverse repos*, em comparação com 0,37% em 2007.

Os elementos de risco nos empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos em 31 Dezembro de 2008 representaram 2,69% dos empréstimos e adiantamentos, excluindo *reverse repos*, em comparação com 1,49% do ano anterior. A cobertura de provisões foi de 50%, em comparação com 59% em 31 de Dezembro de 2007, reflectindo a maior proporção de empréstimos garantidos incluídos em elementos de risco nos empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos.

Perdas do mercado de crédito

As perdas para 2008 em relação às exposições de mercado de crédito previamente identificadas do Grupo totalizaram £7.781 milhões, líquidas de ganhos de cobertura de £1.642 milhões. Isto inclui perdas por imparidade de £466 milhões incorridas nos activos do mercado de crédito reclassificados da categoria "detidos para negociação", de acordo com as alterações à IAS 39 "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração" publicada em Outubro. Enquanto a maioria destes abatimentos foram incorridos no primeiro semestre de 2008, a gravidade da perturbação dos mercados financeiros intensificou-se no quarto trimestre, resultando em ainda mais perdas, em particular nas carteiras de crédito estruturado do Grupo.

Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis

Após rever o valor contabilístico do goodwill e outros activos intangíveis adquiridos, o Grupo registou um encargo de imparidade de £16.196 milhões, líquido de um crédito de imposto de £715 milhões. Deste encargo, £7.678 milhões relaciona-se com a parte do goodwill relativa à aquisição do ABN AMRO, enquanto outras imparidades significativas foram registadas na parte do goodwill do Citizens/Charter One de £4.382 milhões, parte do goodwill do NatWest (principalmente alocado à Global Banking & Markets) de £2.742 milhões e outros goodwill de £720 milhões. Outras imparidades de activos intangíveis de £1.389 milhões relacionam-se principalmente com o abatimento no valor das relações de cliente reconhecidas na aquisição do ABN AMRO.

Estas imparidades não tiveram impacto na caixa e tiveram um impacto mínimo nos rácios de capital do Grupo.

Outras rubricas não operacionais

Os custos de integração e reestruturação totalizaram £1.357 milhões, reflectindo principalmente a integração do ABN AMRO no Grupo, enquanto a amortização dos intangíveis adquiridos aumentaram para £443 milhões de £124 milhões.

Impostos

O Grupo registou um crédito de imposto de £1.280 milhões em 2008, em comparação com um encargo fiscal de £1.709 milhões em 2007.

Ganhos

O lucro básico por acção ordinária diminuiu de 40,8p para (61,0p).
O lucro ajustado por acção ordinária caiu de 44,5p para uma perda de 5,2p por acção. O número de acções emitidas aumentou para 39.456 milhões em 31 de Dezembro de 2008, em comparação com 10.006 milhões emitidas em 31 de Dezembro de 2007, reflectindo os aumentos de capital do Grupo em Junho e Dezembro e a emissão de capitalização em vez do dividendo intercalar para 2008.

Balanço

O total do activo de £2.218.7 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 subiu £623,6 mil milhões, 39%, em comparação com 31 de Dezembro de 2007. A taxas de câmbio constantes o aumento foi de £313 mil milhões ou 16%.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram em £81,6 mil milhões, 39%, para £129,4 mil milhões. As operações de reporte e empréstimo de acções (*reverse repos*) desceram em £115,7 mil milhões, 66% para £58,8 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, as colocações bancárias aumentaram em £34,1 mil milhões, 93%, para £70,6 mil milhões.

Empréstimos e adiantamentos a clientes subiram £31,0 mil milhões, 4%, para £731,2 mil milhões. Dentro deles, as *reverse repos* diminuíram em 72%, £102,8 mil milhões para £39,3 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, o empréstimo aumentou em £133,8 mil milhões, 24%, para £691,9 mil milhões, reflectindo tanto o crescimento orgânico de £44,8 mil milhões, 7%, como o efeito dos movimentos da taxa de câmbio de £89,0 mil milhões, no seguimento do enfraquecimento da libra esterlina no segundo semestre de 2008.

Numa base consolidada proporcional, o rácio Core Tier 1 do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 foi de 6,1% em comparação com 4,0% em 1 de Janeiro de 2008, numa base de Basileia II. O rácio de Tier 1 foi de 9,9% em 31 de Dezembro de 2008 (6,8% em 1 de Janeiro de 2008) e o rácio de capital total de 14,2% (10,9% em 1 de Janeiro de 2008).

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

Perdas

As perdas antes de impostos foram de £40.667 milhões em comparação com um lucro de £9.832 milhões em 2007. Os resultados foram negativamente afectados por abatimentos de mercado de crédito de £7.781 milhões e abatimento do goodwill e outros activos intangíveis de £32.581 milhões.

Total de proveitos

O total de proveitos desceu 15% para £25.868 milhões, devido principalmente aos abatimentos do mercado de crédito.

A margem financeira aumentou em £18.675 milhões e representa 72% do total de proveitos (2007 – 40%).

Os proveitos não provenientes de juros diminuíram £7.193 milhões, devido principalmente aos abatimentos do mercado de crédito de £7.781 milhões, compensadas por um movimento no justo valor da dívida própria de £1.232 milhões, e representa 28% do total de proveitos (2007 – 60%).

Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram para £54.033 milhões. Os custos de integração e reestruturação foram £1.357 milhões em comparação com £108 milhões em 2007. O abatimento do goodwill e outros activos intangíveis foi de £32.581 milhões.

Reclamações de seguros líquidas

As reclamações de *bancassurance* e de seguros gerais, após resseguro, diminuiu em 4% para £4.430 milhões.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade foram de £8.072 milhões, em comparação £1.968 milhões em 2007.

Os elementos de risco nos empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos representaram 2,52% dos empréstimos e adiantamentos a clientes brutos, excluindo as *reverse repos* em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – 1.64%).

A cobertura de provisão dos Os elementos de risco nos empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos foi 51% (2007 – 57%).

Impostos

A taxa efectiva de imposto para 2008 foi de 5,7% em comparação com 20,8% em 2007.

Ganhos

O lucro básico por acção ordinária diminuiu de 64,0p para uma perda de 145,7p.

Balanço

O total do activo de £2.401,7 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 subiu em £560,8 mil milhões, 30%, em comparação com 31 de Dezembro de 2007.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram em £81,3 mil milhões, 37%, para £138,2 mil milhões. As operações de reporte e empréstimo de acções (*reverse repos*) desceram em £117,2 mil milhões, 67%, para £58,8 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, as colocações de bancos aumentaram £35,9 mil milhões, 83%, para £79,4 mil milhões.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes subiram £46,2 mil milhões, 6%, em £874,7 mil milhões ou £68,0 mil milhões, 8%, no seguimento da alienação do Banco Real e outros negócios para o Santander e Tesco Personal Finance. Dentro disto, as *reverse repos* diminuíram 72%, £103,0 mil milhões, para £39,3 mil milhões. Excluindo *reverse repos*, o empréstimo aumentou £149,2 mil milhões, 22%, para £835,4 mil milhões, reflectindo tanto o crescimento orgânico como o efeito dos movimentos das taxas de câmbio no seguimento do enfraquecimento da libra esterlina no segundo semestre de 2008.

Os rácios de capital em 31 de Dezembro de 2008 foram de 6,8% (Core Tier 1), 10,0% (Tier 1) e 14,1% (Total).

PDF 41

Análise de resultados

Margem financeira

	Pro forma		Oficiais	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Juros e proveitos equiparados (1, 2)	41.942	37.634	49.938	32.650
Juros e custos equiparados (1,2)	(26.447)	(25.390)	(31.707)	(20.719
Margem financeira (1, 2)	15.495	12.244	18.231	11.931
	%	%	%	%
Rendimento bruto do activo remunerado da actividade bancária (3)	5,69	6,16	5,63	6,21
Custo do passivo remunerado da actividade bancária	(3,83)	(4,55)	(3,81)	(4,36
Spread de juros da actividade bancária (4)	1,86	1,61	1,82	1,85
Benefício de fundos não remunerados	0,24	0,39	0,23	0,42
Margem financeira líquida da actividade bancária (5)	2,10	2,00	2,05	2,27

Rendimentos, spreads e margens da actividade bancária

	%	%	%	%
Rendimento bruto (3)				
Grupo	5,69	6,16	5,63	6,21
Reino Unido	5,71	6,71	5,73	6,72
Estrangeiro	5,66	5,57	5,56	5,52
Spread de juros (4)				
Grupo	1,86	1,61	1,82	1,85
Reino Unido	1,93	2,31	1,90	2,31
Estrangeiro	1,79	0,85	1,77	1,22
Margem financeira líquida (5)				
Grupo	2,10	2,00	2,05	2,27
Reino Unido	2,33	2,43	2,30	2,46
Estrangeiro	1,87	1,55	1,89	2,01
Taxa base (média) The Royal bank of Scotland plc	4,67	5,51	4,67	5,51
Taxas do mercado interbancário de Londres (LIBOR) a três meses (médias):				
Libra esterlina	5,51	6,00	5,51	6,00
Euro dólar	2,92	5,29	2,92	5,29
Euro	4,63	4,28	4,63	4,28

Notas:

(1) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem os activos e passivos da carteira de *bancassurance* de retalho atribuíveis aos tomadores de seguro, devido à sua natureza distinta. Como resultado, a margem financeira foi ajustada em £84 milhões (2007 – £85 milhões).

(2) Os juros e proveitos equiparados foram ajustados em £332 milhões (2007 – £313 milhões) e os juros e custos equiparados em £860 milhões (2007 – £536 milhões) para registar os juros sobre os activos e passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados. O activo remunerado e passivo remunerado relacionados também foram ajustados.

(3) O rendimento bruto é a taxa de juro obtida sobre a média do activo remunerado da actividade bancária.

(4) O *spread* de juro é a diferença entre o rendimento bruto e a taxa de juro paga sobre a média do passivo remunerado da actividade bancária.

(5) A margem financeira líquida é a margem financeira da actividade bancária como percentagem da média do activo remunerado da actividade bancária.

Média do balanço e juros relacionados

		Pro forma 2008			Pro forma 2007		
		Média do balanço £m	Juros £m	Taxa %	Média do balanço £m	Juros £m	Taxa %
Activo							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	– Reino Unido	18.909	939	4,97	22.172	1.066	4,81
	– Estrangeiro	28.474	1.311	4,60	27.212	1.323	4,86
Empréstimos e adiantamentos a clientes	– Reino Unido	321.066	19.055	5,93	276.660	19.062	6,89
	– Estrangeiro	275.000	16.030	5,83	234.913	13.364	5,69
Títulos de dívida	– Reino Unido	35.725	1.493	4,18	14.725	914	6,21
	– Estrangeiro	57.998	3.114	5,37	35.702	1.905	5,34
Total do activo remunerado	– actividade bancária (2, 3)	737.172	41.942	5,69	611.384	37.634	6,16
	– actividade comercial (4)	425.454			449.140		
Total do activo remunerado		1.162.626			1.060.524		
Activo não remunerado (2, 3)		661.549			372.688		
Total do Activo		1.824.175			1.433.212		
Percentagem do activo aplicável às operações no estrangeiro		42,5%			36,0%		
Passivo e situação líquida							
Depósitos de bancos	– Reino Unido	46.217	1.739	3,76	50.784	2.180	4,29
	– Estrangeiro	109.705	4.630	4,22	98.795	4.525	4,58
Contas de clientes: depósitos à ordem	– Reino Unido	99.852	2.796	2,80	95.379	3.369	3,53
	– Estrangeiro	36.108	672	1,86	30.917	804	2,60
Contas de clientes: depósitos de poupança	– Reino Unido	42.870	1.691	3,94	36.519	1.655	4,53
	– Estrangeiro	23.753	570	2,40	21.679	660	3,04
Contas de clientes: outros depósitos a prazo	– Reino Unido	95.181	3.964	4,16	90.067	4.269	4,74
	– Estrangeiro	88.570	3.426	3,87	90.186	4.601	5,10
Títulos de dívida em emissão	– Reino Unido	111.099	4.617	4,16	67.651	3.595	5,31
	– Estrangeiro	106.207	4.734	4,46	66.532	3.535	5,31
Passivos subordinados	– Reino Unido	26.799	1.369	5,11	23.752	1.312	5,52
	– Estrangeiro	8.068	413	5,12	2.887	154	5,33
Financiamento interno da actividade comercial	– Reino Unido	(85.664)	(3.445)	4,02	(59.334)	(2.956)	4,98
	– Estrangeiro	(18.090)	(729)	4,03	(57.536)	(2.313)	4,02
Total do passivo remunerado	– actividade bancária (2, 3)	690.675	26.447	3,83	558.278	25.390	4,55
	– actividade comercial (4)	466.610			463.230		
Total do passivo remunerado		1.157.285			1.021.508		
Passivo não remunerado:							
Depósitos à ordem	– Reino Unido	24.300			20.421		
	– Estrangeiro	9.721			12.048		
Outros passivos (3, 4)		574.325			334.841		
Situação líquida		58.544			44.394		
Total do passivo e situação líquida		1.824.175			1.433.212		
Percentagem do passivo aplicável às operações no estrangeiro		42,8%			34,1%		

Notas:
(1) A análise no Reino Unido e Estrangeiro foi efectuada com base na localização do estabelecimento.

(2) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem os activos e passivos da carteira de *bancassurance* de retalho atribuíveis aos tomadores de seguro, devido à sua natureza distinta. Como resultado, a margem financeira foi ajustada em £84 milhões (2007 – £85 milhões).

(3) Os juros e proveitos equiparados foram ajustados em £332 milhões (2007 – £313 milhões) e os juros e custos equiparados em £860 milhões (2007 – £536 milhões) para registar os juros sobre os activos e passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados. O activo e passivos remunerados relacionados também foram ajustados.

(4) Os juros e proveitos equiparados e juros e custos equiparados nos activos e passivos circulantes estão incluídos nas actividades comerciais.

Média do balanço e juros relacionados

		Oficial 2008			Oficial 2007		
		Média do balanço £m	Juros £m	Taxa %	Média do balanço £m	Juros £m	Taxa %
Activo							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	– Reino Unido	18.909	943	4,99	20.999	1.028	4,90
	– Estrangeiro	31.680	1.465	4,62	12.651	546	4,32
Empréstimos e adiantamentos a clientes	– Reino Unido	321.066	19.066	5,94	269.460	18.541	6,88
	– Estrangeiro	393.724	22.893	5,81	175.914	10.106	5,74
Títulos de dívida	– Reino Unido	35.725	1.493	4,18	14.554	914	6,28
	– Estrangeiro	86.090	4.078	4,74	31.879	1.515	4,75
Total do activo remunerado	– actividade bancária (2, 3)	887.194	49.938	5,63	525.457	32.650	6,21
	– actividade comercial (4)	425.454			313.110		
Total do activo remunerado		1.312.648			838.567		
Activo não remunerado (2, 3)		728.037			284.405		
Total do Activo		2.040.685			1.122.972		
Percentagem do activo aplicável às operações no estrangeiro		48,6%			38,0%		
Passivo e situação líquida							
Depósitos de bancos	– Reino Unido	46.217	1.804	3,90	52.951	2.234	4,22
	– Estrangeiro	113.592	4.772	4,20	31.073	1.170	3,77
Contas de clientes: depósitos à ordem	– Reino Unido	99.852	2.829	2,83	93.764	3.296	3,52
	– Estrangeiro	70.399	1.512	2,15	30.739	1.035	3,37
Contas de clientes: depósitos de poupança	– Reino Unido	42.870	1.708	3,98	36.334	1.658	4,56
	– Estrangeiro	72.473	2.203	3,04	27.645	902	3,26
Contas de clientes: outros depósitos a prazo	– Reino Unido	95.181	4.011	4,21	88.702	4.202	4,74
	– Estrangeiro	106.306	4.097	3,85	43.913	2.099	4,78
Títulos de dívida em emissão	– Reino Unido	111.099	4.617	4,16	67.310	3.582	5,32
	– Estrangeiro	138.297	6.171	4,46	49.848	2.627	5,27
Passivos subordinados	– Reino Unido	26.799	1.369	5,11	23.752	1.312	5,52
	– Estrangeiro	13.019	788	6,05	4.509	230	5,10
Financiamento interno da actividade comercial	– Reino Unido	(85.664)	(3.445)	4,02	(68.395)	(3.307)	4,84
	– Estrangeiro	(18.090)	(729)	4,03	(7.454)	(321)	4,31
Total do passivo remunerado	– actividade bancária (2, 3)	832.350	31.707	3,81	474.691	20.719	4,36
	– actividade comercial (4)	466.610			316.453		
Total do passivo remunerado		1.298.960			791.144		
Passivo não remunerado:							
Depósitos à ordem	– Reino Unido	27.700			18.416		
	– Estrangeiro	9.721			14.455		
Outros passivos (3, 4)		645.760			255.598		
Situação líquida		58.544			43.359		
Total do passivo e situação líquida		2.040.685			1.122.972		
Percentagem do activo aplicável às operações no estrangeiro		46,8%			35,9%		

Notas:
(1) A análise no Reino Unido e Estrangeiro foi efectuada com base na localização do estabelecimento.

(2) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem os activos e passivos da carteira de *bancassurance* de retalho atribuíveis aos tomadores de seguro, devido à sua natureza distinta. Como resultado, a margem financeira foi ajustada em £84 milhões (2007 – £85 milhões).

(3) Os juros e proveitos equiparados foram ajustados em £332 milhões (2007 – £313 milhões) e os juros e custos equiparados em £860 milhões (2007 – £536 milhões) para registar os juros sobre os activos e passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados. O activo e passivos remunerados relacionados também foram ajustados.

Os juros e proveitos equiparados e juros e custos equiparados nos activos e passivos circulantes estão incluídos nas actividades comerciais.

Análise das alterações na margem financeira – análise do volume e das taxas

As variações de volume e das taxas foram calculadas com base nos movimentos dos saldos médios ao longo do período e nas alterações das taxas de juro sobre a média dos activos remunerados e a média dos passivos remunerados. As alterações causadas por uma combinação de volume e taxas são imputadas proporcionalmente aos movimentos de volume e taxas.

	2008 rel. 2007 – *pro forma* Aumento/(diminuição) devido a alterações a:			2008 rel. 2007 – oficial Aumento/(diminuição) devido a alterações a:		
	Volume médio £m	Taxa média £m	Alteração líquida £m	Volume médio £m	Taxa média £m	Alteração líquida £m
Activo remunerado						
Empréstimos e adiantamentos a bancos						
Reino Unido	(161)	34	(127)	(104)	19	(85)
Estrangeiro	60	(72)	(12)	877	42	919
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Reino Unido	2.832	(2.839)	(7)	3.267	(2.742)	525
Estrangeiro	2.330	336	2.666	12.663	124	12.787
Títulos de dívida						
Reino Unido	957	(378)	579	968	(389)	579
Estrangeiro	1.197	12	1.209	2.568	(5)	2.563
Total de juros e proveitos equiparados da actividade bancária						
Reino Unido	3.628	(3.183)	445	4.131	(3.112)	1.019
Estrangeiro	3.587	276	3.863	16.108	161	16.269
	7.215	(2.907)	4.308	20.239	(2.951)	17.288
Passivo não remunerado						
Depósitos de bancos						
Reino Unido	186	255	441	271	159	430
Estrangeiro	(477)	372	(105)	(3.452)	(150)	(3.602)
Contas de clientes: depósitos à ordem						
Reino Unido	(152)	725	573	(204)	671	467
Estrangeiro	(121)	253	132	(958)	481	(477)
Contas de clientes: depósitos de poupança						
Reino Unido	(266)	230	(36)	(276)	226	(50)
Estrangeiro	(59)	149	90	(1.367)	66	(1.301)
Contas de clientes: outros depósitos a prazo						
Reino Unido	(233)	538	305	(293)	484	191
Estrangeiro	81	1,094	1.175	(2.474)	476	(1.998)
Títulos de dívida em emissão						
Reino Unido	(1.933)	911	(1.022)	(1.948)	913	(1.035)
Estrangeiro	(1.841)	642	(1.199)	(4.004)	460	(3.544)
Passivos subordinados						
Reino Unido	(160)	103	(57)	(160)	103	(57)
Estrangeiro	(265)	6	(259)	(508)	(50)	(558)
Financiamento interno de actividades comerciais						
Reino Unido	1.135	(646)	489	751	(613)	138
Estrangeiro	(1.590)	6	(1.584)	430	(22)	408
Total de juros e custos equiparados da actividade bancária						
Reino Unido	(1.423)	2.116	693	(1.859)	1.943	84
Estrangeiro	(4.272)	2.522	(1.750)	(12.333)	1.261	(11.072)
Movimento na margem financeira	(5.695)	4.638	(1.057)	(14.192)	3.204	(10.988)
Reino Unido	2.205	(1.067)	1.138	2.272	(1.169)	1.103
Estrangeiro	(685)	2.798	2.113	3.775	1.422	5.197
	1.520	1.731	3.251	6.047	253	6.300

Proveitos não provenientes de juros

	Pro forma (1)		Oficiais	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Serviços e comissões a receber	8.839	9.171	9.831	8.278
Serviços e comissões a pagar	(2.391)	(2.147)	(2.386)	(2.193
Resultados em operações de negociação	(1.647)	4.808	(8.477)	1.292
Outros proveitos operacionais (excluindo receitas de prémios líquidos de seguros)	426	3.368	1.899	4.833
	5.227	15.200	867	12.210
Receitas de prémios de seguro	6.009	6.271	6.626	6.376
Parte de resseguro	(300)	(289)	(300)	(289
	5.709	5.982	6.326	6.087
	10.936	21.182	7.193	18.297

Nota:
(1) Os resultados *pro forma* excluem os abatimentos de mercado de crédito e itens únicos

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

Os proveitos não provenientes de juros, excluindo os abatimentos de mercado de crédito e itens únicos, diminuíram 48%, £10.246 milhões para £10,936 milhões. Os proveitos não provenientes de juros foram gravemente afectados pela fraqueza dos mercados financeiros experimentadas durante o ano. Enquanto o declínio foi particularmente acentuado nas actividades de mercados de crédito e acções da Global Banking & Market, com volumes de negócio reduzidos e perdas de negociação *mark-to-market* crescentes, a Regional Markets também viu cair os proveitos não provenientes de juros na parte final do ano conforme foi declinando a confiança do consumidor, que levou a uma menor procura de crédito e outros produtos financeiros.

Excluindo a receita de prémios de seguros gerais, os proveitos não provenientes de juros caíram em £9,973 milhões para £5,227 milhões.

Dentro dos proveitos não provenientes de juros, os serviços e comissões a pagar diminuíram £332 milhões, 3%, para £8.839 milhões, enquanto os serviços e comissões a pagar aumentaram £244 milhões, 11%, para £2.391 milhões.

Os resultados das actividades de negociação desceram £6.455 milhões para uma perda £1.647 milhões. As actividades de negociação de divisas beneficiaram da acrescida volatilidade nos mercados. No entanto, este melhoramento foi mais do que contrariado pelos abatimentos dos mercados de crédito e proveitos reduzidos das taxas de juros afectada pela redução das taxas de juros de base.

Os outros proveitos operacionais também diminuíram, caindo 87%, £2.942 milhões para £426 milhões. Isto foi principalmente devido a uma queda de justo valor dos títulos e outros activos e passivos financeiros.

As receitas de prémio de seguros gerais, após resseguros, diminuíram 5% para £5.709 milhões reflectem principalmente uma queda nas receitas dos prémios de seguro no seguimento da descontinuação de contratos de parceria menos rentáveis.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

Os proveitos não provenientes de juros diminuíram 61%, £11.104 milhões para £7.193 milhões. Os proveitos não provenientes de juros foram gravemente afectados pela fraqueza dos mercados financeiros experimentadas durante o ano. Enquanto o declínio foi particularmente acentuado nas actividades de mercados de crédito e acções da Global Banking & Market, com volumes de negócio reduzidos e perdas de negociação *mark-to-market* crescentes, a Regional Markets também viu cair os proveitos não provenientes de juros na parte final do ano conforme foi declinando a confiança do consumidor, que levou a uma menor procura de crédito e outros produtos financeiros.

Excluindo a receita de prémios de seguros gerais, os proveitos não provenientes de juros caíram £11.343 milhões para £867 milhões.

Dentro dos proveitos não provenientes de juros, os serviços e comissões a pagar aumentaram 19% ou £1.553 milhões, para £9.831 milhões, enquanto os serviços e comissões a pagar aumentaram 9%, £193 milhões para £2.386 milhões.

Os resultados das actividades de negociação desceram £1.292 milhões para uma perda £8.477 milhões. As actividades de negociação de divisas beneficiaram da acrescida volatilidade nos mercados. No entanto, este melhoramento foi mais do que contrariado pelos abatimentos dos mercados de crédito durante o ano.

Os outros proveitos operacionais também diminuíram, caindo 61%, £2.934 milhões para £1.899 milhões. Isto foi principalmente devido a uma queda de justo valor dos títulos e outros activos e passivos financeiros, parcialmente compensada pelos proveitos da venda de subsidiárias e associados.

As receitas de prémio de seguros gerais, após resseguros, aumentaram 4% para £6.326 milhões reflectem principalmente um ano inteiro dos negócios do ABN AMRO em comparação com 76 dias em 2007. Isto foi parcialmente compensado pela descontinuação de contratos de parceria menos rentáveis.

Exposições ao mercado de crédito

	2008		2007		
	Exposição líquida (1) £m	Abatimentos antes de impostos	Exposição líquida (1) £m	Abatimentos antes de impostos	Exposição líquida (1) £m
Asset-backed CDO					
Grau elevado	1.231	1.836	29	2.581	84
Mezzanine	144	1.140	6	1.253	70
	1.375	2.976		3.834	79
Monolines	4.804	3.557	n/a	2.547	n/a
Hipotecas residenciais dos EUA (2)					
Sub-prime	—	353	n/a	1.292	72
Alt-A	—	1.071	n/a	2.233	83
Outros não agência	—	43	n/a	794	94
	—	1.467	4.319	81	—
Hipotecas comerciais dos EUA (2)	437	95	87	1,809	97
Financiamento alavancado (3)					
Detido para negociação	103	1.088	64	11.992	96
Empréstimos e contas a receber	5.920	—	n a	2.514	n a
	6.023	1.088		14.506	
CLO	520	240	81	1.386	93
		9.423			
Cobertura CDS		(1.642)			
Total líquido de cobertura CDS		7.781			

Notas;
(1) Líquido de coberturas e abatimentos
(2) Os números representam a exposição líquida restante do Grupo a exposições ao mercado de crédito previamente reportadas
(3) Inclui compromissos para emprestar.

Divulgações adicionais sobre estas e outras exposições relacionadas podem ser encontradas no resto deste documento nos seguintes pontos:

Divulgação	Secção	Subsecção	Página
Análise complementar (1)	Gestão de risco	Mercado de crédito e divulgações relacionadas	122 – 144
Aspectos de avaliação (1)	Demonstrações financeiras	Nota 11 Instrumentos financeiros	201 – 206
Avaliação de instrumentos financeiros (1)	Demonstrações financeiras	Políticas contabilísticas essenciais	186 – 187
(geral e nível 3)		Nota 11 Instrumentos financeiros	199 – 206
Reclassificação de instrumentos financeiros	Demonstrações financeiras	Nota 11 Instrumentos financeiros	208
Asset-backed CDO	Gestão de risco	Risco de Mercado	109

Notas:
(1) Na elaboração destas divulgações, o Grupo tomou em consideração as recomendações de práticas principais do Fórum de Estabilidade Financeira publicadas em Abril 2008 e o relatório da Comissão Consultiva do IASB "mensuração e divulgação do justo valor de instrumentos financeiros em mercados que já não estão activos" publicado em Outubro 2008.

Despesas operacionais

	Pro forma (1)		Oficiais	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Despesas administrativas:				
Custo com o pessoal	7.726	9.345	10.241	7.338
Instalações e equipamento	2.084	1.809	2.593	1.703
Outros gastos administrativos	4.315	3.767	5.464	2.969
Total de despesas administrativas	14.125	14.921	18.298	12.010
Depreciação e amortização	1.791	1.697	3.154	1.932
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis	—	—	32.581	—
	15.916	16.618	54.033	13.942

Nota:
(1) Os resultados *pro forma* excluem os itens únicos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, amortização de intangíveis adquiridos, custos de integração, custos de reestruturação e parte nos activos partilhados

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

As despesas operacionais, excluindo a amortização de intangíveis adquiridos e custos de integração, caíram 4%, £702 milhões para £15.916 milhões, com um crescimento dos custos nas franquias essenciais de retalho e comercial do Grupo, compensadas por programas de eficiência e uma redução significativa em custos com o pessoal da Global Banking & Markets.

O rácio do Grupo de despesas operacionais (excluindo os itens únicos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, amortização de intangíveis adquiridos, custos de integração, custos de reestruturação e parte nos activos partilhados) para o total de proveitos foi de 59,2%, em comparação com os 49,5% em 2007, reflectido amplamente o impacto nos proveitos das difíceis condições de mercado do ano.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

As despesas operacionais aumentaram £40.091 milhões para £54.033 milhões, reflectindo principalmente o abatimento do goodwill e outros activos intangíveis de £32.581 milhões, no seguimento de uma revisão do valor contabilístico do goodwill e outros activos intangíveis adquiridos. O crescimento dos custos nas franquias essenciais de retalho e comercial do Grupo foi compensado pelos programas de eficiência e uma redução significativa em custos com o pessoal da Global Banking & Markets. Os custos de 2008 reflectem um ano inteiro dos negócios conservados do ABN AMRO em comparação com os 76 dias em 2007.

O rácio do Grupo de despesas operacionais para o total de proveitos foi de 208,9% em comparação com 45,9% em 2007, reflectindo amplamente o impacto sobre os proveitos das difíceis condições de mercado do ano e o abatimento do goodwill e outros activos intangíveis.

Custos de integração

	2008 £m	2007 £m
Custo com o pessoal	503	18
Instalações e equipamento	25	4
Outros gastos administrativos	486	26
Depreciação e amortização	36	60
	1.050	108

Os custos de integração em 2008 foram de £1.050 milhões em comparação com £108 milhões em 2007. O significativo aumento reflecte um ano inteiro de custos de integração a ser incorridos em relação à aquisição do ABN AMRO, em comparação com 76 dias em 2007.

Os acréscimos em relação aos custos de integração são apresentados a seguir.

	A 31 de Dezembro de 2007 £m	Ajustamentos conversão cambial £m	Alterações à demonstração de resultados £m	Utilizado durante o ano £m	Em 31 de Dezembro de 2008 £m
Custos com o pessoal	4	—	503	(502)	5
Instalações e equipamentos	2	—	25	(26)	1
Outros	1	1	522	(521)	3
	7	1	1.050	(1.049)	9

Custos de reestruturação

	2008 £m	2007 £m
Custos com o pessoal	251	—
Instalações e equipamentos	15	—
Outros gastos administrativos	41	—
	307	—

Os acréscimos em relação aos custos de reestruturação são apresentados a seguir.

	A 31 de Dezembro de 2007 £m	Ajustamentos conversão cambial £m	Alterações à demonstração de resultados £m	Utilizado durante o ano £m	Em 31 de Dezembro de 2008 £m
Custos com o pessoal	—	33	251	—	284
Instalações e equipamentos	—	—	15	—	15
Outros	—	10	41	—	51
	—	43	307	—	350

Imparidades

	Pro forma (1)		Oficiais	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Novas imparidades	7.223	2.379	8.391	2.310
menos: recuperações de montantes previamente abatidos	(261)	(275)	(319)	(342)
Alteração à demonstração de resultados	6.962	2.104	8.072	1.968
Incluindo:				
Imparidades de empréstimos	6.478	2,082	7.091	1.946
Imparidades de títulos disponíveis para venda	484	22	981	22
Alteração à demonstração de resultados	6.962	2,104	8.072	1.968

Nota:
(1) Os resultados pro forma excluem as perdas por imparidade em activos reclassificados

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

As perdas por imparidades de crédito (excluindo activos reclassificados) aumentaram para £6,962 milhões em 2008, em comparação com £2.104 milhões em 2007. O Grupo sofreu uma deterioração pronunciada nas imparidades durante o ano, à medida que as dificuldades financeiras se espalharam para uma larga gama de clientes. O maior aumento em imparidades ocorreu em Global Banking & Markets. No entanto, os negócios Regional Markets em todas as zonas geográficas também sofreram um aumento relevante em imparidades durante o ano, particularmente nos segmentos de PME no Reino Unido e de particulares nos Estados Unidos.

O total de provisões do balanço para imparidades elevou-se para £9.451 milhões em comparação com £4.956 milhões em 2007.

A cobertura total das provisões (rácio do total de provisões do balanço para imparidades em relação ao total de elementos de risco no empréstimo) diminuiu de 60% para 50%. O rácio do total de provisões do balanço para o total de elementos de risco em empréstimo e empréstimos potencialmente problemáticos também diminuiu para 50% em comparação com 59% em 2007.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

As perdas por imparidades de crédito aumentaram para £8.072 milhões em 2008, em comparação com £1.968 milhões em 2007. O Grupo sofreu uma deterioração pronunciada nas imparidades durante o ano, à medida que as dificuldades financeiras se espalharam para uma larga gama de clientes. O maior aumento em imparidades ocorreu em Global Banking & Markets. No entanto, os negócios Regional Markets em todas as zonas geográficas também sofreram um aumento relevante em imparidades durante o ano, particularmente nos segmentos de PME no Reino Unido e de particulares nos Estados Unidos.

O total de provisões do balanço para imparidades elevou-se para £11.016 milhões em comparação com £6.452 milhões em 2007.

A cobertura total das provisões (rácio do total de provisões do balanço para imparidades em relação ao total de elementos de risco no empréstimo) diminuiu de 60% para 52%. O rácio do total de provisões do balanço para o total de elementos de risco em empréstimo e empréstimos potencialmente problemáticos também diminuiu para 51% em comparação com 57% em 2007.

Impostos

	Pro forma (1)		Oficiais	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Imposto	(1.280)	1.709	(2.323)	2.044

	%	%	%	%
Taxa de imposto sobre as sociedades RU	28,5	30,0	28,5	30,0
Taxa de imposto efectiva	15,7	19,1	5,7	20,8

Nota:
(1) Os resultados *pro forma* excluem o efeito fiscal sobre os abatimentos do goodwill e outros activos intangíveis de £715 milhões.

O encargo fiscal real difere do encargo fiscal esperado calculado pela aplicação da taxa normal do imposto sobre as sociedades no Reino Unido da seguinte forma:

	Pro forma (1)		Oficiais	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
(Crédito)/encargo fiscal esperado	(2.316)	2.689	(11.590)	2.950
Imparidade de goodwill não dedutível	—	12	8,292	12
Diferenças temporárias não reconhecidas	274	29	274	29
Outros itnes não dedutíveis	323	222	330	222
Itens não tributáveis	(491)	(595)	(491)	(595)
Movimentos cambiais tributáveis	80	16	80	16
Redução de passivos por impostos diferidos após alteração da taxa do imposto sobre sociedades do RU	—	(99)	—	(189)
Lucros no estrangeiro tributados a outras taxas	271	(189)	203	(25)
Perdas no exercício não reconhecidas	942	2	942	2
Perdas transitadas e utilizadas	(11)	(11)	(11)	(11)
Ajustamentos em relação aos exercícios anteriores	(352)	(367)	(352)	(367)
(Crédito)/encargo fiscal real	(1.280)	1.709	(2.323)	2.044

Baseando-se nos resultados oficiais, a taxa de imposto efectiva do exercício foi 5,7% (2007 – 20,8%). A taxa de referência é inferior àquela que emerge da aplicação da taxa normal de 28,5% do imposto sobre as sociedades no RU às perdas do exercício, devido principalmente a certas imparidades do goodwill não dedutíveis e certas perdas transitadas em que não foi reconhecido uma redução fiscal. A taxa de imposto efectiva dos resultados *pro forma* foi 15,7% (2007 – 19,1%).

Desempenho por divisão
Os resultados de cada divisão tanto em base oficial como *pro forma* são apresentadas a seguir. Os resultados *pro forma* por divisão são expressos antes dos abatimentos de mercados de créditos e itens únicos, amortização dos activos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação, parte nos activos partilhados e após alocação dos custos de Manufacturing onde apropriado (Resultado operacional do Grupo). O Grupo gere os custos onde eles aparecem.

As divisões com atendimento aos clientes controlam as suas despesas directas, enquanto a divisão Manufacturing é responsável pelos custos partilhados. Em 2008, o Grupo não atribuiu estes custos partilhados entre divisões na gestão quotidianas das suas actividades, e o modo como os resultados por divisão são apresentados reflectem isso. No entanto, de modo a proporcionar uma base para comparação de mercado, os resultados *pro forma* abaixo incluem também uma atribuição dos custos de Manufacturing às divisões com atendimento ao cliente numa base que a administração considera razoável.

	Pro forma 2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficiais 2008 £m	Oficiais 2007 £m
Global Markets				
Global Banking & Markets	(3.570)	4.641	(10.515)	3.653
Global Transaction Services	1,339	1.198	1.818	1.315
Total Global Markets (excluindo abatimentos crédito mercado e itens únicos)	(2.231)	5.839	(8.697)	4.968
Regional Markets				
UK Retail & Commercial Banking	3.283	3.985	5.679	6.225
US Retail & Commercial Banking	524	1.143	883	1.479
Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	70	463	429	769
Asia Retail & Commercial Banking	(113)	(20)	127	91
Total Regional Markets	3.764	5.571	7.118	8.564
RBS Insurance	780	681	1.020	905
Grupo Manufacturing	—	—	(4.793)	(3.773)
Itens Centrais (excluindo itens únicos)	(2.233)	(1.777)	(675)	(552)
Parte nos activos partilhados	—	—	(300)	(73)
Interesses minoritários RFS Holdings	—	—	41	163
Lucro/(perda) subjacente	80	10.314	(6.286)	10.202
Abatimentos de mercado de crédito e itens únicos	(6.107)	(1.026)	—	—
Amortização de intangíveis adquiridos	—	—	(443)	(262)
Custos de integração e reestruturação	—	—	(1.357)	(108)
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis	—	—	(32.581)	—
Resultado operacional do Grupo	(6.027)	9.288	(40.667)	9.832

O desempenho de cada divisão é analisado nas páginas 51 e 67.

O resultado operacional *pro forma* do Grupo é antes da amortização de intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação e parte do RBS nos activos partilhados do consórcio.

Os activos ponderados pelo risco de cada divisão foi a seguinte

	Basileia II 31 de Dezembro de 2008 £mm	Basileia II 1 de Janeiro de 2008 £mm	Basileia I 31 de Dezembro de 2007 £mm
Global Markets			
Global Banking & Markets	278,5	211,9	188,7
Global Transaction Services	19,6	16,8	15,4
Total Global Markets	298,1	228,7	204,1
Regional Markets			
UK Retail & Commercial Banking	152,5	153,1	179,0
US Retail & Commercial Banking	78,0	53,8	57,1
Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	30,9	30,3	36,7
Asia Retail & Commercial Banking	6,4	4,9	3,3
Total Regional Markets	267,8	242,1	276,1
Outros	11,9	15,3	9,8
	577,8	486,1	490,0

Global Markets – Global Banking & Markets

	2008 £m	*Pro forma* 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira de actividades bancárias	4.034	2.214	1.544
Serviços e comissões a receber líquidas	1.562	2.351	1.373
Proveitos de operações de negociação	4.043	4.407	4.019
Outros proveitos operacionais (líquido de custos de financiamento relacionados)	575	1.908	1.659
Abatimentos de activo circulante	(5.776)	—	—
Proveitos não provenientes de juros antes de abatimentos de mercado de crédito*	404	8.666	7.051
Total de proveitos antes de abatimentos de mercado de crédito e outros activos circulantes *	4.438	10.880	8.595
Abatimentos de mercado de crédito e itens únicos *	(6.958)	(1.776)	(1.776)
Total de proveitos	(2.520)	9.104	6.819
Despesas directas			
- custos com o pessoal	2.687	3.853	2.134
- outros	1.441	1.113	561
- depreciação de locações operacionais	224	365	404
	4.352	5.331	3.099
Contribuição antes de imparidades	(6.872)	3.773	3.720
Imparidades antes de imparidades de activos reclassificados	3.177	122	67
Imparidades de activos reclassificados	466	—	—
Contribuição	(10.515)	3.651	3.653
Imputação de custos manufacturing (1)	479	448	—
Resultado operacional	(10.994)	3.203	3.653
Resultado operacional antes de abatimentos de mercado de crédito, itens únicos e imparidades de activos reclassificados	(3.570)	4.641	5.052

Nota
(1) Apenas para resultados *pro forma*.

	£mm	£mm	£mm
Empréstimos e adiantamentos	354,3	254,1	254,1
Reverse repos	96,1	308,9	308,9
Títulos	163,2	239,5	239,5
Caixa e efeitos elegíveis	26,1	26,9	26,9
Outros activos	52,2	44,4	44,5
Total de activos de terceiros (excluindo derivados *mark to market*)	691,9	873,8	873,9
Activos derivados líquidos (após compensação)	146,0	64,1	64,1
Depósitos de clientes (excluindo operações de reporte)	105,0	106,7	106,7
Empréstimos não produtivos	6,2	1,0	1,0

* inclui justo valor da dívida própria mas exclui as imparidades de activos reclassificados
** excluindo operações de recompra

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

Embora a divisão Global Banking & Markets tenha tido bons desempenhos em várias das suas actividades, nomeadamente em taxas e divisas, a perturbação dos mercados financeiros afectou gravemente os resultados da divisão em 2008, com um impacto particularmente negativo no quarto trimestre. A GBM incorreu £5.776 milhões de perdas, abatimentos ou reservas sobretudo em negociação de crédito, risco de contraparte (incluindo CDPC), falência de contraparte (nomeadamente Lehman e Madoff) e eventos soberanos à medida que os efeitos da retracção económica se alargaram. Além disso, as perdas em exposições de mercado de crédito previamente identificadas totalizaram £7.781 milhões, incluindo imparidades de £466 milhões em activos reclassificados. Elas foram apenas parcialmente compensadas com ganhos no justo valor de dívida própria.

O total de proveitos antes destes abatimentos de mercado de crédito e itens não habituais foi de £10.214 milhões, 6% menos em comparação com 2007. Após estes itens, a GBM registou proveitos negativos de £2.520 milhões. Embora os custos directos tenham sido reduzidos em 18%, as imparidades de crédito cresceram acentuadamente, resultando numa perda operacional em 2008 de £10.994 milhões.

A margem financeira cresceu 82% para £4.034 milhões, com as taxas da actividade a beneficiaram do ambiente da taxa de juros em declínio. Antes dos abatimentos do mercado de crédito, outros itens únicos e abatimentos dos activos circulantes, os proveitos não provenientes de juros reduziram-se 29%, para £6.180 milhões, com os serviços e comissões a caírem pois os volumes de originação diminuíram, e os proveitos das actividades de negociação diminuindo em 8% para £4.043 milhões. Outros proveitos operacionais caíram acentuadamente de £1.908 milhões para £575 milhões, reflectindo as perdas incrridas nas vendas de empréstimos europeias e ganhos muito reduzidos em outros activos da carteira, parcialmente compensados pelo ganho na venda de Angel Trains de £570 milhões.

Por linha de negócio, as actividades de taxas e divisas conseguiram um desempenho particularmente forte em 2008, com elevados volumes de actividade de clientes e *flow trading* resultando num aumento de 40% nos proveitos da negociação de taxas para £3.543 milhões e um crescimento de 55% nos proveitos cambiais para £1.697 milhões. A *joint venture* Sempra Commodities teve um desempenho acima das expectativas nos noves meses após a sua formação, com os proveitos de matérias-primas da GBM a alcançarem £778 milhões no exercício.

As acções viram um fluxo de clientes reduzidos e também sofreram perdas nas posições de negociação ilíquidas à medida que os mercados se deterioram rapidamente, levando a uma queda nos proveitos de £1.169 milhões em 2007 para £415 milhões.

Num mercado diminuído para originação de dívida, os mercados de crédito melhoraram as suas posições de mercado em várias áreas principais, como a emissão de obrigações internacionais. No entanto, os resultados foram gravemente afectados pela fraqueza continua do mercado, com os proveitos, mesmo excluindo abatimentos em exposições de mercado de crédito previamente divulgados e itens únicos, caíram em 50% para £1.366 milhões.

Os proveitos de gestão de activos e carteiras mantiveram-se resilientes, mas sofreram-se algumas perdas, incluindo em capital e gestão da exposição de crédito, e os proveitos diminuíram 28% para £2.415 milhões.

As despesas directas foram reduzidas em 18% para £4.352 milhões, com os custos com o pessoal a caírem, apesar da inclusão Sempra, em 30% para £2.687 milhões, como resultado de uma redução acentuada em pagamentos de bónus. As despesas não relacionadas com o pessoal aumentaram 13%, reflectindo principalmente os crescentes custos de transacção, jurídicos e profissionais, inflação e movimentos cambiais, compensada pela reduzida depreciação de locações financeiras no seguimento da venda da Angel Trains.

As imparidades de crédito aumentaram acentuadamente £3.643 milhões, incluindo £466 milhões em activos reclassificados da categoria detidos para venda, no seguimento de alterações na IAS 39 publicadas em Outubro. Do total do encargo por imparidades, £2.938 milhões foram incorridos no quarto trimestre de 2008, incluindo £918 milhões relativos à exposição do Grupo ao Lyondell Basell.

Os activos de terceiros da GBM foram reduzidos em £182 mil milhões para £692 mil milhões em 31 Dezembro de 2008, uma redução de 21% do ano anterior, ou 31% a taxas de câmbio constantes. Neste total, os empréstimos e adiantamentos a clientes foram de £354 mil milhões, um aumento de 14% a taxas de câmbio constantes. Este aumento foi do que contrabalançado por reduções significativas em *reverse repos* e carteiras de títulos, ambos geridos em descida no decurso do ano. Os activos derivados líquidos totalizaram £146 mil milhões, em comparação com £64 mil milhões no final de 2007.

Embora a GBM tenha tomado medidas para reduzir os activos ponderados pelo risco subjacentes, estas medidas foram ofuscadas pelo impacto dos movimentos cambiais e da prociclicalidade de Basileia II, com o resultado de os RWA em 31 de Dezembro de 2008 totalizarem £279 mil milhões, 31% acima do ano anterior, ou 14 a taxas de câmbio constantes.

Análise estratégica

No seguimento desta análise, a GBM pretende concentrar a sua actividade em redor dos seus clientes empresariais e institucionais essenciais estabelecidos em todo o mundo. Estes clientes são, por natureza, globais e são utilizadores multiprodutos. A GBM disponibilizará capital e recursos em apoio da sua base de clientes e continuará a acordar e distribuir crédito (empréstimos e obrigações) e construirá uma vantagem competitiva sustentada nas suas actividades essenciais de financiamento, gestão de risco e produtos de investimentos *e flow trading*.

O RBS está a renovar o seu compromisso em áreas de produtos onde a GBM tem posições competitivas de líder de mercado nas suas actividades de originação centrada no cliente, assessoria e negociação. Ela tem posições de mercado fortes em empréstimos, obrigações, divisas, taxas, matérias-primas e títulos e orientará estes negócios, reestruturados se necessário, de um modo focalizado em redor as necessidades dos clientes. A GBM descontinuará todas as actividades de negociação de carteira própria ilíquida e negociação de correlação nos mercados de acções e de crédito. Ela reduzirá drasticamente a escala da sua actividade em imobiliário estruturado, *leveraged finance* e *project finance*, e sairá inteiramente do empréstimo nestas áreas. Todos os negócios, e nomeadamente os negócios de financiamento garantido por activos da GBM, serão gerido segundo estritas orientações de capital.

Globalmente, a intenção é para a GBM se mover crescentemente para um modelo radial. O risco será gerido a partir de centros regionais. Pretende-se que a distribuição e cobertura seja prestada através de uma mistura de países centrais e uma presença reduzida em escala em algumas sucursais locais. A finalidade, com o tempo, será a redução de muita da actividade de negociação *on-shore* fora dos principais centros financeiros.

Os activos, produtos e zonas geográficas que se adeqúem à nova proposta orientada para o cliente da GBM serão definidos como essenciais e manter-se-ão na divisão. Os activos, linhas de negócio e algumas zonas geográficas não essenciais serão transferidos para a nova divisão Non-Core Bank. Estas actividades não essenciais contabilizavam cerca de £205 mil milhões de activos de terceiros no final de 2008.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

A contribuição da Global Banking & Markets caiu de £3.653 milhões em 2007 para uma perda de £10.515 milhões. Este declínio acentuado reflectiu o efeito da perturbação do mercado no negócio mais amplo.

O total de proveitos antes de abatimentos de mercado de crédito e itens únicos e abatimentos de activos circulantes foi de £10,214 milhões, uma subida de 19%. O aumento reflecte o bom desempenho em vários negócios, nomeadamente em taxas e divisas e a inclusão dos negócios do ABN AMRO por um ano inteiro. Após os abatimentos de mercado de crédito e itens únicos e abatimento de activos circulantes, a GBM registou um resultado negativo de £2.520 milhões. Os custos directos subiram 40%, com a inclusão dos negócios adquiridos do ABN AMRO por um ano inteiro prevaleceram sobre os pagamentos de bónus reduzidos. As imparidades de crédito cresceram acentuadamente de um nível muito baixo (£67 milhões) para £3.177 milhões, resultando em 2008 numa perda operacional de £10.994 milhões.

Global Markets – Global Transaction Services

	2008 £m	*Pro forma* 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	909	846	595
Proveitos não provenientes de juros	1.563	1.359	1.183
Total de proveitos	2.472	2.205	1.778
Despesas directas			
- custos com o pessoal	392	367	271
- outras	202	177	178
	594	544	449
Contribuição antes de imparidades	1.878	1.661	1.329
Imparidades	60	15	14
Contribuição	1.818	1.646	1.315
Imputação de custos manufacturing (1)	479	448	—
Resultado operacional	1.339	1.198	1.315

	£mm	£mm	£mm
Total de activos de terceiros	24,0	22,5	22,5
Empréstimos e adiantamentos	18,6	18,7	18,7
Depósitos de clientes	60,9	56,8	56,8

Nota:
(1) (1) Apenas para resultados *pro forma*
.

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

Os proveitos da Global Transaction Services cresceram 12% para £2.472 milhões e o lucro operacional aumentou em 12% para £1.339 milhões, para o ano inteiro de 2008, reflectindo a força e capacidade internacional melhorada das suas plataformas de gestão de caixa, financiamento de comércio e aquisições comerciais. A taxa de crescimento de proveitos foi mantida no segundo semestre do ano, apesar das difíceis condições de mercado.

O crescimento foi impulsionado por um forte desempenho em gestão de caixa, em que os proveitos subiram 9% durante o exercício para £1.514 milhões, com um bom crescimento nos mercados de gestão de caixa internacionais e um crescimento mais firme nos mercados domésticos do Reino Unido e EUA. Os depósitos médios dos clientes foram 14% superiores, atenuando o impacto das menores taxas de juros. Os descobertos internacionais foram reavaliados, reflectindo o custo acrescido dos fundos e prémios de risco mais elevados durante o segundo semestre do ano. Os proveitos de serviços das transacções de pagamentos aumentaram fortemente, particularmente nos Estados Unidos e internacionalmente. A Divisão teve sucesso durante o ano em ganhar novos mandatos de gestão de caixa internacionais de clientes existentes do RBS Grupo devido à nossa plataforma e rede de pagamentos internacionais.

O financiamento de comércio fez progressos significativos, com os proveitos a continuarem a crescer fortemente no segundo semestre do ano, e subiu 57% para o ano inteiro. A GTS melhorou substancialmente a sua penetração do mercado Ásia Pacífico, aumentando os proveitos do financiamento do comércio na região em 74%, e expandiu as suas actividades de financiamento de cadeia de abastecimento com um conjunto de produtos melhorados. As margens melhoraram durante o ano, reflectindo o prémio de risco adicional nas condições prevalecentes do mercado.

Os serviços para operadores comerciais e cartões comerciais aumentaram 6% nos proveitos, para 694 milhões. Os volumes de aquisição subiram 23% no ano, impulsionados por um bom crescimento de volume *on-line*, embora a menor confiança dos consumidores na última parte do ano signifique que os valores de transacções médios diminuíram, abrandando o crescimento dos proveitos. Os proveitos dos cartões comerciais tiveram um forte crescimento no segundo semestre de 26% e subiram 16% para o ano inteiro, impulsionados por um intercâmbio mais elevado, particularmente nos mercados inferior e médio.

As despesas directas cresceram 9% para £594 milhões, com um crescimento no segundo semestre inferior ao do primeiro semestre. O crescimento dos custos no ano inteiro reflectiu o investimento em pessoal e infra-estruturas para apoiar o desenvolvimento da GTS.

As perdas por imparidade foram de £60 milhões, subindo de £15 milhões em 2007, reflectindo em particular a retracção da economia global e algum crescimento em incumprimentos entre *mid-corporates* e PME.

Análise estratégica

A GTS mantém-se num negócio estrategicamente atractivo para o RBS, proporcionando um importante capital de exploração e soluções de pagamento para os clientes do Grupo e o âmbito fundamental mantêm-se na venda cruzada de serviços de transacções globais aos nossos clientes empresariais e instituições financeiras, particularmente aqueles no Reino Unido. A GTS planeia dimensionar correctamente a sua rede global consistente com o desenvolvimento da Europa como sua base nuclear, mantendo a capacidade d continuar a servir local e globalmente todos os clientes multinacionais que estão no centro da proposta GBM, enquanto conserva, sempre, os níveis de serviço durante o tempo de mudança. O negócio também planeia aumentar a eficiência através do desenvolvimento de um modelo de funcionamento de *front* e *back-office* com custos mais baixos e explorar *joint ventures* para o crescimento e alienações selectivas.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

Os proveitos da Global Transaction Services cresceram 39% de £1.778 milhões para £2.472 milhões e contribuição em 38% para £1.818 milhões. Estes resultados reflectem o forte desempenho comercial e uma contribuição de todo o ano dos negócios adquiridos do ABN AMRO. O principal impulsionador deste crescimento foi a aquisição do negócio ABN AMRO com o negócio histórico do RBS a contribuir para um crescimento homólogo de 5%.

As despesas directas cresceram 32% para £594 milhões, reflectindo os custos de um ano inteiro do negócio ABN AMRO.

As perdas por imparidade foram de £60 milhões, subindo de £14 milhões em 2007, reflectindo em especial a retracção da economia global e algum crescimento em incumprimentos entre *mid-corporates* e PME.

Regional Markets – UK Retail & Commercial Banking

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	7.090	6.668	6.668
Serviços e comissões líquidas – actividades bancárias	2.886	3.030	3.030
Outros proveitos não provenientes de juros*	838	890	890
Proveitos não provenientes de juros	3.724	3.920	3.920
Total de proveitos	10.814	10.588	10.588
Despesas directas			
- custos com o pessoal	1.978	1.919	1.919
- outros	1.193	1.076	1.076
	3.171	2.995	2.995
Contribuição antes de imparidades	7.643	7.593	7.593
Imparidades	1.964	1.368	1.368
Contribuição	5.679	6.225	6.225
Imputação de custos manufacturing (1)	2.396	2.240	—
Resultado operacional	3.283	3.985	6.225

Nota
(1) Apenas para resultados *pro forma*
.

	£mm	£mm	£mm
Total do activo da actividade bancária	249,4	232,8	232,8
Empréstimos e adiantamentos – brutos			
– UK Retail Banking	117,5	111,0	111,0
– UK Corporate & Commercial Banking	110,4	99,3	99,3
– UK Wealth	10,1	8,4	8,4
Depósitos de clientes**	186,1	189,4	189,4
Activos de gestão de investimento – excluindo depósitos	22,5	25,8	25,8
Empréstimos não produtivos	7,9	5,5	5,5

* líquido de reclamações de seguros
** excluindo *bancassurance*

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma* e oficiais

A UK Retail and Commercial Banking continua a ser uma franquia extremamente forte e representa o núcleo do RBS Grupo. No entanto, o ambiente externo nos próximos anos apresentará desafios significativos com pressão sobre os proveitos, como resultado de taxas de juros muito baixos, proveitos de serviços mais baixos e custos de imparidade aumentarão, provavelmente, ainda mais.

Os planos de negócio têm que responder a este ambiente através da redução de custos e produtividade aumentada, investindo em canais de serviço *on-line*, automatização das actividades e redesenho dos processos de extremo a extremo. Os negócios dimensionarão à medida os custos do serviço para diferentes segmentos de cliente, seguindo mais de perto a sua geração de valor.

A gestão de fortunas mantém-se uma forte oportunidade de crescimento e os planos de negócio têm que seguir uma abordagem mais consolidada ao mercado através de maior coordenação através de múltiplas marcas com a qual enfrenta o mercado, enquanto investe em Gestores de Relações adicionais e funcionalidade da plataforma.

A divisão procurará um crescimento acima do mercado em depósitos de clientes para melhorar a sua contribuição de financiamento para o Grupo e diversificará o seu empréstimo a clientes, reduzindo a sua exposição ao imobiliário comercial.

Regional Markets – UK Retail & Commercial Banking
UK Retail Banking

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	4.390	4.172	4.172
Serviços e comissões líquidas – actividades bancárias	2.186	2.351	2.351
Outros proveitos não provenientes de juros*	218	271	271
Proveitos não provenientes de juros	2.404	2.622	2.622
Total de proveitos	6.794	6.794	6.794
Despesas directas			
- custos com o pessoal	1.258	1.266	1.266
- outros	574	545	545
	1.832	1.811	1.811
Contribuição antes de imparidades	4.962	4.983	4.983
Imparidades	1.281	1.184	1.184
Contribuição	3.681	3.799	3.799
Imputação de custos manufacturing (1)	1.917	1.792	—
Resultado operacional	1.764	2.007	3.799

Nota
(1) Apenas para resultados *pro forma*

	£mm	£mm	£mm
Empréstimos e adiantamentos			
– hipotecas	74,9	67,4	67,4
– particulares	16,2	17,1	17,1
– cartões	6,4	7,8	7,8
– comerciais	20,0	18,7	18,7
Depósitos de clientes**	95,9	96,1	96,1
Activos de gestão de investimento – excluindo depósitos	5,7	7,0	7,0
Empréstimos não produtivos	4,8	4,3	4,3

* líquido de reclamações de seguros
** excluindo *bancassurance*

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma* e oficiais

Apesar de um ambiente económico que se tornou bastante mais fraco no segundo semestre do ano, a UK Retail Banking, que inclui a banca de particulares e pequenas empresas, manteve os proveitos e custos directos na linha de 2007. No entanto, a deterioração no ambiente macroeconómico resultou num aumento de 8% em perdas por imparidade. Consequentemente, o resultado operacional diminuiu 12%, £243 milhões, para £1.764 milhões. No segmento particulares, o RBS manteve a primeira posição e o NatWest foi segundo *ex-aequo* em satisfação do cliente entre os principais bancos comerciais. O segmento comercial continuou a crescer, manteve a liderança do mercado com uma quota de 26%, juntamente com 23% no mercado das novas empresas. A UK Retail continua a manter a disponibilidade para emprestar, enquanto gere a exposição de risco e se concentra em apoiar os clientes num ambiente económico difícil.

A margem financeira aumentou 5% para £4.390 milhões como resultado de um forte crescimento do balanço. O desempenho da margem financeira no segmento particular foi forte, subida de 7%, como um resultado de um bom crescimento de volume associado com o melhoramento das margens dos novos empréstimos. O sector das pequenas empresas viu maior pressão sobre as margens dos activos, de custos de financiamento acrescidos, que limitou o crescimento da margem financeira a 4%. Os empréstimos e adiantamentos médios a clientes aumentou 7% e os depósitos médios subiram 6%, com as poupanças pessoais crescerem 9% e os depósitos das pequenas empresas cresceram 3%. No final do ano, os saldos de depósitos estavam de acordo com os níveis de 2007, reflectindo a crescente pressão competitiva num mercado em abrandamento. A margem financeira reduziu de 3,92% para 3,85%, reflectindo custos de financiamento e liquidez aumentados.

Os saldos de hipotecas da UK Retail cresceu 11%, apesar de uma procura mais baixa no segundo semestre, e a quota de mercado de crédito hipotecário líquido aumentou para 19% (2007 – 2%). O crédito às pequenas empresas cresceu 7%, apesar de uma contracção significativa na procura. O crédito pessoal sem garantias diminui, no entanto, particularmente no segundo semestre do ano. Além disso, a venda da Tesco Personal Finance (TPF) reduziu os saldos de créditos pessoais sem garantias em 31 de Dezembro de 2008 em £1,9 mil milhões, embora os proveitos de £285 milhões da TPF tenham sido incluídos até à data da conclusão da venda em 19 de Dezembro.

Os proveitos não provenientes de juros líquidos de reclamações declinaram 8% para £2.404 milhões. As vendas de *bancassurance* cresceram 3% para £353 milhões de equivalentes a prémios anuais no ano, no entanto, o desempenho negativo dos mercados de dívida e acções reduziu os proveitos de investimento em £48 milhões. Excluindo isto, os proveitos não provenientes de juros subjacentes declinaram 6%, reflectindo uma procura reduzida para crédito sem garantias e vendas mais baixas de seguros de protecção de pagamentos.

As despesas directas aumentaram 1% para £1.832 milhões. Os custos directos com o pessoal reduziram 1%, reflectindo a eficiência aumentada, Outros custos directos subiram 5% como resultado do investimento acrescido nas linhas de negócios seleccionadas.

Durante 2008, a divisão quase duplicou o número de balcões abertos ao Sábado e introduziu 1.000 consultores MoneySense nos balcões para proporcionar um conselho imparcial aos clientes na gestão do seu dinheiro.

As perdas por imparidade aumentaram 8% para £1.281 milhões, com um aumento de moras de pequenas empresas e imparidades em particulares reflectindo a evolução do ambiente económico, particularmente no segundo semestre. No segmento das pequenas empresas, as imparidades aumentaram para £158 milhões (2007 – £80 milhões). No segmento de particulares, o aumento em imparidades foi mais modesto, com os encargos de imparidades em hipotecas em £33 milhões (2007 – £21 milhões) num total de registo de £74.9 mil milhões, enquanto as imparidades no crédito pessoal sem garantias manteve-se nivelado com 2007 a £1.091 milhões (2007 – £1.084 milhões). Hipotecas com rácio do principal sobre o activo (LTV) maiores foram limitadas e os critérios de acesso apertados. O LTV médio para novos negócios foi de 67% (2007 – 62%). As retomas de bens representaram 0,06% dos saldos de hipotecas pendentes em 31 de Dezembro de 2008, comparada com a média do Council of Mortgage Lenders em Dezembro 2008 de 0,21%.

Os activos ponderados pelos riscos totalizaram £63,8 mil milhões no final do ano, uma queda de 3% desde 1de Janeiro de2008. A pressão ascendente da prociclicalidade, especialmente na carteira de hipotecas, e o crescimento da carteira foi compensada pela alienação do TPF e melhoramento nas metodologias Basileia II.

Regional Markets – UK Retail & Commercial Banking
UK Corporate & Commercial Banking

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	2.130	1.990	1.990
Serviços e comissões líquidas	450	425	425
Outros proveitos não provenientes de juros	581	592	592
Proveitos não provenientes de juros	1.031	1.017	1.017
Total de proveitos	3.161	3.007	3.007
Despesas directas			
- custos com o pessoal	486	431	431
- outros	529	467	467
	1.015	898	898
Contribuição antes de imparidades	2.146	2.109	2.109
Imparidades	671	180	180
Contribuição	1.475	1.929	1.929
Imputação de custos manufacturing (1)	359	336	—
Resultado operacional	1.116	1.593	1.929

Nota
(1) Apenas para resultados *pro forma*

	£mm	£mm	£mm
Empréstimos e adiantamentos a clientes – brutos	110,4	99,3	99,3
Depósitos de clientes	64,3	66,2	66,2
Empréstimos não produtivos	3,0	1,2	1,2

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma* e oficiais

A UK Corporate & Commercial Banking teve um sólido desempenho no primeiro semestre de 2008, com o segundo semestre de 2008 a ser afectado pela deterioração do mercado em condições económicas. O total de proveitos aumentou 5% para £3.161 milhões e a contribuição antes de imparidades aumentou 2%. O crescimento em imparidades, especialmente no segundo semestre do ano, resultou numa queda de 30% nos resultados operacionais para £1.116 milhões.

A margem financeira aumentou 7% para £2.130 milhões. Os empréstimos e adiantamentos médios foram 18% superiores aos de 2007, reflectindo o apoio continuado do Grupo à economia do Reino Unido. As margens dos novos negócios aumentaram no segundo semestre para reflectirem os prémios de risco mais altos, embora os custos de financiamento na carteira tenham eliminado o crescimento da margem financeira.

Os saldos médios de depósitos aumentaram 3%. O mercado de depósitos continua a ver uma forte concorrência em vários factores, o que afecta as margens. A margem financeira global diminuiu de 2,39% para 2,15% devido aos custos acrescidos de financiamento e liquidez e um forte crescimento nos produtos Empresariais de margens relativamente baixas.

Os proveitos não provenientes de juros aumentaram 1% para £1.031 milhões. O ano de 2007 beneficiou do lucro na alienação do negócio Securities Services Grupo; o ajuste para este crescimento subjacente em proveitos não provenientes de juros foi de 6%. Este forte desempenho reflecte as vendas acrescidas dos produtos de gestão do risco de taxa de juro e risco cambial.

As despesas directas aumentaram 13% para £1.015 milhões, reflectindo um aumento de 26% na depreciação das locações financeiras para £401 milhões, devido a volumes mais elevados, bem como provisões adicionais de £54 milhões para valores residenciais mais baixos no negócio de veículo leasing Lombard. As despesas directas, excluindo a depreciação de locações financeiras, aumentaram 6% para £614 milhões, com o crescimento de custos reflectindo o recrutamento de gestores de relações adicionais em 2007.

As perdas por imparidades totalizaram £671 milhões, um forte aumento dos níveis historicamente baixos visto em 2007. 48% do encargo relacionou-se com as empresas construção e promoção imobiliária. As perdas concentraram-se no extremo mais pequeno do sector empresarial, embora um certo número de exposições específicas no sector das empresas de grande dimensão também afectaram o encargo. Os encargos das actividades comerciais foi £368 milhões (2007 – £100 milhões) e os encargos dos negócios empresariais foi de £303 milhões (2007 – £80 milhões).

O desempenho da nossa carteira de imobiliário comercial mantém-se sob observação cuidada. O LTV médio na carteira RU é 68% e menos que 5% da carteira tem LTV maiores a 85%.

O crescimento dos RWA foi limitado pelas melhorias nas metodologias de Basileia II e uma gestão de risco activa, que compensaram o crescimento do balanço subjacente e os impactos da prociclicalidade.

Regional Markets – UK Retail & Commercial Banking
UK Wealth

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	570	506	506
Serviços e comissões líquidas	250	254	254
Outros proveitos não provenientes de juros	39	27	27
Proveitos não provenientes de juros	289	281	281
Total de proveitos	859	787	787
Despesas directas			
- custos com o pessoal	234	222	222
- outros	90	64	64
	324	286	286
Contribuição antes de imparidades	535	501	501
Imparidades	12	4	4
Contribuição	523	497	497
Imputação de custos manufacturing (1)	120	112	—
Resultado operacional	403	385	497

Nota:
(1) Apenas para resultados *pro forma*.

	£mm	£mm	£mm
Empréstimos e adiantamentos - brutos			
– hipotecas	5,2	4,2	4,2
– particulares	3,7	3,0	3,0
– comerciais	1,2	1,2	1,2
Depósitos de clientes	25,9	27,1	27,1
Activos de gestão de investimento – excluindo depósitos	16,8	18,8	18,8
Empréstimos não produtivos	0,1	—	—

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma* e oficiais

A UK Wealth teve um crescimento robusto, com o total de proveitos a crescer 9% para £859 milhões e o lucro operacional cresceu 5% para £403 milhões.

A UK Wealth gera ganhos tanto em banca privada como em serviços de investimentos e isto permitiu que a divisão mantivesse um forte crescimento orgânico, apesar da deterioração das condições de mercado global. A Coutts & Co teve um desempenho particularmente bom, com uma subida na contribuição de 15%.

Os empréstimos e adiantamentos médios a clientes aumentaram 17% e os depósitos médios dos clientes 11%, sublinhando um aumento de 13% na margem financeira para £570 milhões.

Os proveitos não provenientes de juros cresceram 3% para £289 milhões, pois os maiores proveitos de serviços foram contrabalançados por proveitos de investimento mais baixo. Embora a média de activos sob gestão tivesse sido 4% mais elevada do que 2007, os níveis mais baixos dos mercados de acções na parte final do ano reduziu os activos sob gestão em 11% para £16,8 mil milhões.

As despesas directas aumentaram 13% para £324 milhões, parcialmente devido ao número de efectivos aumentado e às contribuições mais elevadas para o esquema de protecção de depósitos.

As imparidades cresceram de £4 milhões em 2007 para £12 milhões e representaram aproximadamente 0,1% da carteira de empréstimos RU.

Regional Markets – US Retail & Commercial Banking

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	2.106	1.935	1.935
Proveitos não provenientes de juros	904	846	846
Total de proveitos	3.010	2.781	2.781
Despesas directas			
- custos com o pessoal	675	598	598
- outros	411	364	364
	1.086	962	962
Contribuição antes de imparidades	1.924	1.819	1.819
Imparidades – core	722	177	177
Imparidades – SOB	319	163	163
Contribuição	883	1.479	1.479
Imputação de custos manufacturing (1)	359	336	—
Resultado operacional	524	1.143	1.479

Nota:
(1) Apenas para resultados *pro forma*.

	£mm	£mm	£mm
Total do activo	151,8	159,2	159,2
Empréstimos e adiantamentos - brutos			
– hipotecas	15,7	19,1	19,1
– home equity	34,8	35,9	35,9
– outros consumidores	21,3	21,6	21,6
– empresarial e comercial	41,2	37,6	37,6
Depósitos de clientes	94,3	105,8	105,8
Empréstimos não produtivos	1,1	0,6	0,6
Taxa de câmbio média – US$/£	1,853	2,001	2,001
Taxa de câmbio à vista – US$/£	1,460	2,004	2,004

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma* e oficiais

O US Retail & Commercial Banking manteve forte os proveitos em 2008 em $5.578 milhões, mas sofreu um forte aumento em perdas de imparidades à medida que as condições económicas pioraram progressivamente no decorrer do ano. Como resultado, o lucro operacional diminuiu para $972 milhões, uma descida de 57%. Em termos de libras esterlinas, o total de proveitos diminuiu 8% para £3.010 milhões, enquanto o lucro operacional declinou 54% para £524 milhões.

O total de proveitos de $5.578 milhões manteve-se essencialmente inalterado, com um crescimento de 11% na banca comercial para $1.231 milhões, compensando um declínio de 2% declínio nos proveitos da banca de retalho para $4,347 milhões. Ambos os segmentos foram afectados pela deterioração das condições de crédito, com a contribuição de retalho a descer 58% para $926 milhões e a contribuição comercial a descer 7% para $711 milhões.

Globalmente, a margem financeira cresceu modestamente, contrabalançada por um pequeno declínio nos proveitos não provenientes dos juros. Os empréstimos e adiantamentos médios para os clientes de retalho diminuiu como resultado do abrandamento da economia e normas de subscrição mais apertadas, mas este declínio foi compensado pelo forte crescimento continuado no crédito empresarial e comercial. Os depósitos dos clientes de base declinaram 5% e a divisão reduziu ainda mais a sua dependência em depósitos de corretagem em 80%, levando a um declínio global de 11% nos total de depósitos de clientes. A margem financeira manteve-se firme em 2,73%, reflectindo o aumento das margens de activos e a gestão das taxas de poupança num mercado de depósitos competitivo.

As despesas directas aumentaram 5% para $2.012 milhões, reflectindo os custos acrescidos da expansão das equipas de gestão de relações na banca comercial, abatimentos nos direitos em serviço de hipotecas e custos mais elevados relacionados com a renegociação de empréstimos e a actividade de cobrança.

As condições de crédito piorara significativamente com o decorrer do ano à medida que o mercado da habitação continuou a deteriorar-se e o desemprego subiu, agravando as já difíceis condições. As perdas por imparidade totalizaram $1.929 milhões, subindo 184% em relação a 2007, reflectindo a deterioração nas condições económicas.

Na carteira nuclear do US Retail & Commercial, as perdas por imparidade de 2008 totalizaram $1.337 milhões, com um aumento acentuado no segundo semestre. Os créditos ao consumidor não produtivos representaram 0,37% dos saldos de *home equity* nucleares e 1,20% dos saldos das hipotecas residenciais. Embora tenha havido um declínio na notação de crédito de alguns clientes, de acordo com as más condições económicas, as notações actualizadas FICO médias ponderadas para o crédito imobiliário garantido ao consumidor em 31 de Dezembro de 2008 foi aproximadamente 740 com um LTV médio ponderado de 63%. As dificuldades emergiram em todos os segmentos de clientes durante o segundo semestre do ano, com montantes em mora mais frequentes em *core home equity* (subida de 10 pb para 0,86%), e automóvel (subida de 94 pb para 2,78%). A US Retail & Commercial não origina hipotecas de amortização negativa ou hipotecas com opção de taxa ajustável. Os saldos das provisões finais para a carteira de base foram $1.303 milhões em comparação com $777 milhões no final de 2007.

A qualidade de crédito continuou a deteriorou-se nitidamente na carteira de *home equity* de fonte externa (a carteira Serviced By Others (SBO)). Esta carteira, gerida agora por um grupo reestruturação separado e em liquidação, foi reduzida em $1,5 mil milhões em relação ao último ano, para $7,1 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008. Os empréstimos SOB não produtivos representam 2,66% dos saldos SBO. As perdas por imparidade em relação à carteira SOB totalizou $592 milhões em 2008, com $268 milhões incorridos no segundo semestre de 2008, em comparação com os $324 milhões no primeiro semestre. Os saldos da provisões finais SBO cifraram-se em $474 milhões em 31 de Dezembro de 2008, uma subida dos $413 milhões, em 30 de Junho 2008, permitindo um rácio de cobertura de 2,5 vezes dos créditos não produtivos.

A carteira de crédito comercial global começou a mostrar sinais de stress, com uma nítida deterioração na carteira do imobiliário comercial. As imparidades na carteira comercial e industrial, incluindo financiamento de leasing, totalizaram $212 milhões, ou 0,74% dos saldos. O total de imparidades na carteira do imobiliário comercial foi de $177 milhões ou 1,63% dos saldos.

A divisão EUA continuou a avaliar as oportunidades para optimizar a alocação de capital, saindo ou reduzindo a exposição aos segmentos de menor crescimento ou de subescala. No quarto trimestre, 18 balcões rurais na região de Adirondacks foram vendidos ao Community Bank System. Foi também anunciado um acordo para vender a rede de balcões bancários de retalho no Indiana, consistindo em 65 balcões, e as actividades da banca de negócios e banca regional, ao Old National Bank.

Análise estratégica

Citizens tem uma franquia de banca comercial e de retalho de elevada qualidade no nordeste dos EUA. A Nova Inglaterra e o Mid Atlantic são mercados bancários atractivos e o Citizens está bem posicionado neles em termos de quota de mercado e cobertura de mercados locais principais. A divisão pretende investir neste negócio nuclear através de uma maior actividade de marketing e investimentos tecnológicos direccionados, enquanto reduz a actividade nos seus negócios nacionais fora da área de cobertura em financiamentos do consumidores e comerciais. Esta estratégia permitirá que o Citizens se torne completamente financiados pelos depósitos dos seus próprios clientes com o decorrer do tempo e suportará um perfil de baixo risco.

Regional Markets – Europe & Middle East Retail & Commercial Banking

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	1.152	1.066	1.014
Serviços e comissões líquidas	320	265	219
Outros proveitos não provenientes de juros	46	107	113
Proveitos não provenientes de juros	366	372	332
Total de proveitos	1.518	1.438	1.346
Despesas directas			
- custos com o pessoal	404	330	307
- outros	159	173	152
	563	503	459
Contribuição antes de imparidades	955	935	887
Imparidades	526	136	118
Contribuição	429	799	769
Imputação de custos manufacturing (1)	359	336	—
Resultado operacional	70	463	769

Nota:
(1) Apenas para resultados *pro forma*.

	£mm	£mm	£mm
Total do activo	66,4	56,1	56,1
Empréstimos e adiantamentos - brutos			
– hipotecas	24,6	18,3	18,3
– empresas	33,4	25,3	25,3
– outros	3,7	4,2	4,2
Depósitos de clientes	25,0	22,3	22,3
Empréstimos não produtivos	3,3	0,7	0,7

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

A deterioração significativa das condições dos mercados global e local tem afectado os principais mercados da Europa e Oriente Médio, com queda no resultado operacional de £70 milhões, menos 85% do que 2007. O principal motor da presente redução foi um aumento de £ 390 milhões em imparidades, embora partindo de uma base baixa, reflectindo a deterioração da qualidade de crédito em particular nos sectores imobiliário e da construção, à medida que as condições económicas têm abrandado. O resultado operacional, excluindo perdas por imparidades, manteve-se estável em £596 milhões.

O total de proveitos foi de £80 milhões, 6% para £1.518 milhões, beneficiando dos movimentos nas taxas de câmbio. Ajustando-se a isto, os proveitos diminuíram 5%. Embora a média empréstimos e depósitos tenha crescido 25% e 13%, respectivamente, a margem financeira reduziu-se em 21 pb no ano para 2,02%, afectada principalmente pelos custos de financiamento mais elevado e o efeito dos negócios descontinuados. As despesas directas subiram 12% para £ 563 milhões. As taxas de câmbio constantes, as despesas directas não se alteraram, reflectindo os benefícios das iniciativas de redução de custos. As perdas por imparidades subiram para £526 milhões, partindo de £ 136 milhões, reflectindo o ambiente económico.

Em termos de libras esterlinas, os resultados têm sido materialmente afectados pelo movimento na taxa de câmbio do euro e as referências ao movimento da percentagem na análise que se segue estão em termos de divisa constante.

O resultado operacional do Ulster Bank caiu 76% para £117 milhões. O total de proveitos diminuiu 2%, para £1.269 milhões; a margem financeira aumentou 1%, com os empréstimos e adiantamentos médios a clientes a subirem 12% no ano. O benefício do crescimento do crédito, especialmente no primeiro semestre do ano foi compensado por maiores custos de financiamento associados à perturbação do mercado de financiamento por grosso. Os outros proveitos foram 12% menores do que em 2007, reflectindo um abrandamento, em especial nas actividades de *bancassurance* e gestão de fortunas.

Os saldos hipotecários médios no Ulster Bank foram 11% superiores a 2007. Os novos volumes hipotecários no segundo semestre do ano foram significativamente menores do que nos primeiros seis meses, embora os níveis de resgates também tenham diminuído.

Os saldos médios de depósitos no Ulster Bank ficaram praticamente inalterados em relação ao ano anterior, reflectindo a grande competitividade do mercado por recursos na Irlanda em 2008. Os fluxos de depósitos no Ulster Bank foram fortes na parte final do ano e nos primeiros meses de 2009. Durante 2008, abrimos 119.000 novas contas-correntes, impulsionadas principalmente pelo sucesso das campanhas das contas-correntes Switcher e estudante.

As despesas directas aumentaram em 8% para £432 milhões, reflectindo o impacto do ano inteiro do agora concluído programa de investimento na pegada e operações do Ulster Bank. O crescimento dos custos no segundo semestre de 2008 foi significativamente menor, reflectindo a gestão disciplinada da base de custos.

As perdas por imparidade no Ulster Bank subiram para £394 milhões, reflectindo o impacto que teve sobre a qualidade de crédito o abrandamento da economia irlandesa, com o último trimestre a mostrar um nítido declínio tanto na actividade e como no sentimento. Isso reflectiu-se num significativo aumento do fluxo de casos no processo de gestão de dívidas problemáticas.

Em Janeiro de 2009, o Ulster Bank anunciou a sua intenção de adoptar uma estratégia de marca única sob a marca Ulster Bank. Isto verá a fusão das operações do Ulster Bank e First Active na República da Irlanda (RI) até ao final de 2009. Esta acção está a ser tomada para reforçar a franquia do Ulster Bank Grupo, posicionando-a para lidar com as condições prevalecentes dos mercados local e global. Também foram empreendidas várias iniciativas de gestão dos custos.

O Ulster Bank lançou uma série de iniciativas para apoiar os seus clientes neste período económico difícil. Anunciámos, em Fevereiro de 2009, que serão disponibilizados fundos significativos para o mercado das PME na Irlanda do Norte (NI). Um anúncio semelhante será feito nas próximas semanas em relação ao mercado das PME na RI. O Ulster Bank indicou também que está a adoptar os compromissos do Grupo RBS em relação à certeza dos limites dos descobertos para este sector.

As hipotecas Momentum e Secure Step foram lançadas na IN e RI, respectivamente, para apoiar os Compradores pela Primeira Vez e o Banco confirmou o seu compromisso de uma moratória de seis meses para os clientes da hipoteca que enfrentem uma potencial retoma dos bens. Em apoio dos nossos clientes a retalho em toda a ilha da Irlanda, o programa MoneySense do Grupo está a ser desenvolvido, com consultores com formação a serem introduzidos em todos os balcões do Ulster Bank.

Fora da Irlanda, a divisão Europe and Middle East Retail & Commercial Banking continuou a negociar de forma satisfatória, embora os nossos mercados nos Emirados Árabes Unidos, Roménia e Cazaquistão também tenham sofrido um acentuado abrandamento no ano passado. Nos Emirados Árabes Unidos, onde somos um líder de mercado em cartões de crédito com mais de 430.000 cartões emitidos, as receitas dos cartões de crédito aumentaram 22% durante o exercício.

A venda do negócio European Consumer Finance ao Santander foi concluída no dia 1 de Julho de 2008, enquanto o negócio Imagine em Espanha foi vendido ao Bank of America no segundo semestre de 2008. O antigo negócio de retalho ABN na Rússia foi também fechado durante o exercício.

Análise estratégica

O Ulster Bank, que continua a ser uma parte fulcral das actividades bancárias globais do Grupo, tem uma franquia forte, tanto na Irlanda do Norte, onde é o principal banco, como na República da Irlanda, onde é, globalmente, o terceiro maior banco. Tem o produto e capacidade de distribuição para crescer bem e de forma rentável, em condições normais de mercado. No entanto, espera-se que as dificuldades económicas que os mercadores irlandeses actualmente enfrentam persistam durante mais algum tempo. O Ulster Bank tem sido proactivo na resposta a estas condições de mercado através de um programa de iniciativas. Os planos de negócios gerem o seu balanço a médio prazo, com particular ênfase na redução das concentrações de risco conforme as condições do mercado o permitirem, enquanto aumenta e diversifica a sua base de clientes de depósitos.

As franquias E & ME Retail & Commercial fora da Irlanda têm falta de dimensão e amplitude. Elas exigiriam um investimento muito significativo de recursos de capital e de gestão para poder possível alcançar os níveis de rentabilidade para o accionista equivalentes aos que são possíveis a partir de franquias nucleares mais estabelecidas no Grupo. As actividades de retalho e comercial da E & ME fora da Irlanda serão transferidas para a divisão Non-Core. Começámos a análise para considerar as futuras opções para essas actividades, incluindo as opções de venda.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

O total de proveitos foi de £172 milhões, 13% a partir de £1.518 milhões, beneficiando de um ano inteiro dos negócios do ABN AMRO e dos movimentos das taxas de câmbio. As despesas directas aumentaram em £104 milhões, 23%.

As perdas por imparidade subiram acentuadamente para £526 milhões, partindo de £118 milhões em 2007, levando a um declínio da contribuição de £340 milhões para £429 milhões. A contribuição antes perdas por imparidade aumentaram £ 68 milhões.

Regional Markets – Asia Retail & Commercial Banking

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Margem financeira	379	294	123
Serviços e comissões líquidas	309	338	161
Outros proveitos não provenientes de juros	93	63	71
Proveitos não provenientes de juros	402	401	232
Total de proveitos	781	695	355
Despesas directas			
- custos com o pessoal	284	237	150
- outros	199	135	90
	483	372	240
Contribuição antes de imparidades	298	323	115
Imparidades	171	119	24
Contribuição	127	204	91
Imputação de custos manufacturing (1)	240	224	—
Resultado operacional	(113)	(20)	91

Nota:
(1) Apenas para resultados pro forma.

	£mm	£mm	£mm
Total do activo	8,3	7,6	7,6
Empréstimos e adiantamentos - brutos	5,8	4,5	4,5
Activos de gestão de investimento – excluindo depósitos	21,2	19,9	19,9
Depósitos de clientes	15,1	10,8	10,8
Empréstimos não produtivos	0,3	0,5	0,5

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

A divisão Asia Retail & Commercial Banking aumentou os proveitos em 12% para £781 milhões, mas a deterioração continuada das condições do mercado durante o segundo semestre do ano resultou numa perda operacional de £113 milhões. As comparações com o ano anterior são afectadas pelo acentuado enfraquecimento da libra esterlina ao longo do ano.

Os proveitos do segmento Affluent desaceleraram acentuadamente no segundo semestre de 2008, devido à redução das vendas de produtos estruturados e fundos de acções, pois os investidores ficaram de fora dos mercados voláteis. Apesar disto, o número de clientes Royal Preferred Banking aumentou 13% e os activos sob gestão no segmento Affluent aumentou 3%.

As métricas dos cartões de crédito e financiamento ao consumo foram continuamente analisadas durante o período, resultando num ainda maior aperto nas políticas de crédito ao consumidor. Isto levou a níveis mais baixos de aquisição de cartões e empréstimos. Há também um abrandamento no número de transacções de cartões. Apesar disso, os negócios de cartões e de financiamento ao consumo reportou um crescimento de proveitos em 20%, com um aumento correspondente nas contas a receber de clientes líquidas.

A banca de negócios viu um forte crescimento na maioria das regiões, com proveitos acrescidos de 28%, tendo tido um desempenho particularmente bom nos mercados da Índia, Paquistão e China.

A oferta da RBS Coutts de banca privada e serviços de investimento continuou a ter um bom crescimento de proveitos de 19% e fortes níveis de aquisição de clientes, mais 5% no ano. A margem financeira cresceu 56%, apoiada em fortes volumes bancários, embora isto tenha sido contrabalançado em parte por menores vendas de produtos de investimentos relacionados com acções e de menos activos sob gestão. Apesar dos mercados financeiros adversos e níveis significativos de desalavancagem de clientes, os activos sob gestão no negócio de fortunas internacional cresceu em 8%.

Os activos totais sob gestão para a Divisão em 31 de Dezembro de 2008 foram 7% superiores à do ano anterior, em £21,2 mil milhões, enquanto os depósitos dos clientes foram 40% superiores, em £15,1 mil milhões, reflectindo parcialmente nos movimentos da taxa de câmbio.

As despesas directas aumentaram 30% para £483 milhões, reflectindo os custos de cobrança mais elevados e o investimento continuado na infra-estrutura do Grupo na região, incluindo o recrutamento de banqueiros privados experientes adicionais no RBS Coutts Asia.

As imparidades cresceram 44% para £171 milhões, reflectindo um aumento nos níveis de provisionamento em vários mercados de financiamento ao consumo na região.

Análise estratégica

A divisão Asia Retail & Commercial Banking tem operações estabelecidas em vários países da região. No entanto, a franquia está pouco espalhada e em geral ainda não alcançou uma escala significativa. Os negócios de Retalho e Comercial na Ásia serão transferidas para a divisão Non-Core. O Grupo pretende sair das suas actividades de retalho e comercial nestas áreas. Começámos a análise para considerar as futuras opções para essas actividades, incluindo as opções de venda. O RBS Coutts manter-se-á como negócio nuclear.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

O total de proveitos aumentaram £426 milhões para £781 milhões reflectindo largamente a contribuição de todo o ano dos negócios adquiridos do ABN AMRO.

As despesas directas aumentaram em £243 milhões para £483 milhões.

As imparidades cresceram £24 milhões para £171 milhões, reflectindo o impacto dos negócios adquiridos do ABN AMRO que são predominantemente direccionados para os consumidores.

RBS Insurance

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Prémios adquiridos	5.520	5.607	5.607
Parte de resseguro	(227)	(220)	(220)
Proveitos de prémios de seguros	5.293	5.387	5.387
Serviços e comissões líquidos	(401)	(465)	(465)
Outros proveitos	674	734	734
Total de proveitos	5.566	5.656	5.656
Despesas directas			
- custos com o pessoal	309	297	297
- outros	462	444	444
	771	741	741
Reclamações brutas	3.857	4,091	4.091
Parte de resseguradores	(124)	(81)	(81)
Reclamações líquidas	3.733	4,010	4.010
Contribuição antes de imparidades	1.062	905	905
Imparidades	42	—	—
Contribuição	1.020	905	905
Imputação de custos manufacturing (1)	240	224	—
Resultado operacional	780	681	905

Nota:
(1) Apenas para resultados pro forma.

Apólices em vigor (000's)	6.964	6.713	6.713
- Marca própria automóvel	5.642	3.752	3.752
- Marca própria não automóvel (casa, assistência, animais domésticos, HR24)	8.450	9.302	9.302
- Parcerias e corretores (automóvel, casa, assistência, PME, animais domésticos, HR24)			
Reservas de seguros gerais – (£m)	8.159	8.192	8.192

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma* e oficiais

A RBS Insurance fez fortes progressos em 2008, com o resultado operacional a aumentar £99 milhões, para um recorde de £780 milhões, uma subida de 15%. Excluindo o impacto líquido das inundações de 2007 e libertação de reservas do ano anterior, o resultado operacional cresceu 6%. O total de proveitos foi £90 milhões inferior, em £5.566 milhões, reflectindo uma queda nos proveitos de prémios de seguros no seguimento de uma decisão estratégica de sair dos contratos de parceria menos rentáveis e o efeito das condições do mercado financeiro nos proveitos de investimento.

Os proveitos dos negócios de marca própria aumentarem 4% e a contribuição antes de imparidades 13%. No mercado britânico do ramo automóvel o Grupo aumentou as taxas dos prémios para compensar a inflação de reclamações e continuou a visar os condutores de baixo risco, com os aumentos de preços concentrados em categorias de risco mais elevado, de modo a melhorar a rentabilidade. Durante 2008, foram lançadas marcas seleccionadas num número limitado de sítios Web agregadores Os nossos negócios internacionais em Espanha, Itália e Alemanha tiveram um bom desempenho, com proveitos aumentos em 24% e a contribuição em 37%. Durante o último ano os números de apólices automóvel de marca própria começaram a subir, e aumentaram em 4%, para 7,0 milhões.

No seguro não automóvel de marca própria, continuámos a alcançar boas vendas através do RBS Grupo, em que as apólices de seguro habitação em vigor aumentaram 33%. Ademais, Privelege e Churchill aumentaram as apólices habitação em 90% e 13%, respectivamente, em comparação com 2007, devido principalmente ao aumento das vendas *on-line* como resultado do sucesso das campanhas de marketing. Foi lançada uma nova oferta comercial de seguros, Direct Line for Business, que cresceu rapidamente durante o ano, com um forte desempenho em apólices Residential Property e Tradesman. Em geral, as apólices em vigor não automóvel de marca própria cresceram 50%, para 5,6 milhões, beneficiando da adição da cobertura de assistência para os clientes do pacote de conta-corrente do RBS e NatWest.

Os resultados dos negócios de parcerias e corretores confirmaram a estratégia do Grupo em recentrar-se em oportunidades mais rentáveis neste segmento, onde oferecemos serviços de subscrição e processamento de terceiros. O Grupo não renovou vários contratos de assistência e retirou-se de alguns segmentos menos rentáveis do mercado de corretagem. Como resultado, as apólices de parcerias e corretores em vigor caíram 9% durante o último ano, com uma correspondente redução de 9% nos proveitos, embora a contribuição tenha aumentado 27%.

Para a RBS Insurance como um todo, os proveitos de prémios de seguro, líquido de serviços e comissões, foi mantido largamente em £4.892 milhões, reflectindo um crescimento de 7% nas marcas próprias do Grupo contrabalançado por um declínio 10% no segmento de parcerias e corretores. Outros proveitos declinaram 8% para £674 milhões, reflectindo o efeito de mercados financeiros deprimidos nos proveitos de investimento.

As despesas directas cresceram 4% para £771 milhões, em parte como resultado do desenvolvimento de marketing acelerado nas marcas próprias, incluindo o lançamento do Direct Line for Business.

As reclamações líquidas caíram 7% para £3.733 milhões, beneficiaram da contenção das reclamações em curso e condições meteorológicas mais benignas. As imparidades de £42 milhões reflectem as imparidades reconhecidas nas carteiras de investimento das obrigações emitidas por empresas e acções.

O rácio operacional combinado do RU para 2008, incluindo custos de manufacturing, diminuiu de 93,8% de 98,0%.

Análise estratégica

O Grupo decidiu manter a RBS Insurance, reflectindo a força da sua franquia como seguradora líder de retalho no Reino Unido. Ela proporciona ganhos de alta qualidade, que são diferenciados dos ganhos dos negócios bancários do Grupo, proporcionando uma valiosa diversidade e fortes rentabilidades. Os planos de negócios devem perseguir um crescimento adicional através da construção da sua posição no canal agregador de seguros *on-line*, através de canais bancários e no mercado comercial. O negócio mantém uma vantagem competitiva através das suas marcas líderes do mercado, modelo de exploração de baixo custo e os benefícios de escala nos seus custos de reclamações.

Grupo Manufacturing

	2008 £m	Pro forma 2007 £m	Oficial 2007 £m
Custos com o pessoal	1.197	1.221	998
Outros custos	3.596	3.260	2.775
Total de custos de manufacturing	4.793	4.481	3.773
Imputado a divisões	(4.793)	(4.481)	—
	—	—	3.773
Análise dos custos de manufacturing:			
Serviços de tecnologia e funções de apoio	1.757	1.717	1.336
Património do grupo	1.690	1.485	1.262
Operações globais	1.346	1.279	1.175
Total de custos manufacturing	4.793	4.481	3.773

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

Os custos de Grupo Manufacturing aumentaram 7% para £ 4.793 milhões em 2008. Em taxas de câmbio constantes, os custos aumentaram 2%.

O aumento dos volumes de negócio foi absorvido através de melhorias de produtividades. O Grupo Manufacturing tem mantido elevados níveis de satisfação dos clientes, continuando a investir em ainda maior desenvolvimento do negócio. Os custos com o pessoal reduziram 2% (7% de redução em taxas de câmbio constantes), reflectindo sobretudo as melhorias na produtividade.

Os custos dos Serviços de Tecnologia e Funções de apoio aumentaram 2% (redução de 3% em taxas de câmbio constantes), com aumentos em procura de negócios equilibrado com as poupanças realizadas na actividade.

Os custos de Património do Grupo subiram 14% (8% em taxas de câmbio constantes), reflectindo um maior desenvolvimento da rede de balcões de Banca de Empresas do Grupo, bem como os investimentos em infra-estruturas de Manufacturing.

Os custos das Operações Globais aumentaram 5% (2% em taxas de câmbio constantes). Outras melhorias de produtividade permitiram-nos continuar a absorver aumentos de volumes e pressões inflacionárias globais. O investimento em curso no processo de reengenharia em todos os nossos centros operacionais no âmbito da bandeira "Work-Out" continua a proporcionar ganhos de eficiência.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

Os custos de Grupo Manufacturing aumentaram 27% para £4.793 milhões em 2008. Esse crescimento reflecte a inclusão de um ano completo dos custos relacionados com o ABN AMRO (£937 milhões) em 2008, quando 2007 incluiu apenas os custos de pós-aquisição do elemento (£193 milhões).

Itens Centrais

	Pro forma		Oficial	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Custos de financiamento	1.331	1.203	1.330	623
Custos departamentais	665	620	665	438
Outros custos empresariais	(4)	(271)	(1.320)	(509)
	1.992	1.552	675	552
Imputação a custos de manufacturing	241	225	—	—
Total de Itens Centrais*	2.233	1.777	675	552

* excluindo itens únicos

2008 comparado com 2007 – resultados *pro forma*

Os custos centrais aumentaram 26%, para £2.233 milhões.

Os custos de financiamento aumentaram em £128 milhões, 11%, para £1.331 milhões, principalmente devido ao maior custo dos financiamentos, incluindo os relacionados com o Esquema Especial de Liquidez do Banco da Inglaterra. O Grupo pretende cobrir economicamente o seu risco de taxa de juro e nem sempre é possível realizar a contabilidade de cobertura em conformidade com as IFRS. Os movimentos das taxas de juros, divisas e índices da inflação, especialmente no final de 2008, resultou em volatilidade para fins contabilísticos, o que leva a um encargo de £204 milhões, em comparação com um crédito de £102 milhões em 2007. Estes custos foram amplamente compensados pelo aumento de dividendos do Bank of China e os benefícios dos capitais adicionais angariados durante o ano.

Os custos departamentais aumentaram 7% para £665 milhões, reflectindo um aumento de efectivos na função central, bem como custos mais elevados de Basileia II.

Os outros itens empresariais ascenderam a um crédito líquido de £4 milhões, comparado com um crédito líquido de £271 milhões em 2007. A redução reflecte a quotização para o Esquema de Indemnização de Serviços Financeiros de £150 milhões e os ganhos realizados em 2007.

2008 comparado com 2007 – resultados oficiais

Os custos centrais aumentaram £123 milhões para £675 milhões.

Os custos de financiamento subiram £707 milhões para £1.330 milhões, reflectindo custos de financiamento mais elevados para o ano interior seguinte à aquisição do ABN AMRO em Outubro 2007.

Os custos departamentais subiram £227 milhões para £665 milhões, incluindo o impacto de um ano inteiro da aquisição do ABN AMRO.

Os outros itens empresariais ascenderam a um crédito líquido de £1.320 milhões, em comparação com um crédito líquido de £509 milhões em 2007. O aumento reflecte ganhos maiores no justo valor da dívida própria e o lucro na venda da Tesco Personal Finance em 2008.

Número de colaboradores em 31 de Dezembro (equivalente a tempo integral)

	2008	2007
Global Banking & Markets	20.200	24.100
Global Transaction Services	4.500	3.700
UK Retail & Commercial Banking	46.500	46.200
US Retail & Commercial Banking	17.600	17.800
Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	7.900	7.900
Asia Retail & Commercial Banking	11.500	8.900
RBS Insurance	16.600	17.300
Grupo Manufacturing	44.900	42.500
Centre	4.300	4.200
	174.000	172.600
Integração	900	—
Parte nos activos partilhados	400	1.200
Interesses minoritários RFS	24.500	21.600
Total do Grupo	199.800	195.400

Balanço consolidado
em 31 de Dezembro de 2008

	Pro forma		Oficial	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11.830	14.240	12.400	17.866
Empréstimos e adiantamentos a bancos	129.408	211.000	138.197	219.460
Empréstimos e adiantamentos a clientes	731.165	700.191	874.722	828.538
Títulos de dívida	253.098	240.801	267.549	294.656
Acções	22.094	46.704	26.330	53.026
Saldos de compensação	17.812	16.533	17.832	16.589
Derivados	991.493	275.146	992.559	277.402
Activos intangíveis	16.386	27.610	20.049	49.916
Outros activos tangíveis	17.169	16.913	18.949	18.745
Impostos diferidos	5.409	1.680	7.082	3.119
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	20.715	16.631	24.402	15.662
Activos de alienação de grupos	67	395	1.581	45.850
Parte nos activos partilhados	2.047	27.222	—	—
Total do activo	2.218.693	1.595.066	2.401.652	1.840.829
Passivo				
Depósitos de bancos	261.934	303.499	258.044	312.294
Depósitos de clientes	518.461	557.122	639.512	682.363
Títulos de dívida emitidos	269.188	220.577	300.289	274.172
Saldos de compensação e posições curtas	54.264	89.829	54.277	91.021
Derivados	969.396	270.814	971.364	272.052
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	23.453	27.873	31.482	34.208
Passivos com benefícios de reforma	1.547	265	2.032	460
Impostos diferidos	2.930	3.728	4.165	5.400
Passivos de seguros	7.480	7.650	9.976	10.162
Passivos subordinados	43.678	28.052	49.154	38.043
Passivos de alienação de grupos	—	6	859	29.228
Parte nos passivos partilhados	2.047	27.222	—	—
Total do passivo	2.154.378	1.536.637	2.321.154	1.749.403
Interesses minoritários	5.436	5.391	21.619	38.388
Situação líquida	58.879	53.038	58.879	53.038
Total da situação líquida	64.315	58.429	80.498	91.426
Total do passivo e situação líquida	2.218.693	1.595.066	2.401.652	1.840.829

Análise das operações de reporte acima incluídas

Acordos de reversão de recompra e empréstimo de títulos				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	58.771	174.444	58.771	175.941
Empréstimos e adiantamentos a clientes	39.289	142.116	39.313	142.357
	98.060	316.560	98.084	318.298
Acordos de recompra e empréstimo de títulos				
Depósitos em bancos	83.666	161.862	83.666	163.038
Contas de clientes	58.143	120.062	58.143	134.916
	141.809	281.924	141.809	297.954

Resumo do balanço consolidado condensado – resultados *pro forma*

O total do activo de £2.218,7 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 subiu £623,6 mil milhões, 39%, em comparação com 31 de Dezembro de 2007. Em taxas de câmbio constantes, o aumento foi de £313 mil milhões ou 16%.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram £81,6 mil milhões, 39%, para £129,4 mil milhões. Os acordos de reversão de recompra e empréstimo de acções (*reverse repos*), desceram em £115,7 mil milhões, 66%, para £58,8 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, a colocações do banco aumentaram £34,1 mil milhões, 93%, para £70,6 mil milhões.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes subiram £31,0 mil milhões, 4%, em £731,2 mil milhões. Dentro deles, as *reverse repos* diminuíram 72%, £102,8 mil milhões, para £39,3 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, os empréstimos aumentaram £133,8 mil milhões, 24%, para £691,9 mil milhões, reflectindo tanto o crescimento orgânico de £44,8 mil milhões, 7%, como os efeitos das flutuações cambiais de £89,0 mil milhões após o enfraquecimento da libra esterlina durante o segundo semestre de 2008.

Os títulos de dívida aumentaram £12,3 mil milhões, 5%, para £253,1 mil milhões e as acções diminuíram £ 24,6 mil milhões, 53%, para £22,1 mil milhões, devido principalmente às mudanças na Global Banking & Markets.

Os movimentos no valor dos produtos derivados, activos e passivos, reflectem, em primeiro lugar, as mudanças nas taxas de juros e de câmbio, juntamente com um 7% de crescimento nos volumes de negociação numa base de câmbio constante.

Os activos intangíveis diminuíram £11,2 mil milhões, 41%, para £ 16,4 mil milhões, reflectindo uma diminuição de £16,9 mil milhões, parcialmente compensada pelos movimentos da taxa de câmbio de £5,7 mil milhões e goodwill de £ 0,2 mil milhões resultantes da *joint venture* Sempra.

Os activos por impostos diferidos aumentaram £3,7 mil milhões, para £5,4 mil milhões, devido principalmente às perdas de negociação transitados.

Os acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos subiram £4,1 mil milhões, 25%, para £20,7 mil milhões.

Os depósitos de bancos diminuíram £41,6 mil milhões, 14%, para £261,9 mil milhões. Esta diminuição reflectiu a diminuição dos acordos de recompra e empréstimo de títulos (*repos*), que desceram £78,2 mil milhões, 48%, para £83,7 mil milhões, parcialmente compensada pelo aumento dos depósitos interbancários em £36,6 mil milhões, 26%, para £ 178,3 mil milhões.

Os depósitos de clientes desceram £38,7 mil milhões, 7%, para £518,5 mil milhões. Dentro destes, os acordos de recompra diminuíram £61,9 mil milhões, 52%, para £58,1 mil milhões. Excluindo os acordos de recompra, os depósitos aumentaram £23,3 mil milhões, 5%, para £460,3 mil milhões.

Os saldos de compensação e posições curtas desceram £35,6 mil milhões, 40%, para £54,3 mil milhões, reflectindo uma actividade de cliente reduzida.

Os acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos diminuíram £4,4 mil milhões, 16%, para £23,5 mil milhões.

Os passivos com os benefícios de reforma aumentaram £1,3 mil milhões para £1,5 mil milhões devido aos valores de activos reduzidos, apenas parcialmente compensados pelo efeito de taxas de desconto aumentadas.

Os passivos por impostos diferidos diminuíram £0,8 mil milhões, 21%, para £2,9 mil milhões, parcialmente devido à venda de Angel Trains.

Os passivos subordinados subiram £15,6 mil milhões, 56%, para £ 43,7 mil milhões reflectindo a emissão de £2,0 mil milhões de capital de empréstimo, a imputação de £6,5 mil milhões de passivos subordinados do ABN AMRO relativos aos activos partilhados do consórcio, bem como o efeito da taxa de câmbio e outros ajustamentos, £8,1 mil milhões, parcialmente compensados pelo resgate de mil milhões de libras capital de empréstimo com vencimento fixo.

A parte dos interesses minoritários aumentou 1%, para £5,4 mil milhões. Os lucros atribuíveis de £0,4 mil milhões, £0,8 mil milhões de capital angariados como parte da *joint venture* Sempra e outros capitais angariados, £0,3 mil milhões, e os efeitos de flutuações cambiais de £1,2 mil milhões foram parcialmente compensados por retirada de capital de £0,9 mil milhões, as reduções de £1,3 mil milhões no valor de mercado do títulos disponíveis para venda em relação ao investimento no Bank of China atribuível a accionistas minoritários e os dividendos pagos de £0,3 mil milhões.

A situação líquida aumentou em £5,8 mil milhões, 11%, para £58,9 mil milhões. Os proveitos líquidos de £12,0 mil milhões de emissão de direitos de subscrição, e os proveitos líquidos de £19,7 mil milhões da Oferta e Colocação, juntamente com os movimentos das taxas de câmbio de £6,8 mil milhões foram parcialmente compensados pela perda atribuível para o período de £23,5 mil milhões, um decréscimo de £4,6 mil milhões em reservas disponíveis para venda, líquido de impostos, reflectindo os mil milhões de libras da quota do Grupo no investimento no Bank of China e de £3,6 mil milhões em outros títulos, a maioria das quais relacionadas com a Global Banking & Markets, perdas actuariais líquidas de imposto de £1,3 mil milhões, o pagamento do dividendo ordinário final de 2007 de £2,3 mil milhões e outros dividendos de £ 0,6 mil milhões, e uma redução na reserva de cobertura do fluxo de caixa de £0,3 mil milhões.

Resumo do balanço consolidado – resultados oficiais

O total do activo de £2.401,7 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008, uma subida de £560,8 mil milhões, 30%, em comparação com 31 de Dezembro de 2007.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram £81,3 mil milhões, 37%, para £138,2 mil milhões. Os acordos de reversão de recompra e empréstimo de acções (*reverse repos*) diminuíram £117,2 mil milhões, 67%, para £58,8 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, as colocações do banco aumentaram £35,9 mil milhões, 83%, para £79,4 mil milhões.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes subiram £46,2 mil milhões, 6%, em £874,7 mil milhões ou £68,0 mil milhões, 8%, na sequência da alienação do Banco Real e outras empresas para o Santander e da Tesco Personal Finance. Dentro disto, as *reverse repos* diminuíram 72%, £103,0 mil milhões para £39,3 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, os empréstimos aumentaram £149,2 mil milhões, 22%, para £835,4 mil milhões reflectindo tanto o crescimento orgânico como os efeitos de flutuações cambiais na sequência do enfraquecimento da libra esterlina durante o segundo semestre de 2008.

Os títulos de dívida diminuíram £27,1 mil milhões, 9%, para £267,5 mil milhões e as acções de participação diminuíram £26,7 mil milhões, 50%, para £26,3 mil milhões, devido principalmente ao nível de participações na Global Banking & Markets.

Os movimentos no valor dos derivados, activos e passivos, reflectem, em primeiro lugar, as mudanças nas taxas de juros e de câmbio, juntamente com um crescimento nos volumes de negociação.

Os activos intangíveis diminuíram £29,9 mil milhões, 60%, para £ 20,0 mil milhões, reflectindo uma imparidade de £32,6 mil milhões e as alienações d actividade de Gestão de Activos do ABN AMRO, do Banca Antoveneta, do Banco Real e outros negócios do ABN AMRO adquiridos pelo Banco Santander, £7,2 mil milhões. Isto foi compensado pelos movimentos da taxa de câmbio de £11,8 mil milhões, goodwill de £ 0,2 mil milhões resultantes da *joint venture* Sempra e £0,3 mil milhões no aquisição total das acções restantes do ABN AMRO não detidas, previamente, pelo Grupo.

Os activos por impostos diferidos aumentaram £4,0 mil milhões, para £7,1 mil milhões, devido principalmente às perdas de negociação transitados.

Os acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos subiram £8,7 mil milhões, 56%, para £24,4 mil milhões.

Os activos e passivos dos grupos de alienação diminuíram no seguimento da conclusão das vendas do negócio de Gestão de Activos do ABN AMRO para o Fortis, Banca Antoveneta para o Monte dei Paschi di Sienna e a maioria do negócio de Private Equity do ABN AMRO a terceiros.

Os depósitos de bancos diminuíram £54,3 mil milhões, 17%, para £258,0 mil milhões. Esta diminuição reflectiu a diminuição dos acordos de recompra e empréstimo de títulos (*repos*), que desceram £79,4 mil milhões, 49%, para £83,7 mil milhões, parcialmente compensada pelo aumento dos depósitos interbancários em £25,1 mil milhões, 17%, para £ 174,4 mil milhões.

Os depósitos de clientes desceram £42,9 mil milhões, 6%, para £639,5 mil milhões ou £21,6 mil milhões, 3%, excluindo as alienações das subsidiárias. Dentro desta rubrica, os acordos de recompra diminuíram £76,8 mil milhões, 57%, para £58,1 mil milhões. Excluindo os acordos de recompra, os depósitos aumentaram £33,9 mil milhões, 6%, para £581,4 mil milhões.

Os títulos de dívida emitidos subiram £26,1 mil milhões, 10%, para £300,3 mil milhões, resultando principalmente do efeito dos movimentos cambiais.

Os saldos de compensação e posições curtas desceram £36,7 mil milhões, 40%, para £54,3 mil milhões, reflectindo uma actividade de cliente reduzida.

Os acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos diminuíram £2,7 mil milhões, 8%, para £31,5 mil milhões, em resultado principalmente das alienações.

Os passivos com os benefícios de reforma aumentaram £1,6 mil milhões para £2,0 mil milhões devido aos valores de activos reduzidos, apenas parcialmente compensados pelo efeito de taxas de desconto aumentadas.

Os passivos por impostos diferidos diminuíram £1,2 mil milhões, 23%, para £4,2 mil milhões, parcialmente devido à venda de Angel Trains.

Os passivos subordinados subiram £11,1 mil milhões, 29%, para £ 49,2 mil milhões. A emissão de £2,4 mil milhões de capital de empréstimo com vencimento fixo e o efeito da taxa de câmbio e outros ajustamentos, £11,3 mil milhões, foi parcialmente compensada pelo resgate de £1,6 mil milhões de capital de empréstimo com vencimento fixo, £0,1 mil milhões de capital de empréstimo sem vencimento fixo e £0,9 mil milhões em relação à alienação do Banco Real e outros negócios do ABN AMRO para o Santander.

A parte dos interesses minoritários diminuiu £16,8 mil milhões, 44%, para £21,6 mil milhões. As perdas atribuíveis de £10,8 mil milhões, incluindo £15,7 mil milhões de abatimentos de goodwill e outros activos intangíveis em relação ao investimento do Estado Holandês na RFS Holdings, retirada de participação de £13,6 mil milhões, incluindo £12,3 mil milhões do Santander no seguimento das alienações do Banca Antoveneta e Banco Real, reduções no valor de mercado de títulos disponíveis para venda, principalmente o investimento no Bank of China atribuível a accionistas minoritários, movimentos em reservas de cobertura de fluxos de caixa, £0,8 mil milhões, perdas actuariais sobre os esquemas de pensões de benefícios definidos líquidos de imposto de £0,5 mil milhões e dividendos pagos de £0,3 mil milhões, foram parcialmente compensados pelo efeito dos movimentos cambiais de £9,1 mil milhões, dos quais £8,0 mil milhões relacionado com os investimentos do Estado Holandês e Santander na RFS Holdings, £0,8 mil milhões de capital social angariado como parte da *joint venture* Sempra e £0,4 mil milhões de capital adicional relativo à aquisição da parte dos accionistas minoritários no ABN AMRO.

A situação líquida aumentou em £5,8 mil milhões, 11%, para £58,9 mil milhões. Os proveitos líquidos de £12,0 mil milhões de emissão de direitos de subscrição, líquidos de £246 milhões de despesas, e de £19,7 mil milhões da Oferta e Colocação, líquidos de despesas de £265 milhões, juntamente com os movimentos das taxas de câmbio de £6,8 mil milhões foram parcialmente compensados pela perda atribuível para o período de £23,5 mil milhões, um decréscimo de £4,6 mil milhões em reservas disponíveis para venda, líquido de impostos, reflectindo os mil milhões de libras da quota do Grupo no investimento no Bank of China e de £3,6 mil milhões em outros títulos, a maioria das quais relacionadas com a Global Banking & Markets, perdas actuariais líquidas de imposto de £1,3 mil milhões, o pagamento do dividendo ordinário final de 2007 de £2,3 mil milhões e outros dividendos de £ 0,6 mil milhões, e uma redução na reserva de cobertura do fluxo de caixa de £0,3 mil milhões.

Fluxo de caixa

	2008 £m	2007 £m
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	(75.338)	25.604
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	16.997	15.999
Fluxo de caixa líquidos de actividades de financiamento	15.102	29.691
Efeitos dos movimentos das taxas de câmbios em caixa e equivalentes a caixa	29.209	6.010
Resultados líquidos em caixa ou equivalentes de caixa	(14.030)	77.304

2008

Os principais factores que contribuíram para as saídas de caixa líquidas de actividades operacionais de £75.338 milhões foram a perda operacional líquida antes de impostos de £36.459 milhões de operações continuadas e descontinuadas, a diminuição de £42.219 milhões em passivos operacionais menos activos operacionais, bem como a eliminação de diferenças de câmbio de £41.874 milhões, parcialmente compensado pelo abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, £32.581 milhões e de outros elementos não monetários, £8.603 milhões.

Os proveitos com a alienação das actividades descontinuadas de £20.113 milhões foram o principal elemento que dá origem a fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento de £16.997 milhões. A saída de caixa de compras líquidas de títulos de £1.839 milhões e alienações líquidas de activos tangíveis, £3.529 milhões menos a entrada de caixa líquida de £2.252 milhões em relação a outras aquisições e alienações representaram os outros factores principais.

Os fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento de £15.102 milhões estão principalmente relacionados com o aumento de capital da Oferta e Colocação de £19.741 milhões e a emissão dos direitos de subscrição de £12.000 milhões, a emissão dos passivos subordinados de £2.413 milhões e os proveitos dos interesses minoritários, £1.427 milhões. Isto foi compensado em parte pelo dinheiro da saída de caixa no resgate dos interesses minoritários de £13.579 milhões, o reembolso de passivos subordinados de £1.727 milhões, os dividendos pagos de £3.193 milhões e os juros pagos sobre passivos subordinados de £1.967 milhões.

2007

Os principais factores que contribuíram para as entradas de caixas líquidas das actividades operacionais de £25.604 milhões foram o aumento de £28.261 milhões dos passivos operacionais menos os activos operacionais e o lucro antes de impostos de £9.900 milhões, parcialmente contrabalançado pela eliminação das diferenças cambiais de £10.282 milhões e os impostos sobre o rendimento pagos de £2.442 milhões.

A aquisição do ABN AMRO, incluída no investimento líquido em participações em empresas e activos intangíveis de £13.640 milhões, foi o principal elemento que deu origem aos fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento de £15.999 milhões, com o caixa e equivalentes de caixa adquiridos de £60.093 milhões a mais do que compensar o pagamento em dinheiro de £45.856 milhões. As vendas líquidas e os vencimentos dos títulos de £1.987 milhões e as alienações líquidas de activos tangíveis, £706 milhões menos as saídas de caixa líquidas de £597 milhões relativas a outras aquisições e alienações representaram os outros factores principais

Os fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento de £29.691 milhões estão principalmente relacionados com a injecção de caixa de £31.019 milhões dos parceiros do consórcio em relação à aquisição do ABN AMRO, juntamente com a emissão de £4.829 milhões de títulos de capital e £1.018 milhões de libras de passivos subordinados contrabalançados em parte por pagamentos de dividendos de £3.411 milhões, o reembolso de £1.708 milhões de libras de passivos subordinados, juros sobre os passivos subordinados de £1.522 milhões e o resgate de £545 milhões de participações minoritárias.

Recursos de capitais

O quadro seguinte analisa os recursos de capital regulamentares do Grupo numa base totalmente consolidada em 31 de Dezembro:

	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Capital inicial					
Capital de Tier 1	69.847	44.364	30.041	28.218	22.694
Capital de Tier 2	32.223	33.693	27.491	22.437	20.229
Capital de Tier 3	260	200	—	—	—
	102.330	78.257	57.532	50.655	42.923
Menos: investimentos em subsidiárias de seguros, empresas associadas e outras deduções de supervisão	(4,155)	(10,283)	(10,583)	(7,282)	(5,165)
Total de capital	98,175	67,974	46,949	43,373	37,758
Activos ponderados pelo risco					
Risco de crédito	551.400				
Risco de contraparte	61.100				
Risco de mercado	46.500				
Risco operacional	36.800				
	695.800				
Carteira de operações bancárias:					
Patrimonial		480.200	318.600	303.300	261.800
Extra patrimonial		84.600	59.400	51.500	44.900
Carteira de negociação		44.200	22.300	16.200	17.100
		609.000	400.300	371.000	323.800
Rácios de solvabilidade	%	%	%	%	%
Tier 1	10,0	7,3	7,5	7,6	7,0
Total	14,1	11,2	11,7	11,7	11,7

Notas:
(1) Os dados para 2008 são numa base Basileia II; os exercícios anteriores são baseados em Basileia I.
(2) Os dados para 2004 são segundo os PCGA do Reino Unido, como previamente publicados e regulamentados. A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Grupo é regulamentado numa base IFRS.

É política do Grupo manter um forte capital inicial, para expandi-lo conforme for apropriado e utilizá-lo eficientemente em todas as suas actividades para optimizar o retorno do investimento para os accionistas enquanto mantém uma relação prudente entre o capital inicial e os riscos subjacentes da actividade. Ao aplicar esta politica, o Grupo tem em conta os requisitos de supervisão da Financial Services Authority ("FSA"). A FSA utiliza o Rácio de Solvabilidade como parâmetro de avaliação da adequação do capital no sector bancário britânico, comparando os recursos de capital de um banco com os seus activos ponderados pelo risco (os activos e as exposições extrapatrimoniais são 'ponderados' de modo a reflectirem o risco de crédito e os outros riscos inerentes); por convenção internacional, o rácio de solvabilidade não deve ser inferior a 8% com um componente Tier 1 de pelo menos 4%. Em 31 de Dezembro de 2008, o rácio de solvabilidade total do Grupo era de 14,1% (2007 – 11,2%) e o rácio de solvabilidade Tier 1 10,0% (2007 – 7,3%)

Reconciliações dos balanços e demonstrações de resultados *pro forma* e oficiais

Base de elaboração dos resultados *pro forma*

As informações financeiras *pro forma* apresentam o desempenho subjacente do Grupo incluindo os resultados dos negócios do ABN AMRO a ser conservados pelo RBS. Esta informação está a ser dada para dar uma melhor compreensão de como os resultados das operações poderiam ter sido caso a aquisição do ABN AMRO, bem como as transferências de negócios para outros Membros do Consórcio, tivesse ocorrido em 1 de Janeiro de 2007.

O resultado operacional do grupo numa base *pro forma*:

Exclui

- os abatimentos de mercados de crédito pré-aquisição do ABN AMRO e o impacto da venda do LaSalle;
- a parte do RBS nos activos partilhados do ABN AMRO;
- a amortização dos ajustamentos contabilísticos da compra em 2007;
- a amortização dos activos intangíveis adquiridos;
- o abatimento do goodwill e outros activos intangíveis;
- custos de integração;
- custos de reestruturação; e

Inclui

- o custo de financiamento da aquisição do ABN AMRO dentro dos Itens Centrais. Embora parte do pagamento da aquisição tenha sido financiada pela emissão de acções preferenciais, os resultados *pro forma* para 2007 assumem que o elemento caixa do pagamento foi financiado por dívida. Os resultados de 2008 reflectem os montantes reais de juros e dividendos sobre as acções preferenciais.

Na apresentação da demonstração de resultados *pro forma*, os abatimentos de mercado de crédito, pagamento de goodwill em relação às comissões de gestão da conta-corrente e as mais-valias na venda da Southern Water em 2007 e certos outros activos foram apresentados em agregado nos proveitos e despesas, conforme apropriado.

Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

	Pro forma £m	Interesses minoritários RFS £m	Parte nos activos partilhados £m	Abatimentos no mercados de crédito e itens únicos £m	Amortização de intangíveis, custos de integração e reestruturação £m	Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis £m	Oficial £m
Margem financeira	15.939	2.911	(175)	—	—	—	18.675
Proveitos não provenientes de juros (excluindo os proveitos de prémios de seguros líquidos)	5.227	1.299	(18)	(5.641)	—	—	867
Proveitos de prémios de seguros líquidos	5.709	617	—	—	—	—	6.326
Proveitos não provenientes de juros excluindo abatimentos de mercado de crédito e itens únicos	10.936	1.916	(18)	(5.641)	—	—	7.193
Abatimentos de mercado de crédito e itens únicos	(5.641)	—	—	5.641	—	—	—
Proveitos não provenientes de juros	5.295	1.916	(18)	—	—	—	7.193
Total de proveitos	21.234	4.827	(193)	—	—	—	25.868
Despesas operacionais	15.916	19.303	103	—	1.800	16.911	54.033
Resultado antes de outros encargos operacionais	5.318	(14.476)	(296)	—	(1.800)	(16.911)	(28.165)
Reclamações de seguros líquidas	3.917	513	—	—	—	—	4.430
Lucro operacional antes de imparidades	1.401	(14.989)	(296)	—	(1.800)	(16.911)	(32.595)
Perdas por imparidade antes de imparidade de activos reclassificados	6.962	640	4	466	—	—	8.072
Perdas por imparidade em activos reclassificados	466	—	—	(466)	—	—	—
Resultado operacional do Grupo	(6.027)	(15.629)	(300)	—	(1.800)	(16.911)	(40.667)
Amortização de activos intangíveis adquiridos	443	—	—	—	(443)	—	—
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis	16.911	—	—	—	—	(16.911)	—
Custos de integração	1.050	—	—	—	(1.050)	—	—
Custos de reestruturação	307	—	—	—	(307)	—	—
Parte nos activos partilhados	300	—	(300)	—	—	—	—
Resultado antes de impostos	(25.038)	(15.629)	—	—	—	—	(40.667)
Impostos	(1.995)	(328)	—	—	—	—	(2.323)
Resultado após impostos das operações continuadas	(23.043)	(15.301)	—	—	—	—	(38.344)
Resultados de operações descontinuadas, líquidos de imposto	—	4,057	(86)	—	—	—	3,971
Resultado do exercício	(23.043)	(11.244)	(86)	—	—	—	(34.373)
Interesses minoritários	412	(11.244)	—	—	—	—	(10.832)
Dividendos preferenciais	596	—	—	—	—	—	596
Perda atribuível aos accionistas ordinários	(24.051)	—	(86)	—	—	—	(24.137)

Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Pro forma £m	289 dias Parte do RBS no ABN AMRO £m	Ajustes de financia-mento £m	76 dias Parte do RBS nos activos partilhados £	76 dias interesses minoritários RFS £m	Abatimentos no mercados de crédito e itens únicos £m	Amortização de intangíveis, custos de integração e reestruturação £m	Oficial £m
Margem financeira	12.382	(1.350)	477	15	545	—	—	12.069
Proveitos não provenientes de juros (excluindo os proveitos de prémios de seguros líquidos)								
Proveitos de prémios de seguros líquidos	15.200	(1.866)	16	(54)	182	(1.268)	—	12.210
Proveitos não provenientes de juros excluindo abatimentos de mercado de crédito e itens únicos	5.982	—	—	—	105	—	—	6.087
Abatimentos de mercado de crédito e itens únicos								
Proveitos não provenientes de juros	21.182	(1.866)	16	(54)	287	(1.268)	—	18.297
Total de proveitos	(1.268)	—	—	—	—	1.268	—	—
Despesas operacionais	19.914	(1.866)	16	(54)	287	—	—	18.297
Resultado antes de outros encargos operacionais	32.296	(3.216)	493	(39)	832	—	—	30.366
Reclamações de seguros líquidas	16.618	(3.376)	—	37	535	(242)	370	13.942
Lucro operacional antes de imparidades	(242)	—	—	—	—	242	—	—
Margem financeira	15.920	160	493	(76)	297	—	(370)	16.424
Proveitos não provenientes de juros (excluindo os proveitos de prémios de seguros líquidos)	4.528	—	—	—	96	—	—	4.624
Proveitos de prémios de seguros líquidos	11.392	160	493	(76)	201	—	(370)	11.800
Imparidades	2.104	(171)	—	(3)	38	—	—	1.968
Resultado operacional do Grupo	9.288	331	493	(73)	163	—	(370)	9.832
Amortização de activos intangíveis adquiridos	124	53	—	—	85	—	(262)	—
Custos de integração	108	—	—	—	—	—	(108)	—
Parte nos activos partilhados	94	(21)	—	(73)	—	—	—	—
Resultado antes de impostos	8.962	299	493	—	78	—	—	9.832
Impostos	1.709	193	148	—	(6)	—	—	2.044
Resultado das operações continuadas	7.253	106	345	—	84	—	—	7.788
Resultados de operações descontinuadas, líquidos de imposto	—	—	—	—	(76)	—	—	(76)
Resultado do exercício	7.253	106	345	—	8	—	—	7.712
Interesses minoritários	184	(26)	—	—	5	—	—	163
Dividendos preferenciais	246	—	—	—	—	—	—	246
Lucro atribuível aos accionistas ordinários	6.823	132	345	—	3	—	—	7.303

Balanço a 31 de Dezembro de 2008

	Pro forma £m	Transferências (1) £m	Activos partilhados £m	Oficial £m
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11.830	570	—	12.400
Empréstimos e adiantamentos a bancos	129.408	8.698	91	138.197
Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes	691.876	143.433	100	835.409
Acordos de reversão de recompra e empréstimo de acções	39.289	24	—	39.313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	731.165	143.457	100	874.722
Títulos de dívida	253.098	14.390	61	267.549
Acções	22.094	4.132	104	26.330
Saldos de compensação	17.812	20	—	17.832
Derivados	991.493	1.064	2	992.559
Activos intangíveis	16.386	3.634	29	20.049
Outros activos tangíveis	17.169	1.768	12	18.949
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	20.715	2.829	858	24.402
Impostos diferidos	5.409	1.296	377	7.082
Activos de alienação de grupos	67	1.101	413	1.581
	2.216.646	182.959	2.047	2.401,652
Parte nos activos partilhados	2.047	—	(2.047)	—
Total do activo	2.218.693	182.959	—	2.401,652
Passivo				
Depósitos de bancos	261.934	(4,565)	675	258.044
Contas de clientes líquidas	460.318	121.051	—	581.369
Acordos de recompra e empréstimos de acções	58.143	—	—	58.143
Depósitos de clientes	518.461	121.051	—	639.512
Títulos de dívida emitidos	269.188	30.831	270	300.289
Saldos de compensação e posições curtas	54.264	13	—	54.277
Derivados	969,396	1.955	13	971.364
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	23.453	7.342	687	31.482
Passivos com benefícios de reforma	1.547	468	17	2.032
Impostos diferidos	2.930	988	247	4.165
Passivos de seguros	7.480	2.496	—	9.976
Passivos subordinados	43.678	5.476	—	49.154
Passivos de alienação de grupos	—	721	138	859
	2.152.331	166.776	2,047	2.321.154
Parte nos passivos partilhados	2.047	—	(2,047)	—
Total do passivo	2.154.378	166.776	—	2.321.154
Interesses minoritários	5.436	16.183	—	21.619
Situação líquida	58.879	—	—	58.879
Total da situação líquida	64.315	16.183	—	80.498
Total do passivo e situação líquida	2.218.693	182.959	—	2.401.652

Nota:
(1) Os negócios a serem transferidos para os outros membros do consórcio em devido tempo.

Balanço a 31 de Dezembro de 2007

	Pro forma £m	Transferências (1) £m	Activos partilhados £m	Oficial reformulados £m
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.240	3.626	—	17.866
Empréstimos e adiantamentos a bancos	211.000	2.599	5.861	219.460
Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes	558.075	126.711	1.395	686.181
Acordos de reversão de recompra e empréstimo de acções	142.116	241	—	142.357
Empréstimos e adiantamentos a clientes	700.191	126.952	1.395	828.538
Títulos de dívida	240.801	35.957	17.898	294.656
Acções	46.704	5.532	790	53.026
Saldos de compensação	16.533	56	—	16.589
Derivados	275.146	741	1.515	277.402
Activos intangíveis	27.610	22.198	108	49.916
Outros activos tangíveis	16.913	1.826	6	18.745
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	16.631	285	(1.254)	15.662
Impostos diferidos	1.680	1.454	(15)	3.119
Activos de alienação de grupos	395	44.537	918	45.850
	1.567.844	245.763	27.222	1.840.829
Parte nos activos partilhados	27.222	—	(27.222)	—
Total do activo	1.595.066	245.763	—	1.840.829
Passivo				
Depósitos de bancos	303.499	5.813	2.982	312.294
Contas de clientes líquidas	437.060	108.486	1.901	547.447
Acordos de recompra e empréstimos de acções	120.062	14.854	—	134.916
Depósitos de clientes	557.122	123.340	1.901	682.363
Títulos de dívida emitidos	220.577	38.003	15.592	274.172
Saldos de compensação e posições curtas	89.829	739	453	91.021
Derivados	270.814	369	869	272.052
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	27.873	5.330	1.005	34.208
Passivos com benefícios de reforma	265	82	113	460
Impostos diferidos	3.728	1.471	201	5.400
Passivos de seguros	7.650	2.512	—	10.162
Passivos subordinados	28.052	6.368	3.623	38.043
Passivos de alienação de grupos	6	28.739	483	29.228
	1.509.415	212.766	27.222	1.749.403
Parte nos passivos partilhados	27.222	—	(27.222)	—
Total do passivo	1.536.637	212.766	—	1.749.403
Interesses minoritários	5.391	32,997	—	38.388
Situação líquida	53.038	—	—	53.038
Total da situação líquida	58.429	32,997	—	91.426
Total do passivo e situação líquida	1.595.066	245.763	—	1.840.829

Nota:
(1) Os negócios a serem transferidos para os outros membros do consórcio em devido tempo.
(2) Os balanços *pro forma* e oficial em 31 de Dezembro de 2007 foram reformulados para reflectir a finalização dos ajustes de contabilização da compra relativamente ao ABN AMRO e à compensação de certos contratos de derivados.

Nas páginas 78 a 144, da Análise por actividades algumas informações foram auditadas e estão mencionadas como tal.

Gestão de risco, capital e liquidez (não auditado)
O ano de 2008 foi um dos anos mais difícies para os bancos. A perturbação dos mercados financeiros, que começou no segundo semestre de 2007 no seguimento de preocupações sobre o mercado hipotecário de sub-prime nos EUA, resultou numa redução global da liquidez e na disponibilidade de financiamento a prazo. A confiança nas instituições financeiras desmoronou-se durante 2008, como resultado numa cada vez maior percepção de risco de contraparte, no seguimento de falências assinaláveis de bancos e companhias de seguros.

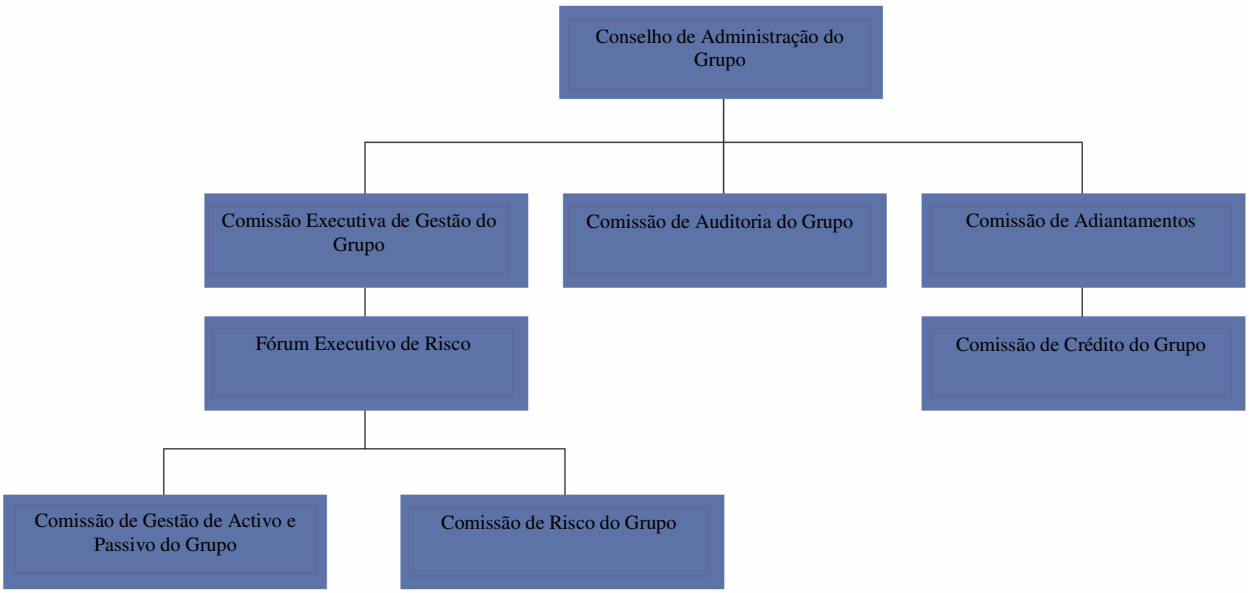
Durante a recente turbulência do mercado, tal como os outros bancos, o Grupo viu a disponibilidade do financiamento de longo prazo a declinar significativamente durante o segundo semestre de 2008, tanto nos mercados de capitais como nos mercados monetários. Por isso, a dependência no financiamento de curto prazo aumento, com uma consequente deterioração do perfil de liquidez do Grupo. Em resposta às dificuldades do mercado, os bancos centrais aumentaram a liquidez através de um certo número de facilidades e esquemas disponíveis para apoiar os seus respectivos sistemas bancários. Além disso, os governos em todo o mundo forneceram capital às instituições financeiras e ofereceram garantias e aumentaram a garantia de depósitos para tranquilizar os investidores e depositantes. Como banco global, o Grupo tem acesso a várias destas facilidades e esquemas que, em comum com muitos outros bancos, ele usou para apoiar o financiamento.

Embora os esforços de estabilização internacionais liderados por vários governos desde Setembro de 2008 tenham ajudado, o efeito económico de dominó está agora evidente nos mercados globais. O ano de 2009 vai ver novas tensões para as instituições financeiras. Embora seja provável que a crise de liquidez venha a estabilizar, o nível de imparidades aumentará à medida que a recessão se espalhe por todo o mundo.

O Conselho de Administração, à luz da grave e crescente deterioração das condições do mercado, o agravamento das perspectivas económicas e as dificuldades de crédito no mercado, concluiu que era adequado para o Grupo de reforçar a sua posição de capital.

O Grupo tem respondido à evolução do negócio e das condições económicas, reduzindo a alavancagem, construção e melhoria de liquidez, o aumento de capital adicional e com o aumento dos seus recursos de gestão de risco fazer avançar um certo número de iniciativas estratégicas. O modelo global de risco operacional foi reforçado para garantir a sua adequação à evolução das condições do mercado e estão a ser incorporadas disciplinas adicionais de gestão de capital adicional em todo o Grupo. Há uma maior ênfase sobre a independência das funções de controlo, alocação de capital, teste de stress e retorno de risco em todo o grupo.

Governação do risco (não auditado)
A estratégia de gestão de risco e capital pertence e é estabelecida pelo Conselho de Administração do Grupo, e implementada pela gestão executiva liderada pelo Grupo Chief Executive. Há um certo número de comissões e executivos que apoiam a execução do plano de negócios e estratégia.



As funções e competências destas comissões são as seguintes:

Comissão	Ênfase	Composição
Comissão de Auditoria do Grupo (GAC)	Relato financeiro e aplicação das políticas de contabilidade como parte do controlo interno e processo de avaliação de riscos. A GAC monitoriza a identificação, avaliação e gestão de todos os riscos significativos em todo o Grupo	Administradores não executivos independentes
Comissão de Adiantamentos (AC)	Trata das transacções que ultrapassam a autoridade delegada na Comissão de Crédito do Grupo e grandes exposições	Membros do GEMC Grupo Chief Credit Officer
Comissão Executiva de Gestão do Grupo (GEMC)	Assegura que a implementação da estratégia e com o apetite de risco.	Chefes de negócios e funções, conforme determinado pelo Grupo Chief Executive/Conselho de Administração
Fórum Executivo de Risco (ERF)	Age sobre todos os risco estratégicos e controla as questões no Grupo incluindo, de forma não exaustiva, o risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de cumprimento e regulamentar, risco de empresa, risco de tesouraria e liquidez, risco reputacional, risco de seguro e risco de país.	Grupo Chief Executive Grupo Finance Director Grupo Chief Risk Officer Presidente, Regional Markets Chief Executive, RBS UK Chief Executive, Global Banking & Markets
Comissão de Risco do Grupo (GRC)	Recomenda limites e aprova processos e políticas para garantir uma gestão eficaz de todos os riscos materiais em todo o Grupo.	Grupo Chief Risk Officer Chefe de cada tipo de rsico do Grupo Grupo Treasurer Chief Executive e Chief Risk Officer de cada divisão Grupo General Counsel e Grupo Secretary Grupo Chief Economist Grupo Credit Committee
Comissão de Crédito do Grupo (GCC)	Aprova as propostas de crédito sob a autoridade delegada à comissão pelo Conselho de Administração e/ou a Comissão de Adiantamentos.	Membros a determinar pelo GEMC
Comissão de Gestão de Activo e Passivo do Grupo (GALCO)	Identifica, gere e controla os riscos de balanço do Grupo	Grupo Finance Director Presidente/Chief Executive de cada divisão Grupo Treasurer Grupo Chief Risk Officer Chefes das funções do Grupo
Grupo Consultivo do Grupo Chief Executive (GCEAG)	Age como um fórum para a prestação de informações e conselhos ao Grupo Chief Executive.	Grupo Chief Executive Grupo Finance Director Presidente e Chief Executives de cada divisão Grupo Chief Risk Officer Grupo General Counsel e Grupo Secretary Directores do Grupo, Estratégia, Comunicações e Recursos Humanos

Responsabilidades de gestão (não auditadas)

Todo o pessoal tem um papel a desempenhar na gestão quotidiana dos riscos, de acordo com a política do Grupo, que é definida e gerida por pessoal especializado em:

- Gestão de riscos: risco de crédito, mercado, regulamentação, empresa e seguros, bem como em análise de riscos.

- Tesouraria do Grupo: balanço, políticas de gestão de capital, exposição intragrupo, financiamento, liquidez e cobertura.

A independência caracteriza a abordagem de gestão de riscos, que é reforçada em todo o Grupo por linhas de reporte apropriadas. As funções de Gestão de Riscos e Tesouraria do Grupo são independentes das actividades geradoras de proveitos. Como parte da realização de uma maior independência funcional, os Chief Risk Officers das divisões têm agora uma linha de reporte directo ao Chief Risk Officer do Grupo.

A Auditoria Interna do Grupo (GIA) apoia o GAC a dar uma avaliação independente da concepção, adequação e eficácia dos controlos internos.

Apetite pelo risco (não auditado)

A gestão de risco e capital no Grupo baseia no apetite pelo risco definido pelo Conselho de Administração, que é criado pela definição da direcção estratégica, contribuindo para, em última análise, aprovar os planos anuais para cada divisão e rever regularmente e monitorizar o desempenho do Grupo em relação ao risco através de relatórios mensais do Conselho de Administração.

O apetite pelo risco é definido em termos quantitativos e qualitativos como se segue:

- Quantitativos: abrange o teste de stress, concentração de risco, valor em risco, liquidez e métricas relacionada com o crédito.

- Qualitativos: concentra-se em garantir que o Grupo aplica os princípios, políticas e procedimentos correctos.

São utilizadas diferentes técnicas para garantir que o Grupo alcance o apetite pelo Grupo.

A GEMC é responsável por garantir que a implementação da estratégia e operações estão de acordo com o apetite de risco determinado pelo Conselho de Administração. Isto é reforçado através de um quadro político garantindo que todos os membros do pessoal no seio do Grupo fazem escolhas apropriada de risco e recompensa dentro dos limites acordados.

Como fazemos negócio	Política
Clientes	Identificar os nossos clientes. Tratar os nossos clientes com equidade. Entregar valor ao cliente. Respeitar a confidencialidade do cliente
Riscos	Identificar e gerir os nossos riscos. Compreender os nossos mercados.
Segurança	Proteger os nossos activos, instalações, sistemas e dados. Operacionar os nossos processos, sistem controlos. Negociar com os fornecedores externos.
Pessoas	Trabalhar no Grupo. Promover a diversidade e a inclusão.
Reputação	Trabalhar dentro da lei e regulamentos. Investir na comunidade. Conduzir um negócio sustentável. Manter os serviços e processos principai
Finanças	Gerir o nosso capital e recursos. Contabilidade e relato financeiro.

O planeamento de negócios anual e o processo de gestão do desempenho e actividades associadas garantem que a expressão do apetite pelo risco se mantém apropriada. A GRC e GALCO também apoiam este trabalho.

Capital (não auditado)

O Grupo tem como objectivo manter níveis adequados de capital, acima do requisitos regulamentares, para garantir que a sua posição de capital continua a ser adequada tendo em conta o ambiente económico e competitivo. Adequação dos fundos próprios e de gestão de risco estão estreitamente ligados. O Grupo realiza uma avaliação regular do seu requisito de capital interno baseado numa quantificação dos riscos materiais a que está exposto.

Composição do capital

Os recursos de capital regulamentar do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 em bases proporcional e totalmente consolidadas, e de acordo com as definições da Financial Services Authority (FSA) foram os seguintes:

	Base proporcional			Base oficial		
	Basileia II 31 de Dezembro de 2008 £m	Basileia II 1 de Janeiro de 2008 £m	Basileia I 31 de Dezembro de 2007 £m	Basileia II 31 de Dezembro de 2008 £m	Basileia II 1 de Janeiro de 2008 £m	Basileia I 31 de Dezembro de 2007 £m
Capital inicial:						
Capital Core Tier 1: fundos de accionistas ordinários e interesses minoritários menos intangíveis	35.473	19.596	19.596	47.623	27.324	27.324
Acções preferenciais e títulos dedutíveis no imposto	23.091	14.704	14.704	24.038	17.040	17.040
Menos deduções do Capital de Tier 1	(1.440)	(1.187)	n/a	(1.814)	(1.457)	n/a
Capital de Tier 1	57.124	33.113	34.300	69.847	42.907	44.364
Capital de Tier 2	28.967	24.594	29.250	32.223	28.767	33.693
Capital de Tier 3	260	200	200	260	200	200
	86.351	57.907	63.750	102.330	71.874	78.257
Menos: deduções de supervisão	(4.155)	(5.078)	(8.202)	(4.155)	(5.078)	(10.283
Total de capital regulamentar	82.196	52.829	55.548	98.175	66.796	67.974
Activos ponderados pelo risco						
Risco de crédito	433.400	394.700		551.400	542.100	
Risco de contraparte	61.100	37.500		61.100	37.500	
Risco de mercado	46.500	17.900		46.500	17.900	
Risco operacional	36.800	36.000		36.800	36.000	
	577.800	486.100		695.800	633.500	
Carteira de operações bancárias			445.800			564.800
Carteira de negociação			44.200			44.200
			490.000			609.000
Rácios de solvabilidade						
Core Tier 1	6,1%	4,0%	4,0%	6,8%	4,3%	4,5%
Tier 1	9,9%	6,8%	7,0%	10,0%	6,8%	7,3%
Total	14,2%	10,9%	11,3%	14,1%	10,5%	11,2%

A FSA usa o Rácio de Solvabilidade como medida da adequação dos fundos próprios no sector bancário do Reino Unido, comparando os recursos de capital de banco com os seus activos ponderados pelo risco (os activos e as exposições extrapatrimoniais são "ponderados" para reflectir risco de crédito inerente e os outros riscos); por convenção internacional, o rácio de solvabilidade não deve ser inferior a 8% com uma componente Tier 1 não inferior a 4%. O Grupo cumpriu com os requisitos de capital da FSA durante todo o ano. Várias subsidiárias e subgrupos dentro do Grupo, principalmente entidades bancárias e de seguros, estão sujeitos a requisito regulamentares de capital individuais adicionais no Reino Unido e estrangeiro

Alocação de capital

Como parte do seu ciclo anual de planeamento e orçamento, a cada divisão é alocado capital sobre os activos ponderados pelo risco (RWA) e as suas deduções regulamentares associadas. O processo de orçamento considera o apetite pelo risco, recursos de capitais disponíveis, resultados dos testes de stress e estratégia de negócio. O orçamento é acordado pelo Conselho de Administração e alocado às divisões para gerir os seus RWA alocados.

A Tesouraria do Grupo e GALCO monitorizam a utilização real pelo rastreamento do capital disponível e a utilização do capital por divisões. A GALCO também toma as decisões necessárias sobre a reatribuição do orçamento e alterações nas alocações do RWA.

Basileia II

O Grupo adoptou Basileia II em 1 de Janeiro de 2008. O Pilar 1 concentra-se no cálculo do capital mínimo exigido para suportar os riscos de crédito, de mercado e operacional no negócio. Para o risco de crédito, a maioria do Grupo utiliza a Advanced Internal Ratings Based Approach (AIRB) para calcular o RWA, tornando o Grupo um dos poucos bancos cujos sistemas e abordagens de riscos alcançam as normas regulamentares.

Para o risco operacional, o Grupo usa The Standardised Approach (TSA), que calcula os activos ponderados pelo risco operacionais com base nos proveitos brutos. Tal como outros bancos, o Grupo está a considerar a adopção do Advanced Measurement Approach (AMA) para todos ou parte dos negócios

Utilizando estas abordagens, os requisitos RWA, por divisão, são os seguintes:

	Basileia II 31 de Dezembro de 2008 £mm	Basileia II 1 de Janeiro de 2008 £mm	Basileia I 31 de Dezembro de 2007 £mm
Global Markets			
– Global Banking & Markets	278,5	211,9	188,7
– Global Transaction Services	19,6	16,8	15,4
Regional Markets			
– UK Retail & Commercial Banking	152,5	153,1	179,0
– US Retail & Commercial Banking	78,0	53,8	57,1
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	30,9	30,3	36,7
– Asia Retail & Commercial Banking	6,4	4,9	3,3
Outros	11,9	15,3	9,8
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holding	577,8	486,1	490,0
Interesses minoritários RFS Holding	118,0	147,4	119,0
Grupo	695,8	633,5	609,0

Basileia II é cíclico, ao contrário de Basileia I onde os RWA são estáveis durante o ciclo. As alterações nos totais de RWA são impulsionados mais por factores económicos externos e o seu impacto no perfil de risco da carteira subjacente dos activos, do que por alterações no *mix* de activos. Enquanto Basileia II tenta reduzir esta variação por incorporação de medida correlacionadas com condições de retracção económica, mantém-se sensível às variações cíclicas.

A abordagem AIRB a Basileia II baseia-se nas seguintes métricas.

- *Probabilidade de incumprimento (PD)*: estes modelos estimam a probabilidade de um cliente não efectuar o reembolso completo e atempado das obrigações de crédito ao longo de um horizonte de tempo de um ano. Os clientes são classificados com uma pontuação de crédito interna que corresponde à probabilidade de incumprimento. Cada classificação de crédito do cliente em todas as escalas de classificação do Grupo pode ser incluída numa qualificação de crédito ao nível do Grupo.

- *Exposição ao incumprimento (EAD):* estes modelos estimam o nível esperado de utilização de uma facilidade de crédito na altura do incumprimento de um mutuário. A EAD é normalmente superior à utilização corrente (p.ex. no caso de serem efectuados novos levantamentos de uma facilidade de crédito renovável antes do incumprimento) mas normalmente não excede o limite do valor total da facilidade de crédito.

- *Perda dado o incumprimento (LGD)*: modelos que estimam a perda económica que pode ocorrer num caso de incumprimento e representa a dívida que não pode ser recuperada. Os modelos LGD do Grupo têm em conta o tipo de mutuário, a facilidade de crédito e qualquer atenuação do risco como uma caução ou garantia detida.

Para além do capital mínimo calculado, para risco de crédito, de mercado e operacional, os bancos são obrigados a realizar um Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP) para outros riscos. O ICAAP do Grupo, em particular, concentra-se no fundo de pensões, risco de taxa de juro na carteira bancária, juntamente testes de stress para avaliar a adequação do capital durante o ao e o ciclo económico.

O Grupo publicará o seu Pilar 3 (Divulgações ao mercado) no sítio Web externo, prestando uma gama de informações adicionais relacionada com Basileia II e gestão de risco e capital no Grupo. O enfoque das divulgações é nos recursos e adequação de capital ao nível do Grupo, discutem várias abordagens ao risco de crédito e seus activos ponderados pelo risco associados (segundo várias abordagens de Basileia II), tal como a atenuação do risco de crédito, risco de contraparte e provisões. São também feitas divulgações detalhadas sobre acções, titularização, risco operacional e de mercado, bem como proporcionando divulgações do Risco da Taxa de Juro na Carteira Bancária.

Stress e cenário de teste

O teste de stress é essencial para as regras sobre risco e fundos próprios do Banco e parte integral da Basileia II. O teste de stress é utilizado a nível de divisão e de Grupo para avaliar concentrações de risco, estimar o impacto dos ganhos no capital, determinar a adequação de fundos próprios global sob condições de stress e identificar as acções de atenuação. Os principais benefícios de negócio das regras de testes de strees são: compreensão do impacto de cenários recessivos; avaliação concentrações de risco relevantes; e previsão do impacto dos cenários de stress de mercado na liquidez do balanço do Grupo.

Ao nível do Grupo, uma série de eventos de stress são monitorizados numa base regular para avaliar o impacto potencial de um evento extremo, mas ainda assim plausível, no Grupo. Há dois elementos essenciais num teste de cenário de stress:

- *O teste de stress recessivo* considera o impacto nos ganhos e no capital de uma série de cenários recessivos. Há choques sistémicos multianuais para avaliar a capacidade do Grupo para cumprir os seus requisitos de capital e responsabilidades à medida que eles vencem sob uma retracção significativa mais plausível no ciclo de negócios e/ou ambiente macroeconómico. Os resultados do resumo estão incluídos no relatório de risco mensal para o Conselho de Administração e discutidos em documentos separados numa base semestral.

- *O teste de stress integrado* considera testes de stress a nível da firma para medir a exposição do Grupo a eventos económicos e geopolíticos excepcionais, mais ainda sim plausíveis. O teste de stress suporta a identificação e quantificação dos riscos relevantes que pode emergir sob cenários de stress e proporciona informação para manter a tomada de decisão de gestão acerca do apetite de risco e controlo.

O teste de stress através das divisões, realizada para apoiar o quadro do Grupo para gerir concentrações de sectores de actividades e geográficos, é efectuado através da identificação de cenários que provavelmente afectarão grupos de sectores interrelacionados (correlacionados). Estes testes de stress são discutidos com a gestão de topo das divisões e são reportados ao GRC, GEMC, GALCO e GAC. O Grupo consegue um limite desencadeador do encargo de imparidade stressado para um cenário individual.

A análise de carteira, usando o desempenho histórico e indicadores de previsão futura das alterações, usa o teste de stress para facilitar a mensuração da exposição potencial a eventos e procure quantificar o impacto de uma alteração negativa em factores que impulsionam o desempenho e rentabilidade de uma carteira.

Cobertura de risco

Os principais riscos que o Grupo enfrenta são mostrados a seguir:

Tipo de risco	Definição	Características
Risco de crédito (incluindo riscos de país e político)	O risco resultante da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas pela incapacidade dos clientes em cumprirem as suas obrigações financeiras com o Grupo	Perdas características podem variar materialmente nas carteiras. Correlação significativa entre perdas e ambiente macroeconómico Risco de concentração
Risco de financiamento e liquidez	O risco de o Grupo ser incapaz de cumprir as suas obrigações à medida que vencem.	Potencial para perturbar o modelo de negócio e parar o funcionamento normal do Grupo. Significativamente correlacionado com as perdas de risco de crédito.
Risco de mercado	O risco que o valor de um activo ou passivo poder mudar como resultado de uma mudança nas taxas do mercado.	Potencial para grandes perdas materiais, Significativamente relacionado com o risco accionista e o ambiente macroeconómico
Risco de seguro	O risco de perda financeira devido a flutuações em oportunidade, frequência e/ou gravidade de eventos seguros, relativamente às expectativas no momento da subscrição da apólice.	Perdas pequenas frequentes. Perdas relevantes não frequentes.
Risco operacional	O risco de perdas financeiras ou impacto na reputação resultante de fraude, erro humano, processos ou sistemas com concepção ineficazes ou inadequados; comportamento impróprio, ocorrências jurídicas, ou acontecimentos externos.	Geralmente, perdas imateriais.
Risco de regulamentação	Os riscos emergentes de alterações/implementações da regulamentação.	Risco de alterações regulamentares. Cumprimento com os regulamentos. Potencial para multas e/ou restrições a actividades negociais.
Outros riscos	Os riscos emergentes da reputação e risco de fundo de pensões.	Regulamentação adicional pode ser introduzida como resultado de outros riscos.

Risco de crédito

Princípios para gestão de risco de crédito (auditado)

Os princípios fundamentais para a gestão do risco de crédito no Grupo são os seguintes:

- Uma avaliação do risco de crédito do cliente e facilidades de crédito é realizada antes da provação da exposição do crédito. Tipicamente, isto inclui elementos quantitativos e qualitativos, incluindo a finalidade do crédito e fontes de reembolso, cumprimento com os testes de acessibilidade, histórico de reembolsos, capacidade de reembolsar, sensibilidade aos desenvolvimento económicos e do mercado e retorno ajustado ao risco com base nas medidas de risco de crédito apropriadas ao cliente e tipo de facilidade.

- A autoridade de risco de crédito é especificamente concedida por escrito às pessoas envolvidas na concessão da aprovação do crédito, quer este seja individual ou colectivamente como parte de uma comissão de crédito. No exercício da autoridade de crédito, as pessoas são obrigadas a actuar independentemente de considerações comerciais e devem declarar quaisquer conflitos de interesse.

- As exposições de crédito, uma vez aprovadas, são monitorizadas, geridas e revistas periodicamente em relação aos limites aprovados. As exposições de qualidade mais baixa são sujeitas a análises e avaliações mais frequentes.

- A gestão de risco de crédito trabalha com funções de negócio na gestão corrente da carteira de crédito, incluindo decisões para mitigar as acções tomadas em relação a exposições individuais ou carteiras maiores.

- Os clientes com problemas de crédito emergentes são cedo identificados e classificados em conformidade. Acções correctivas são prontamente implementadas e têm a intenção de repor o cliente no estado satisfatório e minimizar quaisquer perdas potenciais para o Grupo.

- São realizados testes de stress das carteiras para avaliar o potencial impacto no crédito de cenários não sistémicos e acontecimentos maiores macroeconómicos nos proveitos e capital do Grupo.

Equipas de especialistas de risco de crédito supervisionam o processo de crédito de modo independente, tomando decisões de crédito à sua discrição ou recomendando decisões à comissão de crédito apropriada.

As avaliações de mutuários empresariais e risco de transacção são realizadas utilizando análise de crédito fundamental e a aplicação de modelos gerais de empresas e certos modelos especializados de risco de contraparte. As contrapartes dos mercados financeiros são aprovadas por uma função de crédito dedicada que se especializa em risco de produtos comercializados no mercado. Existem modelos de classificação de crédito especializado para certas instituições financeiras, bancárias e não bancárias.

São utilizadas abordagens diferentes para a gestão dos negócios por grosso e de retalho:

- Negócios por grosso: as exposições são agregadas para determinar o nível apropriado de aprovação de crédito exigido e facilitar a gestão de risco de crédito. As aplicações de crédito para clientes empresariais são preparadas por gestores de relações (RM) em unidades que originam exposições de crédito ou por a equipa de RM com a responsabilidade principal por uma contraparte quando um cliente tem relações com diferentes divisões e negócios no Grupo. Isto inclui a atribuição de classificações de crédito da contraparte e estimativas LGD utilizando modelos aprovados, que também são independentemente verificados pela equipa de crédito.

Negócios de retalho: o negócio de retalho faz um grande volume de decisões de crédito de pequeno valor. As decisões de crédito envolverão tipicamente uma aplicação para um novo ou adicional produto ou uma alteração nas facilidades de um novo produto. A maioria destas decisões são baseadas em estratégias automatizadas utilizando creditas normalizadas de crédito na actividade e de classificação de comportamento.

Validação de modelo (auditado)

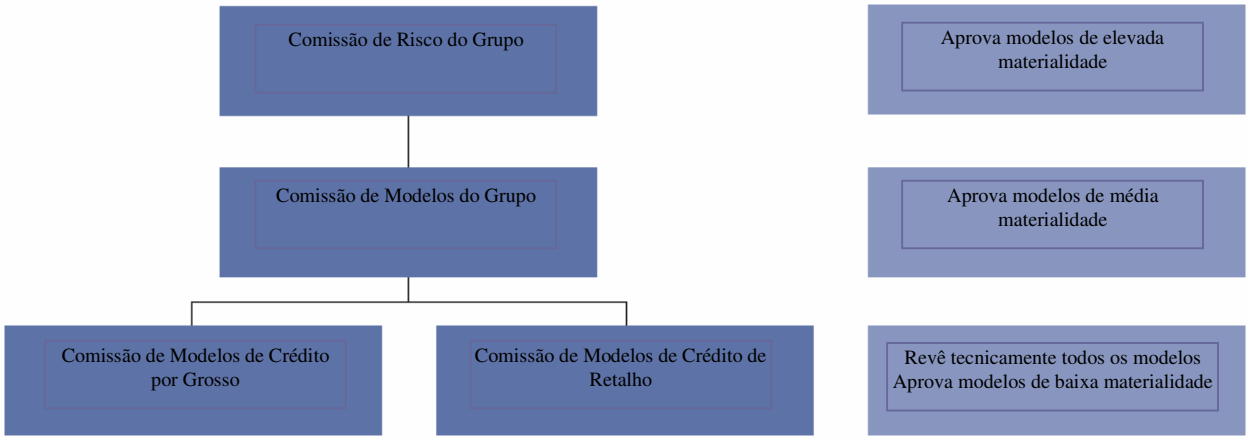
O desempenho e exactidão dos modelos de crédito são essenciais, tanto em termos de gestão de risco eficaz e também no cálculo dos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD) utilizados pelo Grupo para calcular os RWA. Os modelos são sujeitos a frequentes validações internamente e, se utilizado como parte do regime AIRB de Basileia II (ver página 82), foram revistos e aprovados para utilização pela FSA.

A validação independente do modelo é executada pelo Grupo. Isto inclui uma avaliação do modelo de desenvolvimento e validação para conjuntos de dados utilizados, lógica e pressupostos, e desempenho da análise de modelo. Quando necessário, o Grupo contrata consultores de gestão de risco externos para realizarem análises independentes e relatar as suas conclusões para a Comissão de Modelos de Crédito de Grosso ou Retalho. Isto proporciona um padrão de referência em relação às práticas do sector.

Os resultados da validação são um factor principal para decidir se um modelo é recomendado para uso corrente. A frequência, profundidade e extensão da validação são consistentes com a materialidade e complexidade do risco a ser gerido. Os processos de validação do Grupo incluem:

- *Prova de desenvolvimento*: garantir que o modelo de risco de crédito discrimina adequadamente entre diferentes níveis de risco e fornece estimativas de risco exactas.

Verificação do processo: se os métodos usados nos modelos de risco de crédito estão a ser utilizados, monitorizados e actualizados do modo previsto na concepção do modelo. O teste inicial e validação são executados quando o modelo é desenvolvido com o desempenho dos modelos a ser avaliado numa base contínua.



Mitigação do risco de crédito (auditado)

O Grupo toma várias iniciativas para mitigar o risco de crédito. Os principais mitigantes de risco são os seguintes:

- *Imobiliário:* nos negócios com particulares e por grosso, a forma mais comum de garantia detida é o imobiliário.
- *Garantia financeira:* é tomado para apoiar as exposições de crédito na carteira não negociação. A garantia financeira também é tomada em Global Markets e Regional Markets para apoiar as exposições das carteiras de negociação e está incorporado nos cálculos E* (ajustamento ao valor de exposição).
- *Outras garantias físicas:* o Grupo toma uma larga gama de outras garantias físicas, incluindo activos comerciais (stock e inventário, instalações e maquinaria, equipamento), activos de projcto, activos intangíveis que proporcionam um fluxo de caixa futuro e valor real, matérias-primas, veículos, material ferroviário, aeronaves, navios e contas a receber (não compradas).

Garantias: garantias de terceiros são tomadas a bancos, entidades governamentais, agências de crédito à exportação e entidades empresariais. A metodologia de estimativa do valor de recuperação do Grupo é sensível a variações na qualidade de crédito dos fiadores. Também é dado valor a cartas de crédito stand-by em modelos LGD. São aceites garantias condicionais, de acordo com requisitos internos e estão incluídas em estimativas apropriadas PD e LGD (p. ex. esquemas de garantias de créditos a pequenas firmas). As garantias pessoais são consideradas em processos de crédito normal em que há um encargo sobre activos específicos. Enquanto as garantias pessoais possam ser exigidas e sejam sempre aceites, nenhum valor é dado a garantias pessoais não apoiadas em quaisquer modelos de créditos.

- *Derivados de crédito:* a actividade de derivados de crédito é conduzida através de unidades designadas dentro da GBM, para garantir consistência e controlo apropriado. As políticas do Grupo são designadas para garantir que a protecção do crédito é adequada para suportar a compensação de um activo da carteira de negociação subjacente ou melhorar o LGD de um activo da carteira bancária. Dentro da carteira bancária, os derivados de crédito são utilizados como ferramentas de gestão de risco e capital. As contrapartes principais são bancos, firmas de investimento e outros participantes do mercado, com a maioria sujeita a garantias sob um crédito suporte anexo. De acordo com a política interna, o teste de stress é conduzido no risco de crédito de contraparte criado pela compra da protecção de crédito.
- *Standards mínimos* (por exemplo, rácio do principal sobre o activo, certeza jurídica) são garantidos através de um quadro de políticas.

Activos de risco de crédito (auditado)

Os activos de risco de crédito consistem em empréstimos e adiantamentos (incluindo facilidades de descoberto), crédito por prestações, contas a receber de locações financeiras e outros instrumentos negociados com todos os tipos de clientes. O Grupo usa uma série de modelos para mensurar a sua exposição ao risco de crédito e para calcular o EAD esperado tanto nas carteiras de negociação como bancária. Ao fazer isso, o grupo reconhece os efeitos da mitigação do risco de crédito que reduz as perdas potenciais..

Activos de risco de crédito (não auditado)	2008 £mm	2007 £mm
Global Markets	469,8	307,4
Regional Markets		
– UK Retail & Commercial Banking	223,5	202,1
– US Retail & Commercial Banking	82,9	58,1
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	64,7	47,1
– Asia Retail & Commercial Banking	7,5	6,8
RBS Insurance	4,6	5,1
Outros	2,0	—
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	855,0	626,6
Interesses minoritários RFS Holdings	176,8	206,0
Grupo	1.031,8	832,6

Nota:
(1) Excluindo os acordos de reversão de recompra e risco de emitente.

Os activos de risco de crédito em 31 de Dezembro de 2008 foram £855,0 mil milhões (2007 – £626,6 mil milhões), um aumento de £228,4 mil milhões durante o exercício.

As páginas 86 a 93 incluem análises de activos de risco de crédito numa base *pro forma*, excluindo os interesses minoritários na RFS Holdings e parte nos activos partilhados, de acordo com a perspectiva da administração sobre o negócio.

As facilidades incluídas nos interesses minoritários da RFS Holdings não foram migradas para os sistemas de risco do RBS, pois elas não serão parte do Grupo na sequência da separação da actividade do ABN AMRO.

Risco de concentração de crédito (incluindo risco de país) (auditado)

O Grupo define três principais áreas de concentração no risco de crédito que são monitorizadas, relatadas e geridas pelo a nível do Grupo e de divisão. Estas são concentração de nome único, indústria/sector e risco de país. O Grupo tem uma série de controlos quantitativos e qualitativos em vigor para limitar a quantidade de concentração de risco em carteiras de crédito.

É fixado um limiar no LGD agregado a um único grupo de clientes acima do qual é necessária a aprovação da mais elevada comissão de crédito do Grupo, a Comissão de Adiantamentos.

Durante o ano, o trabalho progrediu num melhoramento dos quadros de gestão das concentrações de nome único e de sector. Estas melhorias são planeadas para serem plenamente implementadas em 2009, para melhorar a identificação e gestão da concentração na carteira através da introdução de parâmetros adicionais e aumento do escrutínio dos excessos de limites de concentrações.

Um quadro de teste de stress, Teste de Perdas de Exposição Correlacionada, avalia o impacto nos encargos de imparidades do Grupo de acontecimentos não sistémicos que afectem grupos de sectores inter-relacionados, a fim de conter o impacto desses cenários dentro de tolerâncias definidas.

O risco de país de acontecimentos soberanos (p. ex., incumprimento ou reestruturação), acontecimentos económicos (p. ex., contágio do incumprimento soberano a outras partes da economia, choque económico cíclico), acontecimentos políticos (p. ex., restrições de convertibilidade, expropriações ou nacionalizações) e desastres naturais ou conflitos. As perdas são definidas de um modo generalizado e incluem perdas relacionadas com riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e de franquia. A aquisição do ABN AMRO aumentou materialmente o perfil de risco de país do Grupo, pelo que foram implementadas melhorias significativas no quadro do risco de país do Grupo, que continuam a ser desenvolvidas.

É política do Grupo monitorizar e controlar as exposições de risco de país e evitar concentrações excessivas. O apetite do Grupo é expresso por uma matriz de limites por grau de risco de país é aprovado pela GEMC. A exposição do Grupo é gerida e mensurada dentro deste apetite pela Comissão de Gestão do Risco de País (GCRMC) do Grupo, que tem autoridade delegada da GRC para gerir o risco país e acordar políticas relacionadas. A composição da GCRMC inclui o Group Chief Credit Officer, os responsáveis de Crédito e representantes de negócios das divisões em que às exposições de riscos de país materiais. A GCRMC estabelece limites para cada país com base numa avaliação de risco, que tem em conta a franquia e *mix* de negócios do Grupo nesse país. Outras limitações – sobre os tipos de produtos com maior potencial de perda e transacções de maior duração, por exemplo – podem ser estabelecidas em função das perspectivas sobre o país e da estratégia empresarial. Está implementado um quadro de listagem de países em observação para monitorar proactivamente as questões emergentes e facilitar o desenvolvimento de estratégias de mitigação.

O quadro abaixo sobre risco de país mostra os activos de risco de crédito superiores a mil milhões de libras por domicílio de mutuário e é expressa com a acção de mitigação incluída, que pode ser tomada para reduzir ou eliminar a exposição aos acontecimentos do risco de país.

Países de risco (não auditado)	Particulares £m	Soberano £m	Bancos e instituições financeiras £m	Empresas £m	Total £m
Rússia	51,0	—	362,0	5.361,0	5.774,0
Emirados Árabes Unidos	756,8	91,5	1.721,9	2.988,6	5.558,8
Índia	1.020,0	5,7	737.9	3.800,6	5.564,2
Turquia	24,8	363,6	603,2	3.035,5	4.027,1
China	24,6	61,1	1.146,3	2.027,2	3.259,2
Coreia do Sul	1,5	—	1.743,0	1.104,1	2.848,6
Taiwan	1.019,3	—	1.393,2	825,0	3.237,5
México	4,2	57,1	210,9	1.999,9	2.272,1
República Checa	2,1	593,5	175,5	1.057,9	1.829,0
Cazaquistão	69,5	17,0	900,8	858,9	1.846,2
Polónia	6,8	38,5	309,1	1.308,6	1.663,0
Chile	0,3	26,1	383,7	1.250,5	1.660,6
Brasil	3,6	—	1.012,3	641,7	1.657,6
Arábia Saudita	23,2	—	534,9	679,4	1.237,5
Roménia	583,6	145,3	160,4	916,8	1.806,1
Grécia	15,1	135,3	210,3	702,7	1.063,4
Hungria	5,1	73,9	101,3	831,4	1.011,7

Nota:
(1) Os países de risco são definidos como aqueles com um rating interno A+ e inferiores. Além disso, estão incluídos os Emirados Árabes Unidos, que têm um rating AA

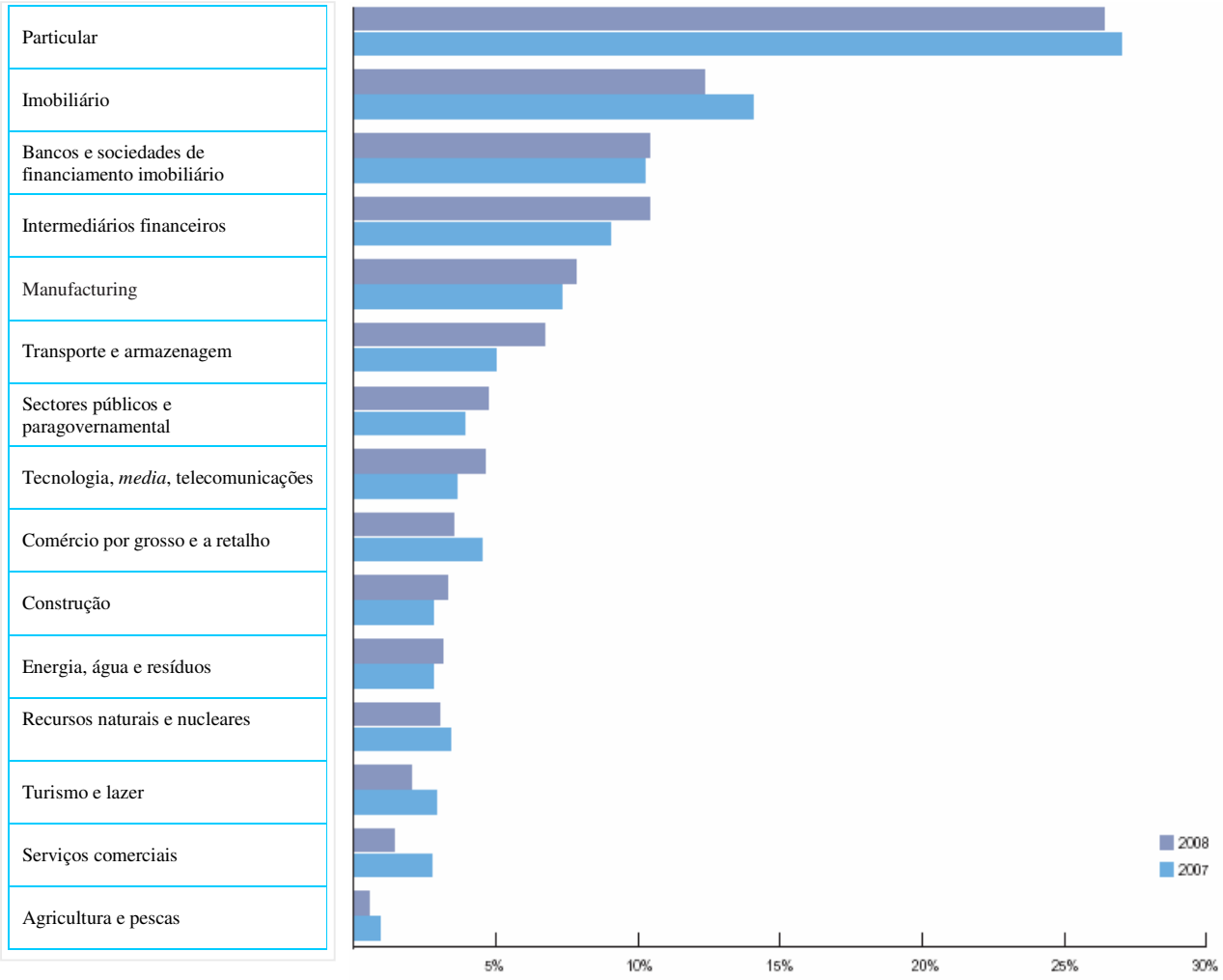
(não auditado)

As perspectivas para os mercados em desenvolvimento em 2009 são muito difíceis, pois a procura das economias desenvolvidas é fraca, as condições de liquidez são apertadas e o apetite pelo risco ainda não regressou. O crescimento asiático está a abrandar acentuadamente em relação a contratos de negócios, mas em geral, tanto a alavancagem soberana e do sector privado é inferior à da crise de 1998, o que permite oportunidade para a recuperação. O Médio Oriente está mais isolado dos efeitos da perturbação económica, mas certos países de grande crescimento, como os EAU, enfrentarão desafios. A Europa de Leste enfrenta uma profunda correcção conforme se desenvolvem grandes desequilíbrios económicos. A queda dos preços das matérias-primas e a fraqueza dos EUA também afectam a América Latina, mas a região está mais resiliente do que nas anteriores retracções económicas devido ao progresso das reformas e à ortodoxia política nas suas economias mais importantes.

Qualidade de activos por actividade e geografia (não auditado)

A análise por actividade desempenha uma parte importante na avaliação do risco de concentração potencial na carteira de empréstimos. É dada uma atenção especial aos sectores de actividade onde o grupo acredita haver um maior grau de risco ou potencial de volatilidade no futuro.

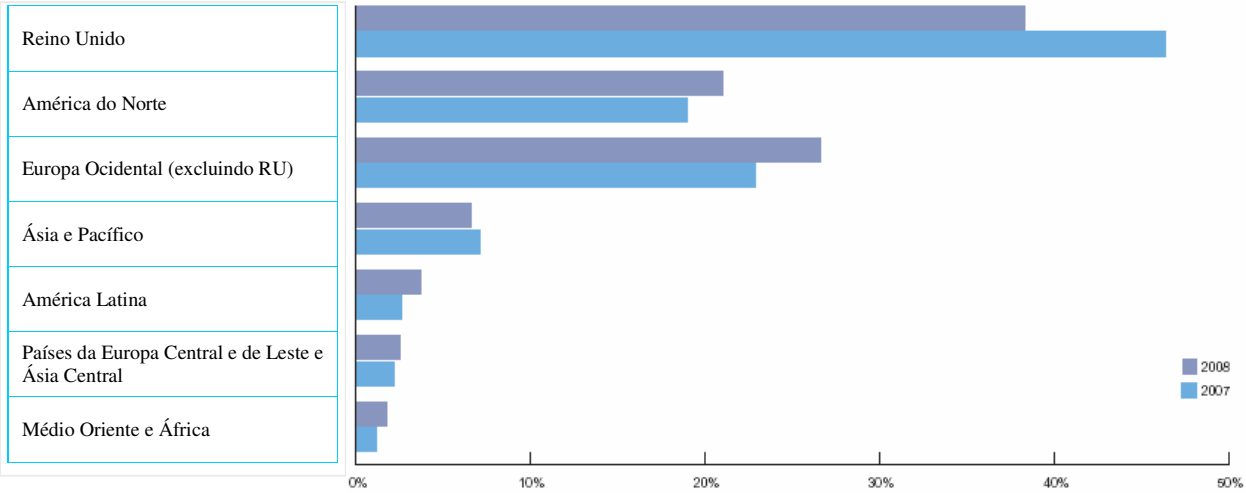
Activos de risco de crédito por sector de actividade



Nota:
(1) Os dados do gráfico são apresentados líquidos de provisões, acordos de reversão de recompra e risco de emitente para 2008 e 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008, 26% dos activos de risco de crédito (2007 – 27%) relaciona-se com particulares e incluem empréstimos hipotecários e outros créditos mais pequenos que estão intrinsecamente bem diversificados. A exposição do sector empresarial inclui 48% de activos de riscos de crédito (2007 – 50%), que estão bem diversificados em toda a gama de sectores. Os bancos e serviços financeiros contam por 21% de activos de risco de crédito (2007 – 19%) e os activos de risco de crédito do sector público e paragovernamental representam os restantes 5% (2007 – 4%).

Activos de risco de crédito por zona geográfica



Nota:
(1) Os dados do gráfico são apresentados líquidos de provisões, acordos de reversão de recompra e risco de emitente para 2008 e 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008, 38% dos activos de risco de crédito (2007 – 46%) relaciona com o Reino Unido. A Europa Ocidental inclui 27% dos activos de risco de crédito (2007 – 23%). A América do norte incluiu 21% dos activos de risco de crédito (2007- 19%).

Qualidade dos activos de risco de crédito (auditado)

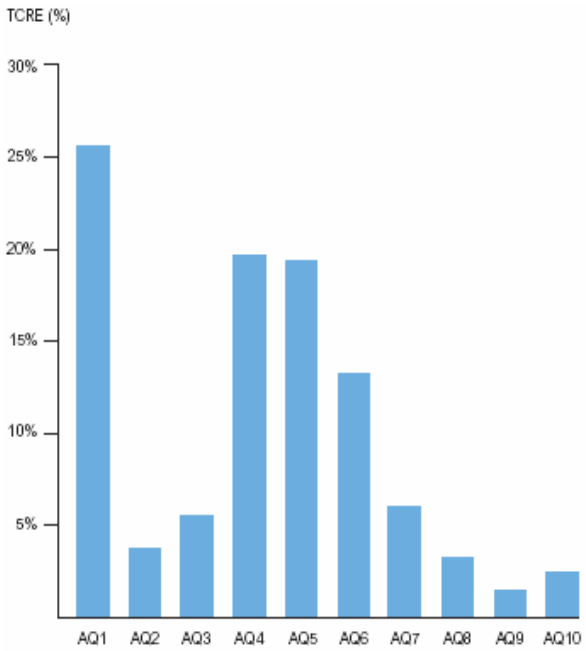
O reporte e vigilância internos dos activos de risco é diferenciado principalmente por notações de crédito. São atribuídas notações de crédito aos clientes com Os clientes são classificados com uma pontuação de crédito interna baseada em vários modelos de classificação de crédito que reflectem os principais factores de incumprimento por tipo de cliente. Todas as notações de crédito no Grupo se baseiam numa escala de qualidade do activo ao nível do Grupo, utilizada para relato financeiro externo, e uma escala de classificação principal para exposições de grossistas utilizada para relatório de gestão interno através de várias carteiras. Em conformidade, a mensuração do risco é facilmente agregada e pode ser reportada em níveis crescentes de granulosidade, dependendo da necessidade de audiência e negócio

O Grupo adoptou, como parte da mudança para Basileia II, uma nova escala principal para exposições grossistas que inclui 27 graus. Estes, por sua vez referem-se a dez graus de qualidade de activo (AQ) utilizada tanto para exposições grossistas e de retalho. Esta escala substituiu os graus menos granulares AQ1-5 utilizadas antes de 2008.

As relações entre estas duas medidas são apresentadas a seguir.
(não auditado)

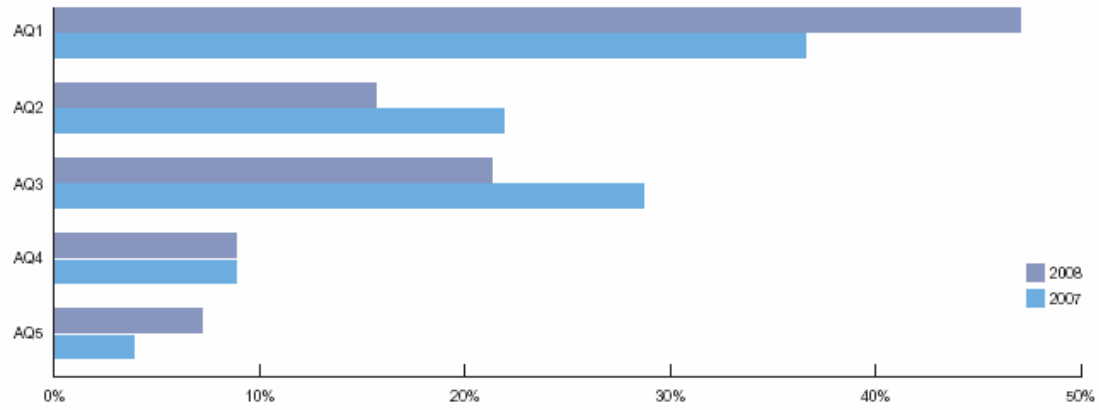
Escala de classificação principal	Gama PD		Novos graus AQ1-AQ10	Antigos graus AQ1-5
	Inferior	Superior		
1	0%	0,006%		
2	0,006%	0,012%		
3	0,012%	0,017%	AQ1	
4	0,017%	0,024%		
5	0,024%	0,034%		AQ1
6	0,034%	0,048%	AQ2	
7	0,048%	0,067%	AQ3	
8	0,067%	0,095%		
9	0,095%	0,135%		
10	0,135%	0,190%		
11	0,190%	0,269%	AQ4	
12	0,269%	0,381%		AQ2
13	0,381%	0,538%		
14	0,538%	0,761%	AQ5	
15	0,761%	1,076%		AQ3
16	1,076%	1,522%	AQ6	
17	1,522%	2,153%		AQ4
18	2,153%	3,044%		
19	3,044%	4,305%	AQ7	
20	4,305%	6,089%		
21	6,089%	8,611%		
22	8,611%	12,177%	AQ8	
23	12,177%	17,222%		AQ5
24	17,222%	24,355%		
25	24,355%	34,443%	AQ9	
26	34,443%	100%		
27	100%	100%	AQ10	

Activos de risco de crédito pelos novos graus AQ1-10 (não auditados)



Nota:
(1) Os dados do gráfico são apresentados líquidos de provisões, acordos de reversão de recompra e risco de emitente para 2008.

The O quadro seguinte apresenta o movimento entre 2007 e 2008 com base nos antigos graus AQ1-5 (não auditados)



Nota:
(1) Os dados do gráfico são apresentados líquidos de provisões, acordos de reversão de recompra e risco de emitente para 2008 e 2007.

Carteiras de crédito principais (não auditado)

Todas as exposições são monitorizadas de perto, mas no ambiente actual o que se segue está sob escrutínio específico:

Crédito imobiliário (não auditado)

Propriedade comercial

A carteira de propriedade comercial totaliza £97 mil milhões. A maior parte dela está concentrada em GBM (£31 mil milhões) e RBS UK (£42 mil milhões), com o restante no Ulster Bank (£17 mil milhões) e CFG (£6 mil milhões).

Os créditos caem em categorias diferentes e é distribuído em Investimento (72,6%), Promoção (24,1%) e Outros (3,3%). Os créditos especulativos representam 1,6% desta carteira. 58% dos empréstimos são no Reino Unido, 30% da Europa Ocidental, 8% na América do Norte e 4% no Resto do Mundo, mas com a extensão do actual abrandamento global, todos os mercados estão sob uma pressão considerável.

Embora o Grupo espera ver uma deterioração geral nos rácios LTV, 72% da carteira na GBM e UKCB continua a ter um LTV inferior a 75% e um rácio médio cobertura de juros (ICR) para a GBM de 164% e 151% para o RBS UK. A abordagem do Grupo ao crédito foi sempre impulsionado predominantemente pelo fluxo de caixa e as áreas de stress na carteira serão principalmente afectadas pelo os ambientes empresarial e económico alargados que afectam a qualidade do arrendatário no sector de retalho, sendo uma área de enfoque no momento presente.

O Grupo tem tido um número de incumprimentos na sua carteira espanhola com limites actuais de £2 mil milhões geridos através do Global Restructuring Grupo. Os limites de imparidades totais na carteira são de £3,9 mil milhões. Os limites actualmente sujeitos a um nível superior de controlo (observatório) totalizam £18,9 mil milhões e o risco é gerido de modo activo.

As perspectivas para a propriedade comercial permanecerão difíceis durante 2009, com uma redução esperada de valores de capital devido a uma falta de liquidez e uma fraca procura de activos. Há novas provas emergentes de rendas por pagar e aumento da taxa de espaços por arrendar, embora se possa esperar a pressão descendente nas rendas e períodos mais longos sem arrendamento devido ao clima económico enfraquecido. A estratégia durante 2008 foi a de reduzir as suas exposições, sempre que prudente, continuando o processo de restrição nos parâmetros de crédito começado no segundo semestre de 2007.

Hipotecas residenciais

O Grupo origina hipotecas residenciais através dos canais de retalho em todas as quatro divisões no seio de Regional Markets, no entanto, a actividade reside principalmente no Reino Unido, Estados Unidos e Irlanda.

Hipotecas residenciais no Reino Unido

A carteira de hipotecas residenciais no Reino Unido totalizaram £74,4 mil milhões (em 31 de Dezembro de 2008), um aumento de 11% durante o ano, devido a um forte crescimento das vendas e baixas taxas de resgate. As principais marcas são o Royal Bank, Nat West, One Account, First Active e Direct Line. Os activos incluem crédito hipotecário *prime* e incluem 7,0% (£5,2 mil milhões) de exposição a comprar para arrendar. Há uma carteira de autocertificação legada muito pequena (0,5% dos activos) que foi retirada de venda em 2004.

O Grupo saiu do mercado 100% LTV no primeiro trimestre de 2008, restringindo ainda mais a proporção de empréstimos de LTV elevado e reviram os critérios de acessibilidade durante o ano. O LTV médio para novos negócios elevou-se de 62% para 67% em 2008, devido principalmente a uma redução na proporção do negócio dentro dos graus de LTV mais baixos.

A taxa de mora (três ou mais pagamentos falhados) nas marcas combinadas Royal Bank e NatWest foi de 1,5% (31 de Dezembro de 2008), subindo de 1,0% (31 de Dezembro de 2007). O encargo das imparidades de hipotecas foi £33 milhões para 2008 (2007 – £19 milhões) e espera-se que nas condições económicas actuais aumente ainda mais. As perdas antecipadas de hipotecas em imparidade são cobertas por uma combinação de provisões por imparidade e juros suspenso pós-incumprimento. A cobertura combinada de provisão é actualmente 0,18% dos saldos.

As retomas de bens totalizaram 1.141 em 2008 (em comparação com 758 em 2007) com volumes semelhantes em cada metade do ano.

Sector imobiliário EUA

A carteira de imobiliário residencial do Citizens Financial Grupo (CFG) $50,1 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 - $53,1 mil milhões), incluindo $ 13,8 mil milhões de primeiras hipotecas e $36,3 mil milhões de empréstimos e linhas *Home Equity*. A redução inclui a venda de $1,4 mil milhões de activos imobiliários à Federal National Mortgage Association, em Dezembro de 2008.

Historicamente, o CFG tem adoptado políticas de risco conservadoras em comparação com o mercado geral. Pequenas exposições ao *sub-prime* (FICO <= 620, aproximadamente 0,6%) e Alt-A / outros não conformes (4,5%) de aquisições bancárias passadas estão em eliminação. A média indexada LTV foi de 69% em 31 de Dezembro de 2008 (2007 - 62%). Os critérios de aceitação de empréstimos foram ainda mais apertados durante 2008 para abordar a deterioração das condições económicas.

A carteira Serviced by Others (SBO) consiste em *pools* adquiridas de empréstimos e linhas de *home equity* cujo LTV e perfis geográficos resultaram, nas actuais condições económicas, numa taxa maior de *write-off* de 4,8% em 2008 do que nas carteiras correntes. A carteira SBO foi fechada a novas aquisições no terceiro trimestre de 2007 e está em eliminação com a exposição a descer de $8,3 mil milhões (31 de Dezembro de 2007) para $7,0 mil milhões (31 de Dezembro de 2008).

Hipotecas residenciais na Irlanda

A carteira de hipotecas residenciais na Irlanda pelas marcas Ulster Bank e First Active totalizaram £24,6 mil milhões (em 31 de Dezembro de 2008) com 92,8% na República da Irlanda e 7,2% na Irlanda do Norte. Isto representa um crescimento de 6% na República da Irlanda (ignorando as flutuações cambiais) e 6% na Irlanda do Norte. Durante o ano de 2008, o Ulster Bank saiu do mercado LTV 100% e apertou o LTV e critérios de acessibilidade em outros segmentos. A taxa de mora (três ou mais pagamentos falhados) aumentou para 1,6% em 31 de Dezembro de 2008 e 0,8% no final de 2007, impulsionado pela deterioração das condições económicas. A retoma de bens permaneceu baixa e totalizou 37 para 2008.

Instituições financeiras

A confiança e a crise de liquidez que afecta o sector bancário viu o quase colapso de alguns grandes bancos nos países ocidentais, juntamente com a falência do Lehman Brothers e do sistema bancário islandês, que por sua vez ameaçou a estabilidade dos sistemas bancários nacionais e globais.
As acções governamentais para restabelecer a estabilidade ao dar garantias, facilidades de liquidez, injecções de capital e facilitar a consolidação de bancos mais fracos com outros mais fortes teve algum sucesso. Há ainda um elevado nível de risco no sector bancário, em 2009, especialmente devido ao aprofundamento da recessão que muitos países enfrentam e crescentes incumprimentos por parte das empresas.

As instituições financeiras constituem o maior segmento da carteira de crédito grossista do Grupo com exposição de £181 mil milhões. Devido às dificuldades enfrentadas pelo sector, a qualidade da carteira enfraqueceu durante 2008. 92% da exposição é às contrapartes em países desenvolvidos da OCDE, enquanto 90% da exposição é às contrapartes *investment grade*.

A carteira de Bancos é o maior subsector, com exposição de £86 mil milhões. No momento do defeito, as exposições do Grupo ao Lehman Brothers e aos bancos islandeses totalizou £802 milhões e £494 milhões, respectivamente, e representaram menos de 1% do total da carteira de Bancos.

O ano de 2008 foi difícil para o sector dos fundos de cobertura. Desmoronaram-se mais fundos de cobertura durante o ano de 2008 do que nos dez anos anteriores e os valores de muitos diminuíram significativamente. A vaga de resgates por parte dos investidores forçaram os maiores grupos de fundos de coberturas a travarem os levantamentos. Estas tendências continuarão em 2009 e espera-se a contracção deste sector.

A exposição do Grupo a fundos alavancados (incluindo fundos de cobertura) totalizou £10,3 mil milhões. A maioria dos fundos de coberturas domiciliados no Reino Unido e Estados Unidos, mas a carteira é diversificada pela estratégia de fundos. As actividades do Grupo com fundos de cobertura estão, principalmente, na negociação de derivados colateralizados. As exposições a fundos com problemas foram reduzidas, a cobertura do colateral foi revista para cima para ainda mais mitigar o risco e a adequação dos limites é regularmente revista.

Durante 2009, o Grupo continuará a dar ênfase na gestão proactiva das instituições financeiras aos níveis de contraparte e carteira, reconhecendo que a liquidez manter-se-á, provavelmente, escada e a qualidade de crédito, provavelmente, deteriorar-se-á mais em várias carteiras.

Sectores empresariais (não auditado)

Esta secção discute os sectores automóveis, navegação, petróleo e gás dando a sua importância no actual ambiente de mercado.

Automóvel

A exposição ao sector automóvel totaliza £14,5 mil milhões, caindo a maioria na GBM (£9,1 mil milhões), RBS UK (£3,3 mil milhões) e CFG (£1,3 mil milhões). A exposição está espalhada pelos seguintes segmentos e zonas geográficas

Segmento	Carteira de crédito £mm	%
Fabricante de equipamento original/veículos comerciais	3,3	23
Sociedades de financiamento cativo	1,1	8
Fornecedores de componentes	2,4	16
Retalhistas/Serviços	5,1	35
Aluguer	2,6	18
Total	14,5	100

Domicílio	Carteira de crédito £mm	%
Américas	4,0	28
Europa Central e de Leste	1,1	7
Médio Oriente e África	4,2	29
Reino Unido	4,3	30
Europa Ocidental	0,9	18
Total	14,5	100

O sector automóvel enfrenta inúmeros desafios com uma forte dependência em relação a despesas discricionárias dos consumidores, alta alavancagem, preços base voláteis e uma pressão contínua para reduzir as emissões de combustível, resultando numa mudança para automóveis compactos e de produção no estrangeiro. O Grupo tem mantido uma abordagem cautelosa a este sector e concentrou-se nas contrapartes maiores, mais diversificadas e financeiramente fortes com uma grande oferta de produto. Não obstante esta abordagem, devido à escala da retracção neste sector, o Grupo pode esperar que se veja ainda maior pressão na carteira. Particularmente preocupantes são as exposições às sociedades de financiamento cativo em que os limites de imparidades de crédito totalizam £1,4 mil milhões. O Grupo continua a procurar limitar as reduções e, curso e a melhorar a segurança.

Navegação

A exposição aos transportes marítimos é de £ 16,6 mil milhões e está quase inteiramente na GBM. A carteira está dividida nos seguintes sectores:

Sector	Carteira de crédito £mm	%
Granel	4,8	29
Navios-tanques	6,3	38
Porta-contentores	1,6	10
Gás/offshore	2,3	14
Outros	1,6	9
Total	16,6	100

A maioria das exposições têm fortes relações com os créditos estruturados para capturar fluxos de caixa directos do navio, garantidos sobre os próprios navios, com o benefício da plena garantia sobre o activo e todos os fluxos de caixa relacionados. A abordagem do Grupo ao sector reconhece a natureza cíclica dos transportes marítimos, com um enfoque proprietários independentes experientes com uma forte liquidez, depósitos dos clientes em toda a carteira totalizam £5 mil milhões. Os activos financiados navios de granel não especializados, navios-tanques de casco duplo e porta-contentores.

Após um crescimento sem precedentes nos valores dos navios nos últimos anos, houve uma correcção material desde meados de 2008 com o índice de granéis sólidos a cair cerca de 90%, o que pode afectar a capacidade dos proprietários em satisfazer as exigências de garantias. Em combinação um recorde de entrega de navios para 2009-2010, o Grupo assistiu a um declínio significativo nos valores dos activos. A exposição do Grupo a novos activos construídos é significativo com compromissos relativos a 236 navios no segmento de graneleiro sólidos e navios-tanques.

O Grupo tem actualmente £0,5 mil milhões de limites para clientes em lista de observação, mas a carteira inclui activos modernos (86% das exposições são garantidas por navios construídos desde 2000), que apresentam, na sua maior parte, um bom fluxo de caixa e liquidez.

Petróleo e gás

A exposição do Grupo a este sector totaliza £24,0 mil milhões nos sectores e zonas geográficas seguintes:

Sector	Carteira de crédito £mm	%
Exploração e produção/verticalmente integradas	9,5	40
Midstream	5,0	21
Refinação e marketing	4,6	19
Serviços em campos de petróleo	4,9	20
Total	24,0	100

Domicílio	Carteira de crédito £mm	%
Américas	10,6	44
Europa Ocidental	7,6	32
Europa Central e de Leste, Médio Oriente e África	4,6	19
Ásia	1,2	5
Total	24,0	100

O ABN AMRO e RBS têm vários clientes comuns neste sector e o Grupo está a trabalhar para reduzir a exposição para dentro dos limites de concentração do Grupo, principalmente em relação a contrapartes de *investment grade*, verticalmente integradas e vários das maiores empresas de exploração e produção globais. As exposições de Grupo às empresas de exploração e produção são principalmente facilidades de base de crédito garantido referenciados a pressupostos conservadores sobre os preços futuros do petróleo, que são ajustados numa base regular. As exposições não garantidas são primariamente companhias de petróleo importantes e entidades estatais

Global Restructuring Grupo (GRG) (auditado)
O GRG foi formado em 2008, encarregada da gestão das exposições problemáticas e potencialmente problemáticas do Grupo para ajudar a rejuvenescer e restaurar clientes para negócios rentáveis. Isto pode incluir a assistência às reestruturação dos seus negócios e/ou renegociação.

O GRG reúne funções anteriormente dispersas por todo o grupo. A sua principal função é a de trabalhar em estreita colaboração com os negócios do Grupo que atendem o público para apoiar a gestão proactiva de qualquer problema de crédito. Isto é baseado num processo claro (listagem de observação) que exige a transferência de problemas de créditos para o GRG. O GRG reporta ao Grupo Chief Risk Officer.

Dadas as actuais perspectivas económicas, é particularmente importante que os potenciais problemas sejan identificados precocemente e referenciados ao GRG, pois a experiência passada do Grupo tem demonstrado que quanto mais cedo especialistas em reestruturação se envolvem, maior a probabilidade de um resultado positivo. Por isso, a identificação precoce de problemas potenciais tem vantagens para o mutuário, bem como para o Grupo.

O GRG está estruturada com equipas especializadas concentrados em: casos de grandes empresas (valor mais elevado, múltiplos financiadores), casos de pequenas e médias empresas (valores menores, relações bilaterais) e recuperação/litígios. Dadas as tendências negativas na carteira em 2008, a dimensão do GRG tem crescido substancialmente e esperam-se mais investimentos em recursos humanos em 2009.

As unidades de negócio de originação ligam-se com o GRG após o surgimento de um evento potencialmente negativo ou uma tendência que possa ter impacto na capacidade dos mutuários no serviço da sua dívida. Este pode ser uma significativa deterioração em alguns aspecto da actividade do mutuário, tal como a negociação, em que é provável uma violação do acordo ou quando um mutuário tenha falhado ou se espera que venha a falhar um pagamento contratual ao Grupo ou outro credor.

Na transferência de uma relação para o GRG é concebida uma estratégia para:

- Trabalhar com o mutuário para facilitar mudanças que maximizarão o potencial para recuperação da sua situação e devolvê-lo à rentabilidade.
- Definir o papel do Grupo na recuperação da situação e avaliar a relação risco/rentabilidade da participação do Grupo
- Devolver os clientes às unidades de negócio originárias numa condição sólida e estável, ou, se essa recuperação não puder ser alcançada, evitar perdas adicionais e maximizar as recuperações.
- Garantir há feedback das principais lições aprendidas nas políticas e procedimentos de originação.

No início de 2008, o volume e o valor dos casos geridos pelos GRG foi baixa em relação aos níveis históricos. Durante o ano, a taxa de transferência de casos para o GRG acelerou bruscamente. Os casos são provenientes de todas as divisões e da maioria dos sectores, embora a taxa de crescimento do valor foi acentuadamente mais elevado devido à transferência de vários casos de elevado valor provenientes da GBM. Os casos de propriedade comercial constituíram uma proporção significativa das transferências de todas as divisões.

Cobranças e recuperações de retalho (auditado)
Há funções de cobranças e recuperações em cada um dos quatro mercados regionais. O seu papel é prestar apoio e assistência aos clientes que a enfrentar actualmente dificuldades em cumprirem as suas obrigações financeiras.

Sempre que possível, o objectivo das equipas de cobranças e recuperações equipas é de fazer regressar o cliente a uma posição satisfatória, ao trabalhar com eles para reestruturar as suas finanças e/ou negócios. Se isto não for possível, a equipa tem o objectivo de reduzir as perdas para o Grupo.

Houve aumentos materiais de pessoal em todos os níveis de funções de cobrança para gerir o aumento do número de clientes em dificuldades financeiras. No Reino Unido e na Irlanda, há um modelo operacional comum de cobrança e recuperação gerido pelo Grupo Manufacturing. Durante 2008, houve um investimento significativo em sistemas de desenvolvimento e formação do pessoal para tornar mais eficientes e eficazes as actividades de cobrança.

No Reino Unido, houve várias iniciativas para garantir um tratamento justo e adequado dos clientes em dificuldades. Para os clientes de crédito hipotecário, o Grupo não vai iniciar processos de retoma de bens por, pelo menos, seis meses após a mora ser evidentes.

As medidas preventivas têm sido também um elemento central durante 2008 e, como resultado, o Grupo anunciou a introdução de mais de 1.000 consultores dedicados MoneySense na sua rede de balcões, que irão fornecer aconselhamento financeiro gratuito a clientes e não clientes. O Grupo também implementou um programa para contactar proactivamente com os clientes que apresentam sinais precoces de stress financeiro, mas ainda não estão em Cobranças para lhes oferecer assistência na gestão das suas finanças de forma mais eficaz.

Análise do balanço (auditado)
A análise seguinte é apresentada numa base oficial.

O quadro seguinte fornece uma análise da qualidade de crédito dos activos financeiros pelos passos de qualidade de crédito internos do Grupo

2008	AQ1 £m	AQ2 £m	AQ3 £m	AQ4 £m	AQ5 £m	J. contab. em mora £m	J. não contab. £m	Provisão imparidade £m	Total £m
Caixas e disponibilidades em bancos centrais	12.400	—	—	—	—	—	—	—	12.400
Empréstimos e adiantamentos a bancos (2)	131.963	872	1.247	282	943	—	129	(127)	135.309
Empréstimos e adiantamentos a clientes	310.950	141.849	187.899	150.705	59.191	15.667	19.350	(10.889)	874.722
Títulos de dívida	259.207	1.461	1.485	3.755	1.626	—	52	(37)	267.549
Saldos de compensação	12.612	516	290	129	256	4.029	—	—	17.832
Derivados	912.728	36.528	30.079	5.181	8.032	11	—	—	992.559
Outros instrumentos financeiros	691	—	161	—	—	—	—	—	852
	1.640.551	181.226	221.161	160.052	70.048	19.707	19.531	(11.053)	2.301.223
Compromissos	209.359	55.109	48.554	23.458	25.244	—	—	—	361.724
Passivos contingentes	19.693	18.461	19.502	10.977	2.904	—	—	—	71.537
Total extrapatrimonial	229.052	73.570	68.056	34.435	28.148	—	—	—	433.261

2007	AQ1 £m	AQ2 £m	AQ3 £m	AQ4 £m	AQ5 £m	J. contab. em mora £m	J. não contab. £m	Provisão imparidade £m	Total £m
Caixas e disponibilidades em bancos centrais	17.866	—	—	—	—	—	—	—	17.866
Empréstimos e adiantamentos a bancos (2)	204.083	5.797	4.937	407	1.119	—	25	(3)	216.365
Empréstimos e adiantamentos a clientes	275.715	174.074	221.561	84.791	55.273	13.236	10.337	(6.449)	828.538
Títulos de dívida	258.895	15.688	2.339	1.372	16.361	—	5	(4)	294.656
Saldos de compensação	14.491	98	344	21	68	1.567	—	—	16.589
Derivados	240.114	23.333	11.299	2.352	304	—	—	—	277.402
Outros instrumentos financeiros	669	—	—	—	143	65	—	—	877
	1.011.833	218.990	240.480	88.943	73.268	14.868	10.367	(6.456)	1.652.293
Compromissos	131.750	89.682	74.126	25.320	17.301	—	—	—	338.179
Passivos contingentes	26.120	16.314	11.740	4.032	3.714	—	—	—	61.920
Total extrapatrimonial	157.870	105.996	85.866	29.352	21.015	—	—	—	400.099

Notas:
(1) Os activos de risco de crédito como reportado internamente à gestão de topo excluem certas exposições e têm em conta os acordos de compensação incluindo os acordos-quadro de compensação que proporcionam um direito de compensação legal mas não satisfazem os critérios de compensação das IFRS. A análise de activos de risco de crédito na página 91 usa os meus graus de risco como acima e é um subconjunto da análise completa dada acima.
(2) Excluindo itens em curso de cobrança de £2.888 milhões (2007 - £3.095 milhões.

Os seguintes empréstimos e adiantamentos a clientes estavam vencidos na data do balanço, mas não foram considerados em imparidade:

	Em mora 1-29 dias £m	Em mora 30-59 dias £m	Em mora 60-89 dias £m	Em mora 90 dias ou mais £m	Total £m
2008	9.517	2.941	1.427	1.782	15.667
2007	8.768	2.745	1.354	369	13.236

Estes saldos incluem empréstimos e adiantamentos a clientes que estão em mora devido as atrasos administrativos ou outros no registo de pagamentos ou na finalização da documentação e outras ocorrências não relacionadas com a qualidade de crédito.

Risco de actividade – análise geográfica (auditada)
O seguinte quadro analisa activos financeiros por localização da sucursal e por tipo de actividade

	Grupo					
2008	Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes £m	Títulos de dívida e acções de participação £m	Derivados £m	Outros (1) £m	Total £m	Compensação (2) £m
Reino Unido						
Governo central e local	6.106	36.466	5.798	14	48.384	1.987
Indústria transformadora	26.006	1.080	11.208	180	38.474	6.279
Construção	13.426	144	754	26	14.350	1.485
Sector financeiro	197.659	84.696	532.857	6.257	821.469	480.762
Indústrias de serviços e actividades comerciais	88.420	10.154	13.278	1.471	113.323	7.624
Agricultura, florestas e pescas	3.118	93	34	15	3.260	87
Bens imóveis	74.050	2.008	5.094	71	81.223	1.026
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	80.967	—	14	—	80.981	52
Outros	27.479	250	36	25	27.790	5
Locações financeiras e crédito a prestações	17.363	3	25	—	17.391	119
Acréscimos de juros	4.323	774	—	—	5.097	—
Total Reino Unido	538.917	135.668	569.098	8.059	1.251.742	499.426
Estados Unidos						
Governo central e local	482	24.996	45	33	25.556	—
Indústria transformadora	13.298	102	1.809	128	15.337	217
Construção	885	63	122	6	1.076	—
Sector financeiro	30.433	37.346	355.502	5.754	429.035	323.910
Indústrias de serviços e actividades comerciais	28.232	1.498	8.535	907	39.172	2.346
Agricultura, florestas e pescas	30	—	3	1	34	—
Bens imóveis	6.579	5	97	—	6.681	—
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	34.235	—	—	—	34.235	—
Outros	14.368	—	—	—	14.368	—
Locações financeiras e crédito a prestações	3.066	—	—	—	3.066	—
Acréscimos de juros	499	466	—	—	965	—
Total Estados Unidos	132.107	64.476	366.113	6.829	569.525	326.473
Europa						
Governo central e local	2.045	24.065	228	5	26.343	—
Indústria transformadora	29.348	776	371	—	30.495	2
Construção	5.838	1	91	—	5.930	—
Sector financeiro	35.989	34.533	8.174	3.621	82.317	61
Indústrias de serviços e actividades comerciais	60.179	11.754	2.823	92	74.848	780
Agricultura, florestas e pescas	5.750	50	1	—	5.801	—
Bens imóveis	23.072	19	299	—	23.390	—
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	118.549	50	4	—	118.603	—
Outros	9.024	29	218		9.271	—
Locações financeiras e crédito a prestações	1.815	15	—	—	1.830	—
Acréscimos de juros	1.889	1	—	—	1.890	—
Total Europa	293.498	71.293	12.209	3.718	380.718	843
Resto do Mundo						
Governo central e local	7.079	16.766	311	145	24.301	—
Indústria transformadora	6.837	178	772	—	7.787	—
Construção	758	6	17	—	781	3
Sector financeiro	21.469	4.267	42.621	407	68.764	31.695
Indústrias de serviços e actividades comerciais	13.706	949	1.297	—	15.952	108
Agricultura, florestas e pescas	157	1	7	—	165	—
Bens imóveis	2.932	480	96	—	3.508	41
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	847	—	—	—	847	—
Outros	5.089	—	18	—	5.107	79
Locações financeiras e crédito a prestações	111	5	—	—	116	—
Acréscimos de juros	428	—	—	—	428	—
Total Resto do Mundo	59.413	22.652	45.139	552	127.756	31.926

2008	Grupo Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes £m	Títulos de dívida e acções de participação £m	Derivados £m	Outros (1) £m	Total £m	Compensação (2) £m
Total						
Governo central e local	15.712	102.293	6.382	197	124.584	1.987
Indústria transformadora	75.489	2.136	14.160	308	92.093	6.498
Construção	20.907	214	984	32	22.137	1.488
Sector financeiro	285.550	160.842	939.154	16.039	1.401.585	836.428
Indústrias de serviços e actividades comerciais	190.537	24.355	25.933	2.470	243.295	10.858
Agricultura, florestas e pescas	9.055	144	45	16	9.260	87
Bens imóveis	106.633	2.512	5.586	71	114.802	1.067
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	234.598	50	18	—	234.666	52
Outros	55.960	279	272	25	56.536	84
Locações financeiras e crédito a prestações	22.355	23	25	—	22.403	119
Acréscimos de juros	7.139	1.241	—	—	8.380	—
	1.023.935	294.089	992.559	19.158	2.329.741	858.668

Notas:
(1) Inclui saldos de compensação de £17.832 milhões.

(2) Esta coluna mostra o montante pelo qual a exposição ao risco de crédito do Grupo é reduzida através de acordos, como acordos-quadro de compensação, que dão ao Grupo o direito legal de compensar o activo financeiro por contrapartida de um passivo financeiro devido à mesma contraparte. Além disso, o Grupo detém colaterais relativamente aos empréstimos e adiantamentos individuais a bancos e a clientes. Estes colaterais incluem hipotecas sobre imóveis (pessoais e comerciais); encargos sobre o activo das actividades, nomeadamente instalações, existências e devedores comerciais; e garantias de empréstimos de partes que não são o mutuário. O Grupo obtém colaterais sob a forma de títulos em operações de compra com acordo de revenda. O caixa e os títulos são referidos como colateral referente às transacções de derivados.

2007	Grupo Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes £m	Títulos de dívida e acções de participação £m	Derivados £m	Outros (1) £m	Total £m	Compensação (2) £m
Reino Unido						
Governo central e local	4.728	30.285	3.912	—	38.925	1.531
Indústria transformadora	21.083	2.751	4.800	—	28.634	4.032
Construção	12.363	456	741	—	13.560	1.684
Sector financeiro	294.682	106.201	239.858	12.716	653.457	186.420
Indústrias de serviços e actividades comerciais	74.399	16.801	4.412	—	95.612	6.687
Agricultura, florestas e pescas	2.570	66	58	—	2.694	104
Bens imóveis	63.715	640	969	7	65.331	2.033
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	73.916	1.795	5	—	75.716	—
Outros	28.747	1.140	15	23	29.925	7
Locações financeiras e crédito a prestações	15.632	131	27	—	15.790	5
Acréscimos de juros	3.512	1.607	—	—	5.119	—
Total Reino Unido	595.347	161.873	254.797	12.746	1.024.763	202.503
Estados Unidos						
Governo central e local	386	23.506	10	212	24.114	—
Indústria transformadora	7.399	608	111	—	8.118	13
Construção	793	96	—	—	889	—
Sector financeiro	69.867	39.049	9.354	3.095	121.365	23.026
Indústrias de serviços e actividades comerciais	16.474	2.190	233	1	18.898	18
Agricultura, florestas e pescas	20	4	—	—	24	—
Bens imóveis	6.456	4.089	—	—	10.545	—
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	27.882	—	—	—	27.882	—
Outros	10.879	—	—	—	10.879	—
Locações financeiras e crédito a prestações	2.228	—	—	—	2.228	—
Acréscimos de juros	1.421	379	—	—	1.800	2
Total Estados Unidos	143.805	69.921	9.708	3.308	226.742	23.059

Risco de actividade – análise geográfica (continuação)

2007	Grupo					
	Loans and advances to banks and customers £m	Debt securities and equity shares £m	Derivatives £m	Other(1) £m	Total £m	Netting and offset (2 £m
Europa						
Governo central e local	2.371	30.593	132	—	33.096	9
Indústria transformadora	15.159	13	361	—	15.533	214
Construção	4.779	—	13	—	4.792	—
Sector financeiro	40.481	42.418	6.285	157	89.341	84.200
Indústrias de serviços e actividades comerciais	46.500	540	481	—	47.521	24.648
Agricultura, florestas e pescas	4.650	2	42	—	4.694	—
Bens imóveis	15.768	67	8	—	15.843	—
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	81.557	18	—	—	81.575	—
Outros	16.292	3.292	—	—	19.584	—
Locações financeiras e crédito a prestações	1.620	—	—	—	1.620	—
Acréscimos de juros	2.872	1.101	—	—	3.973	—
Total Europa	232.049	78.044	7.322	157	317.572	109.071
Resto do Mundo						
Governo central e local	2.592	18.821	94	—	21.507	—
Indústria transformadora	8.078	46	738	—	8.862	—
Construção	825	79	3	—	907	1
Sector financeiro	37.502	16.919	3.797	1.210	59.428	6.059
Indústrias de serviços e actividades comerciais	14.449	1.825	661	—	16.935	103
Agricultura, florestas e pescas	1.941	—	—	—	1.941	—
Bens imóveis	2.898	217	28	—	3.143	—
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	1.740	—	—	—	1.740	—
Outros	12.261	—	—	—	12.261	3
Locações financeiras e crédito a prestações	18	—	254	45	317	—
Acréscimos de juros	945	11	—	—	956	—
Total Resto do Mundo	83.249	37.918	5.575	1.255	127.997	6,.66
Total						
Governo central e local	10.077	103.205	4.148	212	117.642	1.540
Indústria transformadora	51.719	3.418	6.010	—	61.147	4.259
Construção	18.760	631	757	—	20.148	1.685
Sector financeiro	442.532	204.587	259.294	17.178	923.591	299.705
Indústrias de serviços e actividades comerciais	151.822	21.356	5.787	1	178.966	31.456
Agricultura, florestas e pescas	9.181	72	100	—	9.353	104
Bens imóveis	88.837	5.013	1.005	7	94.862	2.033
Particulares						
Crédito hipotecário à habitação	185.095	1.813	5	—	186.913	_
Outros	68.179	4.432	15	23	72.649	10
Locações financeiras e crédito a prestações	19.498	131	281	45	19.955	5
Acréscimos de juros	8.750	3.098	—	—	11.848	2
	1.054.450	347.756	277.402	17.466	1.697.074	340.799

Notas:
(1) Inclui saldos de compensação de £17.832 milhões..
(2) Esta coluna mostra o montante pelo qual a exposição ao risco de crédito do Grupo é reduzida através de acordos, como acordos-quadro de compensação, que dão ao Grupo o direito legal de compensar o activo financeiro por contrapartida de um passivo financeiro devido à mesma contraparte. Além disso, o Grupo detém colaterais relativamente aos empréstimos e adiantamentos individuais a bancos e a clientes. Estes colaterais incluem hipotecas sobre imóveis (pessoais e comerciais); encargos sobre o activo das actividades, nomeadamente instalações, existências e devedores comerciais; e garantias de empréstimos de partes que não são o mutuário. O Grupo obtém colaterais sob a forma de títulos em operações de compra com acordo de revenda. O caixa e os títulos são referidos como colateral referente às transacções de derivados.

Imparidades (auditado)

O Grupo classifica o activo depreciado como Elementos de Risco do Empréstimo (REIL) ou dos Empréstimos Potencialmente Problemáticos (PPL). Os REIL representam empréstimos não contabilizados, empréstimos que estão contabilizados mas em mora de 90 dias e empréstimos reestruturados. Os PPL representam o activo depreciado que não está incluído nos REIL, mas em que a informação sobre possíveis problemas de crédito leva a gestão a ter sérias dúvidas sobre a capacidade futura do mutuário em cumprir as condições de reembolso do empréstimo.

Tanto os REIL como os PPL são reportados brutos do valor de qualquer garantia detida, que pode diminuir a perda final se ela ocorrer, e brutos de qualquer provisão feita. Por conseguinte, os activos depreciados que estão altamente colateralizados, como as hipotecas, terão um baixo rácio de cobertura de provisões para saldos de imparidades reportados.

As análises dos elementos de risco e dos encargos de imparidades como discutido abaixo formam uma parte essencial dos dados fornecidos à gestão de topo sobre o desempenho de crédito das carteiras do Grupo.

Elementos de Risco do Empréstimo e Empréstimos Potencialmente Problemáticos (auditado)

	2008						2007					
Divisão	REIL £m	PPL £m	REIL e PPL £m	Total provisão £m	Total provisão em % de REIL %	Total provisão em % de REIL & PPL %	REIL £m	PPL £m	REIL e PPL £m	Total provisão £m	Total provisão em % de REIL %	Total provisão em % de REIL & PPL %
Global Markets												
– Global Banking & Markets	6.192	18	6.210	3.491	56%	56%	952	67	1.019	586	62%	58%
– Global Transaction Services	284	—	284	245	86%	86%	336	—	336	170	51%	51%
Total Global Markets	6.476	18	6.494	3.736	58%	58%	1.288	67	1.355	756	59%	56%
Regional Markets												
– UK Retail & Commercial Banking	7.900	200	8.100	3.709	47%	46%	5.535	63	5.598	3,281	59%	59%
– US Retail & Commercial Banking	770	—	770	932	121%	121%	317	—	317	304	96%	96%
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	3.341	8	3.349	822	25%	25%	725	1	726	418	58%	58%
– Asia Retail & Commercial Banking	304	—	304	252	83%	83%	386	—	386	183	47%	47%
Total Regional Markets	12.315	208	12.523	5.715	46%	46%	6.963	64	7.027	4,186	60%	60%
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	—	—
Parte nos activos partilhados RBS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16	—	—
Grupo antes de interesses minoritários												
RFS Holdings	18.791	226	19.017	9.451	50%	50%	8.251	131	8.382	4,972	60%	59%
Outros	2.470	—	2.470	1.565	63%	63%	2.480	540	3.020	1,480	60%	49%
Grupo	21.261	226	21.487	11.016	52%	51%	10.731	671	11.402	6,452	60%	57%

O quadro abaixo indica os empréstimos do Grupo que são classificados como REIL e PPL

	2008		2007	
	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m
Empréstimos não contabilizados (1)	19.479	17.082	10.362	7.949
Empréstimos contabilizados em mora 90 dias (2)	1.782	1.709	369	302
Total REIL	21.261	18.791	10.731	8.251
PPL (3)	226	226	671	131
Total REIL e PPL	21.487	19.017	11.402	8.382
REIL e PPL como % de empréstimos e adiantamentos em clientes – bruto (4)	2,52%	2,69%	1,64%	1,49%

As subcategorias de REIL e PPL são calculadas como descrito nas Notas 1 a 4 abaixo.

Notas:
(1) Todos os empréstimos que estão abrangidos por uma provisão para imparidade são reportados na categoria não contabilizada.
(2) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade, mas não foi reconhecida qualquer imparidade. Esta categoria é utilizada para facilidades de crédito não renováveis totalmente colateralizadas.
(3) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade, mas não é necessária qualquer provisão para imparidade. Esta categoria é utilizada para adiantamentos e facilidades de crédito renováveis totalmente colateralizados em que a identificação como crédito em mora de 90 dias não é exequível.
(4) Bruto de provisões e excluindo acordos de reversão de recompra.

REIL a 31 de Dezembro de 2008 foi de £21.261 milhões (2007 – £10.731 milhões). Excluindo os interesses minoritários na RFS Holdings, REIL foi de £18.791 milhões, um aumento de £10.540 milhões durante o ano. Como percentagem de empréstimos a clientes, o REIL e PPL em agregado, excluindo os interesses minoritários na RFS Holdings foi de 2,69% de empréstimos e adiantamentos a clientes em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – 1,49%).

Metodologia de provisões para perdas por imparidade (auditado)

As provisões para perdas por imparidade são avaliadas em três categorias:

- *Provisões avaliadas individualmente:* provisões necessárias para activos individualmente significativos depreciados que são avaliados numa base caso a caso, tendo em conta a situação financeira da contraparte e de qualquer fiador e colateral detido após terem sido activos para baixar a exposição ao risco. Incorpora uma estimativa do valor descontado de quaisquer recuperações e realização de uma garantia ou colateral. O activo continua a ser avaliado numa base individual até ser reembolsado na totalidade, transferido para a carteira produtivo ou abatido.

- *Provisões avaliadas colectivamente:* provisões para créditos depreciados abaixo de um limite acordado que são avaliados numa base de carteira, para reflectir a natureza homogénea do activo, como cartões de crédito ou empréstimos pessoais. A provisão é determinada a partir de uma análise quantitativa da respectiva carteira, tendo em conta o nível de mora, a garantia e a experiência média de perdas ao longo do período de recuperação.

- *Provisões para perdas latentes:* provisões detidas para imparidade estimada da carteira produtiva, que ainda têm de ser identificadas na data do balanço. Para avaliar a perda latente nas carteiras, o Grupo criou metodologias para estimar o tempo durante o qual um activo pode permanecer depreciado numa uma carteira produtiva antes de ser identificado e reportado como tal.

Análise das provisões (auditado)

As carteiras de consumidores do Grupo, que consistem em créditos de baixo valor e alto volume dispõem de processos substancialmente automatizados e altamente eficientes para identificar os créditos problemáticos e calendários muito curtos, normalmente três meses, antes da resolução ou adopção de vários métodos de recuperação. As carteiras empresariais consistem em créditos de valor mais elevado e baixo volume, que tendem a ser estruturados de modo a satisfazerem as necessidades individuais do cliente. As provisões são avaliadas caso a caso por especialistas experientes, com o contributo de avaliadores pessoais e contabilistas conforme for apropriado. O Grupo dispõe de uma estrutura de governação das provisões que define limites, com um sistema de vigilância e verificação adequado e os casos significativos serão apresentados a uma comissão presidida pelo Grupo Chief Executive ou Grupo Finance Director.

Encargos de imparidade (auditado)

O quadro seguinte apresenta o total de perdas por imparidade imputado na demonstração de resultados.

	2008 £m	2007 £m
Novas perdas por imparidades	8.391	2.310
menos: recuperações de montantes anteriormente abatidos	(319)	(342)
Encargo na demonstração de resultados	8.072	1.968
Incluindo:		
Perdas por imparidades de crédito	7.091	1.946
Perdas por imparidade em títulos disponíveis para venda	981	22
Encargo na demonstração de resultados	8.072	1.968
Perdas por imparidade por divisão		
Global Markets		
– Global Banking & Markets	3.643	67
– Global Transaction Services	60	14
Regional Markets		
– UK Retail & Commercial Banking	1.964	1.368
– US Retail & Commercial Banking	1.041	340
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	526	118
– Asia Retail & Commercial Banking	171	24
RBS Insurance	42	—
Outros	(15)	(1)
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	7.432	1.930
Interesses minoritários RFS Holdings	640	38
Grupo	8.072	1.968

Análise do encargo de imparidades de crédito (auditado)

	2008		2007	
	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m
Encargo de imparidade por perdas latentes	822	769	88	25
Encargo de imparidade avaliada colectivamente	2.606	2.391	1.584	1.813
Encargo de imparidade avaliada individualmente (1)	3.545	3.200	274	244
Encargo na demonstração de resultados	6.973	6.360	1.946	2.082
Encargo como % de empréstimos e adiantamentos de clientes – bruto (2)	0,82%	0,91%	0,28%	0,37%

Notas:
(1) Exclui o encargo de imparidade de créditos contra empréstimos e adiantamentos a bancos de £118 milhões (2007 – nada).
(2) Bruto de provisões e excluindo acordos de reversão de recompra.

Análise das provisões por imparidades de crédito (auditado)

	2008		2007	
	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m
Provisões por perdas latentes	1.944	1.719	1.050	734
Provisões avaliadas colectivamente	4.102	3.692	3.845	3.162
Provisões avaliadas individualmente	4.843	3.913	1.554	1.057
Total de provisões (1)	10.889	9.324	6.449	4.953
Total de provisões como % de empréstimos e adiantamentos de clientes – bruto (2)	1,3%	1,3%	0,9%	0,9%

Notas:
(1) Exclui as provisões contra empréstimos e adiantamentos a bancos de £127 milhões (2007 – £3 milhões).
(2) Bruto de provisões e excluindo acordos de reversão de recompra.

Cobertura de provisões (auditado)

Os rácios de cobertura de provisões do Grupo são apresentados no quadro abaixo..

	2008		2007	
	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m
Provisão total expressa como:				
% de REIL	52%	50%	60%	60%
% de REIL e PPL	51%	50%	57%	59%

O rácio de cobertura das provisões finais para REIL e PPL diminuíram de 57% para 51% durante 2008. Excluindo os interesses minoritários na RFS Holdings, o rácio de cobertura foi de 50%. O rácio de cobertura mais baixo reflecte os montantes abatidos e o *mix* alterado de exposições não garantidas para garantidas.

Movimento em provisões de imparidade de crédito (auditado)

O seguinte quadro mostra o movimento para provisão das perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos

	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings					Grupo				
	Individualmente avaliados £m	Colectivamente avaliados £m	Latente £m	Total 2008 £m	2007 £m	Individualmente avaliados £m	Colectivamente avaliados £m	Latente £m	Total 2008 £m	2007 £m
Em 1 de Janeiro	1.119	3.098	739	4.956	4.501	1.568	3.834	1.050	6.452	3.935
Transferência para grupos de alienação	—	—	—	—	—	(222)	(351)	(194)	(767)	—
Conversão de divisa e outros ajustamentos										
Aquisição de subsidiárias	600	182	241	1.023	56	1.065	81	295	1.441	137
Alienação de subsidiárias	—	—	—	—	129	—	—	—	—	2.221
Aumento líquido de provisões em operações descontinuadas	—	(148)	(30)	(178)	—	—	(149)	(29)	(178)	—
Montantes abatidos										
Recuperações de montantes previamente abatidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	46
Imputado à demonstração de resultados	(1.014)	(1.883)	—	(2.897)	(1.914)	(1.165)	(1.983)	—	(3.148)	(2.011)
Compensação do desconto										
Em 1 de Janeiro	68	193	—	261	275	113	206	—	319	342
Transferência para grupos de alienação	3.318	2.391	769	6.478	2.082	3.663	2.606	822	7.091	1.946
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(51)	(141)	—	(192)	(173)	(52)	(142)	—	(194)	(164)
Em 31 de Dezembro (1)	4.040	3.692	1.719	9.451	4.956	4.970	4.102	1.944	11.016	6.452

Nota:
(1) A provisão para perdas por imparidades a 31 de Dezembro de 2008 inclui £127 milhões relativos as empréstimos e adiantamentos a bancos (2007 – 3 milhões de libras).

Movimentos em provisões para imparidades de crédito (auditado)

O movimento no saldo de provisões por divisão é apresentado no seguinte quadro.

	Global Banking & Markets £m	Global Transaction Services £m	UK Retail & Commercial Banking £m	US Retail & Commercial Banking £m	Europe & Middle East Retail & Commercial Banking £m	Ásia Retail & Commercial Banking £m	Itens Centrais £m	Parte da RBS nos activos partilhados £m	Interesses minoritários na RFS Holdings £m	Total 2008 £m	2007 £m
Em 1 de Janeiro	586	170	3.281	304	418	183	14	16	1.480	6.452	3.935
Transferência para grupos de alienação	—	—	—	—	—	—	—	—	(767)	(767)	—
Conversão de divisa e outros ajustamentos											
Aquisição de subsidiárias	496	52	12	219	147	57	—	—	458	1.441	137
Alienação de subsidiárias	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.221
Aumento líquido de provisões em operações descontinuadas	—	—	(108)	—	(70)	—	—	—	—	(178)	—
Montantes abatidos											
Recuperações de montantes previamente abatidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	46
Imputado à demonstração de resultados	(307)	(34)	(1.414)	(710)	(174)	(153)	(64)	(16)	(276)	(3.148)	(2.011)
Compensação do desconto											
Em 1 de Janeiro	10	1	113	80	7	—	50	—	58	319	342
Transferência para grupos de alienação	2.718	59	1.965	1.039	526	171	—	—	613	7.091	1.946
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(12)	(3)	(140)	—	(32)	(6)	—	—	(1)	(194)	(164)
Em 31 de Dezembro	3.491	245	3.709	932	822	252	—	—	1.565	11.016	6.452

Risco de liquidez (auditado)
A política de liquidez do Grupo destina-se a garantir que este possa, a qualquer momento, cumprir as suas obrigações à medida que elas vençam.

A gestão da liquidez no Grupo concentra-se na estrutura global do balanço e no controlo, dentro de limites prudentes, do risco resultante da discrepância dos vencimentos no balanço e da exposição a compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes.

A gestão do risco de liquidez no Grupo é efectuada dentro do Grupo é realizada dentro de uma estrutura formal de governo da empresa. O Conselho de Administração do Grupo supervisiona o apetite pelo risco de liquidez e a estratégia do Grupo; a Comissão Executiva de Gestão do Grupo revê a métrica fundamental de liquidez e as tendências no contexto do perfil geral do Grupo; a Comissão de Gestão do activo e Passivo do Grupo (GALCO), presidida pelo Director Financeiro do Grupo e incluindo os chief executives das divisões de negócios, bem como o Tesoureiro do Grupo, Grupo Chief Risk Officer e os responsáveis de outras funções relevantes do Grupo, estabelece as métrica explícita para vários objectivos de activos e passivos e esta é transmitida em cascata para os negócios e monitorizados pela Tesouraria do Grupo e funções de risco.

A Tesouraria do Grupo tem a responsabilidade geral pela monitorização diária e controlo da liquidez do Grupo e posições de financiamento. O Fórum dos Gestores de Liquidez é presidido e dirigido pelo Tesoureiro do Grupo incluindo na sua composição do Chefe de Mercados e Financiamento de Curto Prazo, GBM. Tipicamente, o fórum reúne-se semanalmente, com reuniões mais frequentes, *ad hoc*, quando necessário. Há Comissões de Gestão de Activo e Passivo regionais e de país que supervisionam a política do Grupo no nossos negócios na Europa, Ásia e Américas. O Grupo está dividido em Unidades de Relato de Liquidez, em cada uma é obrigada a ter os seus próprios limites de liquidez e plano de financiamento de contingência. Além disso, todas as subsidiárias e sucursais fora do Reino Unido asseguram o cumprimento de todos os requisitos de liquidez regulamentares locais e estão sujeitas à vigilância da Tesouraria do Grupo.

Gestão da estrutura de prazo
O Grupo avalia regularmente o seu risco de liquidez estrutural e aplica uma variedade de estratégias de gestão do balanço e dos fundos a prazo para manter esse risco dentro dos seus parâmetros de política normais. O grau de desencontro de maturidades dentro da estrutura global a longo prazo do activo e do passivo do Grupo é gerido segundo directrizes de política interna, que visam assegurar que os compromissos de activos a prazo sejam financiados numa base económica ao longo da sua vida. Ao gerir a sua estrutura global a prazo, o Grupo analisa e tem em conta o efeito do comportamento dos clientes de retalho e empresariais nos vencimentos efectivos dos activos e dos passivos em que diferem materialmente dos vencimentos contratuais subjacentes.

Gestão diária
O principal foco da actividade de gestão diária é garantir acesso a liquidez suficiente para cumprir as obrigações de fluxos de caixa dentro dos principais horizontes de tempo, em particular com um mês de antecedência. A estrutura de vencimentos a curto prazo do passivo e do activo do Grupo é gerida diariamente para assegurar que todas as obrigações de fluxos de caixa, materiais ou potenciais, decorrentes de compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes possam ser cumpridas.

As fontes potenciais incluem entradas de caixa de activos que estejam a vencer, novos empréstimos obtidos ou a venda de vários títulos de dívida detidos (após ter em conta as margens de segurança apropriadas). O risco de liquidez a curto prazo é normalmente gerido numa base consolidada com limites de desencontros de maturidades internos definidos para todas as subsidiárias e filiais não situadas no RU que têm actividades de tesouraria locais materiais, assegurando assim que a manutenção diária da posição de risco de liquidez geral do Grupo não fique comprometida. O ABN AMRO, o Citizens Financial Grupo e o RBS Insurance gerem a liquidez localmente, atendendo a diferentes regimes regulamentares, sujeitos a revisão pela Tesouraria do Grupo. À medida que a integração das actividades do ABN AMRO no Grupo prossegue, as políticas, parâmetros e elementos de medição do risco de liquidez utilizadas são progressivamente alinhadas numa estrutura única.

Teste de stress
O Grupo realiza testes de esforço para simular a forma como os acontecimentos podem ter impacto nas suas capacidades de financiamento e de liquidez. Esses testes informam a estrutura global do balanço e ajudam a definir limites adequados para o controlo do risco resultante do desencontro de vencimentos no balanço e de compromissos não utilizados e outras obrigações contingentes. A forma e conteúdo dos testes são actualizados de acordo com a evolução das condições do mercado.

Planeamento de contingência
Foram desenvolvidos planos de financiamento de contingência para antecipar e responder a qualquer deterioração material das condições do mercado, próxima ou real. O Grupo revê os seus planos de financiamento de contingência à luz da evolução das condições do mercado. O plano de financiamento de contingência cobre: as fontes disponíveis de financiamento de contingência para suplementar as carências de fluxo de caixa; os prazos necessários para obter esse financiamento; as funções e responsabilidade dos envolvidos nos planos de contingência, incluindo as linhas de comunicação para a escalada de acontecimentos que dão origem às dificuldades de liquidez; pressupostos, incluindo o impacto de mudança esperado das condições de mercado; e a capacidade e circunstâncias em que o Grupo acede à liquidez dos bancos centrais.

Desenvolvimentos globais (não auditado)
O sistema financeiro global sofreu a sua maior crise do período do pós-guerra e a perturbação tornou-se mais aguda no segundo semestre de 2008. A perda de confiança no sistema bancário mundial levou a uma maciça perturbação dos mercados de capitais e resultou no fecho efectivo dos mercados de dívida a prazo e titularização e dos mercados financeiros. A intervenção, e apoio, governamental no sistema financeiro internacional aumentou para níveis sem precedentes, tomando a forma de injecções de capitais, garantia do financiamento, esquemas de seguro dos activos e facilidades alargadas em vários bancos centrais:

- Em Setembro 2007, o Banco de Inglaterra anunciou que, para aliviar as tensões nos mercados monetários de vencimento mais longo, realizaria leilões para providenciar fundos com vencimento a três meses com uma maior gama de colaterais, incluindo garantia hipotecária, do que nas suas operações semanais de mercado aberto.

- Em Abril 2008, o Banco de Inglaterra lançou um esquema de liquidez especial que permitia aos bancos trocar hipotecas e outros activo temporariamente ilíquidos por Obrigações de Tesouro. O esquema fechou a novas emissões em 30 de Janeiro de 2009. No entanto, providenciará suporte de liquidez por ainda mais três anos.

- Em Setembro 2008, os principais bancos centrais anunciaram uma acção coordenada para melhorar a liquidez do US$. Como parte desta acção, o Banco de Inglaterra e o BCE iniciou operações de reporte em dólares norte-americanos. O colateral elegível consiste em garantias habitualmente elegíveis nas operações de reporte de curto prazo de mercado aberto do Banco de Inglaterra e BCE juntamente com obrigações de tesouro dos EUA. O Banco de Inglaterra conclui um acordo de *swap* recíproco (*swap line*) com a Reserva Federal dos EUA. Em 3 de Fevereiro de 2009, o Banco de Inglaterra anunciou a extensão desta facilidade até 30 de Outubro de 2009.

- Em Outubro 2008, a *pool* de títulos de garantia elegíveis paras as operações de mercado aberto foi alargada para incluir dívida bancária garantida segundo o esquema de garantia governamental de dívida bancária.

- Em Outubro 2008, o Governo anunciou um esquema de garantia de crédito. Ele garantirá um novo empréstimo obtido sem garantias em retorno de uma comissão. Inicialmente, o período de garantia terminou em 9 de Abril de 2009, mas em 19 de Janeiro de 2009, o Governo anunciou uma extensão até 31 de Dezembro de 2009. Também anunciou novos acordos, que se espera que comecem em Abril 2009, para garantir *asset-backed securities* emitidas por bancos.

- Em Outubro 2008, o Banco Central Europeu expandiu a sua lista de colaterais exigíveis para incluir instrumentos de dívida comercializáveis denominados em divisas não euro (e emitidas na zona euro) entre outros. Isto manter-se-á em vigor até ao fim de 2009. Foram feitas melhorias à provisão das operações de refinanciamento de longo prazo, incluindo a sua condução através de um procedimento de leilão de taxa fixa sem limite (*full allotment*). Isto deve manter-se em vigor enquanto for necessário e, pelo menos, até 31 de Março de 2009.

- Em 27 de Outubro de 2008, o Banco da Reserva Federal iniciou a Facilidade de Financiamento de Papel Comercial para providenciar uma garantia de liquidez para emitentes de papel comercial. Uma entidade de finalidade especial (SPV) financiada pelo Banco da Reserva Federal de Nova Iorque comprará papel comercial sem garantias e garantidos por activos elegíveis a três meses de emitentes elegíveis. Em Fevereiro de 2009, a FED anunciou uma extensão desta facilidade até 30 de Outubro de 2009.

- Em Outubro 2008, o governo do RU anunciou planos de recapitalização para vários bancos do RU, incluindo o RBS.

- Em Janeiro 2009, foi anunciado que o Banco de Inglaterra permitirá operações de desconto (*discount window facility*) com um prazo de 364 dias, para além da opção normal de 30 dias.

- Em Janeiro 2009, o Governo anunciou que o Banco de Inglaterra foi autorizado a comprar até £50 mil milhões de activos de alta qualidade do sector privado segundo uma facilidade de compras dea activos. Os seguintes activos em libras esterlinas são inicialmente elegíveis para compras: papel comercial, obrigações emitidas por empresas, papel emitido sob o Esquema de Garantia de Crédito (CGS), empréstimos sindicados e *asset-backed securities* criados em estruturas de titularização viáveis.

- Em Janeiro 2009, o Governo anunciou um esquema de protecção de activos. O Governo assegurará, por uma comissão comercial, certos activos bancários contra perdas. Antecipa-se que o esquema começará em Abril 2009. Os bancos britânicos, incluindo o Grupo, têm estado em discussões com as Autoridades Tripartidas acerca das condições do esquema.

- Em Janeiro 2009, a FSA anunciou que garantirá que a aplicação do Acordo Internacional de Basileia actual não criará quaisquer efeitos pró-cíclicos desnecessários ou não previstos.

- Em 3 de Fevereiro de 2009, o Banco da Reserva Federal anunciou uma extensão de várias das suas facilidades de liquidez até 30 de Outubro de 2009. Estas incluíram a Term Securities Lending Facility (TSLF), originalmente anunciada em Março 2008. Segundo o TSLF, o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque leiloa empréstimos de 28 dias de títulos do Tesouro para *primary dealers* em troca de outros colaterais elegíveis para o programa.

Gestão de liquidez em 2008 (auditado)

A exposição do Grupo ao mercado grossista de financiamento aumentou significativamente em 2008 na sequência da aquisição da banca grossista comercial do ABN AMRO no último semestre de 2007. A quantidade de financiamento grossista sem garantias representada financiamento bancário e de títulos da dívida aumentou de £154 mil milhões em Junho 2007 para £362 mil milhões em Dezembro 2007. A diferença entre os empréstimos a clientes e os depósitos dos clientes aumentou durante este período de £86 mil milhões para £121 mil milhões.

A perturbação do mercado durante o ano de 2008 teve um acentuado efeito sobre a liquidez e financiamento do Grupo, estando no seu auge no Outono de 2008 após o colapso do Lehman Brothers. Durante esse período, as notações de crédito do Grupo desceram, constrangendo tanto o acesso como o prazo do financiamento por grosso e houve uma saída de depósitos dos clientes. O efectivo fecho dos mercados de financiamento a prazo e a acentuada redução da quantidade e prazo de vencimento do financiamento a curto prazo teve consequências profundas para o Grupo.

Embora as fontes de financiamento de clientes do Grupo permanecesse bem diversificadas e a sua franquia de retalho provasse ser resiliente, a disponibilidade de financiamento a mais longo prazo diminuiu. Por conseguinte, o Grupo aumentou a sua exposição de financiamento grossista de curto prazo, aumentou o seu acesso ao financiamento do banco central e dívida emitida garantida pelo governo para financiar o balanço. Os esquemas governamentais permitiram a mitigação da crise financeira à medida que o Grupo reequilibrava a sua estrutura de activo e passivo.

A seguir, apresenta-se uma análise do financiamento do Grupo.

	2008				2007			
Fontes de financiamento	Grupo £m	%	Grupo antes de interesses minoritários no RFS Holdings £m	%	Grupo £m	%	Grupo antes de interesses minoritários no RFS Holdings £m	%
Contas de clientes (excluindo acordos de recompra)								
Reembolsáveis a pedido	327.547	24	279.315	23	346.074	24	273.644	22
Depósitos a prazo	253.822	19	181.003	15	201.373	14	163.416	13
Total contas de clientes (excluindo acordos de recompra)	581.369	43	460.318	38	547.447	38	437.060	35
Títulos dívida emitidos com vencimento residual superior a um ano								
Passivos subordinados	125.782	9	99.218	8	118.152	8	92.310	8
Capital próprios	49.154	4	43.678	4	38.043	3	28.052	2
Total contas de clientes (excluindo acordos de recompra)	58.879	4	58.879	5	53.038	4	53.038	4
Total contas clientes e financiamentos a longo prazo	815.184	60	662.093	55	756.680	53	610.460	49
Acordos de recompra com clientes	58.143	5	58.143	5	134.916	10	120.062	10
Acordos de recompra com bancos	83.666	6	83.666	7	163.038	11	161.862	13
Total contas de clientes, fundos a longo prazo e empréstimos obtidos colateralizados	956.993	71	803.902	67	1.054.634	74	892.384	72
Títulos de dívida emitidos com vencimento residual superior a um ano	174.507	13	169.970	14	156.020	11	128.267	10
Depósitos de bancos (excluindo repos	174.378	13	178.268	15	149.256	10	141.637	12
Posições curtas	42.536	3	42.536	4	73.501	5	72.323	6
Total	1.348.414	100	1.194.676	100	1.433.411	100	1.234.611	100

Contas de clientes – a principal fonte de fundos para o Grupo são os seus depósitos correntes de clientes recolhidos pelas suas franquias de banca de retalho, clientes privados, empresas, e PME. A força subjacente da franquia é demonstrada pelo desempenho do Grupo nesses mercados na medida que os depósitos de clientes aumentaram de £437 mil milhões em Dezembro 2007 para £460 mil milhões no final de Dezembro 2008. Houve uma flutuação nos saldos no auge da turbulência do mercado em Outubro 2008, mas isto foi recuperado no final do ano. A oferta multimarcas do Grupo e uma forte orientação para o cliente são uma parte fundamental da estratégia de financiamento e continua a beneficiar a posição de financiamento do Grupo.

Acordos de recompra (repos) são empréstimos colateralizados por uma gama de títulos de dívida e outros activos obtidos junto de uma série de clientes empresariais, institucionais e bancos. Foram significativamente reduzidos no decurso de 2008 à medida que o Grupo tomou acções estratégicas e os mercados por grosso se retraíram.

Posições curtas em vários títulos são detidas, principalmente, pela GBM incluindo o RBS Greenwich Capital nos EUA.

Títulos de dívida superior a um ano, passivos subordinados e acções – durante 2008, os mercados de dívida viram uma actividade reduzida, tanto nos mercados de prazo como de titularização; como resultado, o perfil de vencimento do financiamento grossista tornou-se mais curto em duração durante o decorrer do ano. Isto foi parcialmente compensado por emissões de dívida garantida pelo governo na parte final de 2008. O perfil de vencimento dos títulos de dívida está predominantemente concentrado em inferior a um ano e isto é uma fonte de risco de refinanciamento nos próximos doze meses.
O Grupo aumentou o capital social em £27 mil milhões durante o decorrer de 2008 da emissão de direitos de subscrição de £12 mil milhões em Junho 2008 e a oferta e colocação de Dezembro 2008 providenciou mais £15 mil milhões de capital social. Em Dezembro 2008, mais £5 mil milhões foram angariados da emissão de acções preferenciais.

Dívida de curto prazo e depósitos bancários – o Grupo assistiu uma considerável pressão e aversão ao risco nos mercados de dívida de curto prazo e depósitos bancários. De modo a aliviar a carência de financiamento no mercado, os bancos centrais em todo o mundo permitiram os bancos para caucionar activos para aceder ao financiamento. O Grupo usou esquemas dos bancos centrais para apoiar o seu financiamento e caucionou activos em vários destes esquemas em diversos países em que opera. O Grupo estabeleceu uma série de iniciativas para melhorar o valor da liquidez dos seus activos para ajudar a aliviar as pressões de financiamento.

Compromissos não utilizados – o Grupo providencia compromissos não utilizados aos seus clientes empresariais e particulares na forma de produtos como facilidades de descoberto e cartões de crédito. A carteira de compromissos está bem diversificada em termos de tipos de cliente, zonas geográficas e de negócio. O montante total dos compromissos não utilizados do Grupo no final de 2008 foi de £352 mil milhões.

Conduits – os mais significativos *multi-seller conduits* do Grupo continuaram até agora a financiar a grande maioria dos seus activos apenas através da emissão de ABCP. Houve perturbações significativos na liquidez nos mercados financeiros durante o ano, no seguimento da declaração de falência do Lehman Brothers em Setembro 2008 e isto obrigou que um pequeno número dos activos detidos em certos *conduits* fossem financiados pelo Grupo em vez de serem financiados através da emissão de ABCP. No final de 2008, houve uma melhoria nas condições do mercado, apoiadas por iniciativas dos bancos centrais, que permitiram que o financiamento ABCP normal substituísse este financiamento dos *conduits* pelo Grupo.

A maturidade média dos ABCP emitidos pelos *conduits* do Grupo, em 31 de Dezembro de 2008, era de 72,1 dias (2007 – 60,9 dias).

O total do activo detido pelos *conduits* patrocinados pelo Grupo é de £49,9 mil milhões (2007 – £48,1 mil milhões). Visto que estas facilidades de liquidez são sancionadas com base no total dos compromissos de compra de *conduits*, os compromissos de facilidade de liquidez excederão o nível de activos detidos, com a diferença a representar os compromissos não utilizados.

O Grupo valoriza a flexibilidade de financiamento e a liquidez dada pelo mercado ABCP para financiar os activos provenientes de clientes e do Grupo. Embora haja planos para diminuir os negócios de *multi-seller conduits* de acordo com o balanço do Grupo, o Grupo está a rever o potencial para novas estruturas de *conduits* de activos próprios para adicionar a diversidade de financiamento.

Perspectivas para 2009 (não auditado)

As perspectivas de mercado para 2009 mantêm-se incertas com a perspectiva de uma recessão à escala global. Os mercados de financiamento grossistas mantêm-se difíceis, com um alto grau de aversão ao risco em relação ao mercado bancário e não se vê qualquer sinal de recuperação nos mercados de capitais de dívida não garantida para emissão bancária. A continuação destas condições significa que o uso das facilidades de bancos centrais e de outras governamentais será, provavelmente, necessário durante algum tempo. Outras iniciativas de depósito começaram a alargar as acções de captação e depósito de grosso e também de retalho.

Balanço do Grupo (auditado)

Os quadros que se seguem apresentam os fluxos de caixa não descontados, a receber e a pagar, por um período de vinte anos, incluindo futuros recebimentos e pagamentos de juros.

Activos no balanço por maturidade contratual

	Grupo					
2008	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
Caixas e disponibilidade em bancos centrais	12.333	25	—	—	2	29
Empréstimos e adiantamentos a bancos	61.630	19.369	2.673	921	111	70
Empréstimos e adiantamentos a clientes	195.553	81.054	138.378	125.621	160.271	152.084
Títulos de dívida	26.006	12.895	24.629	23.927	57.846	24.535
Derivados detidos para cobertura	266	1.796	2.281	1.359	1.517	649
Saldos de compensação	17.830	—	—	—	2	—
Outros activos financeiros	621	193	58	111	343	—
	314.239	115.332	168.019	151.939	220.092	177.367

Passivos no balanço por maturidade contratual

	Grupo					
2008	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
Depósitos por bancos	154.614	14.347	3.345	2.754	2.048	34
Contas de clientes	523.268	33.450	6.577	6.337	7.298	5.319
Títulos de dívida emitidos	131.714	48.652	40.067	38.223	38.667	5.626
Derivados detidos para cobertura	394	2.216	2.543	1.334	2.682	1.373
Passivos subordinados	1.753	4.271	6.824	5.793	24.503	13.030
Saldos de compensação e outros passivos financeiros	13.351	5	12	6	10	6
	825.094	102.941	59.368	54.447	75.208	25.388

Outras obrigações contratuais de caixa

O quadro seguinte resume as outras obrigações contratuais de caixa do Grupo por data de pagamento

	Grupo					
2008	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
Locações operacionais	146	433	976	751	1.448	1.851
Obrigações contratuais de compras de bens ou serviços	237	892	486	208	303	1
	383	1.325	1.462	959	1.751	1.852
2007						
Locações operacionais	90	268	655	569	1.060	1.958
Obrigações contratuais de compras de bens ou serviços	441	1.007	748	199	5	2
	531	1.275	1.403	768	1.065	1.960

As facilidades formais não utilizadas do Grupo, linhas de crédito e outros compromissos de concessão de empréstimos atingiram £352.398 milhões (2007 – £332.811 milhões). Embora o Grupo tenha assumido os compromissos para fornecer estes fundos, algumas facilidades podem estar sujeitas ao cumprimento de certas condições pela contraparte. O Grupo não espera que todas as facilidades sejam utilizadas e algumas podem expirar antes de serem utilizadas.

Os quadros acima mostram o momento das entradas e saídas de caixa para regularizar os activos e passivos financeiros. Eles foram elaborados de acordo com as seguintes bases.

Os activos financeiros foram reflectidos na faixa temporal da última data em que eles podem ser reembolsos, salvo um pagamento antecipado possa ser pedido pela entidade contabilística; os passivos financeiros estão incluídos na primeira data em que a contraparte pode pedir o reembolso, independentemente de esse reembolso antecipado ter ou não como resultado uma penalização. Se o reembolso de um activo ou passivo financeiro for desencadeado ou estiver sujeito a critérios específicos, como as barreiras aos preços de mercado que são atingidas, o activo é incluído na data na última data possível em em que ele pode reembolsar independentemente de reembolso antecipados, enquanto o passivo é incluído na primeira data possível em que as condições podem ser cumpridas sem considerar a probabilidade de as condições serem satisfeitas. Por exemplo, se um título estruturado for amortizado antecipadamente de forma automática quando um índice de capital exceder um certo nível, a saída de caixa será incluída no período inferior a três meses seja qual for o nível do índice no final do ano. A data de liquidação dos títulos de divida em emissão, emitidos por certos veículos de titularização consolidados pelo Grupo, depende do momento em que os fluxos de caixa são recebidos do activo titularizado. Quando estes activos podem ser amortizados antecipadamente, a data da saída de caixa relacionada com os títulos pressupõe que cada activo seja antecipadamente amortizado na primeira data possível. Como o reembolso de activos e passivos estão ligados, o reembolso de activos em titularizações são apresentados na primeira data possível em que os activos podem ser pagos pois esta é a base utilizada para os passivos.

Activos e passivos com maturidade contratual superior a 20 anos – os montantes de capital dos activos e passivos financeiros que são reembolsáveis após 20 anos ou quando a contraparte não tem direito a reembolso do capital estão excluídos da tabela, tal como os pagamentos de juros após 20 anos.

Activos e passivos detidos para negociação – activos e passivos detidos para negociação, no valor de £1.226,8 mil milhões (activos) e £1.146,7 mil milhões (passivos) (2007 - £678,6 mil milhões de activos, £478,6 mil milhões de passivos) foram excluídos do quadro atendendo à sua natureza de curto prazo.

Esta análise contratual sublinha a transformação da maturidade do balanço que é fundamental para a estrutura das operações bancárias. Na prática, isto não é um reflexo do comportamento real dos activos ou passivos. Em especial, o financiamento de clientes do balanço exibe uma estabilidade e maturidade muito maiores do que os quadros indicam. Isto acontece porque a franquia de financiamento do Grupo está diversificada por uma extensa rede de retalho.

Ambiente de regulação (auditado)

O Grupo está sujeito ao regime de liquidez da FSA, enquanto as subsidiárias e agências no estrangeiro estão sujeitas aos regimes locais.

Liquidez em libras esterlinas

A FSA exige ao Grupo, numa base consolidada, que mantenha diariamente um rácio mínimo de 100% entre:

- um stock de activos líquidos admissíveis de alta qualidade (principalmente títulos do tesouro dos governos do RU e dos EUA, títulos do tesouro e caixa existentes nas filiais); e
- a soma de: fluxo de saídas líquidas por grosso em libras esterlinas com vencimento contratual a cinco dias úteis (compensadas até ao limite de 50%, por 85% de certificados de depósito em libras esterlinas detidos com vencimento superior a cinco dias úteis); e 5% de depósitos de retalho com uma maturidade contratual de cinco dias úteis ou inferior. A FSA também define um nível mínimo absoluto para o stock dos activos líquidos admissíveis que o Grupo é obrigado a manter diariamente.

Devido aos desenvolvimentos de 2008, a FSA publicou novas propostas para gestão de liquidez (CPO8/22) para substituir o quadro regulamentar actual. A FSA está a propor uma maior supervisão da regulação do risco de liquidez que incluirão:

- sistemas e controlos melhorados, incluindo normas de governo da empresa, sistemas intradiários e gestão de colaterais.
- avaliações líquidas individuais que incluirão cenários obrigatórios e uma análise dos principais factores da exposição de liquidez.
- normas de relato melhoradas em âmbito e frequência por relato melhorado de desfasamentos.

Risco de mercado (auditado)
O risco de mercado resulta de variações nas taxas de juros, de câmbio, de crédito, de *spread*, preços de acções e riscos relacionados com factores como a volatilidade dos mercados. O risco de mercado é gerido activamente e alinhado com o apetite pelo risco do Grupo. As condições de mercado foram difíceis durante 2008 com uma volatilidade e abatimentos significativos nos mercados e carteiras.

O Grupo gere o risco de mercado nas carteiras de negociação e não negociação (tesouraria) utilizando o quadro de gestão de risco de mercado. O quadro inclui limites de valor em risco (VaR), backtesting, teste de stress, análise de cenário, análise de posição/sensibilidade e validação de modelos.

A ênfase em 2008 esteve na supervisão e revisão dos limites do risco de mercado para as actividades da carteira de negociação, reflectindo o desempenho e acontecimentos de mercado.

Mensuração (auditado)
São utilizadas várias técnicas para calcular a exposição do Grupo ao risco de mercado, incluindo VaR, análise de sensibilidade e teste de stress.

O VaR é uma técnica que produz estimativas da potencial alteração negativa do valor de mercado de uma carteira ao longo de um horizonte de tempo especificado com certos níveis de confiança. Para efeitos da gestão interna do risco, o VaR do Grupo assume um horizonte de tempo de um dia de negociação e um nível de confiança de 95%. O risco de mercado da carteira de negociação é calculado usando o VaR com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de tempo de dez dias de negociação. A partir de 2009, o Grupo adoptou os limites de confiança de 99%, de acordo com a prática do sector.

O Grupo utiliza modelos de simulação históricos para calcular o VaR, mas não assume nada em relação à natureza ou tipo da distribuição de perdas subjacente. A metodologia utiliza os 500 dias de negociação anteriores de dados de mercado (i.e. o risco devido ao movimento das referências gerais do mercado) como o risco de mercado idiossincrático (i.e. o risco devido a movimentos no valor dos títulos por referência a emitentes específicos). Todos os modelos VaR têm limitações, que incluem:

- Os dados históricos podem não fornecer a melhor estimativa da distribuição conjunta das alterações dos factores de risco no futuro e não capturar o risco de possíveis movimentos de mercado extremos adversos que não ocorreram na janela histórica utilizada para os cálculos.

- O VaR que utiliza o horizonte temporal de um dia não captura completamente o risco de mercado de posições que não podem ser liquidadas ou cobertas dentro de um dia.

O VaR que utiliza um nível de confiança de 95% não reflecte a extensão das potenciais perdas para além desse percentil.

Carteiras negociadas (auditado)
A principal ênfase das actividades de negociação do Grupo é a facilitação de clientes. O Grupo também realiza:

- Criação de mercado – fazer cotação de preços firme de proposta (compra) e oferta (venda) com a intenção de aproveitar a margem entre as cotações.

- Arbitragem – realizar posições de compensação em mercados diferentes, mas relacionados, de modo a aproveitar-se das imperfeições de mercado.

- Actividade de carteira própria – tomar posições em instrumentos financeiros como principal de modo a aproveitar condições de mercado antecipadas.

Os instrumentos financeiros detidos nas carteiras de negociação do Grupo incluem, de forma não exaustiva: títulos de dívida, empréstimos, depósitos, acções, acordos de venda e recompra de títulos e instrumentos financeiros derivados (futuros, *forwards, swaps* e opções).

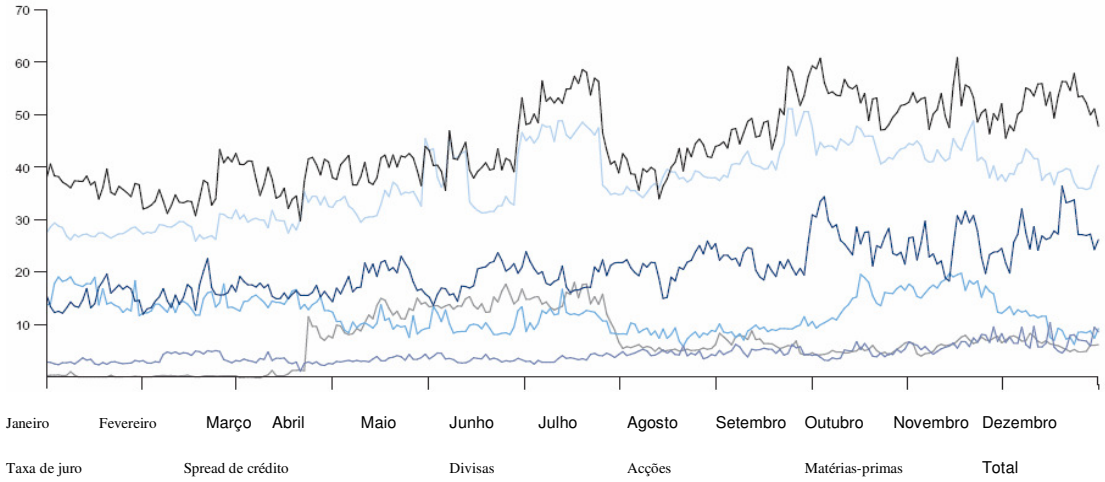
O Grupo participa mercados de derivados negociados na bolsa e fora da bolsa (OTC). O Grupo compra e vende instrumentos financeiros que são negociados ou compensados numa bolsa, incluindo *swaps* de taxas de juros, futuros e opções. Os possuidores de instrumentos negociados em bolsa proporcionam uma margem diária com caixa ou outra garantia na bolsa, com que os possuidores procuram a derradeira liquidação. O Grupo também compra e venda instrumentos financeiros que são negociados OTC, em vez de o serem numa bolsa reconhecida. Estas gamas de instrumentos de transacções mais próximas das de mercadorias (*commoditised*) em mercados derivados a negócios entre termos específicos são dimensionadas à medida dos requisitos dos clientes do Grupo. Em muitos casos, é utilizada a documentação normalizada do sector, mais comummente na forma de um acordo-quadro de compensação, com confirmações de transacções individuais.

O Grupo calcula o VaR das carteiras de negociação no fecho do expediente e as posições podem mudar substancialmente ao longo do dia de negociação. Existem outros controlos para limitar a exposição intradiária do Grupo, como o cálculo do VaR para carteiras seleccionadas. O Grupo não pode garantir que as perdas não excederão os montantes do VaR indicados devido às limitações e natureza das mensurações do VaR.

Os activos e passivos na carteira de negociação são mensurados pelo justo valor. O justo valor é o montante a que o instrumento pode ser trocado numa transacção corrente entre partes conhecedoras e interessadas. Os justos valores são determinados seguindo a orientação da IAS39, que exige que os bancos usem preços de mercados cotados ou técnicas de avaliação (modelos) que fazem o máximo uso dos dados observáveis. Quando se fazia o *mark-to-market* usando um modelo, as metodologias de avaliação são revistas e aprovadas quer pela função de risco de mercado no negócio ou ao nível de Grupo. O Risco de Grupo proporcionam uma avaliação independente do modelo para transacções considerado pela Comissão de Revisão do Produto de Modelo (MPRC) como sendo grande, complexo e/ou inovador. Quaisquer lucros ou perdas na reavaliação de posições são reconhecidas nos lucros e perdas diários.

O VaR para as carteiras de negócios de 2008 do Grupo desagregadas por tipo de exposição ao risco de mercado é apresentado a seguir.

£ milhões (não auditado)



Nota:
(1) O VaR do risco de mercado negociado exclui as tranches super sénior dos *asset backed* CDO.

A utilização do VaR total médio aumentou em 2008 em comparação com 2007 como resultado de uma volatilidade de mercado crescente. Este aumento foi compensado pela redução da exposição da carteira de negociação durante o período, devido a uma redução da dimensão do inventário detido no balanço como resultado de vendas, reclassificação de vendas, reclassificação de activos da carteira de não negociação e abatimentos. O VaR médio das acções aumentou em 2008 em comparação com 2007, devido à integração do ABN AMRO desde 17 de Outubro de 2007.

	2008				2007			
	Média £m	Fim período £m	Máximo £m	Mínimo £m	Média £m	Fim período £m	Máximo £m	Mínimo £m
Taxa de juro	20,7	26,3	36,5	12,1	12,5	15,0	21,8	7,6
Spread de crédito	37,2	40,4	51,2	26,0	18,8	41,9	45,2	12,6
Divisa	4,5	8,7	10,5	1,2	2,6	3,0	6,9	1,1
Acções	12,3	9,4	19,9	6,0	5,4	14,0	22,0	1,4
Matérias-primas	6,7	6,3	18,2	—	0,2	0,5	1,6	—
Diversificação	—	(43,3)	—	—	—	(28,7)	—	—
Total	44,6	47,8	60,9	29,9	21,6	45,7	50,1	13,2

Os dados de 2008 no quadro acima excluem as exposições das tranches *super-senior* de *asset backed* CDO, pois o VaR não produz uma mensuração apropriado do risco destas exposições devido à iliquidez e opacidade da formação de preços destes instrumentos durante um período extenso. Para estas exposições, a perda potencial máxima é igual à exposição líquida agregada, que foi de £1.398 milhões em 31 de Dezembro de 2008. Para mais informações, ver a discussão sobre mercado de crédito e exposições relacionadas – *Super senior* CDO na página 132 e Demonstrações financeiras: Nota 11, Demonstrações financeiras – Avaliação – carteiras nível 3 – *collateralised debt obligations* nas páginas 204 e 205.

RBS Sempra Commodities LLP, a *joint venture* de comercialização de matérias-primas entre o RBS e a Sempra Energy, foi constituída em 1 de Abril de 2008, e os seus riscos de negociação foram incluídos no VaR divulgados a partir desta data.

Backtesting, teste de stress e análise de sensibilidade (auditado)

O Grupo realiza um programa de retrospectivos diários, que comparam o lucro ou perda efectivo realizado na actividade de negociação com a estimativa do VaR. Os resultados deste processo de realização dos testes retrospectivos são um dos métodos através dos quais o Grupo monitoriza a adequação contínua do seu modelo de VaR.

O quadro "Riscos não em VaR" foi desenvolvido para tratar daqueles riscos de mercado não capturados adequadamente pela metodologia VaR normalizada do mercado. Quando os riscos não estão incluídos no modelo, vários controlos não VaR (p. ex., monitorização da posição, limites de sensibilidade, limites de disparo ou de stress) estão em vigor.

O Grupo realiza vários testes de stress diários para identificar potenciais perdas em excesso do VaR. O teste de stress é utilizado para calcular uma gama de exposições da carteira de negociação que resultam de acontecimentos de mercado excepcionais, mas plausíveis. O teste de stress mensura o impacto de variações anormais nas taxas de mercado e preços no justo valor das carteiras de negociação do Grupo. A GEMC aprova o limite do teste de stress de mercado de alto nível para o Grupo. O Grupo calcula os testes de stress históricos e mos testes de stress hipotéticos.

Os testes de stress históricos calculam a perda que seria gerada se os movimentos de mercado que ocorreram durante um acontecimento de mercado histórico se repetissem. Os testes de stress hipotéticos calculam a perda que se geraria se ocorresse um conjunto específico de movimentos de mercado adversos.

Os testes de stress também são realizados ao nível da principal estratégia de negociação, para as estratégias em que os riscos de mercado associados não são devidamente capturados pelo VaR. As exposições dos testes de stress são discutidas com a gestão de topo e reportadas à GRC, à GEMC e ao Conselho de Administração. As infracções aos limites dos testes de stress de risco de mercado do Grupo são monitorizadas e relatadas.

Para além do VaR e testes de stress, o Grupo efectua uma grande variedade de medições da sensibilidade e medidas do risco de posição, por exemplo escalas de taxas de juro ou matrizes de reavaliação de opções. Estas mensurações proporcionam valiosos controlos adicionais, muitas vezes ao nível do balcão individual ou de estratégia.

Governação de validação de modelo (auditado)

Os modelos de fixação de preços são desenvolvidos e detidos pelo *front office*. Quando os modelos de fixação de preço são utilizados como base das avaliações de carteiras e registos, eles são todos sujeitos a uma revisão e aprovação independentes. Os modelos são avaliados pelo MPRC como tendo um risco de modelo imaterial ou material (incerteza de avaliação resultante da escolhas dos pressupostos do modelo), sendo a avaliação feita com base em opinião de peritos. Aos modelos avaliados como tendo um risco de modelo material é-lhe dada prioridade para uma revisão independente quantitativa. Esta revisão visa quantificar o risco de modelo, comparando os resultados do modelo com modelos alternativos desenvolvidos de modo independente. Os resultados da revisão independente quantitativa são utilizados pelo Risco de Mercado para informar os limites de risco e o Departamento Financeiro para informar a reservas. A governação sobre o processo é fornecida pela MPRC, um fórum que reúne analistas quantitativos do *front office*, risco de mercado, departamento financeiro e QuaRC (Centro de Pesquisa Quantitativa, a função de revisão quantitativa independente de modelos do Risco do Grupo). Os modelos de risco (risco de mercado, risco de incumprimento incremental, risco de crédito de contraparte) são desenvolvidos tanto em unidades de negócio como nas funções de Grupo. Os modelos de risco também são sujeitos a uma revisão e aprovação independentes. São realizadas reuniões com a FSA todos os trimestres para discutir o risco de mercado negociado, incluindo alterações de modelos, gestão, resultados de backtestings, outros risco não incluídos nos quadro do VaR e outros modelos de estatísticas de desempenho.

Controlo de risco (auditado)

Todas as divisões que estão sujeitas ao risco de mercado no decurso da sua actividade são obrigadas a cumprir os requisitos das Normas de Políticas de Risco de Mercado (MRPS) do Grupo. As principais ferramentas de gestão dos riscos são autoridades delegadas, limites especificamente rígidos e elementos que desencadeiam a discussão, avaliação independente de modelos, um sistema de risco sólido e eficiente e informação de gestão atempada e precisa.

Os limites fazem parte das autoridades de negociação e constituem uma das pedras angulares da estrutura de gestão dos riscos de mercado. Após a notificação da violação de um limite, o organismo apropriado deve tomar uma das seguintes medidas:

- Dar instruções para reduzir as posições de modo a repor o Grupo dentro dos limites acordados ou
- Estabelecer um aumento temporário do limite (por exemplo, para permitir a devida compensação das posições), ou
- Estabelecer um aumento permanente do limite.

Carteiras não negociadas (auditado)

Os riscos em carteiras não negociadas emergem principalmente nos activos e passivos da banca de retalho e comercial e de investimentos financeiros designados como disponíveis para venda e detidos até ao vencimento.

A Tesouraria do Grupo é responsável por estabelecer e monitorizar a adequação e eficácia da gestão, utilizado uma estrutura que identifica, mensura, monitoriza e controla o risco subjacente. A GALCO aprova o apetite pelo risco de mercado não negociado do Grupo, expresso em limites estatísticos e não estatísticos, que são delgados aos negócios responsáveis.

Vários reguladores bancários revêem o risco de mercado não negociado como parte da sua supervisão reguladora. Como regulador interno, a FSA tem a responsabilidade por rever o risco de mercado não negociado ao nível consolidado do Grupo.

O Grupo está exposto aos seguintes riscos não negociado:

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) representa as exposições aos instrumentos cujos valores variam com o nível ou volatilidade das taxas de juros. Estes instrumentos incluem, de forma não exaustiva, empréstimos, títulos de dívida, participações sociais, depósitos, certificados de depósitos e outros títulos de dívidas emitidos, capital de empréstimo e derivados. Os instrumentos de cobertura utilizados para mitigar estes riscos incluem derivados relacionados como opções, futuros, *forwards* e *swaps*. O risco de taxa de juro resulta das actividades de não negociação do Grupo em quatro formas principais:

- Risco de revisão de preço – emerge das diferenças nos termos de revisão de preços dos activos e passivos do Grupo.
- Opcionalidade – emerge quando um cliente tem uma opção para sair antecipadamente de um negócio.
- Risco de base – emerge, por exemplo, onde a LIBOR a um mês é utilizada para financiar os activos da taxa base.
- Risco da curva de rendimento – emerge como resultado de variações não paralelas na curva de rendimento.

De uma perspectiva económica, é política do Grupo para minimizar a sensibilidade às variações nas taxas de juro nos seus negócios de retalho e comercial e, onde o risco da taxa de juros é retido, para garantir que os recursos, medidas e limites apropriados são aplicados.

O risco da taxa de juro de não negociação é calculado em cada actividade com base na determinação do comportamento de revisão dos preços de cada produtos de activo, passivo e extrapatrimonial. Para muitos produtos de retalho e comerciais, as características efectivas de revisão das taxas de juro diferem da revisão de preços contratual. Na maioria dos casos, o prazo da revisão de preços é determinada pela taxa de juro de mercado que melhor se enquadre no comportamento histórico da taxa de juro de um produto. Para as contas-correntes não remuneradas, o prazo de revisão dos preços é determinado pela estabilidade da carteira. Os prazos de revisão dos preços utilizados são aprovados pelo menos anualmente pela Tesouraria do Grupo e pelas comissões de activo e passivo das divisões. As principais convenções são anualmente revistas pela GALCO.

No fim do mês é elaborado um relatório da diferença de vencimento estática para cada actividade, em cada divisa funcional, com base na revisão dos preços determinada pelo comportamento, para cada produto. O Grupo tem a política de incluir no relatório da diferença os activos e passivos não financeiros, principalmente os activos tangíveis e o capital e as reservas do Grupo distribuídos pelas maturidades a longo e médio prazo. Este relatório também inclui as transacções de cobertura, principalmente de derivados.

Quaisquer exposições residuais à taxa de juro de não negociação são controladas limitando as discrepâncias da revisão dos preços nos balanços individuais dos negócios. As potenciais exposições aos movimentos das taxas de juros a médio e a longo prazo são medidas e controladas utilizando uma versão da mesma metodologia VaR que é utilizada para as carteiras de negociação do Grupo. As exposições aos proveitos diferidos líquidos são mensuradas e controladas em termos de sensibilidade ao longo do tempo aos movimentos ocorridos nas taxas de juro.

O risco é gerido dentro dos limites do VaR, aprovados pela GALCO, através da execução do caixa e instrumentos derivados (ver Nota 13 nas contas, na página 214). A execução da cobertura está a cargo da respectiva divisão através das funções de tesouraria do Grupo. A posição de risco residual é reportada às comissões de activo e passivo das divisões, à GALCO e ao Conselho de Administração.

O risco cambial na carteira cambial (FXRBB) representa as exposições a variações nos valores nas participações correntes e fluxos de caixa futuros denominados em outras divisas. Os instrumentos de cobertura utilizados para mitigar estes riscos incluem opções em divisas, *swaps* de divisas, futuros, *forwards* e depósitos. O risco cambial resulta dos investimentos do Grupo em subsidiárias, associadas e sucursais no estrangeiro em três formas principais:

(i) Exposições estruturais às divisas que emergem do investimento líquido em subsidiárias, associadas e sucursais no estrangeiro;

(ii) Exposições transaccionais/comerciais a divisas que emergem de discrepâncias no balanço das divisas; e

(iii) Fluxos de lucro de divisas.

O risco accionista na carteira de negociação (ERBB) é definido como uma potencial variação nos proveitos e reservas não negociação do Grupo emergentes de alterações nos preços/proveitos das acções. O risco pode cristalizar durante o decurso das normais actividades de negócio em condições de mercado difíceis. As posições em acções na carteira bancária do grupo são retidos para atingir objectivos estratégicos, apoiar transacções de capital de risco ou em relação aos acordos de reestruturação. De uma perspectiva económica, é política do Grupo para garantir que as exposições às acções na carteira bancária são identificadas, monitorizadas e controladas, com o objectivo de maximizar o seu potencial estratégico ou valor negocial.

A decisão comercial para investir em participações sociais é tomada pela GEMC, GCC ou uma subcomissão apropriada dentro da autoridade delegada. Os investimentos de natureza estratégica são enviados à GEMC para aprovação; aquelas que envolvem a compra ou venda pelo Grupo ou empresas subsidiárias também exigem a aprovação do Conselho de Administração, após consideração pela GEMC.

Tesouraria (auditado)

As actividades de tesouraria do Grupo incluem a sua actividade no mercado monetário e a gestão do fluxo de fundos internos nas actividades do Grupo. Além disso, isto inclui os activos da carteira de negociação GBM que foram reclassificadas como disponível para venda. As carteiras do mercado monetário incluem os instrumentos de caixa (principalmente títulos de divida, empréstimos e depósitos) e os derivados de cobertura relacionados. O VaR para as carteiras de tesouraria do Grupo, que está relacionado principalmente com o risco das taxas de juro, incluindo os spreads de crédito, foi de £52,0 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – £5,5 milhões). Durante o exercício, o VaR máximo foi de £52,0 milhões (2007 – £1,3 milhões), o mínimo £4,8 milhões (2007 – £1,3 milhões) e o médio £8,3 milhões (2007 – £3,7 milhões).

VaR da taxa de juro de não negociação (auditado)

O VaR da taxa de juro de não negociação para a tesouraria e actividades bancárias de retalho e comercial do Grupo foi de £70,6 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – £42,9 milhões), sendo que a principal exposição se referia às variações das taxas de juro em dólares dos EUA a longo prazo. Durante 2008, o VaR máximo foi de £117,6 milhões (2007 – £53,6 milhões), o mínimo de £53,9 milhões (2007 – £32,9 milhões) e o médio de £75,1 milhões (2007 – £43,2 milhões).

	2008 £m	2007 £m
EUR	19,0	4,5
GBP	18,3	7,3
USD	64,8	52,8
Outras	4,5	2,6

O Citizens Financial Grupo (CFG) foi quem mais contribuiu para o VaR geral da taxa de juro de não negociação. O CFG gere o risco de taxa de juro não comercial com o objectivo de minimizar a volatilidade ganhos contabilizados diferidos. Para isso utiliza uma variedade de mensurações de simulações de proveitos e avaliação de risco que capturam mais eficazmente do que uma metodologia com base em VaR o risco para os ganhos devido a pagamento antecipado das hipotecas e comportamento competitivo de preços de depósitos. Esta metodologia de gestão do balanço é comum nos bancos de retalho dos EUA. O risco da taxa de juro na carteira bancária é gerido por uma função de tesouraria profissional que optimiza o rendimento, enquanto se mantém dentro dos limites aprovados do risco da taxa de juro, liquidez e capitalização.

Hipotecas, empréstimos *home equity* e *mortgage-backed securities* (MBS) constituem uma grande parte dos activos do CFG. Nos EUA, os clientes de hipotecas e *home equity* podem amortizar antecipadamente os empréstimos sem penalizações. No entanto, sob os requisitos da FAS 133, o risco de eles poderem fazer isso não pode ser coberto de uma maneira custo efectiva e deve ser suportada pelo mutuante. O risco de amortização antecipada é um componente primário do risco de taxa de juro na carteira bancária do CFG.

	2008		2007	
	Capital (1) US$m	Montante contabilístico US$m	Capital (1) US$m	Montante contabilístico US$m
Total de MBS e hipotecas	63.542	63.165	69.948	69.672
MBS – total	26.268	25.893	26.848	26.572
	602	600	—	—
- grau elevado (classificação AA ou AAA)	2.253	2.089	2.205	2.211
- classificado de C a A	24.015	23.804	24.643	24.361
	602	600	—	—
Hipoteca residencial e empréstimos *home equity* (não garantidos, taxa fixa e ARM, reembolsáveis antecipadamente)	36.672	36.672	43.100	43.100

Nota:
(1) O capital nas MBS é o montante de resgate na maturidade ou, no caso de instrumento de amortização, a soma dos futuros montantes de resgate através da vida residual da garantia.

Para além do VaR, os seguintes parâmetros são reportados à comissão de gestão de activos e passivos do CFG, Tesouraria do Grupo, GALCO e Conselho de Administração:

- A sensibilidade dos ganhos diferidos líquidos a uma série de movimentos paralelos e não paralelos nas taxas de juro.
- A sensibilidade do valor económico do capital próprio (EVE) a uma série de movimentos paralelos nas taxas de juro. O EVE só é utilizado no CFG e para satisfazer o teste de choque normalizado da FSA de +/- 200 pb de choque paralelo.

	Aumento/diminuição percentual no EVE do CFG (1)	
(não auditado)	Movimento ascendente paralelo 2% nas taxas de juro EUA	Movimento descendente paralelo 2% nas taxas de juro EUA (taxas de juros negativas não permitidas)
Fim do período	19,0	4,5
Máximo	18,3	7,3
Mínimo	64,8	52,8
Médio	4,5	2,6

Nota:
(1) O valor económico do capital próprio é o valor presente líquido dos activos e passivos calculados pelo desconto esperado dos fluxos de caixa de cada instrumento durante a sua vida esperada. O risco para o EVE é quantificado pelo cálculo do impacto das variações da taxa de juros no valor presente líquido do capital próprio e é expresso como uma percentagem do capital regulamentar do CFG.

Sensibilidade da margem financeira (não auditado)

Não houve variações materiais à mensuração e gestão do Grupo da sensibilidade da margem financeira aos movimentos nas taxas de juros.

O Grupo visa, através da sua gestão de risco de mercado em carteiras de não negociação, mitigar o efeito dos movimentos de juros prospectivos que possam reduzir a margem financeira futura, enquanto equilibra o custo dessas actividades de cobertura no fluxo actual de rendimentos líquidos.

O quadro abaixo estabeleceu o efeito na margem financeira futura de um aumento/queda paralelo sustentado de +/- 100 pb em todas as curvas de rendimento.

	Ano 1 £m
Alteração de + 100 pb nas curvas de rendimento	138,9
Alteração de – 100 pb nas curvas de rendimento	(234,1)

As sensibilidades das taxas de juro no quadro acima são apenas ilustrativas e são baseadas em cenários simplificados.

Os números representam o efeito na margem financeira pro forma dos movimentos da curva de rendimento com base no perfil de risco de taxa de juro não negociação actual do Grupo. Este efeito, no entanto, não incorpora as acções que seriam tomadas pelas unidades de negócio que mitigam o efeito de risco de taxa de juro. Na realidade, as unidades de negócios procuram proactivamente alterar o perfil do risco de taxa de juro para minimizar as perdas e optimizar os proveitos líquidos.

As projecções também assumem que as taxas de juro de todas as maturidades se movem no mesmo montante e, por conseguinte, não reflectem o efeito potencial na margem financeira de algumas taxas variarem enquanto outras se mantêm na mesma.

As projecções não tomem em conta o efeito da margem financeira das diferenças antecipadas em vairações entre taxas de juro e taxas de juros ligadas a outras bases (tal como taxas de bancos centrais ou taxas de produtos para as quais a entidade tem discrição sobre o momento e extensão das variações de taxa). As projecções assumem outros pressupostos simplificados, incluindo que todas as posições vão para a maturidade e não há taxas de juros negativas.

Risco cambial (auditado)
O Grupo não mantém posições cambiais abertas de não negociação relevantes que não sejam as exposições estruturais à conversão cambial decorrentes dos seus investimentos nas subsidiárias estrangeiras e nas empresas associadas e os seus fundos cambiais relacionados. A política do Grupo em relação às posições estruturais é equiparar a exposição estrutural em moeda estrangeira decorrente do valor líquido activo, incluindo o goodwill, nas subsidiárias estrangeiras, os investimentos contabilizados por equivalência e sucursais, excepto quando isso aumente de forma relevante a sensibilidade dos rácios de capital regulamentares do Grupo ou da subsidiária aos movimentos cambiais. A política requer que as

A classificação das emissões de acções preferenciais denominadas em moeda estrangeira no capital próprio exige que essas acções sejam mantidas no balanço pelo valor histórico. Consequentemente, essas emissões de acções produzem o efeito de aumentar a posição estrutural em divisas do Grupo.

Os quadros abaixo indicam as exposições estruturais do Grupo em divisas:

2008	Activos líquidos de operações estrangeiras £m	Interesses minoritários £m	Investimentos Líquidos em operações estrangeiras £m	Coberturas de investimentos líquidas £m	Exposições estruturais em divisas £m
US Dólar	17.480	(19)	17.499	(3.659)	13.840
Euro	26.943	15.431	11.512	(7.461)	4.051
RMB chinês	3.928	1.898	2.030	(1.082)	948
Outras não libras esterlinas	5.088	621	4.467	(3.096)	1.371
	53.439	17.931	35.508	(15.298)	20.210

2007	Activos líquidos de operações estrangeiras £m	Interesses minoritários £m	Investimentos Líquidos em operações estrangeiras £m	Coberturas de investimentos líquidas £m	Exposições estruturais em divisas £m
US Dólar	14.819	303	14.516	(2.541)	11.975
Euro	46.629	28.647	17.982	(8.818)	9.164
RMB chinês	2.600	—	2.600	(1.939)	661
Real brasileiro	3.755	3.755	—	—	—
Outras não libras esterlinas	3.905	519	3.386	(1.219)	2.167
	71.708	33.224	38.484	(14.517)	23.967

A reconversão de ganhos e perdas nos investimentos líquidos do Grupo em operações juntamente com as dos instrumentos que cobrem estes instrumentos são reconhecidas em capital próprio. A variação em taxas de câmbio afectará o capital próprio na proporção da exposição estrutural a divisas. Um reforço de cinco por cento em divisas resultaria num ganho de £1.010 milhões (2007 – £1.200 milhões) reconhecido em capital próprio, enquanto um enfraquecimento de cinco por cento resultaria numa perda de £960 milhões (2007 - £1.140 milhões) reconhecidos em capital próprio. Estes movimentos em capital próprio compensariam os efeitos de reconversão nos activos ponderados pelo risco do Grupo denominados em divisa, reduzindo a sensibilidade do rácio de capital de Tier do Grupo a movimento em taxas de câmbio.

Risco accionista (auditado)
As posições das acções são medidas ao justo valor. O justo valor são baseados em preços de mercado disponíveis sempre que possível. No caso de não estarem disponíveis preços de mercado, o justo valor é baseado em técnicas de avaliação apropriadas ou estimativas da gestão.

Os tipos, natureza e montantes de exposições negociadas em bolsa, exposições de *private equity* e outras exposições variam significativamente. Tais exposições podem assumir a forma de acções de participação cotadas e não cotadas, fundos de investimentos indexados a acções, investimentos em *private equity* e capital de risco, acções preferenciais classificadas como capital próprio e Federal Home Loan Stock.

O quadro abaixo estabelece o valor do balanço das exposições a acções em Dezembro 2008.

Exposições accionistas*	Cotadas £m	Não cotadas £m	Total £m
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	4.211	2.759	6.970
Interesses minoritários RFS Holdings	56	259	315
Grupo	4.267	3.018	7.285

* exclui exposição a acções para fins de detidas para negociação e por entidades de seguros/garantia.

Controlo de riscos (não auditado)

O principal mecanismo de controlo de risco para exposições a riscos de mercados não negociados é a realização dos relatórios mensais IRRBB e trimestrais FXRBB pela unidades de negócio do Grupo, recolhidas como parte de relato final de mês pelo Tesouraria do Grupo à GALCO. Em relação ao risco accionista, o risco é mitigado pelos controlos associados em relação à identificação do risco antes do investimento.

As funções de controlo financeiro são obrigadas a confirmar ao Tesouraria do Grupo que os relatórios reflectem materialmente as rubricas do balanço e, por isso, reconciliam com os sistemas fonte de base.

Os relatórios mensais pelas unidades de negócios do Grupo, recolhidos como parte do relatório de fim de mês pela Tesouraria do Grupo à GALCO, são usados para construir uma posição VaR IRRBB do Grupo e para garantir que os negócios cumprem os limites de modo material numa base pré e pós-cobertura para taxas de juro, como estipulado pela Tesouraria do Grupo.

Para FXRBB, a política do Grupo estabelece que qualquer exposição a divisas é gerida em limites "de minimus". A Tesouraria do Grupo monitoriza a adesão a esta política através de uma relatório trimestral.

Tanto a informação IRRBB como FXRBB está incluída nas informações regulamentares e legais.

O Risco de Mercado do Grupo exerce uma supervisão e governação independente das exposições de taxas de juros e de câmbio geridas na Tesouraria do Grupo ao conceder limites de riscos de mercado para além de autorizar a Tesouraria do Grupo a negociar instrumentos específicos com a finalidade de gerir as exposições de taxas de juro e de câmbio de não negociação do Grupo. Todas as metodologias de risco de mercado que se relacionam a limites especificados sob esta autoridade delegada são aplicadas a direcção do Risco de Mercado do Grupo.

Risco de seguro (não auditado)

O Grupo está exposto ao risco de seguro directamente através das suas actividades de seguros gerais e de vida.

O risco de seguro decorre das flutuações no calendário, na frequência e/ou na gravidade dos acontecimentos segurados, relativamente às expectativas no momento da subscrição. O risco de seguro é gerido de quatro formas distintas:

- *Gestão de risco de subscrição e preço:* é gerido através do uso de orientações de subscrição que pormenorizam a classe, natureza e tipo de negócios que podem ser aceitada, políticas de preço por linha de produto e marca e controlo centralizado do fraseado e quaisquer alterações subsequentes.

- *Gestão do risco de reclamações:* é processado através do uso de controlos automatizados e processos manuais.

- *Gestão de risco de reserva:* é o risco de as reservas técnicas estarem incorrectamente avaliadas de tal forma que possam ter sido retido fundos insuficientes para processar e pagar reclamações à medida que elas vencerem, tanto em relação às reclamações que já ocorreram como às que ocorrerão em período futuros do seguro.

- *Gestão de risco de resseguro:* é utilizado para proteger contras experiências de reclamações negativas em negócios dentro do apetite pelo risco normal (p. ex., acontecimentos catastróficos, frequência adversa de grandes reclamações) e para dar protecção nos negócios fora do apetite pelo risco (p. ex., quota-parte de resseguro em certas classes de negócios).

O montante acumulado de negócios por produto e entidade é determinado por planos de negócios.

Em termos globais, o risco de seguro é previsível ao longo do tempo, tendo em conta os grandes volumes de dados. Há incerteza, especialmente em torno das previsões, por exemplo, das variações climatéricas. O risco é minimizado através da aplicação de políticas de risco documentadas, associadas a estruturas de governação.

Actividade de seguros de ramos reais

Na sua actividade de seguros de ramos reais, o Grupo concentra-se nos produtos de elevado volume e relativamente simples. Os principais riscos de seguros são os seguintes:

- *Contratos de seguro automóvel (particular e comercial):* a experiência com as reclamações varia devido as vários factores, que incluem a idade, o sexo e experiência de condução, assim como o tipo de veiculo e o local.

- *Contratos de seguro de imóveis (residenciais e comerciais):* a maioria das causas para reclamações por seguro de imóveis é motivada pelas condições atmosféricas (inundações, tempestades), roubo, incêndio, subsidência e vários tipos de danos acidentais.

- *Outros contratos de seguros comerciais:* os riscos resultam da interrupção da actividade e de prejuízos decorrentes de negligência do segurado (seguro de responsabilidade civil). As perdas devido a interrupção da actividade resultam da perda de rendimento, receitas e/ou lucros em resultado de reclamações por danos patrimoniais sofridos. O seguro de responsabilidade civil inclui a responsabilidade dos empregadores e a responsabilidade contra terceiros/produtos.

A maioria dos contratos de seguros não vida são subscritos numa base anual, o que significa que a responsabilidade do Grupo estende-se por um período de 12 meses, após o que o Grupo tem o direito de recusar-se a renovar ou pode impor condições de renovação corrigindo o prémio, termos e condições.

Uma análise de reclamações de seguro brutas e líquidas pode ser encontrada na Nota 24 no relatório e contas (ver página 231).

Actividade de seguros do ramo vida

A três companhias de seguros de vida reguladas do grupo, National Westminster Life Assurance Limited, Royal Scottish Assurance plc (RSA) e Direct Line Life Insurance Empresa Limited, são obrigadas a cumprirem os requisitos de capital, a todo o momento, segundo o FSA Prudential Sourcebook.

Os recursos de capital que cobrem os requisitos regulamentares não são transferíveis para outras áreas do Grupo. Para garantir que os requisitos de capital sejam continuamente cumpridos, cada empresa mantém um suplemento voluntário acima do mínimo regulamentar. O risco de reservas é gerido para o ramo vida através de análise pormenorizada de dados de reclamações históricos e do sector e sólidos procedimentos de controlo sobre modelos de reservas. O Grupo usa exclusivamente resseguros proporcionais, quota-parte e excedente, para as suas entidades de seguros.

O Grupo não está exposto ao risco de preço, de câmbio, de crédito ou juros nos contratos de seguro de vida *unit-linked*, mas está exposto á variação das taxas de gestão. No Reino Unido, o Grupo também subscreve contratos de seguro de benefícios mínimos garantidos por morte que o expõem ao risco de as desvalorizações dos investimentos subjacentes poderem aumentar a exposição líquida do Grupo ao risco de morte.

Os contratos de seguro de longo prazo incluem contratos de seguro de vida inteira, seguro temporário, seguro misto, seguro de vida inteira flexível, pensão e de renda que se espera que se mantenham em vigor por um longo período de tempo. Os contratos sob os quais o Grupo não aceita risco de seguro significativos são classificados como contratos de investimento. As provisões dos negócios de longo prazo são calculados de acordo coma norma de contabilidade do Reino Unido FRS 27 “Seguros de Vida”.

As estimativas (pressupostos) que incluem mortalidade, morbidade, persistência e níveis de despesas futuros são realizados calculando as reservas actuariais. Os principais indicadores incluem:

Pressupostos	2008	2007	2006
Avaliação da taxa de juro			
Seguro temporário	2,50%	3,00%	3,00%
Juros	2,50%	3,00%	3,00%
Crescimento unitário	3,70%	3,50%	3,50%
Inflação das despesas	3,00%	4,00%	4,00%

As taxas de amostragem de mortalidade, expressas como mortes por milhão por ano, para produtos de seguros temporários (idade 40).

Mortalidade	2008 por ano	2007 por ano	2006 por ano
Homem não fumador	723	810	517
Homem fumador	1.590	1.830	983
Mulher não fumadora	568	460	278
Mulher fumadora	723	810	517

Despesas: Produtos pré-2000 – RSA	2008 por ano	2007 Por ano	2006 por ano
Plano de protecção do estilo de vida	£29,30	£25,18	£28,96
Plano de poupança hipotecário	£65,92	£56,67	£65,15
Produtos pré-2000 – NatWest Life			
Seguros temporários	£26,01	£26,01	£26,01
Obrigações de vida indexadas	£26,01	£26,01	£26,01
Produtos pós-2000			
Seguros temporários	£23,17	£23,16	£23,16
Obrigações garantidas	£25,71	£25,71	£25,71

Os principais factores que aumentam a frequência de reclamações incluem epidemias ou alterações alargadas no estilo de vida.

O Grupo usa tabelas base de mortalidade standard apropriadas para o tipo de contrato a ser subscrito e o território em que a pessoa segura vive. Isto é ajustado para reflectir a experiência do Grupo e as expectativas para futuros melhoramentos de mortalidade, conforme apropriado.

Factor de sensibilidade	Descrição do factor de sensibilidade aplicado
Taxa de juro e retorno do investimento	Alteração nas taxas de juro do mercado de ± 1% O teste permite de modo consistente para alterações aos retornos do investimento e movimentos no valor do mercado de títulos apoiados por juros fixos
Despesas	Aumento nas despesas de manutenção de 10%
Mortalidade/morbidade do seguro	Aumento nas taxas de mortalidade/morbidade para contratos de seguro de 5%
Mortalidade de quem recebe rendas	Redução nas taxas de mortalidade de contratos de renda de 5%

Os factores de sensibilidade acima do Reino Unido são aplicados por modelos actuariais e estatísticos, com o seguinte impacto nas demonstrações financeiras

		Impacto no lucro e capital próprio	
Factor de risco	Variabilidade	2008 £m	2007 £m
Taxas de juros	+1%	(11)	(18)
Taxas de juros	–1%	11	15
Despesas	+10%	(7)	(5)
Mortalidade/morbidade seguro	+5%	(9)	(8)
Mortalidade de quem recebe rendas	–5%	—	—

Resseguro

O Grupo usa vários tipos de resseguro para transferir o risco que está fora do apetite pelo risco do Grupo, incluindo:

• Resseguro de excedente de sinistros por indivíduo.

• Resseguro de excedente de sinistros por catástrofe.

• Resseguro de quotas-partes e de excedentes.

.

Risco operacional (não auditado)
O risco operacional é o risco de perda financeira ou de impacto na reputação em resultado de fraude, erro humano, processos ou sistemas ineficazes ou inadequadamente concebidos, comportamento impróprio, eventos jurídicos ou ocorrências externas. O risco operacional é uma parte integral e inevitável do negócio do Grupo pois é inerente aos processos que ele opera para prestar serviços a clientes e gerar lucros para os accionistas.

Um objectivo da gestão do risco operacional não é remover totalmente o risco operacional, mas gerir o risco num nível aceitável, tendo em conta o custo de minimizar o risco, com uma resultante redução na exposição. As estratégias para gerir o risco operacional incluem evasão, transferência e mitigação por controlos ou aceitação de risco.

Para garantir que seja atribuída uma responsabilidade apropriada para a gestão, reporte e escalada do risco operacional, o Grupo pratica um modelo de três linhas de defesa que descreve os princípios das funções e responsabilidades para a gestão dos riscos operacionais:

Risco operacional – modelo de três linhas de defesas

1.ª Linha de defesa	1.ª Linha de defesa	3.ª Linha de defesa
O negócio	Risco operacional	Auditoria Interna do Grupo
Responsável pelo domínio e gestão de controlo diários do risco operacional Responsável por implementar os processos em cumprimento das políticas do Grupo. Responsável por testar os controlos principais e vigiar o cumprimento das políticas do Grupo.	Responsável pela implementação e manutenção do quadro, ferramentas e metodologias do risco operacional. Responsável pela supervisão e controlo sobre a adequação do risco e processos de controlo a funcionarem no negócio.	Responsável por providenciar uma garantia independente na concepção, adequação e eficácia do sistema do Grupo de controlos internos

O modelo das três linhas de defesa e as Políticas e Princípios de Risco Operacional (ORPP) aplicam-se em todo o Grupo e são implementadas tendo em consideração a natureza e escala do negócio subjacente.
As ORPP estabelecem as directrizes para se efectuar uma gestão eficaz do risco operacional. Incorpora os princípios, padrões mínimos e processos que permitem a consistente identificação, avaliação, monitorização e relato do risco operacional em todo o Grupo. Os objectivos das ORPP são proteger o Grupo de perdas financeiras ou de danos na sua reputação, clientes ou pessoal e garantir que ele cumpre todos os requisitos necessários regulamentares e legais.

Os processos a nível do Grupo definidos nas ORPP são suportados pelas seguintes técnicas essenciais de gestão de risco operacional:

- Avaliações de risco e controlo: as unidades de negócios identificam e avaliam os riscos operacionais para garantir que eles são efectivamente geridos, ordenada a sua prioridade, documentados e alinhados com o apetite pelo risco.

- Análise de cenários: são utilizados cenários de risco operacional para avaliar o possível impacto de acontecimento de perdas por riscos operacionais extremos, mas plausíveis. As avaliações de cenários fornecem uma base prospectiva para gerir as exposições que estão para além do apetite pelo risco do Grupo.

Gestão de perda de dados: o processo de gestão de perda de dados internos de cada unidade de negócios captura todos os acontecimento de perdas por risco operacional acima de £10.000. Isto é utilizado para aumentar a adequação e eficácia dos controlos, identificar as oportunidades para evitar ou reduzir o impacto de voltar a ocorrer, identificar os temas emergentes, permitir o relato formal de acontecimento de perda e informar as avaliações de risco e controlo e análise de cenário.

A escalada dos acontecimentos individuais para a gestão de topo é determinada pela gravidade do acontecimento. Os acontecimentos de perdas operacionais são categorizados segundo os seguintes títulos:

Clientes, produtos e práticas comerciais;

Falhas de tecnologia e de infra-estruturas;

Práticas de emprego e segurança do local de trabalho;

Fraude interna;

Fraude externa;

Execução, realização e gestão de processos;

Dano malicioso; e

Desastres e segurança pública.

- Indicadores principais de risco: as unidades de negócio monitorizam os indicadores principais de risco contra os seus riscos materiais. Estes indicadores são utilizados para monitorizar o perfil de risco operacional e exposição de perdas com limiares com acções de desencadeamento de gestão de risco.

- Novo processo de aprovação de produtos: garante que todos os novos produtos ou variações significativas para produtos existentes estão sujeitas a uma avaliação completa de risco. Os produtos são avaliados e aprovados por áreas especializadas e estão sujeitos a aprovação executiva antes de serem lançados.

Em 2008, o Grupo introduziu um novo processo de autocertificação, que exige que a gestão monitorize e relate regularmente no quadro de controlo interno pelo qual é responsável e reveja regularmente e confirme a sua adequação e eficácia. Isto inclui o cumprimento de certificação com os requisitos das políticas do Grupo.

As ORPP exigem que cada unidade de negócios determine as técnicas de mitigação apropriadas para reduzir o seu risco de exposição para um nível aceitável, e que a adequação e eficácia dos controlos e outros riscos mitigantes (p. ex., seguro) são regularmente testados e os resultados documentados.

Onde forem identificados fraquezas de controlo inaceitáveis, deve ser realizados planos de acção e rastreada a sua conclusão.

O Grupo contrata seguros para providenciar os negócios com protecção financeira contra perdas específicas e cumprir os requisitos legais e contratuais. O seguro é primariamente utilizado como uma ferramenta de mitigação de risco adicional no controlo das exposições do Grupo. No entanto, como o seguro apenas proporciona protecção contra perdas financeiras uma vez o risco cristalizado, é utilizado como um complemento para outros controlos.

Métrica do risco operacional

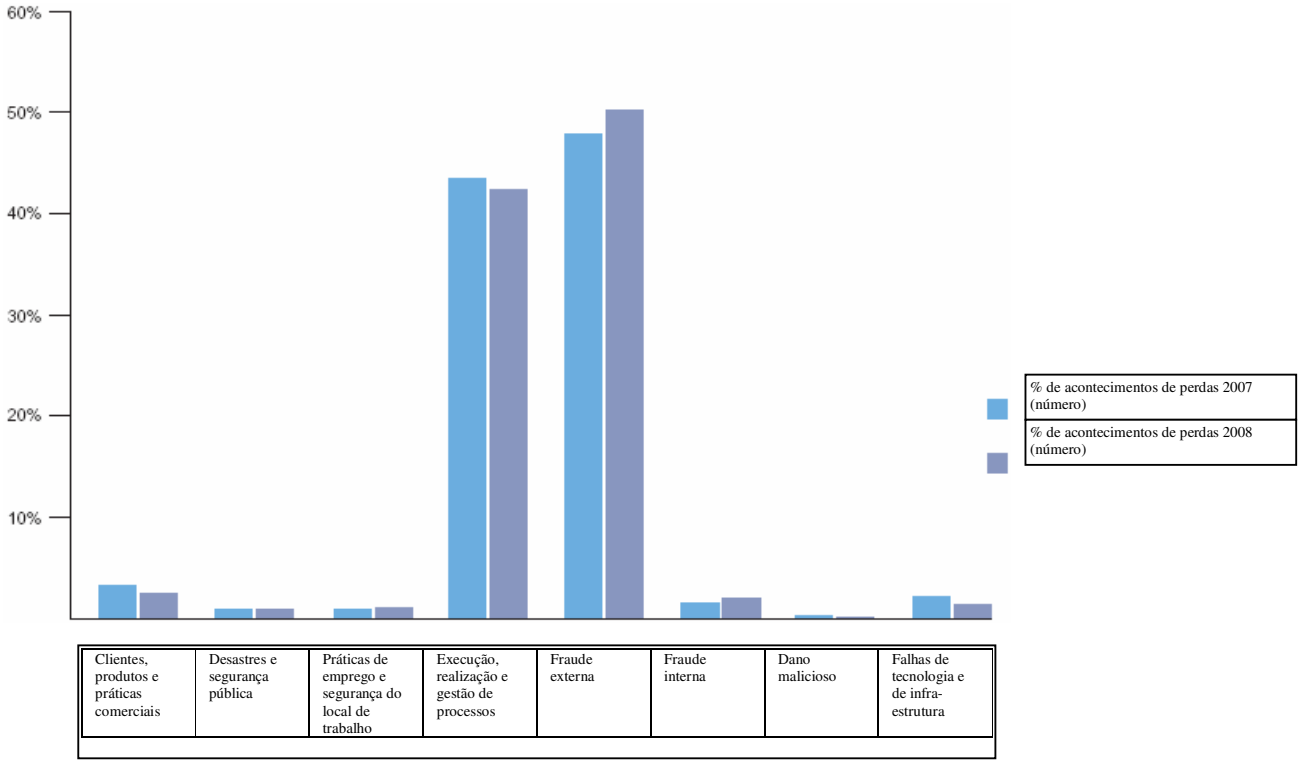
O relato forma uma parte integral da gestão do risco operacional. Os processos de gestão de risco do Grupo são concebidos para garantir que as questões de riscos operacionais são identificadas, escaladas e geridas numa base oportuna. As exposições de risco operacional para cada divisão são reportadas por relatórios de risco e controlo mensais, que proporcionam o pormenor nas exposições de risco e planos de acção por cada processo de negócios significativo.

Os acontecimentos de risco operacional que têm um impacto financeiro real ou potencial superior a £1 milhão, ou que têm um impacto material na reputação do Grupo ou dos seus clientes, são escalados e reportados para o executivo de divisão e do Grupo.

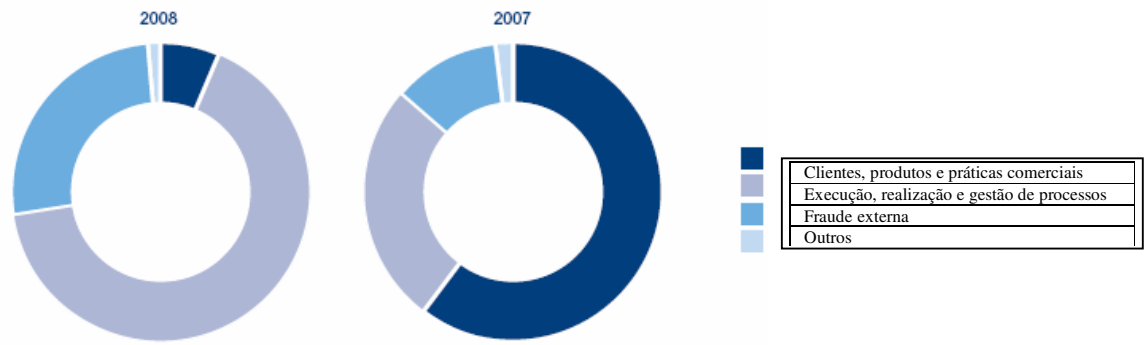
O gráfico abaixo apresenta os acontecimentos de risco operacional por categoria e valor para 2007 e 2008, para o Grupo numa base de resultados oficiais.

Acontecimentos de risco operacional por categoria de risco - % do total dos acontecimentos de risco por número

O gráfico abaixo apresenta uma distribuição de números de acontecimentos de perdas pelas categorias de risco em 2008 similar à de 2007.



Acontecimentos de risco operacional por categoria - % do total por valor
O gráfico abaixo mostra que a execução, realização e gestão de processos contribuíram para mais de 60% das perdas por valor durante 2008. Isto difere de 2007, onde um único acontecimento de grande valor fez com que a maior categoria fosse clientes, produtos e práticas comerciais. Os dados são numa base de resultados oficiais.



Crime financeiro
O crime financeiro mantém-se um grande desafio para o Grupo, especialmente dada a sofisticação da comunidade criminosa. No entanto, o Grupo continua a responder a essas ameaças, ao continuar a investir nas pessoas e processos para medidas de detecção e protecção, especialmente as que se relacionam com as fraudes com cartões e o cibercrime. As iniciativas principais incluem as modificações na autenticação dos pagamentos, segurança de ATM, melhoramentos de software e melhoramento de detecção de contrafacções.

Ambiente de segurança física
O número de ataques físicos nos nossos negócios de retalhos manteve-se, de modo geral, estático em 2008 em comparação com 2007. Os planos de negócio e controlos foram melhorados para reflectir o aumento em dimensão do negócio global durante o ano, por exemplo, alterações na segurança do retalho e ATM e partilhando as boas práticas com os concorrentes e forças de segurança pública.

Segurança da informação
O Grupo empenha-se em proteger as informações do cliente e do Grupo. Sob um quadro de políticas a nível do Grupo, a Segurança de Informação do Grupo está a desenvolver, manter e implementar politicas e sistemas para garantir essa informação. Todos os colaboradores e de agentes do Grupo são responsáveis pela protecção dos activos, sistemas e informações do Grupo. Toda a informação do cliente é tratada como confidencial e é aplicada a segurança apropriada para proteger a informação. As Políticas de Segurança da Informação do Grupo estão de acordo com as normas internacionais e requisitos regulamentares.

O Grupo reconhece a segurança da informação, relativamente à perda de confidencialidade, integridade ou disponibilidade da nossa informação e sistemas, como um risco específico, que é gerido através da Política de Segurança de Informação do Grupo. Isto é analisado anualmente e inclui processos para gestão e garantia do cumprimento da política. As mesmas normas aplicam-se à informação controlada pelo Grupo ou gerida por terceiros autorizados. O Grupo continua a investir em programas para melhorar e manter os controlos e sistemas da segurança da informação. Por exemplo, durante 2008, as análises de segurança sobre fornecedores e vendedores terceiros foram significativamente aumentadas.

Continuidade do negócio
A gestão de situações de crise e a necessidade de assegurar a continuidade do negócio em todo o Grupo é a actividade principal dentro da função de risco. Um quadro de gestão de crises e incidentes consistente foi desenvolvido no Grupo, para garantir que qualquer incidente é identificado, gerido e resolvido através de equipas especializadas a nível de divisão, país, região e global. Está implementada uma metodologia de seis fases dentro do Grupo para gerir incidentes.

Os riscos e ameaças principais que o Grupo está consistentemente a monitorizar numa perspectiva de gestão de crises e incidentes inclui pandemias, terrorismo, impactos ambientais e perturbações tecnológicas.

Foram implementados planos de continuidade de negócios para garantir que o Grupo pode continuar com serviços, produtos e operações principais

Outros riscos (não auditado)

Risco regulamentar

O risco regulamentar é gerido pela concepção, manutenção e implementação de políticas e sistemas de modo a garantir um cumprimento eficaz com todos os requisitos regulamentares e legais nas jurisdições em que o Grupo opera. A abordagem do Grupo ao risco regulamentar tem três elementos distintos:

- Análise de potenciais alterações da regulamentação para assegurar que o Grupo enfrente os riscos decorrentes dessas alterações e lhes responda devidamente;
- Monitorização do cumprimento das regras e regulamentos existentes e mitigação das consequências de qualquer não cumprimento inadvertido; e
- Gestão de relações eficazes com os reguladores para garantir uma comunicação construtiva.

Através de uma estrutura de políticas de alto nível para todo o Grupo, o Grupo e as suas subsidiárias coopera com todas as entidades reguladoras em todas as jurisdições relevantes, em resposta a alterações regulamentares, requisitos de supervisão em curso ou investigações regulamentares

Durante 2008, a responsabilidade pela política e supervisão contra o branqueamento de capitais, sanções e contra o financiamento do terrorismo passou para o Chefe de Grupo de Risco Regulamentar e Cumprimento.

Risco de reputação

A reputação é o conjunto de percepções e opiniões dos *stakeholders* de uma organização: clientes, fornecedores, empregados, investidores, grupos de interesse, reguladores e governo. A reputação determina como *stakeholders* provavelmente se comportarão em relação à organização. O risco de reputação emerge de qualquer actividade que possa ter um impacto negativo na reputação do Grupo. Há vários motores importantes da reputação de uma empresa (e risco de reputação) incluindo: desempenho financeiro; governo empresarial e qualidade de gestão; desempenho ético, social e ambiental; marketing, inovação e relações com os clientes; e cumprimento regulamentar e contencioso.

O Grupo protege a sua reputação ao compreender e gerir os riscos de reputação, incluindo a incapacidade de satisfazer as expectativas dos *stakeholders*.

O Grupo apenas celebrará uma transacção comercial ou uma relação com clientes que seja legal e cumpra os requisitos regulamentares, tenha substância económica ou finalidade comercial e não seja concebida ou usada para contabilidade ou fins fiscais impróprios. O Grupo preocupa-se em compreender as questões que mais importância têm para os *stakeholders*, equilibra as perspectivas de todos os *stakeholders* e trata-as de modo coerente. Os riscos para a reputação do Grupo são identificados, avaliados, geridos, monitorizados e relatados. O Grupo presta particular atenção aos riscos de reputação associados com a introdução de novos produtos ou relações com clientes.

É responsabilidade da administração de todas as empresas do Grupo, agindo através de unidades de negócio individuais, garantir que os controlos e procedimentos apropriados estão implantados para identificar e gerir os riscos para a reputação do Grupo decorrente da sua actividade.

O Conselho de Administração tem a derradeira responsabilidade pela gestão de qualquer impacto sobre a reputação do Grupo resultante das suas operações. No entanto, todas as partes do Grupo assumem a sua responsabilidade pela gestão da reputação.

Risco de pensões

O Grupo está exposto ao risco dos seus esquemas de pensões de benefícios definidos, pois os activos incluem carteiras de investimento que são detidas para satisfazer as responsabilidades projectadas para com os membros do esquema. O risco surge porque os rendimentos destes investimentos pode ser menor do que o esperado ou os aumentos podem ser maiores do que o esperado no valor estimado das responsabilidades do esquema. Em tais circunstâncias, o grupo poderá ser obrigado ou poderá escolher fazer contribuições adicionais para os esquemas.

O maior dos regimes, e a principal fonte de risco de obrigações de pensão, é o Fundo de Pensões do Grupo RBS. Em Outubro 2006, este esquema foi fechado a novos empregados.

O apetite pelo risco e a política de investimento são aprovados pelo Conselho de Supervisão com dados quantitativos e qualitativos a partir de actuários do esquema e de consultores de investimento. O Conselho de Supervisão também consulta o Grupo para obter a sua opinião sobre o nível adequado de risco no âmbito do fundo de pensões.

O Grupo mantém uma análise independente do risco no âmbito do Fundos de Pensões.

A GALCO monitoriza o risco de obrigações de pensões que são avaliados por meio de uma estimativa do potencial défice de financiamento do esquema num horizonte de risco de doze meses e com um número de diferentes níveis de confiança. As simulações Monte Carlo são utilizadas, com base em pressupostos de distribuição de estatísticas de futuros retornos de capital, taxas de juros futuras reais e nominais, sensibilidade dos valores dos activos e passivos às variações nos retornos do capital e taxas de juros reais e nominais, o impacto de uma alteração adversa nos pressupostos de longevidade e mitigação disponível para o Grupo.

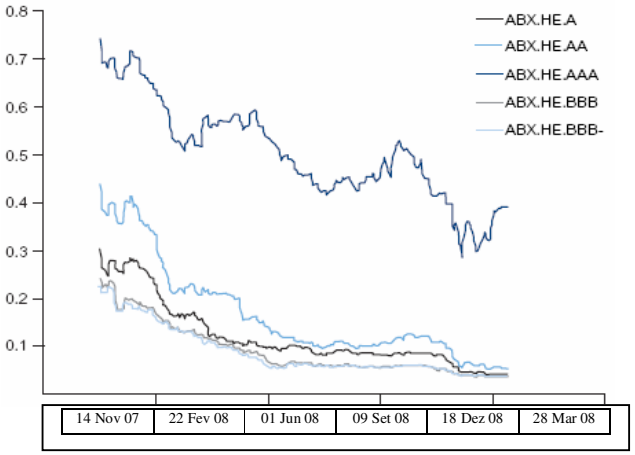
A mais recente avaliação do fundo foi realizada em 31 de Março de 2007. Ela mostrou que o fundo é excedentário e, portanto, não havia necessidade de pagamentos suplementares em 2008, sobre e acima das contribuições regulares. A próxima avaliação do fundo está programada para se realizar em 31 de Março de 2010.

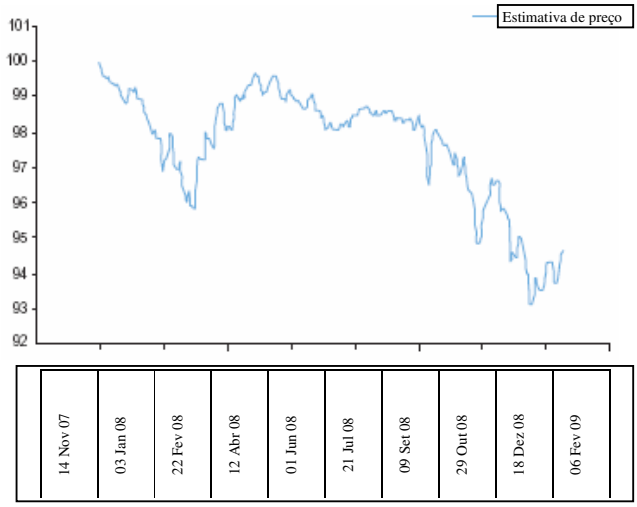
Mercado de crédito e exposições relacionados
Nota explicativa (não auditada)
Estas divulgações proporcionam informação para certas actividades de negócio do Grupo afectadas pelos acontecimentos de mercado sem precedentes de 2008, a maioria dos quais aconteceram no âmbito da Global Banking and Markets (GBM). As divulgações são focalizadas em redor das actividades de mercados de crédito da GBM, incluindo os negócios de *conduit*, que foram particularmente afectadas pelas perturbações de mercado globais, bem como pelas similares exposições na US Retail & Commercial (Citizens) e Tesouraria do Grupo.

Na elaboração destas divulgações, o Grupo tomou em consideração as principais recomendações de práticas de divulgações do Fórum de Estabilidade Financeira publicadas em Abril 2008.

Contexto de mercado (não auditado)
Em geral, 2008 foi caracterizado pela rápida perturbação nos mercados financeiros. Em muitos casos, a dramática crise de liquidez e o aumento dos custos de financiamento para as instituições financeiras resultaram numa relutância ou inabilidade dos participantes do mercado em fazer transacções, e afectou negativamente o desempenho das maiores instituições financeiras globalmente, incluindo o Grupo. Os mercados bolsistas sofreram quedas extraordinárias e os níveis de volatilidade atingiram alturas recordes. Os preços de matérias-primas reduziram-se acentuadamente no segundo semestre do ano e os *spreads* continuaram a aumentar. A percepção do mercado do risco de contraparte aumentou e a falência de fornecedores de protecção de crédito importantes causaram perdas no justo valor para o Grupo e outros participantes do mercado e aumentou ainda maus os custos de mitigação da exposição de crédito. Quedas constantes globais em preços no imobiliário, residencial e comercial, avaliações de fundos e piores desempenhos de empréstimos combinados com uma falta sustentada de liquidez no mercado, resultaram numa maior quantidade de activos a serem avaliados em preços significativamente mais baixos.

Uma indicação do continuado declínio do preço das *asset backed securities* (ABS), em particular as colateralizadas com activos *sub-prime*, é mostrada no gráfico seguinte. Embora não totalmente representativo das exposições ou bases de preços ABS do Grupo, as séries ABX de índices mostradas no gráfico ilustram, em termos de cotação de obrigações, como ABS com diferentes ratings referentes a hipotecas *sub-prime* dos EUA titularizadas se comprotatam em 2007 durante o ano





O primeiro trimestre de 2008 assistiu a novas crises de crédito e liquidez como as sofridas durante 2007, culminando no colapso do Bear Stearns em Março. O centro dos problemas de crédito mantiveram-se no mercado das ABS com os dados económicos dos EUA a piorar, apoiando maiores níveis de expectativa de incumprimento no mercado imobiliário. No entanto, as expectativas de incumprimento começaram a ir para além do mercado de *sub-prime* com classes de empréstimos Alt A e outras não conforme a verem uma deterioração de preços particularmente significativos. Para além disso, preocupações económicas mais amplas levaram a pesadas perdas no justo valor no mercado das *commercial mortgage backed securities* (CMBS), em dívida da empresa e em exposições aos empréstimos alavancados. No seguimento deste aperto de condições, o Grupo incorreu em perdas significativos em Março e tomou medidas em Abril para reforçar materialmente a sua base de capital através de emissão de direitos de subscrição de £12 mil milhões que foi concluída em Junho.

Durante o segundo trimestre, os preços das ABS, inicialmente, recuperaram e estabilizaram, no entanto para o final do trimestre tornou-se clara uma tendência negativa no preço das habitações no Reino Unido, e nos Estados Unidos, a reacção do mercado às hipotecas *sub-prime* estendeu-se aos empréstimos *prime* e *near prime*. Os spreads dos créditos à empresa seguiram um padrão similar reagindo ao aumento do preço do petróleo, pressões inflacionárias e uma LIBOR continuamente alta, apesar de cortes na taxa base de 5% em Abril.

Os spreads de crédito continuaram a aumentar no mercado no terceiro trimestre e os níveis de liquidez reduziram-se ainda mais, resultando em pressão sobre os bancos e as economias do todo o mundo. Isto culminou na falência do Lehman Brothers em Setembro e ainda maior consolidação do mercado e intervenção do estado globalmente para dar apoio ao sector bancário.

Durante o quarto trimestre uma continuada falta de confiança no mercado interbancário, com procura por investimentos estáveis, resultando nos títulos do tesouro dos EUA terem atingido spreads negativos. Os preços de empresas e ABS caíram ainda mais, particularmente, nos últimos dois meses do ano, aumentando a pressão sobre as posições de capital dos bancos. O Grupo procurou reforçar a sua posição de capital através de um aumento de capital de £15 mil milhões, subscrito pelo governo do Reino Unido. O ano concluiu com a S&P a baixar as notações de crédito de onze bancos mundiais, incluindo o Grupo.

Exposições *asset-backed*

Concentrações de risco significativas (auditado)

As actividades do Grupo em mercados de crédito originam concentrações de risco que foram particularmente afectadas pela turbulência de mercado sofrida no segundo semestre de 2007. As estruturas do Grupo origina, distribui e comercializa dívida na forma de empréstimos, obrigações e instrumentos derivados em todos os mercados de divisas e de capital de dívida principais na América de Norte, Europa Ocidental, Ásia e mercados emergentes importantes.

Durante 2008, certos activos identificados como sendo de alto risco foram também transferidos para uma unidade de activos geridos centralmente, estabelecida para proporcionar uma gestão específica desta carteira de activos de risco mais elevado. Os activos transferidos são predominantemente ABS e protecções associadas compradas de seguradores *monolines* e outras contrapartes.

Os quadros abaixo resumem as exposições líquidas e valores escriturados no balanço destes títulos pela classificação da mensuração e referências às secções com maior informação sobre produtos específicos.

	Detidos para negociação		Disponíveis para venda		Empréstimos e contas a receber		Designado ao justo valor		Todos os ABS	
Exposição líquida (1)	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
RMBS	24.462	35.105	44.450	27.875	2.578	5	182	90	71.672	63.075
CMBS	1.178	2.749	918	977	1.437	626	13	47	3.546	4.399
CDOs/CLOs	2.463	7.288	2.538	2.174	1.282	—	—	23	6.283	9.485
Outro ABS	195	3.479	6.572	5.579	3.621	72	40	186	10.428	9.316
Total	28.298	48.621	54.478	36.605	8.918	703	235	346	91.929	86.275
Valor contabilístico (2)										
RMBS	27.849	37.280	44.791	27.880	2.618	5	182	90	75.440	65.255
CMBS	2.751	3.916	1.126	976	1.437	626	13	37	5.327	5.555
CDOs/CLOs	7.774	15.477	9.579	2.173	1.284	—	—	26	18.637	17.676
Outro ABS	1.505	5.758	6.572	5.579	3.621	72	41	186	11.739	11.595
Total	39.879	62.431	62.068	36.608	8.960	703	236	339	111.143	100.081

Notas:

(1) A exposição líquida é o valor contabilístico após tomar em conta a protecção de cobertura comprada a *monolines* e outras contrapartes, mas exclui o efeito de ajustamento de avaliação de crédito de contraparte. A protecção proporciona protecção de crédito contra fluxos de caixa nocionais e de juros devidos aos possuidores de instrumentos devidos no caso de incumprimento pela contraparte de garantia da dívida. O valor da protecção é baseado no instrumento subjacente a ser protegido.

(2) O valor contabilístico é o montante registado no balanço.

(3) Certos instrumentos foram reclassificados da categoria detidos para negociação para as categorias empréstimos e contas a receber ou disponíveis para venda, como permitido pelas alterações à IAS 39 publicadas em Outubro 2008, afectando assim a possibilidade de comparação por classificação de mensuração.

Os *asset backed securities* (ABS) são títulos que representam um interesse numa *pool* subjacente de activos referenciados. A *pool* referenciada pode incluir quaisquer activos que atraiam um conjunto de fluxos de caixa associados, mas habitualmente são *pools* de hipotecas residenciais ou comerciais e, no caso das *Collateralised Debt Obligations* (CDO), a *pool* referenciada pode ser ABS ou outras classes de activos. O processo pelo qual os riscos e recompensas da *pool* são passados para os investidores através da emissão de títulos com diferentes níveis de senioridade é comummente referido como titularização.

Durante 2008, à medida que os problemas no sector de *sub-prime* se espalharas para outras classes de activos numa base global e os spreads de crédito aumentaram devido a preocupações com a solvabilidade dos activos subjacentes, os volumes de titularização continuaram a ser baixos. Nos anos anteriores, a GBM tinha-se estabelecido como um *arranger* activo de titularizações de terceiros e *secondary dealer* nestes títulos e, por conseguinte, a GBM acumulou activos que se tornaram difíceis de vender dadas as condições do mercado.

O Grupo tem exposições a ABS que são predominantemente títulos de dívida, mas pode ser detidos na forma de derivados. Estas posições foram adquiridas primariamente através das actividades do Grupo no mercado de financiamento alavancado dos EUA que foram expandidas durante 2007. Elas incluem *residential mortgage backed securities* (RMBS), *commercial mortgage backed securities* (CMBS), ABS CDO e outros ABS. Em muitos casos o risco destes activos é coberto por protecção de derivados de crédito comprada sobre activos específicos ou relevantes dos índices de ABS. As contrapartes em algumas destas transacções cobertura são os seguradores monolines (ver seguradoras *monolines* na página 135).

A exposição líquida das participações do Grupo aos ABS aumentaram de £86,3 milhões em 31 de Dezembro de 2007 para £91,9 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008, onde as reduções subjacentes foram mais do que compensadas pelo efeito das taxas de câmbio. A exposição líquida inclui a protecção de cobertura, mas exclui os ajustamentos de avaliação do crédito de contraparte. Toda a protecção de cobertura referida na secção de mercado de crédito e exposições relacionadas está relacionada às coberturas económicas que não são elegíveis para contabilidade de cobertura.

Através de um exercício sustentado de *de-risking*, o Grupo fez reduções do risco global através de uma combinação de vendas directas de activos e troca por activos de risco menor através de actividades de negociação. Como uma grande proporção dos ABS estão denominados em dólares norte-americanos, estas reduções na exposição foram parcialmente contrabalançadas pelo movimento na taxa de câmbio contra a libra esterlina.

A maioria da carteira de RMBS do Grupo em 31 de Dezembro de 2008, em termos de exposição líquida, era constituída por títulos com rating AAA garantidos ou efectivamente garantidos no valor de £51,1 mil milhões, incluindo:

- £33,5 mil milhões de títulos de agências dos EUA
- £7,6 mil milhões de RMBS garantidas pelo estado holandês
- £10,0 mil milhões de obrigações hipotecárias garantidas europeias emitidas por instituições financeiras

Os quadros abaixo analisam os valores contabilísticos destes títulos de dívida por classificação de mensuração e nível hierárquico de notação de crédito e de justo valor.

	RMBS							
			Prime					
2008	Sub-prime £m	Não conforme £m	Garantido £m	Outros £m	CMBS £m	CDO/CLO £m	Outros ABS £M	Total £m
Rating AAA (1)								
Detidos para negociação	393	203	18.622	6.226	2.306	4.698	380	32.828
Disponíveis para venda	522	1.914	22.546	18.764	982	6.459	4.826	56.013
Empréstimos e contas a receber	431	1.415	—	476	405	652	1.443	4.822
Designado ao justo valor	16	—	—	166	9	—	—	191
	1.362	3.532	41.168	25.632	3.702	11.809	6.649	93.854
Rating BBB- e acima (1)								
Detidos para negociação	564	79	—	985	407	1.439	890	4.364
Disponíveis para venda	267	194	—	338	144	1.642	1.292	3.877
Empréstimos e contas a receber	105	64	—	94	1.031	561	1.296	3.151
Designados ao justo valor	—	—	—	—	4	—	41	45
	936	337	—	1.417	1.586	3.642	3.519	11.437
Non-investment grade (1)								
Detidos para negociação	636	69	—	59	38	1.299	120	2.221
Disponíveis para venda	124	74	—	47	—	1.057	50	1.352
Empréstimos e contas a receber	30	3	—	—	—	—	72	105
	790	146	—	106	38	2.356	242	3.678
Sem rating público (1)								
Detidos para negociação	1	1	9	2	—	338	115	466
Disponíveis para venda	—	1	—	—	—	421	404	826
Empréstimos e contas a receber	—	—	—	—	1	71	810	882
	1	2	9	2	1	830	1.329	2.174
Total								
Detidos para negociação	1.594	352	18.631	7.272	2.751	7.774	1.505	39.879
Disponíveis para venda	913	2.183	22.546	19.149	1.126	9.579	6.572	62.068
Empréstimos e contas a receber	566	1.482	—	570	1.437	1.284	3.621	8.960
Designados ao justo valor	16	—	—	166	13	—	41	236
Total:	3.089	4.017	41.177	27.157	5.327	18.637	11.739	111.143
Dos quais contabilizados pelo justo valor:								
Nível 2 (2)	2.459	2.485	40.942	26.442	3.316	14.643	6.677	96.964
Nível 3 (3)	64	50	235	145	574	2.710	1.441	5.219
	2.523	2.535	41.177	26.587	3.890	17.353	8.118	102.183

Notas:
(1) As notações de crédito são baseadas na S&P, Fitch ou Moody's e foram expressas na escala da S&P.
(2) Avaliado utilizando técnicas significativamente baseadas em dados de mercado observáveis. Os instrumentos neste nível são avaliados utilizando:
a) preços cotados para instrumentos similares em mercados que não são considerados como activos; ou
b) técnicas de avaliação onde todos os dados que têm um efeito significativo na avaliação são directa ou indirectamente baseados em dados de mercado observáveis.
(3) Os instrumentos nesta categoria foram avaliados utilizando uma técnica de avaliação onde pelo menos um dado que pode ter um efeito significativo na avaliação do instrumento não é baseado em dados de mercado observáveis.

2007 (1)	RMBS				CMBS	CDO/CLO	Outros ABS	Total
			Prime					
	Sub-prime £m	Não conforme £m	Garantido £m	Outros £m	£m	£m	£M	£m
Valor contabilístico: notação de crédito e classificação								
rating AAA (2)								
Detidos para negociação	1.790	2.093	15.502	12.952	3.285	12.067	3.495	51.184
Disponíveis para venda	139	865	16.545	10.313	964	2.152	5.073	36.051
Designado ao justo valor	—	—	—	72	37	7	—	116
	1.929	2.958	32.047	23.337	4.286	14.226	8.568	87.351
Rating BBB- e acima (2)								
Detidos para negociação	2.476	530	—	557	574	1.509	1.077	6.723
Disponíveis para venda	—	—	—	18	12	1	208	239
Empréstimos e contas a receber	—	—	—	—	626	—	—	626
Designados ao justo valor	2	—	—	—	—	17	—	19
	2.478	530	—	575	1.212	1.527	1.285	7.607
Non-investment grade (2)								
Detidos para negociação	616	146	—	27	35	1.082	91	1.997
Disponíveis para venda	—	—	—	—	—	—	14	14
Empréstimos e contas a receber	5	—	—	—	—	—	72	77
Designados ao justo valor	16	—	—	—	—	—	—	16
	637	146	—	27	35	1.082	177	2.104
Sem rating público (2)								
Detidos para negociação	191	144	125	131	22	819	1.095	2.527
Disponíveis para venda	—	—	—	—	—	20	284	304
Designados ao justo valor	—	—	—	—	—	2	186	188
	191	144	125	131	22	841	1.565	3.019
Total								
Detidos para negociação	5.073	2.913	15.627	13.667	3.916	15.477	5.758	62.431
Disponíveis para venda	139	865	16.545	10.331	976	2.173	5.579	36.608
Empréstimos e contas a receber	5	—	—	—	626	—	72	703
Designados ao justo valor	18	—	—	72	37	26	186	339
Total:	5.235	3.778	32.172	24.070	5.555	17.676	11.595	100.081
Dos quais contabilizados pelo justo valor:								
Nível 2 (3)	5.171	3.598	32.172	24.070	4.929	15.926	11.393	97.259
Nível 3 (4)	59	180	—	—	—	1.750	130	2.119
	5.230	3.778	32.172	24.070	4.929	17.676	11.523	99.378

Notas:
(1) Os valores contabilísticos em 31 de Dezembro de 2007 acima incluem a carteira de liquidez do ABN AMRO de £18,6 mil milhões de ABS que eram a parte nos activos partilhados; esta carteira foi transferida para a Tesouraria do RBS Grupo no primeiro semestre de 2008.
(2) As notações de crédito são baseadas na S&P, Fitch ou Moody's e foram expressas na escala da S&P.
(3) A avaliação é significativamente baseadas em dados de mercado observáveis. Os instrumentos neste nível são avaliados utilizando:
- preços cotados para instrumentos similares em mercados que não são considerados como activos; ou
- técnicas de avaliação onde todos os dados que têm um efeito significativo na avaliação são directa ou indirectamente baseados em dados de mercado observáveis.

(4) Os instrumentos nesta categoria foram avaliados utilizando uma técnica de avaliação onde pelo menos um dado que pode ter um efeito significativo na avaliação do instrumento não é baseado em dados de mercado observáveis.

Residential mortgage-backed securities (auditadas)

Os *Residential mortgage-backed securities* (RMBS) são títulos que representam um interesse numa carteira de hipotecas residenciais. Os reembolsos efectuados nas hipotecas subjacentes são utilizados para efectuar pagamentos aos detentores dos RMBS. O risco dos RMBS variará principalmente em função da qualidade e da região geográfica dos activos hipotecários subjacentes e pelo incremento da qualidade creditícia da estrutura de titularização.

Várias tranches de obrigações são emitidas, cada uma garantida pela mesma carteira de hipotecas, mas fornecendo diferentes níveis de senioridade para adaptar-se ao apetite pelo risco dos investidores. As obrigações mais *junior* (ou capital) sofrerão perdas de capital e juros iniciais experimentadas pelo colateral hipotecário referenciado, com cada obrigação mais *senior* a beneficiarem da protecção prevista pelas notas subordinadas abaixo. Incrementos de qualidade creditícia adicionais podem ser fornecidos ao titular das obrigações RMBS *senior*, incluindo garantias sobre o valor das exposições, muitas vezes fornecidos pelas seguradoras *monolines*.

As principais categorias de hipotecas que servem como colateral para os RMBS detidos pelo Grupo são descritas abaixo. Como pode ser observado no quadro abaixo, a carteira RMBS do grupo abrange uma série de zonas geográficas e diferentes categorias são utilizadas para classificar as exposições, dependendo da região geográfica das hipotecas subjacentes. Estas categorias são descritas a seguir. O mercado dos EUA tem definições mais estabelecidas de diferenciação da qualidade da hipoteca subjacente e estas são usadas como base para a classificação dos RMBS do Grupo.

Hipotecas subprime: são os empréstimos para mutuários *sub-prime* tendo normalmente um mau histórico de crédito, que inclui atrasos no pagamento e problemas potencialmente mais graves, tais como sentenças judiciais e falências. Eles também podem apresentar capacidade de pagamento reduzida, conforme mensurada por *scores* de crédito, elevados rácios de endividamento ou outros critérios que indicam risco mais elevado de incumprimento.

Hipotecas não conformes (ou "Alt-A", usada para exposição nos EUA) têm uma maior qualidade de crédito do que as hipotecas *sub-prime*, mas inferiores aos mutuários *prime*. Dentro do sector das hipotecas dos EUA, as hipotecas não conforme são aquelas que não cumprem os critérios de concessão de empréstimos para agências de hipotecas da EUA (abaixo descritos). Para os créditos hipotecários não EUA, aplica-se um parecer na identificação de empréstimos com características semelhantes aos empréstimos não conformes dos EUA e incluem os empréstimos autocertificados. Alt-A descreve uma categoria de hipotecas em que os mutuantes consideram que o risco é superior ao das hipotecas *prime*, embora menor do que o de *sub-prime*. A taxa de juro é geralmente representativa do nível de risco associado.

Hipotecas garantidas são as hipotecas que fazem parte de uma emissão de títulos garantidos por hipotecas, por uma agência governamental, ou nos EUA por uma entidade que beneficia de uma garantia (directa ou indirecta) prestada pelo governo dos EUA. Para os RMBS dos EUA, esta categoria inclui, entre outros, os RMBS emitidos por Ginnie Mae, Freddie Mac e Fannie Mae. Para os RMBS europeus, ela inclui as hipotecas garantidas pelo governo holandês.

Outros hipotecas prime são hipotecas com uma qualidade de crédito mais elevada do que as hipotecas não conformes e *sub-prime* e excluem hipotecas garantidas.

Obrigações hipotecárias garantidas são títulos que recorrem a uma *pool* de activos hipotecários, onde os investidores têm preferência no caso de ocorrer um incumprimento. Estes activos subjacentes são separados dos outros activos detidos pela entidade emissora.

As tabelas abaixo mostram as exposições líquidas dos RMBS do Grupo e com valores por classificação de mensuração, o tipo de activo subjacente, as principais localizações geográficas do imovél pela qual a hipoteca é garantida e o ano em que a hipoteca subjacente foi originada.

	2008					2007				
			Prime					Prime		
	Sub-prime £m	Não conforme £m	Garantidos (2) £m	Outros (3) £m	Total £m	Sub-prime £m	Não conforme £m	Garantidos (2) £m	Outros (3) £m	Total £m
Exposição líquida (1):										
Detidos para negociação	345	346	18.631	5.140	24.462	3.497	2.913	15.627	13.068	35.105
Disponíveis para venda	572	2.184	22.546	19.148	44.450	139	865	16.539	10.332	27.875
Empréstimos e contas a receber	527	1.482	—	569	2.578	5	—	—	—	5
Designado ao justo valor	16	—	—	166	182	18	—	—	72	90
	1.460	4.012	41.177	25.023	71.672	3.659	3.778	32.166	23.472	63.075
Valores contabilísticos (2):										
Detidos para negociação	1.594	352	18.631	7.272	27.849	5.073	2.913	15.627	13.667	37.280
Disponíveis para venda	913	2.183	22.546	19.149	44.791	139	865	16.545	10.331	27.880
Empréstimos e contas a receber	566	1.482	—	570	2.618	5	—	—	—	5
Designado ao justo valor	16	—	—	166	182	18	—	—	72	90
	3.089	4.017	41.177	27.157	75.440	5.235	3.778	32.172	24.070	65.255

Notas:

(1) As exposições líquidas reflectem o efeito de protecção de cobertura comprados a seguradoras de *monolines* e outras contrapartes, mas exclui o efeito do ajustamento de avaliação de crédito de contraparte. O contabilístico é o valor registado no balanço.

(2) Exposições *prime* garantidas e valores contabilísticos incluem:
£7,6 mil milhões (2007 - £6,0 mil milhões) disponíveis para exposições venda garantida pelo governo holandês
£5,7 mil milhões (2007 - £5,0 mil milhões) garantidos pelo governo dos EUA através do Ginnie Mãe, dos quais £0,5 mil milhões (2007 - £0,3 mil milhões) são detidos para negociação
£27,8 mil milhões (2007 - £21,0 milhões) efectivamente garantidos pelo governo dos EUA através do seu apoio ao Freddie Mac e Fannie Mae, dos quais £18,1 mil milhões (2007 - £15,2 mil milhões) são detidos para negociação

(3) Outras hipotecas *prime* incluem £10,0 mil milhões (2007 - £7,8 mil milhões) abrangeu as obrigações hipotecárias europeias.

Estados Unidos	2008 Sub-prime £m	Não conforme £m	Prime Garantidos (2) £m	Prime Outros (3) £m	Total £m	2007 Sub-prime £m	Não conforme £m	Prime Garantidos (2) £m	Prime Outros (3) £m	Total £m
Exposição líquida										
Detidos para negociação	302	346	18.577	968	20.193	2.953	2.189	15.502	1.419	22.063
Disponíveis para venda	53	760	14.887	4.409	20.109	—	640	10.504	1.359	12.503
Empréstimos e contas a receber	3	—	—	215	218	—	—	—	—	—
	358	1.106	33.464	5.592	40.520	2.953	2.829	26.006	2.778	34.566
Valores contabilísticos										
Detidos para negociação	1.427	352	18.577	1.043	21.399	4.277	2.189	15.502	1.419	23.387
Disponíveis para venda	394	760	14.887	4.409	20.450	—	640	10.504	1.359	12.503
Empréstimos e contas a receber	3	—	—	215	218	—	—	—	—	—
	1.824	1.112	33.464	5.667	42.067	4.277	2.829	26.006	2.778	35.890
Dois quais originados em:										
- 2004 ou antes	474	122	5.534	709	6.839	746	165	2.532	406	3.849
- 2005	259	718	6.014	2.675	9.666	1.065	437	3.209	275	4.986
- 2006	718	115	1.689	614	3.136	1.734	1.188	5.557	1.017	9.496
- 2007 e depois	373	157	20.227	1.669	22.426	732	1.039	14.708	1.080	17.559
	1.824	1.112	33.464	5.667	42.067	4.277	2.829	26.006	2.778	35.890

Reino Unido	2008 Sub-prime £m	Não conforme £m	Prime £m	Total £m	2007 Sub-prime £m	Não conforme £m	Prime £m	Total £m
Exposição líquida								
Detidos para negociação	33	—	258	291	150	724	2.411	3.285
Disponíveis para venda	154	1.423	3.446	5.023	7	157	931	1.095
Empréstimos e contas a receber	205	1.482	118	1.805	5	—	—	5
Designados ao justo valor	16	—	166	182	18	—	72	90
	408	2.905	3.988	7.301	180	881	3.414	4.475
Valores contabilísticos:								
Detidos para negociação	70	—	1.345	1.415	150	724	2.740	3.614
Disponíveis para venda	154	1.423	3.446	5.023	7	157	935	1.099
Empréstimos e contas a receber	205	1.482	118	1.805	5	—	—	5
Designados ao justo valor	16	—	166	182	18	—	72	90
	445	2.905	5.075	8.425	180	881	3.747	4.808
Dois quais originados em:								
- 2004 ou antes	72	—	815	887	13	22	911	946
- 2005	42	652	1.000	1.694	1	10	512	523
- 2006	209	756	2.308	3.273	49	110	1.256	1.415
- 2007 e depois	122	1.497	952	2.571	117	739	1.068	1.924
	445	2.905	5.075	8.425	180	881	3.747	4.808

Europa	2008					2007				
			Prime					Prime		
	Sub-prime £m	Garantido £m	Coberto £m	Outros £m	Total £m	Sub-prime £m	Garantido £m	Coberto £m	Outros £m	Total £m
Exposição líquida										
Detidos para negociação	10	—	—	3.898	3.908	321	—	—	9,.57	9.478
Disponíveis para venda	57	7.642	10.040	1.106	18.845	—	6.012	7.822	57	13.891
Empréstimos e contas a receber	313	—	—	208	521	—	—	—	—	—
	380	7.642	10.040	5.212	23.274	321	6.012	7.822	9.214	23.369
Valores contabilísticos										
Detidos para negociação	30	—	—	4.839	4.869	324	—	—	9.429	9.753
Disponíveis para venda	57	7.642	10.040	1.107	18.846	—	6.012	7.822	57	13.891
Empréstimos e contas a receber	352	—	—	208	560	—	—	—	—	—
	439	7.642	10.040	6.154	24.275	324	6.012	7.822	9.486	23.644
Dois quais originados em:										
- 2004 ou antes	48	418	702	954	2.122	81	367	577	1.395	2.420
- 2005	17	1.165	2.993	1.090	5.265	33	1.117	2.160	1.946	5.256
- 2006	148	2.059	4.466	2.466	9.139	63	1.780	3.801	3.897	9.541
- 2007 e depois	226	4.000	1.879	1.644	7.749	147	2,748	1.284	2.248	6.427
	439	7.642	10.040	6.154	24.275	324	6.012	7.822	9.486	23.644

Em outras regiões geográficas não cobertas anteriormente, as carteiras RMBS incluíam:

- exposições líquidas RMBS de £314 milhões (2007 - £205 milhões), incluindo: detidos para negociação nada (2007 - £73 milhões); disponíveis para venda, £308 milhões (2007 - £132 milhões) e empréstimos e contas a receber £6 milhões (2007 – nada).
- Valores contabilísticos RMBS de £381 milhões (2007 - £454 milhões), incluindo: detidos para negociação £67 milhões (2007 - £322 milhões); disponíveis para venda, £308 milhões (2007 - £132) e de empréstimos e contas a receber £6 milhões (2007 – nulo).
- Exposições líquidas RMBS não conformes disponíveis para venda e valores contabilísticos de nada (2007 - £68 milhões).

A maior concentração de activos RMBS do Grupo está relacionada com uma carteira de *asset backed securities* de agências dos EUA, composta sobretudo por posições *vintage* do ano corrente de £33,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007: £26,0 mil milhões). Devido ao apoio explícito ou implícito do governo dos EUA nesses títulos, o risco de contraparte de crédito é baixo. Os prejuízos resultantes de variações no justo valor registado por estes activos foram comparativamente inferiores à dos outros RMBS. Os mercados financeiros e as condições económicas foram extremamente difíceis nos EUA ao longo de 2008, particularmente no último trimestre. As condições de crédito deterioraram-se e os mercados financeiros sofreram uma falta de liquidez generalizada e níveis elevados de volatilidade devido à uma desalavancagem forçada. A actividade de transacções na carteira de títulos foi reduzida devido à falta de liquidez do mercado em geral. As hipotecas residenciais foram afectadas pelo stress que os consumidores sofreram na depreciação dos preços da habitação, aumento do desemprego e restrições nas condições de crédito, resultando em maiores níveis de moras e de execuções hipotecárias. Em particular, a deterioração da economia e os mercados financeiros tiveram um impacto negativo na valorização, liquidez e qualidade dos títulos de crédito de marca própria.

O Citizens mantém uma carteira de títulos de investimento disponíveis para a venda para prestar um colateral de alta qualidade para proporcionar um amortecedor de liquidez e aumentar a receita. A dimensão da carteira tem sido relativamente estável até 2008, mas tanto a dimensão absoluta como relativa (% do activos ganho) diminuiu em 2006-2007. A carteira inclui *mortgage-backed securities* de alta qualidade, para garantir tanto a capacidade de garantia como a liquidez. As garantias do governo dos EUA sobre os MBS, explícitas ou implícitas, colocam a maior parte da carteira de crédito em condições seguras. As participações MBS não agências derivam o suporte de crédito de duas maneiras. Em primeiro lugar, há uma estruturação *senior* e subordinadas e o Citizens apenas detém as tranches mais *senior*. Em segundo lugar, há um colateral de grande qualidade a suportar o empréstimo. A qualidade do colateral é comprovado (a) pelos *vintages*, com 82% emitidas em 2005 e antes, (b) pelo rácio do principal sobre o activo (LTV) ponderado do mutuário de 65%, e (c) pela notação FICO média ponderada do mutuário de 734.

O grupo tem outras carteiras de RMBS de actividade de negociação secundárias, posições armazenadas previamente adquiridas com a intenção de posterior titularização e uma carteira de activos provenientes da reforma de um *securities arbitrage conduit*. Este *conduit* foi criado para beneficiar da margem entre os activos adquiridos e as obrigações emitidas. A maioria destes RMBS detidos para negociação foi agrupada para fins de gestão.

Alguns destes activos (£7,0 mil milhões) foram reclassificadas da categoria detidos para negociação para as categorias de empréstimos e contas a receber (£1,8 mil milhões) e disponíveis para venda durante o exercício (£5,2 mil milhões).

Globalmente, o Grupo reconheceu perdas significativas no justo valor dos activos RMBS durante o ano, devido à reduzida liquidez do mercado e deteriorações dos ratings de crédito desses activos. O Grupo tem reduzido a sua exposição aos RMBS predominantemente através de coberturas de justo valor e com a venda de activos durante o ano. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelo enfraquecimento da libra esterlina em relação ao dólar norte-americano e ao euro.

Commercial mortgage-backed securities (não auditado)

Os *commercial mortgage-backed securities* (CMBS) são títulos que são garantidos por empréstimos hipotecários sobre terrenos e edifícios comerciais. Os títulos são estruturados da mesma forma que os RMBS, mas normalmente os activos subjacentes referenciados terão um maior valor individual. O desempenho dos títulos depende significativamente do sector imobiliário comercial referenciado e da região geográfica.

O Grupo acumulou CMBS para efeitos de titularização e negociação secundária. As maiores detenções de CMBS surgiram como resultado da compra do Grupo de tranches *senior* em estruturas CMBS mezzanine e de alto grau a terceiros. Esses títulos são predominantemente cobertos por seguradoras *monolines*. Como resultado, o risco do Grupo é limitado à exposição de risco de crédito de contraparte pela cobertura. O grupo também detém CMBS decorrentes de operações de titularização de hipotecas comerciais europeias originadas pelo Grupo.

O seguinte quadro apresenta a composição das participações do Grupo em carteiras CMBS.

	2008					2007				
	EUA £m	RU £m	Europa £m	RdM(1) £m	Total £m	EUA £m	RU £m	Europa £m	RdM(1) £m	Total £m
Escritório	435	938	402	—	1.775	599	534	—	—	1.133
Uso misto	32	106	1.048	45	1.231	—	73	192	—	265
Saúde	805	143	—	—	948	1.210	—	—	—	1.210
Retalho	295	43	17	48	403	398	13	—	—	411
Indústria	24	13	81	—	118	61	—	—	100	161
Multifamiliar	40	—	49	—	89	48	—	—	—	48
Lazer	—	76	—	—	76	—	—	—	—	—
Hotel	40	35	—	—	75	36	—	—	—	36
Outro	474	41	49	48	612	932	530	765	64	2.291
	2.145	1.395	1.646	141	5.327	3.284	1.150	957	164	5.555

Nota;
(1) Resto do Mundo.

***Asset-backed collateralised debt obligations* e *collateralised loan obligations* (auditado)**

As *collateralised debt obligations* são títulos cujo desempenho está dependente de uma carteira de referência de activos titularizados subjacentes. Os activos de referência são compostos geralmente por ABS, mas podem incluir também outras classes de activos. Os *collateralised loan obligations* representam títulos em entidades de finalidade especial, cujos activos são primariamente fluxos de caixa de empréstimos alavancados subjacentes.

As exposições líquidas dos ABS CDO e CLO são compostas por:

	2008 £m	2007 £m
Super senior CDO	1.375	3.834
Outras CDO	1.465	1.569
CLO	3.443	4.082
	6.283	9.485

As exposições CDO do Grupo incluem CDO estruturadas pelo Grupo entre 2003 a 2007, que não puderam ser vendidas a terceiros devido à prevalecente iliquidez dos mercados, com exposição líquida de £1,4 mil milhões (2007 - £3,8 mil milhões), bem como a exposição líquida de outras CDO £1,5 mil milhões (2007 - £1,6 mil milhões) adquiridas a terceiros, algumas das quais estão integralmente cobertas por CDS com outros bancos ou seguradoras *monolines*.

Super Senior CDO

As Super senior CDO representam as posições mais *senior* numa CDO, tendo instrumentos de subordinação (normalmente representados por uma combinação de obrigações *equity*, *mezzanine* e *senior*) que absorvem as perdas antes da obrigação *super senior* ser afectada. As perdas apenas serão sofridas pelos titulares das obrigações *super senior* depois de um certo limiar de incumprimentos dos activos de referência subjacentes ter sido atingido. O limiar é normalmente referido em termos de percentagem de incumprimentos da restante *pool*, e é conhecido como o "*point attachment*". Estes instrumentos *super senior* têm um rating AAA no ponto de originação, ou são *senior* em relação a outras obrigações classificadas AAA na mesma estrutura. O nível de incumprimentos que ocorreram em recentes hipotecas *subprime vintage* e outras classes de activos tem sido superior ao inicialmente esperado. Isto significou que as posições subordinadas têm diminuído significativamente em valor, qualidade do crédito e rating e, como consequência, as tranches *super senior* dos CDO têm uma maior probabilidade de sofrer perdas do que na originação. Os ratings da maioria dos colaterais subjacentes estão agora *below investment grade*.

Dependendo da qualidade dos activos de referência subjacentes no momento da emissão, as tranches *super senior* serão classificados como de alto grau ou mezzanine. A maioria da exposição total do Grupo refere-se a tranches *super senior* de alto grau de ABS CDO. Ela é baseada na classificação original dos negócios derivados da qualidade de rating dos activos de referência subjacentes. O quadro abaixo resume os valores contabilísticos e as exposições líquidas depois da protecção de cobertura das *super senior* CDO do Grupo em 31 de Dezembro de 2008. O rating do colateral é determinado em função dos ratings S&P, quando disponíveis. Quando os ratings da S&P não estiverem disponíveis, têm sido utilizados os ratings Moody's e Fitch mais baixos.

	2008			2007		
	Alto grau £m	Mezzanine £m	Total £m	Alto grau £m	Mezzanine £m	Total £m
Exposição bruta	7.673	3.720	11.393	6.420	3.040	9.460
Ajustamento no justo valor	(3.423)	(691)	(4.114)	(3.347)	(1.250)	(4.597)
	4.250	3.029	7.279	3.073	1.790	4.863
Abatimentos em posição aberta líquida	(3.019)	(2.885)	(5.904)	(492)	(537)	(1.029)
Exposição líquida após coberturas	1.231	144	1.375	2.581	1.253	3.834
	%	%	%	%	%	%
Preço médio	29	6	21	84	70	79
Activos sub-prime RMBS subjacentes (originação)	69	91	79	69	91	79
Dos quais originados em:						
2005 e antes	24	23	24	24	23	24
2006	28	69	46	28	69	46
2007	48	8	30	48	8	30
Colateral por rating na data de relato: (2)						
AAA	14	—	9	36	—	23
BBB-e acima	35	5	24	62	31	51
Non-investment grade	51	95	67	2	69	26
Attachment point (3)	29	46	36	29	46	35
Attachment point após abatimento	77	97	88	40	62	50

Notas:
(1) O quadro acima inclui dados relativos a duas operações liquidadas no último trimestre de 2008 para garantir a coerência com os dados comparativos.
(2) As notações de crédito são baseadas na S&P, Fitch ou Moody's e foram expressas na escala da S&P.
(3) O *attachment point* é o nível mínimo de perdas numa carteira a que uma tranche está exposta, como percentagem da dimensão nocional total da carteira. Por exemplo, uma tranche de 5 – 10 % tem um *attachment point* de 5 % e um *detachment point* de 10%. Quando a perda acumulada do grupo de referência é apenas 5% do valor nocional inicial do grupo, a tranche não será afectada. Contudo, quando a perda excede 5%, qualquer nova perda será deduzida do capital nocional da tranche até ao *detachment point*, 10%, ser atingido.

A variação na exposição líquida no exercício é analisada abaixo.

	Alto grau £m	Mezzanine £m	Total £m
Exposição líquida em 1 de Janeiro de 2008	2.581	1.253	3.834
Efeito líquido na demonstração de resultados	(1.836)	(1.140)	(2.976)
Divisas e outros movimentos	486	31	517
Exposição líquida em 31 de Dezembro de 2008	1.231	144	1.375

Exposições *super senior* de alto grau

Como ilustrado no quadro abaixo, a maioria das exposições *super senior* de alto grau do Grupo representam títulos detidos nas estruturas CDO originadas pelo Grupo.

	Exposição bruta £m
Negócios originados no Grupo	6.776
Estruturas de terceiros	897
	7.673

Na originação, os activos de referência das estruturas de alta grau, predominantemente compostas por tranches de *investment grade* de titularizações de hipotecas residenciais de *sub-prime*, juntamente com outras tranches *senior* de alguma combinação de activos ABS, incluindo *prime* e Alt-A RMBS, CMBS, *trust preferred* ABS, empréstimos a estudantes garantidos por activos ABS e CDO. Os activos subjacentes referenciados por esses títulos *super senior* são principalmente de *vintages* (o ano em que o empréstimos subjacente foi originado) mais recentes, com 48%, sendo de 2007. Geralmente, os empréstimos das *vintages* mais recentes têm descontos maiores, e a falta de um mercado activo para os títulos. Algumas das participações do Grupo (£3,4 mil milhões) foram cobertas com contrapartes *monoline* (ver página 135).

Mezannine super senior CDO

As tranches de CDO sofreram um maior nível de queda do preço das tranches de alto grau devido à qualidade de crédito relativa dos activos subjacentes. Como mostrado no quadro seguinte, a maioria das exposições *mezzanine super senior* do Grupo representam os títulos retidos nas estruturas CDO originadas pelo Grupo.

	Exposição bruta £m
Negócios originados no Grupo	3.565
Estruturas de terceiros	155
	3.720

Outros CDO

A exposição líquida a outras *senior* CDO do Grupo foi de £1,5 mil milhões depois de proteção de cobertura com contrapartes bancárias ou *monoline*. As exposições não cobertas incluem CDO representando posições menores, com vários tipos de colaterais subjacentes, rating e características de *vintage*. As posições cobertas com protecção de derivados de bancos incluem várias posições referenciando *vintages* iniciais de activos RMBS e outros ABS. Por conseguinte, o Grupi não tem uma exposição líquida a certos CDO antes do ajustamento de avaliação de crédito. Devido ao *vintage* inicial, os activos subjacentes a estas estruturas não se deterioraram no mesmo grau que os valores mobiliários emitidos mais recentemente. A protecção comprada é de bancos em contraste a seguradoras *monoline* e os ajustamentos de avaliação de crédito nos bancos é menor do que nas seguradoras *monoline*.

Adicionalmente, o Grupo tem uma exposição que, embora não estruturada como uma garantia *super senior*, incorpora características de risco semelhantes. A exposição resulta de opções vendidas a uma estrutura de *conduit* de terceiros numa carteira de ABS. O grupo assumiu o risco desses títulos somente após a primeira protecção de perdas ter sido corroída. O Grupo também tem protecção comprada contra o resto desta exposição através de um CDS comprado a uma seguradora *monoline*.

O Grupo detém outras posições de obrigações subordinadas em veículos CDO que sofreram reduções significativas no valor desde o início. A maioria destas posições é composta por obrigações juniores que foram integralmente abatidas pelo Grupo sem exposição em curso remanescente à data do balanço.

CLO

As *collateralised loan obligations* representam títulos em entidades de finalidade especial (SPE), cujos activos são principalmente os fluxos de caixa dos empréstimos alavancados subjacentes.

O Grupo detém exposições CLO resultantes de uma série de actividades de negociação. Elas consistem em exposições retidas pelo Grupo e de obrigações compradas a estruturas terceiras. O Grupo detém títulos *super senior* em duas estruturas CLO que foram originadas pelo Grupo em 2005 e 2007. O colateral subjacente destas estruturas refere-se predominantemente a empréstimos alavancados.

£2,3 mil milhões desses recursos foram reclassificados da categoria detidos para negociação para as categorias de empréstimos e contas a receber (£0,8 mil milhões) e disponíveis para venda (£1,5 mil milhões) durante o ano.

Outros asset backed securities (auditado)

Os outros *asset backed securities* são títulos emitidos por veículos de titularização, semelhantes aos das estruturas RMBS e CMBS, em que a referência são activos geradores de caixa em vez de hipotecas. A grande variedade de activos subjacentes de referência resulta em diferentes níveis de desempenho dos activos.

O Grupo tem acumulado desses activos de uma série de actividades de negociação e financiamento. O valor contabilístico dos outros *asset backed securities* por tipo de activo subjacente e região geográficas são apresentados a seguir.

Os outros *asset backed securities* do Grupo (valor contabilístico) por tipo de activo subjacente e região geográfica são apresentados a seguir.

	2008					2007				
	EUA £m	RU £m	Europa £m	RdM £m	Total £m	EUA £m	RU £m	Europa £m	RdM £m	Total £m
Obrigações garantidas	—	—	3.301	—	3.301	—	—	2.895	—	2.895
Auto	97	29	466	13	605	156	36	108	13	313
Equipamento	15	—	—	16	31	60	20	20	7	107
Outros de consumo	956	428	118	729	2.231	384	17	56	6	463
Utilities e energia	47	19	48	143	257	99	35	34	13	181
Locações de aeronaves	459	24	—	273	756	287	36	36	141	500
Outras locações	1	525	455	—	981	378	135	133	50	696
Contas a recever de comércio	15	8	—	—	23	68	24	24	9	125
Filme / entretenimento	134	—	—	—	134	84	30	29	11	154
Empréstimos a estudantes	953	—	—	—	953	629	32	32	12	705
Outros	905	588	711	263	2.467	2.797	1.120	1.200	339	5.456
	3.582	1.621	5.099	1.437	11.739	4.942	1.485	4.567	601	11.595

As obrigações garantidas incluem *asset-backed securities* emitidos por várias instituições financeiras espanholas. Estes títulos beneficiam do incremento da qualidade creditícia adicional fornecido pela instituição emissora. Os outros tipos de activos importantes que aumentaram desde 2007 incluem outros créditos ao consumo em £1,8 mil milhões, locações em £0,5 mil milhões e empréstimos aos estudantes em £0,2 mil milhões. Estes e outros aumentos foram impulsionados pelo enfraquecimento da libra esterlina em relação ao dólar norte-americano e ao euro.

Outras exposições relacionadas com hipotecas (não auditado)

Os empréstimos totais e facilidades de custódia do Grupo colateralizados por hipotecas são analisados a seguir. Estas facilidades relacionam-se principalmente com as hipotecas do Reino Unido e europeias com as hipotecas EUA representando £260 milhões de todos os empréstimos, dos quais mais de 75% incluem hipotecas *prime*.

	2008		2007	
	Empréstimos totais £m	Facilidade de custódia £m	Empréstimos totais £m	Facilidade de custódia £m
Prime	1.905	1.731	453	575
Comercial	1.262	409	2.200	900
Não-conforme	1.396	1.019	57	1.445
Sub-prime	27	—	97	—
	4.590	3.159	2.807	2.920

Ajustamentos de avaliação de contraparte (auditado)

Ajustamentos de avaliação de crédito

Os ajustamentos de avaliação de crédito (CVA) representam uma estimativa do ajustamento ao justo valor que o participante de incorporar o risco de crédito inerente em exposições de derivados de contraparte. Durante 2008, conforme os spreads de crédito aumentaram, houve um aumento significativo no CVA conforme estabelecido no quadro abaixo.

	2008 £m	2007 £m
Seguradores *monoline*	5.988	862
CDPC	1.311	44
Outras contrapartes	1.738	263
Total de ajustamentos CVA	9.037	1.169

O aumento dos spreads de crédito das contrapartes de empresas e instituições financeiras durante o exercício contribuiu para um aumento significativo no nível dos ajustamentos CVA registados em todas as contrapartes, em especial as seguradoras *monolines* e sociedades de produtos de derivados de crédito (CDPC).

O CVA das seguradoras *monoline* é calculado numa base negócio a negócio, e é derivado utilizando spreads de crédito de *monolines* de mercado observáveis. A maioria dos CVA de *monolines* é tomada contra exposições de cobertura de derivados de crédito ao ABS. O CVA das CDPC é calculado utilizando uma abordagem semelhante. No entanto, na ausência de spreads de crédito de mercado observáveis, o custo da cobertura do risco de contraparte é estimado através da análise das operações subjacentes e as despesas de cobertura das perdas esperadas por incumprimento em excesso do capital disponível em cada veículo. O CVA para todas as outras contrapartes, incluindo aquelas em relação aos derivados com bancos, é calculado numa base negócio a negócio, o que reflecte o custo estimado de cobertura do risco através de derivados de crédito, ou com base na carteira reflectindo uma estimativa do montante que um terceiro iria cobrar para assumir o risco.

Seguradoras monolines

O grupo adquiriu a protecção a seguradoras *monolines*, principalmente contra ABS, CDO e CLO específicos. As seguradoras *monolines* são entidades que se especializam em fornecer protecção de crédito contra os fluxos de caixa nocionais e de taxas de juro devidos aos detentores de instrumentos de dívida em caso de incumprimento pela contraparte dos títulos de dívida. Essa protecção é normalmente realizada sob a forma de derivados como os *credit default swaps* (CDS) referenciando-se aos riscos subjacentes detidos pelo Grupo.

Durante o ano, o valor de mercado dos títulos protegidos por seguradoras *monolines* continuou a diminuir, à medida que os mercados se deterioraram. Como o valor justo dos activos protegidos diminuiu, o justo valor da protecção CDS das seguradoras *monolines* aumentou. Como as seguradoras *monolines* concentraram as suas exposições aos riscos do mercado de crédito, a sua qualidade de crédito percebida deteriorou-se conforme aumentaram as preocupações sobre a capacidade dessas contrapartes para cumprir as suas obrigações contratuais. Isso resultou em níveis aumentados de CVA a ser registado na protecção de activos.

A alteração na exposição durante o ano foi impulsionada pelo aumento do valor da protecção derivada adquirida e na apreciação do dólar norte-americano contra a libra esterlina, pois todas as posições significativas estavam denominadas em dólares norte-americanos. A combinação de uma maior exposição e um aumento dos spreads de crédito aumentou o nível de CVA necessário. No final do ano, o Grupo chegou a acordo sobre um conjunto de contratos com uma contraparte *monoline*, reduzindo assim a exposição global.

Os quadros a seguir analisam as participações do Grupo de CDS com contrapartes *monoline*

	2008 £m	2007 £m
Exposição bruta a *monolines*	11.581	3.409
Coberturas com contrapartes bancárias	(789)	—
Ajustamento de avaliação de crédito	(5.988)	(862)
Exposição líquida a *monolines*	4.804	2.547

A variação no CVA é analisado no quadro abaixo:

	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	862
CVA realizado em 2008	(1.737)
Benefício líquido em coberturas de contraparte	304
Variações cambiais	1.086
Benefício líquido em títulos de dívidas reclassificados	1.916
Efeito líquido na demonstração de resultados	3.557
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	5.988

	2008				2007			
	Montantes nocionais activos protegidos £m	Justo valor activos protegidos £m	Exposição bruta £m	Ajustamento de avaliação de crédito £m	Montantes nocionais activos protegidos £m	Justo valor activos protegidos £m	Exposição bruta £m	Ajustamento de avaliação de crédito £m
Rating AAA/AA	—	—	—	—	4.976	3.006	1.970	150
CDO	3	2	1	—	73	73	—	—
RMBS	613	496	117	51	3.731	3.421	310	34
CMBS	6.506	4.882	1.624	718	9.941	9.702	239	44
CLO	1.548	990	558	251	4.553	4.388	165	14
Outros ABS	267	167	100	47	622	516	106	1
Outros	—	—	—	—	4.976	3.006	1.970	150
	8.937	6.537	2.400	1.067	23.896	21.106	2.790	243
Rating A/BBB								
CDO de RMBS	5.385	1.363	4.022	1.938	—	—	—	—
RMBS	90	63	27	10	—	—	—	—
CMBS	4.236	1.892	2.344	1.378	—	—	—	—
CLO	6.009	4.523	1.486	778	—	—	—	—
Outros ABS	910	433	477	243	—	—	—	—
Outros	265	122	143	79	—	—	—	—
	16.895	8.396	8.499	4.426	—	—	—	—
Sub-investment grade								
CDO de RMBS	394	32	362	263	918	453	465	465
RMBS	—	—	—	—	—	—	—	—
CMBS	—	—	—	—	—	—	—	—
CLO	350	268	82	60	—	—	—	—
Outro ABS	1.208	1.037	171	123	—	—	—	—
Outro	237	169	68	49	154	—	154	154
	2.189	1.506	683	495	1.072	453	619	619
Total								
CDO de RMBS	5,779	1,395	4,384	2,201	5,894	3,459	2,435	615
RMBS	93	65	28	10	73	73	—	—
CMBS	4,849	2,388	2,461	1,429	3,731	3,421	310	34
CLO	12,865	9,673	3,192	1,556	9,941	9,702	239	44
Outro ABS	3,666	2,460	1,206	617	4,553	4,388	165	14
Outro	769	458	311	175	776	516	260	155
	28,021	16,439	11,582	5,988	24,968	21,559	3,409	862

O Grupo também possui uma exposição indirecta através de títulos e activos englobados que têm uma melhoria de qualidade creditícia intrínseca de uma seguradora *monoline*. Estes títulos são negociados com o benefício de melhoria de crédito e, portanto, qualquer deterioração na notação de crédito da *monoline* reflecte-se nos preços de mercado para esses activos.

Sociedades de produtos de derivados de crédito

Uma sociedade de produtos de derivativos de crédito (CDPC) é uma empresa que vende protecção de sobre derivados de crédito. As CDPC são semelhantes às seguradoras *monolines*. No entanto, ao contrário de seguradoras *monolines*, elas não são regulamentadas como seguradoras.

O Grupo tem £4,8 mil milhões de exposições com CDPC relacionam-se predominantemente com derivados de crédito em tranches. Os derivados de crédito em tranches têm uma exposição a certas perdas por incumprimento que surgem na carteira de referência dos activos. O Grupo comprou protecção de derivados de crédito em tranches às CDPC. As carteiras de referência dos activos são predominantemente empréstimos e obrigações de *investment grade* e, em média, os negócios têm a exposição às perdas total por incumprimento de carteira que exceder 16% da carteira nocional até um nível de 50%. Os spreads CDS aumentaram e a protecção do crédito se tornou mais valiosa e a exposição bruta a contrapartes CDPC aumentou. Ao mesmo tempo, a qualidade de crédito das contrapartes CDPC diminuiu, reflectindo o impacto negativo do seu risco de crédito concentrado num mercado em declínio. Como resultado, os ajustamentos CVA tomados contra a exposição a estas contrapartes aumentou significativamente, como acima descrito.

Os quadros abaixo apresentam uma comparação dos activos protegidos e o justo valor e o CVA da protecção CDPC.

	2008 £m	2007 £m
Exposição bruta a CDPC	4.776	863
Ajustamento de avaliação de crédito	(1.311)	(44)
Exposição líquida a CDPC	3.465	819

	2008				2007			
	Montantes nocionais activos protegidos £m	Justo valor activos protegidos £m	Exposição bruta £m	Ajustamento de avaliação de crédito £m	Montantes nocionais activos protegidos £m	Justo valor activos protegidos £m	Exposição bruta £m	Ajustamento de avaliação de crédito £m
Rating AAA/AA	19.092	15.466	3.626	908	20.605	19.742	863	44
Rating A/BBB	6.147	4.997	1.150	403	—	—	—	—
	25.239	20.463	4.776	1.311	20.605	19.742	863	44

O movimento em nenhum ano de CDPC CVA CVA é analisado a seguir:

	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	44
Benefício líquido em coberturas CVA	533
Benefício líquido em coberturas cambiais	119
Efeito líquido na demonstração de resultados	615
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1.311

Alavancagem financeira (auditada)

A *Leveraged Finance* é comumente empregada para facilitar as operações de finanças empresariais, tais como aquisições ou *buy-outs*. Um banco na qualidade de *lead manager* suvscreverá normalmente o empréstimo, sozinho ou com outros, e então sindicá-lo-á o a outros participantes.

A carteira de empréstimos sindicados do Grupo representa montantes retidas de posições subscritas, onde o Grupo foi o *lead manager* ou tomador firme, em excesso da participação de longo prazo prevista do Grupo.

Desde o início da perturbação do mercado de crédito no segundo semestre de 2007 que o apetite dos investidores pelo risco com empréstimos alavancados e similares activos de risco caiu drasticamente, com os preços secundários a caírem devido à pressão de venda e aumento das margens, afectando também assim o mercado primário. Houve um pequeno número de operações executadas no primeiro semestre de 2008, que foram muito menos significativa no montante e alavancagem globais e que tiveram preços inferiores ao de meados de 2007. Os esforços concertados para venda de posições durante o primeiro semestre de 2008 apenas tiveram sucesso parcial, devido à rápida mudança nas condições de mercado desde a originação dos empréstimos. A maioria dos empréstimos de *leveraged finance* foram reclassificados da categoria detidos para negociação para a categoria de empréstimos e contas a receber no segundo semestre de 2008.

O quadro abaixo mostra o valor contabilístico das exposições de *leveraged finance* por actividade e zona geográfica.

	2008					2007 (1)				
	Américas £m	RU £m	Europa £m	RdM £m	Total £m	Américas £m	RU £m	Europa £m	RdM £m	Total £m
TMT	1.681	628	402	45	2.756	6.924	424	482	25	7.855
Retalho	166	550	707	21	1.444	542	1.318	800	49	2.709
Indústria	280	391	413	—	1.084	249	2.003	1.074	44	3.370
Outra	11	552	141	35	739	25	339	271	13	648
	2.138	2.121	1.663	101	6.023	7.740	4.084	2.627	131	14.582
Dos quais:	31	31	41	—	103	7.607	3.694	689	51	12.041
Detidos para negociação	2.107	2.090	1.622	101	5.920	133	390	1.938	80	2.541
Empréstimos e contas a receber	2.138	2.121	1.663	101	6.023	7.740	4.084	2,627	131	14.582
	31	31	41	—	103	7,607	3.694	689	51	12.041
Dos quais:	2.081	2.090	1.453	94	5.718	2.249	4.025	2.478	122	8.874
Utilizados	57	31	210	7	305	5.491	59	149	9	5.708
Não Utilizados	2.138	2.121	1.663	101	6.023	7.740	4.084	2.627	131	14.582
	2.081	2.090	1.453	94	5.718	2.249	4.025	2.478	122	8.874

Nota:
(1) *Leveraged finance* como divulgado anteriormente para 31 de Dezembro de 2007 foi alinhada com as definições utilizadas em 2008 e, por conseguinte é £76 milhões superior ao anteriormente publicado.

O quadro a seguir apresenta o movimento nos valores declarados acima.

	Detidos para venda			Empréstimos e contas a receber		
	Utilizado £m	Não utilizado £m	Total £m	Utilizado £m	Não utilizado £m	Total £m
Em 1 de Janeiro de 2008	6.516	5.525	12.041	2.358	183	2.541
Reclassificações	(3.602)	—	(3.602)	3.602	—	3.602
Reclassificações – efeitos nos resultados	216	—	216	19	—	19
Adições	1.171	682	1.853	235	—	235
Vendas	(3.826)	(1.882)	(5.708)	(473)	(81)	(554)
Perdas realizadas em vendas	(298)	—	(298)	(197)	—	(197)
Negócios financiados	1.298	(1.298)	—	—	—	—
Negócios prescritos/falhados	(415)	(3.738)	(4.153)	(173)	—	(173)
Variação no justo valor	(462)	(156)	(618)	n/a	n/a	n/a
Provisões para imparidades	n/a	n/a	n/a	(1.191)	—	(1.191)
Câmbio e outros movimentos	211	161	372	1.603	35	1.638
Alteração de apresentação	(778)	778	—	(96)	96	—
Em 31 de Dezembro 2008	31	72	103	5.687	233	5.920

Além da carteira de *leveraged finance* sindicada acima discutida, o Grupo tem £7 mil milhões de posições de carteira, principalmente para empresas europeias, que foram classificados como empréstimos e contas a receber desde a originação.

SPE e *conduits*

SPE (auditado)

O grupo organiza titularizações para facilitar as operações dos clientes e realiza titularização para vender activos financeiros ou financiar carteiras de activos específicas. O Grupo também actua como tomador firme e depositário em operações de titularização que envolvam o cliente e operações proprietárias. Numa titularização, activos ou juros numa *pool* de activos são geralmente transferidos para uma entidade de finalidade específica (SPE), que depois emite responsabilidades para investidores terceiros. As SPE são veículos estabelecidos para uma finalidade específica limitada, normalmente não realiza um negócio ou comércio e, tipicamente, não tem empregados. Elas tomam uma variedade de formas jurídicas – *trusts*, parcerias e sociedades – e cumprem muitas funções diferentes. Para além de serem um elemento-chave das operações de titularização, as SPE são também utilizados em actividades de gestão de fundos para segregar funções de custódia da assessoria de gestão do fundo prestada pelo Grupo.

É sobretudo a extensão dos riscos e recompensas assumidos que determina se essas entidades são consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo. A secção seguinte visa abordar as exposições significativas que decorrem as actividades do Grupo através de tipos específicos de SPE.

O Grupo patrocina e organiza operações de titularização de activos próprios, onde a venda de activos ou juros numa *pool* de activos numa SPE é financiada através da emissão de títulos aos investidores. A *pool* de activos detidos pela SPE pode ser originada pelo Grupo, ou (no caso de programas de empréstimo) adquiridos a terceiros e podem ter diferentes qualidades de crédito. Os investidores em títulos de dívida emitidos pela SPE são recompensados através de retornos ligados ao crédito, de acordo com o rating de crédito dos seus títulos. A maioria das operações de titularização é suportada por facilidades de liquidez, outros incrementos de qualidade creditícia e coberturas de derivados realizados por instituições financeiras, algumas das quais oferecem protecção contra incumprimentos iniciais na *pool* de activos. Posteriormente, as perdas são absorvidas pelos investidores com as obrigações de ranking mais baixo na prioridade dos pagamentos. Os investidores com títulos de dívida mais alto do ranking estão normalmente protegidos contra perdas, já que perdas subsequentes podem desencadear o reembolso do seu capital inicial.

O Grupo emprega também estruturas sintéticas, onde os activos não são vendidos à SPE, mas os derivados de crédito são usados para transferir o risco de crédito dos activos para uma SPE. Os títulos poderão ser então emitidos pela SPE aos investidores, sobre a protecção de crédito vendida ao Grupo pela SPE.

Em geral, as hipotecas residenciais e comerciais e saldos de cartões de crédito formam os tipos de activos geralmente incluídos em operações de titularização de caixa, enquanto os empréstimos a empresas e hipotecas comerciais servem como obrigações de referência em titularizações sintéticas.

O Grupo patrocina titularizações de activos próprios, como forma de diversificar as fontes de financiamento, gerir concentrações de risco específicas e alcançar a eficiência do capital. O Grupo compra os títulos emitidos na titularização de activos próprios criadas para fins de financiamento. Durante 2008, o Grupo era capaz de garantir *asset-backed securities* com classificação AAA como colateral para acordos de recompra com os principais bancos centrais ao abrigo de esquemas como o Esquema de Liquidez Especial do Banco de Inglaterra, lançado em Abril 2008, que permitiu aos bancos fazer o swap temporário de títulos garantidos por activos e outros de alta qualidade por bilhetes de tesouro do Reino Unido. Esta prática tem contribuído para as fontes de financiamento do Grupo durante 2008, em face da contração no mercado do Reino Unido para os empréstimos interbancários e da base de investidores para efeitos de titularização.

O grupo normalmente não retém a maioria dos riscos e recompensas da titularização de activos próprios, criado para fins de diversificação do risco e da eficiência do capital, onde a maioria dos investidores tendem a ser terceiros. Por conseguinte, o Grupo não é normalmente obrigado a consolidar as SPE relacionadas.

O grupo também estabeleceu programas de titularização de empréstimo inteiro nos EUA e Reino Unido, onde os activos originados por terceiros são guardados pelo Grupo para titularização. A maioria desses veículos não está consolidada no Grupo, já que não estão expostos aos riscos e recompensas da propriedade.

Conduits (auditado)

O Grupo de patrocina e administra uma série de *conduits* de *asset-backed commercial paper* (ABCP). O *conduit* é uma SPE que emite papel comercial e utiliza os proveitos para comprar ou financiar uma *pool* de activos. O papel comercial é garantido por activos e é resgatado, quer mediante a emissão de papel comercial complementar, o reembolso dos activos de levantamentos de liquidez. O papel comercial é tipicamente de curto prazo – o período de tempo da emissão ao vencimento do papel é normalmente até três meses.

Os *conduits* do Grupo podem ser divididos em *multi-seller conduits* e *conduits* de activos próprios. Em consonância com as práticas do mercado, o Grupo consolida ambos os tipos de *conduit* onde está exposta à maioria dos riscos e recompensas de propriedade destas entidades. O Grupo também alarga autorizações de liquidez para *multi-seller conduits* patrocinados por outros bancos, mas normalmente não consolida essas entidades, pois não está exposta a maioria dos riscos e recompensas.

Financiamento e liquidez

Os *multi-seller conduits* mais significativos do Grupo continuaram até agora a financiar a maior parte dos seus activos apenas por meio da emissão de ABCP. Houve perturbações significativas da liquidez nos mercados financeiros durante o ano seguinte à declaração de falência do Lehman Brothers, em Setembro 2008 e isso exigiu que uma pequena quantidade dos activos detidos em determinados *conduits* tivessem que ser financiados pelo Grupo e não por meio da emissão ABCP. Até ao final de 2008 houve uma melhoria nas condições de mercado, apoiada por iniciativas dos bancos centrais, o que permitiu o financiamento normal por ABCP substituísse este financiamento dos *conduits* pelo Grupo.

O prazo médio dos ABCP emitidos pelos *conduits* do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 foi de 72,1 dias (2007 - 60,9 dias).

O total de activos detidos por *conduits* patrocinados pelo Grupo é de £49,9 mil milhões (2007 - £48,1 mil milhões). Uma vez que estas facilidades de liquidez são sancionadas com base no total de compromissos de compra do *conduit*, os compromissos de facilidade de liquidez excederá o nível dos activos detidos, com a diferença a representar os compromissos não utilizados.

O Grupo valoriza a flexibilidade de financiamento e liquidez proporcionada pelo mercado de ABCP para financiar activos originados pelo cliente e Grupo. Embora haja planos para diminuir o negócio de *multi-seller conduits* em consonância com o balanço do Grupo, o Grupo está analisar o potencial para novas estruturas de *conduits* de activos próprios para acrescentar a diversidade de financiamento.

Multi-seller conduits

Os *multi-seller conduits* foram estabelecidos pelo Grupo com a finalidade de proporcionar aos seus clientes o acesso a fontes de financiamento diversificadas e flexíveis. Um *multi-seller conduit* normalmente compra ou financia activos originados pelos clientes dos bancos. Os *multi-seller conduits* constituem a grande maioria dos negócios de *conduits* do Grupo (69,4% da liquidez total e incrementos de qualidade creditícia assumida pelo Grupo). O Grupo patrocina seis *multi-seller conduits* que financiam activos da Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico.

Os bens adquiridos ou financiados pelos *multi-seller conduits* incluem crédito automóvel, hipotecas residenciais, saldos de cartões de créditos, crédito ao consumo e dívidas de clientes comerciais. Todos os activos detidos pelos *conduits* estão registados no balanço do Grupo, quer como empréstimos e contas a receber ou como títulos de dívida.

Os activos de terceiros financiados por *conduits* estão estruturados com um grau significativo de incremento de qualidade creditícia de primeira perda proporcionado pelos originadores dos activos. Este incremento de qualidade creditícia, que é específica a cada transacção, pode assumir a forma de excesso colateralização, excesso de *spread* ou empréstimo subordinado e, normalmente, assegura que o activo do *conduit* tem um rating equivalente, pelo menos, um único crédito *single-A*. Além disso, e em consonância com a prática generalizada do mercado, o Grupo oferece uma pequena camada de segunda perda da protecção do programa para *multi-seller conduits*. Dada a natureza e a qualidade equivalente a *investment grade* do incremento de primeira perda proporcionado pelas estruturas, o Grupo tem apenas um risco mínimo de perda na exposição de todo o seu programa. O ABCP emitido é classificado como P-1/A1 pela Moody's e Standard & Poor's.

O Grupo fornece facilidades de liquidez de apoio aos *conduits* que patrocina. Estas facilidades podem ser utilizadas por *conduits* no caso de uma ruptura no mercado de ABCP, ou quando determinados desencadeadores ocorrem e que impedem a emissão de ABCP. Para um número muito pequeno de transacções dentro de dois *multi-seller conduits* patrocinados pelo Grupo essas facilidades de liquidez foram fornecidas por bancos terceiros. Isso normalmente ocorre em operações em que o banco terceiro não usa, ou tem, os seus próprios veículos de *conduit*. A emissão de papel comercial em *conduit* é gerida de forma que a disseminação das datas de vencimento do ABCP emitido mitiga o risco de liquidez contingente a curto prazo do fornecimento de facilidades de apoio. Os limites sancionados para estas facilidades em 31 de Dezembro de 2008 totalizaram cerca de £42,9 mil milhões (2007 - £49,2 mil milhões).

O máximo de exposição do grupo à perda nos seus *multi-seller conduits* é de £43,2 mil milhões (2007 - £49,4 mil milhões), sendo o montante total os compromissos das facilidades de liquidez do Grupo mais a extensão dos incrementos de qualidade creditícia ao nível de programa, que se referem a activos do *conduit* para os quais foram proporcionadas facilidades por terceiros.

Conduits de activos próprios

O Grupo também possui três *conduits* de activos próprios que financiam activos que foram financiados no passado pelo Grupo. Estes veículos representam 25% dos negócios de *conduits* do Grupo (como percentagem do total de liquidez e de incrementos de qualidade creditícia assumidos pelo grupo), sendo £14,8 mil milhões de ABCP em circulação em 31 de Dezembro de 2008 (2007 - £10,4 mil milhões). O máximo de exposição do grupo à perda nos seus *conduits* de activos próprios é de £15,9 mil milhões (2007 - £13,5 mil milhões), sendo o montante total realizado e não realizado dos compromissos de liquidez do Grupo para estes *conduits*.

Securitisation arbitrage conduits

O Grupo deixou de patrocinar quaisquer *securitisation arbitrage conduits*. Como parte da integração do ABN AMRO e uma revisão estratégica do negócio de *conduits*, o único *securitisation arbitrage conduit* foi dissolvido em 2008. Todos os seus activos foram transferidos para uma unidade de activos geridos centralmente para esgotamento ou venda.

A exposição do Grupo aos seus *conduits* consolidados, incluindo aqueles a que o Grupo está exposto economicamente e aqueles que são partilhados com os outros membros do consórcio, como do seu envolvimento de *conduits* de terceiros é definida no quadro que se segue.

	2008			2007 (1)		
	Conduits consolidados £m	Terceiro £m	Total £m	Conduits consolidados £m	Terceiro £m	Total £m
Total de activos detidos pelos conduits	49.857			48.070		
Papel comercial emitido	48.684			46.532		
Liquidez e incrementos de qualidade creditícia:						
liquidez utilizada em negócio específico						
- utilizada	1.172	3.078	4.250	1.537	2.280	3.817
- não utilizada	57.929	198	58.127	61.347	490	61.837
liquidez a nível do programa						
- utilizada	—	102	102	—	250	250
- não utilizada	—	504	504	75	899	974
Incrementos de qualidade creditíca a nível do programa (2)	2.391	—	2.391	3.096	—	3.096
	61.492	3.882	65.374	66.055	3.919	69.974
Máximo de exposição à perda (3)	59.101	3.882	62.983	62.959	3.919	68.878

Notas:

(1) Total de activos detidos por *conduits* e papel comercial emitido a 31 de Dezembro de 2007 incluíam:

- £5,2 mil milhões de activos e papel comercial emitido relativos ao *securitisation arbitrage conduit* do Grupo que foi dissolvido em 2008
- £10,7 mil milhões de activos (empréstimos empresariais) e £10,5 mil milhões de papel comercial emitido relativa a um *conduit* partilhado – ver abaixo.
- £1,3 mil milhões de activos relativos a *conduits* reactivados que começaram a emitir papel comercial no segundo semestre de 2008.

(2) Programa global de incremento de qualidade creditícia.

(3) O máximo de exposição à perda é determinado como a perda máxima, sendo o montante máximo que os mutuários podem retirar das suas facilidades de *conduit* para o qual o Grupo providenciou facilidades de liquidez e de crédito assumidas.

A exposição do Grupo de *conduits* partilhados com os outros membros do consórcio é a seguinte:

	2008 £m	2007 £m
Total de activos detidos pelos *conduits*	13.286	10.650
Papel comercial emitido	13.028	10.452
Liquidez e incrementos de qualidade creditícia:		
liquidez utilizada em negócio específico	258	198
- utilizada	13.566	11.868
	13.824	12.066
Máximo de exposição às perdas	13.824	12.066

Análise de garantias, zona de geográfica, perfil, notações de crédito e vida média ponderada dos activos em activos relacionados com *conduits* consolidados do Grupo e compromissos não utilizados relacionados são apresentados no quadro a seguir.

	2008						2007					
	Activos financiados						Activos financiados					
	Emprés-timos £m	Títulos £m	Total £m	Não utilizados £m	Liquidez de terceiros £m	Exposição total £m	Emprésti-mos £m	Títulos £m	Total £m	Não utilizados £m	Liquidez de terceiros £m	Exposição total £m
Crédito automóvel	9.924	383	10.307	1,871	—	12.178	8.066	578	8.644	3.701	(102)	12.243
Empréstimos a empresas	430	11.042	11.472	534	—	12.006	36	8.927	8.963	1.390	—	10.353
Saldos de cartões de crédito	5.844	—	5.844	922	—	6.766	5.104	90	5.194	1.206	—	6.400
Dívidas comerciais clientes	2.745	—	2.745	1.432	(71)	4.106	3.068	320	3.388	2.386	—	5.774
Empréstimos de estudantes	2.555	—	2.555	478	(132)	2.901	335	262	597	1.082	(132)	1.547
Crédito ao consumo	2.371	—	2.371	409	—	2.780	1.886	—	1.886	403	—	2.289
Hipotecas												
Prime	4.416	2.250	6.666	1.188	—	7.854	4.424	2.263	6.687	664	—	7.351
Não conforme	2.181	—	2.181	727	—	2.908	2.343	234	2.577	740	—	3.317
Sub-prime	—	—	—	—	—	—	9	117	126	363	—	489
Comercial	1.228	507	1.735	66	(23)	1.778	799	1.094	1.893	168	(23)	2.038
Comprar para arrendar	—	—	—	—	—	—	—	61	61	8	—	69
CDO	—	—	—	—	—	—	—	2.129	2.129	268	—	2.397
Outro	1.851	2.130	3.981	1.615	—	5.596	2.976	2.947	5.923	2.433	—	8.356
	33.545	16.312	49.857	9.242	(226)	58.873	29.046	19.022	48.068	14.812	(257)	62.623

	CP funded assets										
	Distribuição geográfica					Vida média ponderada £m	Notações de crédito (equivalente S&P)				
2008	Reino Unido £m	Europa £m	EUA £m	RdM £m	Total £m		AAA £m	AA £m	A £m	BBB £m	Abaixo BBB £m
Crédito automóvel	801	1.706	7.402	398	10.307	1,7	6.075	883	3.349	—	—
Empréstimos a empresas	1.714	4.347	3.289	2.122	11.472	4,9	10.767	132	573	—	—
Saldos de cartões de crédito	633	—	4.999	212	5.844	0,7	3.465	62	2.171	146	—
Dívidas comerciais clientes	68	922	1.371	384	2.745	0,7	120	1.025	1.600	—	—
Empréstimos de estudantes	144	—	2.411	—	2.555	0,3	2.296	144	115	—	—
Crédito ao consumo	708	1.195	468	—	2.371	1,7	387	993	923	68	—
Hipotecas											
Prime	—	2.244	—	4.422	6.666	2,8	2.675	3.876	115	—	—
Não conforme	960	1.221	—	—	2.181	4,6	351	368	475	987	—
Sub-prime	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Comercial	713	453	74	495	1.735	11,0	274	518	474	469	—
Comprar para arrendar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CDO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outro	166	1.198	684	1.933	3.981	3,5	3	958	2.786	234	—
	5.907	13.286	20.698	9.966	49.857	2,8	26.413	8.959	12.581	1.904	—

	CP funded assets										
	Distribuição geográfica					Vida média ponderada	Notações de crédito (equivalente S&P))				
2007	Reino Unido £m	Europa £m	EUA £m	RdM £m	Total £m	£m	AAA £m	AA £m	A £m	BBB £m	Below BBB £m
Crédito automóvel	2.250	1.259	4.793	341	8.643	1,9	1.457	3.184	3.940	62	—
Empréstimos a empresas	1.127	1.551	4.658	1.627	8.963	6,5	8.838	15	110	—	—
Saldos de cartões de crédito	654	—	4.402	138	5.194	1,0	1.286	913	2.848	147	—
Dívidas comerciais clientes	299	816	1.965	309	3.389	0,9	187	732	2.183	236	51
Empréstimos de estudantes	140	—	457	—	597	1,6	270	311	16	—	—
Crédito ao consumo	648	724	514	—	1.886	1,2	1.018	473	395	—	—
Hipotecas										—	—
Prime	276	565	983	4.863	6.687	3,3	1.896	2.181	2.610	—	—
Não conforme	1.675	833	—	69	2.577	5,1	268	1.596	713	—	—
Sub-prime	—	—	9	117	126	0,2	117	—	9	—	—
Comercial	1.023	233	198	439	1.893	9,6	746	630	401	116	—
Comprar para arrendar	61	—	—	—	61	—	37	24		—	—
CDO	137	520	1.473	—	2.130	2,7	2.115	15	—	—	—
Outro	579	1.071	1.950	2.323	5.923	2,8	2.362	784	2.652	125	—
	8.869	7.572	21.402	10.226	48.069	3,3	20.597	10.858	15.877	686	51

Veículos de investimento estruturado (não auditados)

O Grupo não patrocina quaisquer veículos de investimento estruturado.

Fundos de investimentos criados e geridos pelo grupo (não auditado)

Os fundos de investimentos do Grupo são geridos pela Gestão de Activos do RBS (RBSAM), que é uma empresa de gestão integrada de activos, que administra os investimentos em nome de terceiros, institucionais e de altos rendimentos líquidos, bem como para o Grupo. A RBSAM está activa mas maioria das classes de activos tradicionais e emprega tanto financiamento de estruturas dos fundos e estratégias vários gestores. A sua oferta inclui os fundos de mercados monetários, fundos *long only* apenas e fundos de investimentos alternativos.

Fundos de mercados monetários

O grupo criou e administra um conjunto de fundos de mercados monetários para os seus clientes. Quando um novo fundo é lançado, a RBSAM, como gestor do fundo, normalmente fornece uma quantidade limitada de capital para a constituição dos fundos. A RBSAM não tem investimentos nesses fundos superiores a £25 milhões. Como o RBSAM não tem participações de dimensão significativa nestes fundos e como os riscos e recompensas de propriedade não estão com o grupo, estes fundos não são consolidadas pelo Grupo.

Os fundos foram autorizados pela Irish Financial Services Regulatory Authority como OICVM, nos termos do Regulamento dos OICVM (os Regulamentos OICVM referem-se aos Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários da Comunidades Europeias) e são, por isso, restringidos quanto aos tipos de investimentos e empréstimos que podem fazer. A estrutura dos activos no âmbito dos fundos foi projectado para satisfazer as responsabilidades dos fundos para com os seus investidores que não têm outro recurso senão os activos dos fundos. Os riscos para o Grupo como resultado limitam-se aos danos para a reputação se os fundos forem incapazes de satisfazer os levantamentos quando solicitados, em tempo útil ou na totalidade.

Os fundos de mercados monetários tiveram um total de activos de £13,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 - £11,2 mil milhões). As subcategorias de fundos de mercados monetários são:

£8,0 mil milhões (2007 - £5,1 mil milhões) em Fundos Monetários denominados em libras esterlinas, dólares norte-americanos e euros, que investem em títulos de mercados monetários de curto prazo, com elevado rating com o objectivo de proporcionar segurança, desempenho e liquidez.

- £4,9 mil milhões (2007 - £5,5 mil milhões) em fundos de mercados monetários a cargo de vários gestores denominados em libras esterlinas, dólares norte-americanos e euros, que investem em títulos de curto prazo com elevado rating.
- £0,7 mil milhões (2007 - £0,6 mil milhões) em Money Funds Plus denominados em libras esterlinas, dólares norte-americanos e euros, que investem em títulos de longo prazo, com elevado rating, com o objectivo de proporcionar segurança, melhor desempenho e liquidez.

Fundos de mercados não monetários

A RBSAM também estabeleceu um número de fundos de mercados não monetários para permitir aos investidores investir numa gama de activos, incluindo obrigações, acções, fundos de cobertura, *private equity* e imobiliário. O Grupo não tinha investimentos nesses fundos superiores a £200 milhões. Como a RBSAM não tem participações nestes fundos de dimensão significativa, e como os riscos e recompensas de propriedade não estão com o grupo, estes fundos não são consolidadas pelo Grupo.

Os fundos do mercado não monetário tiveram um total de activos de £18,7 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 (31 de Dezembro de 2007 - £19,4 mil milhões). As subcategorias de fundos de mercados não monetários são:

- £16,0 mil milhões (2007 - £17,0 mil milhões) em fundos de vários gestores, que oferecem financiamentos de produtos de fundos através de obrigações, acções, fundos de coberturas, *private equity* e classes de activos imobiliários.
- £1,6 mil milhões (2007 - £1,3 mil milhões) em capital comprometido para investimentos de *private equity*; que investem principalmente em acções e títulos de dívida de empresas privadas.
- £1,1 mil milhões (2007 - £1,1 mil milhões) em investimentos de crédito, que investem em vários instrumentos financeiros.

A estrutura dos activos no âmbito dos fundos foi projectado para satisfazer as responsabilidades dos fundos para com os investidores que não têm outro recurso senão para os activos dos fundos. Os riscos para o Grupo como resultado limitam-se aos danos para a reputação se os fundos forem incapazes de satisfazer os levantamentos quando solicitados, em tempo útil ou na totalidade, e os investimentos próprios do Grupo nos fundos.

A exposição máxima do Grupo aos fundos de mercados não monetários é representada pelas acções de cada fundo e foi de £200 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 - £171 milhões).

Governo da empresa

146	Conselho de Administração e Secretário
148	Relatório dos administradores
153	Governo da empresa
159	Carta do Presidente da Comissão de Remunerações
160	Relatório sobre a remuneração dos administradores
169	Participações dos administradores em acções
170	Declaração das responsabilidades dos administradores

Conselho de Administração e Secretário

Presidente

Philip Hampton (55 anos)
Presidente
N (Presidente), R

Nomeado para o Conselho de Administração em 19 de Janeiro de 2009, Philip Hampton é actualmente presidente da J Sainsbury plc. Anteriormente, ele foi Grupo finance director do Lloyds TSB Grupo plc, BT Grupo plc, BG Grupo plc, British Gas e British Steel plc, um administrador executivo da Lazards e um administrador não executivo da RMC Grupo plc. Também foi antigo presidente da UK Financial Investments Limited, a empresa fundada para gerir as participações bancárias do governo do Reino subscrevendo o seu fundo de recapitalização e é administrador não executivo da Belgacom SA.

Administradores executivos

StephenHester (48 anos)
Grupo Chief Executive

Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Outubro de 2008 e como Grupo Chief Executive em 21 de Novembro de 2008, Stephen Hester foi chief executive da The British Land Empresa PLC. Anteriormente, ele foi chief operating officer do Abbey National plc e antes de isso teve cargos no Credit Suisse First Boston, incluindo Chief Financial Officer, Head of Fixed Income e co-Head do European Investment Banking. Em Fevereiro 2008, foi nomeado vice-presidente não executivo do Northern Rock plc, um cargo que ele deixou em 1 de Outubro de 2008. Também é curador da The Foundation and Friends of the Royal Botanical Gardens, Kew.

Gordon Pell (59 anos) FCIBS, FCIB
Presidente, Regional Markets

Nomeado para o Conselho de Administração em Março de 2000, Gordon Pell foi anteriormente administrador do Lloyds TSB UK Retail Banking antes de entrar para o National Westminster Bank Plc como administrador em Fevereiro de 2000 e de se tornar Chief Eexecutive da divisão de Retail Banking. Também é administrador da Race for Opportunity e membro do FSA Practitioner Panel.
Foi nomeado presidente da Business Commission on Racial Equality in the Workplace em Julho de 2006 e vice-presidente do Board of the British Bankers Association em Setembro de 2007

Guy Whittaker (52 anos)
Grupo Finance Director

Nomeado para o Conselho de Administração em Fevereiro de 2006, Guy Whittaker ingressou no RBS depois de estar 25 anos ao serviço do CitiGrupo, onde foi tesoureiro do grupo, baseado em Nova Iorque e antes disso já tinha exercido uma série de cargos de gestão no sector dos mercados financeiros baseado em Londres.

Chave das abreviaturas
A membro do Conselho Fiscal
N membro da Comissão de Nomeações
R membro da Comissão de Remunerações
* administrador não executivo independente

Directores não executivos

Colin Buchan* (54 anos)
A, C, R (Presidente)

Nomeado para o Conselho de Administração em Junho de 2002, Colin Buchan formou-se na África do Sul e passou a parte inicial da sua carreira na África do Sul e no Extremo Oriente. Possui uma experiência considerável na banca de investimento internacional, assim como uma grande experiência na gestão de riscos no negócio de participações sociais. Já foi membro do conselho de administração do Grupo UBS AAG e director de participações do UBS Warburg e foi presidente da UBS Securities Canada Inc. É presidente do Standard Life plc e administrador da Standard Life plc e Black Rock Wolrd Mining Trust Plc

Archie Hunter* (65 anos)
A (Presidente), N

Nomeado para o Conselho de Administração em Setembro de 2004, Archie Hunter é revisor oficial de contas. Foi o sócio sénior escocês da KPMG entre 1992 e 1999 e Presidente do Institute of Chartered Accountants da Escócia em 1997/1998. Possui uma vasta experiência profissional no Reino Unido e Américas do Norte e do Sul. Actualmente é Presidente do Macfarlane Grupo plc, administrador do Edinburgh US Tracker Trust plc e governador do Beatson Institute for Cancer Research.

Joe MacHale* (57 anos)
A, N

Nomeado para o Conselho de Administração em Setembro de 2004, Joe MacHale é actualmente administrador não executivo e presidente da comissão de remuneração da Brit Insurance Holdings plc, e administrador e tesoureiro da MacMillan Cancer Support. Exerceu uma série de cargos executivos de topo na J P Morgan entre 1979 e 2001 e ultimamente foi chief executive da J P Morgan Europe, Middle East and African Region. Ele é associado do Institute of Chartered Accountants

John McFarlane* (61 anos)
N, R

Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Outubro de 2008, John McFarlane é um antigo chief executive officer do Australia and New Zealand Banking Grupo Limited. Previamente, ele foi um Grupo executive director da Standard Chartered e foi director-geral do Citicorp/Citibank no Reino Unido e Irlanda. Actualmente, é administrador não executivo da Westfield Holdings Limited e administrador da Old Oak Holdings Limited. Ele é um antigo presidente da International Monetary Conference e um antigo presidente da Australian Bankers Association. Previamente, ele foi administrador da Bolsa de Valores de Londres e membro do Auditing Practices Board.

Arthur“Art”Ryan* (66 anos)
N

Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Outubro de 2008, Arthur Ryan é o antigo presidente, chief executive officer and director-geral da Prudential Financial Inc. Previamente ele deteve cargos de topo na Prudential Insurance e antigo Chase Manhattan Bank NA. Actualmente, ele é administrador não executivo da Regeneron Pharmaceuticals Inc. e um activo membro de numerosos conselhos comunitários. Ele foi membro fundador do Financial Services Fórum.

Conselheiro Geral e Secretário do Grupo

Miller McLean (59 anos) FCIBS, FIB

Miller McLean foi nomeado para o Secretário do Grupo em Agosto de 1994. É administrador do Industry and Parliament Trust, presidente não executivo do The Whitehall and Industry Grupoo e presidente do Chartered Institute of Bankers na Escócia.

Relatório dos administradores

Os administradores apresentam o seu relatório juntamente com as contas auditadas para o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2008.

Reestruturação do capital

Em Novembro 2008, o tesouro britânico anunciou a constituição da UK Financial Investments Limited, uma empresa totalmente detida pelo Governo do Reino Unido que gerirá, numa base independente, as participações sociais do governo do Reino Unido na empresa e nos outros bancos que subscreveram o fundo de recapitalização governamental.

No seguimento da oferta e colocação em Dezembro 2008, o Tesouro britânico detém actualmente cerca de 58% do capital aumentado de acções ordinários emitidos da empresa. Além disso, o Tesoureiro britânico detém £5 mil milhões de acções preferenciais em libras esterlinas não cumulativas na empresa.

Subsequentemente, em 19 de Janeiro de 2009, a empresa anunciou, em conjunto com o Tesouro britânico e UK Financial Investments Limited, que as acções preferenciais detidas pelo Tesouro britânico serão substituídas por novas acções ordinárias. Os accionistas elegíveis terão direito a subscrever aproximadamente £5 mil milhões das novas acções ordinária proporcionalmente às suas participações actuais a um preço fixo de 31.75 pence por acção por meio de uma oferta. Quaisquer acções não tomadas pelos accionistas na oferta (ou por outro modo colocado por conta da empresa) será subscrita pelo Tesouro britânico a um preço fixo de 31.75 pence por acção e os proveitos agregados da oferta será utilizada para financiar o resgate das acções preferenciais detidas pelo Tesouro britânico, juntamente com o prémio de resgate das acções preferências, dividendos acumulados e comissões pagáveis ao Tesouro britânico na oferta. As acções preferenciais serão resgatadas a 101 por cento do seu preço de emissão. Os dividendos continuarão a acumular nas acções preferenciais até ao resgate. Isto pode resultar em que a participação do Tesouro britânico aumenta para aproximadamente 70% do capital de acções ordinárias aumentada da empresa.

Resultados e dividendos

A perda atribuível aos accionistas ordinários da empresa para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2008 cifrou-se em £24.137 milhões em comparação com o lucro de £7.303 milhões para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2007, como estabelecido na demonstração de resultados consolidada na página 174.

A empresa não pagou dividendos intercalares em 2008. Em 15 de Setembro de 2008, os accionistas receberam uma nova acção ordinária por cada 40 acções na data de registo de 12 de Setembro de 2008 por meio de uma emissão de capitalização.

Como parte de um acordo com o Tesouro britânico, a empresa decidiu não pagar quaisquer dividendos sobre as acções ordinárias até ao momento em que forem pagas as acções preferências em libras esterlinas não cumulativas no valor £5 mil milhões emitidas para o Tesouro britânico em Dezembro 2008.

Após resgate das acções preferenciais como acima descrito, a restrição aos pagamentos de dividendos ordinários será retirada. No entanto, não é intenção do Conselho de Administração pagar dividendos sobre as acções ordinárias em 2009.

Análise por actividade

Actividades

A empresa é uma sociedade holding que detém a totalidade do capital em acções ordinárias emitido do The Royal Bank of Scotland, a principal subsidiária operacional directa da empresa. O "Grupo" engloba a empresa e todas as suas subsidiárias e associadas, incluindo o Royal Bank of Scotland e NatWest. Pormenores sobre as principais subsidiárias da empresa encontram-se os dados na nota 16 das demonstrações.

O Grupo dedica-se principalmente à prestação de um vasto leque de serviços bancários, de seguros e outros serviços financeiros. Nas páginas 26 e 27 da Análise por actividade, encontram-se pormenores complementares sobre a estrutura organizacional e análise por divisão do Grupo, incluindo os produtos e serviços prestados por cada uma das suas divisões e os mercados competitivos em que operam.

O Grupo está neste momento a realizar uma análise estratégica que se espera que faça a recentragem o Grupo naqueles negócios com uma clara vantagem competitiva e posições de marketing atractivas, estáveis em primeiro lugar, em sectores com um risco baixo a médio.

Factores de risco

O desempenho e os resultados futuros do Grupo podem ser materialmente diferentes dos resultados esperados dependendo do resultado de certos potenciais riscos e incertezas. Nas páginas 27 e 34 da Análise por actividade encontram-se os pormenores sobre os principais factores de risco a que o Grupo está exposto.

Os resultados reportados do Grupo também são sensíveis às políticas, pressupostos e estimativas contabilísticos em que a elaboração das suas demonstrações financeiras se baseou. Nas páginas 178 a 188 encontram-se os pormenores sobre políticas financeiras básicas do Grupo e as principais fontes das apreciações contabilísticas.

A política do Grupo relativamente à gestão de riscos, incluindo os seus objectivos e políticas de gestão dos riscos financeiros e a informação sobre a exposição do Grupo aos riscos relacionados com os preços, o crédito, a liquidez e os fluxos de caixa está explicitada na secção de gestão de risco, capital e liquidez da Análise por actividade nas páginas 78 a 144.

Desempenho financeiro

Na Análise por actividade contida nas páginas 50 a 67, encontra-se uma análise do desempenho do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, incluindo os dados relativos a cada divisão e à situação financeira do Grupo nessa data.

Desenvolvimentos comerciais

Em Outubro de 2007, a RFS Holdings B.V. (RFS Holdings), uma sociedade detida conjuntamente pela empresa, o Fortis N.V., o Fortis SA/NV e o Banco Santander S.A. (os "Bancos do Consórcio") e controlada pela empresa, concluíram a aquisição do ABN AMRO Holding N.V. (ABN AMRO).

Em 3 de Outubro de 2008, o Estado Holandês adquiriu o Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. (incluindo a participação do Fortis na RFS Holdings que representa os restantes negócios do ABN AMRO adquiridos pelo Fortis), bem como a participação do Fortis em certas actividades na Holanda. Em 24 de Dezembro de 2008, a participação do Fortis na RFS Holdings foi transferida do Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. para propriedade directa do Estado Holandês, sujeita à conclusão de certas formalidades. Na mesma data, o Estado da Holanda executou uma Escritura de Acessão com a empresa, o Banco Santander S.A. e RFS Holdings de acordo com a qual ele acedeu ao Consórcio e Acordo de Accionistas datado de 28 de Maio de 2007 (conforme subsequentemente alterado ocasionalmente).

A RFS Holdings está a implementar uma separação organizada das unidades de negócios do ABN AMRO, sendo que a empresa irá reter as seguintes unidades de negócios do ABN AMRO:

- Negócios continuados da Unidade de Negócios da América do Norte;
- Unidade de Negócios Clientes Globais (excluindo o negócios Clientes Globais do Brasil) e clientes grossistas na Holanda (excluindo os antigos clientes grossistas holandeses) e América Latina (excluindo Brasil);
- Unidade de Negócios Ásia incluindo Clientes Privados da Índice e Indonésia; e participação no Prime Bank no Paquistão (excluindo a participação no Saudi Hollandi); e
- Unidade de Negócios Europa (excluindo o Antonveneta).

Colaboradores

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo empregava mais de 199.000 colaboradores (numa base equivalente a tempo inteiro) em todo o mundo. Pormenores sobre custos relacionados com o pessoal estão incluídos na Nota 3 das demonstrações na página 190.

O Grupo utilizada uma grande variedade de canais de recrutamento para garantir que o recrutamento e desenvolvimentos dos seus colaboradores estão em total consonância com as suas necessidades organizacionais.

O Grupo oferece um competitivo pacote de remuneração e benefícios a todos os seus colaboradores.

Os colaboradores também podem participar em planos de incentivos específicos às suas actividades e os esquemas Buy As You Earn and Sharesave harmonizam os interesses dos colaboradores com os dos accionistas.

Aprendizagem e desenvolvimento dos colaboradores

O Grupo mantém um forte compromisso para criar e proporcionar oportunidades de aprendizagem para todos os seus colaboradores através de uma variedade de programas de desenvolvimento e formação individual e de redes de aprendizagem.

Os colaboradores são encorajados a fazer trabalho voluntário em organizações comunitárias.

Comunicação com os colaboradores

O empenho dos colaboradores é incentivado através de uma série de canais de comunicação, tanto ao nível das divisões como do Grupo. Estes canais dão acesso a noticias e informações de vários modos, nomeadamente através da intranet, revistas, vídeos, reuniões de equipas lideradas por gestores hierárquicos, sessões de informação realizadas pelos gestores de topo e diálogo regular com os colaboradores e os seus representantes.

O Grupo Chief Executive e outros executivos de topo do Grupo comunicam regularmente com os colaboradores através de uma variedade de canais.

Consulta aos colaboradores

Todos os colaboradores são anualmente convidados a preencher o inquérito de opinião global aos colaboradores. O inquérito é confidencial e gerido de forma independente pela Towers-Perrin ISR. Constitui um canal para os colaboradores expressarem as suas ideias e opiniões acerca do Grupo numa grande variedade de assuntos importantes.

Em 2008, a taxa de resposta foi de 88%. É a segunda mais elevada de sempre desde que o inquérito começou. Isto representa mais de 156.000 colaboradores a participarem no inquérito, em mais de 50 países e 20 línguas. Pela primeira vez, este inquérito foi alargado aos colaboradores do antigo ABN AMRO.

O Grupo reconhece as organizações representativas dos trabalhadores, como os sindicatos e as comissões de trabalhadores numa série de divisões e países. Tem um Conselho Europeu de Comunicação com os Trabalhadores que dá aos representantes eleitos a oportunidade de conhecerem melhor o impacto nas suas operações na Europa.

Diversidade

A política de Diversidade e normas de política associadas do Grupo define um enquadramento para alargar a base de talentos do Grupo, atingindo os mais elevados níveis de desempenho e permitindo a todos os colaboradores alcançar plenamente todo o seu potencial independentemente de factores como a idade, deficiência, sexo, estado civil, opinião política, raça, religião ou crença ou orientação sexual.

O Grupo também esta empenhado em assegurar que todos os potenciais candidatos a emprego sejam tratados de forma justa e equitativa ao longo de todo o processo de selecção, sendo que as suas normas abrangentes em termos de recursos humanos incluem a atracção e retenção de indivíduos com deficiência. São feitos os ajustamentos razoáveis para apoiar os candidatos no processo de selecção quando necessário. O Grupo proporciona adaptações razoáveis do local de trabalho para os recém-contratados no Grupo e para os colaboradores existentes que se tornem deficientes durante a vigência do seu contrato de trabalho.

Saúde, segurança e bem-estar

Proteger os seus colaboradores e clientes de danos continua a ser um princípio fundamental para o modo como o Grupo opera e o seu objectivo é minimizar o trabalho relacionado lesões e problemas de saúde. O Grupo também reconhece que a saúde e bem-estar globais dos seus colaboradores tem impacto no seu compromisso e produtividade. Promover uma boa saúde e, quando necessário, proporcionar apoio aos seus colaboradores também são, por conseguinte, fundamentais para a sua abordagem.

Durante 2008, o Grupo concentrou-se em temas de base como a globalização da segurança, saúde e bem-estar, melhorando a saúde e aumentado a sensibilização, enquanto continua a gerir os riscos de segurança e saúde.

Exames antes da contratação

O Grupo pratica uma política de exames completos antes da contratação para se precaver contra a possível infiltração e contra a fraude relacionada com os trabalhadores. Para além das medidas de segurança já existentes no posto de trabalho, todas as pessoas contratadas para trabalhar no Grupo são examinadas antes do inicio da relação laboral.

Código de conduta

O Código de Conduta e políticas relacionadas é parte integrante dos termos e condições de emprego para todos aqueles que trabalham no Grupo e estabelece as normas para aqueles que não são directamente empregados como subcontratados e agências de trabalho.

O código apoio o objectivo do Grupo em operar de modo igual em todos os países em que ele opera e, por isso, é aplicável aos colaboradores em todos os locais. O código é uma recolha de alto nível de políticas essenciais para informar os colaboradores das expectativas do Grupo sobre o seu comportamento e práticas.

Responsabilidade empresarial

O Grupo acredita que o cumprimento de elevados padrões de responsabilidade ambiental, social e ética é fundamental para a forma como faz negócio.

O negócio do Grupo é gerido de um modo que toma em consideração o impacto social e ambiental das suas actividades. De modo a identificar os temas mais importantes para os seus *stakeholders*, está a ser conduzido um projecto de pesquisa anual. Este trabalho proporciona as bases da estratégica de responsabilidade empresarial. Permite que todas as partes do Grupo concentrem os seus esforços e recursos nos temas mais importantes. Ter as estruturas de gestão certas implantadas e uma clara liderança ajuda a estabelecer o enquadramento em que isto acontece. As grupos consultivos de temas específicos que alimentam o Fórum de Responsabilidade Empresarial, que aprecia o desempenho actual do Grupo e propõe novas iniciativas. A estrutura de governo do Grupo para a responsabilidade empresarial estende-se por toda a organização.

No Relatório sobre Responsabilidade Empresarial de 2008 encontram-se mais pormenores sobre as políticas de responsabilidade empresarial do Grupo.

Continuidade operacional

As actividades comerciais e posição financeira do Grupo; os factores que provavelmente afectarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho; e os seus objectivos e políticas na gestão dos riscos financeiros a que está exposto e o seu capital são discutidos na Análise por actividade.

Como estabelecido na Análise por actividade, as recentes condições económicas viram uma grave perturbação dos mercados financeiros e uma redução sem precedentes na liquidez global. O "risco de liquidez" descreve as medidas que os governos e bancos centrais no Reino Unido e no resto do mundo tomaram para proporcionar capital e liquidez aos bancos. O Grupo utilizou várias destas facilidades de financiamento durante 2008 e os seus planos de financiamento e capital para os próximos doze meses a partir da data destas contas assumem continuar a recorrer e uma manutenção destas medidas. Estes planos foram partilhados com as Autoridades Tripartidas no Reino Unido.

No seguimento da emissão de direitos de subscrição em Junho 2008 e a oferta de Dezembro de 2008, os rácios de capital do Grupo estão em níveis historicamente altos e serão ainda mais reforçados pela reestruturação das acções preferenciais detidas pelo governo do Reino Unido. O governo do RU detém 57,9% do capital de acções ordinárias do Grupo. Poderá aumentar para 70,4% no seguimento a oferta totalmente subscrita anunciada em Janeiro 2009 e proporciona uma prova tangível do apoio do governo do Reino Unido ao Grupo, reflectindo a sua importância para a economia e sistema financeiro do Reino Unido.

Os administradores analisaram as previsões do Grupo, projecções e outros elementos relevantes, incluindo as medidas em curso dos governos e bancos centrais no RU e em todo o mundo para sustentar o sector bancário. Embora o grupo não tenha recebido quaisquer garantias, os administradores têm uma razoável expectativa, com base na experiência até à data, de um acesso continuado e suficiente a facilidades de financiamento acima mencionada e, em conformidade, que o Grupo e a empresa continuará em existência operacional por um futuro previsível. As demonstrações financeiras do grupo e a empresa foram, por isso, elaborada numa base de continuidade operacional.

Governo da empresa

A empresa está empenhada em padrões elevados de governo da empresa. Para mais informações, consultar as paginas 153 a 158.

Capital em acções ordinárias

Em Junho 2008, a empresa emitiu 6.123 milhões de acções ordinárias de 25p cada, através de uma emissão de direitos de subscrição numa base de 11 novas acções ordinárias por cada 18 acções existentes detidas, a um preço de emissão de £2 por acção, conseguindo um aumento £12 mil milhões.

Em Setembro 2008, a empresa emitiu 403 milhões de acções ordinárias de 25p para accionistas existente por meio de uma emissão de capitalização com base em uma nova acção ordinária por cada 40 acções detidas.

Em Dezembro 2008, a empresa emitiu 22.910 milhões de acções ordinárias de 25p cada por meio de uma Oferta e Colocação com base em 18 novas acções ordinárias por cada 13 acções existentes detidas, num preço de emissão de 65.5 pence por acção, aumentando o capital £14,7 mil milhões. O Tesouro britânico adquiriu 22.854 milhões destas acções e agora detém 57,9% do capital de acções ordinárias aumentado da empresa.

Durante o ano, o capital de acções ordinárias foi ainda aumentado por 13,5 milhões de acções ordinárias atribuídas como resultado de prémios e o exercício de opções segundo os esquemas de acções da empresa.

Pormenores de capital de acções preferenciais autorizado e realizado em 31 de Dezembro de 2008 são mostrados na Nota 27 das demonstrações.

Autorização para recompra de acções

Na Assembleia-Geral Anual de 2008, os accionistas renovaram a autorização à empresa para efectuar compras de
mercado até 1.000.710.085 acções ordinárias. Até à data, os administradores ainda não puseram em prática esta autorização e, actualmente, não há intenção que esta autorização seja exercida. Esta autorização terminará no fecho da Assembleia-Geral de Accionistas da empresa em 2009 e não será pedida a sua renovação.

Informações adicionais

Se não tiverem sido fornecidas anteriormente no Relatório dos Administradores, o texto que se segue contêm informações adicionais de divulgação obrigatória ao abrigo da Secção 7 da Lei das Sociedades 1985, conforme alterada.

Os direitos e obrigações associados às acções ordinárias e acções preferenciais da empresa estão consignados nos Estatutos, de que se podem obter cópias na Companies House no RU ou em www.rbs.com.

Numa votação de braço no ar numa assembleia-geral da empresa, cada titular de acções ordinárias e acções preferenciais cumulativas presente pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terá um voto. Numa votação nominal, cada titular de acções ordinárias presente pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terá um voto por cada acção detida. Numa votação nominal, os titulares das acções

preferenciais cumulativas presentes pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terão quatro votos por cada acção detida. O Aviso da Assembleia-Geral Anual especifica os prazos para exercer os direitos de voto e nomear um ou mais procuradores para votar as resoluções a aprovar na assembleia-geral.

As acções preferenciais cumulativas representam menos de 0,01% dos direitos de voto totais da empresa, sendo os restantes representados pelas acções ordinárias.

Não existem restrições quanto à cessão de acções ordinárias na empresa para além daquelas que sejam de tempos a tempos impostas pelas leis e regulamentos (por exemplo, leis sobre o abuso de informação privilegiada). De acordo com as Regras de Cotação da Financial Services Authority, certos colaboradores da empresa necessitam da aprovação desta para negociar as acções da empresa.

Vários planos de acções da empresa incluem restrições às cessões de acções enquanto estas estivem ligadas aos planos, em particular ao Employee Share Ownership Plan.

Os direitos e obrigações dos titulares de acções preferenciais não cumulativas estão definidos na Nota 27 das demonstrações, páginas 242 a 244.

A empresa não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos entre accionistas que possam gerar restrições à cessão de títulos e/ou direitos de voto. Não existem pessoas que sejam detentoras de títulos com direitos especiais no que se refere ao controlo da empresa.

Segundo certos planos de acções dos trabalhadores, os trabalhadores elegíveis têm o direito de adquirir acções da empresa e estas ficam à guarda do The Royal Bank of Scotland e do Ulster Bank Dublin Trust Empresa como gestores. Os direitos de voto são exercidos pelos gestores após receberem instruções dos participantes. Se um participante não der instruções ao gestor, o voto não é registado.

O Employee Share Trust de 2001 do The Royal Bank of Scotland Grupo plc, o US Employee Share Trust de 2007 do The Royal Bank of Scotland Grupo plc e o Employee Share Trust de 1992 do The Royal Bank of Scotland plc são utilizados para deter acções em nome dos planos de acções dos executivos do Grupo. Os direitos de voto podem ser exercidos pelos *Trustees* mas, de acordo com as directrizes de protecção dos investidores, os *Trustees* abstêm-se de votar. Os *Trustees* procuram aconselhamento independente antes de aceitarem qualquer oferta em relação às suas participações na empresa numa situação de uma oferta pública de aquisição.

As regras que regem a nomeação dos administradores estão definidas no Relatório de Governo da Empresa, na página 153. Os Estatutos da empresa só podem ser alterados através de uma resolução especial numa assembleia-geral de accionistas.

Qualquer mudança de controlo da empresa na sequência de uma oferta pública de aquisição pode dar origem a que uma série de acordos em que a empresa participa entrem em vigor, sejam alterados ou resolvidos. Além disso, vários contratos de serviço de administradores executivos podem ser afectados no caso de uma mudança de controlo. Todos os planos de acções dos colaboradores da empresa contêm cláusulas relacionadas com uma mudança de controlo. Os prémios e opções a receber podem passar a ser irrevogavelmente adquiridos e exercidos numa situação de mudança de controlo, mediante, quando apropriado, o cumprimento de quaisquer condições de desempenho existentes nessa altura e na proporção dos prémios. No contexto da empresa no seu todo, estes acordos não são considerados significativos.

Administradores

Os nomes e biografias resumidas dos Administradores são apresentados nas páginas 146 e 147.

Gordon Pell, Guy Whittaker, Colin Buchan, Archie Hunter e Joe MacHale exerceram o cargo ao longo do ano e até à data de assinatura das demonstrações financeiras.

Stephen Hester, John McFarlane e Arthur 'Art' Ryan foram nomeados administradores em 1 de Outubro de 2008.

Johnny Cameron cessou de ser administrador em 13 de Outubro 2008.

Sir Fred Goodwin e Mark Fisher cessaram de ser administradores em 21 de Novembro de 2008.

Larry Fish cessou de ser administrador em 31 de Dezembro de 2008.

Sir Tom McKillop cessou de ser Presidente em 3 de Fevereiro de 2009.

Philip Hampton foi nomeado administrador e Presidente designado em 19 de Janeiro de 2009 e Presidente em 3 de Fevereito de 2009.

Jim Currie, Bill Friedrich, Bud Koch, Janis Kong, Sir Steve Robson, Bob Scott e Peter Sutherland cessaram de ser administradores em 6 de Fevereiro de 2009.

Philip Hampton, Stephen Hester, John McFarlane e Arthur 'Art' Ryan vão retirar-se e propor-se para reeleição na próxima Assembleia-Geral Anual. Os pormenores do contrato de serviço de Stephen Hester são estabelecidos na página 161. Nenhum outro administrador candidato a eleição tem um contrato de serviço.

Participações dos Administradores

As participações dos administradores nas acções da empresa em 31 de Dezembro de 2008 estão indicadas na página 169. Nenhum dos administradores detinha uma participação no capital de empréstimo da empresa ou no capital em acções e no capital de exploração de qualquer uma das subsidiárias da empresa, durante o período de 1 de Janeiro de 2008 a 25 de Fevereiro de 2009.

Indemnizações aos Administradores

Nos termos da secção 236 da Lei das Sociedades de 2006, os administradores da empresa, os membros da Comissão de Gestão Executiva do Grupo e as Pessoas Autorizadas do Grupo (ao abrigo da Lei sobre os Serviços e Mercados financeiros de 2000) beneficiaram da concessão de Cláusulas de Qualificação para Indemnização de Terceiros Habilitados pela empresa.

Divulgação de informação pelos administradores aos auditores:

Cada um dos administradores na data da aprovação deste relatório confirma que:

(a) tanto quanto é do seu conhecimento não existem informações de auditoria relevantes de que os auditores da empresa não sejam conhecedores; e

(b) o administrador tomou todas as medidas que lhe competiam como administrador para tomar conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e certificar-se de que os auditores da empresa têm conhecimento dessa informação.

Esta confirmação é feita e deve ser interpretada de acordo com as cláusulas da secção 234ZA da Lei das Sociedades de 1985.

Participações

O quadro a seguir indica os accionistas que comunicaram ao Grupo deter mais de 3% dos direitos de voto nas classes de acções abaixo indicadas em 31 de Dezembro de 2008.

	Número de acções	% detida
Acções ordinárias:		
Representante de Negócios do Tesouro de Sua Majestade como nomeado para o Tesouro de Sua Majestade	22.853.798,818	57,92
Acções preferenciais 11% cumulativas:		
Guardian Royal Exchange Assurance plc	129.830	25,97
Windsor Life Assurance Empresa Limited	51.510	10,30
Cleaning Tokens Limited	25.500	5,10
Mr S J and Mrs J A Cockburn	15.520	3,10
Mr Stephen J Cockburn	15.290	3,06

	Número de acções	% detida
Ações preferenciais cumulativas 5½%:		
Mr P S and Mrs J M Allen; Miss C L Allen, and Miss J C Allen	112.949	28,23
Commercial Union Assurance plc	91.429	22,86
Bassett-Patrick Securities Limited (1)	46.255	11,56
E M Behrens Charitable Trust	20.000	5,00
Trustees of The Stephen Cockburn Limited Pension Scheme	19.879	4,97
Mrs Gina Wild	19.800	4,95
Miss Elizabeth	16.124	4,03
Mr W T Hardison Jr.	13.532	3,38

Nota:
(1) A empresa recebeu uma notificação em nome de Mr A. W. R. Medlock e Mrs. H. M. Medlock de que cada um deles tem interesses na participação de 5½% das acções preferenciais cumulativas registadas em nome Bassett-Patrick Securities Limited acima referida e que existem outras participações de 5.300 e 5.000 acções dessa classe registadas, respectivamente, no nome de cada um deles.

Contribuições para instituições de beneficência

Em 2008 a contribuição para os programas de Investimento Comunitário do Grupo foi de £66,3 milhões (2007 - £57,7 milhões). O montante total doado para obras de beneficência pela empresa e suas subsidiárias durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi de £24,8 milhões (2007 – £32,1 milhões).

Donativos Políticos

Na Assembleia-Geral Anual de 2006, os accionistas deram autorização à empresa para distribuir donativos políticos e incorrer em despesas para fins políticos até ao montante total máximo de £500.000 como medida de precaução ao abrigo das definições gerais contidas na Lei sobre os Partidos Políticos, Eleições e Referendos de 2000, por um período de quatro anos. Estas autorizações não foram utilizadas.

Não foram feitos donativos políticos durante o exercício e não há a intenção de alterar a política de longa data do Grupo de não dar contribuições para qualquer partido político.

Politica e prática de pagamento aos credores

O Grupo está empenhado em manter uma relação comercial sólida com os seus fornecedores. Por conseguinte, a sua politica é negociar e acordar com os fornecedores termos e condições que incluam o compromisso de pagar aos fornecedores a 30 dias de uma factura devidamente emitida, apresentada de acordo com os termos do contrato, a ou qualquer outro período de pagamento que seja acordado.

Em 31 de Dezembro de 2008, os credores comerciais do Grupo correspondiam a 30 dias (2007 – 28 dias) de montantes facturados pelos fornecedores.

Auditores

Os auditores Deloitte LLP indicaram a sua disponibilidade para se manterem em funções. Na próxima assembleia-geral anual será proposta uma resolução para renomear a Deloitte LLP como auditor da empresa.

Por ordem do Conselho de Administração.

Miller McLean
Secretário
25 de Fevereiro de 2009

The Royal Bank of Scotland Grupo plc
está registado na Escócia sob o Nº 45551.

Governo da empresa

A empresa está empenhada em elevados padrões de governo da empresa, integridade comercial e profissionalismo em todas as suas actividades.

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a empresa cumpriu todas as disposições do Código Combinado publicado pelo Conselho de Relato Financeira em Junho de 2006 (o "Código"), excepto em relação às disposições de a Comissão de Remunerações dever ter a responsabilidade delegada de estabelecer a remuneração do Presidente e administradores executivos. A empresa considera que isto é um assunto que deve estar devidamente reservada ao Conselho. Nenhum administrador está envolvido em decisões relativa à sua remuneração.

Durante o período subsequente às alterações do Conselho de Administração em 6 de Fevereiro de 2009 até à data deste Relatório e Contas, a empresa não teve um administrador independente sénior e a Comissão de Remuneração é composto por dois administradores independentes não executivos e o Presidente do Conselho de Administração, não os três administradores independentes não executivos exigidos pelo Código. O Conselho de Administração está no processo de recrutar três administradores independentes não executivos adicionais e planeia nomear um director de independente sénior e um elemento adicional da Comissão de Remunerações como parte do processo de recrutamento.

A empresa também cumpriu com a Financial Reporting Council Guidance nas Comissões de Auditoria, publicadas em Outubro 2008, em todos os aspectos relevantes.

Ao abrigo da Lei Sarbanes -Oxley de 2002 dos EUA (a "Lei"), às empresas com valores mobiliários registados nos EUA aplicam-se normas específicas de governo da empresa e divulgações económicas e financeiras. A empresa cumpre todas as secções aplicáveis da Lei.

A Bolsa de Valores de Nova Iorque

Como emitente estrangeiro com Acções Depositárias Americanas (ADS) que representam acções ordinárias, acções preferenciais e títulos de divida cotados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), a empresa é obrigada a divulgar quaisquer aspectos significativos em que as suas práticas de governo da empresa difiram das adoptadas pelas empresas dos EUA ao abrigo das normas de governo empresarial para as empresas cotadas da NYSE. Além disso, a empresa tem de cumprir cabalmente as disposições das normas de cotação relativas à composição, às responsabilidades e ao funcionamento das comissões de auditoria. Estas disposições incorporam as regras aplicáveis às comissões de auditoria ao abrigo da Lei Sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934.

A empresa efectuou uma revisão das suas medidas de governo empresarial e está convicta de que as mesmas são consistentes com as práticas de governo empresarial das empresas cotadas na NYSE, à excepção do facto do Presidente do Conselho de Administrações ser o Presidente do Conselho de Administração e é um membro da Comissão de Remunerações, sendo ambas as coisas permitidas pelo Código Combinado do RU (dado que o Presidente foi considerado independente quando da nomeação). Por outro lado, as Comissões de Auditoria, Nomeação e Remunerações da empresa são compostas

A Comissão de Auditoria do Grupo cumpre as disposições das normas de governo empresarial das empresas cotadas na NYSE relativas à composição, responsabilidade e funcionamento das comissões de auditoria. Em Junho de 2007, a empresa apresentou à NYSE a informação escrita anual exigida, confirmando o seu cabal cumprimento daquelas e outras disposições aplicáveis. Para mais informações sobre a Comissão de Auditoria e o seu funcionamento durante 2008, ver o relatório da Comissão de
Auditoria nas páginas 157 e 158.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o principal fórum de tomada de decisão da empresa. Tem a responsabilidade global de dirigir e controlar a empresa e presta contas aos accionistas do seu desempenho financeiro e operacional. O Conselho de Administração aprova a estratégia do Grupo e monitoriza o desempenho. Adoptou um programa formal de temas, detalhando os principais aspectos dos assuntos da empresa que estão reservados à sua decisão. Este programa é revisto anualmente.

As funções do Presidente e do Grupo Chief Executive são distintas e separadas com uma clara divisão de responsabilidades. O Presidente dirige o Conselho e assegura a dedicação e contribuição efectiva de todos os administradores executivos e não executivos. O Grupo Chief Executive detém a responsabilidade de todas as actividades do Grupo e actua de acordo com a autoridade que lhe é delegada pelo Conselho de Administração. A responsabilidade pela elaboração das políticas e estratégias e a gestão operacional é delegada no Grupo Chief Executive e noutros administradores executivos.

Todos os administradores participam na discussão da estratégia, do desempenho e da gestão financeira e de riscos da empresa. As reuniões do Conselho de Administração são estruturadas de modo a permitirem a discussão aberta.

Durante 2008 realizaram-se nove reuniões do Conselho de Administração programadas. Os administradores receberam documentação completa antes de cada reunião do Conselho sobre as principais actividades económicas do Grupo. Os membros da gestão executiva assistem e fazem apresentações regulares nas reuniões do Conselho. Para além das reuniões programadas, durante 2008 realizaram-se várias reuniões *ad hoc* do Conselho e da Comissão do Presidente. Estas reuniões contaram com a presença da maioria dos administradores.

O Conselho de Administração tem conhecimento dos outros compromissos dos seus administradores e tem procedimentos estabelecidos para garantir que os poderes do Conselho para autorizar os conflitos de interesses dos administradores funcionem efectivamente. Com efeito a partir de 1 de Outubro de 2008, a Lei das Sociedades 2006 introduziu um dever regulamentar dos administradores evitarem conflitos de interesses. Desde essa data, o Conselho considerou, e quando apropriado autorizou, quaisquer conflitos reais ou potenciais de interesses que os administradores possam ter.

Controlo interno

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do Grupo, que foi concebido de modo a facilitar operações efectivas e eficientes e garantir a qualidade do reporte interno e externo e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Ao conceber os controlos internos, o
Grupo tem em consideração a natureza e a extensão do risco, a probabilidade de este cristalizar e o custo dos controlos. Um sistema de controlo interno destina-se a gerir, mas não a eliminar, o risco de não consecução dos objectivos comerciais e só pode dar uma garantia razoável, não absoluta, contra o risco de declarações relevantes inexactas, fraude ou perdas.

O Conselho de Administração estabeleceu um processo para a identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o Grupo está exposto, processo que foi aplicado ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até 25 de Fevereiro de 2008, data em que os administradores aprovaram o Relatório e Contas. Este processo é regularmente revisto pelo Conselho de Administração e cumpre os requisitos das directrizes "Controlo interno: Directrizes Revistas destinadas aos Administradores sobre o Código Combinado', emitidas pelo Conselho de Informação Financeira em Outubro de 2005.

A eficácia do sistema de controlo interno do Grupo é regularmente revista pelo Conselho e a Comissão de Auditoria. As comissões de gestão executiva ou os conselhos de administração em cada actividade do Grupo recebem relatórios regulares sobre os riscos significativos a que a sua actividade está exposta e o modo como estão a ser controlados. Além disso, o Conselho de Administração do Grupo recebe mensalmente relatórios de gestão de riscos. São dados pormenores adicionais da abordagem do Grupo à gestão de risco na secção Gestão de risco, capital e liquidez da Análise por actividade, nas páginas 78 a 144. O Conselho recebeu vários relatórios da Auditoria Interna do Grupo e de consultores externos concentrados em certas áreas de negócios que estiveram particularmente expostos a perdas como resultado da turbulência do mercado. A Comissão de Auditoria do Grupo recebeu confirmação que a administração tomou, ou está a tomar, as acções necessárias para remediar as falhas ou fraquezas identificadas nestes relatórios e através do funcionamento do quadro de controlo do Grupo.

Além disso, os auditores independentes do Grupo apresentam à Comissão de Auditoria relatórios que incluem dados de quaisquer assuntos de controlo interno importantes que tenham identificado. O sistema de controlos interno das instituições autorizadas e outras entidades reguladas no Grupo também está sujeito a vigilância pelas autoridades reguladoras no RU e no estrangeiro. São dados pormenores adicionais sobre a supervisão do Grupo pelas entidades reguladoras nas secções de análise e desenvolvimento da Supervisão e Regulação nas páginas 279 a 281.

Controlo Interno sobre a Informação Financeira

O Grupo é obrigado a cumprir as disposições da secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA, de 2002 e avalia a eficácia do controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2008.

O Grupo avaliou a eficácia do seu controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2008 com base nos critérios definidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission em "Internal Control – Integrated Framework".

Com base na sua avaliação, a gestão concluiu que, em 31 de Dezembro de 2008, o controlo interno do Grupo sobre a informação financeira é eficaz.

Os auditores do Grupo auditaram a eficácia do controlo interno do Grupo sobre a informação financeira e emitiram um parecer sem reservas.

O relatório da administração referente ao controlo interno do Grupo sobre a informação financeira será apresentado à SEC juntamente com o Relatório Anual no formulário 20-F.

Controlos e procedimentos de divulgação

Conforme exigido pelos regulamentos dos EUA, a eficácia dos controlos e procedimentos de divulgação da empresa (definidos nas regras ao abrigo da Lei sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934) foram avaliados. Esta avaliação foi examinada e aprovada pelo Conselho, que deu instruções ao Grupo Chief Executive e ao Grupo Finance Director para se certificarem de que, em 31 de Dezembro de 2008, os controlos e procedimentos de divulgação da empresa eram adequados e eficazes e concebidos para garantir que a informação material respeitante à empresa e às suas subsidiárias consolidadas lhes seja comunicada por outras pessoas nessas entidades.

Alterações dos controlos internos

Durante o período abrangido por este relatório não se verificou qualquer alteração no controlo interno da empresa sobre a informação financeira, que tenha afectado materialmente ou que possa afectar razoavelmente de forma relevante o controlo interno da empresa sobre a informação financeira.

Comissão de Nomeações

A Comissão de Nomeações é constituída por administradores não executivos independentes, sob a presidência do Presidente do Conselho de Administração. A Comissão de Nomeações reúne com a frequência necessária.

A Comissão de Nomeações é responsável por dar apoio ao Conselho de Administração na selecção formal e nomeação dos administradores. A comissão relaciona-se com consultores externos, avalia os potenciais candidatos e recomenda as nomeações de novos administradores ao Conselho de Administração. As nomeações baseiam-se no mérito segundo critérios objectivos, incluindo o tempo disponível do potencial Administrador e a dedicação que lhe será exigida.

Além disso, a Comissão de Nomeações faz o planeamento da sucessão do Presidente, do Grupo Chief Executive e administradores não executivos, tendo em conta os conhecimentos, o conjunto de competências, a experiência e a rede de contactos de que o Conselho de Administração pode vir a necessitar. O Presidente, o Grupo Chief Executive e os administradores não executivos reúnem para discutir o planeamento da sucessão dos executivos. Nenhum administrador participa nas decisões relativas à sua sucessão.

Reuniões

O número de reuniões programadas do Conselho de Administração e das Comissões de Auditoria, Remunerações e Nomeações e as presenças individuais dos membros constam em 2008 é apresentado a seguir.

	Conselho	Auditoria	Remunerações	Nomeações
Número total de reuniões em 2008	9	6	3	5
Número de presenças em reuniões em 2008				
Sir Tom McKillop (1)	9	—	3	5
Sir Fred Goodwin (2)	8	—	—	—
Mr Buchan	8	6	2	—
Mr Cameron (3)	7	—	—	—
Dr Currie (4)	9	—	3	—
Mr Fish	8	—	—	—
Mr Fisher (2)	6	—	—	—
Mr Friedrich (4)	9	6	—	—
Mr Hester (5)	3	—	—	—
Mr Hunter	9	6	—	5
Mr Koch (4)	9	—	—	—
Mrs Kong (4)	9	—	3	—
Mr MacHale	9	6	—	—
Mr McFarlane (5)	3	—	—	—
Mr Pell	9	—	—	—
Sir Steve Robson (4)	7	6	—	—
Mr Ryan (5)	3	—	—	—
Mr Scott (4)	9	—	3	3
Mr Sutherland (4)	7	—	3	4
Mr Whittaker	9	—	—	—

Relações com os accionistas

A empresa comunica com os accionistas através do Relatório e Contas Anuais, fornecendo informações ao fornecer informações em antecipação da Assembleia-Geral de Accionistas. Cada accionista pode levantar questões sobre as participações e a actividade do Grupo a qualquer momento ao longo do ano, por carta, telefone ou e-mail através do sítio Web do Grupo (www.rbs.com/ir).

Os accionistas têm a oportunidade de fazer perguntas na Assembleia-Geral Anual ou apresentar antecipadamente questões por escrito. Os presidentes das comissões de Auditoria, Remunerações e Nomeações estão disponíveis para responder às perguntas formuladas na Assembleia-Geral Anual.

A comunicação com os maiores accionistas institucionais processa-se no âmbito do programa de relações com os investidores da empresa. O Presidente reúne com os 20 maiores investidores do Grupo pelo menos de 12 em 12 para ouvir os seus comentários sobre assuntos como a estratégia, o desempenho económico e a governo da empresa. Durante o ano, os administradores receberam cópias dos relatórios dos analistas e um relatório mensal do departamento de relações com os investidores do Grupo, que inclui uma análise dos movimentos das cotações das acções do Grupo, o desempenho deste no sector e os comentários dos principais corretores. Além disso, são dadas informações sobre as principais actividades de relacionamento com os investidores e alterações das notações externas de crédito. Um feedback detalhado do mercado e dos accionistas é fornecido ao Conselho de Administração após os resultados e outros anúncios relacionados com o mercado. Em 2008, o administrador sénior independente esteve disponível para ouvir os accionistas que consideraram que as suas preocupações não foram resolvidas através dos canais normais. As medidas tomadas para assegurar que os administradores tenham conhecimento das opiniões dos principais accionistas são consideradas como parte da avaliação anual do desempenho do Conselho de Administração.

O Presidente, o Grupo Chief Executive e Grupo Finance Director comunicam as opiniões dos accionistas ao Conselho no seu todo.

O Conselho de Administração encomenda periodicamente um estudo das percepções dos investidores. O estudo é realizado em nome do Conselho por consultores independentes e os seus resultados são analisados pelo Conselho de Administração.

Notas:
(1) Sir Tom McKillop deixou de ser administrador em 3 de Fevereiro de 2009.
(2) Sir Fred Goodwin e Mark Fisher deixaram de ser administradores em 21 de Novembro de 2008.
(3) Johnny Cameron deixou de ser administrador em 13 de Outubro de 2008.
(4) Jim Currie, Bill Friedrich, Bud Koch, Janis Kong, Sir Steve Robson, Bob Scott e Peter Sutherland deixaram de ser administradores em 6 de Fevereiro de 2009.
(5) Stephen Hester, John McFarlane e Arthur 'Art' Ryan foram nomeados administradores em 1 de Outubro de 2008.

Controlo interno

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do Grupo, que foi concebido de modo a facilitar operações efectivas e eficientes e garantir a qualidade do reporte interno e externo e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Ao conceber os controlos internos, o
Grupo tem em consideração a natureza e a extensão do risco, a probabilidade de este cristalizar e o custo dos controlos. Um sistema de controlo interno destina-se a gerir, mas não a eliminar, o risco de não consecução dos objectivos comerciais e só pode dar uma garantia razoável, não absoluta, contra o risco de declarações relevantes inexactas, fraude ou perdas.

O Conselho de Administração estabeleceu um processo para a identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o Grupo está exposto, processo que foi aplicado ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até 25 de Fevereiro de 2008, data em que os administradores aprovaram o Relatório e Contas. Este processo é regularmente revisto pelo Conselho de Administração e cumpre os requisitos das directrizes "Controlo interno: Directrizes Revistas destinadas aos Administradores sobre o Código Combinado', emitidas pelo Conselho de Informação Financeira em Outubro de 2005.

A eficácia do sistema de controlo interno do Grupo é regularmente revista pelo Conselho e a Comissão de Auditoria. As comissões de gestão executiva ou os conselhos de administração em cada actividade do Grupo recebem relatórios regulares sobre os riscos significativos a que a sua actividade está exposta e o modo como estão a ser controlados. Além disso, o Conselho de Administração do Grupo recebe mensalmente relatórios de gestão de riscos. São dados pormenores adicionais da abordagem do Grupo à gestão de risco na secção Gestão de risco, capital e liquidez da Análise por actividade, nas páginas 78 a 144. O Conselho recebeu vários relatórios da Auditoria Interna do Grupo e de consultores externos concentrados em certas áreas de negócios que estiveram particularmente expostos a perdas como resultado da turbulência do mercado. A Comissão de Auditoria do Grupo recebeu confirmação que a administração tomou, ou está a tomar, as acções necessárias para remediar as falhas ou fraquezas identificadas nestes relatórios e através do funcionamento do quadro de controlo do Grupo.

Além disso, os auditores independentes do Grupo apresentam à Comissão de Auditoria relatórios que incluem dados de quaisquer assuntos de controlo interno importantes que tenham identificado. O sistema de controlos interno das instituições autorizadas e outras entidades reguladas no Grupo também está sujeito a vigilância pelas autoridades reguladoras no RU e no estrangeiro. São dados pormenores adicionais sobre a supervisão do Grupo pelas entidades reguladoras nas secções de análise e desenvolvimento da Supervisão e Regulação nas páginas 279 a 281.

Controlo Interno sobre a Informação Financeira

O Grupo é obrigado a cumprir as disposições da secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA, de 2002 e avalia a eficácia do controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2008.

O Grupo avaliou a eficácia do seu controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2008 com base nos critérios definidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission em "Internal Control – Integrated Framework".

Com base na sua avaliação, a gestão concluiu que, em 31 de Dezembro de 2008, o controlo interno do Grupo sobre a informação financeira é eficaz.

Os auditores do Grupo auditaram a eficácia do controlo interno do Grupo sobre a informação financeira e emitiram um parecer sem reservas.

O relatório da administração referente ao controlo interno do Grupo sobre a informação financeira será apresentado à SEC juntamente com o Relatório Anual no formulário 20-F.

Controlos e procedimentos de divulgação

Conforme exigido pelos regulamentos dos EUA, a eficácia dos controlos e procedimentos de divulgação da empresa (definidos nas regras ao abrigo da Lei sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934) foram avaliados. Esta avaliação foi examinada e aprovada pelo Conselho, que deu instruções ao Grupo Chief Executive e ao Grupo Finance Director para se certificarem de que, em 31 de Dezembro de 2008, os controlos e procedimentos de divulgação da empresa eram adequados e eficazes e concebidos para garantir que a informação material respeitante à empresa e às suas subsidiárias consolidadas lhes seja comunicada por outras pessoas nessas entidades.

Alterações dos controlos internos

Durante o período abrangido por este relatório não se verificou qualquer alteração no controlo interno da empresa sobre a informação financeira, que tenha afectado materialmente ou que possa afectar razoavelmente de forma relevante o controlo interno da empresa sobre a informação financeira.

Relatório da Comissão de Auditoria

Os actuais membros da Comissão de Auditoria são Archie Hunter (Presidente), Colin Buchan e Joe MacHale. Todos serviram durante 2008 como o fizeram os antigos membros da comissão, Bill Friedrich e Sir Steve Robson, até à sua saída como administradores em 6 de Fevereiro de 2009. Todos os membros da Comissão de Auditoria são administradores não executivos independentes. A Comissão de Auditoria reúne pelo menos cinco vezes por ano, sendo duas dessas reuniões realizadas imediatamente antes da apresentação das demonstrações financeiras intercalares e anuais ao Conselho de Administração do Grupo. Este programa básico é complementado com reuniões adicionais, conforme necessário. Em 2008, foi realizado um total de dez reuniões. As reuniões da Comissão de Auditoria são realizadas com a presença dos respectivos administradores executivos, dos auditores internos e externos e dos directores dos departamentos financeiro e de gestão de risco. Pelo menos duas vezes por ano, a Comissão de Auditoria reúne em privado com os auditores externos. Desde 2000, a Comissão tem realizado um programa anual de visitas às divisões de negócios e às funções de controlo do Grupo. O objectivo do programa é permitir à Comissão de Auditoria obter um melhor conhecimento Grupo, sendo o convite para assistir às reuniões extensivo a todos os administradores não executivos. O programa de visitas futuras é analisado anualmente, mas a norma consiste em três ou quatro visitas por ano. A Comissão realizou três visitas em 2008.

O Conselho está satisfeito por todos os membros da Comissão de Auditoria possuírem experiência financeira recente e relevante. Embora o Conselho tenha determinado que cada membro da Comissão de Auditoria é um "Perito Financeiro da Comissão de Auditoria" e é independente, como definido nas regras SEC ao abrigo da Lei Sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934 e das directrizes relacionadas, os membros da Comissão de Auditoria são seleccionados com vista à especialização e experiência da Comissão de Auditoria no seu todo e esta reporta ao Conselho como entidade única. A designação de um ou mais administradores como "Perito Financeiro da Comissão de Auditoria" não impõe a esse administrador ou administradores quaisquer deveres, obrigações ou responsabilidades superiores às desses administrador do que os deveres, obrigações e responsabilidades impostas a esse administrador como membro Comissão de Auditoria e do Conselho na ausência de tal designação. Nem a designação de um administrador como "Perito Financeiro da Comissão de Auditoria" afecta os deveres, obrigações ou responsabilidades de qualquer outro membro do Conselho

A Comissão de Auditoria é responsável por:

- dar apoio ao Conselho no exercício das suas funções e nas divulgações relevantes a efectuar em relação aos assuntos financeiros do Grupo;
- rever a informação contabilística e financeira e o cumprimento dos regulamentos;
- rever os sistemas de controlo interno do Grupo; e
- monitorizar os processos de auditoria interna, gestão de riscos e auditoria externa do Grupo.

Os termos de referência da Comissão de Auditoria estão disponíveis em site www.rbs.com e são apreciadas anualmente pela Comissão de Auditoria e aprovados pelo Conselho.

A Comissão de Auditoria adoptou a politica de contratar auditores externos para prestar serviços de auditoria e não auditoria, tendo em conta a legislação aplicável em matéria de prestação de tais serviços por uma empresa de auditoria externa. A Comissão de Auditoria revê anualmente a politica e prospectivamente aprova a prestação de serviços de auditoria e certos serviços de não auditoria pelos auditores externos.

Os serviços de auditoria anual incluem todos os serviços especificados na carta de missão anual, incluindo a auditoria anual e as análises intercalares (incluindo as exigências de informação nos EUA), verificações e relatórios de lucros periódicos às entidades reguladoras, incluindo relatórios de pessoas especializadas requisitados pela autoridade de serviços financeiros (Relatórios de Contabilistas Consultados, etc.).

Os serviços de auditoria anuais também incluem as auditorias oficiais ou não oficiais exigidas por quaisquer empresas do Grupo que não estejam constituídas no RU. Os termos da missão para a realização destas auditorias são acordados separadamente com a gestão e são coerentes com os definidos na carta de missão de auditoria, na medida em que os regulamentos locais o permitam.

Os serviços de não auditoria aprovados prospectivamente incluem as seguintes classes de serviços:

- Angariação de capital, incluindo autorizações, cartas de conforto e as verificações das respectivas declarações de registo;
- Fornecimento de pareceres contabilísticos relacionados com as demonstrações financeiras do Grupo;
- Fornecimento de relatórios que, de acordo com as leis ou regulamentos, devem ser apresentados pelos auditores externos;
- Serviços relacionados com o cumprimento das obrigações fiscais;
- Serviços financeiros empresariais relativos às empresas que permanecerão fora do Grupo; e
- Serviços em questões de insolvência relacionados com os clientes do Grupo.

A Comissão de Auditoria aprova todos os outros serviços de não auditoria permitidos caso a caso antes do seu início. Além disso, analisa e monitoriza a independência e objectividade dos auditores externos quando aprova o trabalho de não auditoria a executar por eles, tendo em consideração a legislação aplicável e as orientações éticas. A informação sobre os serviços de auditoria e não auditoria prestados pelos auditores externos está especificada na Nota 5 às demonstrações do Grupo.

O ano de 2008 assistiu a uma considerável incerteza económica e uma convulsão sem precedentes nos mercados financeiros mundiais. Estas condições afectaram gravemente o Grupo e foram registados abatimentos significativos nas suas demonstrações financeiras de 2008. Nestas circunstâncias, a Comissão de Auditoria prestou particular atenção sobre as várias apreciações envolvidas na elaboração das demonstrações:

- avaliação das metodologias e pressupostos para os instrumentos financeiros inscritos pelo justo valor, incluindo as exposições do Grupo ao mercado de crédito;
- perdas por imparidade na carteira de empréstimos e adiantamentos do Grupo; e
- imparidades do goodwill e outros intangíveis.

É tendo em consideração todas estas questões que os objectivos da Comissão de Auditoria foram:

- compreender e controlar a avaliação e outros pareceres contabilísticos feitas pela administração;
- rever as conclusões dos auditores externos e, quando aplicável, de outros peritos e compreender como eles chegaram a essas conclusões; e
- verificar se as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre estas estimativas e avaliações são transparentes e adequadas.

Uma questão de interesse fundamental para a Comissão de Auditoria, dado o ambiente económico actual, foi a avaliação da administração da continuidade operacional. Em especial, a atenção da Comissão dirigiu-se para a compreensão da maneira pela qual a administração se certificou de que o Grupo tem acesso a financiamento e capital suficientes para os próximos 12 meses. A Comissão analisou e controlou os pressupostos subjacentes à análise da gestão e discutiu com os auditores externos a sua revisão da análise e conclusões da gestão.

A Comissão de Auditoria é responsável para fazer recomendações ao Conselho de Administração e pela apresentação, por parte deste, das recomendações da Comissão de Auditoria aos accionistas para aprovação na Assembleia-Geral Anual no que se refere à nomeação, renomeação e destituição dos auditores externos. O Conselho de Administração aprovou a recomendação da Comissão de Auditoria de que os accionistas fossem convidados a aprovar a renomeação da Deloitte LLP como auditores externos na Assembleia- Geral Anual em Abril 2009.

A Comissão de Auditoria também define a remuneração dos auditores externos, conforme for autorizado pelos accionistas na Assembleia-Geral Anual.

A Comissão de Auditoria aprova os termos da missão dos auditores externos.

Pretende-se que seja efectuada uma análise externa da eficácia da Auditoria Interna do Grupo de três em três a cinco em cinco anos, de acordo com as boas práticas, sendo que as análises internas prosseguirão nos anos intermédios. Em 2007, a KPMG efectuou uma análise da eficácia da Auditoria Interna do Grupo e concluiu que o seu funcionamento era eficaz e o Conselho de Administração concordou com estas conclusões. Em 2008, a Comissão de Auditoria realizou uma revisão interna da Auditoria Interna do Grupo que envolveu os participantes em todo o Grupo, bem como os auditores externos. A Comissão de Auditoria concluiu que a função funciona eficazmente e o Conselho de Administração concordou com as conclusões da Comissão de Auditoria.

Pretende-se que seja efectuada uma análise externa da eficácia da Comissão de Auditoria de três em três a cinco em cinco anos, com as análises internas do Conselho de Administração a prosseguir nos anos intermédios. A PricewaterhouseCoopers realizou uma análise externa da eficácia da Comissão de Auditoria em 2005. Foi efectuada uma análise interna do desempenho da Comissão de Auditoria
em 2008 e realizado e discutido um relatório separado sobre os resultados foi apreciado e discutido pelo Conselho de Administração.

Desde 2005, as Comissões de Auditorias das divisões têm sido responsáveis pela análise da actividade de cada divisão. Durante 2008, a estrutura da comissão de auditoria das divisões foi revisya para tomar em consideração a aquisição do ABN AMRO, o significativo crescimento internacional dos negócios do Grupo e os requisitos das boas práticas. As comissões de auditoria das divisões reportam à Comissão de Auditoria e esta verificou que estas comissões continuam a exercer correctamente os seus termos de referências.

Archie Hunter
Presidente da Comissão de Auditoria
25 de Fevereiro de 2009

Carta do Presidente da Comissão de Remunerações

Em reconhecimento da crise global de serviços financeiros e as perdas sem precedentes incorridas pelo Grupo em 2008, a Comissão de Remunerações tem vindo a trabalhar com o executivo para fazer mudanças fundamentais no modo como a remuneração funciona em todo o Grupo. Há uma necessidade óbvia de mudança muito significativa na política e práticas de remunerações em todo o sector e nós pretendemos que o grupo lidere este processo em consulta com nossos principais accionistas.

À medida que iniciamos um processo de mudança, a nossa abordagem procurou um equilíbrio entre a realidade da nossa situação actual com a necessidade de oferecer um pacote de remunerações competitivo para as equipas e pessoas que têm um bom desempenho e de uma forma que seja sustentável a longo prazo. Alcançar este equilíbrio é essencial para a nossa tarefa de reconstruir a força autónoma do Grupo, bem como para reembolsar o apoio dos contribuintes do Reino Unido.

Nos anos anteriores, o Relatório de Remunerações dos Administradores descrevia como as políticas de remunerações estavam a ser implementadas para os administradores executivos, mas dadas as circunstâncias excepcionais, gostaria de aproveitar esta oportunidade para descrever em pormenor a forma como o Grupo está a abordar as remunerações de todos os empregados.

As principais decisões imediatas tomadas pelo Grupo foram as seguintes:

- Em 2008, não há bónus monetários discricionários por desempenho para qualquer empregado. Não foi pago qualquer bónus a qualquer pessoa directamente associada com as maiores perdas do Grupo. Há alguns compromissos contratuais limitados para pagamento de bónus, geralmente como parte de um acordo de recrutamento, e estes foram honrados.

- Caso tenha havido um desempenho excepcional por indivíduos e equipas-chave, foram dados aos colaboradores prémios de bónus diferidos. Estes prémios serão conferidos em três parcelas, em 2010, 2011 e 2012, sob a forma de dívida subordinada do Grupo RBS, altura em que esperamos que o Grupo já terá no seu caminho como força autónoma financeira.

  Se o desempenho sobre qual esses prémios de bónus diferidos se baseou acabar, posteriormente, por ser materialmente diferente ou se houver uma perda material ou de dano de reputação subsequente como resultado da actividade do período de diferimento, ou então por critério discricional da Comissão de Remunerações, então parte destes prémios pode ser reduzida ou cancelada sem pagamento ("*clawback*").

- Nenhum pagamento em acção de participação nos lucros foi feita para o exercício de 2008 e o esquema foi retirada daqui para frente. Fizemos mudanças nos benefícios para alguns empregados abaixo do nível de direcção, como parte dos regimes de transição para acabar com o direito aos bónus de participações de lucros em acções.

- Os aumentos de salário base anual de 2009 será feita para um número limitado de funcionários e aumentos salariais serão abaixo da inflação em todos os negócios do Grupo.

Nenhum bónus foi pago aos administradores executivos em relação ao desempenho de 2008 e não foram atribuídos quaisquer prémios diferidos. Nos últimos quatro anos, os prémios de incentivo de longo prazo concedidos ao abrigo do Médium Term Performance Plan caducaram devido aos critérios de desempenho não terem sido atingidos.

Em relação a 2009, a Comissão de Remunerações tomou decisões fundamentais em relação à remuneração dos administradores executivos:

- Não haverá nenhum aumento de salário base em 2009.

- Todos os bónus ganhos em 2009 serão diferidos e sujeitos a disposições *clawback*.

- Mais nenhum pagamento adicional será feito ao abrigo Profit Sharing Scheme da empresa de 2009 em diante.

- Os incentivos anuais para 2009 serão baseados no desempenho em relação a um quadro de medidas, com todos os pagamentos diferidos por três anos no máximo, com potencial *clawback*.

- A oportunidade de incentivo máximo anual excepcional não estará disponível.

- Os processos de gestão de desempenho individual serão reforçados a níveis executivos. Isso inclui uma tabela revista de indicadores de desempenho. As cinco áreas de desempenho são direcção estratégica, finanças e operações, gestão de *stakeholders* (incluindo satisfação de colaboradores e clientes), eficiência e controlo, capacidade e desenvolvimento.

- Os prémios de incentivo de longo prazo continuarão a ser dados ao abrigo do Medium-Term Performance Plan e o Executive Share Option Plan, mas o nível dos prémios será reduzido em relação a 2008. Todos os prêmios só serão conferidos se as exigentes condições de desempenho forem cumpridas num prazo de três anos.

- A disposição de uma pensão não descontada por reforma antecipada a pedido do empregador não se aplicará a qualquer director executivo nomeado no futuro.

A Comissão de Remunerações reconhece que o desempenho do Grupo, não teve só impacto nos seus accionistas e clientes, mas também nos seus colaboradores que trabalharam tão arduamente durante muitos anos para construir uma organização da qual eles estavam orgulhosos e que proporcionava uma vida segura para eles e as suas famílias. O Conselho de Administração lamenta profundamente que, durante o ano, a confiança dos nossos colaboradores tenha diminuído e seu bem-estar afectado. Embora seja necessário e adequado que adoptar medidas rigorosas no que respeita à remuneração dos colaboradores, estamos mais atentos que nunca à necessidade de o Grupo continuar a desenvolver as boas práticas no emprego no nossos sector, que nos permitam reter e recrutar talentos excepcionais. Isto é essencial para a realização do nosso plano estratégico e construir um Grupo sustentável e bem sucedido no futuro.

Colin Buchan
Presidente da Comissão de Remunerações
25 de Fevereiro de 2009

Relatório de remunerações dos administradores

A Comissão de Remunerações

Os membros actuais da Comissão de Remunerações são Colin Buchan (presidente da comissão), John McFarlane e Philip Hampton. Os membros da Comissão de Remunerações incluem administradores não executivos independentes, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração.

Durante 2008, Jim Currie, Janis Kong, Sir Tom McKillop, Bob Scott e Peter Sutherland foram membro da Comissão de Remunerações.

Os termos de referência da Comissão de Remunerações podem ser encontrados em www.rbs.com. A Comissão de Remunerações faz recomendações ao Conselho sobre os acordos de remuneração dos administradores executivos e do Presidente. O Conselho de Administração reserva-se como um todo a autoridade para fazer a determinação final da remuneração dos directores por considerar que este processo em dois níveis permite uma maior apreciação e avaliação e é consistente com o carácter unitário do Conselho. Nenhum administrador está incluído nas decisões relativas à sua própria remuneração.

A Comissão de Remunerações também aprova o regime de remuneração dos executivos seniores abaixo do nível do Conselho, que são membros da Comissão executiva de Gestão do Grupo, por recomendação do Group Chief Executive, e mantém a supervisão de alto nível da aplicação da política de remuneração abaixo deste nível. A Comissão supervisiona os planos de incentivos financeiros anuais e revê todos os acordos de incentivos de longo prazo operados pelo Grupo.

Os honorários dos administradores não executivos são revistos anualmente pelo Conselho, sob recomendação do Presidente do Conselho de Administração. O nível de remuneração reflecte a responsabilidade e o compromisso de tempo dos administradores e o nível de honorários pagos aos administradores não executivos das grandes empresas homólogas do Reino Unido. Os administradores não executivos não participam em qualquer plano de incentivo ou de desempenho, à excepção do Presidente. Na página 161, podem ser encontrados mais pormenores. Foi acordado que, em 2009, não haverá qualquer aumento nos honorários dos administradores não executivos.

Durante o exercício, a Comissão de Remunerações recebeu apoio consultivo de Watson Wyatt e Mercer em assuntos relacionados com a remuneração dos administradores no RU e EUA, respectivamente, juntamente com o conselho do Administrador do Grupo, Recursos Humanos, e do Secretário do Grupo e Consultor Geral do Grupo em matérias relacionadas com as remunerações em geral. Além disso, a Comissão de Remunerações teve em conta as opiniões do Grupo Chief Executive sobre a avaliação de desempenho dos administradores executivos e dos membros da Comissão Executiva de Gestão do Grupo.

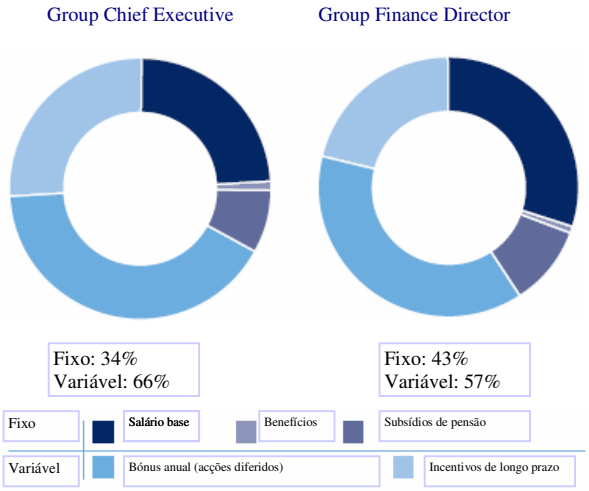
A Watson Wyatt também prestou serviços profissionais durante a actividade normal da empresa, incluindo consultoria actuarial e serviços de administração de benefícios às subsidiárias do Grupo, bem como serviços de consultoria em investimentos e actuarial aos administradores de alguns dos Fundos de pensões do Grupo. A Mercer prestou serviços de consultoria e apoio numa série de matérias relacionadas com o cálculo actuarial de benefícios de compensação e pensões e de investimentos. Os consultores da Comissão de Remunerações são nomeados independentemente pela Comissão, que revê anualmente a sua selecção de consultores anualmente. A Comissão está convencida de que os consultores da Watson Wyatt e Mercer que dão apoio à Comissão trabalham independentemente das equipas de consultoria que realizam outros trabalhos para o Grupo.

Política de remunerações

Foi acordado com o Tesouro britânico que, além de cumprir com o código de boas práticas da Association of British Insurers em matéria de remuneração, a Comissão de Remunerações continuará a trabalhar para garantir que as futuras modalidades de remuneração estarão ligadas a criação de valor de longo prazo em consonância com a estratégia de negócios do Grupo, com a devida tomada de risco e evitar uma polarização para indicadores de curto prazo, como os lucros ou proveitos. A empresa também está activamente empenhada em discussões com a Financial Services Authority (FSA) em relação às políticas e práticas de remuneração no sector bancário e pretende que todas as políticas de remuneração devem levar em conta critérios de concepção de remunerações da FSA.

Assim, em conjunto com o Conselho de Administração e os consultores independentes e em consulta com os accionistas, a Comissão de Remunerações está a realizar uma revisão completa da sua política de remuneração que será concluída durante 2009.

Desagregação da remuneração dos administradores executivos baseados no Reino Unido



O gráfico acima mostra a composição da oportunidade de remuneração por um desempenho anual dentro dos objectivos e com prémios de incentivo de longo prazo apresentados pelo seu justo valor à data da concessão. Os pagamentos de incentivos de curto prazo ganhos em relação ao desempenho de 2009 serão diferidos e conferidos, sujeito ao desempenho satisfatório, ao longo dos três anos seguintes. O valor real da opção de acções e prémios MPP dependerá do desempenho ao longo do período 2009 - 2011 e o preço da acção no momento da atribuição dos prémios

Componentes da remuneração dos executivos 2009

Administradores baseados no Reino Unido

Salário

Os salários base dos administradores executivos foram revistos e foi decidido que não será feito qualquer aumento nos salários base como parte da revisão anual de 2009.

Benefícios

Os administradores executivos são elegíveis para receber os diversos benefícios para colaboradores ou um equivalente em dinheiro de uma conta de benefícios flexíveis, numa base semelhante à dos outros colaboradores.

Os pormenores sobre os esquemas de pensões dos administradores são apresentados na página 168. Os casos em que a empresa paga subsídios em dinheiro em vez do complemento de reforma (ou do complemento de reforma sobre o salário acima do *plafond* dos ganhos) estão indicados na página 164. Os administradores executivos também recebem cobertura adicional para os benefícios por morte em serviço.

Para todos os administradores executivos entrados em ou após 1 de Outubro de 2006, a disposição sobre pensões está na forma de um subsídio de pensões que poderá ser utilizado para participar no Fundo de Pensões de Contribuição Definida do The Royal Bank of Scotland Grupo, que está aberto a todos os colaboradores, ou investir em esquemas alternativos de pensões, ou ficar com a totalidade ou parte do subsídio em dinheiro. Além disso, como colaboradores, os administradores executivos são elegíveis para participar nos esquemas Sharesave e Buy As You Earn. Estes regimes não estão sujeitos a condições de desempenho, dado serem aplicáveis a todos os colaboradores.

Incentivos Anuais

Não foram atribuídos incentivos anuais a qualquer administrador executivo em relação ao desempenho de 2008.

Os administradores executivos baseados no Reino Unido têm uma oportunidade máxima normal de incentivo anual de entre 160% e 200% do salário (com um oportunidade máxima excepcional de 200-250% do salário). A oportunidade dentro dos objectivos é de 107% a 133% do salário.

A Comissão de Remunerações determinou que, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009, a oportunidade máxima excepcional de incentivo deixará de estar disponível.

Qualquer pagamento de incentivos anuais obtidos em 2009 será diferida e liberada em prestações anuais iguais durante três anos. A Comissão de Remunerações reserva-se o direito de revisão de desempenho antes de cada elemento de atribuição de incentivo diferido e reduzir a proporção atribuída, se houver provas de que o desempenho financeiro de 2009 foi materialmente inexacto ou que há uma perda material ou danos à reputação como um resultado da actividade durante o período de diferimento.

Qualquer pagamento de incentivos aos administradores executivos em 2009 reflecte o desempenho em cinco categorias de desempenho: Direcção Estratégica, Finanças e Operações, *Stakeholders*, Eficiência e Controlo e de Capacitação e Desenvolvimento. A unidade de negócios do Grupo e o desempenho funcional serão consideradas conforme adequado.

Incentivos a longo prazo

A empresa dá incentivos de longo prazo sob a forma de opções de acções e atribuição de acções ou equivalente de acções. O seu objectivo é incentivar a criação de valor a longo prazo e alinhar os prémios os administradores executivos com os retornos para os accionistas. A Comissão está a formular propostas pelas quais, no futuro, os prémios poderão tomar a forma de dois planos: Medium-term Performance Plan Plano de Desempenho a Médio Prazo) e o Executive Share Option Plan (Plano de Opções de Acções para Administradores Executivos). Todos os prémios são sujeitos a condições de desempenho rigorosos em que os accionistas serão consultados.

Medium-term Performance Plan

O *Medium-term Performance Plan* foi aprovado pelos accionistas em Abril de 2001. Cada administrador executivo é elegível para um prémio anual ao abrigo do plano sob a forma de acções ou equivalentes de acções. Embora as regras do plano permitam prémios sobre acções num valor até uma vez e meia os ganhos, a Comissão de Remunerações adoptou a política de conceder prémios com base num múltiplo do salário. Esta política não será alterada sem consulta prévia aos accionistas.

Os níveis de prémios para 2009 serão reduzidos em relação à política aplicada aos prémios em 2008.

Opções

O Executivo Share Option Plan foi aprovado pelos accionistas na Assembleia-Geral Anual de 2007 da empresa.

Em 2008, as opções foram concedidas aos administradores executivos no âmbito do Executive Share Option Plan aprovado pelos accionistas em 2007, sobre acções de valor compreendido entre um salários e meio a três vezes o salário. Para 2009, os níveis de prémios será reduzido em relação à política aplicada em 2008.

Directrizes sobre participações

O Grupo tem em vigor directrizes de participação para administradores executivos. O nível de participação visado é 200% do salário anual bruto para o Grupo Chief Executive e 100% do salário anual bruto para os administradores executivos. Os níveis de participação visados são determinados por referência às acções ordinárias detidas, conjuntamente com quaisquer prémios conferidos ao abrigo do Medium-term Performance Plan do Grupo. Os administradores executivos têm um período de cinco anos para construírem as suas participações de modo a corresponderem aos níveis das directrizes.

Grupo Chief executive – Stephen Hester

Stephen hester tornou-se Grupo Chief Executive em 21 de Novembro de 2008. O seu salário anual de base é de £1.200.000.

Stephen Hester também recebeu certos prémios de acções na sua nomeação como Grupo Chief Executive e prémios de acções para substituir bónus e prémios de acções que ele perdeu ao deixar The British Land Empresa PLC. A Stephen Hester foram concedidos prémios de acções condicionais num total de 10.407.081 partes. Sujeito aos seus termos, a maioria desses prémios serão conferidos entre Fevereiro 2009 (imediatamente após o anúncio dos resultados anuais de 2008) e o terceiro aniversário da sua nomeação como Grupo Chief Executive.

Presidente – Philip Hampton

Philip Hampton tornou-se Presidente indigitado em 19 de Janeiro de 2009 e Presidente em 3 de Fevereiro de 2009. Os seus honorários são de £750.000 por ano. Ele também irá receber um prémio único em acções limitado em acções da empresa que serão conferidas, sujeita ao cumprimento das condições de desempenho adequado, no terceiro aniversário da data da concessão. O montante deste prémio será duas vezes o seu honorário taxa anual, com base na cotação da acção na data da concessão.

Ex-administradores executivos

Sir Fred Goodwin

A colaboração de Sir Fred Goodwin com a empresa terminou em 31 de Janeiro de 2009. Nos termos de um acordo alcançado em 13 de Outubro de 2008, ele renunciou a quaisquer pagamentos em substituição do pré-aviso e os seus direitos em matéria de opções de acções executivas ainda não exercidas e prémios não exercidos ao abrigo do Medium-term Performance Plan tinham caducado. Ele não receberá qualquer incentivo de curto prazo para o exercício financeiro findo a 31 de Dezembro de 2008.

Johnny Cameron

A colaboração de Johnny Cameron com a empresa terminará a 28 de Fevereiro de 2009. Nos termos de um acordo alcançado com ele em 19 de Dezembro de 2008, ele não vai receber pagamento em substituição do pré-aviso ou pagamentos de incentivos de curto prazo para 2008 ou 2009.

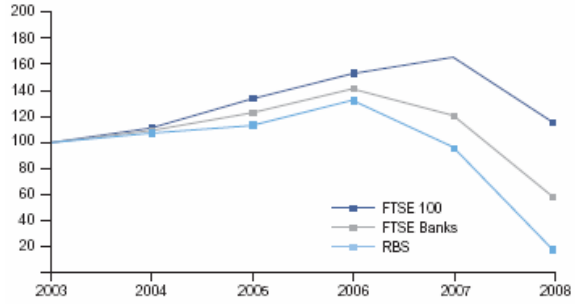
Mark Fisher

A colaboração de Mark Fisher com a empresa terminará em 6 de Março de 2009. Ele não vai receber qualquer pagamento de incentivos de curto prazo no que respeita quer a 2008 ou 2009.

Desempenho em termos de retorno total para os accionistas

O gráfico de desempenho abaixo ilustra o desempenho da empresa ao longo dos últimos cinco anos em termos de retorno total para os accionistas comparativamente com o das empresas que fazem parte do Índice FTSE 100. Este índice foi seleccionado porque representa uma amostra das maiores empresas britânicas. O retorno total para os accionistas dos bancos FTSE no mesmo período foi acrescentado para comparação. O retorno total para os accionistas da empresa e os índices foram rebaseados para 100 em 2003.

Rendimento total dos accionistas



Contratos de serviço

A política da empresa relativamente à duração dos contratos com os administradores é que os contratos com os administradores executivos geralmente se mantêm até à rescisão por qualquer uma das partes, mediante o aviso prévio exigido, ou até à reforma. O período de pré-aviso para os contratos de serviço dos administradores executivos não é normalmente superior a 12 meses. Em relação aos administradores executivos recém-contratados, mediante a aprovação prévia da Comissão de Remunerações, o período de pré-aviso da empresa empregadora pode ser superior a 12 meses se se justificar. Se no acto da nomeação for inicialmente aprovado um período de pré-aviso mais longo, este será normalmente estruturado de modo a diminuir automaticamente para 12 meses em devido tempo.

Todos os novos contratos de serviço para os administradores executivos estão sujeitos à aprovação da Comissão de Remunerações. Estes contratos normalmente incluem cláusulas-tipo que abrangem o processo de avaliação do desempenho, os procedimentos disciplinares normais da empresa e as condições de demissão em caso de falhas de desempenho ou em situações que envolvam acções que infringem as políticas e normas do Grupo.

Qualquer pagamento de remunerações efectuado em relação com a saída de um administrador executivo está sujeito à aprovação da Comissão de Remunerações, atendendo às condições do contrato de serviço e às razões da rescisão. Todos os membros do Conselho de Administração que deixam a empresa no futuro receberão um pacote indemnizatório que é razoável e será entendido como justo.

Nenhum pagamento de indemnização foi feito ao sir Fred Goodwin, Johnny Cameron ou Mark Fisher em relação à sua cessação como administradores.

A informação relativa aos contratos de serviço dos administradores é apresentada a seguir:

	Data do contrato actual	Período de pré-aviso – da empresa	Período pré-aviso – do administrador
Administradores executivos			
Mr Hester	4 de Novembro de 2008	ver nota (1)	12 meses
Mr Pell	20 de Fevereiro de 2006	12 meses	6 meses
Mr Whittaker	19 de Dezembro de 2005	12 meses	12 meses
Ex-administradores executivos			
Sir Fred Goodwin	1 de Agosto de 1998	ver página 161	ver página 161
Mr Cameron	29 de Março 1998	12 meses	6 meses
Mr Fisher	27 de Fevereiro de 2007	12 meses	12 meses

Nota:
(1) Na nomeação, o Sr. Hester tinha direito a 24 meses de pré-aviso da empresa. Isto será reduzido gradualmente para que seja de 12 meses no primeiro aniversário do início do seu contrato. A 25 de Fevereiro de 2009, o período de pré-aviso do Sr. Hester era de 20 ½ meses.

Excepto conforme referido abaixo, em caso de despedimento em que não exista um período de pré-aviso contratual, a empresa empregadora pode pagar ao administrador executivo uma quantia em substituição desse período de pré-aviso. Tal pagamento compreenderia, no máximo, o salário base e um valor em numerário referente aos benefícios fixos (incluindo contribuições para planos de pensões). Nas situações que envolvam infracção das políticas da empresa empregadora que dêem origem a despedimento, o administrador executivo pode receber uma indemnização inferior ou nem sequer receber qualquer indemnização. Dependendo das circunstâncias da rescisão da relação laboral, o administrador executivo pode ter direito ou a Comissão de Remunerações pode exercer a sua opção de permitir ao administrador executivo exercer os direitos a receber ao abrigo do plano de incentivo a longo prazos mediante as regras do respectivo plano.

No caso da colaboração de Stephen Hester ser rescindido pela empresa (que não seja por motivo de seu mau desempenho pessoal), aplicar-se-á o seguinte. Primeiro, o Sr. Hester terá direito a receber um pagamento em vez de pré-aviso no valor do salário base, bónus e benefícios (incluindo contribuições de pensões). Em segundo lugar, os prémios de acções que lhe foram concedidos para substituir bónus e prémios de acções que ele perdeu ao deixar a The British Land Empresa PLC serão conferidos de imediato após a rescisão.

Se a colaboração de Sr. Hester for rescindida por motivo do seu mau desempenho pessoal, a empresa tem o direito de resolução, mediante pré-aviso escrito, com efeito imediato e sem fazer qualquer pagamento por esse motivo e o Sr. Hester perderá todas as atribuições de acções ainda não exercidas. Se ele se demitir voluntariamente e a empresa não o obrigar a trabalhar o tempo de pré-aviso, o Sr. Hester pode receber um pagamento em vez do pré-aviso apenas com base no salário (ou seja, sem bónus ou benefícios) e também perderá todos os prémios de acções não exercidos.

Gordon Pell é membro do Fundo de Pensões do The Royal Bank of Scotland Grupo (Fundo RBS) e tem contratualmente o direito de receber todos os benefícios de pensão de acordo com as suas condições. As regras do Fundo RBS permitem que todos os membros, incluindo administradores, que se reformem antecipadamente a pedido de seu empregador, recebam uma pensão com base no serviço prestado, sem o desconto aplicado à reforma antecipada. A disposição uma pensão sem desconto da reforma antecipada a pedido do empregador não se aplica a qualquer administrador executivo futuramente nomeado. O Fundo RBS está fechado a colaboradores, incluindo os administradores executivos, que entraram no Grupo após 30 de Setembro de 2006.

Presidente e administradores não executivos

As datas originais de nomeação como administradores e as datas para a próxima eleição ou reeleição do Presidente e administradores não executivos são as seguintes:

	Data primeira nomeação	Data para eleição ou próxima reeleição
Philip Hampton	19 de Janeiro de 2009	2009
Mr Buchan	1 de Junho de 2002	2011
Mr Hunter	1 de Setembro de 2004	2010
Mr MacHale	1 de Setembro de 2004	2010
Mr McFarlane	1 de Outubro de 2008	2009
Mr Ryan	1 de Outubro de 2008	2009

Nos termos dos Estatutos da empresa, todos os administradores devem apresentar a demissão e procurar a reeleição pelos accionistas pelo menos a cada três anos. As datas no quadro acima reflectem a última data para a eleição ou reeleição.

Os administradores não executivos não têm contratos de serviço ou períodos de pré-aviso embora tenham cartas de compromisso que reflectem as suas responsabilidades e compromissos. Nenhuma indemnização será paga a qualquer administrador não executivo em caso de rescisão.

O presidente, Philip Hampton, terá direito a receber um pagamento em substituição do pré-aviso se a sua nomeação for rescindida pelo Grupo, desde que não seja em razão do seu mau desempenho pessoal. Este pagamento será baseado num período de pré-aviso de 24 meses, inicialmente, sendo reduzido numa base diária, para que a partir do primeiro aniversário da sua nomeação, o prazo do pré-aviso seja de 12 meses.

Os quadros e notas explicativas contidos nas páginas 164 a 168 indicam a remuneração de cada administrador no exercício findo a 31 de Dezembro de 2008 e foram examinadas pelos auditores da empresa, Deloitte LLP.

Remuneração dos Administradores

	Salário/Honorários £000	Subsídio de pensão £000	Benefícios £000	2008 Total £000	2007 Total £000
Administradores executivos					
Mr Hester (1)	163	52	1	216	—
Mr Pell	908	—	1	909	2.204
Mr Whittaker	829	282	4	1.115	2.450
Ex-presidente					
Sir Tom McKillop (2)	787	—	—	787	750
Ex-administradores executivos					
Sir Fred Goodwin (3)	1.297	—	39	1.336	4.190
Mr Cameron (4)	902	312	25	1.239	3.256
Mr Fish (5)	324	—	40	364	1.253
Mr Fisher (6)	760	187	441	1.388	2.358

Notas:
(1) Mr Hester foi nomeado Group Chief Executive em 21 de Novembro de 2008. Anteriormente, ele foi administrador não executivo desde 1 de Outubro de 2008.
(2) Sir Tom McKillop deixou de ser Presidente e administrador em 3 de Fevereiro de 2009.
(3) Sir Fred Goodwin deixou de ser Group Chief Executive e administrador em 21 de Novembro de 2008. A sua colaboração com o Grupo em 31 de Janeiro de 2009.
(4) Mr Cameron deixou de ser administrador em 13 de Outubro de 2008 e deixará de colaborar com o Grupo em 28 de Fevereiro de 2009.
(5) De 1 de Janeiro de 2008 a 30 de Abril de 2008, Mr Fish foi administrador executivo da empresa. Tornou-se administrador não executivo em 1 de Maio de 2008 e deixou de ser administrador em 31 de Dezembro de 2008. Durante este período, ele foi presidente não executivo do RBS America e Citizens. Mr Fish é um administrador não executivo da Textron Inc. e Tiffany & Co. e mantyeve os honorários que lhes ofram pagos a este respeito. Para 2008, ele recebeu remuneração da Textron Inc. de US $260.500, incluindo honorários diferidos. Recebeu um honorário anual de US $48.500 da Tiffany & Co.
(6) Mr Fisher deixou de ser administrador em 21 de Novembro de 2008 e cessará a colaboração com o Grupo em 6 de Março de 2009. De acordo com a sua política de destacamento internacional, custos como de impostos e de alojamento incorridos como resultado do destacamento de Mr Fisher na Holanda foram satisfeitos pelo Grupo. Estes custos adicionais estão apresentados nos Benefícios acima.

	Honorários do conselho £000	Honorários das comissões do conselho £000	2008 Total £000	2007 Total £000
Administradores não executivos				
Mr Buchan	73	57	130	122
Mr Hunter	73	101	174	162
Mr MacHale	73	33	106	100
Mr McFarlane (1)	18	—	18	—
Mr Ryan (1)	18	—	18	—
Ex-administradores não executivos				
Mr Currie (2)	73	16	89	85
Mr Friedrich (2)	73	33	106	100
Mr Koch (2)	73	—	73	70
Mrs Kong (2)	73	16	89	85
Mr Steve Robson (2)	73	33	106	100
Mr Scott (2, 3)			174	160
Mr Sutherland (2)	73	29	102	97

Notas:
(1) Nomeados administradores em 1 de Outubro de 2008.
(2) Cessaram as funções de administradores de 6 de Fevereiro de 2009.
(3) Os honorários do administrador sénior independente, Sr. Scott, cobriam todas as funções no Conselho de Administração e Comissões do Conselho, incluindo a Presidência da Comissão de Remuneração.

Nenhum administrador recebeu quaisquer ajudas de custo sujeitas a imposto sobre os rendimentos do Reino Unido nem qualquer indemnização por cessação de funções/despedimento. Os administradores não executivos não receberam bónus nem benefícios.

Opções de compra de acções

As opções de subscrição de acções ordinárias da empresa, de 25p cada, concedidas aos administradores e exercidas por estes últimos durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008 estão incluídos no quadro abaixo. As opções detidas em 1 de Janeiro de 2008 e todos os números subsequentes foram reformulados de modo a reflectirem a emissão de direitos de subscrição em Junho 2008 e a emissão de capitalização no Setembro 2008.

			Opções exercidas em 2008				Opções detidas em 31 de Dezembro de 2008		
	Opções detidas em 1 de Janeiro de 2008	Opções concedidas em 2008	Número	Preço de mercado à data de exercício £	Opções caducadas em 2008	Preço de opção £	Número		Período de exercício
Mr Pell	104.252					4,80	104.252		14.08.04 – 13.08.11
	98.879					5,07	98.879		14.03.05 – 13.03.12
	178.412					3,45	178.412		13.03.06 – 12.03.13
	169.158					4,84	169.158		11.03.07 – 10.03.14
	181.304					4,83	181.304		10.03.08 – 09.03.15
	223.428					5,17	223.428		09.03.09 – 08.03.16
	310.364					4,70	310.364		16.08.10 – 15.08.17
		640.871				2,97	640.871		06.03.11 – 05.03.18
	1.265.797						1.906.668		
Mr Whittaker	203.113					5,17	203.113		09.03.09 – 08.03.16
	335.269					4,70	335.269		16.08.10 – 15.08.17
	4.423				4.423	3,86	—		
		582.803				2,97	582.803		06.03.11 – 05.03.18
		9.218				1,89	9.218		01.10.15 – 31.03.16(1)
	542.805						1.130.403		
Sir Fred Goodwin (2)	10.614					3,12	10.614		01.02.09 – 03.03.09
	97.826					3,34	97.826		01.02.09 – 02.06.09
	550.458					2,18	550.458		01.02.09 – 31.01.10
	4.538					3,64	4.538		01.02.09 – 31.07.09(1)
	156.559					4,80	156.559		01.02.09 – 31.01.10
	147.960					5,07	147.960		01.02.09 – 31.01.10
	260.812					3,45	260.812		01.02.09 – 31.01.10
	516.521					4,84	516.521		01.02.09 – 31.01.10
	569.814					4,83	569.814		01.02.09 – 31.01.10
	580.333					5,17	—	renunciada	09.03.09 – 08.03.16
	830.192					4,70	—	renunciada	16.08.10 – 15.08.17
		1.508.727				2,97	—	renunciada	06.03.11 – 05.03.18
	3.725.627						2.315.102		
Mr Cameron(3)	68.764					3,12	—	caducada	—
	137.610					2,18	—	caducada	—
	93.863					4,80	—	caducada	—
	113.925					5,07	—	caducada	—
	188.444					3,45	—	caducada	—
	180.781					4,84	—	caducada	—
	290.089					4,83	—	caducada	—
	304.674					5,17	—	caducada	—
	447.026					4,70	—	caducada	—
		847.713				2,97	—	caducada	—
		4.966				1,89	—	caducada	— (1)
	1.825.176						—		
Mr Fish	386.479		386.479	2,80		—			
	134.715					4,83	134.715		10.03.08 – 09.03.15
	398.130					5,17	398.130		09.03.09 – 08.03.16
	625.329					4,70	625.329		16.08.10 – 15.08.17
	1.544.653						1.158.174		
Mr Fisher (4)	51.162					2,58	51.162		01.04.02 – 31.03.09
	518					3,64	518		01.10.08 – 31.03.09(1)
	119.267					2,18	119.267		29.03.03 – 28.03.10
	78.099					4,80	78.099		14.08.04 – 13.08.11
	81.324					5,07	81.324		14.03.05 – 13.03.12
	145.094					3,45	145.094		13.03.06 – 12.03.13
	142.041					4,84	142.041		11.03.07 – 10.03.14
	217.565					4,83	217.565		10.03.08 – 09.03.15
	220.042					5,17	220.042		09.03.09 – 08.03.16
	312.919					4,70	312.919		16.08.10 – 15.08.17
	1.922				1.922	3,93	—		
		593.399				2,97	593.399		06.03.11 – 05.03.18
		4.966				1,89	4.966		01.10.11 – 31.03.12 (1)
	1.369.953						1.966.396		

Notas:

(1) Opções detidas no âmbito dos planos de poupança-acções, que não estão condicionadas pelo desempenho.

(2) Opções detidas em 21 de Novembro de 2008 quando cessou de ser administrador. Renunciou aos direitos não exercidos na cessação e caducados em 31 de Janeiro de 2009. Em relação às suas opções conferidas segundo o Executive Share Option Scheme de 1999 do The Royal Bank of Scotland Grupo plc, quaisquer opções com possibilidade de serem exercidas até 31 de Janeiro de 2009 mantém essa capacidade sujeitas e em consonância com as regras desses plano por 12 meses após essa data, mas não após o 10.º aniversário da sua concessão.

(3) Opções detidas em 13 de Outubro de 2008 quando ele deixou de ser administrador. Todos os direitos não exercidos caducarão quando a colaboração com a empresa terminar em 28 de Fevereiro de 2009, o que foi reflectido no quadro acima.

(4) Opções detidas em 21 de Novembro de 2008 quando ele deixou de ser administrador. Todos os direitos não exercidos caducarão quando a colaboração com a empresa terminar em 6 de Março de 2009.

Nenhuma das opções foi objecto de alteração dos seus termos e condições durante o período contabilístico até 31 de Dezembro de 2008. Nenhum pagamento é exigido no momento da atribuição de uma opção.

Para as opções de acções concedidas aos executivos em 2007 e 2008, a condição de desempenho está baseada no crescimento médio anual do EPS (lucro por acção) ajustados da empresa num período de desempenho de três anos a começar no ano da atribuição. A calibração de mensuração de crescimento do EPS é acordada pela Comissão de Remunerações no momento de cada atribuição tendo em conta o plano de negócios, as condições económicas prevalecentes e as previsões dos analistas.

Em relação à concessão de opções em 2008, as opções só podem ser exercidas se, ao longo de um período de três anos, o crescimento do EPS ajustado da empresa tiver sido de pelo menos 5 por cento por ano (o "nível de limiar").

A percentagem das opções com direito é então determinada numa relação directa entre 30 por cento do nível limiar e 100 por cento ao nível máximo de crescimento em EPS ajustado de 9 por cento por ano.

O preço de mercado das acções ordinárias da empresa em 31 de Dezembro de 2008 foi de 49,4 pence e o intervalo de valores durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi de 41,4p a 370,5 p.

No período de dez anos até 31 de Dezembro de 2008, os prémios concedidos que podiam exigir a emissão de novas acções ao abrigo dos planos de acções da empresa representaram 2,1% do capital social da empresa em acções ordinárias emitidas, deixando uma margem de diluição disponível de 7,9%. A empresa cumpre as suas obrigações de planos de acções através de uma combinação de nova emissão de acções e acções compradas no mercado.

Medium Term Performance Plan

As participações no plano em 1 de Janeiro de 2008 e o respectivo preço de mercado no momento da atribuição do quadro abaixo foram reformulados para reflectir a emissão de direitos de subscrição de Junho de 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008.

	Participação no esquema (equivalentes a acções) em 1 de Janeiro 2008	Prémios concedidos em 2008	Preço de mercado no momento da atribuição £	Prémios atribuídos em 2008	Prémios exercidos em 2008	Participação no esquema (equivalentes a acções) em 1 de Dezembro 2008	Fim do período para cumprimento condições de qualificação
Mr Pell	148.953		5,17			—	caducado 31.12.08
	138.384		5,85			138.384	31.12.09
		305.177	2,97			305.177	31.12.10
	287.337					443.561	
Mr Whittaker	135.410		5,17			—	caducado 31.12.08
	128.134		5,85			128.134	31.12.09
		277.525	2,97			277.525	31.12.10
	263.544					405.659	
Sir Fred Goodwin (1)	333.324		4,56			333.324	subscrito 31.12.03
	121.288		5,19			121.288	subscrito 31.12.04
	348.202		5,17			—	caducado 31.12.08
	333.145		5,85			—	waived 31.12.09
		754.364	2,97			—	waived 31.12.10
	1.135.959					454.612	
Mr Cameron (2)	199.994		4,56			—	subscrito 31.12.03
	79.096		5,19			—	subscrito 31.12.04
	174.103		5,17			—	caducado 31.12.08
	170.845		5,85			—	caducado 31.12.09
		403.673	2,97			—	caducado 31.12.10
	624.038					—	
Mr Fish	111.479		5,17			—	caducado 31.12.08
	102.587		5,85			102.587	31.12.09
	214.066					102.587	
Mr Fisher (3)	71.651		4,56			71.651	subscrito 31.12.03
	28.660		5,19			28.660	subscrito 31.12.04
	125.741		5,17			—	caducado 31.12.08
	119.593		5,85			119.593	31.12.09
		282.570	2,97			282.570	31.12.10
	345.645					502.474	

Notas:

(1) Opções detidas em 21 de Novembro de 2008 quando cessou de ser administrador. Renunciou aos direitos não exercidos na cessação e caducados em 31 de Janeiro de 2009.

(2) Opções detidas em 13 de Outubro de 2008 quando ele deixou de ser administrador. Todos os direitos não exercidos caducarão quando a colaboração com a empresa terminar em 28 de Fevereiro de 2009, o que foi reflectido no quadro acima.

(3) Opções detidas em 21 de Novembro de 2008 quando ele deixou de ser administrador. Todos os direitos não exercidos caducarão quando a colaboração com a empresa terminar em 6 de Março de 2009.

Para prémios que tenham sido concedidos, os participantes que detenham prémios baseados em opções podem exercer o seu direito sobre os equivalentes de acções subjacentes a qualquer momento até dez anos da data de concessão.

Nenhuma das condições do plano sofreu qualquer alteração durante o ano.

Os prémios atribuídos em 2007 e 2008 estão sujeitos a dois parâmetros de desempenho, 50% dos prémios conferidos numa mensuração de Retorno Total para os Accionistas (TSR) e 50% conferidos no crescimento do lucro por acção ajustado (EPS) durante o período de desempenho de três anos.

Para o elemento TSR, a atribuição é baseada no nível de *outperformance* do Grupo da mediana do grupo comparador TSR durante o período de desempenho. Os prémios segundo o plano não serão conferidos se o TSR da empresa estiver abaixo da mediana do grupo comparador. A consecução da mediana do desempenho TSR em relação às empresas de comparação terá como resultado a concessão de 25% do prémio. Se o nível de desempenho for até 9% superior à mediana do desempenho TSR terá como resultado a concessão do incentivo numa base linear de 25% a 125%; se for superior em 9% a 18% o incentivo numa base linear será de 125% a 200%. A atribuição de 200% ocorrerá se a empresa superar a mediana do grupo comparador em pelo menos 18%. Para os prémios atribuídos em 2007, as empresas do grupo comparador foram o ABN AMRO Holdings N.V., Banco Santander Central Hispano, S.A., Barclays PLC, CitiGrupo Inc, HBOS plc, HSBC Holdings plc, Lloyds TSB Grupo plc e Standard Chartered PLC. Na sequência da aquisição do ABN AMRO pelos Bancos do Consórcio em Outubro de 2007, a Comissão de Remunerações aceitou que o Fortis N.V. substituísse o ABN AMRO no grupo comparador. Subsequentemente, para os prémios atribuídos em 2008, o Fortis N.V. foi substituído pelo Deutsche Bank Grupo.

O nível de crescimento do EPS ao longo do período de três anos é calculado comparando o EPS ajustado no ano anterior ao da concessão com o do último ano do período de desempenho. Todos os anos o calendário de atribuição do incentivo em função do parâmetro de crescimento do EPS é aprovado pela Comissão de Remunerações no momento da atribuição, tendo em consideração o plano de negócios, o desempenho relativamente aos elementos de comparação e as previsões dos analistas.

Para os prémios atribuídos em 2007, o elemento EPS dos prémios não será concedido se o crescimento do
EPS for inferior a 5% ao ano composto ao longo do período de três anos. Se o crescimento dos EPS se situar entre 5% e 10% ao ano o prémio atribuído numa base linear será de 25% a 100%. Será de 100% se o crescimento do EPS for pelo menos de 10% ao ano composto. Pra os prémios dados em 2008, foi acordado o nível de limiar do crescimento EPS de 5% por ano para um nível máximo de 9%.

Prémios em acções com restrições

As participações em 1 de Janeiro de 2008 e os respectivos preços nas datas de atribuição e de subscrição que figuram no quadro abaixo foram reformuladas de modo a reflectirem a emissão de direitos de subscrição em Junho 2008.

	Prémios detidos em 1 de Janeiro de 2008	Prémios Concedidos em 2008	Preço de mercado à data da atribuição £	Prémios subscritos em 2008	Preço de mercado na subscrição £	Valor dos prémios subscritos £	Prémios detidos em 31 de Dezembro de 2008	Fim do período para cumprimento condições de qualificação
Mr Hester	—	8.575.019	0,48	577.964	0,48	277.423	7.997.055	21.11.08 – 29.05.11(1)
	—	1.832.062	0,48				1.832.062	21.11.09 – 21.11.11(2)
	—	10.407.081					9.829.117	
Mr Whittaker (3)	109.208		5,41	109.208	3,37	368.503	—	
	90.718		5,41				90.718	01.02.09(4, 5)
	44.500		5,41				44.500	01.02.10
	244.426						135.218	

Notas:
(1) Awards to replace bonus and share awards Mr Hester forfeited on leaving The British Land Empresa PLC, which reflect the vesting dates of the original awards.
(1) Prémios para substituir bónus e prémios em acções que o Sr. Hester perdeu ao deixar The British Land Empresa PLC, que reflectem as datas de subscrição dos prémios originais.
(2) Estes prémios adquirem-se a 1/3 em cada primeiro, segundo e terceiro aniversário da atribuição, sujeito às suas condições.
(3) Prémios concedidos ao Sr. Whittaker em vez dos prémios de acções não subscritas do seu anterior empregador.
(4) O fim de período para as condições de qualificação está sujeita a eventuais restrições de negociação das acções do Grupo que possa ser implantadas e a que o Sr. Whittaker possa estar sujeito. Devido ao fecho do período antes do anúncio dos resultados do Grupo, o fim do período para as condições de qualificação a cumprir em 2009 é 26 de Fevereiro de 2009.
(5) O prémio já foi conferido e as acções ficarão ao dispor do Sr. Whittaker em 26 de Fevereiro de 2009.

Plano de Incentivos da Longo Prazo (LTIP) do Citizens (1)

	Participação em 1 de Janeiro de 2008	Benefícios recebidos de prémios atribuídos durante o ano	Participação em 31 de Dezembro de 2008
Mr Fish	Prémios LTIP por o período de 3 anos		
	01.01.05 – 31.12.07	nenhuns	—
	01.01.06 – 31.12.08	nenhuns (2)	—
	01.01.07 – 31.12.09	nenhuns (2)	—

Notas:
(1) Este LTIP em numerário foi aprovado pela Assembleia-Geral de Accionistas em Abril 2005. O desempenho é avaliado segundo uma combinação de aumento dos lucros antes de impostos e retorno relativo do capital investido com base numa comparação entre o Citizens e bancos comparativos dos EUA.
(2) Quando o Sr. Fish se demitiu do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2008, segundo as condições do LTIP do Citizen, os seus prémios restantes conferidos, sujeitos à proporcionalidade já passada do período de desempenho até à data. Como resultado, não houve qualquer aquisição para todos os prémios.

Durante o exercício não se verificaram alterações em qualquer uma das condições do plano.

Regime de pensões dos administradores
Stephen Hester e Guy Whittaker têm direito a um subsídio em numerário em vez dos benefícios de pensão conforme detalhado na página 164.

Durante 2008, Johnny Cameron, Sir Fred Goodwin e Gordon Pell acumularam serviço coberto pelo Fundo de Pensões (o "Fundo RBS") do The Royal Bank of Scotland Grupo. O Fundo RBS é um fundo de benefícios definidos registado no HM Revenue & Customs ao abrigo da Lei das Finanças de 2004.

Sir Fred Goodwin e Gordon Pell têm direito a benefícios de pensão adicionais numa base de benefício definido fora do Fundo RBS. Os números indicados abaixo incluem o complemento relativo a estes planos. Foi estabelecido um plano de fundos não registado, para conceder a Sir Fred Goodwin benefícios não cobertos pelo Fundo RBS.

Os benefícios de Johnny Cameron baseiam-se no salário limitado ao *plafond* do plano e é-lhe concedido um subsídio em numerário em vez da pensão sobre o salário acima deste *plafond*.

Mark Fisher optou por cessar o complemento futuro do benefício de pensão no seio do Fundo RBS com efeitos a partir de 6 de Abril de 2006. O aumento da pensão indicado na tabela resulta do aumento do seu salário considerado para efeitos da pensão ao longo do ano. Recebe um subsídio em numerário em vez de outros benefícios de pensão, conforme detalhado na página 164.

Os subsídios em numerário para Johnny Cameron e Mark Fisher estão indicados na página 164.

Larry Fish acumula benefícios de pensão ao abrigo de uma série de planos nos EUA. Os benefícios definidos são acumulados ao abrigo do Qualified Plan, do Excess Plan e do Supplemental Executive Retirement Arrangement do Citizens. Além disso, é membro de dois planos de contribuição definida: um Qualified 401(k) Plan e um Excess 401(k) Plan até se ter tornado em administrador não executivo em 1 de Maio de 2008.

Do valor de transferência total indicado em 31 de Dezembro de 2008, 54% estão relacionados com benefícios de fundos de planos de pensão.

A divulgação destes benefícios foi efectuada de acordo com as Regras Aplicáveis às Empresas Cotadas da United Kingdom Listing Authority e com os Regulamentos em matéria de Comunicação das Remunerações dos Administradores de 2002.

Defined benefit arrangements	Idade em 31 de Dezembro de 2008	Direitos acumulados em 31 de Dezembro de 2008 £000 p.a.	Pensão adicional obtida durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2008 £000 p.a.	Pensão adicional obtida durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2008* £000 p.a.	Valor de transferência em 31 de Dezembro de 2008 £000	Valor de transferência em 31 de Dezembro de 2007 £000	Aumento do valor transferido durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2008 £000	Valor transferido para pensão adicional durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2008* £000
Mr Pell	58	517	94	77	9.831	8.403	1.428	1.473
Sir Fred Goodwin	50	693	114	92	16.630(1)	8.370	8.260	2.060
Mr Cameron	54	62	6	4	1.363(1)	931	432	78
Mr Fish	64	$2.237	$157	$157	$27.004	$24.101	$2.903	$1.893
Mr Fisher	48	398	61	48	4.810	4.562	248	581

* líquido de reavaliação oficial aplicável às pensões diferidas.

Nota:
(1) Sir Fred Goodwin retirou-se com efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2009 e Johnny Cameron retirar-se-á com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2009. Ambos tinham contratualmente direito a uma pensão imediata baseada no tempo de serviços, incluindo qualquer serviço transferido, sem descontos por reforma antecipada. A avaliação das suas pensões a 31 de Dezembro de 2008 no quadro acima leva em conta as datas de pagamento dessas pensões. Os empregados no Fundo RBS, incluindo administradores, que se reformam antecipadamente a pedido do seu empregador têm o direito de uma pensão imediata sem desconto por pagamento antecipado. A disposição para uma pensão antecipada sem desconto a pedido do empregador não se aplicará a qualquer administrador executivo nomeado no futuro. Excepto como observado para Sir Fred Goodwin e Johnny Cameron, as avaliações no quadro acima não mostram subsídio por reforma antecipada.

Existe uma diferença significativa na forma de divulgação exigida pelo Código Combinado e os Regulamentos em matéria de Divulgação das Remunerações dos Administradores de 2002. O primeiro exige a divulgação da pensão adicional auferida durante o exercício e o valor da transferência equivalente a essa pensão com base nas condições do mercado bolsista no fim do ano. Os últimos exigem a divulgação da diferença entre o valor da transferência no início e no fim do ano e por isso depende da alteração das condições do mercado bolsista durante o exercício. A divulgação acima referida foi efectuada de acordo com ambos os documentos.

Os valores das transferências divulgados acima não representam um valor pago ou a pagar ao administrador individualmente. Em vez disso, representam uma potencial obrigação do plano de pensões do Grupo.

A proporção de benefícios representada por planos de pensão financiados para Gordon Pell e Larry Fish é 46% e 2%, respectivamente. Todos os benefícios para Johnny Cameron, Mark Fisher e Sir Fred Goodwin estão em planos de pensões financiados.

De acordo com as práticas do mercado nos EUA, a remuneração de Larry Fish que é considerada para efeitos de pensão está limitada a US$4 milhões por ano.

Larry Fish retirou-se com efeitos a partir de 30 de Abril de 2008 e começará a receber a sua pensão a partir de 1 de Maio de 2008.

As contribuições e subsídios pagos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 segundo os planos de contribuição definida foram:

	2008 $000	2007 $000
Mr Fish	6	60

Colin Buchan
Presidente do Comissão de Remunerações
25 de Fevereiro de 2009

Participações dos administradores em acções

As acções detidas a título de benefícios em 1 de Janeiro de 2008, indicadas nos quadros abaixo, foram reformuladas de modo a reflectirem a emissão de capitalização em acções ordinárias em Setembro 2008.

	Acções detidas beneficamente em 1 de Janeiro de 2008 ou data de nomeação, se posterior	31 de Dezembro de 2008	
Administradores executivos		Acções detidas beneficamente	Valor (1) £
Mr Hester (2)	—	340.524	168.219
Mr Pell	159.278	611.927	302.292
Mr Whittaker	285.145	1.313.173	648.707

Notas:
(1) O valor baseia-se no preço das acções em 31 de Dezembro de 2008, que era de 49,4 p. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o preço das acções variou entre 41,4 p e 370,5 p.
(2) Nomeado administrador em 1 de Outubro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, os administradores executivos detinham uma participação técnica como potenciais beneficiários no Employee Share Trust de 2001 do The Royal Bank of Scotland Grupo plc (51.680.795 acções), Employee Share Trust de 1992 do The Royal Bank of Scotland plc (1.028.914 acções) e US Employee Share Trust de 2007 do The Royal Bank of Scotland Grupo plc (8.455.545 acções), sendo os fundos operados em benefícios dos colaboradores em empresa e das suas subsidiárias.

	Acções detidas beneficamente em 1 de Janeiro de 2008 ou data de nomeação, se posterior	31 de Dezembro de 2008	
Administradores não executivos		Acções detidas beneficamente em 31 de Dezembro de 2008	Valor (1)
Mr Buchan	41.000	157.515	77.812
Mr Hunter	10.762	41.344	20.424
Mr MacHale	74.005	284.317	140.453
Mr Ryan (4)	—	50.000	24.700
Ex-presidente			
Sir Tom McKillop (2)	213.200	819.086	404.628
Ex-administradores não executivos			
Dr Currie (3)	1.709	10.504	5.189
Mr Friedrich (3)	113.236	435.039	214.909
Mr Koch (3)	92.250	354.413	175.080
Mrs Kong (3)	26.650	102.383	50.577
Mr Scott (3)	23.927	91.915	45.406
Mr Sutherland (3)	18.084	69.473	34.320

Notas:
(1) O valor baseia-se no preço das acções em 31 de Dezembro de 2008, que era de 49,4 p. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o preço das acções variou entre 41,4 p e 370,5 p.
(2) Sir Tom McKillop cessou de ser Presidente e administrador em 3 de Fevereiro de 2009.
(3) Retiraram-se como administradores em 6 de Fevereiro de 2009.
(4) Nomeado administrador em 1 de Outubro de 2008.

Durante o exercício, nenhum outro administrador deteve acções ordinárias da empresa.

Nenhum administrador detinha participações por conta de terceiros em acções da empresa em 31 de Dezembro de 2008, em 1 de Janeiro de 2008 ou data de nomeação, se posterior.

À data de 25 de Fevereiro de 2009, não houve alterações nas participações dos administradores nas acções mostradas nos quadros acima.

Acções preferenciais
O Sr. Koch detinha 20.000 acções preferenciais não cumulativas de US$0,01 cada em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – 20.000). Nenhum outro administrador acima mencionado detinha participações em acções preferenciais durante o exercício.

Declaração das responsabilidades dos administradores

Os administradores são obrigados, por força do Artigo 4.º do Regulamento IAS (Regulamento da Comissão Europeia n.º 1606/2002) a elaborar as Contas do Grupo e, conforme permitido pela Lei das Sociedades de 1985, decidiram elaborar as contas da empresa, para cada exercício, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia. São responsáveis pela elaboração das contas de modo a reflectirem razoavelmente a situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo e da empresa. Ao elaborarem essas demonstrações, os administradores são obrigados a:

- seleccionar políticas contabilísticas adequadas e aplicá-las de uma forma consistente;
- fazer apreciações e estimativas razoáveis e prudentes; e

indicar se as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas, sujeitas a quaisquer discrepâncias relevantes divulgadas e explicitadas nas demonstrações.

Os administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos adequados que reflictam com exactidão razoável, a qualquer momento, a situação financeira do Grupo e lhes permita assegurar que o Relatório e Contas Anuais cumpre com a Lei das Sociedades de 1985. Também são responsáveis pela salvaguarda do activo da empresa e do Grupo e, portanto, por tomar medidas razoáveis para a prevenção e detecção de fraudes e outras irregularidades.

Por ordem do Conselho de Administração.

Miller McLean
Secretário
25 de Fevereiro de 2009

Nós, os administradoras abaixo mencionados, confirmamos que segundo o nosso melhor conhecimento:

- as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, dão uma representação verdadeira e justa do activo, passivo, posição financeira e resultados da empresa e dos negócios incluídos na consolidação tomados como um todo; e
- a Análise por actividade, que está incorporada no relatório dos administradores, inclui uma análise justa do desenvolvimento e desempenho do negócio e da posição da empresa e dos negócios incluídos na consolidação como um todo, juntamente com uma descrição dos principais risco e incertezas que eles enfrenta.

Por ordem do Conselho de Administração

Philip Hampton
Presidente

Stephen Hester
Grupo Chief Executive

Guy Whittaker
Grupo Finance Director

25 de Fevereiro de 2009

Conselho de Administração

Presidente
Philip Hampton

Administradores executivos
Stephen Hester
Gordon Pell
Guy Whittaker

Administradores não executivos
Colin Buchan
Archie Hunter
Joe MacHale
John McFarlane
Arthur ‘Art’ Ryan

Demonstrações financeiras

172	Relatório dos auditores independentes
174	Demonstração de resultados consolidados
175	Balanços
176	Demonstrações de proveitos e custos reconhecidos
177	Demonstração dos fluxos de caixa
178	Políticas contabilísticas
189	Notas sobre as demonstrações

1	Margem financeiras	189
2	Proveitos não provenientes de juros (excluindo proveitos de prémios de seguros)	189
3	Despesas operacionais	190
4	Custos de pensões	192
5	Remuneração dos auditores	194
6	Obrigações fiscais	194
7	Lucros a distribuir a outros titulares de participações	195
8	Dividendos ordinários	195
9	Lucro registado nas demonstrações da empresa	195
10	Lucro por acção ordinária	196
11	Instrumentos financeiros	196
12	Activos financeiros em mora e depreciado	212
13	Derivados	214
14	Títulos de dívida	216
15	Acções de participação	218
16	Investimentos em empresas do Grupo	219
17	Activos intangíveis	220
18	Activos tangíveis	223
19	Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	224
20	Operações descontinuadas e activos e passivos de grupos de alienação	225
21	Saldos de compensação e posições curtas	226
22	Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	226
23	Impostos diferidos	227
24	Actividade de seguros	228
25	Passivos subordinados	235
26	Interesses minoritários	241
27	Capital social	242
28	Situação líquida	245
29	Locações	247
30	Garantias e titularizações	248
31	Recursos de capital	250
32	Itens do memorando	251
33	Entrada/(saída) de caixa líquida de actividades operacionais	255
34	Análise do investimento líquido em participações comerciais e activos intangíveis	256
35		257
36	Juros recebidos e pagos	258
37	Análise de alterações de financiamentos durante o exercício	258
38	Análise de caixa e equivalentes a caixa	259
39	Análise por segmento	264
40	Remuneração de administradores da gestão chave	265
41	Transacções com administradores, quadros superiores e outros	265
42	Partes relacionadas	266

Relatório dos auditores independentes aos sócios The Royal Bank of Scotland Grupo plc

Auditámos as demonstrações financeiras do The Royal Bank of Scotland Group plc ("a empresa") e as suas subsidiárias (conjuntamente "o Grupo") no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 que incluem as políticas contabilísticas, os balanços em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as demonstrações de resultados consolidados, as demonstrações dos fluxos de caixa, as demonstrações dos proveitos e custos reconhecidos em cada um dos três anos do período findo em 31 de Dezembro de 2008 e as respectivas Notas 1 a 42 e a informação identificada como "auditada" na secção de Gestão de risco, capital e liquidez da Análise por divisões. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas nas mesmas. Também auditámos a informação na parte do relatório sobre as remunerações dos administradores que é descrita como tendo sido auditada.

Este relatório destina-se exclusivamente aos sócios da empresa, como órgão, segundo a secção 235 da Lei das Sociedades de 1985. O nosso trabalho de auditoria foi realizado única e exclusivamente para podermos expor aos sócios da empresa os assuntos que somos obrigados a apresentar-lhes num relatório de auditoria. Na medida permitida pela lei, não aceitamos nem assumimos responsabilidade perante ninguém que não seja a empresa e os seus sócios, como entidade, pelo nosso trabalho de auditoria, por este relatório nem pelas opiniões que formulámos.

Responsabilidades respectivas dos administradores e dos auditores

As responsabilidades dos administradores na elaboração do relatório anual, o relatório sobre as remunerações dos administradores e as demonstrações financeiras de acordo com a legislação aplicável e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adoptadas pela União Europeia, estão definidas na declaração das responsabilidades dos administradores.

A responsabilidade consiste em auditar as demonstrações financeiras e a parte do relatório referente às remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda).

Apresentamos a nossas opinião se as demonstrações financeiras transmitem uma imagem verdadeira e fidedigna e se as demonstrações financeiras e a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada foram devidamente elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades de 1985 e no que se refere às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, Artigo 4 do Regulamento IAS. Também transmitimos se, na nossa opinião, a informação apresentada no relatório dos administradores é coerente com as demonstrações financeiras. A informação apresentada no relatório dos administradores também inclui informação específica apresentada na Análise por divisões que é cruzada com a parte da análise por divisões do relatório dos administradores.

Além disso, informamos se, na nossa opinião, a empresa não manteve registos contabilísticos apropriados, se não recebemos todas as informações e explicações de que necessitamos para a nossa auditoria ou se as informações especificadas pela lei sobre as remunerações dos administradores e outras transacções não foi divulgada.

Analisámos se a declaração de governo da empresa reflecte o cumprimento, por esta, das nove disposições do Código Combinado de 2096 especificado para a nossa análise pelas Regras Aplicáveis às Empresas Cotadas na Bolsa da Autoridade de Serviços Financeiros e informamos se não for o caso.

As Regras Aplicáveis às Empresas Cotadas na Bolsa não nos exigem que ponderemos se as declarações do Conselho de Administração ou da gestão sobre o controlo interno cobrem todos os riscos e controlos ou que formemos uma opinião sobre a eficácia dos procedimentos de governo empresarial do Grupo ou os seus procedimentos em matéria de riscos e controlo.

Lemos as restantes informações contidas no Relatório e Contas Anuais de 2008 conforme descrito no índice, incluindo a parte não auditada do relatório sobre as remunerações dos administradores, e verificamos se são consistentes com as demonstrações financeiras auditadas. Consideramos as implicações para o nosso relatório se tomarmos conhecimento de quaisquer manifestas declarações incorrectas ou inconsistências materiais com as demonstrações financeiras. As nossas responsabilidades não se estendem a qualquer outra informação para além do Relatório e Contas Anuais de 2008.

Base da opinião da auditoria

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (RU e Irlanda) emitidas pela Auditing Practices Board e com as normas da Public Empresa Accounting Oversight Board (Estados Unidos). Uma auditoria inclui a verificação, numa base de teste, das provas relevantes dos valores e outros dados divulgados nas demonstrações financeiras e na parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada. Também inclui uma avaliação das estimativas e apreciações significativas efectuadas pelos administradores na elaboração das demonstrações financeiras e se as políticas contabilísticas são apropriadas para as circunstâncias da empresa e do Grupo, consistentemente aplicadas e adequadamente divulgadas.

Planeámos e realizámos a nossa auditoria de modo a obter toda a informação e explicações que considerámos necessárias para dispor de provas suficientes para nos darem garantia razoável de que as demonstrações financeiras e a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada estão isentas de declarações incorrectas relevantes causadas por fraude ou outra irregularidade ou erro. Para formarmos a nossa opinião, também avaliámos a adequação global da apresentação da informação nas demonstrações financeiras e na parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada.

Opinião Reino Unido

Na nossa opinião:

- as demonstrações financeiras do Grupo dão uma imagem fidedigna e razoável, de acordo com IFRS adoptadas pela União Europeia, do estado dos negócios do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e das suas perdas e fluxos de caixa no exercício então findo;

- as demonstrações financeiras da empresa dão uma imagem fidedigna e razoável, segundo as IFRS adoptadas pela União Europeia e aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 1985, do estado dos negócios da empresa em 31 de Dezembro de 2008;

- as demonstrações financeiras e a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada foram devidamente elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades de 1985 e, no que se refere às demonstrações financeiras do Grupo, com o Artigo 4.º do Regulamento IAS; e

- a informação apresentada no relatório dos administradores é consistente com as demonstrações financeiras .

Opinião separada em relação às IFRS

Conforme está explicitado nas políticas contabilísticas, o Grupo, para além de cumprir a sua obrigação legal de obedecer às IFRS adoptadas pela União Europeia, também obedeceu às IFRS emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras dão uma imagem fidedigna e razoável, de acordo com as IFRS, do estado dos negócios do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e das perdas e dos fluxos de caixa no exercício então findo.

Opinião EUA

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de uma forma razoável, em todos os aspectos materiais, a situação financeira do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e os resultados das suas operações e fluxos de caixa em cada um dos três anos do período findo em 31 de Dezembro de 2007, em conformidade com as IFRS adoptadas para aplicação na União Europeia e as IFRS emitidas pela IASB.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram reformuladas para os assuntos divulgados na Nota 1 das Políticas Contabilísticas.

Também auditámos, de acordo com as normas da Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos), o controlo interno do Grupo sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2008, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control-Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Comission.

O nosso relatório datado de 25 de Fevereiro de 2009, que será incluído no Relatório Anual no Formulário 20-F no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a apresentar à Securities and Exchange Commission, expressou uma opinião sem reservas sobre a eficácia do controlo interno do Grupo sobre a informação financeira do Grupo.

Deloitte & Touche LLP
Revisores Oficiais de Contas e Auditores Registados
Edimburgo, Reino Unido
25 de Fevereiro de 2009

Nem o auditor nem o revisor dão a garantia da manutenção e integridade do sítio Web, incluindo controlos utilizados para conseguir isto, e em especial se ocorreram quaisquer alterações que possam ter ocorrido na informação financeira desde da sua primeira publicação. Estes assuntos são responsabilidade dos administradores, mas nenhuns procedimentos de controlo podem dar uma garantia absoluta nesta área.

A legislação do Reino Unido que rege a elaboração e disseminação das demonstrações financeiras diferem da legislação de outras jurisdições.

Demonstração de resultados consolidados para o ano findo em 31 de Dezembro de 2008

	Nota	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Juros e proveitos equiparados		49.522	32.252	24.688
Juros e custos equiparados		(30.847)	(20.183)	(14.092)
Margem financeira	1	18.675	12.069	10.596
Serviços e comissões a receber	2	9.831	8.278	7.116
Serviços e comissões a pagar	2	(2.386)	(2.193)	(1.922)
(Perdas)/proveitos de actividades de negociação	2	(8.477)	1.292	2.675
Outros proveitos operacionais (excluindo proveitos de prémios de seguro)	2	1.899	4.833	3.564
Proveitos de prémios de seguros líquidos	24	6.326	6.087	5.973
Proveitos não provenientes de juros		7.193	18.297	17.406
Total de proveitos		25.868	30.366	28.002
Custos com o pessoal		10.241	7.338	6.723
Instalações e equipamentos		2.593	1.703	1.421
Outras despesas administrativas		5.464	2.969	2.658
Depreciação e amortização		3.154	1.932	1.678
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis		32.581	—	—
Despesas operacionais	3	54.033	13.942	12.480
Resultados antes de outras despesas operacionais e imparidades		(28.165)	16.424	15.522
Reclamações de seguro líquidas	24	4.430	4.624	4.458
Imparidades	12	8.072	1.968	1.878
Resultados da exploração antes de impostos		(40.667)	9.832	9.186
Impostos	6	(2.323)	2.044	2.689
Resultados de operações continuadas		(38.344)	7.788	6.497
Resultados de operações descontinuadas, líquidos de impostos	20	3.971	(76)	—
Resultado do exercício		(34.373)	7.712	6.497
(Perda)/Lucro atribuível a:				
Interesses minoritários		(10.832)	163	104
Outras participações	7	596	246	191
Accionistas ordinários		(24.137)	7.303	6.202
		(34.373)	7.712	6.497
Por acção ordinária de 25p:				
Lucros básicos	10	(145,7p)	64,0p	54,4p
Lucros diluídos	10	(145,7p)	63,4p	53,9p
Dividendos	8	19,3p	27,0p	21,6p

As notas acompanhantes nas páginas 189 a 266, as políticas contabilísticas nas páginas 178 a 188 e as secções auditados da "Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez" nas páginas 78 a 144 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanços a 31 de Dezembro de 2008

	Nota	Grupo 2008 £m	Grupo Reformulado 2007 £m	Empresa 2008 £m	Empresa 2007 £m
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11	12.400	17.866	—	—
Empréstimos e adiantamentos a bancos	11	138.197	219.460	27.031	7.686
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11	874.722	828.538	—	307
Títulos de dívida sujeitos a acordos de recompra	30	80.576	107.651	—	—
Outros títulos de dívida		186.973	187.005	—	—
Títulos de dívida	14	267.549	294.656	—	—
Acções	15	26.330	53.026	—	—
Investimentos em empresas do Grupo	16	—	—	42.196	43.542
Saldos de compensação		17.832	16.589	—	—
Derivados	13	992.559	277.402	1.168	173
Activos intangíveis	17	20.049	49.916	—	—
Outros activos tangíveis	18	18.949	18.745	—	—
Impostos diferidos	23	7.082	3.119	3	—
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	19	24.402	15.662	489	127
Activos de grupos para alienação	20	1.581	45.850	—	—
Total do activo		2.401.652	1.840.829	70.887	51.835
Passivo					
Depósitos de bancos	11	258.044	312.294	1.802	5.572
Depósitos de clientes	11	639.512	682.363	26	—
Títulos de dívida emitidos	11	300.289	274.172	14.179	13.453
Saldos de compensação e posições curtas	21	54.277	91.021	—	—
Derivados	13	971.364	272.052	361	179
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	22	31.482	34.208	47	8
Passivos com benefícios de reforma	4	2.032	460	—	—
Impostos diferidos	23	4.165	5.400	—	3
Passivos de seguros	24	9.976	10.162	—	—
Passivos subordinados	25	49.154	38.043	10.314	7.743
Passivos de grupos para alienação	20	859	29.228	—	—
Total do passivo		2.321.154	1.749.403	26.729	26.958
Interesses minoritários	26	21.619	38.388	—	—
Situação líquida	27 28	58.879	53.038	44.158	24.877
Total da situação líquida		80.498	91.426	44.158	24.877
Total do passivo e situação líquida		2.401.652	1.840.829	70.887	51.835

As notas acompanhantes nas páginas 189 a 266, as políticas contabilísticas nas páginas 178 a 188 e as secções auditados da "Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez" nas páginas 78 a 144 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

As contas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2008 e assinadas em seu nome por:

Philip Hampton	Stephen Hester	Guy Whittaker
Presidente	*Group Chief Executive*	*Group Finance Director*

Demonstrações dos proveitos e custos reconhecidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

	Grupo			Empresa		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Investimentos disponíveis para venda						
Avaliação líquida (perdas)/ganhos levados directamente ao capital próprio	(8.096)	(776)	4.792	—	—	—
Lucro/(perda) líquido imputado aos resultados	690	(513)	(313)	—	—	—
Coberturas de fluxos de caixa						
Perdas líquidas levados directamente ao capital próprio	(1.618)	(426)	(109)	—	—	—
Perdas/(ganhos) líquidos levados a ganhos	162	(138)	(140)	2	3	3
Diferenças de câmbio na conversão de operações estrangeiras	15.425	2.210	(1.681)	—	—	—
(Perdas)/ganhos actuariais em planos de benefícios definidos	(2.287)	2.189	1.781	—	—	—
Resultado antes de impostos em rubricas reconhecidas directamente em capital próprio	4.276	2.546	4.330	2	3	3
Impostos sobre rubricas reconhecidas directamente em capital próprio	2.786	(170)	(1.173)	(1)	(1)	(1)
Resultado líquido reconhecido directamente em capital	7.062	2.376	3.157	1	2	2
Resultados do exercício	(34.373)	7.712	6.497	(9.602)	2.499	3.499
Total de proveitos e custos reconhecidos do exercício	(27.311)	10.088	9.654	(9.601)	2.501	3.501
Atribuível a:						
Accionistas	(22.979)	8.610	7.707	(9.601)	2.501	3.501
Interesses minoritários	(4.332)	1.478	1.947	—	—	—
	(27.311)	10.088	9.654	(9.601)	2.501	3.501

As notas acompanhantes nas páginas 189 a 266, as políticas contabilísticas nas páginas 178 a 188 e as secções auditados da “Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez” nas páginas 78 a 144 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

	Nota	Grupo			Empresa		
		2008 £m	2007 £m	2006 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Actividades operacionais							
Resultados antes de impostos		(40.667)	9.832	9.186	(10.017)	2.372	3.486
Resultados antes de impostos em actividades descontinuadas		4.208	68	—	—	—	—
Ajustamentos para:							
Depreciação e amortização		3.154	1.932	1.678	—	—	—
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis		32.581	—	—	—	—	—
Abatimento de investimentos em subsidiárias					14.321	—	—
Interesse em passivos subordinados		2.144	1.518	1.386	499	470	520
Encargos por planos de pensão de benefícios definidos		490	489	580	—	—	—
Contribuição em numerário para planos de pensão de benefícios definidos		(810)	(599)	(536)	—	—	—
Eliminação de rubricas não caixa em actividades descontinuadas		592	62	—	—	—	—
Eliminação de diferenças cambiais		(41.874)	(10.282)	4.516	1.778	(58)	(22)
Outras rubricas não caixa		8.603	(3.235)	(1.120)	(478)	1	18
Fluxos de caixa (entradas/saídas) líquido de actividades de negociação		(31.579)	(215)	15.690	6.103	2.785	4.002
Variações nos activos e passivos operacionais		(42.219)	28.261	3.980	(22.254)	15.562	(508)
Fluxos de caixa líquido de actividades operacionais antes de impostos		(73.798)	28.046	19.670	(16.151)	18.347	3.494
Impostos sobre proveitos (pagos)/recebidos		(1.540)	(2.442)	(2.229)	119	6	154
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	33	(75.338)	25.604	17.441	(16.032)	18.353	3.648
Actividades de investimento							
Venda e vencimento de títulos		53.390	63.007	27.126	—	—	—
Compra de títulos		(55.229)	(61.020)	(19.126)	—	—	—
Investimento em subsidiárias		—	—	—	(10.349)	(18.510)	(1.097)
Alienação de subsidiárias		—	—	—	700	6	—
Venda de activos tangíveis		2.228	5.786	2.990	—	—	—
Compra de activos tangíveis		(5.757)	(5.080)	(4.282)	—	—	—
Proveitos de alienação de actividades descontinuadas		20.113	(334)	—	—	—	—
Investimento líquido em participações comerciais e activos intangíveis	34	2.252	13.640	(63)	—	—	—
Empréstimos a subsidiárias		—	—	—	—	—	—
Reembolsos de subsidiárias		—	—	—	—	469	547
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento		16.997	15.999	6.645	(9.649)	(18.035)	(550)
Actividades de financiamento							
Emissão de acções ordinárias		49	77	104	49	77	104
Oferta e Colocação		19.741	—	—	19.741	—	—
Emissão de direitos de subscrição		12.000	—	—	12.000	—	—
Emissão de outras participações		—	3.600	671		3.600	671
Emissão de capital realizado		—	1.073	—	—	1.073	—
Emissão de passivo subordinado		2.413	1.018	3.027	—	—	399
Proveitos de participações minoritárias emitidas		1.427	31.095	1.354	—	—	—
Resgate de participações minoritárias		(13.579)	(545)	(81)	—	—	—
Recompra de acções ordinárias		—	—	(991)	—	—	(991)
Acções compradas por fundos dos trabalhadores		(64)	(65)	(254)	—	—	—
Acções emitidas planos de comparticipação dos trabalhadores nos lucros		2	79	108	—	—	7
Reembolso dos passivos subordinados		(1.727)	(1.708)	(1.318)	—	(469)	(547)
Dividendos pagos		(3.193)	(3.411)	(2.727)	(2.908)	(3.290)	(2.661)
Juros sobre os passivos subordinados		(1.967)	(1.522)	(1.409)	(466)	(455)	(497)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento		15.102	29.691	(1.516)	28.416	536	(3.515)
Efeitos das variações cambiais no caixa e equivalentes a caixa		29.209	6.010	(3.468)	761	62	(52)
Aumento/(diminuição) líquido do caixa e equivalentes a caixa		(14.030)	77.304	19.102	3.496	916	(469)
Caixa e equivalentes a caixa em 1 de Janeiro		148.955	71.651	52.549	1.573	657	1.126
Caixa e equivalentes a caixa em 31 de Dezembro		134.925	148.955	71.651	5.069	1.573	657

As notas acompanhantes nas páginas 189 a 266, as políticas contabilísticas nas páginas 178 a 188 e as secções auditados da 'Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez" nas páginas 78 a 144 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Políticas contabilísticas

1. Apresentação das contas

As demonstrações são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações publicadas pela International Financial Reporting Interpretations Committee da IASB (conjuntamente IFRS) adoptadas pela União Europeia (UE). A UE não adoptou o texto completo da IAS 39 'Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração"; é menos exigente em relação a alguns dos requisitos de coberturas preconizados nas normas. O Grupo não aproveitou este abrandamento das exigências da norma e adoptou a IAS 39 publicada pelo IASB: as demonstrações financeiras do Grupo são elaboradas de acordo com as IFRS publicadas pelo IASB. A data de transição para as IFRS pelo Grupo e a empresa (The Royal Bank of Scotland Grupo plc) e a data dos seus balanços IFRS iniciais foi 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo adoptou a IFRS 8 "Segmentos Operacionais" com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2008. A adopção antecipada da IFRS 8 não afectou materialmente as divulgações por segmentos.

Em Outubro 2008, o IASB publicou, e a União Europeia adoptou, alterações à IAS 39 "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração" para permitir a reclassificação de activos financeiros da categoria de detido para negociação (HFT) para disponível para venda (AFS), sujeita a certas restrições. As transferências devem ser feitas ao justo valor e este justo valor torna-se o novo custo ou custo amortizado dos instrumentos. As alterações são efectivas de 1 de Julho de 2008. As reclassificações feitas antes de 1 de Novembro de 2008 foram antedatadas para 1 de Julho de 2008; as reclassificações subsequentes foram efectivas a partir da data em que a reclassificação foi feita.

O Grupo reclassificou certos empréstimos e títulos de dívidas da categoria detido para negociação para a categoria empréstimos e contas a receber. Também reclassificou certos títulos de dívidas da categoria detidos para negociação para a categoria disponíveis para venda. Os valores do balanço destes activos, o efeito da reclassificação na demonstração de resultados e as perdas por imparidades relativas a estes activos são mostrados na Nota 11 Instrumentos financeiros na página 208.

Os montantes comparativos de 2007 foram reformulados para a compensação de certos saldos de activos de derivados e passivos de derivados com a London Clearing House como descrito na Nota 13; a conclusão da contabilidade da aquisição do ABN AMRO é estabelecida na Nota 34; e para a classificação do Banco Real como operação descontinuada como descrito na Nota 20.

O Grupo não é obrigado a incluir as reconciliações do capital próprio e dos proveitos líquidos ao abrigo das IFRS e das GAAP dos EUA na documentação a apresentar à Securities and Exchange Commission nos EUA.

A empresa foi constituída no RU e registada na Escócia. As demonstrações são elaboradas com base no custo histórico, excepto os seguintes activos e passivos que são contabilizados pelo seu justo valor: instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação, activos e passivos financeiro designados ao justo valor através dos resultados, activos financeiros e bens de investimento disponíveis para venda. Os activos e os passivos financeiros reconhecidos em coberturas ao justo valor são ajustados para alterações do justo valor relativamente ao risco que é coberto.

2. Base da consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da empresa e de entidades (incluindo algumas entidades para finalidades especiais) que continuam a ser controladas pelo Grupo (as suas subsidiárias). Existe controlo quando o Grupo tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade; geralmente conferido quando detém a maioria dos direitos de voto. No momento da aquisição de uma subsidiária, os seus activos, passivos e passivos contingentes identificáveis estão incluídos nas demonstrações consolidadas ao seu justo valor. Qualquer excedente de custo (o justo valor do activo transferido, do passivo incorrido ou assumido e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo mais eventuais custos directamente imputáveis) de uma aquisição acima do justo valor do activo líquido adquirido é reconhecido como goodwill. A participação dos accionistas minoritários é contabilizada pela sua parte do justo valor do activo líquido da subsidiária.

Os resultados das subsidiárias adquiridas estão incluídos na demonstração de resultados consolidada a partir da data em que o controlo passa para o Grupo e até o Grupo deixar de as controlar através da venda ou de uma alteração significativa das circunstâncias.

Todos os saldos intragrupo, transacções, proveitos e despesas são eliminados com a consolidação. As demonstrações consolidadas são elaboradas através da aplicação de políticas contabilísticas uniformes.

3. Reconhecimento das receitas

Os proveitos de juros dos activos financeiros que é classificado como empréstimos e contas a receber, disponível para venda ou detido até à maturidade e encargos com juros sobre os passivos financeiros que não estejam registados ao justo valor através dos resultados é determinado pelo método do juro efectivo. O método do juro efectivo é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro (ou grupo de activos ou passivos financeiros) e de imputação do proveitos de juros ou encargos com juros ao longo da vida útil esperada do activo ou passivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do montante inicial imputado ao instrumento. O cálculo de uma taxa de juro efectiva tem em conta as comissões a pagar ou a receber que fazem parte integrante dos proveitos, dos prémios ou dos descontos do instrumento no momento da aquisição ou da emissão, as taxas de resgate antecipado e os custos de transacção. Todas as condições contratuais de um instrumento financeiro são tidas em consideração ao estimar os fluxos de caixa futuros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos resultados são registados ao justo valor. As alterações do justo valor são reconhecidas em lucros ou perdas conjuntamente com os dividendos e juros a receber e a pagar.

As comissões de abertura do processo e utilização são determinadas como percentagem da facilidade em curso. Se for improvável ser celebrado um acordo de empréstimo específico, essas comissões são registadas em lucros ou perdas ao longo da vida útil da facilidade, de outro modo são diferidas e incluídas na taxa juro efectiva sobre o adiantamento.

As comissões relativas aos serviços são reconhecidas como o direito a acréscimos de pagamento através da prestação do serviço ao cliente. Os acordos são geralmente contratuais e o custo da prestação do serviço é incorrido à medida que este é prestado. O preço é normalmente fixo e sempre determinável. A aplicação desta política de tipos de taxas significativos está descrita abaixo.

Serviços de pagamento: compreendem os proveitos auferidos pelos serviços de pagamento, incluindo desconto de cheques, débitos directos, Clearing House Automated Payments (o sistema de pagamento electrónico do RU) e pagamentos CHAPs (a câmara de compensação automática que processa os débitos directos e os créditos directos). Geralmente são debitados por transacção. Os proveitos são auferidos quando o pagamento ou transacção ocorre. Os custos dos serviços de pagamento são normalmente debitados na conta do cliente, mensal ou trimestralmente após a conclusão dos serviços. Os acréscimos são cobrados por serviços fornecidos mas não debitados no fim do período.

Serviços relacionados com cartões: as comissões cobradas nos cartões de débito incluem:

- Comissão recebida dos retalhistas pelo processamento de transacções de cartões de crédito e de débito: o rendimento é contabilizado na demonstração de resultados à medida que o serviço é realizado.

- Taxas interbancárias recebidas: como emitente, o Grupo recebe uma taxa (interbancária) sempre que o titular de um cartão compra bens e serviços. Também recebe taxas interbancárias de outros emitentes de cartões por efectuar adiantamentos de dinheiro através das suas redes de balcões e máquinas multibanco. Estas taxas são cobradas logo que a transacção é efectuada; e

- A anuidade a pagar pelo titular de um cartão de débito é diferida e imputada ou lucro ou perda ao longo do período do serviço, i.e., 12 meses.

Mediação de seguros: é constituída por taxas e comissões recebidas da mediação de seguros. A comissão sobre a venda de um contrato de seguro é auferida no início da apólice, no momento em o seguro é angariado e contratado. No entanto, constitui-se uma provisão para o caso de a comissão ser reembolsável se a apólice for cancelada de acordo com os cancelamentos estimados.

Comissões de gestão de investimentos: as comissões cobradas pela gestão de investimentos são reconhecidas como receitas à medida que os serviços são fornecidos. Os custos marginais que são directamente imputáveis à angariação de um contrato de gestão de investimentos são diferidos e debitados como despesas à medida que as receitas relacionadas são reconhecidas.

Prémios de seguro: ver adiante política contabilística 12.

4. Activos detidos para venda e operações descontinuadas

Um activo não corrente (ou grupo de alienação) é classificado como detido para venda se o Grupo recuperar o montante contabilístico, principalmente através de uma transacção de venda do que a continuidade de uso. Um activo não corrente (ou grupo de alienação) classificado como detido para venda é mensurado pelo o seu valor contabilístico mais baixo e justo valor menos custos para vender. Se o activo (ou grupo de alienação) é adquirido como parte da concentração de negócios é inicialmente mensurado ao justo valor menos custos para vender. Os activos e passivos dos grupos de alienação classificados como detidos para venda e activos não correntes classificados como detidos para venda são mostrados em separado na face do balanço.

Os resultados das operações descontinuadas são mostrados num montante único na face das demonstrações de resultados incluindo os lucros e perdas após impostos de operações descontinuadas e o ganho e perda após impostos reconhecidos quer na mensuração ao justo valor menos os custos para vender ou na alienação da operação descontinuada. Uma operação descontinuada é uma unidade geradora de caixa ou um grupo de unidades geradoras de caixa que quer tenham sido alienadas, ou seja classificada para venda e (a) representa uma linha separada importante de negócio ou área de operações, (b) é parte de um plano único coordenado para alienar de uma linha importante separada de negócio ou área geográfica de operações ou (c) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista para revenda.

5. Pensões e outros benefícios pós-reforma

O Grupo concede benefícios pós-reforma sob a forma de pensões e planos de saúde aos colaboradores elegíveis.
Para os planos de benefício definido, o passivo do plano é avaliado numa base actuarial, através do método da unidade de crédito projectada e descontado a uma taxa que reflecte a actual taxa de retorno de uma obrigação societária de alta qualidade com prazo e divisa equivalente ao passivo do plano. Os activos do plano são avaliados ao seu justo valor. Qualquer excedente ou défice do activo do plano em relação ao passivo é reconhecido no balanço como activo (excedente) ou passivo (défice). O custo actual do serviço e quaisquer custos passados juntamente com o retorno esperado do activo do plano menos a compensação do desconto sobre o passivo do plano é debitado nas despesas operacionais. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos na totalidade no período em que ocorrem sem lucro ou perda e apresentados na demonstração do rendimento e das despesas reconhecidos. As contribuições para os planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas na demonstração de resultados quando forem pagáveis.

6. Activos intangíveis e goodwill

Os activos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo são registados pelo preço de custo menos amortização acumulada e perdas por imparidade. A amortização é imputada ao lucro ou perda sobre o período de vida útil estimado do passivo através dos métodos que melhor reflectirem o modelo de benefícios económicos é está incluído na depreciação e amortização. A vida útil estimada é a seguinte:

Activos intangíveis em depósito básicos:	6 a 10 anos
Outros intangíveis adquiridos	5 a 10 anos
Software informático	3 a 5 anos

Os gastos com goodwill e marcas gerados internamente são abatidos à medida que são incorridos. Os custos directos referentes ao desenvolvimento de software informático de uso interno são capitalizados depois de estabelecida a sua fiabilidade técnica e viabilidade económica. Estes custos incluem vencimentos, os custos de materiais e serviços e as despesas gerais imputáveis directamente. A capitalização dos custos cessa quando o software é capaz de operar conforme se pretende. Durante e após o desenvolvimento, os custos acumulados são revistos quanto a imparidades por contrapartida dos benefícios projectados que se espera que o software venha a gerar. Os custos incorridos antes da determinação da fiabilidade técnica e da viabilidade económica são registados como incorridos, assim como todos os custos de formação e despesas gerais. Os custos das licenças para utilizar o software informático do qual se espera que gere benefícios económicos para além de um ano também são capitalizados.

O goodwill adquirido, sendo o excesso do custo de uma aquisição acima do interesse do Grupo no justo valor líquido dos activos identificáveis e dos passivos contingentes da subsidiária, associada ou *joint venture* adquirido é inicialmente reconhecido pelo preço de custo e subsequentemente pelo preço de custo menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O goodwill resultante da aquisição de subsidiárias e *joint ventures* está incluído na rubrica do balanço "activos intangíveis" e o das associadas nos seus montantes registados. Os ganhos ou perdas da alienação de uma subsidiária, associada ou *joint venture* incluem o valor contabilístico de qualquer goodwill relacionado.

Ao implementar as IFRS, o Grupo não reformulou combinações de negócios que ocorreram antes de Janeiro de 2004. Ao abrigo dos anteriores GAAP, o goodwill resultante de aquisições após 1 de Outubro de 1998 foi capitalizado e amortizado ao longo da sua vida útil económica estimada. O goodwill decorrente de aquisições antes de 1 Outubro 1998 foi deduzido do capital próprio. O valor contabilístico do goodwill no balanço IFRS inicial (1 de Janeiro de 2004) foi de £13.131 milhões, o seu valor contabilístico ao abrigo dos anteriores GAAP.

7. Outros activos tangíveis

As rubricas de activos tangíveis são registadas pelo preço de custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade. Quando uma rubrica de activos tangíveis engloba importantes componentes que têm vidas úteis diferentes, eles são contabilizados separadamente. Os imóveis que estão a ser construídos ou desenvolvidos para utilização futura como bens de investimento são classificados como activos tangíveis e registados ao preço de custo até à conclusão da construção ou desenvolvimento, altura em que são reclassificados como bens de investimento.

A depreciação é imputada ao lucro ou perda numa base linear, de modo a abater o valor depreciável dos activos tangíveis (incluindo o activo da empresa utilizado em regime de locações operacionais (excepto bens de investimento – ver política contabilística 9 abaixo)) ao longo das suas vidas úteis estimadas. O montante depreciável é o custo de um activo menos o seu valor residual. Os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas são:

Edifícios próprios e arrendados	50 anos
Arrendamentos a curto prazo	período não expirado da renda
Custos de adaptação dos imóveis	10 a 15 anos
Equipamento informático	até 5 anos
Outro equipamento	4 a 15 anos

Segundo os anteriores GAAP, os bens próprios e os arrendados a longo prazo ocupados pelo Grupo para seu próprio uso foram registadas no momento da avalização com base no valor de uso existente. O Grupo decidiu utilizar esta avaliação em 31 de Dezembro de 2003 (£2.391 milhões) como custo considerado para o seu balanço IFRS inicial (1 de Janeiro de 2004).

8. Imparidade de outros activos tangíveis

Em cada data de reporte, o Grupo avalia se existe qualquer indicação de que os seus activos tangíveis estão depreciados. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do activo e a eventual perda por imparidade. O goodwill é testado quanto a imparidade anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou as alterações de circunstâncias indicarem que o mesmo pode estar depreciado.

Se um activo não gerar fluxos de caixa que sejam independentes daqueles outros activos ou grupos de activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence. O valor recuperável de um activo é o mais elevado do seu justo valor menos o custo para a vendar e o seu valor de uso. O valor de uso é o valor actual dos fluxos de caixa futuros obtidos do activo ou da unidade geradora de caixa descontado a uma taxa que reflecte as taxas de juro do mercado ajustadas para riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa que não se reflectiram na estimativa dos fluxos de caixa futuros. Se o montante recuperável de um activo intangível ou tangível for inferior ao seu valor contabilístico é imediatamente reconhecida uma perda por imparidade nos resultados e o valor contabilístico do activo é deduzido do montante da perda. A inversão de uma perda por imparidade de activos tangíveis (excluindo goodwill) ou das imobilizações corpóreas é reconhecida à medida que surge, desde que o valor contabilístico aumentado não exceda o que teria sido se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade. As perdas por imparidade do goodwill não são reversíveis.

9. Bens de investimentos

Os bens de investimento compreendem os bens próprios e arrendados que são detidos para obter rendas ou para aquisição de mais-valias ou ambos. Não é depreciado, mas é expresso ao justo valor com base em avaliações efectuadas por avaliadores registados independentes. O justo valor baseia-se nos preços correntes para bens similares no mesmo local e condições. Qualquer ganho ou perda resultante de uma alteração do justo valor é reconhecido em lucros ou perdas. O rendimento de rendas dos bens de investimento é reconhecido numa base linear ao longo do período de locação. Os incentivos de locação concedidos são reconhecidos como parte integrante do rendimento de rendas total.

10. Divisas estrangeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são apresentadas em libras esterlinas, a moeda funcional da empresa.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para libras esterlinas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e os passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos em libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais decorrentes da conversão são registadas em proveitos de actividades de negociação, exceptuando as diferenças resultantes das coberturas dos fluxos de caixa e das coberturas dos investimentos líquidos em operações estrangeiras. As rubricas não monetárias denominadas em divisas estrangeiras que são expressas ao justo valor são convertidas em libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor nas datas em que os valores foram apurados. As diferenças de conversão resultantes das rubricas não monetárias mensuradas ao justo valor são reconhecidas em lucros ou perdas exceptuando as diferenças relacionadas com os activos financeiros não monetário disponíveis para venda, por exemplo, acções de participação que estão incluídas na reserva de capital disponível para venda, a menos que o activo seja o elemento com cobertura numa cobertura ao justo valor.

Os activos e os passivos das operações estrangeiras, incluindo o goodwill e os ajustamentos ao justo valor decorrentes da aquisição são convertidos para libras às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As receitas e despesas de operações estrangeiras são convertidas em libras às taxas de câmbio médias, excepto se estas não se aproximarem das taxas de câmbio em vigor na data das transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão de uma operação estrangeira são reconhecidas directamente no capital próprio e incluídas em lucro ou perda da sua alienação.

11. Locações

Os contratos de locação de activos são classificados como locações financeiras se transferirem substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade do activo para o cliente. Outros contratos de locação de activo são classificados como locações operacionais.

As contas a receber de locações financeiras são expressas no balanço no montante do investimento líquido na locação, sendo os pagamentos das rendas mínimos e qualquer valor residual não garantido descontado na taxa de juro implícita nesta locação. O rendimento de locações financeiras é imputado aos períodos contabilísticos de modo a proporcionarem uma taxa de retorno antes de impostos sobre o investimento líquido periódica constante. Os valores residuais não garantidos estão sujeitos a revisão regular para identificar potenciais imparidades. Se tiver ocorrido uma redução do valor residual não garantido estimado, a imputação do rendimento é revista e qualquer redução relativa aos montantes acrescidos é imediatamente reconhecida.

Os proveitos das rendas de locações operacionais é creditado na demonstração de resultados, numa base de contas a receber ao longo do período de vigência da locação. O activo da locação operacional é incluído em outros activos tangíveis e depreciado ao longo da sua vida útil (ver política contabilística 7 acima).

12. Seguros

Seguros gerais

Os seguros gerais incluem os contratos de curta duração, principalmente os contratos de seguros de bens imóveis e de responsabilidades. Devido à natureza dos produtos vendidos – contratos de seguro de imóveis e acidentes, automóvel, habitação e saúde pessoal – a protecção do seguro é dada numa base regular ao longo da vigência da apólice.

Os prémios dos contratos de seguro gerais são reconhecidos no período contabilístico em que têm início. Os prémios não obtidos representam a proporção dos prémios líquidos que estão relacionados com períodos de seguro após a data do balanço e são calculados ao longo do período de exposição previsto na apólice, numa base diária, ao longo das 24 horas, ou que permita a incidência estimada da exposição ao abrigo de apólices com duração superior a doze meses. Quando necessário, faz -se provisão para o valor estimado das reclamações acima dos prémios não obtidos, incluindo a referente a negócios futuros por escrito ou linhas descontinuadas ao abrigo da extinção de acordos de autoridade de subscrição delegada. A provisão destina -se a fazer face a futuras reclamações e despesas relacionadas e é calculada nas classes de negócios relacionadas com base no transitado separado para o exercício seguinte de despesas de aquisição deferidas após ter em conta o rendimento do investimento.

As despesas de aquisição relacionadas com um novo e renovado negócio para todas as classes são contabilizadas ao longo do período durante o qual os prémios são obtidos. Os principais custos de aquisição assim diferidos são comissões a pagar, custos associados às televendas e pessoal de subscrição e custos de processamento de reclamações pré-pagas relativos a acordos de processamento de reclamações delegados para reclamações que se espera que ocorram após a data de balanço. As reclamações e os resseguros relacionados são reconhecidos no período contabilístico em que a perda ocorre. Faz-se provisão para o custo total de liquidação de reclamações pendentes na data do balanço, incluindo reclamações que se estima terem sido incorridas mas que ainda não foram reportadas até à data e as despesas de processamento de reclamações. O resseguro relacionado a receber é reconhecido na mesma altura.

Seguro de vida

Os contratos de seguro a longo prazo do Grupo incluem contratos de seguro de vida inteira, seguro misto, flexível vida inteira, pensão e de anuidades que se espera permanecerem em vigor durante um longo período de tempo. Os contratos de seguros a longo prazo ao abrigo dos quais o Grupo não aceita um risco de seguro significativo são classificados como instrumentos financeiros.

O Grupo reconhece o valor dos contratos de seguro a longo prazo em vigor como um bem do activo. Os fluxos de caixa associados aos contratos em vigor e ao activo relacionado, incluindo fluxos de caixa de resseguros, são projectados utilizando pressupostos apropriados quanto à futura mortalidade, persistência e níveis de despesa e excluindo o valor de margens de futuros investimentos, para estimar os futuros excedentes atribuíveis ao Grupo. Estes excedentes, descontados a uma taxa ajustada ao risco, são reconhecidos como activo separado. As alterações do valor deste activo estão incluídas em lucros ou
perdas.

Os prémios dos contratos de seguro a longo prazo são reconhecidos como proveitos quando são a receber. As reclamações referentes aos contratos de seguros a longo prazo reflectem o custo de todas as reclamações que surjam durante o exercício, incluindo os custos de processamento das reclamações. As reclamações são reconhecidas quando o Grupo toma conhecimento das mesmas.

Resseguros

O Grupo tem convenções de resseguros que transferem os riscos de seguros significativos. Os passivos pelos contratos ressegurados são calculados como o valor bruto do resseguro, sendo registado um activo de resseguro separado.

13. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão para uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado quando é maior a probabilidade de que venha a ser obrigado a transferir benefícios económicos para liquidar a obrigação e que o montante da obrigação pode ser estimado de modo fiável.

A provisão é feita para custos de reestruturação, incluindo custos de redundância, quando o Grupo tem uma obrigação construtiva de reestruturar. Uma obrigação existe quando o Grupo tem um plano formal detalhado para a reestruturação e foi alimentada uma expectativa válida naqueles que serão afectados pelo começo da implementação do plano ou anúncio das suas características principais.

Se o Grupo tem um contrato que é oneroso, ele reconhece a presente obrigação ao abrigo do contrato como uma provisão. Um contrato oneroso é aquele em que os custos inevitáveis de cumprir as suas obrigações excedem os benefícios económicos esperados. Quando o Grupo tem vaga uma propriedade de locação, é reconhecida uma provisão para os custos sob as rendas menos quaisquer benefícios económicos esperados (tal como proveitos de arrendamento).

Os passivos contingentes são obrigações passíveis de surgirem de acontecimentos passados cuja existência será confirmada apenas por futuros acontecimentos incertos ou obrigações presentes emergentes de acontecimentos passados que não são reconhecidos porque nem uma saída dos benefícios económicos é provável, nem montante da obrigação pode ser mensurada de modo fiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas a informação sobre eles é divulgada, excepto se a possibilidade de qualquer saída de benefícios económicos em liquidação for remota.

14. Provisões

Faz-se provisão para os impostos às taxas correntes promulgadas sobre os lucros tributáveis, que surgem como proveitos ou no capital próprio, tendo em conta a isenção dos impostos no estrangeiro quando apropriado. Os impostos diferidos são contabilizados pelo valor total para todas as diferenças temporárias entre o valor contabilístico de um activo ou passivo para fins contabilísticos e o seu valor contabilístico para efeitos fiscais, excepto em relação aos ganhos no estrangeiro, em que a remessa é controlada pelo Grupo, e o goodwill.

O activo referente a impostos diferidos só é reconhecido na medida em que seja provável vir a ser recuperável.

15. Activos financeiros

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados em investimentos detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda; detidos para negociação; designados ao justo valor através dos resultados ou empréstimos e contas a receber.

Investimentos detidos até à maturidade – um activo financeiro pode ser classificado como investimento detido até à maturidade apenas se tiver pagamentos fixos ou determináveis, uma maturidade fixa e o Grupo tiver a intenção positiva e a capacidade de detenção até à maturidade. Os investimentos detidos até à maturidade são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima) menos quaisquer perdas por imparidade.

Detido para negociação – um activo financeiro é classificado como detido para negociação se for adquirido principalmente para efeitos de venda a curto prazo ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros que são geridos conjuntamente e para os quais existe evidência de tomada de lucros a curto prazo ou é um derivado (não numa relação de cobertura de qualificação). O activo financeiro detido para negociação é reconhecido ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos nos resultados. Subsequentemente, são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre activo financeiro detido para negociação são reconhecidos em lucros ou perdas à medida que surgem.

Designado ao justo valor através dos resultados – os activos financeiros podem ser designados ao justo valor através dos resultados apenas se essa designação (a) eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento; ou (b) se aplicar a um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que o Grupo gere e avalia numa base de justo valor; ou (c) estiver relacionado com um instrumento que contem um derivado incorporado que não está claramente relacionado com o contrato principal.

Os activos financeiros que o Grupo designa no reconhecimento inicial como sendo ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre os activos financeiros que são designados ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nos resultados à medida que surgem.

A principal categoria de activos financeiros designados ao justo valor através dos resultados é o activo dos tomadores de seguros que está na base de contratos de seguro e investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo. A designação ao justo valor reduz significativamente a inconsistência de mensuração que surgiria se este activo fosse classificado como disponível para venda.

Empréstimos e contas a receber – os activos não derivados com reembolsos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo são classificados como empréstimos e contas a receber, excepto o que é classificado como disponível para venda ou detido para negociação ou designado ao justo valor através dos resultados. Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescidos dos custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima) menos quaisquer perdas por imparidade.

Disponível para venda – os activos financeiros que não são classificados como detidos até à maturidade; detidos para negociação; designados ao justo valor através dos resultados; ou empréstimos e contas a receber são classificados como disponíveis para venda. Os activos financeiros podem ser designados como disponíveis para venda no reconhecimento inicial. Os activos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao justo valor. Os investimentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser medido de maneira fiável são contabilizados ao preço de custo e classificados como activo financeiro disponível para venda. As perdas por imparidade e as diferenças cambiais resultantes da reconversão do custo amortizado dos activos financeiros monetários em divisa disponíveis para venda são reconhecidos em resultados, juntamente com o juro calculado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima). Outras alterações do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registadas num componente separado do capital próprio dos accionistas até à alienação, quando o ganho ou perca cumulativo é reconhecido nos resultados.

Reclassificações – os activos financeiros detidos para negociações e disponíveis para venda que satisfazem a definição de empréstimos e contas a receber (activos não financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo) podem ser reclassificados como empréstimos e contas a receber se o Grupo tiver a intenção e capacidade de deter o activo financeiro por um futuro previsível ou até à maturidade. O Grupo considera tipicamente o futuro previsível como doze meses a partir da data reclassificação. Além disso, os activos detidos para negociação que não satisfazem a definição de empréstimos e contas a receber pode, em raras circunstâncias, ser transferidas para activos financeiros detidos para venda ou investimentos detidos até à maturidade.

As compras efectuadas regularmente de activos financeiros classificados como empréstimos e contas a receber são reconhecidas na data da liquidação; todas as outras compras regulares são reconhecidas na data de negociação.

O justo valor para uma posição aberta líquida num activo financeiro que está cotado num mercado activo é o preço de oferta corrente vezes o número de unidades do instrumento detido. Os justos valores do activo financeiro não cotado no mercado activo são determinados através de técnicas de avaliação apropriadas, incluindo o desconto de fluxos de caixa futuros, modelos de preços de opções e outros métodos que são consistentes com metodologias económicas aceites para fixação de preços do activo financeiro.

16. Imparidade de activos financeiros

O Grupo avalia em cada data do balanço se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activo financeiro classificado como detido até à maturidade, disponível para venda ou empréstimos e contas a receber está depreciado. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está depreciado e afectado por uma perda por imparidade incorrida se existir evidência objectiva de que um ou mais acontecimentos desde o reconhecimento inicial do activo afectaram adversamente um montante ou o calendário dos fluxos de caixa futuros provenientes do activo.

Activo financeiro contabilizado pelo custo amortizado – se existir evidência objectiva de que foi incorrida uma perda por imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros classificados como empréstimos e contas a receber ou como investimentos detidos até à maturidade, o Grupo avalia o montante da perda como a diferença entre o valor contabilístico do activo ou grupo de activos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados resultantes do activo ou grupo de activos descontado à taxa de juro efectiva do instrumento no reconhecimento inicial.

As perdas por imparidade são avaliadas individualmente para os activos financeiros que são individualmente significativos e individual ou colectivamente para os activos que não são individualmente significativos. Ao efectuar a avaliação colectiva da imparidade, os activos financeiro são agrupados em carteiras com base em características de riscos similares. Os fluxos de caixa futuros provenientes destas carteiras são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas relacionadas com activos com características de riscos de crédito similares. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos dados actuais observáveis, para reflectir os efeitos das condições actuais que não afectam o período da experiência histórica.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados e o valor contabilístico do activo financeiro ou grupo de activos financeiros é reduzido estabelecendo uma dotação para perdas por imparidade. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir e for possível atribuir a redução a um acontecimento após a imparidade ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida ajustando a dotação. Uma vez uma perda por imparidade reconhecida num activo financeiro ou grupo de activos financeiros, o rendimento do juro é reconhecido no montante contabilístico utilizando a taxa de juro a que os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao medir a imparidade.

Activo financeiro contabilizado ao justo valor – quando tiver sido directamente reconhecido no capital próprio um declínio do justo valor de um activo financeiro classificado como disponível para venda e existe evidência objectiva de que o activo está depreciado, a perda cumulativa é retirada do capital próprio e reconhecida em lucros ou perdas. A perda é medida como a diferença entre o custo amortizado do activo financeiro e o seu justo valor corrente. As perdas por imparidade sobre os instrumentos de capital próprio disponíveis para venda não são revertidas através de lucros ou perdas, mas as perdas por imparidade sobre instrumentos de dívidas disponíveis para venda são revertidas se ocorrer um aumento do justo valor que esteja objectivamente relacionado com um acontecimento subsequente.

17. Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados em detidos para negociação, designados ao justo valor através dos resultados, ou custo amortizado.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se for incorrido principalmente para efeitos de venda a curto prazo ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros que são geridos de modo conjunto e relativamente aos quais existe evidência de tomada de lucros a curto prazo ou for um derivado (não numa relação de cobertura de qualificação). Os passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos nos resultados. Subsequentemente, é mensurado ao justo valor. Os ganhos e perdas são reconhecidos nos resultados à medida que surgem.

Os passivos financeiros que o Grupo designa no reconhecimento inicial como sendo ao justo valor através dos reconhecimentos são reconhecidos ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos nos resultados, e é subsequentemente mensurado ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre os passivos financeiros que são designados ao justo valor através nos resultados são reconhecidos nos resultados à medida que surgem.

Os passivos financeiros podem ser designados ao justo valor através dos resultados apenas se essa designação (a) eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento; ou (b) se aplicar a um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que o Grupo gere e avalia numa base de justo valor; ou (c) se relacionar com um instrumento que contenha um derivado incorporado e que não está de forma evidente intimamente relacionado com o contrato principal.

As principais categorias de passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados são (a) passivos estruturados emitidos pelo Grupo: a designação reduz significativamente a inconsistência de mensuração entre estes passivos e os derivados relacionados contabilizados ao justo valor; e (b) os contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo: a designação ao justo valor reduz significativamente a inconsistência de mensuração que surgiria se esse passivo fosse medido ao custo amortizado.

Todos os restantes passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima).

O justo valor para uma posição aberta líquida num passivo financeiro que está cotado no mercado activo é o preço de oferta corrente vezes o número de unidades do instrumento detido ou emitido. Os justos valores dos passivos financeiros não cotados num mercado activo são determinados através de técnicas de avaliação apropriadas, incluindo o desconto de fluxos de caixa futuros, modelos de preços de opções e outros métodos que são consistentes com as metodologias económicas aceites para a fixação do preço do passivo financeiro.

18. Compromissos de empréstimos
Faz-se provisão para compromissos de empréstimos, para além daqueles classificados como detidos para negociação, se for provável que a facilidade seja utilizada e o empréstimo resultante será reconhecido num valor menos o montante adiantado. Os compromissos de empréstimos sindicados em excesso do nível de empréstimos sob o compromisso aprovado para retenção pelo Grupo são classificados como detidos para negociação e mensurado ao justo valor.

19. Desreconhecimento
Um activo financeiro é desreconhecido quando foi transferido e a transferência o qualifica para desreconhecimento. Uma transferência exige que o Grupo: (a) transfira os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do activo; ou (b) retenha o direito aos fluxos de caixa do activo mas assuma a obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a terceiros. Após uma transferência, o Grupo avalia até que ponto reteve os riscos e recompensas da propriedade do activo transferido. Se todos os riscos e recompensas tiverem sido substancialmente retidos, o activo permanece no balanço. Se todos os riscos e recompensas tiverem sido substancialmente transferidos, o activo é desreconhecido. Se todos os riscos e recompensas não tiverem sido substancialmente retidos nem transferidos, o Grupo avalia se reteve ou não o controlo do activo. Se não reteve o controlo, o activo é desreconhecido. Se reteve o controlo, continua a reconhecer o activo na media do seu envolvimento contínuo.

Um passivo financeiro é removido do balanço quando a obrigação é cumprida, cancelada ou expira.

20. Transacções de venda e recompra
Os títulos sujeitos a um acordo de venda e recompra ao abrigo do qual todos os riscos e recompensas da propriedade são substancialmente retidos pelo Grupo continuam a figurar no balanço e as receitas da venda são registadas como depósito. Os títulos adquiridos numa transacção de venda reversa e de recompra ao abrigo da qual o Grupo não está exposto a substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade não são reconhecidos no balanço e o valor pago é registado em Empréstimos e adiantamentos a bancos ou em Empréstimos e adiantamentos a clientes conforme for apropriado.

As transacções relacionadas com pedidos e concessões de empréstimos de títulos são normalmente garantidas por caixa ou títulos adiantados pelo mutuário. Os empréstimos de títulos obtidos não são reconhecidos no balanço ou os títulos emprestados são desreconhecidos. As garantias de caixa recebidas ou dadas são tratadas como empréstimo ou depósito; a garantia sob a forma de títulos não é reconhecida.
Porém, quando os títulos obtidos por empréstimo são transferidos para terceiros, é registado um passivo relativo à obrigação de devolver os títulos à contraparte que emprestou o capital.

21. Compensação
Os activos financeiros e os passivos financeiros são compensados e o montante líquido é apresentado no balanço quando e apenas quando o Grupo possuir correntemente um direito legalmente aplicável de compensar os montantes reconhecidos e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo celebrou uma série de acordos, incluindo acordos-quadro de compensação, que lhe conferem o direito de compensar o activo financeiro e o passivo financeiro mas em que não pretende liquidar os montantes líquidos ou simultaneamente e, por conseguinte, o activo e

22. Instrumentos de capital
O Grupo classifica um instrumento financeiro que emite como activo financeiro, passivo financeiro ou um instrumento patrimonial, de acordo com a substância do acordo contratual. Um instrumento é classificado como passivo se for uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou permutar activos financeiros ou passivos financeiros em termos potencialmente desfavoráveis. É classificado como capital próprio se evidenciar um juro residual nos activos do Grupo após a dedução do passivo. Os componentes de um instrumento financeiro composto emitido pelo Grupo são classificados e contabilizados separadamente como activos financeiros, passivos financeiros ou capital próprio, conforme for apropriado.

23. Derivados e cobertura
Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores dos derivados são determinados com base nos preços cotados nos mercados activos quando disponíveis. Se não existir mercado activo para um instrumento, o justo valor baseia-se nos preços dos componentes do derivado, através de modelos de preços ou avaliação apropriados.

Um derivado incorporado num contrato é contabilizado como derivado autónomo se as suas características económicas não estiverem intimamente relacionadas com as características económicas do contrato principal; a menos que todo o contrato seja contabilizado ao justo valor através dos resultados.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações do justo valor de um derivado são reconhecidos à medida que surgem nos resultados, salvo se o derivado for o instrumento de cobertura numa cobertura de qualificação. O Grupo participa em três tipos de relação de cobertura: coberturas de alterações do justo valor de um activo ou passivo reconhecido ou compromisso firme (coberturas de justo valor); coberturas da variabilidade dos fluxos de caixa de um activo ou passivo reconhecido ou uma transacção prevista (coberturas de fluxos de caixa); e coberturas do investimento líquido numa operação estrangeira.

As relações de cobertura são formalmente documentadas no início. A documentação inclui a identificação do elemento coberto e do instrumento de cobertura, dados do risco coberto e a forma como a eficácia será avaliada no início e durante o período da cobertura. Se a cobertura não for altamente eficaz na compensação de alterações de justos valores ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, de forma consistente com a estratégia de gestão de riscos documentada, a contabilização da cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor – numa cobertura de justo valor, o ganho ou perda do instrumento de cobertura é reconhecido nos resultados. O ganho ou perda do elemento coberto atribuível ao risco coberto é reconhecido nos resultados e ajusta o montante contabilístico do elemento coberto. A contabilização da cobertura é descontinuada se esta deixar de cumprir os critérios da contabilização de cobertura ou se o instrumento de cobertura expirar ou for vendido, rescindido ou exercido ou se a designação de cobertura for revogada. Se o elemento coberto for objecto de utilização do método da taxa de juro efectiva, qualquer ajustamento cumulativo é amortizado nos resultados ao longo da vida do elemento coberto, utilizando a taxa de jura efectiva recalculada.

Cobertura dos fluxos de caixa – quando um instrumento financeiro derivado é designado como uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de um activo ou passivo reconhecido ou uma transacção prevista altamente provável, a parte efectiva do ganho ou perda sobre o instrumento de cobertura é reconhecida directamente no capital próprio. A parte não efectiva é reconhecida nos resultados. Quando uma transacção prevista tem como resultado o reconhecimento de um activo financeiro ou passivo financeiro, o ganho ou perda cumulativa é reclassificado a partir do capital próprio nos mesmos períodos em que o activo ou passivo afecta os resultados. De outro modo, o ganho ou perda cumulativa é retirado do capital próprio e reconhecido nos resultados ao mesmo tempo que a transacção coberta. A contabilização da cobertura é descontinuada se esta deixar de cumprir os critérios da contabilidade de coberturas; se o instrumento de cobertura expirar ou for vendido, rescindido ou exercido; se a transacção prevista já não for esperada; ou se a designação da cobertura for revogada. Com a descontinuação da contabilização da cobertura (excepto quando uma transacção prevista já não é esperada), o ganho ou perda não realizado cumulativo reconhecido no capital próprio é reconhecido nos resultados quando os fluxos de caixa cobertos ocorrem ou se a transacção prevista resultar no reconhecimento de um activo financeiro ou passivo financeiro nos mesmos períodos durante os quais o activo ou passivo afectar os resultados. Quando a transacção prevista já não é esperada, o ganho ou perda cumulativo não realizado é reconhecido imediatamente em nos resultados.

Cobertura do investimento líquido numa operação estrangeira – na cobertura de um investimento líquido numa operação estrangeira, a parte das diferenças cambiais resultantes do instrumento de cobertura determinado como sendo uma cobertura efectiva é reconhecida directamente no capital próprio. Qualquer parte não efectiva é reconhecida nos resultados. O passivo financeiro não derivado, assim como os derivados, pode ser o instrumento de cobertura numa cobertura de investimento líquido.

24. Pagamentos com base em acções

O Grupo concede opções sobre acções no The Royal Bank of Scotland Grupo plc aos seus colaboradores ao abrigo de vários planos de opções de acções. O Grupo aplicou as IFRS 2 "Pagamento com base em acções" às concessões ao abrigo destes planos após 7 de Novembro de 2002 que não tinham sido subscritas em 1 de Janeiro de 2005. A despesa relativa a estas transacções é avaliada com base no justo valor na data em que as opções são concedidas. O justo valor é estimado através de técnicas de avaliação que têm em conta o preço de exercício da opção, o seu prazo, a taxa de juro sem riscos e a volatilidade esperada do preço de mercado das acções do The Royal Bank of Scotland Grupo plc. As condições de subscrição não são tidas em conta ao avaliar o justo valor mas são reflectidas ajustando o número de opções incluído na mensuração da transacção de tal modo que o montante reconhecido reflicta o número realmente subscrito. O justo valor é contabilizado numa base linear ao longo do período de indisponibilidade.

25. Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes a caixa inclui o caixa e os depósitos à vista em bancos, juntamente com os investimentos a curto prazo altamente líquidos que são imediatamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um risco de alteração de valor insignificante.

26. Acções em entidades do Grupo

Os investimentos da empresa nas suas subsidiárias são expressos pelo preço de custo menos qualquer imparidade.

Políticas contabilísticas críticas e principais fontes de incerteza das estimativas

Os resultados reportados do Grupo são sensíveis às políticas contabilísticas e aos pressupostos e estimativas que estão subjacentes à preparação das suas demonstrações financeiras. A legislação sobre as empresas britânica e as IFRS exigem que os administradores, ao elaborarem as demonstrações financeiras do Grupo seleccionem políticas contabilísticas adequadas, as apliquem consistentemente e façam apreciações e estimativas que sejam razoáveis e prudentes. Na ausência de uma norma ou interpretação aplicável, a IAS 8 "Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros", exige que a gestão crie e aplique uma política contabilística que permita obter informação relevante e fiável à luz das exigências e das directrizes das IFRS que tratam de assuntos similares e relacionados e da Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras das IASB. As apreciações e pressupostos envolvidos nas normas contabilísticas do Grupo que são consideradas pelo Conselho de Administração como as mais importantes para retratar a sua situação financeira estão descritas abaixo. A utilização de estimativas, pressupostos ou modelos que diferem dos adoptados pelo Grupo afectaria os seus resultados reportados.

Provisões para imparidades de empréstimos

As provisões para imparidades de empréstimo feitas pelo Grupo são estabelecidas para reconhecer as perdas por imparidade incorridas na sua carteira de crédito classificado como empréstimos e contas e receber e contabilizadas pelo custo amortizado. Um empréstimo está afectado por imparidade quando existe evidência objectiva de que os acontecimentos ocorridos desde que o empréstimo foi concedido afectaram os fluxos de caixa esperados do empréstimo. A perda por imparidade é a diferença entre o valor contabilístico do empréstimo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados à taxa de juro efectiva original do empréstimo.

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos e adiantamentos a clientes brutos totalizavam £885.611 milhões (2006 – £834.987 milhões) e as provisões para imparidades dos empréstimos a clientes ascendiam a £10.889 milhões (2007 - £6.449 milhões).

Há dois componentes das provisões para imparidades de empréstimos do Grupo: individuais e colectivos.

Componente individual – todos os empréstimos afectados por imparidade que excedam limiares específicos são avaliados individualmente para imparidade. Os empréstimos avaliados individualmente compreendem principalmente a carteira de crédito comercial do Grupo às médias e grandes empresas. As perdas por imparidade são reconhecidas como a diferença entre o valor contabilístico do empréstimo e o valor descontado da melhor estimativa de reembolsos e receitas de fluxos de caixa futuros estimados de qualquer título detido feita pela gestão. Estas estimativas têm em conta a capacidade de endividamento do cliente e a flexibilidade financeira; o nível e qualidade dos seus ganhos; o montante e as fontes de fluxos de caixa; a indústria em que a contraparte opera; e o valor realizável de qualquer título detido. Estimar o montante e o calendário de futuras recuperações envolve uma apreciação significativa. A dimensão dos recebimentos dependerá do desempenho futuro do mutuário e do valor do título, que serão ambos afectados por condições económicas futuras; além disso, a garantia pode não ser facilmente comercializável. O valor real dos fluxos de caixa futuros e a data em que são recebidos pode diferir destas estimativas e, consequentemente as perdas reais incorridas podem diferir das reconhecidas nestas demonstrações financeiras.

Componente colectivo – é constituído por dois elementos: provisões para imparidades de empréstimos referentes aos empréstimos que se situam abaixo dos limites de avaliação individuais (provisões colectivas para imparidades de crédito) e para perdas de empréstimos que foram incorridas mas não separadamente identificadas na data do balanço (provisões para perdas latentes). São estabelecidas numa base de carteira através de uma metodologia de valor actual, tendo em conta o nível de mora, a garantia, a experiência passada em termos de perdas, os scores de crédito e os incumprimentos baseados em tendências da carteira. Os factores mais significativos ao estabelecer estas previsões são as taxas de perda esperadas e a vida média relacionada. Estas carteiras incluem contas a receber de cartões de crédito e outros adiantamentos, incluindo hipotecas. A qualidade de crédito futura destas carteiras está sujeita a incertezas que podem dar origem a que as perdas de crédito reais difiram materialmente das provisões para imparidades de empréstimos reportadas. Estas incertezas incluem a envolvente económica, nomeadamente as taxas de juro e o seu efeito nos gastos do cliente, o nível de desemprego, o comportamento em termos de pagamento e as tendências de falência.

Pensões

O Grupo opera uma série de planos de pensão de benefício definido, descritos na nota 4 destas demonstrações. Os activos dos planos são avaliados ao justo valor na data do balanço. Os seus passivos são avaliados através do método da unidade projectada, que tem em conta os aumentos de proveitos projectados, utilizando pressupostos actuariais que indicam a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros que resultantes tendo em conta os passivos do plano. Estes fluxos de caixa são descontados à taxa de juro aplicável às obrigações de alta qualidade emitidas por sociedades da mesma moeda e prazo que os passivos. Qualquer excedente ou défice reconhecível no activo sobre o passivo é reconhecido no balanço como activo (excedentes) ou passivo (défice). Para determinar o valor do passivo do plano utilizam-se pressupostos relacionados com a inflação dos preços, o crescimento dos dividendos, o aumento das pensões, o aumento dos proveitos e os colaboradores. Existe uma série de pressupostos que podem ser adoptados para avaliar o passivo dos planos. Pressupostos diferentes podem alterar significativamente o montante do excedente ou do défice reconhecido no balanço e o custo das pensões imputado à demonstração de resultados. Os pressupostos adoptados para os planos de pensão do Grupo estão indicados na nota 4 nas demonstrações, juntamente com a sensibilidade dos montantes reportados às alterações nesses pressupostos. Um activo de pensão de £36 milhões e o passivo de £2.032 milhões foram reconhecidos no balanço de de 31 de Dezembro de 2008 (2007 activo - £575 milhões; activo - £460 milhões).

Justo valor – instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos resultados e o activo financeiro classificado como disponível para venda são reconhecidos nas demonstrações financeiras ao justo valor. Todos os derivados são avaliados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes de operações de justo valor dos instrumentos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos resultados estão incluídos na demonstração de resultados. Os ganhos e perdas não realizados do activo financeiro disponível para venda são reconhecidos directamente no capital próprio, a menos que seja reconhecida uma perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros mensurados no justo valor incluem:

Empréstimos e adiantamentos (detidos para negociação e designados ao justo valor através doa resultados) – compreendem principalmente os acordos de reversão de recompra (*reverse repos*) e os empréstimos sindicados. Nos acordos de recompra uma parte concorda em vender títulos a outra e simultaneamente em recomprar os títulos numa data futura a um preço especificado. O preço de recompra é fixado no início, sendo normalmente o preço de venda original acrescido de um montante que representa o juro relativo ao período desde a venda até à recompra. Os empréstimos sindicados avaliados ao justo valor são montantes detidos de sindicações em que o Grupo foi o *lead manager* ou subscritor, para além da participação a longo prazo pretendida do Grupo.

Títulos de dívida (detidos para negociação, designados ao justo valor através dos resultados e disponíveis para venda) – os títulos de dívida incluem os emitidos por governos, organismos autárquicos, entidades hipotecárias e instituições financeiras, assim como obrigações de empresas, obrigações não garantidas e participações residuais em titularizações.

Títulos de participação (detidos para negociação, designados ao justo valor através dos resultados e disponíveis para venda) – compreendem as acções de participação em empresas ou entidades cotadas e não cotadas.

Depósitos de bancos e contas de clientes (detidos para negociação e designados ao justo valor através dos resultados) – os depósitos avaliados ao justo valor incluem principalmente os acordos de recompra (*repos*) acima referidos e os contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo.

Títulos de dívida emitidos (detidos para negociação e designados ao justo valor através dos resultados) – são avaliados ao justo valor e compreendem principalmente os títulos a médio prazo.

Posições curtas (detidas para negociação) – resultam de actividades de negociação e criação de mercado em que são vendidos títulos de dívida e acções de participação que o Grupo não possui correntemente.

Derivados – incluem *swaps*, *forwards*, futuros e opções. Podem ser negociados numa bolsa de valores organizada (negociados em bolsa) ou fora da bolsa (OTC) (mercado de balcão). Os titulares de derivados negociados na bolsa são geralmente obrigados a criar diariamente uma margem sob a forma de caixa ou outros colaterais.

Os *swaps* incluem *swaps* cambiais, *swaps* de taxa de juro, *credit default swaps*, *swaps* de retorno total e *swaps* de capital e *swaps* de rendimento das acções. Um *swap* é um acordo de permuta de fluxos de caixa no futuro, segundo uma fórmula pré-acordada. Nas transacções de *swaps* cambiais, as obrigações de pagamento de juros são permutadas em relação a activos e passivos denominados em diferentes divisas; a permuta de capital pode ser nocional ou real. Os contratos de *swap* de taxa de juro geralmente envolvem a permuta de obrigações de pagamento de juro fixo ou variável sem a permuta dos montantes de capital subjacentes.

Os *forwards* incluem os acordos de operações cambiais a termo e os acordos de operações de taxas de juro num período futuro. Um contrato de *forward* é um contrato de compra (ou venda) de uma quantia especificada de um bem físico ou financeiro, a um preço acordado, numa data futura acordada. Os acordos de operações cambiais a termo são acordos de fornecimento de divisas numa data futura especificada.

Os acordos de taxas de juro num período futuro são acordos ao abrigo dos quais duas contrapartes acordam o juro a pagar sobre um depósito nocional a um prazo especificado com início numa data futura específica; não existe permuta de capital.
Os futuros são contratos de compra ou venda de quantidades uniformizadas de bens físicos ou financeiros subjacentes numa data específica negociados em bolsa. O Grupo compra e vende futuros de divisas, de taxas de juro e de acções.

As opções incluem operações negociadas em bolsa de opções cambiais, de taxas de juro, de acções e rendimento das acções e operações OTC de opções cambiais e acções, *caps* de taxas de juro e *floors* e *swaptions*. São contratos que dão ao titular o direito mas não obrigação de comprar (ou vender) uma quantidade especificada de um bem físico ou financeiro subjacente a um preço acordado numa data acordada ou ao longo de um período acordado.

O justo valor é um montante pelo qual um activo pode ser permutado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e interessadas numa transacção independente. Os justos valores são determinados com base nos preços de cotação nos mercados activos de activo financeiro ou passivo financeiro onde estes estão disponíveis. O justo valor de uma posição aberta líquida num activo financeiro ou passivo financeiro num mercado activo é o preço corrente de proposta ou oferta vezes o número de unidades do instrumento detido. Quando uma carteira de negociação contém activos financeiros e passivos financeiros que são derivados do mesmo instrumento subjacente, o justo valor é determinado avaliando as posições longas e curtas brutas a preços de mercado médios correntes, com um ajustamento ao nível da carteira à posição longa ou curta aberta para corrigir a avaliação da proposta ou oferta conforme for apropriado. Quando o mercado para um instrumento financeiro não está activo, o justo valor é estabelecido através de uma técnica de avaliação. Estas técnicas de avaliação envolvem um grau de estimativa cuja extensão depende da complexidade do instrumento e da disponibilidade de dados baseados no mercado. A sensibilidade a pressupostos alternativas razoavelmente possíveis do justo valor de instrumentos financeiros avaliados utilizando técnicas onde, pelo menos, um dado significativo é inobservável é dada na Nota 11 nas páginas 202 e 203.

Reclamações de seguros gerais

O Grupo faz provisões para o custo total da liquidação de reclamações pendentes decorrentes da sua actividades de seguros gerais na data do balanço, incluindo reclamações estimadas como tendo sido incorridas mas ainda não reportadas nessa data e as despesas de processamento de reclamações. As provisões para as reclamações de seguros gerais ascenderam a £5.478 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – £5.466 milhões).

As provisões são determinadas pela gestão com base na experiência de reclamações líquidas e em modelos estatísticos que exigem certos pressupostos relativamente à incidência, timing e montante das reclamações e quaisquer factores específicos, como condições atmosféricas adversas. Para calcular o valor total da provisão necessária, analisa-se o desenvolvimento histórico das reclamações através de metodologias estatísticas para extrapolar, dentro de parâmetros de probabilidade aceitáveis, o valor das reclamações pendentes na data do balanço. Na estimativa das reclamações pendentes também estão incluídos outros pressupostos como o factor inflacionário utilizado para as reclamações por danos pessoais que se baseia nas tendências históricas e, por conseguinte, permite um certo aumento devido a alterações na *common law* e dos estatutos. Os custos relativos às despesas de processamento das reclamações directas e indirectas também estão incluídos. As recuperações dos seguros cedidos são registadas no mesmo período contabilístico que as reclamações directas a que se referem. A provisão para as reclamações pendentes baseia-se na informação disponível para a gestão e o resultado final pode variar em relação à avaliação original. A experiência com reclamações reais pode diferir do modelo histórico em que a estimativa se baseou e o custo de liquidação de reclamações individuais pode exceder esse valor assumido.

Goodwill

O Grupo capitaliza seguros resultantes da aquisição de negócios, como referido na política contabilística 6. O valor contabilístico do goodwill em 31 de Dezembro de 2008 era £15.562 milhões (2007 - £42.953 milhões).

É o excedente de custo de uma actividade adquirida em relação ao justo valor do seu activo líquido. O apuramento do justo valor dos activos e dos passivos das actividades adquiridas requer o exercício de apreciações de gestão; por exemplo, os activos e passivos financeiros para os quais não existem preços cotados e o activos não financeiros em que as avaliações reflectem estimativas das condições do mercado como os bens imóveis. Justos valores diferentes resultariam em alterações do Goodwill e do desempenho pós-aquisição da aquisição. O Goodwill não é amortizado, mas sim testado quanto a imparidade anualmente ou com mais frequência se os acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem que pode existir imparidade.

Para efeitos de testes de imparidade, o Goodwill adquirido numa concentração de negócios é atribuído a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que venham beneficiar da concentração. Os testes de imparidade do Goodwill envolvem a comparação do valor contabilístico de uma unidade geradora ou grupo de unidades geradoras com o seu montante recuperável. O montante recuperável é o valor mais elevado do justo valor da unidade e o seu valor de uso. O valor de uso é o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados da unidade ou grupo de unidades geradoras de caixa. O justo valor é o montante obtido pela venda da unidade geradora de caixa numa transacção entre partes independentes, conhecedoras e dispostas.

Os testes de imparidade envolvem inerentemente uma série de áreas opinativas: a elaboração de previsões de fluxos de caixa durante períodos que ultrapassam os requisitos normais da informação da gestão; a avaliação da taxa de desconto apropriada para a actividade; a estimativa do justo valor das unidades geradoras de caixa; e a avaliação do activo separável de cada actividade cujo goodwill está a ser analisado. A sensibilidade às alterações nos pressupostos é discutida na Nota 17 na página 220.

Impostos diferidos

O Grupo faz provisões para impostos diferidos no curto prazo e outras diferenças temporárias onde o reconhecimento fiscal ocorrer num momento diferente do reconhecimento contabilísitco.

O Grupo reconheceu os activos por impostos diferidos em relação a perdas, principalmente no Reino Unido e diferenças de tempo de curto prazo. A dedução fiscal é dada para perdas operacionais por compensação quando os lucros futuros surgirem e, por conseguinte, a recuperabilidade dos activos por impostos diferidos é uma questão de apreciação.

Desenvolvimentos contabilísticos

Normas Internacionais de Relato Financeiro

O International Accounting Standards Board emitiu uma IAS 23 "Custos de empréstimos obtidos" revista em Março de 2007. As entidades são obrigadas a capitalizar os custos de empréstimos obtidos atribuíveis ao desenvolvimento ou construção dos activos intangíveis ou activos tangíveis. A norma está em vigor para períodos contabilísticos com início em ou após 1 de Janeiro de 2009 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou na empresa

O IASB publicou uma IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras" revista em Setembro de 2007, com efeitos para os períodos contabilísticos com inicio em ou após de 1 de Janeiro de 2009. Não se espera que estas alterações aos requisitos de apresentação para as demonstrações financeiras tenham um efeito material no Grupo ou na empresa.

O IASB publicou uma IFRS 3 "Concentrações de actividades empresariais" revista e alterações relacionadas na IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" após a conclusão, em Janeiro de 2008, do seu projecto para aquisição e alienação de subsidiárias. As normas melhoram a convergência com as GAAP dos EUA e dão novas orientações sobre contabilidade de alterações de participações em subsidiárias. O custo de uma aquisição incluirá apenas o valor pago aos vendedores pelo capital próprio; outros custos serão despendidos imediatamente. Os Grupos só contabilizam o goodwill da aquisição de uma subsidiária; alterações subsequentes da participação serão reconhecidas no capital próprio e apenas numa perda de controlo haverá um lucro ou perda da alienação a reconhecer no rendimento. As alterações vigoram para períodos contabilísticos com início a partir de 1 de Julho de 2009 mas ambas as normas podem ser adoptadas conjuntamente para períodos contabilísticos a partir de 1 de Julho de 2007. Estas alterações vão afectar a contabilidade do Grupo para futuras aquisições e alienações de subsidiárias.

O IASB publicou revisões da IAS 32 'Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação" e revisões indirectas de outras normas em Fevereiro de 2008 para melhorar a contabilidade e a divulgação de instrumentos financeiros *puttable*. As revisões entram em vigor para períodos contabilísticos com início em ou após 1 de Janeiro de 2009, mas no seu conjunto podem ser adoptadas antes. Não se esperar que tenham um efeito relevante no Grupo ou na empresa.

O IASB publicou uma alteração "Condições de aquisição e cancelamentos" à IFRS 2 "Pagamentos com bases em acções" em Janeiro 2008 que mudarão a contabilização dos prémios em acções que têm condições *non-vesting*. O justo valor destes prémios não toma, actualmente, em conta o efeito das condições *non-vesting* e onde essas condições não são subsequentemente satisfeitas, os custos reconhecidos até à data de cancelamento são revertidos. A alteração exige que os custos não reconhecidos até à data de cancelamento sejam imediatamente reconhecidos. A alteração é efectiva a partir dos períodos contabilísticos com início em ou após 1 de Janeiro de 2009. O Grupo estima que a adopção causará uma reformulação dos resultados de 2008, reduzindo o lucro em £110 milhões, sem efeitos relevantes nos períodos anteriores. Não se espera que tenha um efeito material na empresa.

O IASB emitiu alterações a várias normas em Maio 2008, como parte do seu projecto de melhoramentos anuais. As alterações são efectivas para os períodos a começar em ou após 1 de Janeiro de 2009 e não se espera que tenham um efeito material sobre o Grupo ou empresa.

Também em Maio 2008, o IASB publicou alterações à IFRS 1 "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro" e à IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" que alteraram a contabilização dos investidores para o custo de um investimento numa subsidiária, entidade controlada em conjunto ou associada. Não afecta as contas consolidadas, mas pode prospectivamente afectar a contabilidade da empresa e a apresentação de recebimentos de dividendos dessas entidades.

O IASB publicou uma alteração à IAS 39 em Julho 2008 para esclarecer a posição da IFRS sobre os elementos cobertos elegíveis. A alteração é efectiva para os períodos de contabilidade a começar em ou após 1 de Janeiro de 2009 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou no Banco.

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) publicou uma interpretação IFRIC 15 "Acordos para a construção de imóveis" em Julho 2008. Esta interpretação clarifica a contabilização dos lucros de construção. É aplicável para período de contabilidade a começar em ou após 1 de Janeiro de 2009 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou empresa.

O IFRIC publicou a interpretação IFRIC 16 "Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira" em Julho 2008. A interpretação clarifica a natureza do risco coberto e o montante do elemento coberto; quando num grupo, o instrumento de cobertura pode ser detido; e que montantes devem ser reclassificados de capital próprio na alienação de uma operação em moeda estrangeira que foi sujeita a cobertura. A interpretação é efectiva para os períodos contabilísticos a começar em ou após 1 de Outubro de 2008 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou empresa.

O IFRIC publicou a interpretação IFRIC 17 "Distribuições em espécie a accionistas" e o IASB fez alterações indirectas à IFRS 5 "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" em Dezembro 2008. A interpretação exige que as distribuições sejam apresentadas ao justo valor com qualquer excedente ou défice a ser reconhecido nos resultados. A alteração à IFRS 5 estende a definição de grupos de alienação e operações descontinuadas para alienações pelo modo de distribuição. A interpretação é efectiva para os períodos contabilísticos com início em ou após em 1 de Julho de 2009, a ser adoptada ao mesmo tempo da IFRS 3 (revista em 2008), e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou empresa.

O IFRIC publicou uma interpretação IFRIC 18 "Transferências de activos de clientes" em Janeiro 2009. A interpretação trata da contabilização pelos fornecedores que recebem activos de clientes, exigindo uma mensuração ao justo valor. A interpretação é efectiva para activos de clientes recebidos em ou após 1 de Julho de 2009 e não se espera que tenha um efeito material no Grupo ou empresa.

1 Margem financeira

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Empréstimos e adiantamentos a clientes	41.812	28.568	22.195
Empréstimos e adiantamentos a bancos	2.356	1.570	843
Títulos de dívida	5.354	2.114	1.650
Juros e proveitos equiparados	49.522	32.252	24.688
Contas de clientes: depósitos à ordem	4.341	4.327	3.083
Contas de clientes: depósitos de poupança	3.911	2.560	1.373
Contas de clientes: outros depósitos a prazo	8.108	6.301	4.444
Depósitos por bancos	6.576	3.406	2.621
Títulos de dívida emitidos	9.941	5.687	3.286
Passivos subordinados	2.144	1.530	1.386
Financiamento interno de actividades de negociação	(4.174)	(3.628)	(2.101)
Juros e custos equiparados	30.847	20.183	14.092
Margem financeira	18.675	12.069	10.596

2 Proveitos não provenientes de juros (excluindo proveitos de prémios de seguros)

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Serviços e comissões a receber	9.831	8.278	7.116
Serviços e comissões a pagar:			
- actividades bancárias	(1.985)	(1.727)	(1.432)
- relacionados com seguros	(401)	(466)	(490)
	(2.386)	(2.193)	(1.922)
Resultados em operações de negociação:			
Divisa (1)	1.994	1.085	738
Taxa de juro (2)	1.454	1.414	973
Crédito (3)	(12.200)	(1.446)	841
Capital próprio e matérias-primas (4)	275	239	123
	(8.477)	1.292	2.675
Outros proveitos operacionais			
Locação operacional e outros proveitos de tendas	1.525	1.671	1.755
Alterações no justo valor da dívida própria	977	152	—
Alterações no justo valor de títulos e outros activos e passivos financeiros	(1.730)	970	430
Alterações no justo valor de bens de investimentos	(86)	288	486
Lucro na venda de títulos	342	544	369
Lucro na alienação de activos tangíveis	167	741	216
Lucro na alienação de subsidiárias e associadas	943	67	44
Resultados da empresa – vida	(52)	187	219
Proveitos de dividendos	281	137	92
Parte ods lucros menos perdas das entidades associadas	69	25	36
Outros proveitos	(537)	51	(83)
	1.899	4.833	3.564

A análise do resultado de exploração baseia-se na forma como a empresa está organizada e os riscos subjacentes são geridos.

Notas:
Os resultados de negociação incluem os ganhos e perdas de instrumentos financeiros detidos para negociação, realizados e não realizados, proveitos de juros e dividendos e os custos de financiamento relacionados. Os tipos de instrumentos incluem:
(1) Câmbio: contratos de câmbio *spot*, *swaps* e opções de câmbio, mercados emergentes e coberturas e fundos relacionados.
(2) Taxa de juro: *swaps* de taxa de juro, contratos cambiais *forward*, contratos de taxa de juro *forward*, opções de taxas de juro, futuros de taxas de juro e coberturas e fundos relacionados.
(3) Crédito: *asset-backed securities*, obrigações de empresas, derivados de crédito e coberturas e fundos relacionados.
(4) Capital próprio e matérias-primas: acções, matérias-primas, derivados do capital próprio, contratos de matérias-primas e coberturas e fundos relacionados.

3 Despesas operacionais

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Salários, Remunerações e outros custos com o pessoal	8.907	6.230	5.652
Encargos da segurança social	696	471	389
Compensação com base em acções	—	65	65
Custos de pensões			
– planos de benefícios definidos (ver Nota 4)	490	489	580
– planos de contribuição definida	148	83	37
Custos com pessoal	10.241	7.338	6.723
Instalações e equipamentos	2.593	1.703	1.421
Outras despesas administrativas	5.464	2.969	2.658
Outros activos tangíveis (ver Nota 18)	1.584	1.297	1.293
Activos intangíveis (ver Nota 17)	1.570	635	385
Depreciação e amortização	3.154	1.932	1.678
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	32.581	—	—
	54.033	13.942	12.480

Os custos de integração incluídos nas despesas operacionais englobam os gastos incorridos com a redução de custos e os programas de aumento de receitas estabelecidos no âmbito das várias aquisições efectuadas pelo Grupo.

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Custos com o pessoal	503	18	76
Instalações e equipamentos	25	4	10
Outras despesas administrativas	486	26	32
Depreciação e amortização	36	60	16
	1.050	108	134

Os custos de reestruturação incluídos nas despesas operacionais incluem:

	2008 £m
Custos com o pessoal	251
Instalações e equipamentos	15
Outras despesas administrativas	41
	307

Em 2007 e 2006, não houve custos de reestruturação.

O número médio de pessoas afectas às operações continuadas do Grupo durante o exercício, excluindo pessoal temporário, era 197.100 (2007 – 157.200; 2005 – 142.600); na mesma base, as operações descontinuadas empregavam 32.200 (2007 – 13.300; 2006 – zero). O número médio de trabalhadores temporários durante 2008 foi 7.000 (2007 – 4.900). O número de pessoas afectas às operações continuadas do Grupo em 31 de Dezembro, excluindo pessoal temporário, foi o seguinte:

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Global Banking & Markets	18.700	17.600	7.600
Global Transaction Services	4.200	3.900	2.500
UK Retail & Commercial Banking	46.100	45.700	46.300
US Retail & Commercial Banking	18.700	19.000	19.800
Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	7.900	8.700	5.700
Asia Retail & Commercial Banking	11.600	12.500	4.600
RBS Insurance	17.400	18.000	18.500
Grupo Manufacturing	43.600	44.500	34.100
Centre	4.200	3.800	2.700
Grupo antes de interesses minoritários da RFS Holdings	172.400	173.700	141.800
Parte do RBS nos activos partilhados	400	1.200	—
Interesses minoritários na RFS Holdings	26.700	28.600	—
Total	199.500	203.500	141.800
Reino Unido	105.800	108.000	105.700
Estados Unidos	27.100	26.500	26.200
Europa	40.200	40.500	8.100
Resto do mundo	26.400	28.500	1.800
Total	199.500	203.500	141.800

As operações descontinuadas, excluindo pessoal temporário, empregavam 2.600 pessoas em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – 53.200; 2006 – zero).

4 Custos de pensões

Os membros do Grupo patrocinam uma série de planos de pensões no RU e no estrangeiro, predominantemente planos de benefícios definidos, cujos activos são independentes das finanças do Grupo. Os planos de benefícios definidos do Grupo geralmente dão uma pensão de um sexto do salário final pensionável por cada ano de serviço antes da reforma até ao máximo de 40 anos. Os trabalhadores não fazem contribuições para as pensões básicas mas podem fazer contribuições voluntárias para garantir benefícios adicionais numa base de contribuições monetárias. Desde Outubro de 2006, o Fundo de Pensões do The Royal Bank of Scotland Grupo ('Plano principal') foi encerrado para os recém-contratados.

O Grupo também atribui benefícios pós-reforma para além das pensões, principalmente através de subscrições de planos de seguro privados no RU e nos EUA e planos de benefícios pós-reforma não sob a forma de fundos. A provisão para os custos destes benefícios é imputada à demonstração de resultados ao longo do tempo de serviço futuro residual médio dos colaboradores elegíveis. Os montantes não são relevantes.

Foram elaboradas avaliações intercalares dos planos do Grupo em 31 de Dezembro por actuários independentes, utilizando os seguintes pressupostos:

Pressupostos actuariais principais em 31 de Dezembro	Plano principal			Todos os planos		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
				Média ponderada		
Taxa de desconto	6,5%	6,0%	5,3%	6,0%	5,8%	5,3%
Retorno esperado dos activos do plano (média ponderada)	7,1%	6,9%	6,9%	6,3%	6,8%	6,9%
Taxa de aumento dos salários*	4,0%	4,5%	4,2%	3,4%	4,0%	4,1%
Taxa de aumento das pensões em pagamento	2,7%	3,2%	2,9%	2,4%	2,8%	2,8%
Pressuposto de inflação	2,7%	3,2%	2,9%	2,4%	2,9%	2,9%

* Taxa de aumento dos salários no Esquema principal é assumida como sendo acima de 2,0% nos próximos dois ano.

Principais classes de activo em percentagem do total de activos do plano	Plano principal			Todos os planos		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Acções de participação	59,4%	61,0%	60,5%	42,2%	57,8%	60,7%
Obrigações indexadas	18,0%	18,2%	17,3%	11,4%	13,1%	16,1%
Obrigações com juros fixados pelo governo	1,2%	1,2%	2,5%	26,8%	12,9%	3,3%
Obrigações de empresas e outras	18,5%	15,1%	14,0%	14,3%	12,0%	13,9%
Bens imóveis	3,7%	3,8%	4,3%	3,9%	3,0%	4,5%
Caixa e outros activos	(0,8%)	0,7%	1,4%	1,4%	1,2%	1,5%

Os planos de pensões do Grupo detêm acções ordinárias da empresa ao justo valor de £15 milhões (2007 - £69 milhões; 2006: £89 milhões); £15 milhões (2007 - £65 milhões; 2006 – £87milhões) no Plano Principal que também detém outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo no valor de £421 milhões (2007 – £606 milhões; 2006 – £258 milhões).

O retorno esperado dos activos dos planos em 31 de Dezembro baseia-se na média ponderada dos seguintes retornos previstos das principais classes de activos dos planos:

	Plano principal			Todos os planos		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Acções de participação	8,4%	8,1%	8,1%	8,4%	8,1%	8,1%
Obrigações indexadas	3,9%	4,5%	4,5%	3,9%	4,5%	4,5%
Obrigações com juros fixados pelo governo	3,9%	4,5%	4,5%	4,3%	4,7%	4,5%
Obrigações de empresas e outras	6,1%	5,5%	5,3%	5,7%	5,5%	5,3%
Bens imóveis	6,1%	6,3%	6,3%	6,1%	6,3%	6,3%
Caixa e outros activos	2,5%	4,6%	4,6%	5,1%	4,5%	4,4%

Pressupostos da mortalidade pós-reforma (plano principal)	2008	2007	2006
Longevidade aos 60 anos para os actuais pensionistas (anos):			
Homens	26,1	26,0	26,0
Mulheres	26,9	26,8	28,9
Longevidade aos 60 anos para futuros pensionistas (anos):			
Homens	28,1	28,1	26,8
Mulheres	28,2	28,2	29,7

Alterações no valor do défice/(excedente) líquido de pensões	Plano principal			Todos os planos		
	Justo valor dos activos dos planos £m	Valor actual de obrigações de benefícios definidos £m	Défice/ (excedente) líquido de pensões £m	Justo valor dos activos dos planos £m	Valor actual de obrigações de benefícios definidos £m	Défice/ (excedente) líquido de pensões £m
Em 1 de Janeiro de 2008	17.374	19.004	1.630	18.959	20.951	1.992
Conversão monetária e outros ajustamentos	—	—	—	381	397	16
Demonstração de resultados:						
Retorno esperado	1.182		(1.182)	1.394		(1.394)
Encargos com juros		1.007	1.007		1.177	1.177
Custo actual do serviço		566	566		684	684
Custo anterior do serviço		19	19		22	22
	1.182	1.592	410	1.394	1.883	489
Demonstração dos proveitos e despesas reconhecidos:						
Ganhos e perdas actuariais	163	(1.937)	(2.100)	19	(2.170)	(2.189)
Aquisição de subsidiárias	—	—	—	6.997	7,173	176
Transferências intra grupo	30	30	—	—	—	—
Contribuições da entidade patronal	416	—	(416)	599	—	(599)
Contribuições por participantes dos planos	—	—	—	5	5	—
Benefícios pagos	(551)	(551)	—	(652)	(652)	—
Despesas incluídas no custo do serviço	(39)	(39)	—	(40)	(40)	—
Em 31 de Dezembro de 2008	18.575	18.099	(476)	27.662	27.547	(115)
Transferências para os grupos de alienação	—	—	—	(1)	(49)	(48)
Conversão monetária e outros ajustamentos	—	—	—	2.497	2.692	195
Demonstração de resultados:						
Retorno esperado	1,271		(1.271)	1.865		(1.865)
Encargos com juros		1.080	1.080		1.622	1.622
Custo actual do serviço		437	437		705	705
Custo anterior do serviço		21	21		28	28
	1.271	1.538	267	1.865	2.355	490
Demonstração dos proveitos e despesas reconhecidos:						
Ganhos e perdas actuariais	(4.784)	(3.389)	1.395	(6.051)	(3.764)	2.287
Alienação de subsidiárias	—	—	—	(31)	(34)	(3)
Contribuições da entidade patronal	396	—	(396)	810	—	(810)
Contribuições por participantes dos planos	—	—	—	9	9	—
Benefícios pagos	(630)	(630)	—	(978)	(978)	—
Despesas incluídas no custo do serviço	(24)	(24)	—	(26)	(26)	—
Em 31 de Dezembro de 2008	14.804	15.594	790	25.756	27.752	1.996

O défice líquido de pensões inclui::	£m
Activos líquidos de planos com excedentes (incluídos em Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos, Nota 19)	(36)
Passivos líquidos dos planos em défice	2.032
	1.996

Em 31 de Dezembro de 2008, o plano principal de pensões do ABN AMRO na Holanda tinha um justo valor de activos de £8.181 milhões (2007 - £6.417 milhões) e valor actual de obrigações de benefícios definidos £8.589 milhões (2007 - £6.189 milhões). Os principais pressupostos actuariais em 31 de Dezembro de 2008 foram: taxa de desconto 5,4% (2007 – 5,4%); retorno esperado dos activos do plano (média ponderada) 4,7 (2007 – 6,2%); taxa de aumento dos salários 2,5% (2,5%); taxa do aumento das pensões a pagamento 2,0% (2007 – 2,0%); e pressuposto de inflação 2,0% (2007 – 2,0%).

O Grupo espera contribuir com £807 milhões para os seus planos de pensões de benefícios definidos em 2009 (plano principal - £385 milhões). Dos passivos líquidos dos planos em défice, £201 milhões (2007 – £212 milhões) estão relacionados com planos não em fundos.

Os ganhos actuariais cumulativos líquidos de £717 milhões (2007 – £1.570 milhões de ganhos; 2006 – £619 milhões de perdas) foram reconhecidos na demonstração de proveitos e custos reconhecidos, dos quais £184 milhões de ganhos (2007 – £1.579 milhões de ganhos; 2006 - £521 milhões de perdas) estão relacionados com o Plano Principal.

4 Custos de pensões (continuação)

História dos planos de benefícios definidos	Plano principal					Todos os planos				
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Justo valor do activo do plano	14.804	18.575	17.374	15.914	13.569	25.756	27.662	18.959	17.388	14.798
Valor actual de obrigações de benefício definido	15.594	18.099	19.004	19.118	16.051	27.752	27.547	20.951	21.123	17.738
(Défice)/excedente líquido	(790)	476	(1.630)	(3.204)	(2.482)	(1.996)	115	(1.992)	(3.735)	(2.940)
Experiências perdas passivos dos planos	(55)	(256)	(4)	(41)	(624)	(65)	(210)	(19)	(68)	(631)
Experiência ganhos activos dos planos	(4.784)	163	552	1.556	392	(6.051)	19	587	1.661	408
Retorno efectivo dos activos dos planos de pensões	(3.513)	1.345	1.574	2.486	1.230	(4.186)	1.413	1.660	2.677	1.328

O quadro abaixo apresenta as sensibilidades dos custos de pensões do exercício e o valor presente das obrigações de benefícios detalhados nas datas de balanço para uma alteração nos pressupostos actuariais principais:

	Plano principal				Todos os planos			
	Aumento/(diminuição)				Aumento/(diminuição)			
	em custos com pensões do exercício		em obrigações em 31 de Dezembro		em custos com pensões do exercício		em obrigações em 31 de Dezembro	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Aumento de 25 pb na taxa de desconto	(37)	(41)	(696)	(874)	(53)	(49)	(1.161)	(1.318)
Aumento de 25 pb na inflação	77	83	624	800	114	98	1.089	1.245
Taxa adicional de 25 pb de aumento em pensões em pagamento	41	43	383	461	63	51	695	760
Taxa adicional de 25 pb de aumento em pensões diferidas	8	5	94	113	15	7	227	239
Taxa adicional de 25 pb de aumento em salários	28	35	168	216	35	40	219	265
Aumento de longevidade de 1 ano	31	31	302	390	50	37	700	761

5 Remuneração dos auditores

Os valores pagos aos auditores da empresa pela auditoria regulamentar e outros serviços foram os seguintes:

	Grupo	
	2008 £m	2007 £m
Honorários pagos pela auditoria das contas anuais do Grupo	1,2	1,2
Honorários pagos aos auditores e entidades associadas por outros serviços prestados ao Grupo:		
– Auditoria das subsidiárias da empresa de acordo com a legislação (1)	37,4	15,8
Total de honorários de auditoria	38,6	17,0
– Outros serviços de acordo com a legislação (2)	8,6	4,9
– Outros serviços relacionados com as obrigações fiscais	0,6	0,4
– Serviços relacionados com transacções financeiras da empresa, incluindo titularizações, efectuadas pelo Grupo (3)	7,4	5,5
– Todos os outros serviços	3,5	3,4
Total de honorários de não auditoria	20,1	14,2
Honorários a pagar aos auditores e entidades associadas relativamente a planos de pensões:		
– Auditoria	0,1	0,2
Total	58,8	31,4

Notas:

(1) Inclui honorários de 323,1 milhões (2007 – zero) em relação à auditoria do ABN AMRO Holding N.V. Deloitte foram nomeados auditores do ABN AMRO em 2008. Em 2007, os honorários pagos à Ernst & Young para a auditoria do ABN AMRO Holding N.V. foram de £33,9 milhões. Estes honorários não estão incluídos acima.

(2) Inclui honorários de £5,5 milhões (2007 - £3,5 milhões) de trabalhos relacionados com a Secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA, (2007 - £0,2 milhões) em relação à revisão das demonstrações financeiras intercalares e £1,1 milhões (2007 - £1,2 milhões) em relação a relatórios para os reguladores do Grupo no Reino Unido e estrangeiro.

(3) Inclui honorários de £3,1 milhões (2007 – £2,5 milhões) em relação a trabalho efectuado pelos auditores como técnicos oficiais de contas em emissões de dívida e acções realizadas pelo Grupo, incluindo titularizações.

(4) Incluindo outros serviços de seguros e assessoria como consultas *ad hoc* de contabilidade e relato sobre controlos internos.

6 Obrigações fiscais

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Impostos correntes:			
Dotação para o exercício	1.230	2.514	2.626
Sobre-provisão em relação aos períodos anteriores	(254)	(39)	(253)
Isenção a impostos estrangeiros	(34)	(198)	(147)
	942	2.277	2.226
Impostos diferidos:			
Dotação para o exercício	(3.167)	95	396
(Sub)/Sobre-provisão em relação aos períodos anteriores	(98)	(328)	67
(Crédito)/encargo fiscal do exercício	(2.323)	2.044	2.689

O encargo fiscal efectivo difere do encargo fiscal esperado que foi calculado aplicando a taxa normal de imposto sobre as sociedades do Reino Unido em 28,5% (2007 – 30%; 2006: 30%), como segue:

	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Carga fiscal esperada	(11.590)	2.950	2.756
Elementos de imparidade de goodwill não dedutíveis	8,292	12	—
Unrecognised timing differences	274	29	—
Outros elementos não dedutíveis	330	222	288
Elementos não tributáveis	(491)	(595)	(251)
Movimentos cambiais tributáveis	80	16	5
Lucros no estrangeiro a outras taxas	203	(25)	63
Redução das obrigações fiscais diferidas após a alteração da taxa sobre sociedades no Reino Unido	—	(189)	—
Perdas do exercício não reconhecidas	942	2	—
Perdas transitadas e utilizadas	(11)	(11)	14
Ajustamentos relativos a períodos anteriores	(352)	(367)	(186)
(Crédito)/encargo fiscal real	(2.323)	2.044	2.689

Nota:
(1) Os ajustamentos relativos a períodos anteriores incluem as libertações de provisões fiscais em relações a transacções estruturadas e alienações de investimentos, e ajustamentos para reflectir cálculos de impostos apresentados no Reino Unido e estrangeiro.

A taxa de imposto efectiva do exercício foi de 5,7% (2007 – 20,8%; 2006: 29,3%). O crédito de imposto diferido é líquido de £210 milhões de despesas de impostos diferidos emergentes do abatimento do valor contabilístico de activos por impostos diferidos anteriormente reconhecidos.

7 Lucros a distribuir a outros titulares de participações

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Dividendos pagos a outros titulares de participações			
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01	293	152	99
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01	183	94	92
Acções preferenciais não cumulativas de £1	60	—	—
Juros sobre títulos classificados como capital próprio, líquido de imposto	60	—	—
Total	596	246	191

Notas:
(1) De acordo com a IAS 32, certas acções preferenciais emitidas pela empresa estão incluídas nos passivos subordinados e no custo financeiro relacionado nos juros a pagar.
(2) Entre 1 de Janeiro de 2008 e a data de aprovação destas demonstrações, foram declarados dividendos no valor de US$163 milhões referentes às acções preferenciais do capital para pagamento em 31 de Março de 2009.

8 Dividendos ordinários

Os dividendos ordinários do ano anterior por acção indicados no quadro abaixo foram reformulados para ter em conta o efeito da emissão de direitos de subscrição em Junho 2008 e emissão de capitalização de Setembro 2008.

	Grupo					
	2008 p p/ acção	2007 p p/ acção	2006 p p/ acção	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Dividendo final do ano anterior declarado durante o ano corrente	19,3	18,5	14,8	2.312	2.091	1.699
Dividendo intercalar	—	8,5	6,8	—	953	771
Total dividendos pagos sobre acções ordinárias	19,3	27,0	21,6	2.312	3.044	2.470

9 Lucro registado nas demonstrações da empresa

Conforme permitido pela secção 230(3) da Lei das Sociedades de 1985, as principais demonstrações financeiras da empresa não incluem a demonstração de resultados. Segue-se uma informação condensada::

	Empresa		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Dividendos recebidos da subsidiária bancária	4.639	2.330	3.502
Dividendos recebidos de outras subsidiárias	163	415	229
Total de proveitos	4.802	2.745	3.731
Juros a receber de subsidiárias	793	460	516
Juros a pagar a subsidiárias	(495)	(307)	(246)
Outros juros líquidos a pagar e despesas operacionais	(796)	(526)	(515)
Abatimento de investimentos em subsidiárias	(14.321)	—	—
Resultados operacionais antes de impostos	(10.017)	2.372	3.486
Imposto	415	127	13
(Resultado do exercício	(9.602)	2.499	3.499
(Perda)/lucro atribuível a:			
Accionistas ordinários	(10.198)	2.253	3.308
Outros accionistas	596	246	191
	(9.602)	2.499	3.499

10 Lucro por acção ordinária

O lucro por acção baseia-se no seguinte:

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Lucro			
((Perda)/lucro atribuível a accionistas ordinários	(24.137)	7.303	6.202
Dividendos integrados de acções de não participação convertíveis diluíveis	—	60	64
Lucro diluído atribuível a accionistas ordinários	(24.137)	7.363	6.266

	Número de acções – milhões		
Número de acções ordinárias:			
Número médio ponderado de acções ordinárias em emissão durante o exercício	16.563	11.413	11.411
Efeito das opções de acções diluíveis e acções não de participação convertíveis	—	198	208
Número médio ponderado diluído de acções ordinárias durante o exercício	16.563	11.611	11.619

Os números de acções ordinárias em emissão nos anos anteriores foram reformulados para ter em conta o elemento de bónus das emissões de direitos de subscrição concluído em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008. Nenhuma das acções convertíveis teve um efeito de diluição em 2008. Todas acções convertíveis têm um efeito de diluição em 2007 e 2006 e foram incluídas no cálculo dos lucros diluídos por acção.

O efeito das operações descontinuadas no lucro por acção não é relevante.

11 Instrumentos financeiros

Classificação

Os quadros seguintes analisam os activos financeiros e os passivos financeiros do Grupo de acordo com as categorias de instrumentos financeiros na IAS39. Os activos e os passivos fora do âmbito da IAS39 são apresentados separadamente.

	Grupo								
2008	Detido para negociação £m	Designado ao justo valor através dos resultados £m	Derivados de cobertura £m	Disponível para venda £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros (custo amortizado) £m	Locações financeiras £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—		—	12.400		—		12.400
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	56.234	—		—	81.963		—		138.197
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2, 3)	51.501	2.141		—	806.627		14.453		874.722
Títulos de dívida (4)	116.280	5.428		132.856	12.985		—		267.549
Acções	17.054	2.101		7.175	—		—		26.330
Saldos de compensação	—	—		—	17.832		—		17.832
Derivados	985.700	—	6.859	—	—		—		992.559
Activos intangíveis	—	—		—			—	20.049	20.049
Activos tangíveis	—	—		—				18.949	18.949
Impostos diferidos	—	—		—	—		—	7.082	7.082
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	—	—		—	1.326			23.076	24.402
Impostos diferidos	—	—		—			—	1.581	1.581
	1.226.769	9.670	6.859	140.031	933.133	14.453		70.737	2.401.652
Passivo									
Depósitos de bancos (5)	81.154	—				176.890	—		258.044
Depósitos de clientes (6, 7)	55.926	8.054				575.532	—		639.512
Títulos de dívida emitidos (8, 9)	3.992	47.451				248.846	—		300.289
Saldos de compensação e posições curtas	42.536	—				11.741	—		54.277
Derivados	963.088	—	8.276			—	—		971.364
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	260	—				1.619	22	29.581	31.482
Passivos com benefícios de reforma								2.032	2.032
Impostos diferidos								4.165	4.165
Passivos de seguros								9.976	9.976
Passivos subordinados	—	1.509				47.645	—	—	49.154
Passivos de grupos para alienação		—				—	—	859	859
	1.146.956	57.014	8.276			1.062.273	22	46.613	2.321.154
Capital próprio									80.498
									2.401.652

2007	Grupo								
	Detido para negociação £m	Designado ao justo valor através dos resultados £m	Derivados de cobertura £m	Disponível para venda £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros (custo amortizado) £m	Locações financeiras £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—		—	17.866		—		17.866
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	71.639	—		—	147.821		—		219.460
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2, 3)	103.811	3.067		—	709.090		12.570		828.538
Títulos de dívida (4)	190.671	5.777		95.536	2.672		—		294.656
Acções	37.546	7.866		7.614	—		—		53.026
Saldos de compensação	—	—		—	16.589		—		16.589
Derivados	274.849	—	2.553	—	—		—		277.402
Activos intangíveis								49.916	49.916
Activos tangíveis								18.745	18.745
Impostos diferidos	—	—	—	—	—	—	—	3.119	3.119
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	—	—		—	877		—	14.785	15.662
Impostos diferidos								45.850	45.850
	678.516	16.710	2.553	103.150	894.915	12.570	132.415	1.840.829	
Passivo									
Depósitos de bancos (5)	65.491	—				246.803	—		312.294
Contas de clientes (6, 7)	60.426	7,505				614.432	—		682.363
Títulos de dívida emitidos (8, 9)	9.455	41.834				222.883	—		274.172
Saldos de compensação e posições curtas	73.501	—				17.520	—		91.021
Derivados	269.343	—	2.709			—	—		272.052
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	209	—				1.545	19	32.435	34.208
Passivos com benefícios de reforma								460	460
Impostos diferidos								5.400	5.400
Passivos de seguros								10.162	10.162
Passivos subordinados	—	897				37.146	—	—	38.043
Passivos de grupos para alienação								29.228	29.228
	478.425	50.236	2.709			1.140.329	19	77.685	1.749.403
Capital próprio									91.426
									1.840.829

Notas:

(1) Inclui acordos de reversão de recompra de £58.771 milhões (2007 – £175.941 milhões) e elementos em fase de cobrança de outros bancos de £2.888 milhões (2007 – £3.095 milhões).

(2) Inclui acordos de reversão de recompra de £39.313 milhões (2007 – £142.357 milhões).

(3) A alteração no justo valor em empréstimos e adiantamentos a clientes designado ao justo valor através dos resultados atribuível a alterações no risco de crédito foi de £328 milhões para o exercício e £440 milhões em acumulado. Os montantes para 2007 não foram relevantes.

(4) Inclui títulos de tesouraria e títulos semelhantes no valor £31.509 milhões (2007 - £16.315 milhões) e outros títulos elegíveis no valor £25.028 milhões (2007 – £1.914 milhões).

(5) Inclui acordos de reversão de recompra de £83.666 milhões (2007 - £163.038 milhões) e elementos em curso de transmissão para outros bancos de £542 milhões (2007 - £372 milhões).

(6) Inclui acordos de recompra de £58.143 milhões (2007 - £134.916 milhões).

(7) O valor contabilístico de outras constas de clientes designadas ao justo valor através dos resultados é inferior em £47 milhões (2007 – £77 milhões superior) do que o montante do capital. Nenhuns montantes foram reconhecidos nos resultados para alterações em risco de crédito associado com estes passivos, uma vez que as alterações são irrelevantes mensuradas como alteração em justo valor dos movimentos do prémio de risco de crédito a pagar no período. Os montantes incluem contratos de investimento com um valor contabilístico de £5.364 milhões (2007 – £5.555 milhões).

(8) Inclui obrigações e títulos a médio prazo no valor de £156.841milhões (2007 – £119.578 milhões) e certificados de depósito e outro papel comercial de £143.448 milhões) (2007 – £154.594 milhões).

(9) Foram reconhecidos £1.054 milhões (2007 – £162 milhões) nos resultados para alterações do risco de crédito associado a títulos de dívida emitidos designados ao justo valor de movimentos do prémio do risco de crédito a pagar pelo Grupo no período. O valor contabilístico é £1.145 milhões (2007 – £317 milhões), inferior ao do valor do capital.

(10) Durante 2008, o Grupo reclassificou activos financeiros das categorias detidos para negociação e disponíveis para venda para a categoria empréstimos e contas a receber e da categoria detido para negociação para a de disponível para venda (ver página 208).

11 Instrumentos financeiros (continuação)

Os quadros seguintes analisam os activos financeiros e os passivos financeiros do Grupo de acordo com as categorias de instrumentos financeiros na IAS39. Os activos e os passivos fora do âmbito da IAS39 são apresentados separadamente.

	Empresa					
2008	Detido para negociação £m	Derivados de cobertura £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros (custo amortizado) £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	—		27.031		—	27.031
Investimentos em empresas do Grupo	—		—		42.196	42.196
Derivados (3)	975	193	—		—	1.168
Impostos diferidos	—	—	—	—	3	3
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	—		—		489	489
	975	193	27.031	42.688	70.887	975
Passivo						
Depósitos de bancos (2)	—		—	1.802	—	1.802
Contas de clientes (2)				26		26
Títulos de dívida emitidos	—		—	14.179	—	14.179
Derivados	136	225	—	—	—	361
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	—		—	—	47	47
Passivos subordinados	—		—	10.314	—	10.314
	136	225	—	26.321	47	26.729
Capital próprio						44.158
						70.887
2007						
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	—	—	7.686	—	7.686	—
Empréstimos e adiantamentos a clientes (3)	—	—	307	—	307	—
Investimentos em empresas do Grupo	—	—	—	43.542	43.542	—
Derivados (3)	173	—	—	—	173	173
Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos	—	—	—	127	127	—
	173	—	7.993	43.669	51.835	173
Passivo						
Depósitos de bancos (2)	—	—	5.572	—	5.572	—
Títulos de dívida emitidos	—	—	13.453	—	13.453	—
Derivados (2)	125	54	—	—	179	125
Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos	—	—	—	8	8	—
Impostos diferidos	—	—	—	3	3	—
Passivos subordinados	—	—	7.743	—	7.743	—
	125	54	26.768	11	26.958	125
Capital próprio						24.877
						51.835

Notas:
(1) Inclui montante devidos de subsidiárias de £27.031 milhões (2007 - £7.130 milhões)
(2) Devido a subsidiárias.
(3) Devido de subsidiárias.

Avaliação de instrumentos financeiros

Ambiente de controlo

O ambiente de controlo do Grupo para determinação do justo valor de instrumentos financeiros foi concebido para garantir que há protocolos revistos formalizados para revisão e validação independente do justo valor separado dessas divisões que realizam nas transacções. Isto inclui controlos específicos para garantir políticas e procedimentos de preços consistentes, incorporando uma verificação de preços disciplinada para os negócios do risco próprio e de contraparte. O Grupo garante que é dada uma atenção especial para transacções à medida, produtos estruturados, produtos ilíquidos e outros activos a que é difícil determinar o preço.

A divisão que realiza a transacção é responsável pela determinação inicial e registo do justo valor da transacção. Há controlos diários sobre os lucros ou perdas registados pela negociação e operador de *front office* de tesouraria.

Um elemento essencial no ambiente de controlo, segregado do registo da valoração da transacção, é a processos verificação independente dos preços (IPV). As avaliações são, primeiro, calculadas pela divisão que realizou a transacção. Essas avaliações podem ser preços directos, ou podem ser derivados através de um modelo e dados de modelo variáveis. Estas avaliações são analisadas e, se necessário, alteradas pelo processo IPV. Este processo envolve uma equipa, independente daqueles que negoceiam os instrumentos financeiros, revendo as avaliações à luz das evidências de determinação de preço disponíveis. A IPV é executada com uma frequência que iguale a disponibilidade de dados independentes e a dimensão da exposição do Grupo. Para instrumentos líquidos, o processo é executado diariamente. A frequência mínima de análise na GBM é mensal para posições da carteira de negociação regulamentar e semestral para a carteira bancária regulamentar. O controlo IPV inclui o relato e escalada formalizados e quaisquer diferenças de avaliação em infracção em limiares definidos. Além disso, na GBM, há uma equipa dedicada (a Global Pricing Unit) que determina a política IPV, monitoriza a adesão à política e executa a análise independente adicional em questões de avaliação altamente subjectivas.

Na GBM, quando são utilizados modelos para avaliar os produtos, esses modelos estão sujeitos a um processo de revisão que exige níveis diferentes de documentação, teste e revisão de modelos, dependendo da complexidade do modelo e a dimensão da exposição do Grupo. Um elemento essencial do ambiente de controlo sobre o modelo em uso na GBM é uma comissão de análise que inclui peritos avaliadores das várias funções dentro da GBM. A comissão estabelece a política para documentação, teste e análise do modelo, e dá prioridade de análise aos modelos com exposição significativa por parte do centro de pesquisa quantitativa do Grupo. Este centro, que é independente da divisão que faz a negociação, avalia a adequação da aplicação do modelo ao produto, a solidez matemática do modelo e (quando apropriado) considera abordagens de modelação alternativas.

A GBM também mantém uma comissão de controlo de avaliação que cumprem formalmente numa base mensal para discutir e rever os itens escalados e aprecia as questões altamente complexas e subjectiva da avaliação. A comissão inclui especialistas de avaliação que representam várias funções de revisão independente (incluindo risco de mercado, pesquisa quantitativa e financeiros) e altos quadros de negociação do *front office* das unidades de negócio do Grupo.

Certos instrumentos financeiros tornaram mais difíceis e subjectivos de avaliar e foram, por isso, transferidos para uma unidade de activos geridos centralmente, para os separar das unidades de negócio como actividades habituais e para permitir uma ênfase dedicada na gestão e avaliação das exposições. A unidade tem uma comissão de avaliação que inclui representantes de topo da função de negociação, gestão de risco e Global Pricing Unit da GBM, que reúne regularmente e é responsável pela monitorização, avaliação e aumento da adequação das técnicas de avaliação a ser adoptadas para esses instrumentos.

Técnicas de avaliação

O Grupo utiliza uma série de metodologias para determinar o justo valor de instrumentos financeiros relativamente aos quais não estão disponíveis no mercado preços observáveis nos mercados activos para instrumentos idênticos. Estas técnicas incluem metodologias de valor relativo baseadas em preços observáveis para instrumentos similares, metodologias de valor actual em que os futuros fluxos de caixa deste activo ou passivo são estimados e subsequentemente descontados utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco; e modelos de preços de opções (tal comos Black-Scholes ou modelos de preço de opções binomiais) e modelos como Monte-Carlo.

Os principais dados para estas técnicas de avaliação estão indicados abaixo. Os valores entre e para além dos pontos de dados disponíveis são obtidos por interpolação e extrapolação. Quando se utiliza técnicas de avaliação, o justo valor pode ser significativamente afectado pela escolha do modelo de avaliação e pressupostos subjacentes feitos em relação a factores como montantes e calendário dos fluxos de caixa, taxas de desconto e risco de crédito.

- Preços de obrigações – os preços cotados estão geralmente disponíveis para os títulos do tesouro, certos títulos de empresas e alguns produtos relacionados com hipotecas.

- *Spreads* de crédito – quando disponíveis, são derivados dos preços dos CDS ou outros instrumentos baseados no crédito, como os títulos de dívida. Para outros, os *spreads* de crédito são obtidos dos serviços de fixação de preço.

- Taxas de juro – são principalmente taxas de juro de referência, como a London London Inter-Bank Offered Rate (LIBOR) e taxas de juro cotadas nos mercados de *swaps*, obrigações e futuros.

- Taxas de câmbio – existem mercados observáveis, tanto contratos *spot* como *forward* e ainda futuros, nas divisas mais importantes do mundo.

11 Instrumento financeiros (continuação)

- Preços das acções e de índices de acções – os preços cotados estão regra geral facilmente disponíveis para acções de participação cotadas nas maiores bolsas de valores mundiais e para os principais índices dessas acções.

- Preços de matérias-primas – muitas mercadorias são activamente negociadas em contratos *spot*, *forwards* e futuros nas bolsas de Londres, Nova Iorque e outras praças comerciais.

- Volatilidades e correlações de preço – a volatilidade é um parâmetro de avaliação da tendência de um preço para mudar ao longo do tempo. A correlação mede o grau até ao qual dois ou mais preços ou outras variáveis são observados no seu movimento conjunto. Se se movimentarem na mesma direcção existe uma correlação positiva. Se se movimentarem em direcções opostas existe uma correlação negativa. A volatilidade é o principal dado na avaliação das opções e do valor de certos produtos como os derivados com mais do que uma variável subjacente que está dependente da correlação. Os valores de volatilidade e correlação são obtidos com base nas cotações dos corretores, nos serviços de fixação de preços ou derivados das opções das acções.

- Taxas de pré pagamento – o justo valor de um instrumento financeiro que pode ser pago antecipadamente pelo emitente ou mutuário difere do de um instrumento que o não pode ser. Na avaliação de instrumentos susceptíveis de pagamento antecipado que não estão cotados em mercado activo, o Grupo integra o valor da opção de pagamento antecipado.

- *Spreads* de crédito de contrapartes – é feito ajustamento aos preços (ou parâmetros) de mercado quando a solvabilidade da contraparte difere da da contraparte pressuposta no preço de mercado (ou parâmetro).

- Taxas de recuperação / perda dada pelo incumprimento – são utilizadas como um parâmetro para os modelos de avaliação e reserva para os ABS e outros produtos de crédito como um indicador da gravidade das peras no incumprimento. As taxas de recuperação são principalmente retiradas de fornecedores de dados de mercado ou inferidas de *spreads* de crédito observáveis.

A fim de determinar um justo valor fiável, se for caso disso, o Grupo aplica ajustamentos à informação de preços derivada das fontes mencionadas. Esses ajustes reflectem a avaliação do Grupo de factores que os participantes do mercado considerariam na definição de um preço, na medida em que estes factores não tenham sido incluídos nas informações provenientes das fontes mencionadas. Além disso, em uma base contínua, o grupo avalia a adequação de qualquer modelo utilizado. Na medida em que o preço previsto por modelos internos não representa o justo valor do instrumento, por exemplo, condições de mercado muito difíceis, o Grupo faz ajustes ao modelo de avaliação para calibrar a outras fontes de preços disponíveis. Quando forem utilizados dados não observáveis, o Grupo pode determinar uma gama de valores possíveis e com base em cenários diferentes e de stress para determinar a sensibilidade associada à avaliação. Ao estabelecer o justo valor de um instrumento financeiro, utilizando uma técnica de avaliação, o Grupo considera alguns ajustamentos ao preço de modelo que os participantes do mercado fariam ao determinarem o preço desse instrumento. Estes ajustamentos incluem a qualidade de crédito da contraparte e ajustes para corrigir as avaliações do modelo para todas as limitações conhecidas. Além disso, o Grupo faz ajustes para diferir os proveitos para os instrumentos financeiros avaliados no início em que a avaliação desse instrumento financeiro materialmente depende de um ou mais dados não observáveis.

O Grupo refina e modifica as suas técnicas de avaliação à medida que os mercados e os produtos se desenvolvem e os preços dos produtos individualmente se tornam mais transparentes. Embora o Grupo esteja convicto de que as suas técnicas de avaliação são apropriadas e coerentes com outros participantes no mercado, a utilização de diferentes metodologias ou pressupostos pode dar origem a diferentes estimativas do justo valor na data do balanço.

Hierarquia da avaliação

O quadro abaixo mostra os instrumentos financeiros contabilizados ao justo valor pelo método de avaliação.

	31 de Dezembro de 2008				31 de Dezembro de 2007			
	Nível 1 (1) £mm	Nível 2 (2) £mm	Nível 3 (3) £mm	Total £mm	Nível 1 (1) £mm	Nível 2 (2) £mm	Nível 3 (3) £mm	Total £mm
Activo								
Justo valor através dos resultados:								
Empréstimos e adiantamentos a bancos	—	56,2	—	56,2	—	71,5	0,1	71,6
Empréstimos e adiantamentos a clientes	—	50,5	3,1	53,6	—	93,8	13,1	106,9
Títulos de dívida	52,8	65,1	3,8	121,7	83,1	101,8	11,6	196,5
Acções	10,6	7,8	0,8	19,2	36,5	8,0	0,9	45,4
Derivados	3,9	978,4	10,3	992,6	1,9	270,3	5,2	277,4
	67,3	1.158,0	18,0	1.243,3	121,5	545,4	30,9	697,8
Disponível para venda:								
Títulos de dívida	20,9	108,8	3,1	132,8	32,1	62,3	1,1	95,5
Acções	4,8	2,1	0,3	7,2	5,8	1,0	0,8	7,6
	25,7	110,9	3,4	140,0	37,9	63,3	1,9	103,1
	93,0	1.268,9	21,4	1.383,3	159,4	608,7	32,8	800,9
Passivo								
Depósitos de bancos e clientes	—	144,8	0,3	145,1	—	132,0	1,4	133,4
Títulos de dívida emitidos	—	47,0	4,4	51,4	—	42,1	9,2	51,3
Posições curtas	36,0	6,5	—	42,5	63,6	9,9	—	73,5
Derivados	3,6	963,8	4,0	971,4	2,1	265,6	4,4	272,1
Outros passivos financeiros (4)	—	1,5	0,3	1,8	—	0.9	0,2	1,1
	39,6	1.163,8	9,0	1.212,2	65,7	450,5	15,2	531,4

Notas:

(1) Avaliado utilizando preços cotados não ajustados em mercados activos para instrumentos financeiros idênticos. Esta categoria inclui acções cotadas, certos derivados negociados em bolsa, títulos de governos do G10 e certos títulos de agências dos EUA.

(2) Avaliado utilizando técnicas significativamente baseadas em dados de mercado observáveis. Os instrumentos nesta categoria são avaliados utilizando:
(a) preços cotados para instrumentos similares ou instrumentos idênticos em mercados que não são considerados como sendo activo; ou
(b) técnicas de avaliação em que todos os dados que têm um efeito significativo na avaliação são directa ou indirectamente baseados em dados de mercado observáveis.
O tipo de instrumentos que são negociados em mercados que não são considerados activos, mas que se baseiam em preços cotados de mercado, cotações de corretores ou fontes de preços alternativas com razoáveis níveis de transparência de preços e aqueles instrumentos avaliados pelo uso de técnicas que incluem a maior parte dos títulos das agências governamentais, obrigações de empresa *investment grade*, certos produtos hipotecários, certos empréstimos bancários e empréstimos pontes, acordos de recompra e reversão de recompra, acções cotadas menos líquidas, obrigações estaduais e municipais, matérias-primas mais físicas, contratos de investimentos emitidos pelos negócios de seguros de vida do Grupo e certos títulos de mercado monetário e compromissos de empréstimos e maioria dos derivados OTC.

(3) Os instrumentos nesta categoria foram avaliados utilizando uma técnica de avaliação onde pelo menos um parâmetro (que pode ter um efeito significativo na avaliação do instrumento) não é baseado em dados de mercados observáveis. Onde os parâmetros podem ser observados em dados de mercado sem custo ou esforço indevido, é utilizado o parâmetro observado. Caso contrário, o Grupo determina um nível razoável para o parâmetro. Os instrumentos financeiros incluídos no nível 3 da hierarquia de justo consiste, primariamente, em instrumentos de caixa que são negociados de modo pouco frequente, certos empréstimos hipotecários sindicados e comerciais, acções não cotadas, certos juros residuais em titularizações, tranches *super senior* de alto grau e mezzanine de *collateralised debt obligations* (CDO), e outros produtos baseados em hipotecas e títulos de dívida menos líquidos, certos títulos de dívida estruturados em emissão e derivados OTC em que a avaliação depende de parâmetros não observáveis como certos crédito e derivados exóticos. Nenhum lucro ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro avaliado usando uma técnica que incorpora dados não observáveis significativos.

(4) Outros passivos financeiros incluem passivos subordinados e abatimentos relativos a facilidades de empréstimos sindicados não utilizados.

11 Instrumento financeiros (continuação)

Carteiras de nível 3

Os empréstimos e adiantamentos de nível 3 diminuíram em £10 mil milhões, reflectem primariamente uma reclassificação de certos empréstimos (*leveraged* finance e outros empréstimos empresariais) para empréstimos e contas a receber (LAR) e ajustamentos de justo valor na restante carteira no final do ano.

Os títulos de dívidas categorizados como nível 3 no final do ano incluem £5,2 mil milhões dos *asset-backed securities* e £1,7 mil milhões de títulos de dívida de empresas e outros. A diminuição durante o ano reflecta a conclusão de um negócio no início de 2008, reclassificação de *mortgage-backed securities* (MBS) ilíquidos para empréstimos e contas a receber, alterações no justo valor e a transferência de certos MBS anteriormente ilíquidos, principalmente *sub-prime*, de nível 3 para nível 2.

Os activos de derivados de nível 3 em 31 de Dezembro de 2008 incluem a negociação de derivados de crédito com sociedades de produtos derivados de crédito (CDPC) com um justo valor de £3.5 mil milhões após ajustamentos da avaliação de crédito de £1,3 mil milhões. Em 31 de Dezembro de 2007, estes negócios de derivados de crédito com as CDPC tiveram um justo valor de £0,8 mil milhões após uma avaliação de crédito de £44 milhões e foram incluídas no nível 2 da hierarquia de justo valor.

Outros activos derivados de nível 3 em 31 de Dezembro de 2008 incluem *credit default swaps* ilíquidos (CDS), outros derivados de crédito, derivados de matérias-primas e derivados de taxas de juros ilíquidos.

Os quadros abaixo apresenta os instrumentos financeiros de nível 3 contabilizados pelo justo valor na data do balanço, base de avaliação, pressupostos principais usados na avaliação destes instrumentos e aumentos ou diminuições razoavelmente possíveis no justo valor, com base em pressupostos alternativos razoavelmente possíveis:

				Pressupostos alternativos razoavelmente possíveis	
Activos	Bases/técnica de avaliação	Pressupostos principais	Valor contabilístico £mm	Aumento no justo valor £m	Diminuição no justo valor £m
Empréstimos e adiantamentos	Modelo proprietário	Spreads de crédito, índices	3,1	70	50
Títulos de dívida:					
– RMBS (1)	Modelo standard do sector	Taxas de pagamentos antecipados, probabilidade de incumprimento, gravidades de perdas e rendimento	0,5	40	90
– CMBS (2)	Modelo standard do sector	Taxas de pagamentos antecipados, probabilidade de incumprimento, gravidades de perdas e rendimentos	0,6	30	30
– CDOs	Modelo proprietário	Avaliação do colateral implícito, taxas de incumprimento, preços da habitação, correlação	1,7	410	440
– CLOs (3)	Modelo de simulação standard do sector	Spreads de crédito, taxas de recuperação, correlação	1,0	40	40
– Outros	Modelo proprietário	Spreads de crédito	3,1	50	50
Derivados					
– crédito	Modelo CVA proprietário, modelos de opção do sector, modelo de correlação	Risco de crédito de contraparte, Correlação, volatilidade	8,0	1.030	1.200
– acções	Modelo proprietário	Volatilidade, correlação, dividendos	0,1	—	10
– taxa de juro e matérias-primas	Modelo proprietário	Volatilidade, correlação	2,2	130	130
Acções – private equity	Declarações de avaliação	Avaliações de fundos	1,1	80	160
31 de Dezembro de 2008			21,4	1.880	2.200
31 de Dezembro de 2007			32,7	610	700

Notas:
(1) *Residential mortgage-backed securities.*
(2) *Commercial mortgage-backed securities.*
(3) *Collateralised loan obligations.*

Passivos	Bases/técnica de avaliação	Pressupostos principais	Valor contabilístico £mm	Pressupostos alternativos razoavelmente possíveis: Aumento no justo valor £m	Pressupostos alternativos razoavelmente possíveis: Diminuição no justo valor £m
Títulos de dívida emitidos	Modelo proprietário	Spreads de crédito	4,4	170	190
Derivados					
Derivados de crédito	Modelo CVA proprietário, modelos de opção do sector, modelo de correlação	Risco de crédito da contraparte, correlação, volatilidade	2,6	160	180
Outros derivados	Modelo proprietário	Volatilidade, correlação	1.4	120	120
Outras carteiras	Modelo proprietário	Spreads de crédito, correlação	0,6	40	60
31 de Dezembro de 2008			32,7	610	700
31 de Dezembro de 2007			15,3	120	120

Para cada categoria de carteira mostrada no quadro acima, estabelece-se a seguir uma descrição dos tipos de produtos que constituem a carteira e as técnicas de avaliação que são aplicadas na determinação do justo valor, incluindo uma descrição da técnicas de avaliação utilizadas, incluindo a no nível 2, e contributos para esses modelos e técnicas. Quando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis de dados não observáveis usados nos modelos possam alterar significativamente o justo valor da carteira, os dados alternativos são indicados, juntamente com o impacto que teriam no justo valor. Quando houver alterações significativas às técnicas de avaliação durante o ano, será incluída uma discussão sobre as razões para tal.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos no nível 3 são principalmente constituídos por hipotecas comerciais dos EUA e empréstimos sindicados.

Hipotecas comerciais

Estas hipotecas comerciais *senior* e *mezzanine* são empréstimos garantidos sobre terrenos e edifícios comerciais que foram originados ou adquiridos pela GBM para titularização. As hipotecas comerciais séniores são remuneradas à taxa de juro variável e as hipotecas comerciais *mezzanine* ou mais juniores podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa ou variável. Os factores que têm influência nestes empréstimos podem incluir, de forma não exaustiva, o tipo de empréstimo, o tipo de imóvel subjacente e localização geográfica, taxa de juro do empréstimo, os rácios do principal sobre o activo, os rácios de cobertura do serviço da dívida, as taxas de pagamentos antecipados, a informação sobre perdas cumulativas de empréstimos, rendimentos, procura dos investidores, volatilidade do mercado desde a última titularização e aumento da qualidade creditícia. Quando não estão disponíveis preços de mercado observáveis para um determinado empréstimo, o justo valor será normalmente determinado com referência às transacções de mercado observáveis noutros empréstimos ou produtos de crédito relacionados, incluindo títulos de divida e derivados de crédito. São feitos pressupostos sobre a relação entre o empréstimo e os dados de referência disponíveis. Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis para os *spreads* de crédito (tendo em conta que todos os outros factores aplicáveis) reduzir-se-ia o justo valor destas hipotecas de £1,1 mil milhões em £18 milhões ou aumentar-se-ia o justo valor em £25 milhões.

Empréstimos sindicados

As actividades de empréstimos sindicados do Grupo são conduzidas pela actividade de sindicação em conjunto com várias linhas de produto cobrindo actividades empresariais, alavancadas, imobiliárias e *project finance*. Quando se realiza um compromisso para emprestar, p Grupo estima a proporção de empréstimo que se prevê deter para negociação na utilização, a proporção que antecipa deter no seu balanço como empréstimos e contas a receber. Quando se pretende que o empréstimo seja sindicado, o empréstimo é avaliado através dos resultados.

Na utilização, a parte que se espera do empréstimo que seja sindicado é registada ao justo valor como activo detido para negociação e a parte detida esperada é mensurada ao custo amortizado menos, quando apropriado, imparidades.

O Grupo avalia a parte do empréstimo que se espera que seja sindicado detido ao justo valor, utilizando preços de sindicação observáveis no mercado de activos iguais ou semelhantes. Quando estes preços não estão disponíveis, é utilizado um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo incorpora pressupostos observáveis como taxas de justos actuais e curvas de rendimentos, o montante nocional e da proposta do empréstimo e qualidade de crédito da contraparte onde isso for derivado de spreads de *credit default swaps* utilizando os índices de mercado. O modelo também incorpora pressupostos não observáveis, incluindo períodos esperados de refinanciamento e qualidade de crédito de contraparte quando derivada das avaliações de risco internas do Grupo. Os derivados resultantes de compromissos para emprestar são mensurados utilizando o mesmo modelo, com base nos montantes nocionais máximos.

Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis em relação para os fluxos de caixa esperados para avaliar estes activos de £2,0 mil milhões reduziria o justo valor até £32 milhões e aumentaria o justo valor até £45 mil milhões. Os pressupostos para determinar estes montantes foram baseados em cenários de reestruturação e margens esperadas.

Títulos de dívida

Residential mortgage backed securities (RMBS)

Os RMBS em que os activos subjacentes são hipotecas apoiadas por agências dos EUA e em que há uma negociação regular são geralmente classificadas como nível 2 na hierarquia do justo valor. Os RMBS também são classificados como nível 2 quando a negociação regular não é prevalecente no mercado, mas negócios similares executados ou dados terceiros, incluindo índices, cotações de corretores e serviços de determinação de preço, podem ser utilizados para substanciar o justo valor. O RMBS são classificados como nível 3 quando a actividade de negociação não está disponível e é utilizado um modelo que utiliza dados não observáveis significativos.

Ao determinar se um instrumento é similar ao que está ao ser avaliado, o Grupo considera uma série de factores, principalmente: as normas de empréstimos dos corretores e tomadores firmes que originaram as hipotecas, o *lead manager* da garantia, a data de emissão das respectivas obrigações, a composição do activo subjacente (incluindo data de originação, rácios do principal sobre o activo, informações de perdas históricas e zona geográfica das hipotecas), a notação de crédito do instrumento e qualquer protecção de crédito de que o instrumento possa beneficiar, tal como seguro integrado ou tranches subordinadas. Onde houver casos de dados de mercado observáveis para várias tranches RMBS similares, o Grupo considera a extensão das características similares partilhadas com o instrumento a ser avaliado, juntamente com a frequência,

duração e natureza dos negócios que foram observados. Este método é utilizado mais frequentemente nos RMBS dos EUA e RU. Os RMBS originados de hipotecas espanholas e holandesas, garantidos por esses governos, são avaliadas pelo uso de *spreads* de crédito da dívida do respectivo governo e certos pressupostos feitos pelo Grupo, ou com base em preços observáveis da Bloomberg ou serviços de fixação de preços por consenso.

11 Instrumento financeiros (continuação)
Na ausência de actividade de negociação, utilizam-se modelos. O Grupo utiliza, em primeiro lugar, um modelo standard do sector para projectar os fluxos de caixa futuros esperado a receber das hipotecas subjacentes e prever como estes fluxos de caixa serão distribuídos pelos vários possuidores do RMBS. Este modelo utilizando dados fornecidos pelo gestor da carteira de hipoteca subjacente, assentes nos pressupostos para pagamentos antecipados da hipoteca, probabilidade de incumprimento, perdas esperadas e rendimento. O Grupo usa dados de fontes terceiras para calibrar os seus pressupostos, incluindo informação de fixação de preços de serviços de preços terceiros, pesquisa independente, cotações de corretores e outras fontes independentes. É feita uma avaliação da fonte de dados terceira para determinar a sua aplicabilidade e fiabilidade. O Grupo ajusta o preço do modelo com um prémio de liquidez para reflectir o preço a que o instrumento pode ser negociado no mercado e também fazer ajustes nas deficiências do modelo.

No quadro a seguir apresenta-se a média ponderada dos parâmetros principais significativos utilizados na avaliação das posições RMBS de nível 3 dos EUA.

	Parâmetros médios ponderados	
2008	RMBS prime não agência	RMBS prime não agência
Rendimento	11,02%	20.69%
Probabilidade de incumprimento	3,00 CDR (1)	40,00 CDR (1)
Gravidade de perda	45,00% (2)	52,25% (2)
Pagamento antecipado	12,67 CPR	10,65 CPR

Notas:
(1) Taxa de incumprimento constante ou probabilidade de incumprimento
(2) Taxa de pagamento antecipado constante

O justo valor de títulos de cada classe de activos altera-se numa base consistente em resposta às alterações em determinados factores do mercado. No entanto, a extensão da mudança e, por conseguinte, o leque de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode ser mais ou menos pronunciado, dependendo das condições e circunstâncias específicas do título individual. Durante a maior parte de 2008, quando as taxas de incumprimento em hipotecas *sub-prime* estavam em ascensão, havia menos de transparência e dados históricos para prever os padrões futuros de incumprimento nos títulos de Alt-A e *prime*. Como tal, o grupo sentiu que a probabilidade de incumprimento era o parâmetro menos transparente nas avaliações modeladas dos RMBS Alt-A e *prime* durante 2008 (e a mais sensível às variações). O Grupo acredita que uma gama de 500 pontos base superior e 500 pontos base inferior que a taxa de incumprimento média ponderada constante e uma gama de 200 pontos base superior e 200 pontos base inferior à taxa de incumprimento média ponderada constante representam um conjunto razoavelmente possível de alternativas de fixação de preço aceitáveis para os RMBS Alt-A e *prime*, respectivamente. Estes pressupostos consideram a natureza inerentemente de maior risco dos Alt-A em relação aos títulos *prime*, bem como o declínio das condições económicas, conduzindo a um aumento da probabilidade de incumprimento no final do ano. Embora outros parâmetros principais possam possuir características não observáveis nas avaliações modeladas de Alt-A e *prime*, o efeito da utilização de alternativas razoavelmente possíveis para esses respectivos parâmetros teria um efeito irrelevante na avaliação global. Usando estas hipóteses alternativas razoavelmente possíveis, o justo valor dos de RMBS de £0,5 mil milhões seriam inferiores em £90 milhões ou superiores em £40 milhões.

Commercial mortgage backed securities
Os CMBS são avaliados pela utilização de um modelo standard de sector e os parâmetros, quando possível, são corroborados pelo uso de dados de mercado observáveis.

Para tranches CMBS *senior* e subordinadas, o Grupo determinou que os parâmetros mais sensíveis para avaliação de alternativas razoavelmente possíveis são a probabilidade de incumprimento e o rendimento, respectivamente. Utilizando os pressupostos de alternativas razoavelmente possíveis para estes parâmetros, o justo valor dos CMBS de £0,6 mil milhões seriam £30 milhões inferiores e £30 milhões superiores.

Collateralised debt obligations
Os CDO comprados a terceiros são avaliados pela utilização de cotações terceiras independentes ou por preços indicativos de *lead manager* independentes. Para as tranches *super senior* de CDO que foram originados pelo Grupo não está disponível informação específica de terceiros. Por conseguinte, a avaliação destes CDO *super senior* tem em conta os resultados de um modelo proprietário do Grupo, os dados do mercado e ajustamentos de avaliação apropriados.

O modelo proprietário do Grupo prevê os fluxos de caixa esperados das hipotecas subjacentes utilizando pressupostos relativos às condições macroeconómicas futuras (incluindo a valorização e depreciação da habitação) e os incumprimentos e moras referentes a estas hipotecas subjacentes derivados de dados publicamente disponíveis. O modelo usado pelo Grupo inclui um modelo econométrico de nível de empréstimo que proporciona o parâmetro para um modelo standard ABS do sector, cujo resultado alimenta o modelo proprietário que gera os fluxos de caixa esperados que são descontados utilizado uma taxa de risco ajustada.

Devido à subjectividade dos parâmetros de entrada no modelo de fixação de preços, são construídos pontos de avaliação alternativos para comparar o resultado do modelo. Estes pontos de avaliação incluem a determinação da avaliação de colateral de índice ABS implícito, que proporciona um ponto de avaliação calibrado do mercado. Uma metodologia de valor de activo líquido colateral também é considerada, utilizando as marcas dos operadores compradores para determinar um limite superior para as avaliações *super senior* do CDO. Tanto a avaliação de índice ABS implícito como a metodologia de valor de activo líquido colateral aplicam uma abordagem de liquidação imediata assumida.

O Grupo, utilizando todos os pontos de fixação de preços disponíveis, pode fazer os ajustes necessários e adequados de avaliação com as informações de preços derivada do modelo proprietário. Esses ajustes reflectem a avaliação do Grupo de factores que os participantes do mercado considerariam na definição de um preço, na medida em que estes factores não tenham sido incluídos no modelo e poderem incluir adaptações feitas para descontos de liquidez.

A fim de proporcionar a divulgação de avaliação dos CDO *super senior* usando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, o Grupo considerou as condições macroeconómicas, incluindo a valorização e depreciação do preço da habitação e os efeitos de variações regionais. O resultado da utilização destes pressupostos alternativos é comparado com os preços inferidos a partir de outros dados publicados. O Grupo acredita que pressupostos alternativos razoavelmente possíveis poderiam reduzir ou aumentar as avaliações em até 4%. Usando estes pressupostos alternativos reduziria o justo valor dos CDO de nível 3 de £1,7 mil milhões até £440 milhões (CDO *super senior*: £292 milhões) e aumentaria o justo valor até £410 milhões (CDO *super senior*: £292 milhões).

Collateralised loan obligations

Para determinar o valor justo dos CLO adquiridos a terceiros, o Grupo utiliza cotações de corretores terceiros ou *lead manager* como fonte primária de preços. Estas cotações são aferidas com fontes de determinação de preços por consenso quando elas estão disponíveis.

Para CLO originados e ainda detidos pelo Grupo, o justo valor é determinado utilizando um modelo de correlação baseado num esquema de simulação de Monte Carlo. Os principais parâmetros do modelo são os *spreads* de crédito e taxas de recuperação dos activos subjacentes e suas correlações. É atribuída uma curva de crédito a cada activo subjacente com base nos preços, a partir de cotações de operadores terceiros e perfis de fluxo de caixa, provenientes de um modelo standard do sector. As perdas são calculadas tendo em conta o *attachment point* e o *detachment point* da exposição. Como os parâmetros da correlação para este modelo não são observáveis, os CLO são considerados como nível 3. Usando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, o justo valor dos CLO de mil milhões de libras seria inferior em £40 milhões ou superior em £40 milhões.

Outros títulos de dívida

Outros títulos de dívida de nível 3 inclui £1,4 milhões de outros ABS e £1,7 mil milhões de outros títulos de dívida. Quando não estão disponíveis preços de mercado observáveis para um determinado tipo de título de divida, o justo valor será normalmente determinado por referência a transacções de mercado observáveis noutros produtos relacionados, incluindo títulos de dívida e derivados de crédito similares. Os pressupostos baseiam-se na relação entre o título de divida em causa e os dados de referência disponíveis. Quando tiver sido aplicado uma significativa apreciação da gestão na identificação do produto relacionado relevante, ou na determinação da relação entre o produto relacionado e o próprio instrumento, a avaliação é mostrada no nível 3.

A utilização de pressupostos diferentes teria como resultado justos valores diferentes para estes activos. O principal pressuposto feito é a solvabilidade relativa. Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis para os pressupostos de crédito, tendo em conta a moeda, a natureza e a notação subjacente dos títulos de dívida com cada carteira, reduzir-se-ia o justo valor de outros títulos de dívida de £3,1 mil milhões até £50 milhões ou aumentar-se-ia até £50 milhões.

Derivados

Os activos de derivados de nível 3 incluem derivados de crédito de £8,0 mil milhões, títulos derivados de capital de £0,1 mil milhões e derivados de contratos de taxa de juro, taxa de câmbio e de matérias-primas def £2,2 mil milhões. Os passivos derivados incluem derivados de crédito de £2,6 mil milhões, derivados de contratos de taxas de juro, taxas de câmbio e matérias-primas de £1,4 mil milhões.

Os preços dos derivados são estabelecidos utilizando preços cotados para os mesmos instrumentos ou instrumentos similares quando estes estão disponíveis. No entanto, a maioria dos derivados é avaliada utilizando modelos de preços. Os dados de entrada para estes modelos são normalmente observados directamente no mercado ou derivados dos preços observados. Contudo, nem sempre é possível observar ou corroborar todos os dados de entrada do modelo. Os dados não observáveis são baseados em estimativas tendo em conta uma gama de informações disponíveis incluindo análise histórica, níveis históricos de negociação, prática de mercado, comparação com outros dados de referência relevantes observáveis e dados de determinação de preços por consenso.

Derivados de crédito

Os derivados de crédito do Grupo incluem tranches de carteiras de *vanilla* e personalizadas, produtos de *gap risk* e certos outros negócios únicos. As tranches da carteira personalizadas são tranches sintéticas referenciadas a uma carteira personalizada de nomes de empresas em que o Grupo compra protecção de crédito. As tranches das carteiras personalizadas são avaliadas pelo uso da Cópula gaussiana, um método padrão que utiliza dados de mercados observáveis (*spreads* de crédito, preços de índice de tranche e taxas de recuperação) para gerar um preço resultante para a tranche através de uma metodologia de mapeamento. Em essência, este método leva a perda esperada da tranche expressa como uma fracção da perda esperada da totalidade da carteira subjacente e calcula qual o *detachment point* do índice líquido, e portanto, qual o nível de correlação, coincide com essa fracção das perdas esperadas. Sempre que os dados para esta técnica de avaliação são observáveis no mercado, as tranches personalizadas são consideradas como activos de nível 2. Quando os dados não são observáveis, estas tranches são consideradas como activos de nível 3. No entanto, todas as transacções realizadas com uma contraparte CDPC são consideradas de nível 3, pois a avaliação do risco de crédito de contraparte é um componente significativo destas avaliações.

Os produtos de *gap risk* são negócios alavancados, com a perda potencial da contraparte limitada ao montante do capital inicial investido. O *gap risk* é a probabilidade de que o mercado se mova de forma descontínua demasiadamente rápida para sair de uma carteira e devolver o capital à contraparte, sem incorrer em perdas, caso haja um evento que o desencadeie. Essa opção é incorporada dentro destas estruturas de carteira e muito raramente é negociado abertamente no mercado. O *gap risk* não é observável no mercado e, como tal, estas estruturas são considerados como instrumentos de nível 3.

Outros negócios únicos são avaliados pelo uso de um modelo especializado para cada instrumento e os mesmos dados de entradas de mercado como todos os outros negócios, quando aplicável. Pela sua natureza, a avaliação também é impulsionada por uma variedade de outros dados de entrada no modelo, muitos dos quais não são observáveis no mercado.

11 Instrumento financeiros (continuação)

Onde estes instrumentos incorporaram a opção, ela é avaliada usando uma variação da fórmula de determinação de preço Black-Scholes, e onde eles têm uma exposição de correlação é avaliada pelo uso de uma variante do modelo de Cópula gaussiana. Os dados de entrada de volatilidade ou correlação única são necessárias para avaliar estes produtos são geralmente não observáveis e os instrumentos são, por isso, considerados como instrumentos de nível 3.

Outros derivados

Opções exóticas de capital, de taxa de juros e matérias-primas fornecem um pagamento (ou série de pagamentos), associados ao desempenho de uma ou mais subjacente, incluindo acções, taxas de juros, taxas de câmbio e matérias-primas. Incluído em derivados de matérias-primas são os contratos de energia celebrados pela RBS Sempra Commodities. A maioria destes contratos é valorizada utilizando modelos que incorporam dados observáveis. Um pequeno número de derivados é mais complexo e estruturado, que inclui nos seus pressupostos a avaliação das volatilidades de preços de energia e a correlação entre os dados, que não são observáveis no mercado. Estes incluem alguns acordos sobre garantia de direitos, onde a energia é adquirida em troca de uma determinada quantidade de combustível, e acordos de cargas, onde um vendedor concorda em entregar uma proporção fixa de energia utilizada pelos clientes de distribuidora de energia cliente.

As opções exóticas não são transaccionadas em mercados activos, excepto num pequeno número de casos. Consequentemente, o Grupo usa modelos para determinar o justo valor utilizando técnicas de avaliação típicas do sector. Estas técnicas podem ser divididas, em primeiro lugar, em abordagens de modelização e, por outro, em métodos de avaliação dos níveis adequados para os dados de entradas do modelo. O Grupo usa uma variedade de modelos proprietários para avaliar negócios exóticos. Os dados de entrada da avaliação das opções exóticas incluem a correlação entre acções, taxas de juros, taxas de câmbio e preços de matérias-primas. Correlações para acções e pares de taxas mais líquidos são avaliados utilizando níveis de fixação de preços por consenso de fonte independente. Sempre que um valor de referência de preços de consenso não está disponível, estes instrumentos são classificados como nível 3.

Pressupostos alternativos razoavelmente possíveis

Para determinar o efeito de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis para dos não observáveis, o Grupo considerou que as transacções de derivados de crédito com CDPC de modo separado dos ous derivados de nível 3 devido ao elemento significativo de subjectividade na determinação do risco de crédito de contraparte.

O justo valor das operações de derivativos de crédito com CDPC em 31 de Dezembro de 2008 foi de £4,8 mil milhões antes de aplicar um CVA de £1,3 mil milhões. As exposições de derivados de crédito do Grupo para CDPC são avaliadas por meio de modelos de preços com dados de entrada observados directamente no mercado. O ajuste é feito para o modelo de avaliação conforme a solvabilidade da contraparte CDPC difere daquela que os pressupostos de risco de crédito usaram no modelo. O ajustamento reflecte o custo estimado de cobertura do risco de contraparte inerente a cada operação. Na ausência de spreads de crédito de CDPC de mercado observáveis, o custo da cobertura do risco de contraparte é estimado a partir de uma análise das operações subjacentes e os custos de cobertura de perdas de incumprimento esperadas no excesso de capital disponível em cada veículo. Uma abordagem alternativa razoavelmente possível seria estimar o custo da cobertura do risco de contraparte de spreas de crédito observáveis no mercado de entidades consideradas como similares às CDPC (por exemplo, as seguradoras *monolines* com operações similares ou entidades com notação de crédito semelhante). Estas abordagens alternativas razoavelmente possíveis reduziriam o justo valor dos derivados de crédito com CDPC até £740 milhões ou aumentariam o valor justo até £600 milhões.

Para todos os outros derivados de nível 3, os dados de entrada são observáveis, principalmente compostos por correlações e volatilidades. Sempre que uma avaliação de derivados está muito dependente de uma entrada não observável, a avaliação é mostrada no nível 3. É usual para tais avaliações de derivados dependerem de vários observáveis, e um ou alguns poucos dados de modelo inobserváveis. Na determinação de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, foi considerado o impacto relativo dos dados não observáveis em comparação com aqueles que podem ser observadas. Usando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, o justo valor de todos os outros derivados de níveis 3 (excluindo CDPC) seria reduzido até £600 milhões, ou aumentado até £560 milhões e passivos de derivados de £4,0 mil milhões, seria reduzido em até £300 milhões, ou aumentado até £280 milhões.

Acções de capital - private equity

Os investimentos de *private equity* incluem participações de unidades e os interesses parceria limitada principalmente em fundos de capital privado, fundos de dívida e fundos de fundos de cobertura. Os fundos geridos externamente são avaliados utilizando os preços restantes disponíveis. Quando não estiver disponível, o justo valor dos investimentos em fundos geridos externamente geralmente é determinado usando declarações ou outras informações fornecidas pelos gestores de fundos.

Embora as avaliações sejam prestados por terceiros, o Grupo reconhece que tais avaliações podem basear-se significativamente em apreciações e estimativas feitas pelos gestores de fundos, especialmente na avaliação de componentes de *private equity*. Após a queda de liquidez nos mercados mundiais, o grupo acredita que há subjectividade suficiente em tais avaliações para os reportar nível 3.

Avaliações alternativas razoavelmente possíveis foram determinadas com base nas tendências históricas nas avaliações recebidas, e tendo em consideração o impacto possível dos movimentos do mercado em direcção ao fim do período de relato, que pode não reflectir totalmente as avaliações recebidas. Usando estas hipóteses alternativas razoavelmente possíveis reduziria o justo valor de fundos geridos externamente de £1.1 mil milhões em £160 milhões ou juros do justo valor até £80 milhões.

Outros instrumentos financeiros

Outras carteiras diferentes das discutidas acima são outros instrumentos financeiro detidos ao justo valor determinado a partir da data em os dados não são observáveis, ou incorporando ajustamento para comercializar dos dados observados. Usando pressupostos alternativas razoavelmente possíveis apropriados para o passivo em questão, tais como spreads de créditos, entradas de derivados e correlações de capital próprio reduziriam o justo valor dos outros instrumentos financeiros detidos ao justo valor £5,0 mil milhões, principalmente títulos de dívida em emissão de £4,4 mil milhões, até £250 milhões ou aumentariam o justo valor em £210 milhões.

Crédito próprio

Quando avalia passivos financeiros registados ao justo valor, o Grupo tem em conta o efeito da sua própria posição de crédito. As categorias de passivos financeiros em são feitos os ajustamentos de *spread* de crédito próprio são a dívida emitida, incluindo obrigações de notas estruturadas, e derivados. Um ajustamento de crédito próprio é aplicado a posições, quando se acredita que as contrapartes consideraram a solvabilidade do Grupo quando fixarem os preços do modelo.

Para a dívida emitida e obrigações estruturadas, este ajustamento é baseado em cotações independentes de participantes de mercado para *spreads* de emissão de dívida acima das taxas interbancárias médias (numa gama de naturezas) que o mercado procuraria quando comprasse novas emissões *senior* ou *sub-debt* do Grupo. Quando necessário, estas cotações são interpoladas utilizando uma forma de curva para os preços CDS.

O justo valor dos passivos financeiros derivados do Grupo reflecte o risco de crédito próprio do Grupo. Os ajustamentos tomando em conta o colateral colocado pelos Grupo e os efeitos de acordos-quadro de compensação. Nenhuns ajustamentos foram feitos para risco de capital próprio em relação a passivos derivados nos anos anteriores, pois não era um factor significativo na determinação do preço de transacções derivadas pelos participantes do mercado. A mudança na metodologia reflecte a turbulência do mercado em 2008, que levou os participantes a concentrarem-se na qualidade de crédito da contraparte.

O quadro abaixo mostra os ajustamentos aos spreads de crédito próprio em passivos registados na demonstração de resultados durante o exercício.

	Títulos de dívida em emissão				
	Detidos para negociação £m	Designados ao justo valor através dos resultados £m	Total £m	Derivados £m	Total £m
Em 1 de Janeiro de 2008	304	152	456	—	456
Efeitos de alterações nos spreads de crédito	376	583	959	450	1.409
Benefícios de coberturas cambiais	392	195	587	—	587
Novas emissões	274	97	371	—	371
Em 31 de Dezembro de 2008	1.346	1.027	2.373	450	2.823

11 Instrumento financeiros (continuação)

Reclassificação de instrumentos financeiros

Como discutido nas políticas contabilísticas na página 178, durante 2008, o Grupo reclassificou activos financeiros das categorias detidos para negociação e disponíveis para venda para a categoria empréstimos e contas a receber (conforme permitido pelo parágrafo 50D da IAS 39 alterada) e da categoria detidos para negociação para a de disponíveis para venda (como permitido pelo parágrafo 50B da IAS 39 alterada).

A turbulência nos mercados financeiros durante o segundo semestre de 2008 foi considerada pela gestão como circunstâncias raras no contexto do parágrafo 50B da IAS 39 alterada.

Os valores de balanço destes activos, o efeito da reclassificação na demonstração de resultados para o período da data de reclassificação até 31 de Dezembro de 2008 e os lucros e perdas relacionados com estes activos registados na demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006 foram os seguintes:

	2008										2007	2006
	2008 – em reclassificação			31 de Dezembro de 2008		Após reclassificação						
	Valor contabilístico £m	Taxa de juro efectiva %	Fluxos de caixa esperados £m	Valor contabilístico £m	Justo valor £m	Ganhos / (perdas) até à data de reclassificação £m	Resultado £m	Perdas por imparidade £m	Ganhos / (perdas) em reservas AFS £m	Montante que deveria ter sido reconhecido £m	Ganhos / (perdas) reconhecidos na demonstração de resultados em períodos anteriores £m	£m
Reclassificado de HFT para LAR:												
Empréstimos:												
Leveraged finance	3.602	10,15	6.083	4.304	2.523	(457)	454	—		(1.206)	(155)	—
Empréstimos a empresas	5.040	6,19	7.582	5.827	4.940	(76)	198	—		(681)	(50)	3
Títulos de dívida:	8.642		13.665	10.131	7.463	(533)	652	—		(1.887)	(205)	3
CDO de RMBS												
RMBS	215	4,92	259	236	221	4	5	—		(11)	5	6
CMBS	1.765	6,05	2.136	2.011	1.536	(115)	157	—		(302)	(12)	—
CLO	1	11,11	4	1	1	1	—	—		—	—	—
Outros ABS	835	6,34	1.141	952	717	(22)	104	—		(130)	(14)	(2)
Outros	2.203	5,07	3.202	2.514	2.028	(67)	129	—		(338)	3	(1)
Títulos de dívida:	2.538	2,62	2.764	2.602	2.388	72	3	—		(166)	94	476
	7.557		9.506	8.316	6.891	(127)	398	—		(947)	76	479
Total	16.199		23.171	18.447	14.354	(660)	1.050	—		(2.834)	(129)	482
Reclassificado de HFT para AFS:												
Títulos de dívida												
CDO de RMBS	6.228	8,14	8.822	5.695	5.695	(1.330)	1.147	(464)	(1.069)	(280)	(400)	—
RMBS	5.205	8,03	8.890	5.171	5.171	(530)	24	—	(162)	(122)	(4)	73
CMBS	32	6,81	85	31	31	(5)	5	—	(3)	2	(4)	—
CLO	1.457	5,02	1.804	1.288	1.288	(168)	421		(383)	58	(36)	1
Outros ABS	2.199	6,02	3.183	1.847	1.847	(356)	(10)	—	(354)	(311)	(42)	72
Outros	614	12,55	1.311	698	698	—	130	—	(166)	(5)	(1)	—
	15.735		24.095	14.730	14.730	(2.389)	1.717	(464)	(2.137)	(658)	(487)	146
Reclassificados de AFS para LAR:												
Títulos de dívida	704	1,38	772	1.028	968	(12)(1)	6	—	—	(37)(1)	—	—
Total	32.638		48.038	34.205	30.052	(3.061)	2.773	(464)	(2.137)	(3.529)	(616)	628

Nota:
(1) Ganhos/(perdas) reconhecidos na reserva de disponíveis para venda.

Montantes incluídos na demonstração consolidada de resultados:

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Ganhos em activos/passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados	(901)	1.074	573
Ganhos na alienação ou liquidação de empréstimos e contas a receber	4	3	21
	(901)	1.074	573

No reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros avaliados utilizando as técnicas de avaliação que incorporam mais informação do que os dados observáveis do mercado, qualquer diferença entre o preço de transacção e o derivado da técnica de avaliação é diferido. Tais montantes são reconhecidos nos resultados durante a vida da transacção; quando os dados do mercado se tornam observáveis; ou quando a transacção vence ou é fechada, conforme apropriado. Em 31 de Dezembro de 2008, os ganhos líquidos de £102 milhões (2007 - £72 milhões) foram transitados para o exercício seguinte no balanço. Durante o ano, os ganhos líquidos de £89 milhões (2007 - £67 milhões) foram diferidos e £65 milhões (2007 - £10 milhões) libertados para lucro ou perda.

Justo valor de instrumentos financeiros não contabilizados pelo justo valor

O quadro a seguir mostra os valores contabilísticos e os justos valores dos instrumentos financeiros inscritos nos balanços ao custo amortizado.

	Grupo				Empresa			
	2008 Valor contabilístico £m	2008 Justo valor £m	2007 Valor contabilístico £m	2007 Justo valor £m	2008 Valor contabilístico £m	2008 Justo valor £m	2007 Valor contabilístico £m	2007 Justo valor £m
Activos financeiros								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12.400	12.400	17.866	17.866	—	—	—	—
Empréstimos e adiantamentos a bancos								
Empréstimos e contas a receber	81.963	81.929	147.821	147.818	27.031	27.031	7.686	7.686
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Empréstimos e contas a receber	806.627	761.619	709.090	711.346	—	—	307	307
Locações financeiras	14.453	14.527	12.570	12.376	—	—	—	—
Títulos de dívida								
Empréstimos e contas a receber	12.985	11.500	2.672	2.644	—	—	—	—
Saldos de compensação	17.832	17.832	16.589	16.589	—	—	—	—
Passivos financeiros								
Depósitos de bancos	176.890	176.266	246.803	246.627	1.802	1.802	5.572	5.572
Contas de clientes	575.532	576.378	614.432	614.067	26	26	—	—
Títulos de dívida emitidos	248.846	241.295	222.883	222.763	14.179	14.010	13.453	13.453
Saldos de compensação	11.741	11.741	17.520	17.520	—	—	—	—
Passivos subordinados	47.645	36.446	37.146	35.793	10.314	8.752	7.743	6.983

Notas:

(1) Activos financeiros e passivos financeiros para os quais o valor contabilístico aproxima-se do justo valor porque eles são de maturidade curta.

(2) Os justos valores são estimados por desconto dos fluxos de caixa futuros esperados; utilizando taxas de juros correntes e fazendo ajustamentos para crédito.

(3) O justo valor dos depósitos pagáveis à ordem é igual ao seu valor contabilístico. O justo valor dos outros depósitos por bancos e contas de clientes é estimando por desconto dos fluxos de caixa futuros esperados à taxas correntes e ajustando-se, quando apropriado, ao *spread* do próprio crédito do Grupo. O justo valor de muitos destes instrumentos aproxima-se dos seus valores contabilísticos porque eles são de maturidade curta ou são frequentemente reavaliados.

(4) O justo valor dos títulos de dívida de curto prazo em emissão está perto do seu valor contabilístico. O justo valor dos outros títulos de dívida em emissão é baseado em preços cotados; onde estes estiverem indisponíveis, o justo valor é estimado usando outras técnicas de avaliação.

(5) O justo valor dos passivos subordinados em emissão é baseado em preços cotados; onde estes estiverem indisponíveis, o justo valor é estimando usando outras técnicas de avaliação.

(6) O justo valor dos montantes devido de e a subsidiárias é igual ao seu valor contabilístico.

11 Instrumento financeiros (continuação)

Maturidade restante

O quadro seguinte mostra a maturidade residual dos instrumentos financeiros, com base na data de contrato da maturidade

	Grupo					
	2008			2007		
	Menos de 12 meses £m	Mais de 12 meses £m	Total £m	Menos de 12 meses £m	Mais de 12 meses £m	Total £m
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12.364	36	12.400	17.866	—	17.866
Empréstimos e adiantamentos a bancos	133.565	4.632	138.197	187.969	31.491	219.460
Empréstimos e adiantamentos a clientes	338.751	535.971	874.722	395.753	432.785	828.538
Títulos de dívida	69.912	197.637	267.549	70.088	224.568	294.656
Acções de participação	—	26.330	26.330	—	53.026	53.026
Saldos de compensação	17.795	37	17.832	16.561	28	16.589
Derivados	184.278	808.281	992.559	50.841	226.561	277.402
Passivos						
Depósitos por bancos	248.896	9.148	258.044	302.934	9.360	312.294
Contas de clientes	611.047	28.465	639.512	650.685	31.678	682.363
Títulos de dívida emitidos	174.507	125.782	300.289	156.020	118.152	274.172
Saldos de compensação e posições curtas	24.448	29.829	54.277	44.466	46.555	91.021
Derivados	175.908	795.456	971.364	54.624	217.428	272.052
Passivos subordinados	3.394	45.760	49.154	1.896	36.147	38.043

	Empresa					
	2008			2007		
	Menos de 12 meses £m	Mais de 12 meses £m	Total £m	Menos de 12 meses £m	Mais de 12 meses £m	Total £m
Activos						
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.096	10.935	27.031	1.655	6.031	7.686
Empréstimos e adiantamentos a clientes	—	—	—	307	—	307
Derivados	221	947	1.168	127	46	173
Passivos						
Depósitos por bancos	1.802	—	1.802	5.572	—	5.572
Contas de clientes	26	—	26	—	—	—
Títulos de dívida emitidos	7.253	6.926	14.179	8.855	4.598	13.453
Derivados	227	134	361	102	77	179
Passivos subordinados	424	9.890	10.314	119	7.624	7.743

Os quadros seguintes mostram os fluxos de caixa contratuais não descontados pagáveis até um período de vinte anos, incluindo pagamentos de juros futuros.

Passivos no balanço

	Grupo					
2008	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
Depósitos por bancos	154.614	14.347	3.345	2.754	2.048	34
Contas de clientes	523.268	33.450	6.577	6.337	7.298	5.319
Títulos de dívida emitidos	131.714	48.652	40.067	38.223	38.667	5.626
Derivados detidos para cobertura	394	2.216	2.543	1.334	2.682	1.373
Passivos subordinados	1.753	4.271	6.824	5.793	24.503	13.030
Saldos de compensação e outros passivos	13.351	5	12	6	10	6
	825.094	102.941	59.368	54.447	75.208	25.388
2007						
Depósitos por bancos	220.914	21.580	3.206	2.225	1.509	434
Contas de clientes	561.003	30.539	9.430	4.509	11.615	9.052
Títulos de dívida emitidos	111.292	37.292	57.562	34.917	44.166	4.223
Derivados detidos para cobertura	252	667	822	449	605	118
Passivos subordinados	641	3.720	5.603	3.466	22.735	6.354
Saldos de compensação e outros passivos	17.998	5	14	6	12	7
	912.100	93.803	76.637	45.572	80.642	20.188

	Empresa					
2008	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
Depósitos por bancos	116	1.707	—	—	—	—
Títulos de dívida emitidos	4.448	3.105	1.334	6.105	—	—
Derivados detidos para cobertura	186	16	30	1	—	—
Passivos subordinados	158	458	1.464	1.376	4.241	5.149
	4.908	5.286	2.828	7.482	4.241	5.149
2007						
Depósitos por bancos	116	5.544	—	—	—	—
Títulos de dívida emitidos	824	8.477	3.447	1.372	—	—
Derivados detidos para cobertura	52	1	—	2	—	—
Passivos subordinados	116	347	1.119	1.045	3.282	3.909
	1.108	14.369	4.566	2.419	3.282	3.909

Os quadros acima mostram o calendário das saídas de caixa para liquidar passivos financeiros. Foram elaborados sobre a seguinte base:

Os passivos financeiros estão incluídos na primeira data em que a contraparte pode exigir o reembolso independentemente de quer esses pagamentos antecipados resultem ou não numa penalização. Se o reembolso é desencadeado, ou está sujeito, a critérios específicos como barreiras ao preços de mercado terem sido atingidas, o passivo é incluído na primeira data possível que as condições possam ser cumpridas sem considerar a probabilidade de serem atingidas as condições. Por exemplo, se uma obrigação estruturada é paga antecipadamente de modo automático, quando um índice de acções excede um determinado nível, será incluída uma saída de caixa em menos de um período de três meses, qualquer que seja o nível do índice no final do ano. A data de liquidação dos títulos de dívida em emissão emitidos por certos veículos de titularização consolidados pelo Grupo dependem de quando os fluxos de caixa são recebidos dos activos titularizados. Quando esses activos podem ser pagos antecipadamente, o calendário do fluxo de caixa de saída relativamente aos títulos assume que cada activo será pago antecipadamente na primeira data possível.

Passivos com uma maturidade contratual acima de 20 anos – os montantes de capital de passivos financeiros que são reembolsáveis após 20 anos, ou quando a contraparte não tem direito a reembolso do capital são excluídos do quadro pois têm pagamentos de juros após 20 anos.

Passivos detidos para negociação – os passivos detidos por negociação elevam-se a £1.146,7 mil milhões (passivos) (2007 – £478,6 mil milhões) foram excluídos da mesa, tendo em vista a sua natureza de curto prazo.

12 Activos financeiros em mora e depreciado

O quadro abaixo mostra o movimento nas provisões para perdas por imparidades para empréstimos e contas a receber:

	Grupo					
	Avaliados individualmente £m	Avaliados colectivamente £m	Latente £m	Total 2008 £m	2007 £m	2006 £m
Em 1 de Janeiro	1.568	3.834	1.050	6.452	3.935	3.887
Transferência para grupos de alienação	(222)	(351)	(194)	(767)	—	—
Conversão cambial e outros ajustamentos	1.065	81	295	1.441	137	(61)
Aquisição de subsidiárias	—	—	—	—	2.221	—
Alienação de subsidiárias	—	(149)	(29)	(178)	—	—
Aumento líquido em provisões de operações descontinuadas	—	—	—	—	46	—
Montantes abatimentos	(1.165)	(1.983)	—	(3.148)	(2.011)	(1.841)
Recuperações de montantes previamente abatidos	113	206	—	319	342	215
Imputado à demonstração de resultados	3.663	2.606	822	7.091	1.946	1.877
Compensação do desconto	(52)	(142)	—	(194)	(164)	(142)
Em 31 de Dezembro	4.970	4.102	1.944	11.016	6.452	3.935

Notas:

(1) A provisão para perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2008 inclui £127 milhões relativos a empréstimos e adiantamentos a bancos (2007 - £3 milhões; 2006 - £2 milhões)

(2) Não há provisão para perdas por imparidade na empresa

	Grupo		
Perdas por imparidade imputadas à demonstração de resultados	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.973	1.946	1.877
Empréstimos e adiantamentos a bancos	118	—	—
	7.091	1.946	1.877
Títulos de dívida	878	20	—
Acções de participação	103	2	1
	981	22	1
	8.072	1.968	1.878

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Proveitos brutos não reconhecidos mas teriam sido reconehcidos sob as condições originais de empréstimos não contabilizados e reestruturados			
Nacional	393	390	370
Estrangeiro	342	155	77
	735	545	447
Juros de empréstimos não contabilizados e reestruturados incluídos na margem financeira			
Nacional	150	165	142
Estrangeiro	43	16	15
	193	181	157

O seguinte quadro mostra a análise dos activos financeiros depreciados

	2008			2007		
	Custo £m	Provisão £m	Valor contabilístico líquido £m	Custo £m	Provisão £m	Valor contabilístico líquido £m
Activo financeiro depreciado						
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (1)	129	127	2	25	3	22
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2)	19.350	8.945	10.405	10.337	5.399	4.938
Títulos de dívida (1)	52	37	15	5	4	1
Acções de participação (1)	260	173	87	142	70	72
	19.791	9.282	10.509	10.509	5.476	5.033

Notas:
(1) Provisões para imparidades avaliadas individualmente.
(2) Provisões para imparidades avaliadas individualmente com saldos de £11.313 milhões (2007 – £3.178 milhões).

O Grupo detém colaterais relativamente a certos empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes que estão em mora ou em imparidade. Estes colaterais incluem hipotecas sobre bens imóveis (tanto particulares como comerciais); encargos sobre imobilizações comerciais, como activos tangíveis, inventários e devedores comerciais e garantias de empréstimo de outras partes que não o mutuário.

O quadro seguinte apresenta os activos financeiros e não financeiros, reconhecido no balanço do Grupo, obtido durante o exercício através da posse de colaterais ou de outras melhorias de crédito.

Grupo	2008 £m	2007 £m
Imóveis residenciais	41	32
Outros bens imóveis	6	8
Caixa	59	18
Outros activos	30	5
	136	63

Em geral, o Grupo tenta alienar os bens imóveis e outros activos obtidos através da posse de colaterais que não são facilmente convertíveis em numerário tão rapidamente quanto o mercado para o activo individual o permite.

Os empréstimos que foram renegociados nos passados 12 meses que de outro modo teriam ficado em mora ou em imparidade cifraram-se em £2.637 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – £930 milhões).

13 Derivados

As empresas do Grupo transaccionam derivados de capital, no âmbito da sua actividade de negociação ou para gerir operações cambiais, taxas de juro e risco de crédito.

O Grupo participa em coberturas ao justo valor, coberturas de fluxos de caixa e coberturas de investimentos líquidos em operações estrangeiras. A maioria das cobertura de taxa de juro relacionam-se com a gestão do risco da taxa de juros de não negociação do Grupo. O Grupo gere estes limites do Valor em Risco. O risco é avaliado utilizando *gap reports* que mostram as disparidades de maturidades. Na medida em que essas disparidades excedam limites predeterminados, eles são fechados pela execução dos derivados, principalmente *swaps* de taxas de juro. Instrumentos financeiros adequados de maior valor são cobertos ao justo valor; a restante exposição, quando possível, é coberta por derivados documentados como coberturas de fluxo de caixa e elegíveis para contabilidade de cobertura. A maioria das coberturas de justo valor do Grupo envolve principalmente swaps de taxas de juro para cobertura do risco da taxa de juro em activos e passivos financeiro reconhecidos. As coberturas dos fluxos de caixa estão relacionadas com a exposição à variabilidade dos pagamentos de juros futuros e recebimentos de transacções previstas e de activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos. O Grupo faz a cobertura dos seus investimentos líquidos em operações estrangeiras com empréstimos obtidos em moeda estrangeira e contratos de operações cambiais *forward*.

Para relações de cobertura de fluxos de caixa devido ao risco da taxa de juro, os elementos cobertos são fluxos de caixa da taxa de juro variável real e prevista decorrentes dos activos financeiros e dos passivos financeiros com taxas de juro indexadas à LIBOR, EURIBOR ou Taxa Bancária Oficial do Banco de Inglaterra. Os activos financeiros consistem em empréstimos a clientes e os passivos financeiros em depósitos de clientes e títulos a médio prazo indexados à LIBOR e outros títulos emitidos. Em 31 de Dezembro de 2008, os activos financeiros de taxas variáveis de £34,6 mil milhões e os passivos financeiros de taxas variáveis de £56,4 mil milhões foram cobertos nessas relações de cobertura de fluxo de caixa.

Para as relações de cobertura de fluxos de caixa, a eficácia prospectiva inicial e continua é avaliada comparando os movimentos do justo valor dos fluxos de caixa com taxa de juro previsível altamente provável com os movimentos do justo valor das alterações esperadas dos fluxos de caixa do swap da taxa de juro de cobertura ou comparando as respectivas alterações do valor do preço de um ponto base. A eficácia prospectiva é medida numa base cumulativa, i.e., ao longo de toda a duração de relação de cobertura. O método de cálculo da ineficácia da cobertura é o método derivado hipotético. A eficácia retrospectiva é avaliada comparando os movimentos reais do justo valor dos fluxos de caixa e os movimentos reais do justo valor dos fluxos de caixa cobertos do *swap* da taxa de juro ao longo do período até á data da relação de cobertura.

Os contratos de taxa de câmbio em relações de cobertura de fluxos de caixa cobrem as entradas e saídas de caixa de divisas futuras; principalmente capital e juros de empréstimos em juros.

Para as relações de cobertura do justo valor do risco da taxa de juro, os elementos cobertos são normalmente empréstimos a grandes empresas a taxa fixa, locações financeiras a taxa fixa, títulos a médio prazo a taxa fixa ou acções preferenciais classificados como dívida. Em 31 de Dezembro de 2008, os activos financeiros de taxas fixas de £42,5 mil milhões e os passivos financeiros de taxas fixas de £46,4 mil milhões foram cobertos por swaps de taxas de juro em relações de cobertura de justo valor.

A eficácia prospectiva inicial e contínua das relações de cobertura do justo valor é avaliada numa base cumulativa comparando os movimentos do justo valor do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto com alterações do justo valor do *swap* da taxa de juro da cobertura ou comparando as respectivas alterações do valor do preço de um ponto base. A eficácia retrospectiva é avaliada comparando os movimentos reais do justo valor dos elementos cobertos atribuíveis ao risco coberto com os movimentos reais do justo valor do derivado de cobertura ao longo do período até à data da relação de cobertura.

	Grupo					
	2008			2007		
	Montantes nocionais £m	Activos £m	Passivos £m	Montantes nocionais £m	Activos £m	Passivos £m
Contratos sobre taxas de câmbio						
Spot, forwards e futuros	2.316	83.065	83.568	2.134	29.829	29.629
Swaps cambiais	1.074	53.398	54.728	887	14.785	13.789
Opções compradas	616	36.762	—	488	13.750	—
Opções subscritas	668	—	35.017	519	—	13.892
Contratos de taxas de juro						
Swaps de taxa de juro	37.901	548.040	532.180	24.798	142.470	141.479
Opções compradas	5.673	99.192	—	4.084	30.681	—
Opções subscritas	3.775	—	102.216	3.640	—	31.199
Futuros e forwards	8.555	7.600	6.620	3.164	807	987
Derivados de crédito	2.208	142.366	132.734	2.402	34.123	29.855
Contratos de capital e matérias-primas	622	22.136	24.301	281	10.957	11.222
		992.559	971.364		277.402	272.052

Certos saldos de activos e passivos de derivados com a London Clearing House, que cumprem os critérios de compensação da IAS 32 "Instrumentos financeiros: Apresentação", são agora apresentados líquidos. Os números comparativos foram reformulados, deduzindo os activos e passivos derivados em 31 de Dezembro de 2007 em £60.008 milhões.

Incluindo acima são derivados detidos para fins de cobertura como se segue:

	Grupo					
	2008			2007		
	Montantes nocionais £m	Activos £m	Passivos £m	Montantes nocionais £m	Activos £m	Passivos £m
Contratos sobre taxas de câmbio						
Spot, forwards e futuros	2.316	83.065	83.568	2.134	29.829	29.629
Swaps cambiais	1.074	53.398	54.728	887	14.785	13.789
Opções compradas	616	36.762	—	488	13.750	—
Opções subscritas	668	—	35.017	519	—	13.892
Contratos de taxas de juro						
Swaps de taxa de juro	37.901	548.040	532.180	24.798	142.470	141.479
Opções compradas	5.673	99.192	—	4.084	30.681	—
Opções subscritas	3.775	—	102.216	3.640	—	31.199
Futuros e forwards	8.555	7.600	6.620	3.164	807	987
Derivados de crédito	2.208	142.366	132.734	2.402	34.123	29.855
Contratos de capital e matérias-primas	622	22.136	24.301	281	10.957	11.222
		992.559	971.364		277.402	272.052

	2008		2007	
	Activos £m	Passivos £m	Activos £m	Passivos £m
Cobertura de justo valor:				
Contratos cambiais	1.257	1.412	62	344
Contratos de taxas de juro	2.944	3.330	1.598	1.062
Cobertura de fluxo de caixa:				
Contratos cambiais	2	90	155	78
Contratos de taxas de juro	2.503	2.834	738	1.014
Contratos de matérias-primas	39	14	—	—
Cobertura de investimento líquido:				
Contratos cambiais	114	596	—	211

A ineficácia da cobertura reconhecida em outros proveitos operacionais incluiu:

	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Cobertura de justo valor:			
(Perdas)/ganhos nos elementos cobertos atribuíveis a risco coberto	(965)	81	219
Ganhos/(perdas) nos instrumentos de cobertura	884	(87)	(215)
Ineficácia do justo valor	(81)	(6)	4
Ineficácia de cobertura de justo valor	(16)	9	4
	(97)	3	8

13 Derivados (continuação)

Os quadros seguintes mostram o swap da taxa de juro em coberturas de fluxos de caixa, quando os fluxos de caixa cobertos se esperam que ocorram e quando eles afectarão os resultados.

	2008								
Fluxos de caixa cobertos previstos que se espera que occoram	0-1 anos £m	1-2 anos £m	2-3 anos £m	3-4 anos £m	4-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m	Mais de 20 anos £m	Total £m
Fluxos de caixa previstos a receber	985	779	667	554	423	1.323	407	45	5.183
Fluxos de caixa previstos a pagar	(1.732)	(1.614)	(1.390)	(1.059)	(890)	(2.880)	(1.397)	(257)	(11.219)

	2008								
Fluxos de caixa cobertos previstos que afectam os resultados	0-1 anos £m	1-2 anos £m	2-3 anos £m	3-4 anos £m	4-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m	Mais de 20 anos £m	Total £m
Fluxos de caixa previstos a receber	871	758	659	548	421	1.284	397	40	4.978
Fluxos de caixa previstos a pagar	(1.701)	(1.576)	(1.323)	(1.023)	(878)	(2.771)	(1.337)	(128)	(10.737)

	Grupo					
	2008			2007		
	Montantes Nocionais £mm	Activos £m	Passivos £m	Montantes Nocionais £mm	Activos £m	Passivos £m
Contratos cambiais	7	792	353	13	154	178
Contratos de taxa de juro	5	376	8	1	19	1
		1.168	361		173	179

Incluído acima estão derivados detidos por fins de cobertura como se segue:

	2008		2007	
Cobertura de justo valor	Activos £m	Passivos £m	Activos £m	Passivos £m
Contratos cambiais	—	225	—	54
Contratos de taxa de juro	193	—	—	—

14 Títulos de dívida

	Grupo							
2008	Governo central e local RU £m	Governo central e local EUA £m	Outros governos centrais e locais £m	Bancos e sociedades de crédito à habitação £m	Títulos garantidos por hipotecas e outros activos (1) £m	Empresas £m	Outros (2) £m	Total £m
Detidos para negociação	5.372	9.859	37.519	4.407	39.879	17.671	1.573	116.280
Designados ao justo valor através dos resultados	2.085	510	472	89	236	1.580	456	5.428
Disponíveis para venda	11.330	6.152	32.480	12.038	62.067	6.501	2.288	132.856
Empréstimos e contas a receber	—	—	—	114	8.961	3.749	161	12.985
	18.787	16.521	70.471	16.648	111.143	29.501	4.478	267.549
Disponíveis para venda								
Ganhos brutos não realizados	41	41	1.104	1.372	1.238	332	266	4.394
Ganhos brutos não realizados	—	(166)	(3.457)	(146)	(3.533)	(448)	(80)	(7.830)

2007	Grupo Governo central e local RU £m	Governo central e local EUA £m	Outros governos centrais e locais £m	Bancos e sociedades de crédito à habitação £m	Títulos garantidos por hipotecas e outros activos (1) £m	Empresas £m	Outros (2) £m	Total £m
Detidos para negociação	10.370	12.670	60.356	7.830	62.430	35.769	1.246	190.671
Designados ao justo valor através dos resultados	2.235	397	101	154	340	2.125	425	5.777
Disponíveis para venda	1.030	2.169	31.597	11.835	36.607	6.551	5.747	95.536
Empréstimos e contas a receber	—	—	1.896	—	704	—	72	2.672
	13.635	15.236	93.950	19.819	100.081	44.445	7.490	294.656
Disponíveis para venda								
Ganhos brutos não realizados	29	14	56	12	18	22	1	152
Ganhos brutos não realizados	—	(62)	(276)	(42)	(181)	(22)	(10)	(593)

Notas:
(1) Inclui títulos emitidos por organismos federais dos EUA e entidades patrocinadas pelo governo.
(2) Inclui títulos não garantidos por activos emitidos pelas agências federais dos EUA e entidades patrocinadas pelo governo.
(3) Durante 2008, o Grupo reclassificou activos financeiros das categorias detidos para negociação e disponíveis para venda para a categoria empréstimos e contas a receber e da categoria detidos para negociação para a categoria disponível para venda (ver página 208).

Os quadros seguintes analisam por emitente os títulos de dívida do Grupo disponíveis para venda por maturidade remanescente e o rendimento relacionado (baseado nas médias ponderadas).

2008	Até 1 ano Montante £m	 Rendimento €	Mais de 1 ano mas menos de 5 anos Montante £m	 Rendimento €	Mais de 5 anos mas menos de 10 Montante £m	 Rendimento €	Mais de 10 anos Montante £m	 Rendimento €	Total Montante £m	 Rendimento €
Governo central e local RU	9.320	2,0%	1.307	3,8%	670	7,2%	33	4,6%	11.330	2,5%
Governo central e local EUA	37	3,6%	232	3,9%	4.980	3,8%	903	5,6%	6.152	4,0%
Outros governos centrais e locais	4.770	3,5%	9.046	4,3%	18.655	3,2%	9	3,2%	32.480	3,5%
Banco e sociedades de crédito à habitação	5.753	2,2%	3.919	3,7%	2.046	4,8%	320	3,3%	12.038	3,0%
Títulos garantidos por hipotecas (1)	2.806	4,1%	13.286	2,6%	17.510	3,9%	28.465	4,6%	62.067	3,9%
Empresas	1.024	4,6%	3.454	5,1%	1.565	7,4%	458	3,5%	6.501	5,4%
Outros (2)	202	3,4%	298	3,9%	1.134	4,5%	654	4,4%	2.288	4,2%
Total de justo valor	23.912	2,7%	31.542	3,5%	46.560	3,8%	30.842	4,6%	132.856	3,7%

Notas:
(1) Inclui títulos emitidos por organismos federais dos EUA e entidades patrocinadas pelo governo.
(2) Inclui títulos não garantidos por activos emitidos pelas agências federais dos EUA e entidades patrocinadas pelo governo.

O quadro abaixo apresenta o justo valor dos títulos de dívida disponíveis para venda que estavam em situação de perda não realizada em 31 de Dezembro.

2008	Menos de 12 meses Justo valor £m	 Perdas brutas não realizadas £m	Mais de 12 meses Justo valor £m	 Perdas brutas não realizadas £m	Total Justo valor £m	 Perdas brutas não realizadas £m
Governo central e local EUA	260	3	10.777	163	11.037	166
Outros governos centrais e locais	17.939	3.450	39	7	17.978	3.457
Banco e sociedades de crédito à habitação	1.402	95	1.192	51	2.594	146
Títulos garantidos por hipotecas (1)	15.032	2.840	25.033	693	40.065	3.533
Empresas	618	267	2.326	181	2.944	448
Outros (2)	9	1	235	79	244	80
	35.260	6.656	39.602	1.174	74.862	7.830

Notas:
(1) Inclui títulos emitidos por organismos federais dos EUA e entidades patrocinadas pelo governo.
(2) Inclui títulos não garantidos por activos emitidos pelas agências federais dos EUA e entidades patrocinadas pelo governo.

Com a venda de títulos disponíveis para venda realizaram-se ganhos brutos de £1.633 milhões (2007 – £60 milhões) e perdas brutas de £1.411 milhões (2007 – £12 milhões).

14 Títulos de dívida (continuação)

As perdas por imparidade em títulos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas quando há uma prova objectiva de imparidade. O Grupo analisa as suas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda procurando essa prova, que inclui: incumprimento ou mora nos pagamentos de juros ou capital; dificuldades financeiras significativas do emitente ou devedor; e se se torna provável que o emitente entrará em falência ou outra reorganização financeira. No entanto, o desaparecimento de um mercado activo devido ao facto dos instrumentos financeiros de uma entidade já não serem publicamente transaccionados não é uma prova de imparidade.

Além disso, a descida da notação de crédito de uma entidade também não, por si só, uma prova de imparidade, embora possa ser uma prova de imparidade quando considerado com outras informações disponíveis. Um declínio do justo valor de um activo financeiro abaixo do seu custo ou custo amortizado também não é necessariamente uma prova de imparidade. Determinar se há uma prova objectiva de imparidade exige o exercício da apreciação da gestão. As perdas não reconhecidas nos títulos de dívida disponíveis para venda do Grupo estão concentradas nas suas carteiras de *mortgage-backed securities* e títulos emitidos por governos centrais e locais, excluindo os do RU e EUA. As perdas reflectem o aumento dos *spreads* de crédito como resultado de uma liquidez de mercado reduzida nestes títulos e das actuais incertezas sobre as perspectivas económicas nos EUA e EUROPA. Os títulos subjacentes mantêm-se em imparidade.

15 Acções de participação

	Grupo					
	2008			2007		
	Cotadas £m	Não cotadas £m	Total £m	Cotadas £m	Não cotadas £m	Total £m
Detidas para negociação	15.894	1.160	17.054	33.696	3.850	37.546
Designados pelo justo valor através dos resultados	1.340	761	2.101	1.856	6.010	7.866
Disponíveis para venda	4.882	2.293	7.175	5.622	1.992	7.614
	22.116	4.214	26.330	41.174	11.852	53.026
Disponíveis para venda						
Ganhos brutos não realizados	1.505	172	1.677	3.467	130	3.597
Perdas brutas não realizadas	(225)	(103)	(328)	(3)	(7)	(10)

Ganhos brutos de £190 milhões (2007 – £475 milhões) e perdas brutas de £70 milhões (2007 – £9 milhões) foram realizados na venda de acções de participações disponíveis para venda.

Os proveitos de dividendo de acções de participação disponíveis para venda foram de £281 milhões (2007 – £137 milhões; 2006 – £92 milhões).

Os investimentos em acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado de modo fiável são contabilizados ao preço de custo e classificados como activo financeiro disponível para venda. Incluem capital (resgatável ao preço de custo) do Federal Home Loans Bank e do Federal Reserve Bank de £0,9 mil milhões (2007 – £0,5 milhões) que as subsidiárias bancárias do Grupo nos EUA são obrigadas a deter; e uma série de participações individualmente pequenas em empresas não cotadas. As alienações no exercício não geraram ganhos ou perdas (2007 – £0,5 milhões de ganhos; 2006 – £56 milhões de ganhos).

16 Investimentos em empresas do Grupo

Os investimentos em empresas do Grupo são contabilizados ao preço de custo menos imparidade. Os movimentos durante o exercício foram os seguintes:

	Empresa	
	2008 £m	2007 £m
Em 1 de Janeiro	43.542	21.784
Conversão cambial e outros ajustamentos	2.839	535
Investimentos adicionais em empresas do grupo	10.323	3.663
Imparidade do investimento em RFS Holdings B.V.	(14.321)	—
Alienações	(213)	(6)
Adições	26	17.566
Em 31 de Dezembro	42.196	43.542

As principais subsidiárias da empresa estão indicadas a seguir. O seu capital consiste em acções ordinárias e acções preferenciais que não estão cotadas, à excepção de certas acções preferenciais emitidas pelo NatWest e ABN AMRO. The Royal Bank of Scotland plc, RBS Insurance Grupo Limited e RFS Holdings B.V.são directamente detidos a

100% pela empresa e todas as outras subsidiárias são detidas por estas empresas directa ou indirectamente através de sociedades holding intermediárias, por estas empresas. Todas estas subsidiárias estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e têm a data de referência contabilística de 31 de Dezembro

	Natureza do negócio	País de constituição e área principal de operação	Participação do Grupo
The Royal Bank of Scotland plc	Banca	Grã-Bretanha	100%
National Westminster Bank Plc (1)	Banca	Grã-Bretanha	100%
Citizens Financial Grupo, Inc.	Banca	EUA	100%
Coutts & Co (2)	Banca privada	Grã-Bretanha	100%
Greenwich Capital Markets, Inc.	Corretor	EUA	100%
RBS Insurance Grupo Limited	Seguros	Grã-Bretanha	100%
Ulster Bank Limited (3)	Banca	Irlanda do Norte	100%
ABN AMRO Bank N.V. (4)	Banca	Holanda	38%

Notas:
(1) A empresa não detém nenhuma das acções preferenciais em emissão do NatWest.
(2) A Coutts &Co é uma sociedade de responsabilidade ilimitada, com sede legal em 440 Strand, LondonWC2R0QS .
(3) O Ulster Bank Limited e as suas subsidiárias também operam na República da Irlanda.
(4) A RFS Holdings B.V. (RFS) detém 100% das acções em circulação do ABN AMRO Holding N.V. (ABN AMRO). A empresa detém 38% da RFS; as restantes acções são detidas pelo Estado da Holanda, sucessor do Fortis N.V., Fortis SA/NV, e o Banco Santander S.A. (os membros do consórcio). Embora a empresa não disponha da maioria dos direitos de voto na RFS, através dos termos do Contrato de Consórcio e Accionistas e dos Estatutos da RFS, ela controla o conselho de administração da RFS e a RFS é uma subsidiária da empresa. O capital e os direitos aos proveitos das acções emitidas pela RFS estão ligados ao activo líquido e aos proveitos das unidades de negócio do ABN AMRO que os membros do consórcio individualmente concordaram em adquirir.

A informação acima é dada em relação é dada em relação às principais empresas relacionadas conforme permitido pela Secção 231(5) da Lei das Sociedades de 1985. A informação completa de todas as empresas relacionadas será incluído na Declaração Anual entregue na Conservatória do Registo Comercial da Escócia.

17 Activos intangíveis

2008	Goodwill £m	Intangíveis depósitos base £m	Outros intangíveis adquiridos £m	Software gerado internamente £m	Total £m
	Grupo				
Custos					
Em 1 de Janeiro de 2008	42.953	2.344	3.489	3.882	52.668
Transferências para grupos para alienação	(3.692)	(240)	(105)	(146)	(4.183)
Conversão cambial e outros ajustamentos	8.905	680	961	214	10.760
Aquisição de subsidiárias	524	—	—	—	524
Adições	—	—	23	602	625
Alienação de subsidiárias	(3.066)	—	—	(7)	(3.073)
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado	—	(4)	(1)	(21)	(26)
Em 31 de Dezembro de 2008	45.624	2.780	4.367	4.524	57.295
Amortização e imparidade acumuladas:					
Em 1 de Janeiro de 2008	—	238	223	2.291	2.752
Transferência para grupos para alienação	—	—	—	(37)	(37)
Conversão cambial e outros ajustamentos	—	150	210	69	429
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado	—	(3)	(1)	(19)	(23)
Emcargo do exercício	—	337	582	651	1.570
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis	30.062	685	1.355	453	32.555
Em 31 de Dezembro de 2008	30.062	1.407	2.369	3.408	37.246
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2008	15.562	1.373	1.998	1.116	20.049

2007					
Custos					
Em 1 de Janeiro de 2007	17.889	265	275	2.642	21.071
Conversão cambial e outros ajustamentos	1.187	105	177	52	1.521
Aquisição de subsidiárias	23.917	1.974	3.034	791	29.716
Adições	—	—	6	481	487
Abatimento de goodwill	(40)	—	—	—	(40)
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado	—	—	(3)	(84)	(87)
Em 31 de Dezembro de 2007	42.953	2.344	3.489	3.882	52.668
Amortização acumulada:					
Em 1 de Janeiro de 2007	—	127	97	1.943	2.167
Conversão cambial e outros ajustamentos	—	1	3	3	7
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado	—	—	(1)	(80)	(81)
Encargo do exercício – operações continuadas	—	110	124	401	635
Encargo do exercício – operações descontinuadas	—	—	—	24	24
Em 31 de Dezembro de 2007	—	238	223	2.291	2.752
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2007	42.953	2.106	3.266	1.591	49.916

Análise da imparidade

O goodwill do Grupo adquirido em concentrações de negócios é analisado anualmente em 30 Setembro quanto às imparidades, comparando o montante recuperável de cada unidade geradora de caixa (CGU) a que o goodwill foi atribuído com o seu valor contabilístico. A luz das condições de mercado sem precedentes, esta revisão foi actualizada para reflectir posição mais recente em 31 de Dezembro de 2008.

O Grupo reconheceu goodwill no valor de £23,3 mil milhões (€33,4 mil milhões) na sequência da atribuição preliminar do justo valor desde a aquisição do ABN AMRO em 17de Outubro de 2007. Na atribuição final dos justos valores, foi reconhecido o goodwill de £23,9 mil milhões (€34,2 mil milhões) (ver Nota 34), dos quais £17,6 mil milhões (€25,3 mil milhões) foram atribuídos a interesses minoritários. No goodwill dos interesses minoritários, £5,4 mil milhões (€5,7 mil milhões) foram relativos aos negócios adquiridos pelo Santander que foram subsequentemente vendidos durante 2008. O restante goodwill relativo ao interesse minoritário do Estado da Holanda de £18,8 mil milhões (€19,6 mil milhões) foi reduzido em parte em £2,7 mil milhões (€2,9 mil milhões) no seguimento da venda da unidade de Gestão de Activos com £14,6 mil milhões (€15,2 mil milhões) do restante subsequentemente em imparidade no seguimento da aquisição pelo Estado da Holanda por £6,2 mil milhões (€6,5 mil milhões). Além disso, outros £1.1 mil milhões (€1.2 mil milhões) de imparidade foram reconhecidos em outros activos intangíveis atribuíveis aos negócios adquiridos pelo Estado da Holanda.

Na conclusão da atribuição dos justos valores, o goodwill emergente na aquisição do ABN AMRO atribuível ao Grupo foi atribuído àquelas CGU que se espera que beneficiem das sinergias da concentração com base nos seus valores relativos. Além disso, no seguimento da reorganização da estrutura de relato do Grupo, o goodwill do NatWest e Citizens foi reatribuído às apropriadas CGU.

As CGU em que o goodwill resultante é significativo, principalmente nas aquisições do NatWest, Charter One, ABN AMRO e Churchill, são as seguintes:

2008	Montante recuperável baseado em:	Goodwill antes do abatimento £m	Abatimento £m	Goodwill em 31 de Dezembro £m
Global Banking & Markets	Valor em uso	8.946	(8.946)	—
Global Transaction Services	Valor em uso	3.121	—	3.121
UK Retail & Commercial Banking	Valor em uso	6.009	—	6.009
US Retail & Commercial Banking	Valor em uso	7.405	(4.382)	3.023
Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	Valor em uso	1.201	(1.201)	—
Asia Retail & Commercial Banking	Valor em uso	970	(863)	107
RBS Insurance	Valor em uso	935	—	935

2007	Montante recuperável baseado em:	Goodwill em 30 de Setembro £m
RBS Insurance	Justo valor menos custos de venda	1.064
Global Banking & Markets	Justo valor menos custos de venda	2.346
UK Corporate Banking	Justo valor menos custos de venda	1.630
Retail	Justo valor menos custos de venda	4.278
Wealth Management	Justo valor menos custos de venda	1.100
Citizens – Retail Banking	Valor em uso	2.067
Citizens – Commercial Banking	Valor em uso	2.274
Citizens – Consumer Financial Services	Valor em uso	1.701

A análise do goodwill por segmento operacional é apresentada na Nota 38.

17 Activos intangíveis (continuação)

Em 2007, o montante recuperável para todos as CGU, excepto o Citizens, foi baseado no justo valor menos os custos para vender. O justo valor foi baseado na metodologia preço/lucros utilizando os lucros actuais para cada unidade. Múltiplos de preços/lucros aproximados, validados em comparação com as informações de analistas independentes, foram aplicados a cada CGU. Os múltiplos usados foram na gama 9,5 – 13,0 vezes lucros após imputar os custos de *manufacturing*. O goodwill atribuído à Global Banking & Markets, UK Corporate Banking, Retail e Wealth Management resulta principalmente da aquisição do NatWest em 2000. O montante recuperável destas unidades geradoras de caixa excedeu o seu valor contabilístico em cerca de £15 mil milhões. O montante recuperável para o RBS Insurance excedeu o seu valor contabilístico em cerca de £1,5 mil milhões. Os múltiplos ou lucros teriam que ter sido menos de um terço daqueles usados para fazer com que o valor em uso das unidades para igualassem o seu valor de contabilístico.

À luz da turbulência sem precedentes do mercado, o justo valor foi crescentemente difícil de apurar e, consequentemente, o Grupo adoptou geralmente o valor em uso para testes para as CGU em 2008, com base nas previsões da gestão dos últimos cinco anos. As taxas de crescimento de longo prazo foram baseadas nas taxas do PIB dos respectivos países ajustados pela inflação. As taxas de desconto de risco são baseadas nos rendimentos de títulos do estado de longo prazo observáveis no mercado e betas médios do sector ajustados por um prémio de risco apropriado com base na análise independente.

O goodwill em relação à Global Banking & Markets resulta principalmente da aquisição do ABN AMRO em Outubro 2007. A falência de vários bancos e a grande fraqueza da economia mundial durante o segundo semestre de 2008 resultou numa reapreciação fundamental das previsões de negócios, levando a uma conclusão que os negócios da Global Banking & Markets em 31 de Dezembro de 2008 não podiam suportar o goodwill atribuído das aquisições do ABN AMRO ou NatWest. Além disso, as imparidades foram reconhecidas em relação aos activos intangíveis e de certos activos tangíveis: o intangível da relação com os clientes teve uma imparidade em £0,9 mil milhões e o software capitalizados ficou com uma imparidade de £0,4 mil milhões. O valor em uso foi baseado num taxa de crescimento terminal de 3% e uma taxa de desconto antes de impostos de 19,5%. O resultado foi insensível a alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos fundamentais.

O montante recuperável dos negócios da Global Transaction Services baseou-se numa taxa de crescimento terminal de 3% e taxa de desconto antes de impostos de 15,7% excedeu o seu valor contabilísitico em mais de 100% e foi insensível a alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos fundamentais. O goodwill resulta principalmente do negócio de pagamentos globais adquiridos através da aquisição do ABN AMRO juntamente com a gestão de caixa e os negócios de transferências monetárias para empresa previamente nos negócios Citizens e Regional.

A UK Retail and Commercial Banking foi formada no início de 2008 quando o Grupo juntou os negócios que usam a sua rede de balcões no RU. Incluiu principalmente as bancas de retalho e empresarial do RU, mas excluiu os seus negócios de serviços de transacção. O montante recuperável foi igual ao montante contabilístico, incluindo goodwill resultante da aquisição da NatWest. Isto baseou-se num taxa de crescimento de terminal de 4% e taxa de desconto de risco antes de impostos 15,9%. Uma alteração de 1% em taxa de desconto ou a taxa de crescimento terminal alteraria o montante recuperável em mais de £2 mil milhões e £1 mil milhões, respectivamente. Além disso, uma alteração de 5% em lucros antes de impostos previstos alteraria o montante recuperável em cerca de £1 mil milhões.

O goodwill na Europe & Middle East Retail and Commercial Banking resulta dos interesses do Grupo no Ulster Bank Grupo, resultando principalmente das aquisições do NatWest e First Active. A economia irlandesa estagnou em 2008, com o Governo a proporcionar pacotes de salvamento aos bancos locais e as previsões para as economias da zona euro foram reduzidas em conformidade com isto. A análise da imparidade, baseada numa taxa de crescimento terminal de 3% e uma taxa de desconto de risco antes de impostos de 14,1%, mostrou todos os goodwill associados com os negócios estavam em imparidade. O resultado foi insensível a alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos fundamentais.

O negócio Asia Retail and Commercial Banking inclui uma parte significativa do negócio de gestão de fortunas do e operações de retalho do Grupo na Ásia. As perspectivas para as economias asiáticas deterioraram-se e os valores de investimento em queda reduziram o rendimento das carteiras geridas. O goodwill atribuído resultante principalmente da aquisição do ABN AMRO teve uma imparidade de £862 milhões, com base numa taxa de crescimento terminal de 5% e uma taxa de desconto de risco antes de impostos de 14%. Uma alteração de 1% na taxa de desconto ou uma alteração similar na taxa de crescimento terminal alteraria o montante recuperável em aproximadamente £200 milhões e £100 milhões, respectivamente. Além disso, uma alteração de 5% nos lucros antes de impostos previstos alteraria o montante recuperável em cerca de £50 milhões.

Posteriores desenvolvimentos nos negócios EUA do Grupo levaram a uma separação do negócio de serviços de transacções, com os negócios de retalho e comercial a serem geridos como uma unidade isolada. A análise de imparidade de 2007 indicou o montante recuperável do Citizens excedeu o seu valor contabilístico em mais de £2,5 mil milhões ($5 mil milhões) usando uma taxa de crescimento terminal de 5% e uma taxa de desconto de risco antes de impostos de 16,5%. Em 2008, foram usadas de taxas de 5% e 18%, respectivamente, e o montante recuperável indicou uma imparidade de £4,4 mil milhões ($6,4 mil milhões). Uma alteração de 1% na taxa de desconto ou a taxa de crescimento terminal alteraria o montante recuperável e, desta forma, a imparidade de goodwill em mais de £1 mil milhões ($2 mil milhões) e £0,7 mil milhões ($1 mil milhões), respectivamente. Além disso, uma alteração de 5% em lucros previstos antes de impostos alteraria o montante recuperável em cerca de £0,5 mil milhões ($0,8 mil milhões).

O goodwill atribuído à RBS Insurance resulta principalmente da aquisição da Churchill em 2003. O montante recuperável baseado numa taxa de crescimento terminal de 3% e a taxa de desconto de risco antes de impostos 14,6% excedeu o valor contabilístico em mais de £3 mil milhões, e foi insensível a alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos fundamentais.

18 Activos tangíveis

2008	Grupo Bens de investimento £m	Instalações da empresa £m	Instalações arrendadas a longo prazo £m	Instalações arrendadas a curto prazo £m	Computadores e outros equipamentos £m	Activos de locação operacional £m	Total £m
Custos							
Em 1 de Janeiro de 2008	3.431	3.645	215	1.688	3.929	11.437	24.345
Transferências para grupos para alienação	—	(262)	—	(188)	(349)	—	(799)
Conversão cambial e outros ajustamentos	320	452	5	149	436	1.313	2.675
Aquisição de subsidiárias	—	—	—	30	31	—	61
Alienação de subsidiárias	—	—	—	(2)	(57)	(5.015)	(5.074)
Reclassificações	—	(176)	—	197	(14)	(7)	—
Adições	417	486	22	61	837	3.794	5.617
Despesas em bens de investimentos	8	—	—	—	—	—	8
Alteração do justo valor em bens de investimentos	(86)	—	—	—	—	—	(86)
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado	(222)	(113)	(18)	(68)	(645)	(2.188)	(3.254)
Em 31 de Dezembro de 2008	3.868	4.032	224	1.867	4.168	9.334	23.493
Amortização, depreciação e imparidade acumuladas:							
Em 1 de Janeiro de 2008	—	391	74	436	1,952	2,747	5,600
Transferência para grupos para alienação	—	(60)	—	(91)	(243)	—	(394)
Conversão cambial e outros ajustamentos	—	(9)	1	9	148	202	351
Alienação de subsidiárias	—	—	—	(1)	(39)	(1,447)	(1,487)
Reclassificações	—	17	(2)	1	(9)	(7)	—
Eliminação de activos tangíveis	—	19	—	—	7	—	26
Alienações e eliminação de activo totalmente amortizado	—	(22)	—	(31)	(539)	(544)	(1,136)
Encargo para o exercício	—	86	6	169	639	684	1,584
Em 31 de Dezembro de 2008	—	422	79	492	1,916	1,635	4,544
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2008	3.868	3.610	145	1.375	2.252	7.699	18.949
2007							
Custos ou avaliação							
Em 1 de Janeiro de 2007	4.885	2.579	310	1.254	3.069	11.589	23.686
Conversão cambial e outros ajustamentos	96	65	1	11	12	(10)	175
Aquisição de subsidiárias	—	950	—	157	191	202	1.500
Reclassificações	3	(4)	3	1	(3)	—	—
Adições	450	592	34	309	857	2.791	5.033
Transferências para grupos para alienação	—	(4)	(13)	—	—	(422)	(439)
Despesas em bens de investimentos	41	—	—	—	—	—	41
Alteração do justo valor em bens de investimentos	288	—	—	—	—	—	288
Alienações e eliminação do activo totalmente amortizado	(2.332)	(533)	(120)	(44)	(197)	(2.713)	(5.939)
Em 31 de Dezembro de 2007	3.431	3.645	215	1.688	3.929	11.437	24.345
Amortização e depreciação acumuladas:							
Em 1 de Janeiro de 2007	—	446	96	374	1.670	2.680	5.266
Conversão cambial e outros ajustamentos	—	(4)	—	(1)	(1)	2	(4)
Transferência para grupos para alienação	—	—	—	—	—	(52)	(52)
Reclassificações	—	(2)	2	—	—	—	—
Alienações e eliminação de activo totalmente amortizado	—	(122)	(32)	(25)	(132)	(610)	(921)
Encargo para o exercício – operações continuadas	—	66	8	87	409	727	1.297
Encargo para o exercício – operações descontinuadas	—	7	—	1	6	—	14
Em 31 de Dezembro de 2007	—	391	74	436	1.952	2.747	5.600
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2007	3.431	3.254	141	1.252	1.977	8.690	18.745

18 Activos tangíveis (continuação)

	2008 £m	2007 £m
Contratos para futuras despesas de capital não previstas nas contas no fim do exercício (excluindo os bens de investimento e activos em locações operacionais)	128	201
Obrigações contratuais de compra, construção ou promoção de bens de investimento ou reparação, manutenção ou valorização de bens de investimento	7	9
Activos tangíveis dados como garantia	—	935

Os bens de investimento são avaliados de modo a reflectirem o justo valor, ou seja, o valor de mercado da participação do Grupo na data de reporte, excluindo quaisquer termos ou circunstâncias especiais relacionados com o uso ou financiamento do bem e os custos de transacção que seriam incorridos com a venda. Os dados do mercado observáveis, como o rendimento das rendas, o custo de substituição e a vida útil, reflectem relativamente poucas transacções em que estejam envolvidos bens que não são necessariamente idênticos aos bens detidos pelo Grupo.

As avaliações são efectuadas por inspectores que são membros do Royal Institution of Chartered Surveyors, ou um organismo estrangeiro equivalente. A avaliação de 31 de Dezembro de 2008 para uma maioria significativa dos bens de investimento do Grupo foi realizada por avaliadores externos.

O justo valor dos bens de investimento inclui £172 milhões (2007 – £234 milhões) de valorização desde a aquisição.

O rendimento das rendas dos bens de investimento foi de £257 milhões (2007 – £300 milhões; 2006 – £278 milhões). As despesas operacionais directas dos bens de investimento foram de£22 milhões (2007 – £49 milhões; 2006 – £54 milhões).

Os activos tangíveis, excluindo os bens de investimento, incluem £1.132 milhões (2007 – £164 milhões) de activos em curso de construção.

Os bens próprios e arrendados com um valor contabilístico líquido de zero (2007 – £451 milhões; 2006 – £164 milhões) foram vendidos mediante locações operacionais.

19 Acréscimo de proveitos, custos antecipados e outros activos

	Grupo		Empresa	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Pagamentos antecipados	1.949	1.988	—	—
Acréscimos de proveitos	1.206	1.214	—	—
Despesas diferidas	709	385	—	—
Planos de pensões em excedente líquido	36	575	—	—
Outros activos	20.502	11.500	489	127
	24.402	15.662	489	127

20 Operações descontinuadas e activos e passivos de grupos de alienação

(a) Resultados de operações descontinuadas, líquido de imposto

	2008 £m	2007 £m
Operações descontinuadas:		
Total de proveitos	2.571	749
Despesas operacionais	(1.407)	(493)
Reclamações de seguros líquidas	—	(28)
Perdas por imparidade	(564)	(160)
Lucro antes de impostos	600	68
Ganho na alienação	3.859	—
Resultado operacional antes de impostos	4.459	68
Impostos sobre os resultados	(204)	(8)
Imposto no ganho na alienação	(33)	—
Lucro após impostos	4.222	60
Negócios adquiridos exclusivamente com vista a alienar		
Perdas após impostos	(251)	(136)
Resultados das operações descontinuadas, líquido de imposto	3.971	(76)

As operações descontinuadas reflectem os resultados do Banco Real vendido ao Santander em 24 de Julho de 2008. Não houve operações descontinuadas em 2006.

Os negócios adquiridos exclusivamente com vista a alienar incluem aqueles negócios do ABN AMRO, como Banco Antoveneta, Gestão de Activos e *Private Equity*, classificados como grupos para alienação na aquisição do ABN AMRO de 17 de Outubro de 2007. O negócio de Gestão de Activos foi vendido ao Fortis em 3 de Abril de 2008, Banca Antoveneta, excluindo a sua subsidiária Interbanca, foi vendido ao Banca Monte dei Paschi di Siena S.p.A. em 30 de Maio de 2008.

b) Fluxos de caixa atribuíveis a operações descontinuadas

Included within the Grupo's cash flows are the following amounts attributable to discounted operations:

	2008 £m	2007 £m
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	(124)	(1.304
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	(368)	4.341
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	339	(25
Aumento líquido em caixa e equivalentes a caixa	287	3.172

c) Activos e passivos de grupos para alienação

	2008 £m	2007 £m
Activos de grupos para alienação		
Grupos para alienação e outras alienações	66	395
Activos adquiridos exclusivamente com vista a alienação	1.515	45.455
	1.581	45.850
Passivos de grupos para alienação		
Passivos adquiridos exclusivamente com vista a alienação	859	29.228

21 Saldos de compensação e posições curtas

	2008 £m	2007 £m
Saldos de compensação (custo amortizado)	11.741	17.520
Posições curtas (detidas para negociação)		
Títulos de dívida – Governo	32.519	41.048
- Outros emitentes	6.374	25.310
Acções de participação	3.643	7,143
	54.227	91.021

22 Acréscimo de custos, proveitos diferidos e outros passivos

	Grupo		Empresa	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Notas em circulação	1.619	1.545	—	—
Impostos actuais	585	1.630	—	—
Acréscimos	7.531	8.377	3	—
Proveitos diferidos	7.640	6.289	4	—
Outros passivos (1)	14.107	16.367	40	8
	31.482	34.208	47	8

Nota:
(1) Outros passivos incluem £1 milhão (2007 – £9 milhões) referentes a incentivos com base em acções.

Incluídos em outros passivos são provisões para passivos e encargos são o seguinte:

Grupo	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	168
Conversão cambial e outros movimentos	12
Encargo para a demonstração de resultados	116
Transferências para a demonstração de resultados	(42)
Provisões utilizados	(32)
Em 31 de Dezembro de 2008	222

Nota:
(1) Inclui as provisões para imóveis e outras provisões emergentes no decurso normal da actividade

23 Impostos diferidos

A provisão para impostos diferidos foi feita do seguinte modo:

	Grupo		Empresa	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Passivos por impostos diferidos	4,165	5.400	—	3
Activos por impostos diferidos	(7.082)	(3.119)	(3)	—
Impostos diferidos líquidos	(2.917)	2,281	(3)	3

	Grupo												
	Pensão £m	Dotações de capital aceleradas £m	Provisões £m	Ganhos diferidos £m	Transição IFRS £m	Justo valor de instrumentos financeiros £m	Activos financeiros disponíveis para venda £m	Intangíveis £m	Cobertura de fluxo de caixa £m	Planos de partilha £m	Perdas fiscais transitados £m	Outros £m	Total £m
Em 1 de Janeiro de 2007	(628)	3.818	(284)	922	(669)	(132)	—	255	(97)	(75)	—	(2)	3,108
Aquisição / (alienações) de subsidiárias	(119)	(284)	(539)	50	—	(184)	—	1,037	—	—	(867)	(64)	(970)
Encargo/(crédito) na demonstração de resultados	43	(138)	(44)	(141)	46	72	—	(65)	(48)	8	(57)	91	(233)
Encargo/(crédito) no capital próprio	660	—	—	(187)	—	17	—	—	(107)	57	—	(14)	426
Outros	(7)	(12)	(19)	(38)	4	(6)		26	—	(1)	20	(17)	(50)
Em 1 de Janeiro de 2008	(51)	3.384	(886)	606	(619)	(233)	—	1,253	(252)	(11)	(904)	(6)	2,281
Transferências para grupos de alienação	19	69	528	36	—	—	80	(29)	—	—	—	238	941
Aquisição / (alienações) de subsidiárias	—	(509)	—	—	6	2	(2)	3	1	—	—	58	(441)
Encargo/(crédito) na demonstração de resultados	157	(127)	(106)	21	195	(125)	350	(898)	286	(2)	(3.079)	63	(3.265)
Encargo/(crédito) no capital próprio	(476)	—	—	(6)	1	3	(547)	—	(317)	10	(709)	(3)	(2.044)
Outros	(31)	267	(350)	(46)	(3)	—	84	445	(201)	—	(38)	(516)	(389)
Em 31 de Dezembro de 2008	(382)	3.084	(814)	611	(420)	(353)	(35)	774	(483)	(3)	(4.730)	(166)	(2.917)

Empresa	Transição IFRS	Cobertura de fluxo de caixa	Outros	Total £m
Em 1 de Janeiro de 2007	—	(3)	—	(3)
Encaro directamente para capital próprio	—	1	5	6
Em 1 de Janeiro de 2008	—	(2)	5	3
(Crédito)/encargo para a demonstração de resultados	(4)	2	(5)	(7)
Outros	1	—	—	1
Em 31 de Dezembro de 2008	(3)	—	—	(3)

Notas:

(1) Activos por impostos diferidos são reconhecidos, como acima referido, que dependem da disponibilidade de lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros provenientes da reversão de outras diferenças temporárias. Projecções de negócios preparadas para análises de imparidade (ver Nota 17) indicam que é provável que proveitos futuros tributáveis suficientes estarão disponíveis contra os quais se compensam estes activos por impostos diferidos reconhecidos no prazo de 8 anos. As perdas do Reino Unido não expiram e as perdas na Holanda expiram após nove anos. Nas jurisdições onde houver dúvida sobre a disponibilidade de lucros tributáveis futuros, os activos por impostos diferidos de £1.748 milhões (2007 - £687 milhões) não foram reconhecidos em matéria de prejuízos fiscais transitáveis de £5.779 milhões (2007 - £2.043 milhões). Destas perdas, £15 milhões irão expirar dentro de um ano, £137 milhões dentro de cinco anos e de £5.214 milhões depos. O saldo dos prejuízos fiscais transitados não tem limite de tempo.

(2) Não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos de £980 milhões (2007 – £977 milhões) relativamente aos ganhos retidos de subsidiárias no estrangeiro e ganhos pendentes da incorporação de sucursais estrangeiras. Espera-se os ganhos retidos de subsidiárias estrangeiras sejam infinitamente reinvestidos ou remetidos para o RU sem mais impostos. Não são de esperar impostos no futuro previsível relativamente aos ganhos pendentes.

24 Actividade de seguros

	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Proveitos de prémios de seguro	6.626	6.376	6.243
Parte de resseguro	(300)	(289)	(270)
Proveitos de prémios líquidos	6.326	6.087	5.973
Reclamações de seguros	4.603	4.742	4.550
Parte de resseguro	(173)	(118)	(92
Reclamações líquidas	4.430	4.624	4.458

Passivos de seguros	2008 £m	2007 £m
Actividade de seguros de vida		
Contratos de seguros unit-linked	260	364
Outros contratos de seguros indexados	3.929	4.034
Outros contratos de seguros	309	298
	4.498	4.696
Actividade de seguros gerais	5.478	5.466
	9.976	10.162

Actividade de seguros gerais

(i) Reclamações ou despesas por perdas de ajustamentos

	Grupo		
	Bruto £m	Resseguro £m	Líquido £m
Reclamações notificadas	3.735	(205)	3.530
Incorridas mas não reportadas	1.512	(86)	1.426
Em de 1 de Janeiro de 2007	5.247	(291)	4.956
Pagamento de caixa para liquidação de reclamações no exercício	(3.876)	94	(3.782)
Aumento/(diminuição) do passivo			
- resultante de reclamações do corrente ano	4.643	(49)	4.594
- resultante de reclamações de ano anterior	(573)	(20)	(593)
Diferenças de câmbio líquidas	25	3	28
Em 31 de Dezembro de 2007	5.466	(263)	5.203
Reclamações notificadas	3.894	(264)	3.630
Incorridas mas não reportadas	1.572	1	1.573
Em de 1 de Janeiro de 2008	5.466	(263)	5.203
Pagamento de caixa para liquidação de reclamações no exercício	(3.969)	97	(3.872)
Aumento/(diminuição) do passivo			
- resultante de reclamações do corrente ano	4.079	(45)	4.034
- resultante de reclamações de ano anterior	(241)	(66)	(307)
Diferenças de câmbio líquidas	143	(10)	133
Em 31 de Dezembro de 2008	5.478	(287)	5.191
Reclamações notificadas	4.052	(260)	3.792
Incorridas mas não reportadas	1.426	(27)	1.399
Em de 1 de Janeiro de 2008	5.478	(287)	5.191

(ii) Provisões para prémios não recebidos e riscos de seguros a curto prazo não expirados

	Grupo		
Provisões para prémios não recebidos	Bruto £m	Resseguro £m	Líquido £m
Em de 1 de Janeiro de 2007	2.850	(43)	2.807
Transferência no exercício	(98)	2	(96)
Em 1 de Janeiro de 2008	2.752	(41)	2.711
Aumento no exercício	175	—	175
Transferência no exercício	(280)	(38)	(318)
Diferenças cambiais líquidas	64	—	64
Em 31 de Dezembro de 2008	2.711	(79)	2.632

	Grupo	
Desempenho bruto do ramo vida (contratos de seguros de vida)	2008 £m	2007 £m
Activo líquido inicial	604	579
Lucro das actividades existentes:		
Retorno esperado	41	35
Variâncias de experiência	(15)	(23)
	26	12
Contribuição de nova actividade (1)	14	5
Alterações dos pressupostos operacionais	2	6
Variâncias do retorno do investimento	(46)	(14)
Alterações dos pressupostos económicos	(2)	—
Outras	(10)	16
Activo líquido final	588	604

Nota:
(1) A contribuição da nova actividade representa o valor actual dos futuros lucros da nova actividade de contratos de seguro subscritos durante o exercício.

24 Actividade de seguros (continuação)

Movimento em provisões para passivos sob contratos de seguros de vida e *unit-linked* e outros contratos de investimento	Grupo Contratos vida £m	Grupo Contratos investimento £m
Em 1 de Janeiro de 2007	2.209	2.246
Aquisição de subsidiárias	2.275	3.245
Prémios recebidos	784	140
Comissões e despesas	(30)	(25)
Retorno de investimento	251	93
Ajustamentos actuariais	(493)	—
Saldos de contas pagos por resgate e outros cancelamentos no exercício	(468)	(320)
Câmbios e outros ajustamentos	168	176
Em 1 de Janeiro de 2008	4.696	5.555
Prémios recebidos	868	330
Comissões e despesas	(21)	(38)
Retorno de investimento	17	(970)
Ajustamentos actuariais	(233)	—
Saldos de contas pagos por resgate e outros cancelamentos no exercício	(734)	(455)
Transferências para grupos para alienação	(686)	—
Câmbios e outros ajustamentos	591	904
Em 31 de Dezembro de 2008	4.498	5.326

Os contratos de investimento são apresentados nos depósitos de clientes.

As alterações dos pressupostos durante o exercício não foram relevantes para o lucro reconhecido.

Passivos ligados a garantias de activo	Grupo 2008 £m	Grupo 2007 £m
Títulos de dívida	4.500	2.899
Títulos de participação	4.816	6.863
Caixa e equivalentes de caixa	81	68
O passivo associado consiste em:		
Contratos de capital variável classificados como contratos de seguro	4.189	4.398
Contratos de capital variável classificados como contratos de investimento	5.208	5.432

Não existem opções e garantias relacionadas com contratos de seguro de vida que globalmente possam ter um efeito relevante no valor, no calendário e na incerteza dos fluxos de caixa futuros do Grupo.

O Grupo está exposto ao risco de seguro, quer directamente através das suas actividades quer pelo uso de seguros para reduzir o risco a outras exposições.

O risco de seguro é o risco das flutuações do momento, frequência ou gravidade de eventos segurados, relativamente às expectativas do Grupo no momento da subscrição.

Risco de subscrição e preço

O Grupo gere o risco de subscrição e preço através do uso de directrizes de subscrição que pormenorizam a classe, natureza e tipo de negócio que pssa ser aceite; políticas de fixação de preço por linha e marca de produtos; e controlo centralizado do fraseado das apólices e quaisquer alterações subsequentes.

Risco de gestão de reclamações

O risco de as reclamações serem incorrectamente tratadas ou pagas é gerido pelo uso de uma gama de controlos do sistema TI e de processos manuais conduzidos por pessoal experiente. Isto, juntamente com uma série de políticas e procedimentos detalhados, garante que todas as reclamações são tratadas de um modo atempado, apropriado e exacta.

Risco de resseguro

O resseguro é usado para proteger contra o impacto de grandes eventos catastróficos ou volumes nunca vistos, ou tendências adversas, de reclamações individuais e transferir o risco que está fora do apetite pelo risco actual do Grupo.

O resseguro de risco acima do apetite pelo risco do Grupo apenas é eficaz se o prémio de resseguro tem sentido económico e a contraparte é financeiramente segura. Os resseguradores aceitáveis têm uma classificação A- ou melhor, excepto se especificamente autorizado.

Risco de reserva

O risco de reserva relaciona-se com prémios e reclamações. É o risco de as reservas serem avaliadas incorrectamente de modo foram guardados fundos insuficiente para pagar ou tratar as reclamações conforme os montantes se vencem. Os dados de desenvolvimento das reclamações fornecem informação sobre o padrão histórico do risco de reserva.

Reclamações de seguros – bruto	Ano de acidente 2001 £m	2002 £m	2003 £m	2004 £m	2005 £m	2006 £m	2007 £m	2008 £m	Total £m
Estimativa dos derradeiros custos de reclamações									
No final do ano do acidente	2.395	3.013	3.658	3.710	4.265	4.269	4.621	4.080	30.011
Um ano depois	(70)	91	(140)	(186)	(92)	(275)	(71)	—	(743)
Dois anos depois	20	1	(106)	(88)	(147)	(77)	—	—	(397)
Três anos depois	12	(12)	(55)	(85)	(60)	—	—	—	(200)
Quatro anos depois	(40)	(17)	(47)	(31)	—	—	—	—	(135)
Cinco anos depois	(1)	(19)	(21)	—	—	—	—	—	(41)
Seis anos depois	(9)	(11)	—	—	—	—	—	—	(20)
Sete anos depois	6	—	—	—	—	—	—	—	6
Estimativa corrente das reclamações acumuladas	2.313	3.046	3.289	3.320	3.966	3.917	4.550	4.080	28.481
Pagamentos acumulados até à data	(2.235)	(2.932)	(3.060)	(2.977)	(3.442)	(3.121)	(3.393)	(2.052)	(23.212)
	78	114	229	343	524	796	1.157	2.028	5.269
Passivo relativamente aos anos anteriores									91
Custos de tratamento das reclamações									118
Passivo de reclamações de seguros gerais bruto									5.478

Reclamações de seguros – líquido de resseguro	Ano de acidente 2001 £m	2002 £m	2003 £m	2004 £m	2005 £m	2006 £m	2007 £m	2008 £m	Total £m
Estimate of ultimate claims costs:									
No final do ano do acidente	2.011	2.584	3.215	3.514	4.168	4.215	4.572	4.034	28.313
Um ano depois	(61)	59	(106)	(168)	(67)	(261)	(90)	—	(694)
Dois anos depois	22	(12)	(103)	(90)	(161)	(87)	—	—	(431)
Três anos depois	13	(3)	(53)	(81)	(64)	—	—	—	(188)
Quatro anos depois	(41)	(21)	(44)	(46)	—	—	—	—	(152)
Cinco anos depois	1	(24)	(23)	—	—	—	—	—	(46)
Seis anos depois	(19)	(5)	—	—	—	—	—	—	(24)
Sete anos depois	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estimativa corrente das reclamações acumuladas	1.926	2.578	2.886	3.129	3.876	3.867	4.482	4.034	26.778
Pagamentos acumulados até à data	(1.873)	(2.492)	(2.714)	(2.835)	(3.364)	(3.085)	(3.347)	(2.032)	(21.742
	53	86	172	294	512	782	1.135	2.002	5.036
Passivo relativamente aos anos anteriores									42
Custos de tratamento das reclamações									113
Passivo de reclamações de seguros gerais bruto									5.191

Reservas de reclamações

É política do grupo manter reservas de reclamações não descontadas (incluindo reservas para cobrir reclamações que foram incorridas mas não reportadas (reservas IBNR)) para todas as classes a um nível suficiente para cumprir todas as obrigações quando elas se vencerem.

A ênfase do Grupo está no alto volume e produtos relativamente simples, por exemplo habitação e automóvel. Isto facilita a geração de dados completos de subscrição e reclamações, que são utilizados para fazer um preço correcto e monitorizar os riscos aceites.

24 Actividade de seguros (continuação)

O quadro que se segue mostra os rácios de perdas para cada maior classe de actividade, bruto e líquido de resseguro.

		2008			2007		2006	
		Prémios obtidos £m	Reclamações Incorridas £m	Rácio de perda %	Prémios obtidos £m	Rácio de perda %	Prémios obtidos £m	Rácio de perda %
Habitação	Bruto	1.103	529	48	1.087	82	1.121	56
	Líquido	1.034	529	51	1.020	86	1.061	59
Automóvel – particulares	Bruto	3.173	2.679	84	3.254	80	3.384	84
	Líquido	3.075	2.565	83	3.161	81	3.279	85
Propriedade comercial	Bruto	194	79	41	211	55	218	37
	Líquido	174	80	46	191	60	198	38
Automóvel – comercial	Bruto	143	130	91	142	75	90	69
	Líquido	141	128	91	133	80	88	68
Outros	Bruto	994	422	42	851	40	842	47
	Líquido	828	426	51	839	41	833	49
Total	Bruto	5.607	3.839	68	5.545	73	5.655	71
	Líquido	5.252	3.728	71	5.344	75	5.459	73

O Grupo não tem exposição à taxa de juro de passivos de seguros gerais porque as provisões para reclamações por contratos de seguros de curto prazo não são descontadas.

Frequência e gravidade de riscos específicos e fontes de incerteza

A maioria dos contratos de seguros gerais são subscritos numa base anual, o que significa que a responsabilidade do Grupo se estende por um período de 12 meses, após o que o Grupo tem o direito de recusar ou renovar ou pode impor condições de renovação, alterando o prémio, termos e condições, ou ambos.

A frequência e severidade das reclamações e as fontes de incerteza para as principais classes que o Grupo está exposto são as seguintes:

Contratos de seguro automóvel (particular e comercial)

A experiência de reclamações é muito variável devido a uma larga gama de factores, mas os principais são idade, sexo e experiência de condução do condutor, tipo e natureza do veículo, uso do veículo e zona.

Há muitas fontes de incerteza que afectarão a experiência do Grupo no ramo automóvel, incluindo risco operacional, risco de reserva, taxas de prémios que não igualam a taxas de inflação das reclamações, condições meteorológicos e ambiente social, económico e legislativos e risco de falência de resseguro.

Contratos de seguros de imóveis (habitação e comércio)

As maiores causas de reclamações para seguros de imóveis são o roubo, inundação, fugas de água, incêndio, tempestade, abatimento dos solos e vários tipos de danos acidentais.

Outros contratos de seguros comerciais

As reclamações de outros comerciais vêm principalmente de interrupção do negócio e perdas resultante da negligência do segurado (seguro de responsabilidade). As perdas por interrupção são provenientes da perda de proveitos, rendimentos e/ou lucros como resultado de reclamações de danos em imóveis. O seguro de responsabilidade inclui a responsabilidade do empregador e a responsabilidade pública/de produtos. O seguro de responsabilidade e subscrito numa base de ocorrência e está sujeito a reclamações que são identificadas num período de tempo substancial, mas onde o evento de perda ocorreu durante a vida da apólice.

As flutuações no clima social e económica são uma fonte de incerteza na interrupção do negócio do Grupo e contas de responsabilidade geral. Outras fontes de incerteza são alterações nas leis ou na sua interpretação e risco de reserva. Outras incertezas são eventos significativos (por exemplo, ataques terroristas) e quaisquer novos prejuízos ou tipos de reclamação emergentes que não eram considerados quando a apólice foi escrita.

O quadro que se segue mostra a maturidade esperada das responsabilidades de seguros até vinte anos, excluindo aqueles directamente ligados aos activos financeiros que apoiam estes contratos (2008 – £4,189 milhões; 2007 – £4,398 milhões).

	Grupo					
	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
2008	623	1.645	1.899	903	487	53
2007	710	1.796	1.961	882	395	33

Ramo Vida

As três companhias de seguros de vida do Grupo reguladas no Reino Unido, National Westminster Life Assurance Limited (NatWest Life), Royal Scottish Assurance plc (RSA) e Direct Line Life Insurance Empresa Limited, são obrigadas a cumprir requisitos de capital mínimo permanentemente de acordo com o Prudential Sourcebook da Financial Service Authority do Reino Unido. Os recursos de capital que cobrem o requisito regulamentar não são transferíveis para outras áreas d Grupo. Para garantir que o requisito de capital é permanentemente cumprido, cada empresa detém um montante amortecedor voluntários adicional acima do mínimo regulamentar.

O Grupo não está exposto ao risco de preço, cambial, crédito ou de juro nos contratos de seguros de vida *unit-linked*, mas está exposto à variação em comissões de gestão. Uma diminuição de 10% no valor dos activos reduziria as comissões de gestão dos activos em £5 milhões por ano (2007 – £2 milhões). O Grupo redige os contratos de seguros com benefícios garantidos mínimos por morte que o expõe ao risco de que os declínios no valor dos investimentos subjacentes pode aumentar a exposição líquida do Grupo ao risco de morte.

Os contratos de seguros de longo prazo do Grupo incluem contratos de seguros de vida inteira, seguro temporário, seguros mistos, vida inteira flexível, pensão e de rendas que se espera que se mantenham em vigor durante um longo período de tempo.

Os contratos sob os quais o Grupo não aceita riscos de seguros significativos são classificados como contratos de investimento. Conforme exigido pela IFRS 4 "Contratos de seguros", as provisões de negócios de longo prazo são calculados de acordo com os GAAP existentes locais (norma contabilística do Reino Unido, FRS 27 "Seguro de vida").

As estimativas (pressupostos) incluem mortalidade, morbidade e persistência futuras e os níveis de despesas são feitos pelo cálculo das reservas actuariais. Os elementos principais de mensuração no Reino Unido incluem:

Pressupostos	2008	2007	2006
Avaliação da taxa de juro			
Seguro temporário	2,50%	3,00%	3,00%
Juro	2,50%	3,00%	3,00%
Crescimento unitário	3,70%	3,50%	3,50%
Inflação de despesas	3,00%	4,00%	4,00%

Taxas de mortalidade de amostra, expressas como mortes por milhão por ano, para produtos de seguros temporários (idade 40).

Mortalidade			
Homem não fumador			
Homem fumador	723	810	517
Mulher não fumadora	1.590	1.830	983
Mulher fumadora	568	460	278

Em 2007, para a mortalidade, o Grupo mudou da série UK 80 para a série 00

Despesas: Produtos pré-2000 – RSA	2008 Por ano	2007 Por ano	2006 Por ano
Plano de protecção do estilo de vida	£29,30	£25,18	£28,96
Plano de poupança hipotecário	£65,92	£56,67	£65,15
Produtos pré-2000 – NatWest Life			
Seguros temporários	£26,01	£26,01	£26,01
Obrigações de vida indexadas	£26,01	£26,01	£26,01
Produtos pós-2000			
Seguros temporários	£23,17	£23,16	£23,16
Obrigações garantidas	£25,71	£25,71	£25,71

24 Actividade de seguros (continuação)

Frequência e gravidade das reclamações – para contratos onde a morte é o risco seguro, os factores mais significativos que podem aumentar a frequência global das reclamações são as epidemias ou grandes transformações no estilo de vida, resultando em reclamações antecipadas ou em maior número que o esperado.

Para os contratos onde a sobrevivência é o risco seguro, o factor mais significativo é a melhoria contínua das ciências médicas e das condições sociais que aumentam a longevidade.

Para contratos com benefícios fixos e garantidos e prémios fixos futuros, não há termos e condições mitigantes que reduzam o risco de seguro aceite. Os contratos de participação podem resultar numa parte significativa do risco de seguro a ser partilhado com a parte tomadora do seguro.

Fontes de incerteza na estimativa de futuros pagamentos de benefícios e cobranças de prémios - o Grupo usa tabelas de base de mortalidade padrão apropriada ao tipo de contrato que está a ser escrito e o território em que a pessoa segura reside. Estes são ajustados para reflectir a experiência do Grupo, os melhoramentos da mortalidade e o comportamento de rescisão voluntária.

Factor de sensibilidade	Descrição do factor de sensibilidade aplicado
Taxa de juro e retorno do investimento	Alteração nas taxas de juro do mercado de ± 1% O teste permite de modo consistente para alterações aos retornos do investimento e movimentos no valor do mercado de títulos apoiados por juros fixos
Despesas	Aumento nas despesas de manutenção de 10%
Mortalidade/morbidade do seguro	Aumento nas taxas de mortalidade/morbidade para contratos de seguro de 5%
Mortalidade de quem recebe rendas	Redução nas taxas de mortalidade de contratos de renda de 5%

Os factores de sensibilidade acima são aplicados por modelos actuariais e estatísticos, com o seguinte impacto nas demonstrações financeiras.

	Aumento/(diminuição) no lucro e capital próprio	
Factor de risco	2008 £m	2007 £m
Taxas de juros	(11)	(18)
Taxas de juros	11	15
Despesas	(7)	(5)
Mortalidade/morbidade seguro	(9)	(8)

As limitações da análise de sensibilidade: os quadros acima demonstram o efeito de uma alteração num pressuposto essencial no Reino Unido, enquanto os outros pressupostos se mantêm inalterados. Na realidade, essa ocorrência é improvável, devido à correlação entre pressupostos e outros factores. Também deve ser notado que essas sensibilidades são não lineares e impactos maiores ou menores não deve ser interpolados ou extrapolados destes resultados. A análise de sensibilidade não toma em consideração que os activos e passivos são activamente geridos e podem variar no momento em que qualquer movimento real do mercado ocorra.

25 Passivos subordinados

	Grupo		Empresa	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Capital emprestado a prazo fixo	30.162	23.065	7.421	5.585
Capital emprestado sem prazo fixo	11.697	9.866	1.071	781
Acções preferenciais	2.194	1.686	1.822	1.377
Trust preferred securities	5.101	3.426	—	—
	49.154	38.043	10.314	7.743

Certas acções preferenciais emitidas pela empresa são classificadas como passivo; estes títulos continuam a estar sujeitos às regras de conservação do capital contidas na Lei das Sociedades de 1985.

Os quadros seguintes analisam o prazo de vencimento residual do passivo subordinado por (1) a data de resgate final; e (2) a próxima data de resgate.

	Grupo						
2008 – resgate final	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	192	15	176	1.458	370	6.287	8.498
Dólar norte-americano	1.308	342	1.123	7.435	561	7.655	18.424
Euro	1.865	1.378	1.991	7.923	1.957	4.087	19.201
Outras	29	—	7	2.284	34	677	3.031
Total	3.394	1.735	3.297	19.100	2.922	18.706	49.154

	Grupo							
2008 – data de resgate	Nesta data £m	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	—	192	752	1.039	2.729	3.615	171	8.498
Dólar norte-americano	1.833	3.247	2.601	4.814	1.951	2.053	1.925	18.424
Euro	—	2.351	3.137	5.699	7.021	942	51	19.201
Outras	—	500	405	922	954	250	—	3.031
Total	1.833	6.290	6.895	12.474	12.655	6.860	2.147	49.154

	Grupo						
2007 – resgate final	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	194	—	34	1.405	389	5.818	7.840
Dólar norte-americano	903	1.540	620	5.477	743	3.985	13.268
Euro	764	1.312	1.405	5.711	1.674	3.164	14.030
Outras	35	—	6	2.076	325	463	2.905
Total	1.896	2.852	2.065	14.669	3.131	13.430	38.043

	Grupo							
2007 – data de resgate	Nesta data £m	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	—	194	—	1.497	2.456	3.527	166	7.840
Dólar norte-americano	1.347	1.492	2.585	4.485	1.678	1.681	—	13.268
Euro	—	1.612	1.685	4.992	5.091	611	39	14.030
Outras	—	35	431	843	1.468	128	—	2.905
Total	1.347	3.333	4.701	11.817	10.693	5.947	205	38.043

25 Passivos subordinados (continuação)

	Empresa						
2008 – resgate final	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	9	—	—	—	400	200	609
Dólar norte-americano	415	—	717	1.381	2.863	2.661	8.037
Euro	—	—	—	—	1.668	—	1.668
Total	424	—	717	1.381	4.931	2.861	10.314

	Empresa							
2008 – data de resgate	Nesta data £m	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	—	9	199	—	400	—	1	609
Dólar norte-americano	582	1.511	682	1.296	2.710	1.256	—	8.037
Euro	—	—	—	1.190	478	—	—	1.668
Total	582	1.520	881	2.486	3.588	1.256	1	10.314

	Empresa						
2007 – resgate final	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	13	—	—	—	399	199	611
Dólar norte-americano	61	199	148	1.204	2.259	1.935	5.806
Euro	45	—	—	—	1.281	—	1.326
Total	119	199	148	1.204	3.939	2.134	7.743

	Empresa							
2008 – data de resgate	Nesta data £m	2009 £m	2010 £m	2011-2013 £m	2014-2018 £m	Depois £m	Perppétuo £m	Total £m
Libra esterlina	—	13	—	198	399	—	1	611
Dólar norte-americano	425	435	620	643	2.594	1.089	—	5.806
Euro	—	45	—	914	367	—	—	1.326
Total	425	493	620	1.755	3.360	1.089	1	7.743

Capital emprestado a prazo fixo

	2008 £m	2007 £m
A empresa		
US$400 milhões títulos subordinados 2009 -6,4% (1)	278	202
US$300 milhões títulos subordinados 2011 -6,375 (1)	231	163
US$750 milhões títulos subordinados 2013 -5% (1)	579	382
US$750 milhões títulos subordinados 2014 -5% (1)	616	386
US$250 milhões títulos subordinados 2014 -5% (1)	169	123
US$675 milhões títulos subordinados 2015 -5,05% (1)	550	357
US$350 milhões títulos subordinados 2018 -4,7% (1)	286	173
	2.709*	1.786*
The Royal Bank of Scotland plc		
€255 milhões títulos subordinados 2008 – 5,25% (resgatados Julho 2008)	—	192
€300 milhões títulos subordinados 2009 – 4,875%	298	228
€1.000 milhões títulos subordinados 2013 – 6%	1,083	790
US$50 milhões títulos subordinados a taxa variável 2013	36	26
€1,000 milhões títulos subordinados a taxa variável 2013 (resgatáveis Outubro 2008)	—	744
€500 milhões títulos subordinados 2013 – 6%	487	374
£150 milhões obrigações subordinadas 2013 – 10,5% (2)	180	169
US$1.250 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014 (resgatáveis Julho 2009)	862	630
AUD590 milhões títulos subordinados 2014 – 6% (resgatáveis Outubro 2009)	281	254
AUD410 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014 (resgatáveis Outubro 2009)	195	182
CAD700 milhões títulos subordinados 2015 – 4,25% (resgatáveis Março 2010)	409	358
£250 milhões obrigações subordinadas 2015 – 9,625%	311	286
US$750 milhões títulos subordinados a taxa variável 2015 (resgatáveis Setembro 2010)	513	374
€750 milhões títulos subordinados a taxa variável 2015	783	564
CHF400 milhões títulos subordinados 2015 -2,375%	257	166
CHF100 milhões títulos subordinados 2015 -2,375%	72	41
CHF200 milhões títulos subordinados 2015 -2,375%	125	86
US$500 milhões títulos subordinados a taxa variável 2016 (resgatáveis Outubro 2011)	346	252
US$1.500 milhões títulos subordinados a taxa variável 2016 (resgatáveis Abril 2011)	1.038	757
€500 milhões subordinados 2016 – 4,5% (resgatáveis Janeiro de 2011)	511	379
CHF200 milhões títulos subordinados 2017 – 2,75% (resgatáveis Dezembro 2012)	129	89
€100 milhões títulos subordinados a taxa variável 2017	97	73
€500 milhões títulos subordinados a taxa variável 2017 (resgatáveis Junho 2012)	482	371
€750 milhões títulos subordinados 2017 – 4,35% (resgatáveis Janeiro 2017)	770	548
AUD450 milhões títulos subordinados 2017 – 6,5% (resgatáveis Fevereiro 2012)	217	202
AUD450 milhões títulos subordinados a taxa variável 2017 (resgatáveis Fevereiro 2012)	214	199
US$1.500 milhões títulos subordinados resgatáveis step up de taxa variável 2017 (Agosto 2012)		
€2.000 milhões títulos subordinados 2018 – 6,93% (emitidos Abril 2008; resgatáveis Abril 2018)	1.029	752
US$125, 6 milhões títulos subordinados a taxa variável 2020	2.136	—
€1.000 milhões títulos subordinados 2021 – 4,625% (resgatáveis Setembro 2016)	87	64
€300 milhões títulos subordinados CMS linked 2022	1.019	724
€144,4 milhões títulos subordinados a taxa variável 2022 (emitidos Junho 2008; resgatáveis Junho 2022)	303	228
The Royal Bank of Scotland plc	152	—
National Westminster Bank Plc		
US$1.000 milhões títulos subordinados 2009 – 7,375%	697	507
€600 milhões títulos subordinados 2010 – 6%	623	474
€500 milhões títulos subordinados 2011 – 5.125%	488	376
£300 milhões títulos subordina dos 2015 – 7,875%	379	349
£300 milhões títulos subordinados 2021 – 6,5%	376	330
Charter One Financial Inc		
US$400 milhões títulos subordinados 2012 – 6,375%	287	212
Greenwich Capital Holdings, Inc		
US$170 milhões títulos de empréstimo de capital subordinados a taxa variável 2009	116	85
US$100 milhões crédito revolving sénior subordinado 2009 – 5.575%	69	50
US$500 milhões títulos de empréstimos de capital subordinados a taxa variável 2010 (resgatável em qualquer data de pagamento de juros)	342	249
First Active Plc		
£60 milhões obrigações subordinadas 2018 – 6,375% 2018 (resgatáveis April 2013)	66	65

25 Passivos subordinados (continuação)
Capital emprestado a prazo fixo (continuação)

	2008 £m	2007 £m
Outras emissões subordinadas de interesses minoritários	16	16
ABN AMRO e subsidiárias		
€113 milhões títulos subordinados 2008 – 7,50% (resgatados Janeiro 2008)	—	83
€182 milhões títulos subordinados 2009 – 6,00%	169	132
€182 milhões títulos subordinados 2009 – 6,13%	165	127
€1.150 milhões títulos subordinados 2009 – 4,63%	1.104	848
€250 milhões títulos subordinados CMS linked 2019 – 4,70%	195	131
€800 milhões títulos subordinados 2010 – 6,25%	795	598
€100 milhões títulos subordinados flip flop Bermudan resgat. 2017 – 5,13% (resgatáveis Dezembro 2012)	89	75
€500 milhões títulos subordinados Bermudan resgat. taxa variável lower tier 2 2018 (resgatáveis Maio 2013)	455	350
€1.000 milhões títulos subordinados Bermudan resg. taxa variável lower tier 2 2016 (resgatáveis Setembro 2011)	923	710
€13 milhões títulos subordinados cupão zero 2029 (resgatáveis Junho 2009)	8	2
€82 milhões títulos subordinados a taxa variável 2017	72	55
€103 milhões títulos subordinados lower tier 2 taxa variável 2020	89	68
€170 milhões títulos subordinados sinkable taxa variável 2041	205	184
€15 milhões títulos subordinados CMS linked taxa variável lower tier 2 2020	10	11
€1.500 milhões títulos subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 2015 (resgatáveis Junhp 2010)	1.419	1.087
€5 milhões títulos subordinados Bermudan lower tier 2 2015 taxa variável (resgatáveis Outubro 2010)	5	4
€65 milhões títulos subordinados Bermudan lower tier 2 a taxa variável 2015 (resgatáveis Outubro 2010)	62	48
US$12 milhões títulos subordinados a taxa variável 2008 (resgatados Junho 2008)	—	6
US$12 milhões títulos subordinados a taxa variável 2008 (resgatados Junho 2008)	—	6
US$165 milhões títulos subordinados 2019 – 6,14%	152	94
US$72 milhões títulos subordinados 2019 – 5,98%	49	7
US$500 milhões títulos subordinados 2018 – 4,65%	359	214
US$500 milhões títulos subordinados Bermudan taxa variável 2013 (resgatado Setembro 2008)	—	232
US$1.500 milhões títulos subordinados Bermudan taxa variável 2015 (resgatáveis Março 2010)	982	717
US$100 milhões títulos subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 2015 (resgatáveis Outubro 2010)	68	50
US$36 milhões títulos subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 2015 (resgatáveis Outubro 2010)	25	18
US$1.000 milhões títulos subordinados Bermudan taxa variável lower tier 2 2017 (resgatáveis Janeiro de 2012)	661	479
AUD575 milhões títulos subordinados Bermudan lower tier 2 notas 2018 – 6,50% (resgatável Maio 2013)	286	231
AUD175 milhões títulos subordinados Bermudan lower tier 2 2018 – 7,46% (resgatáveis Maio 2013)	79	73
€26 milhões títulos subordinados 2016 – 7,2%	28	20
€7 milhões títulos subordinados 2016 – 7,38%	8	6
€256 milhões títulos subordinados 2008 – 5,25% (resgatados Julho 2008)	—	190
€13 milhões títulos subordinados a taxa variável 2008 (resgatados Junho 2008)	—	9
£42 milhões títulos subordinados 2010 – 8,18%	15	19
£25 milhões títulos subordinados amortiz. MTN lower tier 2 2011 9,18%	9	15
£750 milhões títulos subordinados Bermudan resgatáveis upper tier 2 2016 – 5%	728	642
US$250 milhões títulos subordinados 2023 – 7,75%	173	127
US$150 milhões títulos subordinados 2093 – 7,13%	104	76
US$250 milhões títulos subordinados 2008 – 7,00% (resgatados Abril 2008)	—	127
US$68 milhões títulos subordinados a taxa variável 2009 (6)	—	34
US$12 milhões títulos subordinados a taxa variável 2009 (6)	—	6
BRL50 milhões títulos subordinados a taxa variável 2013 (6)	—	14
BRL250 milhões títulos subordinados a taxa variável 2013 (6)	—	71
BRL250 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014 (6)	—	71
BRL885 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014 (6)	—	251
BRL300 milhões títulos subordinados a taxa variável 2014 (6)	—	85
PKR0.80 milhões títulos subordinados a taxa variável 2012	7	6
MYR200 milhões títulos subordinados 2017	40	30
T R Y60 milhões títulos subordinados	34	25
	30.162	23.065

* Além disso, a empresa emitiu 0,5 milhões de títulos de empréstimos subordinados no valor de £1.000 cada, 1,95 milhões de títulos de empréstimos subordinados no valor de US$1.000 cada e 0,4 milhões de títulos de empréstimos subordinados no valor de £1.000 cada. Estes títulos de empréstimo estão incluídos no balanço da empresa como capital de empréstimo mas são reclassificados como interesses minoritários em *Trust Preferred Securities* na consolidação (ver Nota 26).

Notas:
(1) Arrendado ao The Royal Bank of Scotland plc numa base subordinada.
(2) Garantido incondicionalmente pela empresa.
(3) No caso de certas alterações da legislação fiscal, as emissões de capital de empréstimo a prazo fixo podem ser resgatadas na totalidade, mas não em parte, à opção do emitente pelo montante do capital e juros acrescidos, mediante a aprovação prévia das entidades reguladoras.
(4) Excepto conforme referido acima, as reclamações relativas ao capital de empréstimo a prazo fixo do Grupo, são subordinadas às reclamações de outros credores. Nenhuma parte do capital de empréstimo a prazo fixo do Grupo está garantida.
(5) Juro sobre todos os títulos subordinados a taxa variável é calculado por referência às taxas de mercado.
(6) Transferido para o Santander S.A. em Julho 2008.

Capital emprestado sem prazo fixo

	2008 £m	2007 £m
A empresa		
US$350 milhões títulos de capital primário a taxa variável sem prazo fixo (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros) (1)	240	175
US$1.200 milhões títulos perpétuos regulato. tier one (resgatáveis Setembro 2031) (1, 2)	831	606
	1.071	781
The Royal Bank of Scotland plc		
£150 milhões títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 5,,25% (resgatáveis Junho 2032)	144	144
£175 milhões títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 7,375% (resgatáveis Agosto 2010)	190	183
€152 milhões títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 5,875% (resgatáveis Outubro 2008)	—	114
£350 milhões de libras títulos subordinados sem prazo fixo à taxa de 6,25% (resgatáveis Dezembro 2012)	380	354
£500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 6% (resgatáveis Setembro 2014)	565	517
€500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 5,125% (resgatáveis Julho 2014)	516	371
€1.000 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – taxa variável (resgatáveis Julho 2014)	966	742
£500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 5,125% (resgatáveis Março 2016)	556	499
£200 milhões títulos subordinados upper tier 2 – 5,625% (resgatáveis Setembro 2026)	210	210
£600 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 5,5% (resgatáveis Dezembro 2019)	677	595
£500 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 6,2% (resgatáveis Março 2022)	614	543
£200 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 9,5% (resgatáveis Agosto 2018) (3)	253	228
£400 milhões subordinares upper tier 2 – 5,625% (resgatáveis Setembro 2026)	397	397
£300 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 5,625% (resgatáveis Setembro 2026)	431	318
£350 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 5,625% (resgatáveis Junho 2032)	364	363
£400 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 5% (resgatáveis Março 2011)	424	402
JPY25 mil milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 2,605% (resgatáveis Novembro 2034)	217	103
CAD700 milhões títulos subordinados sem prazo fixo taxa fixa 5,37% (resgatáveis Maio 2016)	464	363
National Westminster Bank Plc		
US$500 milhões títulos *primary capital* taxa variável, Série A (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros)	343	251
US$500 milhões títulos *primary capital* taxa variável, Série B (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros)	347	256
US$500 milhões títulos *primary capital* taxa variável, Série C (resgatáveis em qualquer data de pagamento de juros)	346	255
€400 milhões títulos subordinados taxa fixa/variável sem prazo fixo – 6,625 (resgatáveis Outubro 2009)	388	303
€100 milhões títulos step-up sem prazo fixo taxa variável (resgatáveis Outubro 2009)	97	74
£325 milhões títulos subordinados step-up sem prazo fixo – 7,625% (resgatáveis Janeiro de 2010)	363	357
£200 milhões títulos subordinados step-up sem prazo fixo – 7,125% (resgatáveis Outubro 2022)	201	205
£200 milhões títulos subordinados sem prazo fixo – 11,5% (resgatáveis Dezembro 2022) (4)	269	269
First Active plc		
£20 milhões capital tier two perpétuos – 11,75%	26	23
€38 milhões capital tier two perpétuos – 11,75%	52	39
£1.3 milhões capital tier two perpétuos taxa variável	2	2
ABN AMRO e subsidiárias		
€9 milhões acções preferenciais de financiamento perpétuas convertíveis – 4,650% (resgatadas em Outubro2008)	—	7
€1,000 milhões obrigações subordinadas perpétuas Bermudan callable tier 1 – 4.310% (resgatável Março 2016)	824	598
	11.697	9.866

Notas:
(1) Arrendado ao The Royal Bank of Scotland plc numa base subordinada.
(2) A empresa pode cumprir as obrigações de pagamento de juros emitindo acções ordinárias a *Trustees* nomeados, em número suficiente para lhes permitir, ao vender estas acções, liquidar os juros.
(3) Garantido pela empresa.
(4) Permutáveis à opção do emitente por 200 milhões 8,392% (bruto) de acções preferenciais não cumulativas de £1 cada do National Westminster Bank Plc a qualquer momento.
(5) Excepto como indicado acima, as reclamações relativamente ao capital emprestado sem prazo fixo do Grupo estão subordinadas às reclamações de outros credores. Nenhuma parte do capital emprestado sem prazo fixo do grupo está garantida.
(6) No caso de certas alterações da legislação fiscal, as emissões de capital de empréstimo a prazo fixo podem ser resgatadas na totalidade, mas não em parte, à opção do Grupo, pelo montante do capital acrescido de juros mediante a aprovação prévia das entidades reguladoras.
(7) O juro sobre todos os títulos subordinados a taxa variável é calculado por referência às taxas do mercado

25 Passivos subordinados (continuação)

Acções preferenciais

	2008 £m	2007 £m
A empresa		
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01 (1)		
Série F US$200 milhões 7,65% (resgatáveis à opção do emitente)	137	100
Série H US$300 milhões 7,25% (resgatáveis à opção do emitente)	205	150
Série L US$850 milhões 5,75% (resgatáveis Setembro 2009)	582	421
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de US0,01 (1)		
Série 1 US$1.000 milhões 9,118% (resgatáveis Março 2010)	698	510
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas of £0.01 (1)		
Série 1 £200 milhões 7.387% (resgatáveis Dezembro 2010)	211	201
Acções preferenciais cumulativas de £1		
£0,5 milhões 11% (não resgatáveis) e £0.4 milhões 5,5% (não resgatáveis)	1	1
	1.834	1.383
National Westminster Bank Plc		
Acções preferenciais não cumulativas de £1		
Série A £140 milhões 9% (não resgatáveis)	145	143
Acções preferenciais não cumulativas de US$25		
Série C US$300 milhões 7,7628% (2)	215	160
	2.194	1.686

Notas:
(1) Na Nota 27, página 244 encontram-se mais dados sobre os termos contratuais das acções preferenciais.
(2) As acções preferenciais da série C proporcionam um dividendo bruto de 8,625% cada, incluindo o crédito fiscal associado. Resgatáveis à opção do emitente ao par.

Trust preferred securities

	2008 £m	2007 £m
€1.250 milhões à taxa de 6,467% (resgatáveis em Junho de 2012) (1)	1.325	979
US$750 milhões à taxa de 6,8% (resgatáveis em Março de 2008) (1)	514	374
US$850 milhões à taxa de 4,709% (resgatáveis em Julho de 2013) (1)	640	421
US$650 milhões à taxa de 6,425% (resgatáveis em Janeiro de 2034) (1)	677	344
ABN AM RO e subsidiárias		
US$1.285 milhões à taxa de 6,03% Trust Preferred V	760	464
US$200 milhões à taxa de 6,25% em Trust Preferred VI	121	82
US$1.800 milhões à taxa de 6,08% Trust Preferred VII	1.064	762
	5.101	3.426

Nota:
(1) Os *Trust Preferred Securities* emitidos pelas subsidiárias não têm data de vencimentos e não são resgatáveis à opção dos titulares a qualquer momento. Estes títulos podem ser resgatados, com a autorização da Financial Services Authority do RU, pelo emitente, nas datas especificadas acima ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente. Também podem ser resgatados na totalidade, mas não em parte, após a ocorrência de certos acontecimentos fiscais e legislativos. A empresa classifica as suas obrigações para com estas subsidiárias como capital emprestado a prazo fixo.

26 Interesses minoritários

	ABN AMRO	Outros interesses £m	Total £m
Em 1 de Janeiro	—	5.263	5.263
Conversões cambiais e outros ajustamentos	1.694	140	1.834
Aquisição do ABN AMRO	31.317	928	32.245
Lucros a distribuir por interesses minoritários	10	153	163
Dividendos pagos	—	(121)	(121)
Menos-valias de títulos disponíveis para venda, líquidas de imposto	(59)	(505)	(564)
Movimentos das reservas de cobertura de fluxos de caixa, líquidos de imposto	26	—	26
Ganhos actuariais reconhecidos nos planos de pensões, líquidos de imposto	19	—	19
Capital angariado	10	66	76
Capital retirado	(20)	(533)	(553)
Em 31 de Dezembro	32.997	5.391	38.388
Conversões cambiais e outros ajustamentos	8.098	1.158	9.256
Aquisição das acções ordinárias ABN AMRO em circulação	356	—	356
(Perdas)/lucros a distribuir por interesses minoritários	(11.244)	412	(10.832)
Dividendos pagos	—	(285)	(285)
Menos-valias de títulos disponíveis para venda, líquidas de imposto	(144)	(1.303)	(1.447)
Movimentos das reservas de cobertura de fluxos de caixa, líquidos de imposto	(831)	—	(831)
Ganhos actuariais reconhecidos nos planos de pensões, líquidos de imposto	(478)	—	(478)
Capital angariado	—	1.071	1,071
Capital retirado	(12.571)	(1.008)	(13.579)
Em 31 de Dezembro de 2008	16.183	5.436	21.619

ABN AMRO representa os interesses dos outros membros do consórcio na RFS Holdings B.V. O capital e os proveitos dos direitos de acções emitidas pelo RFS Holdings B.V. estão associadas aos activos líquidos e proveitos das unidades de negócio ABN AMRO que os membros individuais do consórcio acordaram em adquirir.
Outros interesses minoritários incluem *trust preferred securities* de £1.821 milhões (2007 – £1.821 milhões) e RBS China Sarl de £1.898 milhões (2007 – £2.438 milhões). O capital retirado a propósito do ABN AMRO relaciona-se com distribuições para os membros do consórcio.

Nos interesses minoritários estão incluídos os seguintes *Trust Preferred Securities* (1):

	2008 £m	2007 £m
US$950 milhões à taxa de 5,512% (resgatáveis em Setembro de 2014)	529	529
US$1.000 milhões à taxa LIBOR $US mais 0,80% (resgatáveis em Setembro de 2014)	555	555
€500 milhões 4,243% (resgatáveis em Janeiro de 2016)	337	337
£400 milhões à taxa de 5,6457% (resgatáveis em Junho de 2017)	400	400
	1.821	1.821

Nota:
(1) Os *Trust Preferred Securities* emitidos pelas subsidiárias não têm data de vencimentos e não são resgatáveis à opção dos titulares a qualquer momento. Estes títulos podem ser resgatados, com a autorização da Financial Services Authority do RU, pelo emitente, nas datas especificadas acima ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente. Também podem ser resgatados na totalidade, mas não em parte, após a ocorrência de certos acontecimentos fiscais e legislativos. A empresa classifica as suas obrigações para com estas subsidiárias como capital emprestado a prazo fixo.

27Capital social

	Atribuído, exigido e realizado			Autorizado	
	1 de Janeiro 2008 £m	Emitido durante o ano £m	31 de Dezembro de 2008 £m	31 de Dezembro de 2008 £m	31 de Dezembro de 2007 £m
Acções ordinárias de 25p	2.501	7.363	9.864	11.151	3.018
Acções diferidas sem direito a voto de £0,01	27	—	27	323	323
Acções de Valor Adicional de £0,01	—	—	—	27	27
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01	2	—	2	3	2
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de US$0,01	—	—	—	—	—
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01	—	—	—	—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de €0,01	—	—	—	—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0,25	—	—	—	225	225
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0,01	—	—	—	—	—
Acções preferenciais cumulativas de £1	1	—	1	1	1
Acções preferenciais não cumulativas de £1	1	5	6	300	300

	Atribuído, exigido e realizado			Autorizado		
Número de acções – milhares	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Acções ordinárias de 25p	39.456.005	10.006.215	3.152.844	44.603.278	12.070.492	5.079.375
Acções diferidas sem direito a voto de £0,01	2.660.556	2.660.556	2.660.556	32.300.000	32.300.000	32.300.000
Acções de Valor Adicional de £0,01	—	—	—	2.700.000	2.700.000	2.700.000
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01	308.015	308.015	240.000	516.000	419.500	419.500
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de US$0,01	1.000	1.000	1.000	3.900	3.900	3.900
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01	2.526	2.526	2.500	66.000	66.000	66.000
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de €0,01	—	—	—	3.000	3.000	3.000
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0,25	—	—	—	900.000	900.000	900.000
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0,01	200	200	200	1.000	1.000	1.000
Acções preferenciais cumulativas de £1	900	900	900	900	900	900
Acções preferenciais não cumulativas de £1	5.750	750	—	300.000	300.000	300.000

Movimento em acções ordinárias em emissão durante o exercício:

	Número de acções – milhares
Em 1 de Janeiro de 2008	10.006.215
Acções emitidas no âmbito da emissão de direitos de subscrição	6.123.010
Acções emitidas no âmbito da emissão de capitalização	403.468
Acções emitidas no âmbito da oferta e colocação	22.909.776
Outras acções emitidas durante o exercício	13.536
Em 31 de Dezembro de 2008	39.456.005

Acções ordinárias

Em Junho 2008, a empresa emitiu 6.123 milhões de acções ordinárias de 25p cada a 200p por acção por meio de uma emissão de direitos de subscrição. A emissão de direitos foi na base de 11 novas acções por cada 18 acções existentes detidas em 9 de Maio de 2008. Os proveitos líquidos foram de £12 mil milhões.

Em Setembro 2008, a empresa emitiu 403 milhões de acções ordinárias de 25p cada por meio de uma emissão de capitalização. A capitalização foi com base em uma nova acção por cada 40 acções detidas pelos accionistas em 12 de Setembro de 2008.

Em Dezembro 2008, a empresa emitiu 22.910 milhões de acções ordinárias de 25p cada a 65,5p por acção por meio de uma Oferta e Colocação. Esta oferta e colocação, que foi totalmente subscrita pelo Tesouro britânico, foi disponibilizada aos accionistas em 31 de Outubro de 2008. Os proveitos líquidos foram £14,7 mil milhões.

Além disso, foram emitidas 13,5 milhões de acções ordinárias durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, no seguimento do exercício de opções no âmbito dos planos de partilha de lucros da empresa.

O montante total, incluindo a emissão de direitos e a oferta e colocação acima identificadas, de £27,3 mil milhões foi recebido na emissão de acções ordinárias pelo dinheiro.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram concedidas opções sobre 187,7 milhões de acções ordinárias ao abrigo dos planos Executive e Sharesave da empresa. Em 31 de Dezembro de 2008, 181,9 milhões de acções ordinárias referentes a opções concedidas ao abrigo dos vários planos da empresa, exercíveis até 2018, a preços entre 189p e 586p por acção, estavam por liquidar.

Em 16 de Janeiro de 2009, foram concedidas mais opções sobre 1.176, 1 milhões de acções ordinárias ao abrigo do plano Sharesave da empresa.

Além disso, 0,8 milhões de acções ordinárias exercíveis até 2009, a preços entre 248p e 258p por acção, referentes a opções concedidas ao abrigo do plano Executive do NatWest estavam por liquidar.

Os fundos em acções dos trabalhadores compraram 54,0 milhões de acções ordinárias pelo valor de £63,7 milhões e concederam £3,3 milhões de acções ordinárias após o recebimento de £0,9 milhões no exercício dos prémios ao abrigo dos planos de acções dos trabalhadores.

Os fundos de acções dos trabalhadores incorreram em custos de £0,3 milhões com a compra de acções ordinárias da empresa.

Acções preferenciais

Em Dezembro 2008, a empresa emitiu 5 milhões de acções preferenciais não cumulativas da Série 2 de £1 a £1.000 cada, sendo os proveitos líquidos de £5 mil milhões.

Em 19 de Janeiro de 2009, o Grupo anunciou que tinha chegado a acordo com o tesouro britânico e a UK Financial Investments para substituir as £5 mil milhões de acções preferenciais que ele detém por novas acções ordinárias. A oferta das novas acções ordinárias e o resgate das acções preferenciais estão sujeitos à aprovação dos accionistas numa Assembleia-Geral Extraordinária de Accionistas.

Segundo as IFRS, algumas das acções preferenciais do Grupo são classificadas como débito e incluídas nos passivos subordinados do balanço.

Outros títulos

Alguns dos títulos subordinados do Grupo na forma legal de dívida são classificados como capital próprio segundo as IFRS.

Estes títulos conferem aos seus titulares o direito ao juro que pode ser diferido unicamente ao critério da empresa. O reembolso dos títulos fica exclusivamente ao critério da empresa mediante um aviso prévio de 30 e 60 dias.

Acções preferenciais não cumulativas

As acções preferenciais não cumulativas dão aos seus titulares o direito (sujeito aos termos da emissão) de receber dividendos em numerário não cumulativos a taxas fixas especificadas para cada série pagáveis a partir dos lucros distribuíveis da empresa.

As acções preferenciais não cumulativas são resgatáveis à opção da empresa, no todo ou em parte, de tempos a tempos, às taxas indicadas na página seguinte, mais dividendos de outro modo pagos no período de dividendos então corrente até à data de resgate.

27 Capital social (continuação)

Class of preference share	Número de acções em emissão	Taxa de juro	Data de regaste ou depois	Preço de resgate por acção	Dívida ou capital próprio (1)
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01					
Série F	8 milhões	7,65%	31 Março 2007	US$25	Dívida
Série H	12 milhões	7,25%	31 Março 2004	US$25	Dívida
Série L	34 milhões	5,75%	30 Setembro 2009	US$25	Dívida
Série M	37 milhões	6,4%	30 Setembro 2009	US$25	Capital
Série N	40 milhões	6,35%	30 Junho 2010	US$25	Capital
Série P	22 milhões	6,25%	30 Dezembro 2010	US$25	Capital
Série Q	27 milhões	6,75%	30 Junho 2011	US$25	Capital
Série R	26 milhões	6,125%	30 Dezembro 2011	US$25	Capital
Série S	38 milhões	6,6%	30 Junho 2012	US$25	Capital
Série T	64 milhões	7,25%	31 Dezembro 2012	US$25	Capital
Série U	15.000	7,64%	29 Setembro 2017	US$100.000	Capital
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de US$0,01					
Série 1	1 milhões	9,118%	31 Março 2010	US$1.000	Dívida
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01					
Série 1	1,25 milhões	5,5%	31 Dezembro 2009	€1.000	Capital
Série 2	1,25 milhões	5,25%	30 Junho 2010	€1.000	Capital
Série 3	26.000	7,0916%	29 Setembro 2017	€50.000	Capital
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0,01					
Série 1	200.000	7,387%	31 Dezembro 2010	£1.000	Dívida
Acções preferenciais cumulativas de £1					
Série 1	750.000	8,162%	5 Outubro 2012	£1.000	Capital
Série 2	5 milhões	12%	2 Dezembro 2013	£1.000	Capital

Notas:

(1) As acções preferenciais em que o Grupo tem a obrigação de pagar dividendos são classificadas como dívida; aquelas em que as distribuições são discricionárias são classificadas como capital próprio. Os direitos de conversão ligados às acções preferenciais convertíveis podem ter como resultado a distribuição, pelo Grupo, de um número variável de acções de participação aos titulares de acções preferenciais; estas acções preferenciais convertíveis são tratadas como dívida.

(2) A totalidade de cada série de acções preferenciais é emitida ou resgatada ao mesmo tempo.

No caso de as acções preferenciais convertíveis não cumulativas não serem resgatadas na ou após a data do resgate, o titular pode convertê-las em acções ordinárias da empresa.

Ao abrigo dos acordos existentes, a empresa não pode efectuar qualquer resgate ou compra de acções preferenciais não cumulativas sem o consentimento prévio da Financial Services Authority do RU.

Em caso de dissolução ou liquidação da empresa, os titulares das acções preferenciais não cumulativas terão o direito a receber, de qualquer activo excedente disponível para distribuição aos accionistas da empresa (após o pagamento dos dividendos em mora sobre as acções preferenciais cumulativas até à data do reembolso) *pari passu* com as acções preferenciais cumulativas e todas as outras acções da empresa classificadas *pari passu* com as acções preferenciais não cumulativas no que se refere à participação no activo excedente da empresa, uma distribuição de liquidação por acção igual ao preço de resgate aplicável indicado na tabela acima, juntamente com um montante igual aos dividendos no período de dividendos então corrente acumulado até á data de pagamento, antes de qualquer distribuição ou pagamento aos titulares das acções ordinárias no que se refere à participação no activo excedente da empresa.

Excepto conforme descrito acima, os titulares das acções preferenciais não cumulativas não têm direito a participar no activo excedente da empresa.

Os titulares de acções preferenciais não cumulativas não têm direito a receber notificação das assembleias gerais da empresa nem de assistir às mesmas, excepto se for proposta qualquer resolução de adopção, pelos accionistas da empresa, para alterar ou cancelar qualquer um dos direitos ligados às acções preferenciais não cumulativas ou de dissolução ou liquidação da empresa. Nesse caso, têm o direito a receber notificação e assistir à assembleia-geral de accionistas em que tal resolução vai ser proposta e de se pronunciarem e votarem a referida resolução (mas não em qualquer outra resolução). Além disso, no caso de, antes de qualquer assembleia-geral de accionistas, a empresa não ter efectuado, na totalidade, os três pagamentos trimestrais de dividendos mais recentes sobre as acções preferenciais não cumulativas em dólares (exceptuando a Série U) os dois mais recentes pagamentos de dividendos semestrais sobre as acções preferenciais em dólares não cumulativas convertíveis e os pagamentos de dividendos mais recentes sobre as acções preferenciais em euros não cumulativas, as acções prefereciais em libras não cumulativas, as acções preferenciais em dólares não cumulativas da série U e as acções preferenciais em libras convertíveis não cumulativas, os titulares têm direito a receber notificação, assistir, pronunciar-se e votar nessa assembleia em todas as questões, juntamente com os titulares das acções ordinárias e, nessas circunstâncias apenas os direitos de voto dos titulares das acções preferenciais não cumulativas de votar se manterão até a empresa retomar o pagamento, na totalidade, dos dividendos em mora.

A série 2 de acções preferenciais não cumulativas de £1 cada foi emitida para o Tesouro britânico. A empresa, sujeita a aprovação dos accionistas, pretende emitir novas acções ordinárias por meio de uma oferta pública, sendo os proveitos utilizados para pagar as acções preferenciais, emitidas para o Tesouro britânico, juntamente com o dividendo acumulado.

28 Situação líquida

	Grupo			Empresa		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Capital exigido						
Em 1 de Janeiro	2.530	815	826	2.530	815	826
Acções ordinárias emitidas no âmbito de emissão de direitos	1.531	—	—	1.531	—	—
Acções ordinárias emitidas no âmbito da emissão de capitalização	101	—	—	101	—	—
Acções ordinárias emitidas no âmbito da oferta e colocação	5.728	—	—	5.728	—	—
Acções preferenciais emitidas no âmbito da oferta e colocação	5	—	—	5	—	—
Outras acções emitidas	3	139	2	3	139	2
Emissão de bónus sobre acções ordinárias	—	1.576	—	—	1.576	—
Acções recompradas	—	—	(13)	—	—	(13)
Em 31 de Dezembro	9.898	2.530	815	9.898	2.530	815
Capital realizado						
Em 1 de Janeiro	1.073	—	—	1.073	—	—
Títulos emitidos durante o exercício	—	1.073	—	—	1.073	—
Em 31 de Dezembro	1.073	1.073	—	1.073	1.073	—
Conta de prémios de acções						
Em 1 de Janeiro	17.322	12.482	11.777	17.322	12.482	11.777
Acções ordinárias emitidas no âmbito da emissão de direitos, líquido de £246 milhões de despesas						
Acções ordinárias emitidas no âmbito da emissão de capitalização	10.469	—	—	10.469	—	—
Despesas da oferta e colocação	(101)	—	—	(101)	—	—
Outras acções emitidas	(265)	—	—	(265)	—	—
Emissão de bónus sobre acções ordinárias	46	6.257	815	46	6.257	815
Resgate de acções preferenciais classificadas como dívida	—	(1.576)	—	—	(1.576)	—
Acções recompradas	—	159	271	—	159	271
Conta de prémios de acções	—	—	(381)	—	—	(381)
Em 31 de Dezembro	27.471	17.322	12.482	27.471	17.322	12.482
Reserva para fusão						
Em 1 de Janeiro	10.881	10.881	10.881	—	—	—
Oferta e colocação	14.273	—	—	14.273	—	—
Transferência para ganhos retidos	(14.273)	—	—	(14.273)	—	—
Em 31 de Dezembro	10.881	10.881	10.881	—	—	—
Reserva disponível para venda						
Em 1 de Janeiro	1.032	1.528	(73)	—	—	—
(Perdas)/lucros não realizados no exercício	(6.808)	(191)	2.609	—	—	—
Perdas/(lucros) realizados no exercício	842	(513)	(313)	—	—	—
Impostos	1.373	208	(695)	—	—	—
Em 31 de Dezembro	(3.561)	1.032	1.528	—	—	—
Reserva de cambial						
Em 1 de Janeiro	(426)	(872)	469	—	—	—
Reconversão em activos líquidos	11.970	1.339	(2.159)	—	—	—
(Perdas)/lucros em divisas nas coberturas dos activos líquidos (2)	(5.801)	(963)	818	—	—	—
Impostos	642	70	—	—	—	—
Em 31 de Dezembro	6.385	(426)	(872)	—	—	—
Reserva de resgate de capital						
Em 1 de Janeiro	170	170	157	170	170	157
Acções recompradas durante o exercício	—	—	13	—	—	13
Em 31 de Dezembro	170	170	170	170	170	170

Notas:

(1) Do montante transferido para ganhos, 198 milhões (2007 – £138 milhões; 2006 – £140milhões) foram registados na margem financeira e zero (2007 e 2006 – zero) em outros proveitos operacionais.(2006 e 2005 – zero) em outros rendimentos operacionais.

(2) Os instrumentos de cobertura na maioria das coberturas dos investimentos líquidos do Grupo são empréstimos em moeda estrangeira, sendo a eficácia destas coberturas avaliadas prospectivamente (e numa base permanente) comparando a alterações esperadas (reais) no justo valor dos investimentos líquidos da divisa em operações estrangeiras e as alterações esperadas (reais) no justo valor dos passivos da divisa externa (excluindo juros acumulados) atribuíveis a alterações na taxa de câmbio *spot* entre a divisa do investimento e a libra esterlina.

28 Situação líquida (continuação)

	Grupo			Empresa		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Ganhos retidos						
Em 1 de Janeiro	21.072	15.487	11.346	3.787	4.737	4.794
(Perda)/lucro atribuível a accionistas ordinários e preferenciais	(23.541)	7.549	6.393	(9.602)	2.499	3.499
Dividendos pagos por acções ordinárias	(2.312)	(3.044)	(2.470)	(2.312)	(3.044)	(2.470)
Dividendos pagos por acções preferenciais	(536)	(246)	(191)	(536)	(246)	(191)
Dividendos de capital próprio realizado, líquido de imposto	(60)	—	—	(60)	—	—
Acções recompradas durante o ano	—	—	(624)	—	—	(624)
Resgate de acções preferenciais classificadas como dívida	—	(159)	(271)	—	(159)	(271)
Transferência da reserva de fusões	14.273	—	—	14.273	—	—
(Perdas)/lucros actuariais reconhecidos em planos de benefícios de pensão, líquidos de imposto	(1.335)	1.517	1,262	—	—	—
Custo líquido das acções compradas e usadas para satisfazer os planos de pagamentos com base em acções	(19)	(40)	(38)	—	—	
Pagamentos com base em acções, líquido de imposto	—	8	80	—	—	—
Em 31 de Dezembro	7.542	21.072	15.487	5.550	3.787	4.737
Acções próprias detidas						
Em 1 de Janeiro	(61)	(115)	(7)	—	—	(7)
Acções compradas durante o exercício	(64)	(65)	(254)	—	—	—
Acções emitidas no âmbito de planos e acções para trabalhadores	21	119	146	—	—	7
Em 31 de Dezembro	(104)	(61)	(115)	—	—	—
Situação líquida em 31 de Dezembro	58.879	53.038	40.227	44.158	24.877	18.197

A reserva para fusões inclui o prémio das acções emitidas para a aquisição do NatWest, menos a amortização do goodwill contabilizada ao abrigo dos anteriores GAAP. Não foi registado qualquer prémio de acções nas demonstrações financeiras da empresa em virtude das cláusulas de isenção aplicáveis às fusões, nos termos da Lei das Sociedades de 1985.

A legislação britânica determina que apenas as reservas da empresa sejam tidas em conta para efeitos de distribuições e apuramento das aplicações admissíveis da conta de prémios de acções.

O grupo optimiza a eficiência de capital mantendo reservas nas subsidiárias, incluindo as entidades reguladas. Certas acções preferenciais e dívidas subordinadas também estão incluídas no capital regulamentar. A remessa de reservas para a empresa-mãe ou o resgate de acções ou capital subordinado pelas entidades reguladas pode estar sujeita à manutenção dos recursos de capital exigidos pela autoridade reguladora competente.

Em 31 de Dezembro de 2008, os Fundos de Acções dos Trabalhadores detinham 61.165.254 (2007 – 10.474.782) acções ordinárias de 25p cada da empresa, relativas aos prémios e opções em acções concedidos aos trabalhadores.

O capital próprio realizado representa títulos emitidos ao abrigo do programa de títulos a médio prazo da empresa com o valor nominal de US$1.600 milhões e CAD600 milhões, que são classificadas como capital próprio segundo as IFRS. Os títulos atraem cupões de 6,99% e 6,666%, respectivamente, até Outubro de 2017, data em que se alteram para 2,67% acima da taxa LIBOR para os depósitos em dólares dos EUA a três meses e 2,76% acima da taxa para os dólares canadianos, respectivamente.

Em conformidade com a oferta e colocação em Dezembro 2008, as empresas emitiu acções por troca de acções na Encuentro Limited. Nenhum prémio de acções foi registado nas demonstrações financeira da empresa em virtude das cláusulas de isenção aplicáveis às fusões, nos termos da Lei das Sociedades de 1985. O subsequente resgate destas acções deram origem a lucros distribuíveis de £14.273 milhões que foram transferidas das reservas para fusões para ganhos retidos.

29 Locações

Montantes mínimos a receber e pagáveis ao abrigo de locações não canceláveis.

	Grupo			
	Ano em que a cobrança ou pagamento ocorrerá			
2008	Até 1 ano £m	Mais de 1 ano, mas menos de 5 £m	Mais de 5 anos £m	Total £m
Activo em locações financeiras:				
Montantes a receber	1.485	6.112	12.567	20.164
Ajustamento do valor actual	(613)	(2.004)	(3.094)	(5.711)
Outros movimentos	(24)	(128)	(341)	(493)
Valor presente dos montantes a receber	848	3.980	9.132	13.960
Activos em locações operacionais:				
Valores mínimos futuros a receber de locações	918	2.479	1.141	4.538
Obrigações com locações operacionais:				
Valores mínimos futuros a pagar de locações :				
Instalações	567	1.715	3.299	5.581
Equipamento	12	12	—	24
	579	1.727	3.299	5.605
2007				
Activo em locações financeiras:				
Montantes a receber	1.297	4.968	11.648	17.913
Ajustamento do valor actual	(390)	(1.766)	(3.187)	(5.343
Outros movimentos	(23)	(144)	(288)	(455
Valor presente dos montantes a receber	884	3.058	8.173	12.115
Activos em locações operacionais:				
Valores mínimos futuros a receber de locações	1.073	3.046	1.473	5.592
Obrigações com locações operacionais:				
Valores mínimos futuros a pagar de locações :				
Instalações	350	1.210	3.017	4.577
Equipamento	9	14	—	23
	359	1.224	3.017	4.600

	Grupo	
	2008 £m	2007 £m
Natureza de activos de locações operacionais no balanço		
Transporte	5.883	6.859
Automóveis e veículos comerciais ligeiros	1.199	1.390
Outros	617	441
	7.699	8.690
Montantes reconhecidos como proveitos e despesas		
Contas a receber de locações financeiras – proveitos de rendas contingentes	(37)	(23)
Contas a pagar de locações operacionais – pagamentos mínimos	566	322
Contratos para despesas de capital futuras não previstas no fim do exercício		
Locações operacionais	237	545
Contas a receber de locações financeiras		
Proveitos financeiros não obtidos	5.711	5.343
Dotação acumulada para contas a receber de locações mínimas incobráveis	96	63

29 Locações (continuação)

Exposições a valores residuais

Os quadros abaixo indicam os valores residuais não garantidos incluídos no valor contabilístico das contas a receber de locações financeiras (ver página 209) e do activo em locações operacionais (ver página 223).

	Ano em que o valor residual será recuperado				
	Até 1 ano £m	Mais de 1 ano mas até 2 anos £m	Mais de 2 anos mas até 5 anos £m	Mais de 5 anos £m	Total £m
Locações operacionais					
Transportes	794	130	1.701	2.103	4.728
Automóveis e veículos comerciais ligeiros	577	195	182	8	962
Outros	112	35	48	8	203
Locações financeiras	24	29	99	341	493
	1.507	389	2.030	2.460	6.386
2007					
Locações operacionais					
Transportes	485	253	1.762	2.505	5.005
Automóveis e veículos comerciais ligeiros	331	467	118	—	916
Outros	26	47	64	18	155
Locações financeiras	23	29	115	288	455
	865	796	2.059	2.811	6.531

O Grupo fornece financiamento de activo aos seus cliente através da sua actuação como locador. Compra instalações, equipamentos e propriedade intelectual e arrenda-os aos clientes mediante contratos de locação que, dependendo dos respectivos termos, são considerados locações operacionais ou locações financeiras.

30 Garantias e titularizações

Acordos de recompra de títulos e transacções de empréstimos

O Grupo celebra contratos de recompra de títulos e transacções de empréstimo de títulos ao abrigo dos quais transacção de empréstimo de títulos ao abrigo dos quais recebe ou transfere colaterais segundo a prática normal do mercado. Geralmente, os contratos requerem garantias adicionais se o valor dos títulos descer abaixo de um nível predeterminado.

Segundo os termos habituais das transacções de recompra nos mercados do RU e dos EUA, o beneficiário da garantia tem o direito sem restrições de a vender ou dar de garantia, mediante a entrega de títulos equivalentes para liquidação da transacção.

O justo valor (e o calor contabilístico) dos títulos transferidos através de transacções de recompra incluído nos títulos de dívida no balanço foi de £80.576 milhões (2007 - £107.651 milhões). Todos estes títulos podem ser vendidos ou ser dados em garantia pelo detentor. Os títulos recebidos como colateral em acordos de reversão de recompra elevaram-se a £89,3 mil milhões (2007 - £373,7 mil milhões), dos quais £49,0 mil milhões (2007 - £337,8 mil milhões) foram revendidos ou dados novamente em garantia para as próprias transacções do Grupo.

Outros colaterais dados

Activo do Grupo contabilizado como garantia de passivos	2008 £m	2007 £m
Empréstimos e adiantamentos a bancos	13	753
Empréstimos e adiantamentos a clientes	118.933	80.719
Títulos de dívida	15.490	29.709
Imobilizações corpóreas	—	935
Outros	8	1.765
	134.444	113.881

Passivo garantido por encargos sobre o activo do Grupo	2008 £m	2007 £m
Depósitos de bancos	15.429	21.693
Contas de clientes	11.050	6.670
Títulos de dívida emitidos	58.689	65.080
	85.168	93.443

Nota:
(1) O quadro acima inclui activos utilizados como colateral em esquemas de liquidez de bancos centrais.

Do activo acima, £91,3 mil milhões (2007 – £62,0 mil milhões) estão relacionados com titularizações. Nas titularizações, são emitidos títulos de dívida que são garantidos por activos do Grupo: os direitos aos fluxos de caixa destes activos são transferidos para os veículos de finalidades especiais que emitem os títulos de dívida. Os detentores das obrigações, geralmente, não podem vender ou dar em garantia os activos subjacentes. Os saldos remanescentes estão relacionados principalmente com os activos contabilizados como garantia de depósitos de bancos centrais e federais e outros organismos do sector público

Titularizações e outras transferências de activos

Reconhecimento continuado

O quadro abaixo apresenta as categorias de activos e os valores contabilísticos dos activos e passivos associados para essas titularizações e outras transferências de activos onde substancialmente todos os riscos e recompensas dos activos foram retidos pelo Grupo.

Tipo de activo	2008		2007	
	Activos £m	Passivos £m	Activos £m	Passivos £m
Hipotecas residenciais	49.184	20.075	23.652	23.436
Contas a receber de cartões de crédito	3.004	3.197	2.948	2.664
Outros empréstimos	1.679	1.071	1.703	1.149
Conduits de papel comercial	36.395	35.835	32.613	31.193
Contas a receber de locações financeiros	1.077	857	1.038	823
	91.339	61.035	61.954	59.265

Envolvimento contínuo

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos titularizados foram £1,1 mil milhões (2007 – £18,1 mil milhões); juros retidos £50 milhões (2007 – £1.037 milhões); activos subordinados £9 milhões (2007 – £314 milhões); e passivos relacionados £9 milhões (2007 – £314 milhões).

31 Recursos de capital

Os recursos de fundos próprios regulamentares do Grupo em 31 de Dezembro de acordo com as definições da Financial Services Authority (FSA) eram os seguintes:

Composição de capital regulamentar	Basileia II 2008 £m	Basileia I 2007 £m
Capital tier 1:		
Capital próprio	45.525	44.684
Interesses minoritários	21.619	38.388
Ajustamentos para:		
– Goodwill e outros activos intangíveis	(20.049)	(48.492)
– Goodwill e outros activos intangíveis de operações descontinuadas	—	(3.232)
– Menos-valias não realizadas em títulos de dívida disponíveis para venda	3.687	630
– Reservas resultantes da reavaliação de imóveis e ganhos não realizados em acções disponíveis para venda	(984)	(3.321)
– Reatribuição de acções preferências e títulos inovadores	(1.813)	(1.813)
– Outros ajustamentos regulamentares	(362)	480
Capital Core Tier 1	47.623	27.324
Acções preferenciais	16.655	10.560
Títulos Tier 1 inovadores	7.383	6.480
Impostos em excesso de perdas esperadas sobre provisões	615	n/a
Deduções Tier 1	(2.429)	n/a
Total Capital Tier 1	69.847	44.364
Tier 2:		
Reservas resultantes da reavaliação de imóveis e ganhos não reaizados em acções disponíveis para venda	984	3.321
Dotações para imparidades colectivas, líquidas de impostos	666	2.582
Dívida subordinada perpétua	9.829	9.042
Dívida subordinada a termo	23.162	18.639
Interesses minoritários e outros interesses no capital Tier 2	11	109
Deduções Tier 2	(2.429)	n/a
Total Capital Tier 2	32.223	33.693
Tier 3	260	200
Deduções de supervisão:		
Investimentos não consolidados	4.044	4.297
Outras deduções	111	5.986
Total de deduções excepto as de capital Tier 1	4.155	10.283
Total capital regulamentar	98.175	67.974

O Grupo pratica a política de manter uma forte base de capital para a expandir conforme for apropriado e utilizar eficientemente em todas as suas actividades, a fim de optimizar o retorno para os accionistas, enquanto mantém uma relação prudente entre a base de capital e os riscos subjacentes à actividade. Na execução desta política, tem em conta os requisitos de supervisão da FSA. A FSA utiliza o Rácio de Solvabilidade (RAR), como parâmetro de adequação do capital no sector bancário britânico, comparando os recursos de capital de um banco com o seu activo ponderado pelo risco (o activo e as exposições extrapatrimoniais são "ponderados" para reflectir os riscos de crédito e outros inerentes); por convenção internacional, o RAR não deve ser inferior a 8%, com um componente tier 1 mínimo de 4%. O grupo cumpriu os requisitos de capital da FSA ao longo do exercício.

Uma série de subsidiárias e subgrupos no seio do grupo, principalmente entidades bancárias e de seguros, estão sujeitas a vários requisitos de capital regulamentares individuais no RU e no estrangeiro.

32 Itens do memorando

Passivo contingente e compromissos

Os montantes indicados no quadro abaixo destinam-se apenas a dar uma indicação do volume de negócios pendentes em 31 de Dezembro. Embora o Grupo esteja exposto ao risco de crédito em caso de não cumprimento das obrigações assumidas pelos clientes, os montantes indicados não dão nem se destinam a dar qualquer indicação das expectativas do Grupo no que se refere a futuras perdas.

	Grupo					
	Menos de 1 ano £m	Mais de 1 ano mas menos de 3 anos £m	Mais de 3 anos mas menos de 5 anos £m	Mais de 5 anos £m	2008 £m	2007 £m
Passivo contingente:						
Garantias e activos dados como garantia	29.350	7.738	2.898	9.276	49.262	46.441
Outros passivos contingentes	9.093	6.637	2.252	4.293	22.275	15.479
	38.443	14.375	5.150	13.569	71.537	61.920
Compromissos:						
Facilidades formais, linhas de crédito e outros compromissos de empréstimo não utilizados						
– menos de um ano	166.572	—	—	—	166.572	181.914
– um ano e mais	22.209	70.301	62.725	30.591	185.826	150.897
Outros compromissos	6.715	309	1.210	1.092	9.326	5.368
	195.496	70.610	63.935	31.683	361.724	338.179

Os compromissos bancários e as obrigações contingentes, que foram assumidos em nome dos clientes e para os quais existem obrigações correspondentes da parte destes não estão incluídos no activo e no passivo. A exposição máxima do Grupo às perdas de crédito, em caso de não cumprimento pela outra parte e em que todas as outras contra-reclamações, colaterais ou garantias demonstrem ser inúteis, está representada pelo montante nominal contratual destes instrumentos incluídos na quadro acima. Estes compromissos e obrigações contingentes estão sujeitos aos processos de aprovação de crédito normais do Grupo.

Passivo contingente

Garantias – o Grupo dá garantias em nome dos clientes. Uma garantia financeira representa um compromisso irrevogável de que o Grupo cumprirá as obrigações do cliente perante terceiros se este não o fizer. O montante máximo que o Grupo pode ser obrigado a pagar ao abrigo de uma garantia é o montante de capital indicado no quadro acima. O Grupo espera que a maioria das garantias expire sem ser utilizada.

Outro passivo contingente – inclui cartas de crédito *standby*, apoio aos clientes com problemas de dívidas e passivo contingente relacionado com as actividades comerciais dos clientes, como as que resultam de obrigações de execução e alfandegárias, garantias e indemnizações.

Compromissos

Compromissos de empréstimo – ao abrigo de um compromisso de empréstimo, o Grupo concorda em disponibilizar fundos a um cliente numa data futura. Os compromissos de empréstimo, que são válidos normalmente durante um período especificado, podem ser incondicionalmente canceláveis ou persistir, desde que todas as condições da facilidade de empréstimo sejam satisfeitas ou haja uma renúncia às mesmas. Os compromissos de empréstimo incluem facilidades comerciais *standby* e linhas de crédito, facilidades de liquidez para *conduits* de papel comercial e facilidades de descoberto não utilizadas.

Outros compromissos – incluem créditos documentários, designadamente cartas de crédito comerciais que prevêem o pagamento, pelo Grupo, a um beneficiário designado, contra apresentação de documentos especificados, compras de activos a prazo, depósitos a prazo e emissão de títulos não utilizados e facilidades de subscrição renováveis e outras transacções relacionadas com operações comerciais a curto prazo.

Actividades de *trustee* e outras actividades fiduciárias

Na sua qualidade de *trustee* ou outra função fiduciária, o Grupo pode deter ou aplicar activo em nome de particulares, fundos, empresas, planos de pensões e outros. Os activos e o respectivo rendimento não estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo obteve um rendimento de comissões de £1.442 milhões (2006 – £695 milhões; 2006 – £472 milhões) destas actividades.

Financial Services Compensation Scheme

O Financial Services Compensation Scheme (FSCS), é o fundo legal do RU de último recurso para clientes de entidades de serviços financeiros autorizados, paga indemnizações se uma entidade for incapaz de cumprir as suas obrigações. O FSCS financia as indemnizações aos clientes ao impor taxas de despesas de gestão e taxas de indemnização no sector. Em relação aos depósitos protegidos, cada instituição tomadora de depósitos contribui para estas taxas em proporção da sua quota no total dos depósitos protegidos em 31 de Dezembro do anos anterior ao ano do esquema (que funciona de 1 de Abril a 31 de Março), sujeito ao máximo anual estabelecido pela Financial Services Authority (FSA). Além disso, o FSCS tem o poder de impor taxas ("taxas de saída") em entidades que cessem de participar no esquema e estão em processo de deixarem de estarem autorizadas, pelo valor que se iria, de outro modo, pedir à entidade que pagasse durante o ano de contribuição relevante. O FSCS também tem o poder de impor taxas de saída às entidades que olham para a sua responsabilidade potencial em pagar taxas em anos futuros.

O FCCS obteve empréstimos do Tesouro britânico para financiar os custos de indemnização associados com o Bradford & Bingley, Heritable Bank, Kaupthing Singer & Friedlander, Landsbanki 'Icesave' e London Scottish Bank plc. Estes empréstimos são numa base só juros até Setembro 2011. O limite anual das taxas sobre despesas de gestão do FSCS para os próximos três anos a partir de Setembro de 2008 em relação a estas instituições foi limitado superiormente em £1 mil milhões por ano.

O FSCS receberá fundos de vendas de activos, fluxos de caixa excedentes ou outras recuperações em relação a estas instituições, que serão utilizados para reduzir o montante de capital dos empréstimos do FSCS. Apenas após o período de juros, que se espera terminar em Setembro 2011, haverá um plano

32 Itens do memorando (continuação)
para reembolso de qualquer capital remanescente no saldo (após recuperações) dos empréstimos, a ser acordados entre o FSCS e o Tesouro britânico. Espera-se que, a partir desse ponto, o FSCS comece a pedir taxas de indemnização (reembolsos de capital). Nenhuma provisão foi feita para estas taxas, pois o montante ainda não é conhecido e é improvável que venha a ser conhecido antes de 2001.

O Grupo aumentou £150 milhões para a parte de taxas de despesas de gestão do FSCS para os anos de 2008/2009 e 2009/2010 do esquema.

Investigações
Os negócios e condição financeira do Grupo podem ser afectados por políticas fiscais ou outras e outras acções de vários governos e autoridades reguladoras no Reino Unido, União Europeia, Estados Unidos e noutros países.

O Grupo empenhou-se, e continuará a empenhar-se, em discussões com as autoridades reguladoras relevantes, nomeadamente no Reino Unido e os Estados Unidos, numa base contínua e regular, prestando-lhes informações sobre avaliações operacionais, de sistemas e controlos e questões consideradas apropriadas ou necessárias e é possível que algumas das questões discutidas ou identificadas podem resultar em acções de investigação pelos reguladores, aumentando os custos incorridos pelo Grupo, correcção de sistemas e controles, censura pública ou privada ou multas. Qualquer um destes eventos ou circunstâncias pode ter um impacto adverso sobre o Grupo, os seus negócios, reputação, resultados operacionais ou cotação das acções.

Há um contínuo escrutínio político e regulamentar da banca de retalho e do sector do crédito ao consumo no Reino Unido e noutros países. A natureza e o impacto das mudanças futuras nas políticas e acção reguladora não são previsíveis e estão para além do controlo do Grupo, mas podem ter um impacto adverso sobre os negócios e resultados do Grupo.

União Europeia
Na União Europeia, as acções de regulação incluíram um inquérito na banca de retalho em todos os então 25 estados-membros pela Direcção-Geral da Concorrência da União Europeia. O inquérito examinou a banca de retalho na Europa, em geral. Em 31 de Janeiro de 2007, a Comissão Europeia anunciou que foram identificadas barreiras à concorrência em certas áreas da banca de retalho, cartões de pagamento e sistema de pagamento na União Europeia. A Comissão Europeia indicou que considerará o uso dos seus poderes para remover estas barreiras e encorajará as autoridades nacionais da concorrência a implementarem as leis europeias e nacionais sobre a concorrência, onde apropriado.

Em 2007, a Comissão Europeia emitiu uma decisão que, embora a comissão interbancária não seja ilegal *per se*, o actual de tarifário de comissões interbancárias multilaterais (MIF) da MasterCard para transacções com cartões para pagamentos transfronteiriços com cartões de crédito ao consumo e débito das marcas MasterCard e Maestro na Europeia infrige a lei da concorrência. Pela decisão, a MasterCard foi obrigada a retirar as relevantes MIF transfronteiriço em 21 de Junho de 2008. A MasterCard apresentou recurso contra a decisão no Tribunal Europeu de Primeira Instância em 1 de Março de 2008 e, em 12 de Junho de 2008, anunciou que retiraria temporariamente as suas MIF transfronteiriças, enquanto esperava o resultado do apelo. O Grupo teve autorização para intervir nos procedimentos de apelo. As MIF do Visa foram isentados em 2002 pela Comissão Europeia por um período de cinco anos até 31 de Dezembro de 2007, sujeitas a certas condições. Em 26 de Março de 2008, a Comissão Europeia abriu um inquérito formal sobre o actual tarifário MIF do Visa para transacções de pagamento transfronteiriço com cartões de débito e crédito ao consumo de marca Visa na União Europeia. Não há prazo para encerramento do inquérito.

Reino Unido
No Reino Unido, em Setembro 2005, o Office of Fair Trading (OFT) recebeu uma *super-complaint* Citizens Advice Bureau respeitante ao seguro de protecção de pagamentos (PPI). Como resultado, o OFT iniciou um estudo de mercado sobre PPI em Abril 2006. Em Outubro 2006, o OFT anunciou o resultado do estudo de mercado e, em 7 de Fevereiro de 2007, após um período de consulta, o OFT enviou o mercado de PPI para a Comissão da Concorrência (CC) para uma investigação aprofundada. A CC publicou o seu relatório final em 29 de Janeiro de 2009. Constatou-se uma falta de concorrência no mercado de PPI como um resultado de vários factores, incluindo a falta de transparência e de barreiras à entrada de fornecedores independentes. O CC imporá, assim, por Ordem uma série de soluções, incluindo a proibição de vender activamente PPI no ponto de venda do produto de crédito (e por 7 dias depois), a proibição de apólices de prémio único e outras medidas para aumentar a transparência (e de modo a melhorar a capacidade dos clientes em procurar e melhorar a concorrência de preços). O prazo para implementação será 2010.

A FSA tem realizado uma ampla análise temática do sector das práticas de vendas PPI e em Setembro de 2008 anunciou que pretende aumentar o seu nível de intervenção regulamentar. Espera-se que a FSA publique uma nova actualização em 2009. Foi feito um número substancial de reclamações de clientes, alegando uma venda enganosa de apólices PPI aos bancos e ao Provedor de Serviços Financeiros (FOS) e muitas delas foram confirmadas pelo FOS contra os bancos. Prosseguem as discussões entre a FSA, o FOS e entidades do sector sobre a melhor forma de lidar com estas queixas. Separadamente, estão em curso discussões entre a FSA e o Grupo em relação às preocupações manifestadas pela FSA sobre certas categorias de vendas PPI históricas.

O OFT realizou investigações sobre as comissões interbancárias dos cartões de crédito Visa e MasterCard. A decisão do OFT, no caso do tarifário interbancário da MasterCard intercâmbio foi anulado pelo Tribunal de Recurso da Concorrência de Junho de 2006. Estão em curso as investigações da OFT no caso da comissão interbancária Visa e o segundo caso de comissão interbancária MasterCard. O resultado ainda não é conhecido, mas estas investigações podem ter um impacto sobre o sector de crédito ao consumo em geral e, por conseguinte, sobre a actividade do Grupo no sector. Em 9 de Fevereiro de 2007, o OFT anunciou que estava a alargar a sua investigação sobre as comissões interbancárias internas para incluir os cartões de débito.

Em 29 de Março de 2007, o OFT anunciou que, após uma análise inicial dos encargos das contas-correntes bancárias, que tinha decidido realizar um estudo de mercado sobre as contas-correntes de particulares no Reino Unido e uma investigação formal sobre a justeza dos encargos das contas-correntes bancárias.

Em 16 de Julho de 2008, o OFT publicou os resultados de seu estudo de mercado sobre contas-correntes particulares no Reino Unido. O OFT encontrou provas de concorrência e vários aspectos positivos no mercado actual contas-correntes de particulares, mas acredita que o mercado como um todo não está funcionando bem para os consumidores e que a capacidade do mercado funcionar bem tornou-se distorcida. O OFT está actualmente em consultas com o sector bancário, organizações de consumidores partes interessadas no seu relatório. Após esta consulta, o OFT irá decidir sobre os próximos passos, que podem incluir novas discussões ou soluções de correcção acordadas com o sector, ou um possível envio deste mercado para a CC.

A investigação do OFT sobre a justeza dos encargos bancários sobre as contas-correntes está em curso. Em 12 de Agosto de 2008, o OFT indicou ao Grupo e outros bancos que, embora não tivesse concluído o inquérito e que o final não estivesse à vista, tinha sérias dúvidas de que as cláusulas contratuais relativas aos encargos relevantes dos acordos de contas-correntes de particulares eram desleais no âmbito do Regulamentos. O OFT está actualmente em consultas com o Grupo e outros bancos sobre esta questão. Dada a fase do inquérito, o Grupo não pode estimar, com fiabilidade, o impacto de qualquer resultado adverso do estudo de mercado do OFT ou a investigação sobre ele, se o houver. No entanto, o Grupo está a cooperar plenamente com o OFT, para assegurar a resolução das questões sob inquérito.

Em 26 de Janeiro de 2007, a FSA emitiu uma Declaração de Boas Práticas relativamente às Comissões Administrativas de Saída de Hipotecas. Em 1 de Março de 2007, o Grupo adoptou uma política de debitar a todos os clientes a comissão aplicável no momento em que os clientes retiram a hipoteca ou, se posteriormente, alterou as suas hipotecas. O Grupo acredita que está actualmente em conformidade com a Declaração de Boas Práticas e vai continuar a monitorizar seu desempenho em comparação com essas normas.

Estados Unidos

Em Julho 2004, o ABN AMRO assinou um acordo escrito com as autoridades reguladoras dos EUA relativamente às actividades de compensação de dólares do ABN AMRO na sucursal de Nova Iorque. Além disso, em Dezembro 2005, o ABN AMRO acordou uma *Cease and Desist Order* com o Banco Central Holandês e vários reguladores federais e estaduais dos Estados Unidos. Isto envolveu um acordo para pagar um multa cível acumulada de US$75 milhões e uma dotação voluntária de US$5 milhões em conexão com deficiências nas operações de compensação em dólares dos EUA na sucursal de Nova Iorque do ABN AMRO e procedimentos de cumprimento do OFAC relativamente a transacções com origem na sucursal do Dubai. O ABN AMRO e os membros da gestão do ABN AMRO continuam a prestar informações às autoridades de aplicação da lei em conexão com as investigações comerciais em curso relativamente às actividades de compensação de dólares do ABN AMRO, procedimento de cumprimento do OFAC e outras matérias relacionadas com o cumprimento da Lei do Sigilo Bancário. O *Cease and Desist Order* com o Banco Central Holandês foi levantada em 26 de Julho de 2007 e a *Cease and Desist Order* acordada com as autoridades dos EUA foi levantada em 9 de Setembro de 2008. Embora nenhum acordo escrito ainda tenha sido alcançado e as negociações estejam em curso, o ABN AMRO fez um acordo de princípio com o Departamento de Justiça dos EUA quer resolverá todos os aspectos presentemente conhecidos das investigações em curso. Sob os termos do acordo de princípio o ABN AMRO e os Estados Unidos apresentação um acordo de procedimento diferido (*deferred prosecution agreement*) em que o ABN AMRO evitaria a acusação e acordaria em apresentar uma informação no United States District Court com o reconhecimento de algumas violações à lei federal com base na informação divulgada numa declaração factual acordada. O ABN AMRO também acordaria em continuar a cooperar com as investigações em curso nos Estados Unidos e resolver todas as queixas cíveis e criminais actualmente em curso por parte dos EUA pelo montante de US$500 milhões. Os termos exactos do DPA ainda estão em negociação.

Estas questões de cumprimento e as sanções e investigações respectivas tiveram e continuarão a ter um impacto sobre as operações do ABN AMRO nos Estados Unidos, incluindo limitações de expansão. O ABN AMRO está a explorar activamente todas as opções possíveis para resolver esses problemas. A resolução final destas questões de cumprimento e investigações relacionadas e a natureza e gravidade das eventuais sanções acessórias não pode ser prevista.

O Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque enviou citações para um vasto leque de participantes do sector de hipotecas *sub-prime*, incluindo originadores de hipotecas, avaliadores, firmas de *due diligence*, bancos de investimento e agências de notação de crédito, concentrando-se nas informações que os subscritores teriam obtido como parte do processo de *due diligence* de firmas independentes de *due diligence* e se essa informação for adequadamente divulgada aos investidores. O RBS Greenwich Capital apresentou os documentos solicitados pelo Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque, principalmente com relação a empréstimos *sub-prime*, que foram agrupados numa operação de titularização.

Para além do referido, algumas subsidiárias do Grupo têm recebido pedidos de informação de várias agências governamentais e organizações de auto-regulação dos EUA, incluindo em conexão de hipotecas *sub-prime* e operações de titularização, *collateralised debt obligations* e produtos sintéticos relacionados com as hipotecas *sub-prime*. Em particular, em Março de 2008, o Grupo foi aconselhado pela SEC, que tinha iniciado uma investigação formal não pública relativa às exposições de títulos sub-prime e exposições de hipotecas residenciais do Grupo nos EUA. O Grupo e as suas subsidiárias estão a cooperar com esses vários pedidos de informações e investigações.

Contencioso

Reino Unido

Em comum com outros bancos no Reino Unido, o Royal Bank e o NatWest receberam reclamações e queixas de um grande número de clientes que contestam os encargos dos descobertos não acordados (os "Encargos"), por infringirem os Unfair Terms in Consumer Contracts Regulations 1999 (os "Regulamentos") ou por serem penalizações não aplicáveis (ou ambos).

Em 27 de Julho de 2007, o OFT publicou os procedimentos no caso de teste contra os bancos que se destinava a determinar certas questões preliminares sobre o estatuto jurídico e aplicabilidade das cláusulas contratuais relativos aos Encargos. Por causa do caso de teste, novas e existentes reclamações estão actualmente suspensas nos Tribunais de Condados, a FSA suspendeu provisoriamente o processo de tratamento das queixas dos clientes e há um impasse nas decisões do Provedor de Serviços Financeiros.

32 Itens do memorando (continuação)
Uma sentença do Supremo Tribunal, em Abril de 2008, abordou as questões preliminares em relação aos termos contratuais dos bancos relativas aos Encargos em vigor no início de 2008 (os "Termos actuais"). A sentença considerou que os termos actuais utilizados pelo Royal Bank e NatWest (i) não são inaplicáveis como sanções, mas (ii) não estão isentos de avaliação de justeza no âmbito dos Regulamentos. O Grupo (em comum com os outros bancos) aceitou que a decisão do acórdão de Abril, que os termos actuais não estão isentos de avaliação da justeza aplica-se também a uma amostra dos termos contratuais do Royal Bank e NatWest relativos aos Encargos em vigor entre 2001 e 2007 (os "Termos históricos"). O Supremo Tribunal proferiu um despacho nesse sentido em Outubro de 2008.

O Grupo e os outros bancos recorreram das decisões em Abril e Outubro de 2008 sobre o facto dos Termos Actuais e Termos Históricos não estão isentos de avaliação da justeza no âmbito dos Regulamentos. A audiência do recurso em relação aos Termos Correntes teve lugar no Tribunal de Recurso em Outubro e Novembro de 2008. Espera-se que a decisão deste tribunal seja proferida em breve. O recurso em relação aos Termos Históricos está suspenso a aguardar a resolução do recurso em relação aos Termos Correntes.

As sentenças do Tribunal Superior sobre outras questões preliminares foram proferidas em Outubro 2008 e Janeiro 2009. Estas sentenças abordaram principalmente a questão de saber se determinados Termos Históricos foram capazes de serem sanções inexequíveis. O juiz decidiu que todos os Termos Históricos do Royal Bank e a maioria dos Termos históricos do NatWest como não sendo penalizações, mas que um termo contido num conjunto de termos e condições do NatWest era uma proibição contratual contra o uso do cartão para obter um descoberto não acordado. O juiz não decidiu se qualquer encargo a pagar devido à infracção desta proibição era uma penalização. O Grupo não recorreu dessa decisão.

As questões relativas ao estatuto jurídico e força executiva dos Encargos são complexas. O Grupo alega que os seus Encargos são justos e executáveis, e acredita que tem uma série de defesas substantivas e credíveis. O Grupo não pode neste momento prever com certeza o resultado final dos pedidos e reclamações dos clientes, os recursos acima referidos e quaisquer outras fases do caso de teste. É incapaz de, com fiabilidade, estimar as responsabilidades, caso existam, que podem surgir como resultado ou em conexão com essas questões ou o seu efeito nos activos líquidos consolidados do Grupo, resultados operacionais ou fluxos de caixa em qualquer período específico.

Estados Unidos
Foram intentados processos nos EUA, incluindo acções colectivas consolidadas em nome dos antigos detentores de títulos Enron contra um grande número de arguidos, incluindo o Grupo, após o colapso da Enron. As reclamações contra o Grupo podem ser significativas, a posição do autor colectivo da acção é que cada arguido é responsável por um montante do dano global menos liquidações – não quantificou os danos reclamados contra o Grupo em particular. O Grupo considera que dispõe de meios de defesa legais e factuais importantes e credíveis para estas reclamações e vai continuar a defender-se vigorosamente.
Decisões recentes do Supremo Tribunal do EUA e do Quinto Circuito do Tribunal Federal vem reforçar a posição do Grupo. O Grupo não consegue estimar, de modo fiável, a responsabilidade que venha a ser eventualmente apurada ou o seu efeito no activo liquido consolidado do Grupo, nos seus resultados operacionais ou fluxos de caixa em qualquer período determinado.

As empresas do grupo foram nomeadas como acusados numa série de acções colectivas objectivas e outros processos judiciais nos Estados Unidos, relativas ao negócio de hipotecas *sub-prime*. Em geral, os casos envolvem a emissão de títulos relacionados com sub-prime ou a emissão de acções em empresas com exposição relacionada com *sub-prime*, quando os queixosos têm interposto recursos contra os emitentes e tomadores firmas (incluindo empresas do grupo) desses títulos, alegando que certas divulgações feitas em conexão com as ofertas relevantes desses títulos eram falsas ou enganosas. O Grupo considera que tem defesas legais e factuais credíveis e substanciais contra essas alegações e continuará a defender-se vigorosamente. Actualmente, o Grupo não espera que esses processos, individualmente ou em conjunto, tenham um impacto importante sobre os seu activos líquidos consolidados, os resultados operacionais ou fluxos de caixa em qualquer período específico.

A empresa e um várias das suas subsidiárias e alguns quadros e administradores individuais foram nomeados como acusados numa série de denúncias de acções colectivas apresentadas no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York. As denúncias afirmam que os registos públicos no âmbito da emissão de acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS, incluindo a Série Q, Série R, Série S e Séries T, continha declarações falsas e enganosas, e fazem diversas alegações sob as Secções 11, 12 e 15 do Securities Act de 1933, Secção 10 do Securities Exchange Act de 1934 e SEC Rule 10b-5. Os requerentes pedem indemnização não quantificada em nome dos compradores dessas acções. O processo está nas suas fases iniciais. O Grupo considera que tem defesas legais e factuais substanciais e credíveis contra estas acusações e defender-se-á vigorosamente. O Grupo é incapaz de, com fiabilidade, estimar a responsabilidade, caso exista, que possa surgir ou o seu efeito nos activos líquidos consolidados do Grupo, resultados operacionais ou fluxos de caixa em qualquer período específico.

Outros litígios, procedimentos legais e contencioso
Os membros do Grupo estão envolvidos em outros contenciosos no Reino Unido e em várias jurisdições estrangeiras, incluindo os Estados Unidos, relacionado com reclamações por e contra eles resultantes do decurso normal da sua actividade. O Grupo reviu estas reclamações e processos reais, ameaças de processos ou potenciais processos conhecidos e segundo os seus consultores jurídicos, não é de esperar que o resultado destas reclamações e processos tenha um efeito adverso relevante nos seus activos financeiros consolidados, nos resultados operacionais ou nos fluxos de caixa em qualquer período determinado.

33 Entrada/(saída) de caixa líquida de actividades operacionais

	Grupo			Empresa		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Resultado antes de impostos	(40.667)	9.832	9.186	(10.017)	2.372	3.486
Resultados operacionais antes de impostos em actividades descontinuadas	4.208	68	—	—	—	—
(Aumento)/diminuição em pagamento antecipados acréscimos de proveitos	(921)	(662)	322	—	(1)	—
Juros sobre passivos subordinados	2.144	1.518	1.386	499	470	520
Aumento/(diminuição) em acréscimos e proveitos diferidos	3.961	(818)	515	7	—	(27)
Provisões para perdas por imparidade	8.072	1.968	1.877	—	—	—
Empréstimos e adiantamentos eliminados, líquido de recuperações	(2.829)	(1.669)	(1.626)	—	—	—
Compensação de desconto por perdas por imparidade	(194)	(164)	(142)	—	—	—
Mais-valias na venda de activos tangíveis	(167)	(741)	(216)	—	—	—
Mais-valias na venda de subsidiárias e associadas	(943)	(67)	(44)	(487)	—	—
Mais-valia na venda de títulos	(342)	(544)	(369)	—	—	—
Encargos para planos de pensão de benefícios definidos	490	489	580	—	—	—
Contribuição em numerário para planos de pensão de benefícios definidos	(810)	(599)	(536)	—	—	—
Outras provisões utilizadas	(32)	(211)	(42)	—	—	—
Depreciação e amortização	3.154	1.932	1.678	—	—	—
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	32.581	—	—	—	—	—
Abatimento de investimentos em subsidiárias	—	—	—	14.321	—	—
Eliminação de diferenças cambiais	(41.874)	(10.282)	4.516	1.778	(58)	(22)
Eliminação de rubricas não monetárias em actividades descontinuadas	592	62	—	—	—	—
Outras rubricas não monetárias	1.998	(327)	(1.395)	2	2	45
Entrada/(saída) de caixa líquido de actividades de negociação	(31.579)	(215)	15.690	6.103	2.785	4.002
(Aumento)/diminuição em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	(5.469)	(90.829)	(44.525)	(15.542)	(8)	346
Diminuição/(aumento) em títulos	75.964	(26.167)	(16.703)	—	—	—
(Aumento)/diminuição em outros activos	(5.845)	(384)	671	(73)	—	2
(Aumento)/diminuição em activos derivados	(708.607)	(88.948)	(18.616)	(995)	(173)	55
Alterações nos activos operacionais	(643.957)	(206.328)	(79.173)	(16.610)	(181)	403
(Diminuição)/aumento em depósitos por bancos e clientes	(78.166)	81.645	63.091	(4.064)	4.677	(164)
(Diminuição)/aumento em passivos de seguros	(186)	2.706	244	—	—	—
Aumento/(diminuição) em títulos de dívida emitidos	27.222	59.735	(4.457)	(1.794)	10.936	(803)
(Diminuição)/aumento em outros passivos	(8.869)	(1.036)	935	32	(7)	14
Aumento em passivos derivados	699.601	83.466	19.272	182	137	42
(Diminuição)/aumento em saldos de compensação e posições curtas	(37.864)	8.073	4.068	—	—	—
Alterações em passivos operacionais	601.738	234.589	83.153	(5.644)	15.743	(911)
Total de impostos sobre os rendimentos (pagos)/recebidos	(1.540)	(2.442)	(2.229)	119	6	154
Entrada/(saída) de caixa líquido de actividades de operacionais	(75.338)	25.604	17.441	(16.032)	18.353	3.648

34 Análise do investimento líquido em participações comerciais e activos intangíveis

(a) Aquisição de ABN AMRO

Em 17 de Outubro de 2007, o Grupo, através da sua subsidiária RFS Holdings B.V. ('RFS'), adquiriu 99% das acções ordinárias da ABN AMRO Holding N.V., a empresa holding de um grande grupo bancário europeu sedeado na Holanda com subsidiárias que realizam operações de banca comercial, banca de investimento e outras actividades financeiras relacionadas. Durante 2008, a RFS adquiriu o restante 1% de acções ordinárias do ABN AMRO

Os justos valores provisórios do activo e passivo do ABN AMRO na data de aquisição e os valores pagos foram os seguintes:

	Valores contabilísticos pré-aquisiçãop £m	Grupos para alienação (1) £m	Ajustamentos provisórios de justo valor (2) £m	Alterações aos ajustamentos provisórios de justo valor £m	Valores de aquisição reconhecidos (2) £m
Caixa e saldos em bancos centrais	7.263	(186)	—	—	7.077
Empréstimos e adiantamentos a bancos	120.120	(3.646)	—	—	116.474
Empréstimos e adiantamentos a clientes	314.287	(26.158)	(1.843)	(699)	285.587
Bilhetes de tesouro e outros bilhetes elegíveis e títulos de dívida e de participação	166.018	(3.804)	—	—	162.214
Derivados	86.695	(322)	—	—	86.373
Activos intangíveis	4.239	(3.522)	4.282	788	5.787
Activos tangíveis	2.062	(747)	175	(5)	1.485
Outros activos	32.710	(7)	1.357	(180)	33.880
Activos de grupos para alienação (1)	2.987	38.392	787	(98)	42.068
Depósitos por bancos	(160.906)	2.808	(321)	322	(158.097)
Contas de clientes	(253.583)	13.786	(152)	2	(239.947)
Títulos de dívida em emissão	(134.630)	5.937	776	(551)	(128.468)
Saldos de compensação e posições curtas	(44.748)	36	—	—	(44.712)
Derivados	(85.491)	417	—	—	(85.074)
Passivos subordinados	(11.748)	868	685	(61)	(10.256)
Outros passivos	(21.268)	271	(1.814)	(114)	(22.925)
Passivos de grupos para alienação (1)	(2.377)	(24.123)	—	—	(26.500)
Activos e passivos identificáveis líquidos	21.630	—	3.932	(596)	24.966
Interesses minoritários					(242)
Goodwill na aquisição					23.851
Contrapartida					48.575
Satisfeito por:					
Emissão de 531 milhões de acções ordinárias da empresa					2.719
Caixa					45.786
Comissões e despesas relativas à aquisição					70
Contrapartida					48.575
Caixa líquido:					
Pagamento em numerário					45.856
Caixa adquirido					(60.093)
					14.237

Notas:

(1) Banca Antoveneta SpA. e a unidade de negócios de gestão de activos do ABN AMRO foram identificados como grupos para alienação durante a aquisição do ABN AMRO e vendidos durante 2008. Além disso, segundo os termos do Acordo de Consórcio e Accionistas, os membros do Consórcio, excepto o Grupo, concordaram em adquirir, em devido curso, de vários negócios do ABN AMRO incluindo as operações no Brasil (vendida em 1 de Julho de 2008), os negócios comerciais e de retalho na Holanda, os negócios de clientes privados e Interbanca.

(2) A contabilidade inicial da aquisição foi determinada provisoriamente em 31 de Dezembro de 2007, devido à sua complexidade e ao tempo limitado disponível entre a aquisição e a elaboração das demonstrações financeiras de 2007. Os principais ajustamentos, excluindo reclassificação, na finalização dos justos valores foram:

(a) A metodologia do Grupo para calcular o justo valor dos instrumentos financeiros de negociação produziu valores inferiores em £524 milhões do que aqueles registados pelo ABN AMRO;

(b) No seguimento de posterior trabalho de identificação dos activos intangíveis, foram reconhecidos activos de relações com cliente e intangíveis de depósitos base adicionais no valor de £724 milhões;

(c) Os activos líquidos do plano de pensões da Holanda reduziram-se em £250 milhões;

(d) O justo valor os investimentos de *private equity* foram reduzidos em £98 milhões com base em evidência adicional fornecida pelas alienações em 2008;

(e) O passivo por instrumentos emitido por *conduits* deve aumentar em £366 milhões;

Nenhuma alteração material foi exigida para o efeito de impostos diferidos de ajustamentos de justo valor.

Estima-se que o Grupo teria reportado um total de proveitos de £37,2 mil milhões e um lucro após impostos de £7,7 mil milhões de operações continuadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, caso todas as aquisições tivessem ocorrido em 1 de Janeiro de 2007. Estes resultados não teriam sido materialmente afectados pela finalização dos justos valores.

(b) Outras aquisições e alienações

	Grupo		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Justo valor atribuído aos negócios adquiridos	(1.810)	(280)	(21)
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos	—	5	—
Contrapartida de rubricas não monetárias	(17)	—	—
Saída de caixa líquida em relação a compras	(1.827)	(275)	(21)
Caixa e equivalentes a caixa nos negócios vendidos	—	21	229
Outros activos vendidos	739	16	36
Contrapartida de rubricas não monetárias	(103)	(2)	(1)
Mais-valia na alienação	943	67	44
Entrada de caixa líquida em relação a alienações	1.579	102	308
Dividendos recebidos de joint venture	89	11	29
Despesas de caixa em activos intangíveis	2.411	(435)	(379)
Saída líquida	2.252	(597)	(63)

O resultado reportado pelo Grupo das operações continuadas para o ano não teria sido materialmente afectado tivessem todas as aquisições ocorrido em 1 de Janeiro de 20008. A mais-valia na alienação resulta das vendas dos negócios Angel Trains, Tesco Personal Finance e European Consumer Finance durante o exercício.

35 Juros recebidos e pagos

	Grupo			Empresa		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Juros recebidos	52.393	31.552	24.381	794	457	594
Juros pagos	(31.614)	(18.407)	(14.656)	(1.325)	(746)	(632)
	20.779	13.145	9.725	(531)	(289)	(38)

36 Análise de alterações de financiamentos durante o exercício

	Grupo				Empresa			
	Capital social, prémio de acções, capital realizado e reserva de fusões		Passivos subordinados		Capital social, prémio de acções, capital realizado e reserva de fusões		Passivos subordinados	
	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m	2008 £m	2007 £m
Em 1 de Janeiro	31.806	24.178	38.043	27.654	20.925	13.297	7.743	8.194
Emissão de acções ordinárias	49	77			49	77		
Emissão de outros títulos de capital	—	4.673			—	4.673		
Oferta e colocação	19.741	—			19.741			
Emissão de direitos de subscrição	12.000	—			12.000			
Proveitos líquidos da emissão de passivos subordinados			2.413	1.018				—
Reembolso dos passivos subordinados			(1.727)	(1.708)				(469)
Entrada/(saída) de caixa líquida de financiamento	31.790	4.750	686	(690)	31.790	4.750	—	(469)
Aquisição de subsidiárias	—	2.719	—	10.256	—	2.719	—	—
Transferência para ganhos retidos	(14.273)	—	—	—	(14.273)	—	—	—
Conversão cambial e outros ajustes	—	159	10.425	823	—	159	2.571	18
Em 31 de Dezembro	49.323	31.806	49.154	38.043	38.442	20.925	10.314	7.743

37 Análise de caixa e equivalentes a caixa

	Grupo			Empresa		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Em 1 de Janeiro						
- caixa	52.796	28.378	25.476	5	11	30
- equivalentes a caixa	96.159	43.273	27.073	1.568	646	1.096
	148.955	71.651	52.549	1.573	657	1.126
Aquisição de subsidiárias	—	60.098	—	—	—	—
Alienação de subsidiárias	(3.171)	—	—	—	—	—
(Saída)/entrada de caixa líquida	(10.859)	17.206	19.102	3.496	916	(469)
Em 31 de Dezembro	134.925	148.955	71.651	5.069	1.573	657
Incluindo						
Caixa e saldos em bancos centrais	12.007	17.428	5.752	—	—	—
Bilhetes de tesouro e títulos de dívida	15.623	6.818	1.596	—	—	—
Empréstimos e adiantamentos a bancos	107.295	124.709	64.303	5.069	1.573	657
Caixa e equivalentes a caixa	134.925	148.955	71.651	5.069	1.573	657

Certas empresas subsidiárias são obrigadas a manter saldos no Banco da Inglaterra que, em 31 de Dezembro de 2008, ascendiam a £393 milhões (2007 – £439 milhões). Certas empresas subsidiárias são obrigadas por lei a manter saldos de reserva no Federal Reserve Bank dos EUA. Esses saldos de reserva cifravam-se em zero em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – US§ 1 milhão). O ABN AMRO tinha depósitos de reserva obrigatórios €3 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – €6 milhões).

38 Análise por segmento

(a) Divisões

Os administradores gerem o Grupo principalmente por classe de negócio e apresentam a análise por segmento nessa base. As actividades do Grupo estão organizadas como segue:

Global Markets está focalizada na provisão de financiamento de dívida e capital próprio, gestão de risco e serviços de banca de transacções a grandes negócios e instituições financeiras no Reino Unido e em todo o mundo. As suas actividades foram organizadas em duas divisões, Global Banking & Markets (GBM) e Global Transaction Services (GTS), de modo a melhor servir os clientes do Grupo que têm necessidades financeiras globais.

GBM é um parceiro bancário importante para as maiores empresas e instituições financeiras do mundo, proporcionando uma larga gama de financiamento de dívida e de capital próprio, gestão de risco e serviços de investimento aos seus clientes.

GTS classifica-se entre os cinco maiores prestadores de serviços de serviços de transacções globais, oferecendo pagamentos globais, gestão de caixa e liquidez, bem como financiamento comercial, aquisição comercial e produtos e serviços de cartões comerciais no RU e internacional. Inclui as actividades de transferência monetária empresarial do Grupo no Reino Unido e Estados Unidos.

Regional Markets está organizado em volta do fornecimento da banca de retalho e comercial para clientes em quatro regiões: Reino Unido, Estados Unidos, Europa e Médio Oriente e Ásia. Isto inclui a prestação de serviços de gestão de riqueza, tanto no Reino Unido e internacionalmente.

UK Retail & Commercial Banking inclui serviços de bancos de retalho, comercial e empresarial e gestão de fortunas no Reino Unido. Fornece serviços financeiros através das marcas Royal Bank e NatWest.

US Retail & Commercial Banking inclui o Citizens que está envolvido nas actividades de banca de retalho e empresarial através da sua rede de balcões em 13 estados dos Estados Unidos e através de unidades não balcões em outros estados.

Citizens Financial Group presta serviços financeiros através das marcas Citizens e Charter One.

Europe & Middle East Retail & Commercial Bank inclui o Ulster Bank e os negócios de retalho e comercial combinados do Grupo na Europa e no Médio oriente.

O Ulster Bank Group presta uma gama completa de serviços financeiros na ilha da Irlanda. O seu ramo de banca de retalho tem uma rede de balcões e opera nos sectores particulares, comerciais e gestão de fortunas, enquanto as suas operações de mercados de grandes empresas prestam serviços aos mercados empresariais e institucionais.

US Retail & Commercial Banking inclui o Citizens que está envolvido nas actividades de banca de retalho e empresarial através da sua rede de balcões em 13 estados dos Estados Unidos e através de unidades não balcões em outros estados.

Asia Retail & Commercial Banking detém relevantes posições de mercado na Índia, Paquistão, China e Taiwan, bem como as presenças em Hong Kong, Indonésia, Malásia e Singapura. Presta serviços financeiros em quatro segmentos: *affluent banking*, cartões e financiamento ao consumo, banca comercial e gestão de fortunas internacional, que oferece serviços de banca privada e serviços de investimento a clientes em mercados seleccionados através da marca RBS Coutts.

RBS Insurance vende e subscreve seguros de retalho e às PME pelo telefone e a Internet, bem como através de mediadores e parcerias. As suas marcas incluem Direct Line, Churchill e Privilege, Green Flag e NIG. Direct Line, Churchill e Privelege vendem produtos de seguros gerais directamente ao cliente. Através da sua divisão internacional, o RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente automóvel, em Espanha, Alemanha e Itália. A divisão de Intermediários e mediadores vende produtos gerais através de mediadores independentes.

Group Manufacturing inclui as operações de *manufacturing* do Grupo em todo o mundo. Apoia as actividades de atendimento ao cliente e fornece tecnologia operacional, apoio ao cliente por telefone, gestão de contas, crédito e transferência de dinheiro, compras globais, imobiliário e outros serviços.

The Centre inclui as funções do grupo e empresariais, como aumento de capital, gestão de risco de financiamento, recursos jurídicos, de comunicação e humanos. Ela gere os recursos de capital do Grupo e os projectos regulamentares ao nível de Grupo e presta serviços às divisões operacionais.

Os Interesses minoritário no RFS Holdings incluem as actividades ABN AMRO que são atribuíveis aos outros bancos do consórcio.

Parte nos activos partilhados inclui a parte do Grupo dos activos não atribuídos do ABN AMRO.

Os segmentos cobram preços de mercado pelos serviços prestados a outras partes do Grupo, à excepção da divisão de Manufacturing e de itens centrais. Os gastos incorridos pelo Group Manufacturing estão relacionados com custos principalmente referentes às operações bancárias e de seguros no Grupo no RU e na Irlanda. Estes custos reflectem actividades que são partilhadas entre as várias divisões de atendimento ao cliente. Estes custos partilhados e os activos e passivos relacionados não são atribuídos às divisões na gestão diária das actividades e os resultados abaixo reflectem isso. Os encargos de financiamentos entre segmentos são determinados pela Tesouraria do Grupo, tendo em conta as exigências comerciais. Os resultados de cada divisão antes da amortização dos activos intangíveis comprados, dos custos de integração e dos ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias (“Contribuição”) e são mostrados no quadro que se segue.

38 Análise por semento (continuação)

2008	Margem financeira £m	Proveitos não provenientes de juros £m	Total £m	Despesas operacionais e reclamações de seguros £m	Depreciação e amortização £m	Perdas por imparidade £m	Contribuição £m
	Grupo						
Global Markets							
– Global Banking & Markets	3.490	(6.010)	(2.520)	(3.833)	(519)	(3.643)	(10.515)
– Global Transaction Services	909	1.563	2.472	(585)	(9)	(60)	1.818
Regional Markets							
– UK Retail & Commercial Banking	6.999	3.999	10.998	(2.942)	(413)	(1.964)	5.679
– US Retail & Commercial Banking	2.106	904	3.010	(942)	(144)	(1.041)	883
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	1.087	431	1.518	(563)	—	(526)	429
– Asia Retail & Commercial Banking	379	402	781	(475)	(8)	(171)	127
RBS Insurance	647	4.919	5.566	(4.464)	(40)	(42)	1.020
Group Manufacturing	(202)	(11)	(213)	(3.867)	(713)	—	(4.793)
Itens Centrais	524	(902)	(378)	(371)	55	19	(675)
Parte nos activos partilhados	(175)	(18)	(193)	(62)	(41)	(4)	(300)
	15.764	5.277	21.041	(18.104)	(1.832)	(7.432)	(6.327)
Interesses minoritários na RFS Holdings	2.911	1.916	4.827	(3.303)	(843)	(640)	41
	18.675	7.193	25.868	(21.407)	(2.675)	(8.072)	(6.286)
Amortização de intangíveis	—	—	—	—	(443)	—	(443)
Custos de integração e reestruturação	—	—	—	(1.321)	(36)	—	(1.357)
Abatimentos de goodwill e outros intangíveis	—	—	—	(32.581)	—	—	(32.581)
	18.675	7.193	25.868	(55.309)	(3.154)	(8.072)	(40.667)
2007							
Global Markets							
– Global Banking & Markets	808	6.011	6.819	(2.613)	(486)	(67)	3.653
– Global Transaction Services	595	1.183	1.778	(443)	(6)	(14)	1.315
Regional Markets							
– UK Retail & Commercial Banking	6.602	4.504	11.106	(3.173)	(340)	(1.368)	6.225
– US Retail & Commercial Banking	1.935	846	2.781	(844)	(118)	(340)	1.479
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	958	388	1.346	(453)	(6)	(118)	769
– Asia Retail & Commercial Banking	123	232	355	(235)	(5)	(24)	91
RBS Insurance	611	5.045	5.656	(4.706)	(45)	—	905
Group Manufacturing	(192)	(4)	(196)	(2.983)	(594)	—	(3.773)
Itens Centrais	69	(141)	(72)	(486)	8	(2)	(552)
Parte nos activos partilhados	15	(54)	(39)	(37)	—	3	(73)
	11.524	18.010	29.534	(15.973)	(1.592)	(1.930)	10.039
Interesses minoritários na RFS Holdings	545	287	832	(573)	(58)	(38)	163
	12.069	18.297	30.366	(16.546)	(1.650)	(1.968)	10.202
Amortização de intangíveis	—	—	—	(40)	(222)	—	(262)
Custos de integração	—	—	—	(48)	(60)	—	(108)
	12.069	18.297	30.366	(16.634)	(1.932)	(1.968)	9.832
2006							
Global Markets							
– Global Banking & Markets	1.028	5.676	6.704	(2.343)	(465)	(85)	3.811
– Global Transaction Services	449	1.081	1.530	(334)	(6)	(4)	1.186
Regional Markets							
– UK Retail & Commercial Banking	6.350	4.223	10.573	(3.011)	(347)	(1.497)	5.718
– US Retail & Commercial Banking	2.041	949	2.990	(910)	(156)	(180)	1.744
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	824	320	1.144	(360)	(5)	(104)	675
– Asia Retail & Commercial Banking	52	159	211	(140)	(5)	1	67
RBS Insurance	511	5.168	5.679	(4.669)	(43)	—	967
Group Manufacturing	(189)	9	(180)	(2.784)	(559)	—	(3.523)
Itens Centrais	(470)	(179)	(649)	(591)	18	(9)	(1.231)
	10.596	17.406	28.002	(15.142)	(1.568)	(1.878)	9.414
Amortização de intangíveis	—	—	—	—	(94)	—	(94)
Custos de integração	—	—	—	(118)	(16)	—	(134)
	10.596	17.406	28.002	(15.260)	(1.678)	(1.878)	9.186

Total de receitas	2008 Externo £m	2008 Inter-segmento £m	2008 Total £m	2007 Externo £m	2007 Inter-egmento £m	2007 Total £m	2006 Externo £m	2006 Inter-egmento £m	2006 Total £m
Global Markets									
– Global Banking & Markets	10.324	13.135	23,459	13.338	9.544	22.882	11.246	7.638	18.884
– Global Transaction Services	3.087	80	3,167	2.959	77	3.036	2.073	4	2.077
Regional Markets									
– UK Retail & Commercial Banking	18.690	3.718	22,408	18.222	3.820	22.042	16.207	2.804	19.011
– US Retail & Commercial Banking	5.031	—	5,031	5.184	—	5.184	5.456	2	5.458
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	3.572	738	4,310	2.940	197	3.137	2.373	196	2.569
– Asia Retail & Commercial Banking	823	350	1,173	563	330	893	218	252	470
RBS Insurance	6.177	33	6,210	6.333	89	6.422	6.365	82	6.447
Group Manufacturing	37	—	37	44	1	45	52	5	57
Itens Centrais	1.700	13.405	15,105	1.650	9.972	11.622	296	7.985	8.281
Parte de activos partilhados	257	—	257	264	—	264	—	—	—
	49.698	31.459	81,157	51.497	24.030	75.527	44.286	18.968	63.254
Interesses minoritários na RFS Holdings	9.703	(24)	9,679	1.534	(255)	1.279	—	—	—
Eliminações	—	(31.435)	(31,435)	—	(23.775)	(23.775)	—	(18.968)	(18.968)
	59.401	—	59,401	53.031	—	53.031	44.286	—	44.286

Total de proveitos	2008 Externo £m	2008 Inter-segmento £m	2008 Total £m	2007 Externo £m	2007 Inter-egmento £m	2007 Total £m	2006 Externo £m	2006 Inter-egmento £m	2006 Total £m
Global Markets									
– Global Banking & Markets	(99)	(2.421)	(2.520)	8.457	(1.638)	6.819	8.375	(1.671)	6.704
– Global Transaction Services	2.000	472	2.472	2.134	(356)	1.778	1.528	2	1.530
Regional Markets									
– UK Retail & Commercial Banking	12.445	(1.447)	10.998	11.959	(853)	11.106	11.495	(922)	10.573
– US Retail & Commercial Banking	3.049	(39)	3.010	2.837	(56)	2.781	3.072	(82)	2.990
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	2.071	(553)	1.518	1.823	(477)	1.346	1.297	(153)	1.144
– Asia Retail & Commercial Banking	434	347	781	83	272	355	1	210	211
RBS Insurance	5.549	17	5.566	5.649	7	5.656	5.662	17	5.679
Group Manufacturing	(204)	(9)	(213)	(192)	(4)	(196)	(159)	(21)	(180)
Itens Centrais	(4.798)	4.420	(378)	(3.576)	3.504	(72)	(3.269)	2.620	(649)
Parte de activos partilhados	56	(249)	(193)	(39)	—	(39)	—	—	—
	20.503	538	21.041	29.135	399	29.534	28.002	—	28.002
Interesses minoritários na RFS Holdings	5.365	(538)	4.827	1.231	(399)	832	—	—	—
	25.868	—	25.868	30.366	—	30.366	28.002	—	28.002

Nota:
(1) Os resultados por segmentos para 2007 e 2006 foram reformulados para reflectir as transferências dos negócios entre segmentos em 2008.

	Grupo					
	2008			2007		
	Activos £m	Passivos £m	Custos para adquirir os activos fixos e activos intangíveis £m	Activos £m	Passivos £m	Custos para adquirir os activos fixos e activos intangíveis £m
Global Markets						
– Global Banking & Markets	1.672.158	1.580.651	3.105	1.147.384	1.043.060	2.061
– Global Transaction Services	23.962	54.109	4	22.730	58.905	15
Regional Markets						
– UK Retail & Commercial Banking	249.385	193.101	1.447	232.821	196.674	1.497
– US Retail & Commercial Banking	103.940	91.834	204	79.078	67.814	171
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	66.382	48.397	2	56.087	44.772	35
– Asia Retail & Commercial Banking	8.284	15.700	18	7.562	11.629	14
RBS Insurance	12.855	9.086	61	12.459	8.935	92
Group Manufacturing	6.105	2.469	1.235	5.658	2.139	1.001
Itens Centrais	73.575	156.984	—	4.065	75.487	—
Parte de activos partilhados	2.047	2,047	—	27.222	27.222	—
	2.218.693	2.154.378	6.076	1.595.066	1.536.637	4.886
Interesses minoritários na RFS Holdings	182.959	166.776	174	245.763	212.766	675
	2.401.652	2.321.154	6.250	1.840.829	1.749.403	5.561

38 Análise por segmento (continuação)

Situação líquida	2008 £m	2007 £m
Global Markets		
– Global Banking & Markets	17.100	9.076
– Global Transaction Services	1.202	567
Regional Markets		
– UK Retail & Commercial Banking	9.928	8.696
– US Retail & Commercial Banking	10.035	10.865
– Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	1.894	1.652
– Asia Retail & Commercial Banking	396	149
RBS Insurance	3.048	2.646
Group Manufacturing	257	149
Itens Centrais	15.019	19.238
	58.879	53.038

Nota:
(1) Os resultados por segmentos para 2007 foram reformulados para reflectir as transferências dos negócios entre segmentos em 2008.

A análise por segmento do goodwill é a seguinte:

	Global Banking & Markets £m	Global Transaction Services £m	UK Retail & Commercial Banking £m	US Retail & Commercial Banking £m	Europe & Middle East Retail & Commercial Banking £m	Asia Retail & Commercial Banking £m	RBS Insurance £m	Interesses minoritários na RFS Holdings £m	Total £m
Em 1 de Janeiro de 2007	2.281	1.742	6.172	5.429	903	298	1.064	—	17.889
Conversão cambial e outros ajustamentos	227	24	—	(103)	48	34	—	957	1.187
Aquisições	4.834	865	—	66	118	570	—	17.464	23.917
Goodwill eliminado	—	(40)	—	—	—	—	—	—	(40)
Em 1 de Janeiro de 2008	7.342	2.591	6.172	5.392	1.069	902	1.064	18.421	42.953
Transferência para grupos para alienação	—	—	—	—	—	—	—	(3.692)	(3.692)
Conversão cambial e outros ajustamentos	1.475	678	(2)	2.013	173	225	7	4.336	8.905
Aquisições	448	42	—	—	6	28	—	—	524
Alienações	(2)	—	—	—	(47)	—	—	(3.017)	(3.066)
Abatimento de goodwill	(8.946)	(44)	(46)	(4.382)	(1.201)	(863)	(42)	(14.538)	(30.062)
Em 31 de Dezembro de 2008	317	3.267	6.124	3.023	—	292	1.029	1.510	15.562

(b) Segmentos geográficos

As análises geográficas apresentadas no quadro abaixo foram compiladas com base no local das instalações em que as transacções foram registadas.

	Grupo						
2008	Reino Unido £m	EUA £m	Europa £m	Resto do mundo £m	Total £m	Menos: Interesses minoritários RFS Holdinfs £m	Grupo £m
Total de receitas	23.748	8.518	21.112	6.023	59.401	9.679	49.722
Margem financeira	9.853	2.790	5.018	1.014	18.675	2.911	15.764
Serviços e comissões líquidos	3.728	1.492	1.648	577	7.445	1.011	6.434
Proveitos de actividades de negociação	(7.103)	(1.604)	(552)	782	(8.477)	352	(8.829)
Outros proveitos operacionais	2.337	49	(528)	41	1.899	(64)	1.963
Proveitos de prémios de seguros (líquido de parte de resseguradores)	5.190	—	1.136	—	6.326	617	5,709
Total de proveitos	14.005	2.727	6.722	2.414	25.868	4.827	21.041
Resultados antes de impostos	(7.989)	(5.809)	(26.883)	14	(40.667)	(15.629)	(25,038)
Total de activo	1.304.714	607.511	368.290	121.137	2.401.652	182.959	2.218.693
Total de passivo	1.253.814	592.272	361.590	113.478	2.321.154	166.776	2.154.378
Activos líquidos atribuíveis aos accionistas e interesses minoritários	50.900	15.239	6.700	7.659	80.498	16.183	64.315
Passivos subordinados e compromissos	200.763	131.435	79.941	21.122	433.261	9.272	423.989
Custo para adquiri activos tangíveis e activos intangíveis	3.415	445	2.204	186	6.250	174	6.076
2007							
Total de receitas	33,743	8.570	8.140	2.578	53.031	1,678	51.353
Margem financeira	8.350	2.054	1.510	155	12.069	545	11.524
Serviços e comissões líquidos	3.933	1.176	560	416	6.085	224	5.861
Proveitos de actividades de negociação	1.252	(486)	348	178	1.292	(139)	1.431
Outros proveitos operacionais	3.844	260	587	142	4.833	96	4.737
Proveitos de prémios de seguros (líquido de parte de resseguradores)	5.562	—	525	—	6.087	106	5.981
Total de proveitos	22.941	3.004	3.530	891	30.366	832	29.534
Resultados antes de impostos	7.761	719	1.136	216	9.832	163	9.669
Total de activo	938.064	340.170	422.058	140.537	1.840.829	245.763	1.595.066
Total de passivo	902.340	326.499	392.362	128.202	1.749.403	212.766	1.536.637
Activos líquidos atribuíveis aos accionistas e interesses minoritários	35.724	13.671	29.696	12.335	91.426	32.997	58.429
Passivos subordinados e compromissos	197.637	95.547	82.316	24.599	400.099	21.000	379.099
Custo para adquiri activos tangíveis e activos intangíveis	3.305	238	1.793	225	5.561	675	4.886

38Análise por segmento (continuação)

2006	Reino Unido £m	EUA £m	Europa £m	Resto do mundo £m	Total £m
Total de receitas	29.162	9.411	4.683	1.030	44.286
Margem financeira	7.541	2.278	709	68	10.596
Serviços e comissões líquidos	3.443	1.245	412	94	5.194
Proveitos de actividades de negociação	1.585	939	108	43	2.675
Outros proveitos operacionais	2.766	295	491	12	3.564
Proveitos de prémios de seguros (líquido de parte de resseguradores)	5.604	—	369	—	5.973
Total de proveitos	20.939	4.757	2.089	217	28.002
Resultados antes de impostos	6.038	2.334	785	29	9.186
Total de activo	579.075	197.421	60.759	19.577	856.832
Total de passivo	557.605	183.430	56.662	13.645	811.342
Activos líquidos atribuíveis aos accionistas e interesses minoritários	21.470	13.991	4.097	5.932	45.490
Passivos subordinados e compromissos	186.627	57.873	13.244	7.159	264.903
Custo para adquiri activos tangíveis e activos intangíveis	3.040	254	1.427	19	4.740

39 Remuneração de administradores e dos principais quadros de gestão

	Grupo 2008 £000	Grupo 2007 £000
Remuneração dos administradores		
Administradores não executivos – emolumentos	1.408	1.081
Presidente e administradores executivos – emolumentos	7.132	16.461
– contribuições e subsídios relativamente aos planos de pensões de contribuição definida	3	30
	8.543	17.572
– montantes a receber ao abrigo dos planos de incentivos a longo prazo	646	1.839
– ganhos do exercício de opções de acções	77	1.474
	9.266	20.885

São contabilizados benefícios de pensão para um administrador (2007 – cinco) ao abrigo de planos de benefícios definidos. Não há administradores (2007 – um) com benefícios contabilizados ao abrigo de planos de contribuição definida.

Os administradores executivos também podem participar nos planos *executive share option* e *sharesave* da empresa e os pormenores das suas participações são dadas na página 165. Os pormenores sobre as remunerações e os planos de que cada administrador beneficiou são dados nas 164 a 168.

Compensações dos principais quadros de gestão

As remunerações acumuladas dos administradores e outros quadros de gestão principais durante o exercício foram:

	Grupo 2008 £000	Grupo 2007 £000
Benefícios a curto prazo	16.813	37.763
Benefícios pós-relação laboral	13.174	10.051
Outros benefícios a longo prazo	496	708
Benefícios de rescisão	345	—
Pagamentos com base em acções	2.078	5.165
	32.906	53.687

40 Transacções com administradores, quadros superiores e outros

(a) Em 31 de Dezembro de 2008, os montantes em dívida relacionados com transacções, acordos e contratos celebrados por instituições autorizadas no Grupo, como definido na legislação britânica, ascenderam a 117.847 milhões referentes a empréstimos a 27 pessoas que foram administradores da empresa (ou a pessoas a elas ligadas), em qualquer momento durante o exercício financeiro

(b) Para efeitos da IAS 24 'Divulgações de Partes Relacionadas', os quadros de gestão principais compreendem os administradores da empresa e os membros da Comissão de Gestão Executiva do Grupo. As legendas nas demonstrações financeiras principais do Grupo incluem os seguintes montantes atribuíveis, em termos globais, aos principais quadros de gestão:

	2008 £000	2007 £000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.217	2.023
Contas de clientes	9.572	13.309

Os quadros de gestão principais têm relações bancárias com entidades do Grupo, que são realizadas no decurso normal da actividade e substancialmente nas mesmas condições, incluindo taxas de juro e garantia, que transacções comparáveis com outras pessoas de posição similar ou, quando aplicável, com outros colaboradores. Estas transacções não envolveram um risco de reembolso superior ao normal nem apresentaram outras características desfavoráveis.

Os quadros de gestão principais não efectuaram transacções reportáveis ou saldos com a empresa exceptuando os dividendos.

41 Partes relacionadas

(c) As empresas do Grupo dão apoio de desenvolvimento e outros tipos de apoio em termos de capital às actividades, nas suas funções de financiadores. Estes investimentos são efectuados no decurso normal da actividade e em regime de independência. Em certos casos, o investimento pode estender-se à propriedade ou controlo sobre 20% ou mais dos direitos de cotação da empresa onde o investimento é efectuado. No entanto, não se considera que estes investimentos dêem origem a transacções com uma dimensão que exija a sua divulgação ao abrigo da IAS 24.

(d) O Grupo volta a imputar ao Fundo de Pensões do The Royal Bank of Scotland Group o custo de serviços de administração por ele incorridos. Os montantes envolvidos não são relevantes para o Grupo.

(e) De acordo com acordo com a IAS 24, as transacções ou saldos entre as entidades do Grupo que foram anuladas não são reportadas.

(a) As legendas nas principais demonstrações financeiras da empresa-mãe incluem os montantes atribuíveis às subsidiárias. Estes montantes foram divulgados no seu conjunto nas notas das respectivas demonstrações financeiras.

(b) Em 1 de Dezembro de 2008, o governo do Reino Unido através do Tesouro tornou-se a parte derradeira de controlo do The Royal Bank of Sctoland Group plc. A participação social do governo é gerida pelo UK Financial Investments Limited, uma empresa totalmente detida pelo governo do Reino Unido. Como resultado, o governo do Reino Unido e os organismos controlados pelo governo do Reino Unido tornaram-se partes relacionados do Grupo. O Grupo realiza muitas transacções com estes organismos numa base independente. O volume e diversidade dessa transacção são tais que uma divulgação dos seus montantes no período entre 1 de Dezembro de 2008 a 31 de Dezembro de 2008 não é praticável.

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos com o governo do Reino Unido e os organismos controlados pelo governo do Reino Unido foram:

	Governo cental (incluindo Banco da Inglaterra) £m	Governo local £m	Bancos, firmas financeiras e entidade pública £m	2008 Total £m
Activo				
Saldos em bancos centrais	393	—	—	393
Empréstimos e adiantamentos a bancos	—	—	1.081	1.081
Empréstimos e adiatamentos a clientes	5	721	468	1.194
Títulos de dívida	21.628	–	113	21.741
Derivados	1.286	64	17	1.367
Outros	249	—	—	249
Passivo				
Depósitos por bancos	26.541	—	633	27.174
Contas de clientes	1.536	3.320	598	5.454
Derivados	276	78	29	383
Outros	176	—	—	176

Notas:

(1) Para além da participação do governo do Reino Unido no Grupo, o governo do Reino Unido e os organismos controlados pelo governo do Reino Unido pode deter títulos de dívida, passivos subordinados e outros passivos ou acções emitidas pelo Grupo no curso normal do seu negócio. Não é praticável averiguar e divulgar estes montantes.

(2) Alguns dos saldos de passivo estão seguros.

41 Partes relacionadas (continuação)

Não foram reconhecidas perdas por imparidade pelo Grupo em 2008 em relação a saldos com o governo do Reino Unido e organismos controlados pelo governo do Reino Unido.

O Grupo participa em vários esquemas operados pelo Banco de Inglaterra e o governo do Reino Unido e disponibilizados para bancos e sociedade de financiamento de habitação elegíveis.

As facilidades do Banco de Inglaterra incluem:

- Operações de mercado aberto – elas fornecem aos participantes de mercado financiamento com taxas de mercado numa base de proposta na forma de operações de recompra de curto e longo prazo numa ampla gama de colaterais e compras definitivas de obrigações de grande qualidade para lhes permitir as reservas que eles devem deter no Banco da Inglaterra.

Operações de recompra de dólares norte-americanos – começaram em Setembro 2008, tomando a forma de leilão. O colateral elegível consiste em títulos habitualmente elegíveis nas operações de mercado aberto de operações de recompra de curto prazo dos Bancos juntamente com bilhetes do tesouro dos Estados Unidos.

- Esquema especial de liquidez – foi lançado em Abril 2008 para permitir que as instituições financeiras troquem activos temporariamente ilíquidos por obrigações de tesouro, com taxas debitadas com base no *spread* entre a LIBOR a 3 meses e a taxa de operação de recompra de empréstimo com aval de estado a 3 meses.

Em 31 de Dezembro de 2008, a utilização do Grupo destas facilidades elevaram-se a £41,8 mil milhões.

Esquema de garantia de crédito do governo – isto foi anunciado em Outubro 2008. O Governo, em retorno de uma comissão (50 pontos base mais o *credit default spread* mediano de 5 anos do Banco durante 12 meses até 7 de Outubro de 2008), garante empréstimos novos sem garantias.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo obteve financiamento do Banco de Inglaterra e emitiu dívida garantida pelo governo, totalizando £32.2 mil milhões.

42 Acontecimentos pós-balanço

Não ocorreram acontecimentos significativos entre o fim do exercício e a data de aprovação destas demonstrações que exijam uma alteração às contas ou à divulgação das mesmas.

Informações complementares

268	Resumo financeiro
268	Montantes de acordo com as IFRS
277	Taxas de câmbio
278	Conjuntura económica e monetária
279	Supervisão
280	Análise da regulação e desenvolvimentos
281	Descrição de activos intangíveis
281	Grandes accionistas
281	Contratos relevantes
284	Divulgação das Regras de Cotação da FSA

Informações complementares

Resumo financeiro
As demonstrações financeiras do Grupo são elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pela IASB. Os dados seleccionados segundo as IFRS para cada um dos cinco anos findos em 31 de Dezembro de 2008 estão apresentados na página 268 a 276.

A informação financeira em dólares incluída abaixo foi convertida da libra esterlina à taxa de £1,00 para US$1,4619, sendo a Noon Buying Rate em 31 de Dezembro de 2008.

Montantes de acordo com as IFRS

Resumo da demonstração de resultados consolidados – IFRS	2008 $m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Margem financeira	27.301	18.675	12.069	10.596	9.918	9.071
Proveitos não provenientes de juros (1)	10.515	7.193	18.297	17.406	15.984	14.320
Total de proveitos	37.816	25.868	30.366	28.002	25.902	23.391
Despesas operacionais (2, 3, 4, 5, 6)	78.991	54.033	13.942	12.480	11.946	10.362
Resultados antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidade	(41.175)	(28.165)	16.424	15.522	13.956	13.029
Reclamações líquidas de seguros	6.476	4.430	4.624	4.458	4.313	4.260
Imparidade	11.800	8.072	1.968	1.878	1.707	1.485
Resultados antes de impostos	(59.451)	(40.667)	9.832	9.186	7.936	7.284
Impostos	(3.396)	(2.323)	2.044	2.689	2.378	1.995
Resultados de operações continuadas	(56.055)	(38.344)	7.788	6.497	5.558	5.289
Resultados de operações descontinuadas, líquidos de impostos	5.805	3.971	(76)	—	—	—
Resultado do exercício	(50.250)	(34.373)	7.712	6.497	5.558	5.289
(Perda)/Lucro atribuível a						
Interesses minoritários	(15.835)	(10.832)	163	104	57	177
Outras participações	871	596	246	191	109	256
Accionistas ordinários	(35.286)	(24.137)	7.303	6.202	5.392	4.856

Notas:
(1) Inclui ganhos na venda de investimento estratégico de £333 milhões em 2005.
(2) Inclui perdas na venda de subsidiárias de £93 milhões em 2005.
(3) Inclui despesas de integração de £1,050 milhões em 2008 (2007 – £108 milhões; 2006 – £134 milhões; 2005 – £458 milhões; 2004 – £520 milhões).
(4) Inclui amortização de intangíveis adquiridos de £919 milhões em 2008 (2007 – £234 milhões; 2006 – £94 milhões; 2005 – £97 milhões; 2004 – £45 milhões).
(5) Inclui despesas de reestruturação de £307 milhões em 2008.
(6) Inclui abatimento de goodwill e outros activos intangíveis de £32,581 milhões em 2008.

Resumo do balanço consolidado + IFRS	2008 $m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Empréstimos e adiantamentos (1)	1.480.786	1.012.919	1.047.998	549.499	487.813	408.324
Títulos de dívida e acções de participações	429.622	293.879	347.682	146.246	135.804	104.741
Derivados e saldos de compensação (2)	1.477.091	1.010.391	293.991	109.506	89.470	15.193
Outros activos (1)	123.476	84.463	151.158	51.581	51.542	51.575
Total de activos	3.510.975	2.401.652	1.840.829	856.832	764.629	579.833
Capital	86.075	58.879	53.038	40.227	35.435	33.905
Interesses minoritários	31.605	21.619	38.388	5.263	2.109	3.492
Passivos subordinados (1)	71.858	49.154	38.043	27.654	28.274	20.366
Depósitos (1)	1.312.137	897.556	994.657	516.365	453.274	383.198
Derivados, saldos de compensação e posições curtas (2)	1.499.385	1.025.641	363.073	152.988	128.228	43.577
Outros passivos (1)	509.915	348.803	353.630	114.335	117.309	95.295
Total passivo e capital	3.510.975	2.401.652	1.840.829	856.832	764.629	579.833

Notas:
(1) Os dados de comparação de 2007 foram reformulados após a conclusão da contabilização da aquisição do ABN AMRO.
(2) Os montantes de 2007 a 2004 foram reformulados para a compensação de certos saldos de activos derivados e passivos derivados com a London Clearing House.

Os dados por acção do quadro abaixo foram reformulados para reflectir a emissão de direitos de subscrição em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro

Outros dados financeiros baseados nas IFRS	2008	2007	2006	2005	2004
Lucro por acção ordinária – pence	(145,7)	64,0	54,4	47,3	43,9
Lucro diluído por acção ordinária – pence (1)	(145,7)	63,4	53,9	47,0	43,5
Lucro ajustado por acção ordinária – pence	(12,9)	63,3	55,8	49,1	47,5
Dividendos por acção ordinária – pence	19,3	27,0	21,6	17,0	14,7
Rácio de distribuição de dividendos (2)	—	43%	45%	41%	35%
Preço das acções por acção ordinária no fim do exercício	0,494	3,72	5,56	4,90	4,89
Capitalização do mercado no fim do exercício	19,5	44,4	62,8	56,1	55,6
Valor do activo líquido por acção ordinária	1,15	3,74	3,24	2,83	2,59
Retorno da média do activo total (3)	(1,18%)	0,65%	0,74%	0,73%	0,94%
Retorno da média do capital dos titulares de acções ordinárias (4)	(50,0%)	18,8%	18,5%	17,5%	18,3%
Retorno ajustado da média do capital dos titulares de acções ordinárias (5)	(4,7%)	18,6%	19,0%	18,2%	18,9%
Média das participações como percentagem da média do total do activo	2,9%	3,9%	4,4%	4,5%	5,9%
Rácio de solvabilidade – Tier 1	10,0%	7,3%	7,5%	7,6%	7,0%
Rácio de solvabilidade – Total	14,1%	11,2%	11,7%	11,7%	11,7%
Rácio dos ganhos: Combinação dos encargos fixos e dividendos das acções preferenciais (6)					
– incluindo juros sobre depósitos	(0,29)	1,45	1,62	1,67	1,88
– excluindo juros sobre depósitos	(11,96)	5,73	6,12	6,05	7,43
Rácio ganhos: apenas encargos fixos (6)					
– incluindo juros sobre depósitos	(0,30)	1,47	1,64	1,69	1,94
– excluindo juros sobre depósitos	(14,71)	6,53	6,87	6,50	9,70

Notas:

(1) Nenhuma das acções preferenciais convertíveis teve um efeito dilutivo em 2008. Todas as acções preferenciais convertíveis tiveram um efeito dilutivo em 2007, 2006 e 2005 e como tal foram incluídos no cálculo dos ganhos por acção. Em 2004, §1.500 milhões de acções preferenciais convertíveis não foram incluídas no cálculo dos lucros diluídos por acção pois o seu efeito era antidilutivo.

(2) O rácio de distribuição de dividendos representa o dividendo intercalar pago e o dividendo final do exercício corrente proposto como percentagem do lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias antes de operações descontinuadas, custos de integração, amortização de activos intangíveis adquiridos e ganho líquido da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias (líquido de impostos).

(3) O retorno da média do activo total representa o lucro atribuível aos accionistas de acções ordinárias como percentagem da média do activo total.

(4) O retorno da média do capital dos accionistas de acções ordinárias representa o lucro a atribuível aos accionistas de acções ordinárias expresso como percentagem da média do capital dos accionistas de acções ordinárias.

(5) O retorno ajustado do capital dos accionistas de acções ordinárias representa o lucro atribuível aos accionistas de acções ordinárias antes de operações descontinuadas, custos de integração, custos de reestruturação, amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimentos de goodwill e outros activos intangíveis e ganhos líquidos da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias expressos como percentagem da média do capital dos accionistas de acções ordinárias.

(6) Para este efeito, os ganhos consistem nos proveitos antes de impostos e interesses minoritários, mais encargos fixos, menos os proveitos não remetido das empresas associadas (comparticipação nos lucros menos dividendos recebidos). Os encargos fixos consistem nas despesas de juros totais, incluindo ou excluindo os juros sobre depósito e os títulos de divida emitidos, conforme apropriado, e a proporção das despesas de arrendamento consideradas representativas do factor de juro (um terço do valor total das despesas de arrendamento).

Montantes de acordo com as IFRS (continuação)

Análise dos empréstimos e adiantamentos a clientes – IFRS

O quadro seguinte analisa os empréstimos e adiantamentos a clientes antes de provisões por maturidade residual, zona geográfica e tipo de cliente. Os descobertos estão incluídos na categoria "Até de 1 ano".

	Até 1 ano £m	Mais de 1 anos mas menos de 5 anos £m	Mais de 5 anos £m	2008 Total £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Reino Unido								
Governo central e local	2.760	27	304	3.091	3.135	6.732	3.340	1.866
Indústria transformadora	8.615	4.552	1.907	15.074	13.452	11.051	11.615	6.292
Construção	6.465	2.482	1.224	10.171	10.202	8.251	7.274	5.024
Sector Financeiro	35.055	3.547	3.830	42.432	70.006	25.017	27.091	24.638
Indústria de serviços e actividades comerciais	25.763	13.076	19.799	58.638	53.965	43.887	40.687	30.867
Agricultura, silvicultura e pescas	1.361	302	1.309	2.972	2.473	2.767	2.645	2.481
Imobiliário	19.231	15.251	17.645	52.127	50.051	39.296	32.899	26.448
Particulares – hipotecas residenciais	19.005	1.672	60.290	80.967	73.916	70.884	65.286	57.535
- outros	20.027	3.337	3.625	26.989	28.186	27.922	26.323	26.459
Locações financeiras e créditos a prestações	2.705	6.666	7.992	17.363	15.632	14.218	13.909	13.044
Juros acumulados	2.348	29	86	2.463	2.344	1.497	1.250	—
Total a nível nacional	143.335	50.941	118.011	312.287	323.362	251.522	232.319	194.654
Residentes no estrangeiro	60.415	36.570	22.671	119.656	98.845	69.242	52.234	48.183
Total instalações Reino Unido	203.750	87.511	140.682	431.943	422.207	320.764	284.553	242.837
Estrangeiro								
Estados Unidos	38.706	42.123	45.448	126.277	135.059	92.166	90.606	74.027
Resto do Mundo	107.184	66.794	153.413	327.391	277.721	57.896	45.951	34.555
Total instalações no estrangeiro	145.890	108.917	198.861	453.668	412.780	150.062	136.557	108.582
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto	349.640	196.428	339.543	885.611	834.987	470.826	421.110	351.419
Provisões por imparidade de empréstimos				(10.889)	(6.449)	(3.933)	(3.884)	(4.168)
Empréstimos e adiantamentos a clientes – líquido				874.722	828.538	466.893	417.226	347.251
Taxa fixa	57.671	46.487	79.536	183.693	351.336	115.240	100.748	101.227
Taxa variável	291.969	149.941	260.007	701.918	483.651	355.586	320.362	250.192
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto	349.640	196.428	339.543	885.611	834.987	470.826	421.110	351.419

Exposições transfronteiriças

As exposições transfronteiriças são definidas como empréstimos a bancos e clientes (incluindo locações financeiras e crédito a prestações a receber) e outros activos monetários, incluindo reclamações noutras divisas que não a moeda local de estabelecimentos no estrangeiro sobre habitantes locais).

O quadro abaixo indica os valores pendentes transfronteiriços do Grupo que excedem 0,75% do valor total de activos do Grupo (incluindo aceitações), que totalizaram £2.401,7 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2008 (2007 – £1.840,8 mil milhões; 2006 – £856,8 mil milhões). Nenhum destes países teve dificuldades de reembolso que exigissem o refinanciamento do montante em dívida.

	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Estados Unidos	91.544	91.653	43.718
França	58.251	65.430	18.136
Alemanha	40.812	51.123	20.130
Espanha	36.441	31.651	9.341
Holanda	34.283	27.707	12.407
República da Irlanda	18.662	17.736	8.530
Ilhas Caimão	18.126	17.099	9.063
Japão	*	31.922	7.725
Itália	*	23.925	7.506
Noruega	*	*	7.768
Suíça	*	*	7.262
China	*	*	6.574

* Menos de 0,75% do total de activos do Grupo.

Provisões para imparidade dos empréstimos

Sobre os factores que determinam o valor das provisões, ver 'Imparidades" na página 99 e "Políticas contabilísticas críticas – Provisões para imparidade de empréstimos" nas páginas 185 e 186.

O quadro seguinte apresenta os elementos das provisões para imparidade de empréstimos.

	IFRS				
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Provisões no início do ano					
Nacional	3.258	3.037	2.759	2.675	2.408
Estrangeiro	3.194	898	1.128	1.470	1.477
	6.452	3.935	3.887	4.145	3.885
Transferência para grupos para alienação					
Nacional	—	—	—	—	—
Estrangeiro	(767)	—	—	—	—
	(767)	—	—	—	—
Conversão cambial e outros ajustamentos					
Nacional	107	5	(17)	(7)	(8)
Estrangeiro	1.334	178	(44)	58	(90)
	1.441	183	(61)	51	(98)
(Alienações)/aquisições de negócios					
Nacional	(108)	10	—	—	2
Estrangeiro	(70)	2.211	—	—	288
	(178)	2.221	—	—	290
Montante eliminados					
Nacional	(1.446)	(1.222)	(1.360)	(1.252)	(901)
Estrangeiro	(1.702)	(789)	(481)	(788)	(548)
	(3.148)	(2.011)	(1.841)	(2.040)	(1.449)
Recuperações de montantes eliminados em exercícios anteriores					
Nacional	116	158	119	97	85
Estrangeiro	203	184	96	75	59
	319	342	215	172	144
Imputado à demonstração de resultados					
Nacional	2.698	1.420	1.663	1.376	960
Estrangeiro	4.393	526	214	327	442
	7.091	1.946	1.877	1.703	1.402
Compensação de desconto					
Nacional	(151)	(150)	(127)	(130)	—
Estrangeiro	(43)	(14)	(15)	(14)	—
	(194)	(164)	(142)	(144)	—
Provisões no final do ano (1)					
Nacional	4.474	3.258	3.037	2.759	2.546
Estrangeiro	6.542	3.194	898	1.128	1.628
	11.016	6.452	3.935	3.887	4.174
Empréstimos e adiantamentos a clientes – brutos					
Nacional	312.287	323.362	251.522	232.319	194.654
Estrangeiro	573.324	511.625	219.304	188.791	156.765
	885.611	834.987	470.826	421.110	351.419
Provisões finais para clientes como % dos empréstimos e adiantamentos brutos a clientes (2)					
Nacional	1,43%	1,01%	1,21%	1,19%	1,31%
Estrangeiro	1,12%	0,62%	0,41%	0,60%	1,04%
Total	1,23%	0,77%	0,84%	0,92%	1,19%
Imputação clientes à demonstração de resultados como % dos empréstimos e adiantamentos brutos a clientes					
Nacional	0,86%	0,44%	0,66%	0,59%	0,49%
Estrangeiro	0,75%	0,10%	0,10%	0,17%	0,28%
Total	0,79%	0,23%	0,40%	0,40%	0,40%

Notas:
(1) Inclui as provisões finais por contrapartida de empréstimos e adiantamentos a bancos de £127 milhões (2007 – £3 milhões; 2006 – £2 milhões; 2005 – £3 milhões; 2004 – £6 milhões).
(2) As provisões finais para clientes excluem as provisões finais por contrapartida de empréstimos e adiantamentos a bancos.

Montantes de acordo com as IFRS (continuação)
Provisões para imparidade dos empréstimos (continuação)

O quadro seguinte apresenta informações complementares sobre as provisões para imparidade dos empréstimos.

	IFRS				
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos)					
- clientes	10.889	6.449	3.933	3.884	
- bancos	127	3	2	3	
Provisões específicas					
- clientes					3.607
- bancos					6
Provisão geral					561
	11.016	6.452	3.935	3.887	4.174
Média dos empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos)	858.333	567.900	445.766	402.473	299.430
Como % da média dos empréstimos e adiantamentos a clientes durante o exercício: total de provisões para clientes imputado à demonstração de resultados	0,81%	0,34%	0,42%	0,42%	0,47%
Montantes eliminados (líquidos de recuperações) – clientes	0,33%	0,29%	0,36%	0,46%	0,44%

Análise das provisões finais para imparidade dos empréstimos
O quadro a seguir analisa cliente as provisões para imparidade dos empréstimos por zona geográfica e tipo de cliente nacional

	IFRS									
	2008		2007		2006		2005		2004	
	Provisão final £m	% de empr. do total empr. %	Provisão final £m	% de empr. do total empr. %	Provisão final £m	% de empr. do total empr. %	Provisão final £m	% de empr. do total empr. %	Provisão final £m	% de empr. do total empr. %
Nacional										
Governo central e local	—	0,3	—	0,4	—	1,4	—	0,8	—	0,6
Indústria transformadora	127	1,7	93	1,6	94	2,4	138	2,8	127	1,8
Construção	254	1,1	75	1,2	63	1,8	74	1,7	71	1,4
Sector Financeiro	67	4,8	52	8,4	33	5,3	104	6,4	54	7,0
Indústria de serviços e actividades comerciais	778	6,6	562	6,5	647	9,3	647	9,7	516	8,8
Agricultura, silvicultura e pescas	19	0,3	21	0,3	25	0,6	26	0,6	23	0,7
Imobiliário	490	5,9	85	6,0	70	8,3	63	7,8	64	7,5
Particulares – hipotecas residenciais	36	9,1	36	8,8	37	15,1	36	15,5	32	16,4
- outros	2.235	3,0	2.054	3,4	1.826	5,9	1.513	6,3	1.277	7,5
Locações financeiras e créditos a prestações	194	2,0	132	1,9	103	3,0	88	3,3	122	3,7
Juros acumulados	—	0,3	—	0,3	—	0,3	—	0,3		
Total a nível nacional	4.200	35,1	3.110	38,8	2.898	53,4	2.689	55,2	2.286	55,4
Estrangeiro	4.745	64,9	2.289	61,2	442	46,6	652	44,8	1.321	44,6
Provisões para imparidades na carteira	8.945	100,0	5.399	100,0	3.340	100,0	3.341	100,0		100,0
Provisões para perdas latentes na carteira	1.944		1.050		593		543			
Provisões específicas									3.607	
Provisões gerais									561	
Total de provisões	10.889		6.449		3.933		3.884		4.168	

Análise das eliminações

O quadro seguinte analisa os montantes eliminados por zona geográfica e tipo de cliente nacional.

	IFRS				
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Nacional					
Indústria transformadora	61	29	41	40	55
Construção	51	21	29	17	12
Sector Financeiro	31	47	17	21	19
Indústria de serviços e actividades comerciais	299	190	212	176	163
Agricultura, silvicultura e pescas	5	4	5	4	9
Imobiliário	34	9	6	25	33
Particulares – hipotecas residenciais	1	—	5	4	4
- outros	938	909	1.021	950	516
Locações financeiras e créditos a prestações	26	13	24	15	90
Total a nível nacional	1.446	1.222	1.360	1.252	901
Estrangeiro	1.702	789	481	788	548
Total de eliminações (1)	3.148	2.011	1.841	2.040	1.449

Nota:
(1) Exclui £2 milhões eliminados em relação a empréstimos e adiantamentos a bancos em 2005.

Análise das recuperações

O quadro seguinte analisa as recuperações de montantes eliminados por zona geográfica e tipo de cliente nacional.

	IFRS				
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Nacional					
Indústria transformadora	2	—	—	1	1
Construção	—	—	—	1	—
Sector Financeiro	2	—	—	—	2
Indústria de serviços e actividades comerciais	12	7	5	2	1
Imobiliário	—	—	1	2	—
Particulares – hipotecas residenciais	—	—	—	—	1
- outros	96	143	101	84	78
Locações financeiras e créditos a prestações	4	8	12	7	2
Total a nível nacional	116	158	119	97	85
Estrangeiro	203	184	96	75	59
Total de recuperações	319	342	215	172	144

Montantes de acordo com as IFRS (continuação)

Elementos de risco do crédito e dos empréstimos potencialmente problemáticos

O controlo e os procedimentos de revisão dos empréstimos pelo Grupo não inclui a classificação dos empréstimos como não contabilizados, contabilizados vencidos, reestruturados e potencialmente problemáticos, conforme definido pela SEC nos EUA. O quadro seguinte mostra o valor estimado dos empréstimos que seriam reportados utilizando as classificações da SEC. Os números são expressos antes de deduzir o valor da garantia detida ou das provisões relacionadas.

As IFRS exigem que se reconheça o juro sobre um activo financeiro (ou um grupo de activos financeiros) após a imparidade à taxa de juro utilizada para descontar reparações ao avaliar a perda por imparidade. Assim, o juro sobre o activo financeiro depreciado é creditado em lucros ou perdas, à medida que o desconto sobre as recuperações esperadas é compensado. Não obstante, esse activo não é considerado como produtivo. Todos os empréstimos que têm uma provisão para imparidades são classificados como não contabilizados. Isto constitui uma alteração em relação à prática em 2004 e nos anos anteriores em que certos empréstimos com provisões eram classificados como em mora de 90 dias ou empréstimos potencialmente problemáticos (e os juros acrescidos neles).

	IFRS				
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Empréstimos registados numa base de juros não contabilizados (2):					
Nacional	8.588	5.599	5.420	4.977	3.658
Estrangeiro	10.891	4.763	812	949	1.075
Total	19.479	10.362	6.232	5.926	4.733
Empréstimos com juros contabilizados que estão contratualmente em mora de 90 dias ou mais em capital ou juros (3):					
Nacional	1.201	217	81	2	634
Estrangeiro	581	152	24	7	79
Total	1.782	369	105	9	713
Empréstimos não incluídos acima, que são classificadas como reestruturações de dívidas perturbadas pela SEC:					
Nacional	—	—	—	2	14
Estrangeiro	—	—	—	—	10
Total	—	—	—	2	24
Total elementos de risco na concessão de empréstimos	21.261	10.731	6.337	5.937	5.470
Empréstimos potencialmente problemáticos (4)					
Nacional	218	63	47	14	173
Estrangeiro	8	608	5	5	107
Total de empréstimos potencialmente problemáticos	226	671	52	19	280
Provisões finais para imparidades como % dos elementos de risco totais na concessão de empréstimos	52%	60%	62%	65%	76%
Provisões finais para imparidades como % dos elementos de risco totais na concessão de empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos	51%	57%	62%	65%	72%
Elementos de risco na concessão de empréstimos como % do crédito bruto a clientes excluindo *reverse repos*	2,51%	1,55%	1,55%	1,60%	1,83%

Notas:
(1) Para a análise acima, "Nacionais" consiste nas transacções nacionais realizadas pelo Grupo no RU. "Estrangeiro" inclui as transacções realizadas pelo Grupo através de estabelecimentos fora do RU e dos estabelecimentos do RU especificamente organizados para efectuar transacções bancárias internacionais.
(2) Todos os empréstimos para os quais é constituída uma provisão para imparidade são reportados na categoria não contabilizados.
(3) Empréstimos em que ocorreu um acontecimento de imparidade mas o mesmo não foi reconhecido. Esta categoria é utilizada para as facilidades de crédito não renováveis totalmente colaterizadas.
(4) Empréstimos relativamente aos quais ocorreu uma imparidade, mas não foi necessária uma provisão para imparidade. Esta categoria é utilizada para adiantamentos e facilidades de crédito renováveis em que a identificação como em mora de noventa dias não é viável.

	IFRS				
	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m	2004 £m
Proveitos brutos não reconhecidos mas que teria sido reconhecidos nos termos originais dos empréstimos sem juros contabilizados e empréstimos reestruturados					
Nacional	393	390	370	334	235
Estrangeiro	342	155	77	62	58
	735	545	447	396	293
Juros sobre empréstimos com juros não contabilizados e empréstimos reestruturados incluídos na margem financeira					
Nacional	150	165	142	130	58
Estrangeiro	43	16	15	14	7
	193	181	157	144	65

Análise dos depósitos – análise dos produtos

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos depósitos do Grupo por tipo e zona geográfica:

	IFRS		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Reino Unido			
Nacional:			
Depósitos à ordem – não remunerados	43.376	43.721	39.149
- remunerados	107.159	121.343	118.315
Depósitos a prazo – poupança	88.434	41.185	31.656
- outros	130.951	207.263	80.496
Residentes no estrangeiro:			
Depósitos à ordem – não remunerados	907	563	573
- remunerados	16.320	25.129	37.729
Depósitos a prazo – poupança	1.819	605	1.122
- outros	67.477	87.437	51.568
Total estabelecimentos no Reino Unido	456.443	527.246	360.608
Estrangeiro			
Depósitos à ordem – não remunerados	29.253	27.959	12.173
- remunerados	92.354	70.758	27.441
Depósitos a prazo – poupança	68.014	52.381	19.049
- outros	251.492	316.313	97.094
Total estabelecimentos no estrangeiro	441.113	467.411	155.757
Total de depósitos	897.556	994.657	516.365
Detidos para negociação	137.080	125.917	104.249
Designados pelo justo valor através dos resultados	8.054	7.505	3.922
Custo amortizado	752.422	861.235	408.194
Total de depósitos	897.556	994.657	516.365
Estrangeiro			
EUA	153.163	152.324	115.121
Resto do mundo	287.950	315.087	40.636
Total estabelecimentos no estrangeiro	441.113	467.411	155.757

Montantes de acordo com as IFRS (continuação)

Empréstimos obtidos a curto prazo

	IFRS		
	2008 £m	2007 £m	2006 £m
Papel comercial			
Em dívida no fim do exercício	78.581	78.612	12.675
Máximo em dívida no fim de qualquer mês durante o exercício	111.108	81.187	14.402
Valor médio aproximado durante o exercício	98.150	32.498	13.225
Taxa de juro média ponderada durante o exercício	3,3%	4,8%	4,9%
Taxa de juro média ponderada no fim do exercício	3,0%	5,5%	5,0%
Outros empréstimos obtidos a curto prazo			
Em dívida no fim do exercício	194.346	280.526	122.576
Máximo em dívida no fim de qualquer mês durante o exercício	395.132	312.557	130.867
Valor médio aproximado durante o exercício	299.513	188.326	112.008
Taxa de juro média ponderada durante o exercício	3,2%	4,6%	4,5%
Taxa de juro média ponderada no fim do exercício	2,5%	4,1%	4,5%

As taxas de juros médias durante o exercício são calculadas dividindo o total de encargos com juros pela quantia média do empréstimo. As taxas de juro médias no fim do exercício são taxas médias para um único dia e como tal podem reflectir distorções de mercado de um dia que podem não ser indicativas das taxas geralmente aplicáveis. Os vencimentos originais do papel comercial não ultrapassam um ano. A rubrica "Outros empréstimos obtidos a curto prazo" consiste principalmente em empréstimos nos mercados monetários incluídos em "Depósitos de bancos" e "Contas de clientes" nas demonstrações e geralmente têm vencimentos a um ano ou menos.

Certificados de depósito e outros depósitos a prazo

O quadro seguinte apresenta os dados dos certificados de depósito do Grupo e outros depósitos a prazo no montante de $100.000 dólares ou equivalente por maturidade residual.

	Até 3 meses £m	Mais de 3 meses mas menos de 6 meses £m	Mais de 6 meses mas menos de 12 meses £m	Mais de 12 meses £m	2008 Total £m
Empresas e sucursais baseadas no Reino Unido					
Certificados de depósito	23.076	7.475	9.236	13	39.800
Outros depósitos a prazo	62.623	7.665	5.939	12.359	88.586
Empresas e sucursais baseadas no estrangeiro					
Certificados de depósito	32.263	1.666	1.316	—	35.245
Outros depósitos a prazo	111.542	13.498	7.983	15.641	148.664
	229.504	30.304	24.474	28.013	312.295

Outras obrigações de caixa contratuais

O quadro abaixo resume as outras obrigações de caixa contratuais por data de pagamento.

	Grupo					
2008	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
Locações operacionais	146	433	976	751	1.448	1.851
Obrigações contratuais para comprar bens ou serviços	237	892	486	208	303	1
	383	1.325	1.462	959	1.751	1.852
2007						
Locações operacionais	90	268	655	569	1.060	1.958
Obrigações contratuais para comprar bens ou serviços	441	1.007	748	199	5	2
	531	1.275	1.403	768	1.065	1.960

As facilidades formais não utilizadas do Grupo, linhas de crédito e outros compromissos de concessão de empréstimos atingiram £352.398 milhões (2007 – £332.811 milhões). Embora o Grupo tenha assumido os compromissos para fornecer estes fundos, algumas facilidades podem estar sujeitas ao cumprimento de certas condições pela contraparte. O Grupo não espera que todas as facilidades sejam utilizadas e algumas podem expirar antes de serem utilizadas.

Taxas de câmbio

Excepto como indicado, os quadros seguintes mostram, para as datas ou períodos indicados, a Noon Buying Rate em Nova Iorque para as transferências telegráficas em libras esterlinas como certificadas para efeitos alfandegários pelo Federal Reserve Bank of New York:

USD por £1	Janeiro 2009	Dezembro 2008	Novembro 2008	Outubro 2008	Setembro 2008	Agosto 2008
Noon Buying Rate						
Elevada	1,5254	1,5457	1,6156	1,7804	1,8558	1,9743
Baixa	1,3658	1,4395	1,4789	1,5472	1,7497	1,8190

	2008	2007	2006	2005	2004
Noon Buying Rate					
Taxa no fim do período	1,4619	1,9843	1,9586	1,7188	1,9160
Taxa média no período (1)	1,8424	2,0073	1,8582	1,8147	1,8356
Taxa de consolidação (2)					
Taxa no fim do período	1,4604	2,0043	1,9651	1,7214	1,9346
Taxa média no período	1,8528	2,0015	1,8436	1,8198	1,8325

Notas:
(1) A média das Noon Buying Rates no último dia de negociação de cada mês durante o período.
(2) As taxas utilizadas pelo Grupo para converter dólares dos EUA em libra esterlina para a elaboração das demonstrações financeiras.
(3) Em 25 de Fevereiro de 2009, a Noon Buyin Rate era £1,00 = US$1,4408.

Conjuntura económica e monetária

No segundo semestre de 2008, a economia mundial entrou no mais difícil período de uma geração. A falência de uma grande instituição financeira em Setembro coincidiu com um quase colapso dos frágeis mercados de financiamento interbancário. Uma elevada aversão ao risco entre investidores levou a uma volatilidade sem precedentes em todos os mercados financeiros do mundo, incluindo acções, rendimento fixo e câmbios. Os preços de muitos activos caíram, com os mercados do imobiliário e dos valores mobiliários a serem os mais atingidos, enquanto uma "fuga para o título de qualidade" levou a uma recuperação dos mercados das obrigações governamentais que empurrou as taxas de juros isentas de risco a longo prazo para os valores mais baixos de todos os tempos em muitos mercados desenvolvidos.

O pronunciado aumento em preços de matérias-primas no primeiro semestre de 2008, juntamente com uma intensificação da crise financeira, levou a uma ainda maior deterioração da confiança do sector privado em todas as maiores economias. O consumo privado baixou significativamente. Condições de procura mais baixas afectaram negativamente as perspectivas de rentabilidade e de emprego. Os decisores políticos responderam agressivamente. Desde Setembro, os governos propuseram ou implementara, medidas que incluem a recapitalização do sector bancário, baixas de impostos e/ou despesas em novas infra-estruturas. Os bancos centrais providenciaram apoio através de cortes nas taxas e esquemas de cedência de liquidez. Apesar destas acções de apoio, a economia global continuou uma trajectória descendente no início de 2009, com muitas economias industrializadas em recessão.

No Reino Unido, a taxa de desconto oficial caiu de 5,5% no início de 2008 para 1,0% em Fevereiro 2009. O Banco de Inglaterra manteve-se prudente no primeiro semestre de 2008, com uma política de baixar a taxa uns modestos de 25 pb por duas vezes. As crescentes pressões inflacionárias foram um constrangimento importante, com uma taxa de inflação a subir até 5,2% em Setembro, o valor mais alto desde a independência operacional do Banco de Inglaterra em 1997, e bem acima da meta oficial de 2%. Antes de Outubro, o Banco concentrou-se em medidas sobre a liquidez para apoiar o sistema financeiro. Quando, no final do quarto trimestre de 2008, se tornou claro que a confiança no resto da economia caiu para níveis consistentes com uma contracção profunda, a política tornou-se mais agressiva. O governo assistiu a recapitalização do sector bancário, enquanto o Banco de Inglaterra reduziu rapidamente as taxas, de 5,0% em Outubro para 1,0% em Fevereiro 2009.

No entanto, a economia já tinha recolhido demasiada energia negativa para evitar chegar a uma recessão oficial – o PIB declinou em 2,1% no segundo semestre de 2008 e espera-se que continue a cair ainda mais em 2009. Uma razão é que as políticas de taxas mais baixas falharam em se traduzir efectivamente em condições monetárias mais facilitadas para o sector privado. A taxa LIBOR a três meses, um determinante principal dos custos de empréstimos para os lares e as firmas, manteve-se em média cerca de 100 pb acima da Taxa do desconto oficial prevalecente, bem acima da média de longo prazo de 20 pb. A desvalorização de 17% da libra esterlina numa base ponderada pelo comércio não ofereceu uma compensação significativa para uma procura interna fraca devido às difíceis condições económicas prevalecentes entre os maiores parceiros comerciais do Reino Unido.

As taxas de intervenção dos Estados Unidos também desceram significativamente em 2008, de 4,25% em Janeiro para efectivamente zero em Dezembro. Sem espaço para cortar mais as taxas de juro, a Reserva Federal começou desde então a visar as taças de juro dos mercados de longo prazo para baixar directamente os financiamentos paras as famílias e as firmas, por exemplo, comprando *mortgage-backed securities* e papel comercial das empresas. Este ano, são prováveis mais políticas pouco ortodoxas. Tal como no Reino Unido, a política monetária falhou em ganhar velocidade no resto da economia. A LIBOR para US$ LIBOR esteva cerca de 100 pb mais alta do que a taxa de intervenção prevalecente.

Os EUA entraram oficialmente em recessão em Dezembro 2007 e, apesar de um estímulo fiscal no primeiro semestre do ano, a actividade continuou a cair durante 2008 e prevê-se que decline acentuadamente em 2009. Os efeitos foram gravemente sentido no emprego, com o sector não agrícola dos EUA a perder 2,6 milhões de empregos em doze meses até Dezembro. A desvalorização de 11% do dólar ajudou a impulsionar as exportações líquidas, fazendo do comércio internacional o maior contribuinte individual para o crescimento do PIB em 2008. No entanto, este apoio está a esmorecer no início de 2009, devido à queda da procura do estrangeiro.

A Zona Euro começou 2008 com um forte passo, com alguns países membros a conhecerem um crescimento acima das tendências no primeiro trimestre. No entanto, por várias razões, as condições pioraram acentuadamente durante o resto do ano e a região entrou oficialmente em recessão em no segundo trimestre. O crescimento na Alemanha, a maior economia da região e o maior exportador mundial, foi fortemente atingido pelo abrandamento no comércio internacional global. Muitas das economias mais periféricas, como a Irlanda ou Espanha, com níveis maior de endividamento, foram fortemente atingidas pela turbulência dos mercados de crédito e a queda dos preços dos activos. Prevê-se que a actividade económica da região continue a contrair em 2009.

Na Zona Euro, regra geral, houve menos apoio político do que no Reino Unido ou Estados Unidos, com a Taxa Implícita de Recompra sustentada em 4% no primeiro semestre de 2008. Em Julho 2008, o BCE aumentou as taxas em 25 pb para afastar os perigos de uma espiral inflacionista. As taxas oficiais começaram finalmente a cair em Outubro, quando o BCE participou num corte de taxas de juro globalmente coordenados para tranquilizar os investidores quanto ao medo da intensificação das dificuldades no sistema financeiro global. A forte valorização do euro contra o dólar também reduziu a competitividade dos exportadores da região.

Inicialmente, a região Ásia Pacífico pareceu estar isolada das dificuldades económicas, pois países como a China e a Indica continuaram a crescer fortemente no primeiro semestre de 2008. De facto, um surto de inflação reforçou as preocupações sobre o sobreaquecimento, e levou a uma série de medidas políticas que visavam o arrefecimento das condições monetárias. Mas esta percepção mudou no final de 2008, quando a recessão nos países mais industrializados sublinharam a exposição da região a uma redução do comércio internacional. As previsões de crescimento foram substancialmente cortadas, com o crescimento de 2009 da China e Índia a caírem potencialmente para metade do seu nível do ano anterior. Uma crescente aversão ao risco dos investidores internacionais também levou a a grandes saídas de capitais, colocando uma pressão descendente nas divisas em flutuação e mercados bolsistas locais.

As taxas de câmbio afectaram os lucros e custos reportados pelas subsidiárias do Grupo fora do Reino Unido, e o valor dos activos e passivos não denominados em libras esterlinas. A libra esterlina enfraqueceu significativamente em 2008, perdendo 28% contra o dólar e 30% contra o euro, respectivamente. Estes movimentos aumentaram o valor em libras esterlinas dos lucros, custos, activos e passivos não denominados em libras esterlinas. Como resultado, o Grupo reconhece os benefícios da conversão se ela reportar lucros e/ou tem uma posição positiva nos activos líquidos denominados em moeda estrangeira.

Supervisão

Reino Unido

A Financial Services Authority (FSA) do Reino Unido é o supervisor consolidado do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2008, 31 empresas no Grupo (à excepção da subsidiárias do Grupo ABN AMRO), abrangendo vários sectores dos serviços financeiros (actividades de banca, seguros e investimentos) foram autorizadas a realizar actividades financeiras reguladas pela FSA.

Os bancos do Grupo autorizados no RU incluem o Royal Bank, o NatWest, o Coutts & Co e o Ulster Bank Limited. As actividades grossistas, que não as actividades de Tesouraria do Grupo, estão concentradas na divisão de Global Markets do Grupo e são realizadas sob as denominações de Royal Bank e do NatWest. As actividades de banca de retalho são geridas pela divisão de Regional Markets. A excepção é o Ulster Bank Limited, que é gerido como uma divisão separada no seio do Grupo. O Ulster Bank Group transformar-se-á numa marca única na República da Irlanda, com a fusão do First Active com o Ulster Bank. O Ulster Bank Limited presta serviços bancários na Irlanda do Norte, enquanto o serviço bancário na República da Irlanda é prestado pelo Ulster Bank Ireland Limited que é supervisionado principalmente pela Financial Services Regulatory Authority irlandesa.

A actividade de gestão dos investimentos é realizada principalmente pelas empresas da divisão de Regional Markets, incluindo a Coutts & Co., Adam & Company Investment Management Limited e na divisão de Global Markets através do RBS Asset Management Limited.

A actividade de seguros gerais está predominantemente a cargo da Direct Line Insurance plc e a Churchill Insurance Company Limited. O ramo de seguros de vida é principalmente realizado pelo Royal Scottish Assurance plc e o National Westminster Life Assurance Limited (em parceira com a AVIVA plc).

Estados Unidos

O grupo é uma empresa holding bancária e uma empresa holding financeira segundo os termos da Lei sobre as Empresas Holding Bancárias dos EUA de 1956. Como tal, está sujeito à regulação e supervisão do Conselho de governadores do Sistema da Reserva Federal (a "Reserva Federal"). Entre outros serviços, as actividades e investimentos directos e indirectos do Grupo nos Estados Unidos são apenas de 'natureza financeira' ou 'incidental' ou 'complementar' a uma actividade financeira, determinada pela Reserva Federal. O Grupo também é obrigado a obter a aprovação prévia da Reserva Federal antes de adquirir, directa ou indirectamente, a propriedade ou controlo de mais de 5% de qualquer classe de acções com direito a voto de qualquer banco ou empresa holding bancária dos EUA.

Segundo a política actual da Reserva Federal, o Grupo é obrigado a actuar como fonte de financiamento para as suas subsidiárias bancárias nos EUA. Entre outros aspectos, esta obrigação de financiamento pode exigir que o Grupo injecte capital em qualquer uma das suas subsidiárias bancárias nos EUA se ficarem subcapitalizadas.

As subsidiárias bancárias e não bancárias do Grupo nos EUA e as sucursais do Royal Bank nos EUA também estão sujeitas à supervisão e regulação de vários outros organismos reguladores dos EUA. O RBS Citizens, NA é actualmente supervisionado pelo Office of the Comptroller of the Currency, encarregado da regulação e supervisão dos bancos que operam ao nível nacional. O Citizens Financial Group está sob a supervisão da Reserva Federal como empresa holding bancária. O Citizens Bank of Pennsylvania está sujeito à regulação e supervisão do Pennsylvania Department of Banking e do US Federal Deposit Insurance Corporation. A sucursal de Nova Iorque do Royal Bank é supervisionada pelo Departamento Bancário do Estado de Nova Iorque e a sua sucursal de Connecticut é supervisionada pelo Departamento Bancário de Connecticut. Ambas as sucursais estão sujeitas à supervisão da Reserva Federal, através do Federal Reserve Bank of Boston.

As entidades de seguros do grupo nos EUA são reguladas por autoridades de seguro estatais. O mediador de seguros do grupo nos EUA, a Greenwich Capital Markets, Inc, está sujeita a regulação e supervisão da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Financial Industry National Regulatory Association (FINRA) no que se refere às suas actividades de títulos. As actividades de futuros, o Greenwich Capital Markets, Inc. também está sujeita à regulação e supervisão pela US Commodity Futures Trading (CFTC) Commission e a Chicago Board of Trade (CBOT). Os negócios de matérias-primas do Grupo nos EUA, RBS Sempra Commodities, são primariamente regulados pela Federal Energy Regulatory Commission (FERC) e CFTC.

O Grupo está sujeito a extensos regulamentos que impõem às instituições financeiras a obrigação e manter políticas, procedimentos e controlos apropriados para detectar, prevenir e reportar situações de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções económicas dos EUA contra países estrangeiros designados, cidadãos norte-americanos e outros. Os regulamentos contra o branqueamento de capitais, antiterrorismo e sanções económicas tornaram-se um importante foco da política do governo dos EUA relacionada com as instituições financeiras e são rigorosamente aplicados pelos organismos governamentais americanos.

Holanda

O supervisor consolidado do ABN AMRO é o Banco Central Holandês, De Nederlandsche Bank (DNB). O DNB opera como supervisor prudencial dos bancos e companhias de seguro e também como parte do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Outras jurisdições

O Grupo opera em mais de 50 países através de uma rede de balcões, bancos locais e subsidiárias não bancárias.

Análise da regulação e desenvolvimentos
O Grupo trabalha com as associações comerciais nacionais e internacionais e envolve-se proactivamente com as autoridades reguladoras e de outras autoridades, como o Comissão de Basileia, a Comissão Europeia dos Supervisores Bancários e a Comissão da UE, a fim de compreender as implicações das alterações regulamentares propostas e contribuir para o desenvolvimento de política de regulação.

O Grupo e suas subsidiárias têm cooperado plenamente com as várias análises dos reguladores e desenvolvimentos no Reino Unido e internacionalmente, incluindo os inquéritos ou investigações sobre alegadas ou possíveis infracções aos regulamentos.

Reino Unido
O Grupo implementou com sucesso a Directiva para o Mercado de Instrumentos Financeiros ('MiFID') na data de implementação de 1 de Novembro de 2007. A MiFID estabeleceu um enquadramento legislativo abrangente ao nível europeu que agora é implementado no RU, para a constituição e gestão de empresas de investimento, facilidades comerciais multilaterais e mercados regulamentares.

As entidades autorizadas pela FSA também têm que cumprir com as regras concebidas para reduzir o âmbito para as firmas a serem usadas pelo crime financeiro, em especial, o branqueamento de capitais. As Joint Money Laundering Steering Group Guidance Notes revistas foram publicadas em 13 de Novembro de 2007, para tomarem em conta os novos Regulamentos sobre Branqueamento de Capitais 2007. Estes Regulamentos entraram em vigor em 15 de Dezembro de 2007 e implementaram a Terceira Directiva relativa ao Branqueamento de Capitais da UE. Entre outras disposições, os Regulamentos apoiam uma abordagem baseada no risco para combater o branqueamento de capitais, enquanto prescreve uma "vigilância reforçada" para clientes não presenciais, "pessoas politicamente expostas" (PEPs) e banco correspondente. Embora para todos os fins materiais o Grupo já esteja em conformidade – tendo estas provisões sido antecipadas nas orientações do sector há já algum tempo – os processos internos são continuamente revistos para garantir que as normas de boas práticas são cumpridas. Em especial, o Grupo emitiu novas orientações de política interna com base nos regulamentos e orientações de apoio do sector para todas as divisões que realizaram uma *gap analysis* como base para posteriores planos de acção, onde necessário.

No Reino Unido, o Grupo envolveu-se proactivamente em várias consultas legislativas e regulamentares. A estabilidade financeira e a protecção dos depositantes têm sido um ponto essencial para as autoridades de regulação do Reino Unido. O Grupo participou integralmente no processo de consulta sobre a Banking Reform Bill. Além disso, o Grupo continua a comentar as alterações regulamentares e legislativas com impacto no seu negócio. Os exemplos incluem a transposição da Consumer Credit Directive e Consumer Law Review pelo Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform (BERR); a Dormant Bank and Building Society Accounts Bill do Tesouro britânico; a Review of the Financial Ombudsman Service de Lord Hunt e revisão dos Códigos Bancários e nas consultas da FSA sobre liquidez e capital regulamentar.

Uma revisão pela Comissão da Concorrência e a FSA do Seguro de Protecção do Pagamento (PPI) está em curso, com a Comissão da Concorrência a redigir a ordem de implementação no seguimento da finalização das suas acções correctivas.

Em Julho 2008, o Office of Fair Trading (OFT) publicou os resultados do seu estudo mercado sobre as contas-correntes de particulares e está agora em consultas sobre as acções correctivas nas três áreas-chave da transparência, complexidade da estrutura de encargos e permuta. O OFT também continua o seu inquérito sobre as comissões interbancárias nos cartões de crédito e débito.

As firmas do Grupo reguladas no Reino Unido são membros do Financial Services Compensation Scheme (FSCS), que proporciona indemnizações a clientes elegíveis de firmas de serviços financeiros autorizadas que são incapazes de cumprir as suas obrigações. O FSCS é financiado por taxas anuais debitadas às firmas reguladas no RU. Estas taxas são repartidas entre as firmas com base nas suas quotas da tarifa base do FSCS: no caso dos tomadores de depósito, isto significa que as caixas são determinadas pela sua quota de depósitos protegidos. Como resultado do envolvimento da FSCS em vários incumprimentos bancários em 2008, haverá um impacto significativo sobre as taxas debitadas aos tomadores de depósitos, a começar por aquelas de 2008/09. Esses impactos estão reflectidos nas contas.

A FSA, no seu Plano de Negócios de 2008/09, enfatizou a focalização contínua no "Tratar honestamente o cliente" de acordo com a sua visão que a área de maior preocupação estrutural continua a ser o mercado de retalho. O Grupo empreendeu um processo de melhoramento contínuo de informação da gestão e análise de causas dos problemas com clientes, de modo a garantir que pode demonstrar que está a tratar, constantemente, os clientes com honestidade durante toda a vida útil do produto.

O Grupo também continua a cooperar com o Information Commissioner's Office, o organismo público independente do Reino Unido, criado para promover o acesso à informação oficial e à informação pessoal protegida. O Grupo continua a melhorar o seu processo de acordo com as orientações em evolução de modo a cumprir os requisitos de segurança da informação.

União Europeia
Na UE, o Grupo também respondeu a várias propostas para alterações regulamentares e legislativas, incluindo alterações propostas às Directivas sobre os Fundos Próprios e o estabelecimento de Colégios de Supervisores para melhorar a cooperação transfronteiriça entre supervisores. O Grupo também segue de perto o trabalho (e recomendações) do G7 e G10.

Estados Unidos
Nos EUA, o Grupo também se envolve construtivamente com os reguladores e outros organismos sobre alterações regulamentares e legislativa e procura assegurar uma implementação e cumprimento correctos. As questões actuais incluem a reforma das hipotecas e os empréstimos a estudantes.

Investigação do Departamento da Justiça

Conforme anteriormente divulgado pelo ABN AMRO, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos tem em curso uma investigação criminal sobre as actividades de compensação em dólares do ABN AMRO, procedimentos de cumprimento de controlo de activo do Office of Foreign Assets e outras matérias de cumprimento relacionadas com a Lei do Sigilo Bancário. O ABN AMRO colaborou e continua a colaborar activamente com a investigação. Antes da aquisição pelo Grupo, o ABN AMRO tinha chegado a um acordo de princípio com o Ministério da Justiça que resolveria todos os aspectos actualmente conhecidos da investigação em curso através de um acordo de acusação diferida mediante o pagamento, pelo ABN AMRO, de 500 milhões de dólares dos EUA (montante que foi contabilizado pelo ABN AMRO nas suas demonstrações intercalares dos seis meses findos em 30 de Junho de 2007). Estão em curso negociações para permitir a celebração de um acordo por escrito.

Exposições ao sub-prime

Algumas das subsidiárias do Grupo receberam pedidos de informação de vários organismos governamentais dos EUA e organizações auto-reguladoras, incluindo em relação aos seus produtos de hipotecas *sub-prime* e titularizações, *collateralised debt obligations* e produtos sintéticos relacionados com as hipotecas *sub-prime*. Em especial, durante Março 2008, o Grupo foi avisado pela SEC que ela tinha começado uma investigação formal não pública relativamente às actividades de exposições a títulos *sub-prime* e exposições às hipotecas residenciais do Grupo nos EUA. O Grupo e as suas subsidiárias estão a colaborar totalmente com estes vários pedidos de informação e investigações.

Outras jurisdições

O Grupo está activo na monitorização de desenvolvimentos regulatórios em todos os países onde ele opera, para garantir que as políticas internas são suficientes para garantir a gestão efectiva do risco regulamentar.

Descrição dos activos tangíveis

O Grupo opera em vários locais em todo o mundo, principalmente no RU. Em 31 de Dezembro de 2008, o Royal Bank e o NatWest tinham 651 e 1.628 sucursais de retalho, respectivamente, no RU. O Ulster Bank e o First Active tinham uma rede de 295 balcões e centros de negócios na Irlanda do Norte e na República da Irlanda. O Citizens tinha 1.606 estabelecimentos de banca de retalho (incluindo balcões em lojas) cobrindo o Connecticut, Delaware, Illinois, Indiana, Massachusetts, Michigan, New Hampshire, Nova Jérsia, Nova Iorque, Ohio, Pensilvânia, Rhode Island e Vermont. Uma maioria substancial de balcões do RU é propriedade do Royal Bank, do NatWest e das suas subsidiárias ou são detidas por arrendamento com prazos não expirados superiores a 50 anos. Os principais imóveis do Grupo incluem a sua sede em Gogarburn, Edimburgo, os seus estabelecimentos principais em Londres, em 135 e 280 Bishopsgate, e o centro de administração Drummond House situado em South Gyle, Edimburgo.

Os gastos totais em instalações (excluindo bens de investimento), computadores e outros equipamentos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram de £1.406 milhões (2007 – £1.792 milhões; 2006 – £1.140 milhões).

Principais accionistas

Os dados dos principais accionistas das acções ordinárias e preferenciais da empresa figuram na página 152.

Em Dezembro 2008, The Solicitor for the Affairs of Her Majesty's Treasury adquiriu 22.854 milhões de acções ordinárias representando 57,92% das acções ordinárias de capital emitidas. A participação ordinária da Legal & General Group plc diminuiu 5,04% em Dezembro 2007 para abaixo de 3% em Dezembro de 2008.

Para além do acima mencionado, não se verificaram alterações significativas, em termos percentuais, dos principais titulares de acções ordinárias e preferenciais da empresa durante os três anos findos em 25 de Fevereiro de 2009. Todos os accionistas dentro de uma classe de acções da empresa têm os mesmos direitos de voto.

Em 25 de Fevereiro de 2009, os administradores da empresa detinham opções de compra de um total 3.073.445 acções ordinárias da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2007, quase todas as acções preferenciais denominadas em dólares dos EUA e American Depositary Shares, que representam acções ordinárias da empresa, eram detidos por accionistas registados nos EUA. Todas as outras acções eram predominantemente detidas por accionistas registados fora dos EUA.

Contratos relevantes

A empresa e as suas subsidiárias são parte de vários contratos no decurso normal do negócio. Os contratos relevantes incluem:

Acordo de Consórcio e Accionistas (CSA)

Em 28 de Maio de 2007, o Fortis, a empresa, o Santander e a RFS Holdings celebraram o CSA. O Fortis Bank Nederland acedeu ao CSA em 26 de Julho de 2007. Em 3 de Outubro de 2008, o Estado Holandês adquiriu o Fortis Bank Nederland. Em 24 de Dezembro de 2008, o Estado da Holanda acedeu ao CSA no seguimento da sua aquisição das acções detidas pelo Fortis Bank Nederland no RFS Holdings de acordo com uma Escritura de Acesso, celebrada entre a RFS Holdings, a empresa, o Fortis Bank Nederland, Santander e o Estado da Holanda. O CSA rege as relações entre as partes do mesmo em relação às aquisições pela RFS Holdings do ABN AMRO. O CSA detalha, inter alia, o financiamento da RFS Holdings em conexão com a aquisição do ABN AMRO, os interesses de participação da RFS Holdings, o governo do RFS Holdings tanto antes como depois da aquisição do ABN AMRO, os acordos para a transferência de certos negócios do ABN AMRO, activos e passivos, para o Estado da Holanda (previamente Fortis Bank Nederland), a empresa e o Santander pós-aquisição do ABN AMRO, posteriores obrigações de financiamento do Estado da Holanda (previamente Bank Nederland), empresa e Santander após a aquisição do ABN AMRO onde o financiamento é exigido pela autoridades reguladoras em conexão para os negócios do ABN AMRO, a alocação de capital Core Tier 1 capital e alocações de impostos de conduta dos assuntos fiscais.

Carta de compromisso de "standby underwriting"

Em 28 de Maio de 2007, a empresa e a Merrill Lynch International assinaram uma carta de compromisso de "standby underwriting", nos termos da qual a Merrill Lynch International comprometeu-se a subscrever uma ou mais emissões da empresa de títulos elegíveis para serem tratadas como parte do seu capital de Tier 1 inovador ou não inovador e/ou valores mobiliários convertíveis que se podem converter em Acções Ordinárias, cujos proveitos seriam utilizados para financiar parte da porção em dinheiro da soma a pagar aos accionistas do ABN AMRO na liquidação das ofertas sobre as acções do ABN AMRO. O montante total do compromisso de *standby underwriting* da Merrill Lynch International foi de €6,2 mil milhões. De acordo com a carta, a empresa concordou em pagar determinadas comissões e despesas à Merrill Lynch International para remuneração do seu *standby underwriting*.

Acordo com o Bank of America para a venda do LaSalle

Em 22 de Abril de 2007, o ABN AMRO Bank e Bank of America celebraram um acordo para a venda do ABN AMRO Bank ao Bank of America de todas as acções em circulação do capital do ABN AMRO North America Holding Company (ABN AMRO North America), um sociedade constituída no Delaware cujas filiais incluem o LaSalle. A contrapartida para as acções foram US$ 21 mil milhões, sujeito a um ajustamento do preço de compra potencial se o ABN AMRO Bank estimar que o lucro líquido do ABN AMRO North America no período pré-fecho foi inferior a um limiar de rendimento especificado. O acordo também prevê aproximadamente US$ 6 mil milhões devidos pelo ABN AMRO North America a outros membros do grupo ABN AMRO a ser convertidao em acções ordinárias do ABN AMRO North América. O ABN AMRO Bank fez certas declarações e deu certas garantias ao Bank of America, incluindo, designadamente, quanto à titularidade das acções, autoridade e capacidade para celebrar o acordo, as demonstrações financeiras, impostos e benefícios dos empregados. As garantias dadas pelo ABN AMRO Bank foram repetidas no fecho do acordo. O ABN AMRO Bank está sujeito a indemnizar e exonerar o Bank of America por danos resultantes de certos eventos especificados, incluindo a infracção de qualquer acordo que sobreviva ao fecho.

Acordo de underwriting

Em 22 de Abril de 2008, a empresa, Goldman Sachs International, Merrill Lynch International, UBS e Royal Bank celebraram um acordo de *underwriting*, nos termos do qual a Merrill Lynch International, a Goldman Sachs International e UBS concordaram em procurar subscritores, ou falhando, subscreverem eles as Acções Ordinárias não tomadas no âmbito de uma Emissão de Direitos, em cada caso, ao preço de emissão pertinentes. Nos termos do acordo de *underwriting*, a empresa concordou em pagar determinadas comissões e despesas à Merrill Lynch International, Goldman Sachs International e UBS como contrapartida pelo seu compromisso de *underwriting*. A empresa fez algumas declarações e deu algumas garantias e cauções para as pessoas definidas como *underwriters* no Acordo de *Underwriting*. As responsabilidades da empresa não foram limitadas quanto a tempo e quantidade.

Venda da Angel Trains

Em 6 de Agosto de 2008, a empresa concluiu a venda da Angel Trains Group a um consórcio assessorado pela Babcock & Brown para um valor de empresa de £ 3, 6 mil milhões.

Venda da Tesco Personal Finance

Em 28 de Julho de 2008, a empresa anunciou que tinha concordado em vender sua participação de 50 por cento no capital da Tesco Personal Finance ao seu parceiro de *joint venture* Tesco plc, por um montante de £950 milhões, sujeito a ajustes de transacções. No âmbito desta operação, o Grupo continuará a prestar determinados serviços comerciais à Tesco Personal Finance após conclusão do acordo. A venda foi concluída em 19 de Dezembro de 2008.

Acordo de Primeira Oferta e Colocação

Nos termos de um contrato de oferta e colocação, efectivo a partir de 13 de Outubro de 2008, celebrado entre a empresa, UBS, Merrill Lynch International e o Tesouro britânico, (i) a empresa concordou em convidar accionistas qualificados a subscreverem novas acções ao preço de emissão de 65,5 pence por meio de uma Primeira Oferta, (ii) a UBS e Merrill Lynch International foram designados como co-patrocinadores, *bookrunners* conjuntos e agentes de colocação conjuntos e concordaram usar esforços razoáveis para encontrar subscritores para adquirir as novas acções a um preço não inferior ao da emissão de 65,5 pence, nos termos aprovados pelo Tesouro britânico, com base em que as novas acções colocadas estão sujeitas a *clawback*, na medida em que foram tomadas no âmbito da Oferta e (iii) o Tesouro britânico concordou que, na medida em que não sejam colocados ou tomadas no âmbito da Primeira Oferta e sujeita aos termos e condições estabelecidos no Acordo de Primeira Oferta e Colocação, o Tesouro britânico adquiriria essas novas acções ao preço de emissão de 65,5 pence.

Em contrapartida pelos seus serviços no âmbito da Primeira Oferta e Colocação, foi pago ao Tesouro britânico (i) uma comissão de 0,5 por cento do valor agregado das novas acções ao preço de emissão de 65,5 pence por nova acção a pagar na Admissão (conforme definido no Acordo de Primeira Oferta e Colocação) e no segundo dia útil após o dia em que o Acordo de Primeira Oferta e Colocação terminou, e (ii) uma comissão suplementar de 1 por cento do valor agregado das novas acções adquiridas por subscritores (incluindo o Tesouro britânico) com o preço de emissão de 65,5 pence por nova acção a pagar na Admissão (conforme definido no Acordo de Primeira Oferta e Colocação). A empresa pagou todos os custos legais e outros gastos do Tesouro britânico, UBS e Merrill Lynch International devidamente incorridos e os custos e despesas que os consultores financeiros do Tesouro britânico incorreram em relação à Primeira Oferta e Colocação e a emissão de Acções Preferenciais.

A empresa também suportou todos os custos e despesas relacionadas com a Primeira Oferta e Colocação e a Emissão de Acções Preferenciais, incluindo (de forma não exaustiva) comissões e despesas dos seus consultores profissionais, o custo de preparação, publicidade, impressão e distribuição dos prospectos da Primeira Oferta e Colocação e os outros documentos relacionados com a Primeira Oferta e Colocação e Emissão de Acções Preferenciais, as taxas de anúncio da FSA, todos os encargos pelo CREST e os honorários do Bolsa de valores de Londres e Euronext.

A empresa assumiu alguns compromissos para com o Tesouro britânico em relação a questões como concessão de empréstimos hipotecários, empréstimos às PME e de remuneração do Conselho de Administração. Estes compromissos foram destinadas a assegurar que todas as ajuda do estado envolvidas na aquisição potencial de novas acções e eventual participação da empresa no regime de garantia a ser promovido pelo Tesouro britânico, como parte de seu apoio ao sector bancário do Reino Unido, são compatíveis com o mercado comum nos termos da legislação da UE. Estas restrições deixarão de ser aplicáveis quando, em geral, for determinado que a empresa já não necessita de auxílios estatais.

Os compromissos que a empresa deu ao Tesouro britânico incluíram o seguinte:

- nenhum bónus será concedido a qualquer administrador em 2008 e quaisquer bónus recebidos pelos administradores em relação a 2009 serão pagos em acções restritas, a remuneração vai procurar recompensar a criação de valor a longo prazo e não incentivar a assunção de riscos excessivos (indicadores de curto prazo serão tomadas em conta apenas quando totalmente coerentes com a criação de valor a longo prazo e não encorajar riscos excessivos) e os Administradores que são demitidos receberão um pacote indemnizatório razoável e tido como justo;

- trabalhar com Tesouro britânico na nomeação de até três novos administradores independentes não executivos;

- manter a disponibilidade de crédito às PME e hipotecário nos níveis, no mínimo, de 2007 até o final de 2011 com a comercialização activa de produtos de empréstimos com preços competitivos;

- aumentar o seu apoio a projectos de capital partilhado até o final de 2009, a fim de ajudar aqueles com dificuldades nos pagamentos das suas hipotecas para permanecerem nas suas casas, seja através de esquemas bancários individuais ou pago para um fundo central gerido pelo sector; e

- publicar um relatório anual, por cada ano até 2011, dos seus empréstimos às PME e redigir relatórios públicos transparentes tanto para os créditos às PME como hipotecários, tal como acordado com o Tesouro britânico.

Além disso, a empresa concordou em limitar as suas actividades ao mais elevado de: (i) taxa anual de crescimento nominal do PIB do Reino Unido no ano anterior, e (ii) o crescimento histórico médio dos balanços do sector bancário do Reino Unido durante o período de 1987-2007, a menos que haja evidência que os limites são ultrapassados por razões não relacionadas com a prestação da ajuda. O Tesouro britânico concordou, em determinadas circunstâncias, consultar a empresa, com vista a fazer propostas à Comissão Europeia para obter esclarecimentos quanto à duração das condições e/ou procurar a sua não aplicação.

Venda do investimento no Bank of China

Em 14 de Janeiro de 2009, nos termos do (i) um contrato de colocação celebrado entre a empresa, RBS China Investments Sarl (uma subsidiária da empresa constituída no Luxemburgo) e ABN AMRO Bank NV, Sucursal de Hong Kong (ii) um contrato de colocação celebrado entre a empresa, RBS China Investments Sarl, ABN AMRO Bank NV, Sucursal de Hong Kong e Morgan Stanley & Co. International plc, e (iii) um contrato de compra e venda de acções celebrado entre RBS China Investments Sarl., Primestar Resource Holdings Limited e Orientmax Capital Limited, a empresa (através da RBS China Investments Sarl.) vendeu toda a sua participação de 4,26 por cento no Banco da China por HKD18,4 milhões.

Acordo da Segunda Oferta e Colocação

Nos termos de um contrato de oferta e colocação datada de 19 de Janeiro de 2009 celebrado entre a empresa, UBS, Merrill Lynch International e Tesouro britânico, , (i) a empresa concordou em convidar accionistas qualificados a subscreverem novas acções ao preço de emissão por meio da Oferta, (ii) a UBS e Merrill Lynch International foram designados como co-patrocinadores, *bookrunners* conjuntos e agentes de colocação conjuntos e concordaram usar esforços razoáveis para encontrar subscritores para adquirir as novas acções nos termos aprovados pela empresa e o Tesouro britânico, a um preço não inferior ao Preço de emissão, com base em que as novas acções colocadas estão sujeitas a *clawback*, na medida em que foram tomadas no âmbito da Oferta e (iii) o Tesouro britânico concordou que, na medida em que não sejam colocados ou tomadas no âmbito da Oferta e sujeito aos termos e condições estabelecidos no Acordo de Oferta e Colocação, o Tesouro britânico subscreverá ele próprio estas Novas acções ao Preço de Emissão.

Nos termos do Acordo da Segunda Oferta e Colocação, os proveitos agregados da Oferta e Colocação será utilizada integralmente para financiar o resgate de Admissão das Acções Preferenciais detidas pelo Tesouro britânico a 101 por cento do seu preço de emissão (£5.050.000.000), juntamente com os dividendos acumulados sobre as acções preferenciais (desde a 1 de Dezembro de 2008, mas excluindo a data de Admissão) e as comissões a pagar ao Tesouro britânico no âmbito do Acordo da Segunda Oferta e Colocação. Caso os proveitos da Oferta e Colocação sejam insuficientes para financiar o resgate das acções preferenciais, a empresa deve providenciar financiamento adicional dos seus próprios recursos e fazer uso das suas próprias reservas para permitir que o resgate seja efectuado na íntegra.

Em contrapartida da prestação dos seus serviços segundo o Acordo da Segunda Oferta e Colocação, a empresa deve pagar ao Tesouro britânico (i) uma comissão de 0,5 por cento do valor agregado das Novas Acções ao Preço de Emissão por Nova Acção a pagar no início de Admissão e no segundo dia útil após o dia em que o Acordo de Segunda Oferta e Colocação estiver encerrado e (ii) uma Comissão posterior de 1 por cento do valor agregado das Novas Ações subscritas por subscritores ao Preço de Emissão por Nova Acção pago na data da Admissão.

A empresa pagará ao Tesouro britânico, UBS e Merrill Lynch International todos os custos legais e outros custos e despesas (devidamente incorridos no caso das UBS e Merrill Lynch International) e aqueles que os consultores financeiros do Tesouro britânico incorreram em relação à Oferta e Colocação, resgaste das Acções Preferenciais ou quaisquer acordos no Acordo da Segunda Oferta e Colocação.

A empresa também deve assumir todos os custos e despesas relativas à Oferta e Colocação e Resgate das Acções Preferenciais, incluindo (de forma não exaustiva) comissões e despesas dos seus consultores profissionais, o custo de preparação, publicidade, impressão e distribuição dos prospectos da Oferta e Colocação e Resgate de Acções Preferenciais, as taxas de anúncio da FSA, todos os encargos pelo CREST e os honorários do Bolsa de Valores de Londres e Euronext.

As obrigações do Tesouro britânico, UBS e Merrill Lynch International sob o Acordo da Segunda Oferta e Colocação estão sujeitas a determinadas condições, incluindo, entre outras:

- a aprovação das Resoluções a serem propostas na Assembleia-Geral;
- a obtenção de aprovações regulamentares; e
- a Admissão tornar-se eficaz, o mais tardar às 08H00 do dia 15 de Abril de 2009 (ou numa hora ou data posterior e conforme o Tesouro britânico possa acordar).

Algumas das condições podem ser dispensada pelo Tesouro britânico à sua discrição. Antes da Admissão, o Tesouro britânico poderá rescindir o Acordo da Segunda Oferta e Colocação em determinadas circunstâncias. No caso de um evento de rescisão, nem a UBS nem a Merrill Lynch International têm direito a efectuar a cessação do Acordo da Segunda Oferta e Colocação, mas cada um pode terminar as suas obrigações conforme o Acordo da Segunda Oferta e Colocação.

Na cessação de funções por parte do UBS ou Merrill Lynch International, o Acordo da Segunda Oferta e Colocação vai continuar a estar em vigor entre as partes que não rescindam.

O Tesouro britânico tem o direito de ceder os seus direitos sob o Acordo da Segunda oferta e Colocação a qualquer entidade detida, directa ou indirectamente, pelo Tesouro britânico.

A empresa fez algumas declarações e deu algumas garantias e cauções ao Tesouro britânico, UBS e Merrill Lynch International segundo o Acordo de Segunda Oferta e Colocação. A responsabilidade da empresa é ilimitada em tempo e montante.

A empresa também assumiu perante o Tesouro britânico os seguintes compromissos:

- estender os compromissos de empréstimos feitos pelo Tesouro britânico na no Acordo de Primeira Oferta e Colocação em matéria de mercado de crédito de hipotecas e Às PME no Reino Unido. Estes compromissos também se aplicarão, agora, empréstimos para empresas maiores e industriais no Reino Unido; e
- um compromisso para aumentar o nível em que a concessão de empréstimos a preços competitivos é disponibilizado e activamente comercializado pelo Grupo no Reino Unido emr £6 mil milhões.

Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais

Nos termos de um acordo de subscrição de acções preferenciais, efectivo a partir de 13 de Outubro de 2008, entre a empresa e o Tesouro britânico, o Tesouro britânico subscreveu, e a empresa atribuiu e emitiu para o Tesouro britânico, as Acções Preferenciais por um valor total de £5 mil milhões. A empresa e o Tesouro britânico concordaram que seriam feitos pedidos à UKLA para que as acções preferenciais fossem admitidas na Lista Oficial e na Bolsa de Valores de Londres para Acções Preferenciais, para serem admitidas à negociação na Bolsa. De acordo com o Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais, a empresa concordou em pagar os custos e despesas de ambas as partes em relação à negociação do Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais e à subscrição, atribuição e emissão das Acções Preferenciais (incluindo, de forma não exaustiva, qualquer imposto de selo ou imposto de selo sobre títulos transaccionáveis). O Tesouro britânico tem o direito de ceder os seus direitos, sob o Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais, a qualquer entidade detida, directa ou indirectamente, pelo Tesouro britânico.

O Acordo Preferencial de Acções Preferenciais estava condicionada ao Acordo de Primeira Oferta e Colocação se tornar incondicional de acordo com seus termos.

Acordos de Subscrição e Transferência

Em conexão com a Primeira Oferta e Colocação, a empresa, Merrill Lynch International, UBS, Computershare e Encuentro Limited celebraram diversos acordos em 4 de Novembro de 2008, no que diz respeito à subscrição e transferência de acções ordinárias e acções preferenciais resgatáveis na Encuentro Limited. Nos termos destes acordos:

- a empresa e UBS e /ou a Merrill Lynch International concordaram a adquirir acções ordinárias na Encuentro Limited e entrar em opções de compra e venda em relação às acções ordinárias na Encuentro Limited subscritas pelo UBS e /ou a Merrill Lynch, que podiam ser exercidas se a Oferta e Colocação não prosseguisse;

- Merrill Lynch International ou UBS, conforme o caso, concordaram em aplicar as verbas recebidas de accionistas qualificados, subscritores ou Tesouro britânico no âmbito da Oferta e Colocação, subscrever as acções preferenciais remíveis na Encuentro Limited a um valor agregado igual a essas verbas, após dedução do montante de certas comissões e despesas; e
- a empresa concordou em atribuir e emitir Novas Acções àqueles beneficiários no mesmo contrapartida para a Merrill Lynch International ou UBS, conforme o caso, transferindo a sua participação de acções preferenciais remíveis e acções ordinárias na Encuentro Limited para a empresa.

Assim, em vez de receber dinheiro como contrapartida para a emissão de Novas Acções, na conclusão da Primeira Oferta e Colocação, a detinha a totalidade do capital de acções ordinárias e preferenciais remíveis da Encuentro Limited, cujos únicos activos eram as suas reservas de caixa, que representavam um montante equivalente ao proveito líquido da Primeira Oferta e Colocação. A empresa foi capaz de utilizar essa quantia equivalente aos proveitos líquidos da Primeira Oferta e Colocação ao exercer o seu direito de resgate sobre as acções preferenciais remíveis que detinha na Encuentro Limited.

Os accionistas qualificados não eram parte destes acordos e, portanto, não adquirem qualquer direito directo contra a Merrill Lynch International, UBS e Computershare, em conformidade com estes acordos. A empresa foi responsável por fazer cumprir as obrigações das outras partes, segundo os mesmos.

Divulgações segundo as Regras de Cotação da FSA

Com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008, o Grupo vendeu ao Santander (uma parte relacionada para os fins das Regras de Cotação da FSA) os seus interesses nos negócios da European Consumer Finance em Alemanha e Áustria para €306 milhões.

Informações aos accionistas

286	Calendário financeiro
286	Perguntas dos accionistas
287	Imposto sobre as mais-valias
287	Análise dos titulares de acções ordinárias
288	Mercado de negociação
291	Historial dos dividendos
292	Tributação dos accionistas nos Estados Unidos
295	Controlos cambiais
295	Estatutos
295	Constituição e registo
295	Código de ética
296	Endereços importantes
296	Estabelecimentos principais

Informações aos accionistas

Calendário financeiro

Assembleia-geral	3 de Abril de 2009 às 13H00 Edinburgh International Conference Centre, The Exchange, Morrison Street, Edimburdo
Resultados intercalares	7 de Agosto de 2009

Dividendos	
Datas de pagamento:	
Acções preferenciais cumulativas	29 de Maio e 31 de Dezembro de 2009
Acções preferenciais não cumulativas	31 de Março, 30 de Junho 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 2009
Datas dividendos excluídos:	
Acções preferenciais cumulativas	29 de Abril de 2009
Datas de registo:	
Acções preferenciais cumulativas	1 de Maio de 2009

Perguntas dos accionistas

As participações na empresa podem ser verificadas consultando o nosso sítio Web (www.rbs.com/shareholder). Para ter acesso a esta informação é necessário o número de referência do accionista impresso no certificado das acções ou o comprovativo fiscal.

Pagamentos de dividendos

A empresa paga os seus dividendos em libras esterlinas embora os accionistas possam optar por receber o pagamento em dólares norte-americanos ou euros. Os accionistas que pretendam receber o pagamento em dólares norte-americanos ou euros devem pedir um formulário de instruções ao secretariado da empresa:

Computershare Investor Services PLC
The Pavilions
Bridgwater
Road Bristol
BS99 6ZZ
Telefone: 0870 702 0135
Fax: 0870 703 6009
Email: web.queries@computershare.co.RU

Os accionistas também podem descarregar um formulário de instruções através do nosso sítio Web (www.rbs.com/shareholder). Os formulários de instruções preenchidos devem ser devolvidos ao secretariado o mais tardar até 15 dias úteis antes da data de pagamentos dos dividendos.

Revisão e Resumo das Demonstrações Financeira Anuais em Braille e áudio

Os accionistas que pretendam uma versão em Braille ou áudio da Revisão e Resumo das Demonstrações Financeiras Anuais devem contactar o Secretariado pelo n.º 0870 702 0135.

ShareGift

A empresa sabe que os accionistas que detêm um pequeno número de acções podem estar a reter essas acções porque devidos aos custos de negociação pode não ser economicamente vantajoso aliená-las. O ShareGift, o plano de doação de acções para obras de beneficência é um serviço grátis operado pela Orr Mackintosh Foundation (instituição registada sob o nº 1052686) a fim de permitir aos accionistas doarem acções para fins de caridade.

Se pretender doar as suas acções a estas instituições, contacte o ShareGift para mais informações:

ShareGift, The Orr Mackintosh Foundation,
17 Carlton House Terrace, London SW1Y 5AH
Tel: 020 7930 3737
www.ShareGift.org

Doar as suas acções desta forma não dá origem a um ganho nem a uma perda para efeitos do imposto britânico sobre as mais-valias. Talvez possa reclamar o imposto sobre o rendimento referente às acções doadas. Para mais informações contacte o HM Revenue & Customs.

Aviso aos accionistas – fraude "boiler room"

Durante o último ano, muitas empresas tomaram consciência de que os seus accionistas tinham recebido chamadas telefónicas ou correspondência não solicitadas relativamente a questões de investimento. Normalmente, vinham do "corretores" sedeados no estrangeiro visando accionistas do Reino Unido, oferecendo-lhes para venda o que depois se verifica serem acções sem valor ou de elevado risco de investimentos nos EUA ou Reino Unido. Estas operações são comummente conhecidas como "boiler rooms". Estes "corretores" podem ser muito persistente e extremamente persuasivos e, num inquérito de 2006, pela Financial Services Authority (FSA), foi reportado que o valor médio perdido pelos investidores foi de cerca £20,000.

Não foi apenas os investidores novatos que foram enganados desta maneira; muitas das vítimas já investem com sucesso há vários anos. Os accionistas são avisados a desconfiarem de qualquer conselho não solicitado para comparar acções com desconto ou ofertas de relatórios gratuitos sobre empresas. Se receber um conselho de investimento não solicitado:

- Assegurar-se de que obtém os nomes correctos da pessoa e organização;
- Verificar se eles estão devidamente autorizados pela FSA antes de se envolver, visitando www.fsa.gov.uk/register;
- Comunicar o assunto à FSA por telefone pelo n.º 0845 606 1234 ou visitando www.moneymadeclear.fsa.gov.uk; e
- Se as chamadas persistirem, desligar.

Se estiver a tratar com uma firma não autorizada, não será elegível para receber pagamento sob o Financial Services Compensation Scheme. A FSA pode ser contactada por preenchimento de um formulário *on-line* em www.fsa.gov.uk/pages/doing/regulated/law/alerts/overseas.shtml

Os pormenores de quaisquer facilidades de negociação de acção que a empresa apoiar serão incluídos os mailings da empresa.

Mais informações detalhadas sobre esta ou actividade similar podem encontrar-se no sítio Web da FSA website www.moneymadeclear.fsa.gov.uk

Imposto sobre as mais-valias

Para os accionistas que detinham acções ordinárias do RBS em 31 de Março de 1982, o valor de mercado de uma acção ordinária detida era de 103p. Após ajustamento para o seguinte:

- emissão de direitos de 1 de Março de 1985;
- emissão de capitalização de 1 de Setembro de 1989;
- emissão de Acções de Valor Adicional Bonificadas em 12 de Julho de 2000;
- emissão de acções ordinárias bonificadas em 8 de Maio de 2007;
- emissão de direitos de 6 de Junho de 2008;
- emissão de capitalização de 15 de Setembro de 2008; e
- direito básico segundo a oferta de 1 de Dezembro de 2008,

o valor base ajustado de 31 de Março de 1982 de uma acção ordinária detida presentemente é 73p.

Para os accionistas que detinham acções ordinárias do NatWest em 31 de Março de 1982, o valor de mercado de uma acção detida era de 28,39p para os accionistas que aceitaram os termos básicos da oferta do RBS. Este valor tem em conta o seguinte:

- emissão de direitos de acções ordinárias do NatWest de Agosto de 1984;
- emissão de direitos de acções ordinárias do NatWest de Junho de 1986;
- emissão de acções ordinárias bonificadas do NatWest de Junho 1989;
- emissão de Acções de Valor Adicional Bonificadas em 12 de Julho de 2000;
- emissão de acções ordinárias bonificadas em 8 de Maio de 2007;
- emissão de direitos de 6 de Junho de 2008;
- emissão de capitalização de 15 de Setembro de 2008;
- o direito básico segundo a oferta de 1 de Dezembro de 2008.

A informação apresentada acima constitui apenas um guia de carácter geral, baseado apenas na legislação actual do Reino Unido e nas práticas do HM Revenue & Customs nesta data. A presente informação refere-se apenas à situação dos accionistas particulares residentes no Reino Unido para efeitos fiscais, que são os proprietários reais das suas acções e que as detêm como investimento. Não se refere à situação dos accionistas que não são accionistas particulares, dos que residem fora do Reino Unido para efeitos fiscais ou de certos tipos de accionistas, como os correctores de títulos.

Análises dos titulares de acções ordinárias em 31 de Dezembro de 2008

	Participações	Número de acções – milhões	%
Particulares	195,459	982.9	2.5
Bancos e empresas titulares nominais	28,242	37,496.0	95.0
Fundos de investimento	179	7.0	—
Companhias de seguros	283	7.8	—
Outras empresas	2,131	893.6	2.3
Fundos de pensões	46	30.2	0.1
Outras pessoas colectivas	88	38.5	0.1
	226,428	39,456.0	100.0

Série de participações			
1 – 1.000	75,566	31.9	0.1
1.001 – 10.000	123,493	441.6	1.1
10.001 – 100.000	25,347	557.7	1.4
100.001 – 1.000.000	1,192	385.8	1.0
1.000.001 – 10.000.000	613	2,106.5	5.3
A partir de 10.000.001 e acima	217	35,932.5	91.1
	226,428	39,456.0	100.0

Mercado de negociação

Acções preferenciais não cumulativas em dólares
Em 26 de Março de 1997, 8 de Fevereiro de 1999, 30 de Setembro de 2004, 26 de Agosto de 2004, 19 de Maio de 2005, 9 de Novembro de 2005, 25 de Maio de 2006, 27 de Dezembro de 2006, 28 de Junho de 2007, 27 de Setembro de 2007 e 4 de Outubro de 2007 a empresa emitiu as seguintes Acções Depositárias Americanas (ADS) que representam acções preferenciais não cumulativas em dólares da empresa, nos Estados Unidos, que em 31 de Dezembro de 200 estavam em circulação:

8.000.000 Série F ("ADS da Série F") que representam 8.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série F;

12.000.000 Série H ("ADS da Série H") que representam 12.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série H;

34.000.000 Série L ("ADS da Série L") que representam 34.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série L;

37.000.000 Série M ("ADS da Série M") que representam 37.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série M;

40.000.000 Série N ("ADS da Série N") que representam 40.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série N;

22.000.000 Série P ("ADS da Série P") que representam 22.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série P;

27.000.000 Série Q ("ADS da Série Q") que representam 27.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série Q;

26.000.000 Série R ("ADS da Série R") que representam 26.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série R;

38,000,000 Série S ("ADS da Série S") que representam 38.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série S;

64.000.000 Série T ("ADS da Série T") que representam 64.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série T; e

15.000 Série U ("ADS da Série U") que representam 15.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série U.

Cada uma das respectivas ADS acima indicadas representa o direito a receber uma acção preferencial correspondente, e é comprovada por um Recibo de Depósito Americano (ADR) e está cotada na Bolsa de Valores de Nova Iorque, uma subsidiária da Euronext NYSE ("NYSE").

Os ADR que comprovam as ADS acima foram emitidos de acordo com os Contratos de Depósito entre a empresa, The Bank of New York, como depositário, e todos os titulares ocasionais de ADRs emitidos ao abrigo dos mesmos. Actualmente não existe mercado de negociação fora dos Estados Unidos para qualquer uma das acções preferenciais não cumulativas em dólares. Todas as acções preferenciais não cumulativas em dólares são detidas pelo depositário, como depositário, sob a forma de acções ao portador.

Em 31 de Dezembro de 2008 existiam 106 accionistas registados de ADS da Série F, 68 accionistas registados de ADS da Série H, 30 accionistas registados de ADS da Série L, 7 accionistas registados de ADS da Série M, 39 accionistas registados de ADS da Série N, 50 accionistas registados de ADS da Série P, 15 accionistas registados de ADS da Série Q, 2 accionistas registados de ADS da Série R, 3 accionistas registado de ADS da Série S, 29 accionistas registados de ADS da Série T e 1 accionista registado de ADS da Série U.

PRO
Em 20 de Agosto de 2001, a empresa emitiu US$1,2 mil milhões em títulos perpétuos tier 1 (PRO) ligados a uma oferta pública nos Estados Unidos. Os PRO estão cotados na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

ADS que representam acções ordinárias
Em 17 de Outubro de 2007, as ADS cotadas da empresa, cada uma representavam uma acção ordinária com o valor nominal de 25p (ou o direito de receber uma acção ordinária) comprovados por um ADR ou títulos não certificados, na NYSE. Com efeito a partir de 7 de Novembro de 2008, o rácio de uma ADS que representava uma acção ordinária alterou-se para um ADS representar 20 acções ordinárias. Em 31 de Dezembro de 2008, estavam em circulação 12,9 milhões de ADS. As ADS foram emitidas no âmbito da oferta da empresa sobre as acções do capital social em circulação do ABN AMRO Holding N.V.

As ADS descritas no parágrafo acima foram emitidas de acordo com um Contrato de Depósito entre a empresa, o Bank of New York Mellon, como depositário, e todos os proprietários e titulares ocasionais de ADS emitidas ao abrigo do mesmo. As acções ordinárias da empresa estão cotadas e são negociadas na bolsa de valores de Londres. Todas as acções ordinárias estão depositadas no estabelecimento principal, em Londres, do Bank of New York Mellon, como entidade de custódia, para o depositário.

A tabela seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda alto e baixo de cada uma das ADS em circulação que representa acções preferenciais não cumulativas em dólares e PRO, conforme referido na fita de teleinformação da NYSE:

Números em US$		Série F ADS	Série H ADS	Série L ADS	Série M ADS	Série N ADS	Série P ADS	Série Q ADS	Série R ADS	Série S ADS	Série T ADS	Série U ADS	PRO (1)
Por mês													
Janeiro 2009	Alto	14,19	12,99	10,89	12,25	11,75	11,50	12,18	11,30	11,84	13,51	43,96	56,03
	Baixo	3,35	3,17	2,51	2,73	2,80	2,68	3,00	2,67	2,94	3,80	12,49	25,00
Dezembro 2008	Alto	11,33	10,55	8,80	9,45	9,29	8,97	9,74	8,97	9,55	11,07	48,92	56,25
	Baixo	8,51	8,03	6,67	7,05	7,19	6,95	7,47	6,96	7,32	8,42	39,84	53,60
Novembro 2008	Alto	13,34	13,40	10,37	10,84	11,30	10,71	11,34	10,32	11,15	12,36	52,91	69,74
	Baixo	8,60	6,75	5,50	6,00	6,48	5,70	5,64	5,50	6,00	6,40	46,89	55,25
Outubro 2008	Alto	14,10	12,78	10,94	11,36	11,70	11,10	12,20	11,16	11,98	13,09	74,78	84,10
	Baixo	5,10	5,00	4,37	4,51	4,20	4,50	4,34	4,16	4,36	5,43	44,62	68,63
Setembro 2008	Alto	23,24	21,90	17,31	19,36	19,29	18,76	20,49	18,32	20,06	22,42	86,72	96,30
	Baixo	8,39	7,00	4,74	8,49	5,98	5,24	5,80	5,40	6,25	8,00	74,34	83,82
Agosto 2008	Alto	24,00	22,11	16,86	18,83	18,72	18,22	20,18	17,81	19,53	21,98	84,68	90,90
	Baixo	21,45	19,88	15,06	16,85	16,44	16,30	18,12	16,05	17,74	20,07	83,20	90,13
Por trimestre													
2008: Quarto trimestre	Alto	14,10	13,40	10,94	11,36	11,70	11,10	12,20	11,16	11,98	13,09	74,78	84,10
	Baixo	5,10	5,00	4,37	4,51	4,20	4,50	4,34	4,16	4,36	5,43	39,84	53,60
2008: Terceiro trimestre	Alto	24,00	22,11	17,31	19,36	19,29	18,76	20,49	18,32	20,06	22,42	92,03	96,30
	Baixo	8,39	7,00	4,74	8,49	5,98	5,24	5,80	5,40	6,25	8,00	74,34	83,82
2008: Segundo trimestre	Alto	25,74	24,95	20,22	22,64	22,73	22,01	23,74	21,57	22,99	24,73	96,63	93,76
	Baixo	21,50	20,15	16,12	17,90	18,10	17,34	18,78	17,08	18,62	20,40	85,25	89,23
2008: Primeiro trimestre	Alto	25,59	25,30	22,27	24,12	24,01	23,85	24,95	23,52	24,66	25,66	105,61	107,55
	Baixo	24,50	24,00	18,05	20,60	19,78	20,05	21,80	19,79	20,77	23,95	86,13	93,76
2007: Quarto trimestre	Alto	25,85	25,50	21,34	23,23	23,10	22,89	24,80	22,54	24,11	25,48	107,98	109,95
	Baixo	23,60	22,70	17,90	19,68	19,50	19,25	20,71	18,96	20,26	22,61	98,34	100,49
2007: Terceiro trimestre	Alto	26,23	25,60	22,23	24,60	24,30	24,14	25,88	23,55	25,20	25,10	—	112,88
	Baixo	25,25	24,95	20,30	22,22	21,98	21,76	23,49	21,20	22,77	24,95	—	104,94
2007: Segundo trimestre	Alto	26,50	25,78	24,36	25,88	25,67	25,78	26,40	25,35	25,00	—	—	118,15
	Baixo	25,39	25,10	21,80	24,10	23,81	23,51	24,95	23,30	24,75	—	—	110,17
2007: Primeiro trimestre	Alto	25,76	25,85	24,75	25,99	25,75	25,83	26,91	25,50	—	—	—	122,07
	Baixo	25,26	25,21	24,02	25,50	25,35	25,25	26,08	24,79	—	—	—	115,81
2008	Alto	25,74	25,30	22,27	24,12	24,01	23,85	24,95	23,52	24,66	25,66	105,61	107,55
	Baixo	5,10	5,00	4,37	4,51	4,20	4,50	4,34	4,16	4,36	5.,3	39,84	53,60
2007	Alto	26,50	25,85	24,75	25,99	25,75	25,83	26,91	25,50	25,20	25,48	107,98	122,07
	Baixo	23,60	22,70	17,90	19,68	19,50	19,25	20,71	18,96	20,26	22,61	98,34	100,49
2006	Alto	27,25	25,95	24,62	26,08	25,96	26,07	26,76	—	—	—	—	122,23
	Baixo	25,29	25,01	21,15	23,58	23,32	22,76	24,67	—	—	—	—	106,06
2005	Alto	28,00	26,19	24,99	26,75	26,23	25,50	—	—	—	—	—	129,57
	Baixo	26,02	25,20	22,67	24,77	24,70	24,60	—	—	—	—	—	116,70
2004	Alto	28,45	25,87	24,68	26,16	—	—	—	—	—	—	—	125,14
	Baixo	25,65	24,45	23,51	25,13	—	—	—	—	—	—	—	110,58

Nota:
(1) Preço cotado como % de US$1,000 nominal

Acções ordinárias

A tabela seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda altos e baixos das acções ordinárias da empresa na Bolsa de Valores de Londres, com base na Lista Diária Oficial da Autoridade de Cotações do Reino Unido e reformulada pelo efeito da emissão de direitos em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008.

Por mês		£	Por trimestre		£	Por ano		£
Janeiro 2009	Alto	0,5500	2008: Quarto trimestre	Alto	1,8620	2008	Alto	3,7054
	Baixo	0,1030		Baixo	0,4140		Baixo	0,4140
Dezembro 2008	Alto	0,7010	2008: Terceiro trimestre	Alto	2,4293	2007	Alto	6,0208
	Baixo	0,4140		Baixo	1,6098		Baixo	3,3265
Novembro 2008	Alto	0,6900	2008: Segundo trimestre	Alto	3,2156	2006	Alto	5,5770
	Baixo	0,4170		Baixo	2,0707		Baixo	4,6559
Outubro 2008	Alto	1,8620	2008: Primeiro trimestre	Alto	3,7054	2005	Alto	5,1081
	Baixo	0,5680		Baixo	2,5540		Baixo	4,2456
Setembro 2008	Alto	2,4293	2007: Quarto trimestre	Alto	4,7689	2004	Alto	4,9155
	Baixo	1,6180		Baixo	3,3265		Baixo	4,0865
Agosto 2008	Alto	2,4293	2007: Terceiro trimestre	Alto	5,3802			
	Baixo	2,0439		Baixo	4,2581			
			2007: Segundo trimestre	Alto	5,7780			
				Baixo	5,2169			
			2007: Primeiro trimestre	Alto	6,0208			
				Baixo	5,4514			

Em 24 de Fevereiro de 2009, o preço de fecho das acções na Bolsa de Valores de Londres foi £0,2210, equivalente a $0,3184, por acção convertido à Taxa de Compra (Noon Buyin Rate) de $1,4408 por £1,00 em 24 de Fevereiro de 2009.

ADS

O quadro seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda altos e baixos para as ADS ordinárias da empresa, como referido na fita de teleinformação da NYSE e reformulados pelo efeito da emissão de direitos em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008.

Por mês		US$	Por trimestre		US$	Por ano		US$
Janeiro 2009	Alto	16,70	2008: Quarto trimestre	Alto	66,00	2008	Alto	149,05
	Baixo	3,33		Baixo	12,20		Baixo	12,20
Dezembro 2008	Alto	20,75	2008: Terceiro trimestre	Alto	93,85	2007	Alto	189,25
	Baixo	12,66		Baixo	55,00		Baixo	141,18
Novembro 2008	Alto	22,80	2008: Segundo trimestre	Alto	129,96			
	Baixo	12,20		Baixo	83,71			
Outubro 2008	Alto	66,00	2008: Primeiro trimestre	Alto	149,05			
	Baixo	18,00		Baixo	105,18			
Setembro 2008	Alto	86,05	2007: Quarto trimestre	Alto	189,25			
	Baixo	55,00		Baixo	141,18			
Agosto 2008	Alto	93,85						
	Baixo	78,63						

Com efeitos a partir de 7 de Novembro de 2008, o rácio de uma ADS representando uma acção ordinária foi alterado para uma ADS representando 20 acções ordinárias. Os preços no quadro foram ajustados em conformidade.

Em 24 de Fevereiro de 2009, o preço de fecho das ADS ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque foi $6,82.

Historial do dividendos

Dividendos de acções preferenciais e outros dividendos não relacionados com o capital próprio

	2008				2007		2006		2005		
	Passivos subordinados		Capital próprio		Passivos subordinados	Capital próprio	Passivos subordinados	Capital próprio	Passivos subordinados	Capital próprio	2004
Amount per share	$	£	$	£	£	£	£	£	£	£	£
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01											
– Série D (resgatada Março 2006)	—	—			—		0,21		1,13		1,11
– Série E (resgatada Janeiro 2007)	—	—			0,04		1,10		1,12		1,10
– Série F	1,91	1,04			0,96		1,03		1,06		1,04
– Série G (resgatada Janeiro 2007)	—	—			0,04		1,00		1,02		1,00
– Série H	1,81	0,99			0,91		0,98		1,00		0,98
– Série I (resgatada Março 2006)	—	—			—		0,20		1,10		1,08
– Série J (resgatada Novembro 2005)	—	—			—		—		1,06		1,15
– Série K (resgatada Janeiro 2007)	—	—			0,04		1,06		1,09		1,07
– Série L	1,44	0,78			0,72		0,78		0,79		0,19
– Série M			1,60	0,89		0,80		0,87		0,88	0,30
– Série N			1,59	0,88		0,79		0,86		0,55	—
– Série P			1,56	0,87		0,78		0,85		0,13	—
– Série Q			1,69	0,94		0,84		0,53		—	—
– Série R			1,53	0,85		0,77		—		—	—
– Série S			1,65	0,92		0,41		—		—	—
– Série T			1,81	1,01		0,23		—		—	—
– Série U			7.555	3.935		—		—		—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativa de US$0.01											
– Série 1	91,18	49,66			45,58		50,26		50,33		49,05
– Série 2 (resgatada Março 2005)											
– Série 3 (resgatada Dezembro 2005)	—	—			—		—		11,60		
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de €0,01	—	—			—		—		43,03		47.43 41,74
- Série 1 (resgatada Março 2005)											
Acções preferenciais não cumulativa de €0.01											
– Série Series 1	—	—	67,95	46,53	—	39,63	—	37,18	11,54	41,14	44.19 3,45
– Série 2			61,03	41,79		35,52		36,22		—	—
Acções preferenciais convertíveis não cumulativa de £0.01											
– Série 1	107,88	73,87			73,87		73,87		73,87		73,87

Dividendos ordinários

Os dividendos ordinários por acção dos anos anteriores indicados na tabela abaixo foram reformulados para ter em conta o efeito da emissão de acções de direitos de subscrição em Junho 2008 e emissão de capitalização 2008.

Valor por acção e Acções Depositárias Americanas (1)	2007 pence	2006 pence	2005 pence	2004 pence
Intercalar	8,5	6,8	5,4	4,7
Final (2)	19,3	18,5	14,8	11,5
Total de dividendos de acções de participação	27,8	25,3	20,2	16,2

Notas:
(1) Cada Acção Depositária Americana representa 20 acções ordinárias. Os valores históricos indicados na tabela aplicam-se às acções ordinárias, já que as Acções Depositárias Americanas só foram emitidas em Outubro 2007 como descrito acima em Mercado de Negociação.
(2) Dividendos finais para cada ano foram propostos no ano indicado e pagos no ano seguinte.

Em Setembro 2008, a Empresa emitiu novas acções ordinárias por meio de uma emissão de capitalização, em vez de pagar um dividendo intercalar.

Em Dezembro 2008, a empresa emitiu acções preferenciais não cumulativas de Série 2 de £1 cada para o Tesouro britânico, com uma condição anexa que nenhum dividendo será pago aos accionistas ordinários até estas acções preferenciais já não estiverem em emissão, salvo acordado de outro modo para o Tesouro britânico. A empresa alcançou um acordo com o Tesouro britânico para substitui as acções preferenciais não cumulativas Série 2 detidas pelo Tesouro britânico por novas acções ordinárias. No seguimento do resgate, a restrição sobre os dividendos das acções ordinárias será removida. No entanto, é intenção actual do Conselho de Administração não pagar quaisquer dividendos para 2009.

Para mais informações, ver Notas 7 e 8 das demonstrações.

Tributação dos titulares dos EUA

Segue-se um resumo de certas consequências fiscais nos EUA e no Reino Unido da aquisição, propriedade e alienação de acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADS que representam acções ordinárias (ADS ordinários), ADS que representam acções preferenciais não cumulativas em dólares (ADS preferenciais) ou PRO para um proprietário real que seja cidadão dos Estados Unidos ou residente nos Estados Unidos ou que de outro modo esta sujeito ao imposto sobre o rendimento nos EUA, numa base de rendimento liquido relativamente às acções ordinárias, às acções preferenciais não cumulativas em dólares, às ADS ordinárias, às ADS preferenciais ou PRO (um "titular dos EUA"). Este resumo parte do princípio de que um titular dos EUA detém acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS ordinárias, ADS preferenciais ou PRO, conforme aplicável, como activo em capital. Não se refere às consequências fiscais para um titular dos EUA (i) que resida (ou, no caso de um residente particular proprietário de títulos ordinários) no RU para efeitos fiscais no RU ou (ii) que seja, de um modo geral, uma empresa que, isoladamente ou em conjunto com uma ou mais empresas associadas, controle, directa ou indirectamente, 10% ou mais das acções com direito a voto da empresa.

As declarações e práticas abaixo enunciadas relativamente à legislação fiscal dos EUA e do RU, incluindo a convenção sobre dupla tributação EUA/RU relacionada com o rendimento e as mais-valias, que entrou em vigor em 31 de Março de 2003 (o Tratado) e a convenção sobre dupla tributação EUA/RU relacionada com o imposto sucessório e o imposto sobre doações (Tratado sobre o Imposto Sucessório), baseiam-se nas leis e práticas em vigor e aplicadas na data do presente Relatório. Este resumo não abrange de forma exaustiva todas as situações fiscais, pelo que os titulares são aconselhados a informarem-se eles próprios sobres as consequências fiscais, incluindo especificamente as consequências ao abrigo da legislação federal estatal, local e outras leis e possíveis alterações das leis fiscais, nos EUA, da aquisição, propriedade e alienação de acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS ordinários, ADS preferenciais ou PRO, junto dos seus consultores fiscais.

O texto seguinte parte do principio de que a empresa não é nem virá a ser uma empresa estrangeira de investimento passivo (PFIC) – ver "Consideração Sobre as Empresas Estrangeira de Investimentos Passivos" na página 295.

Acções ordinárias, acções, preferenciais, ADSs ordinários e ADSs preferenciais

Tributação dos dividendos

Para efeitos do Tratado, do Tratado sobre o Imposto Sucessório e do Internal Revenue Code dos EUA de 1986, revisto (o Código), os Titulares norte-americanos de ADS ordinários e ADS preferenciais devem ser tratados como proprietários de acções ordinárias e de acções preferenciais não cumulativas em dólares que estão subjacentes a essas ADS.

O Departamento do Tesouro do EUA expressou a preocupação de que as partes a quem os ADS são pré-atribuídos ou os intermediários na cadeia de propriedade entre titulares dos EUA e o emitente do título subjacente às ADS podem tomar medidas que sejam inconsistentes com as reivindicações de créditos fiscais estrangeiros para Titulares de ADS. Essas medidas também seriam inconsistentes com a reivindicação da redução da taxa de imposto aplicável aos dividendos recebidos por certos titulares não empresariais norte-americanos. Assim, a disponibilidade da redução da taxa de imposto para os dividendos recebidos por certos titulares não empresariais norte americanos de ADS ordinários pode ser afectada por medidas tomadas por essas partes ou intermediários.

A empresa não é obrigada a reter na fonte o imposto britânico sobre os pagamentos de dividendos que efectua ou de qualquer montante (incluindo montantes relacionados com dividendos acumulados) distribuídos pela empresa. Os titulares norte-americanos que não sejam residentes ou que não sejam habitualmente residentes no RU e não exerçam uma actividade, profissão ou vocação no RU através de uma sucursal, agência ou estabelecimento permanente em relação com o qual as suas acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADS ordinários ou ADS preferenciais são detidas, utilizadas ou adquiridas não estão sujeitos ao imposto britânico sobre quaisquer dividendos recebidos das respectivas acções ou ADS.

As distribuições efectuadas pela empresa constituirão rendimento de dividendos de fonte estrangeira para efeitos de tributação do rendimento nos EUA na medida da distribuição dos ganhos correntes ou cumulados e dos lucros da empresa, conforme determinado para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Como a empresa não mantém cálculos dos seus ganhos e lucros segundo os princípios do imposto federal sobre o rendimento nos EUA, é de esperar que as suas distribuições sejam consideradas pelos Titulares norte americanos como dividendos. Os pagamentos não serão elegíveis para a dedução aplicável aos dividendos recebidos que é permitida aos Titulares empresariais norte-americanos.

Sujeito as limitações aplicáveis que podem variar dependendo das circunstâncias individuais do titular, os dividendos pagos a certos titulares não empresariais norte-americanos em anos tributáveis com início antes de 1 de Janeiro de 2011 serão tributados a uma taxa de imposto máxima de 15%. Os Titulares não empresariais norte-americanos devem informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais se estão sujeitos a quaisquer regras especiais que limitem a sua capacidade para serem tributados a essa taxa favorável.

Os dividendos recebidos pelos titulares norte-americanos serão incluídos no seu rendimento na data em que esses titulares (ou no caso das ADS, o Depositário) os receba. O montante do rendimento do dividendo pago em libras esterlinas ou em euros será um montante em dólares dos EUA calculado por referência à respectiva taxa de câmbio em vigor na data do recibo independentemente de o pagamento ser de facto convertido em dólares dos EUA. Se o dividendo for convertido em dólares na data em que for recebido, o titular norte-americano não deve, de um modo geral, ser obrigado a reconhecer mais ou menos-valias relativamente ao rendimento do dividendo. Se o montante desse dividendo não for convertido em dólares na data em que for recebido, o titular norte-americano pode ter mais ou menos-valias cambiais.

Tributação das mais valias

Um titular norte-americano que não seja residente (ou no caso de um individuo normalmente residente) no RU não será normalmente obrigado a pagar o imposto, no RU, sobre mais-valias realizadas com a alienação de uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial a menos que, na altura da alienação, no caso de um titular empresarial norte americano, esse titular exerça uma actividade no RU através de um estabelecimento permanente ou, no caso de qualquer outro titular norte-americano, este exerça uma actividade, profissão ou vocação no RU através de uma sucursal ou agência no RU e essa acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares, ADS ordinária ou ADS preferencial é ou foi utilizada, detida ou adquirida por ou para efeitos dessa actividade (profissão ou vocação), estabelecimento permanente, sucursal ou agência. Aos indivíduos que são, temporariamente, não residentes ou normalmente residentes no RU aplicam-se regras especiais.

Um titular norte-americano, ao vender ou alienar de outro modo uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial, ou ao resgatar uma acção preferencial não cumulativa em dólares ou ADS preferenciais, geralmente reconhece mais ou menos-valias para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA (pressupondo que no caso de um resgate de uma acção preferencial não cumulativa em dólares ou uma ADS preferencial, esse titular norte-americano não possui nem se considera que possui quaisquer acções ordinárias ou ADS ordinárias da empresa) num montante igual à diferença entre o montante realizado (excluindo no caso de um resgate de qualquer montante tratado como dividendo para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA, que será tributado em conformidade) e a base fiscal do titular norte-americano nessa acção ou ADS. Esta mais ou menos-valia será uma mais ou menos-valia de capital a longo prazo se o titular norte-americano detinha a acção ou ADS assim vendida, alienada ou resgatada há mais de um ano.

Um titular norte-americano que seja obrigado a pagar imposto sobre mais-valias reconhecidas no RU e nos EUA sobre a alienação de uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial terá geralmente direito, dentro de certos limites, de creditar o imposto no RU por contrapartida do imposto federal sobre o rendimento dessa mais-valia.aplicável nos EUA

Se um titular empresarial norte-americano estiver sujeito ao imposto sobre as sociedades no RU em virtude de exercer uma profissão no RU através de um estabelecimento permanente e a sua acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares ou ADS for ou tiver sido utilizada, detida ou adquirida para efeitos desse estabelecimento permanente, certas disposições introduzidas pela Lei das Finanças (N.º 2) de 2005 aplicam-se se o titular norte-americano detiver a sua acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares ou ADS para "efeitos de evasão fiscal". Se estas disposições se aplicarem, os dividendos sobre a acção ordinária, a acção preferencial não cumulativa em dólares, a ADS ordinária ou a ADS preferencial, bem como certos créditos e débitos ao justo valor que surjam em relação com essa acção ou ADS, serão imputados ao imposto sobre o rendimento no RU e a situação fiscal no RU, descrita nos parágrafos anteriores não se aplica em relação a esse titular norte-americano.

Imposto sucessório e imposto sobre as doações

Sujeito à discussão do Tratado sobre o Imposto Sucessório no parágrafo seguinte, as acções ordinárias, as acções preferenciais não cumulativas em dólares, as ADS ordinárias ou as ADS preferenciais que um indivíduo detenha como proprietário real podem estar sujeitas ao imposto sucessório no RU (com isenções e reduções) por morte do individuo ou em certas circunstancias se essas acções ou ADS forem doadas (incluindo uma transferência a um preço inferior ao valor de mercado) por esse individuo. (O imposto sucessório não se aplica geralmente às doações a indivíduos feitas mais de 7 anos antes da morte do doador). As acções ordinárias, as acções preferenciais não cumulativas em dólares, as ADS ordinárias ou as ADS preferenciais detidas pelos administradores de uma liquidação também estão sujeitos ao imposto sucessório no RU. A essas liquidações aplicam-se regras especiais.

Uma acção ordinária, uma acção não preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial detida por um proprietário real cujo domicilio esta determinado como os Estados Unidos para efeitos do Tratado Sobre o Imposto Sucessório e que não é um cidadão do RU, não está sujeito ao imposto sucessório no RU por morte do individuo ou por transferência em vida dessa acção ou ADS, excepto em certos casos em que a acção ou ADS (i) está incluída numa liquidação (a menos que no momento da liquidação, o individuo que efectua a liquidação esteja domiciliado nos Estados Unidos e não seja um cidadão do RU); (ii) faz parte do património comercial de um estabelecimento permanente de uma empresa no RU; ou (iii) faz parte da base fixa de um indivíduo no RU utilizada para a prestação de serviços pessoais independentes. O Tratado sobre o Imposto Sucessório geralmente proporciona um crédito fiscal no fisco dos Estados Unidos, pelo valor de qualquer imposto pago no RU no caso de acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares, ADS ordinária ou ADS preferencial estar sujeita tanto ao imposto sucessório no RU como ao imposto federal sucessório e ao imposto sobre as doações pago no RU no caso de acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares, ADS ordinária ou ADS preferencial estar sujeita tanto ao imposto sucessório no RU como ao imposto federal sucessório e ao imposto sobre as doações.

Imposto de selo e Imposto de selo sobre acordos de transmissão de títulos transaccionáveis (SDRT) do Reino Unido

Segue-se um resumo das consequências, em termos de imposto de selo e SDRT no RU, da transferência de uma ADS ou um ADR sob a forma registada (que não para um depositário ao cancelar uma ADS) ou da transferência de uma acção ordinária ou de uma acção preferencial não cumulativa. A transferência de uma ADS ou um ADR registada, executada e detida nos Estados Unidos não está sujeita ao imposto de selo e um acordo de transferência de um ADR ou de uma ADS registada não está sujeita ao SDRT.

O imposto de selo ou SDRT será normalmente pago sobre ou relativamente a transferências de acções ordinárias ou acções preferenciais não cumulativas em dólares, por isso, qualquer titular que adquira ou tencione adquirir acções ordinárias ou acções preferenciais não cumulativas em dólares é aconselhado a informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais em relação ao imposto de selo e ao SDRT.

PRO

Estados Unidos

Os pagamentos de juros sobre um PRO (incluindo qualquer imposto de retenção no RU, explicitado abaixo) constituem rendimento sobre o dividendo de origem estrangeira para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA em função do dividendo recebido com base nos ganhos correntes ou acumulados e nos lucros da empresa, conforme determinado para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Os pagamentos não serão elegíveis para a dedução sobre os dividendos recebidos que é permitida aos titulares empresariais norte-americanos. Um titular norte-americano que tenha direito, ao abrigo do Tratado, ao reembolso do imposto no RU, se existir, retido sobre um pagamento não terá direito a exigir o crédito fiscal no estrangeiro relativamente a esse imposto.

Sujeito às limitações aplicáveis, que podem variar dependendo das circunstâncias individuais do titular, os dividendos pagos a certos titulares não empresariais norte-americanos em anos tributáveis com início antes de 1 de Janeiro de 2011, será tributado a uma taxa máxima de 15%. Os titulares não empresariais norte-americanos devem informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais se estão sujeitos a regras especiais que limitem a sua capacidade para serem tributados a esta taxa favorável.

Além disso, foram apresentados projectos de lei, tanto na Câmara dos Representantes como no Senado dos Estados Unidos que, se promulgadas, recusam as taxas de imposto favoráveis descritas no parágrafo anterior para os dividendos sobre certos títulos, incluindo títulos como os PRO, em que o emitente dos títulos tem direito a uma dedução ao abrigo das leis fiscais de um país estrangeiro relativamente a esse dividendo. A legislação proposta aplicar-se-ia a dividendos auferidos após a data da sua promulgação. Não é possível prever se a legislação proposta será promulgada, na sua forma actual ou outra. Os titulares não empresariais norte-americanos devem aconselhar-se com os seus consultores fiscais sobre a possível promulgação da legislação actualmente proposta e à respectiva aplicação nas suas circunstâncias específicas.

Um titular norte-americano, ao vender, permutar ou resgatar um PRO, reconhece geralmente mais ou menos-valias para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA (supondo que no caso de um resgate, esse titular norte-americano não possui nem se considera que possui acções ordinárias ou ADS ordinárias da empresa) num montante igual à diferença entre o montante realizado (excluindo qualquer montante relativo a um juro obrigatório e pagamentos omitidos que devem ser efectuados numa data de pagamento não cumprida e que seriam tratados como rendimento ordinário) e a matéria colectável do titular norte-americano no PRO.

Um titular norte-americano que esteja sujeito ao imposto, tanto no RU como nos EUA, sobre as mais valias reconhecidas com a alienação de PRO terá geralmente direito, mediante certas limitações, a creditar no imposto britânico o seu imposto sobre o rendimento federal nos EUA relativamente a essa mais valia.

Reino Unido

Tributação dos pagamentos relativos aos PRO

Os pagamentos relativos aos PRO constituirão juro e não dividendos para efeitos do imposto de retenção não britânico Contudo, os PRO constituem 'eurobonds cotados' na acepção da secção 987 da Lei do Imposto sobre o Rendimento de 2007 e, por conseguinte, os pagamentos de juros não estão sujeitos a retenção ou dedução para ou por conta da tributação no RU desde que os PRO permaneçam sempre cotados numa 'bolsa de valores reconhecida' nos termos da secção 1005 da Lei do Imposto sobre o Rendimento de 2007. Em todos os outros casos, será retido um montante por conta do imposto sobre o rendimento no RU à taxa de poupança (actualmente 20%) salvo orientações em contrário do HM Revenue & Customs ao abrigo do Tratado e exceptuando o facto de que a obrigação de retenção não se aplica relativamente aos pagamentos a pessoas que a empresa razoavelmente acredite estarem abrangidas pelo IRC ou inseridas em várias categorias que beneficiam do estatuto de imposto especial (incluindo instituições de beneficência e fundos de pensões), ou se trate de sociedades constituídas por
essas pessoas (salvo se o HM Revenue & Customs der instruções em contrário). Se o juro tiver sido pago com retenção do imposto no RU, os titulares norte-americanos podem ter direito a receber o imposto deduzido ao abrigo do Tratado.

Qualquer agente pagador ou outra pessoa ou através da qual o juro é pago ou por quem o juro é recebido em nome de um indivíduo, pode ser obrigada a dar informações em relação ao pagamento e ao indivíduo em causa ao HM Revenue & Customs. O HM Revenue & Customs pode comunicar esta informação às autoridades fiscais de outras jurisdições.

O HM Revenue & Customs confirmou, na altura da emissão dos PRO, que os pagamentos de juros não seriam tratados como distribuições para efeitos fiscais no RU em virtude (i) de o juro poder ser diferido nos termos da emissão; ou (ii) da natureza não datada dos PRO, desde que na altura em que o pagamento do juro é efectuado, os PRO não sejam detidos por uma empresa 'associada' ou por uma 'empresa financiada'. Uma empresa será associada da empresa se, em termos globais, fizer parte do mesmo Grupo que a empresa. Será uma empresa financiada 'para estes efeitos se existirem acordos segundo os quais a empresa seja faça parte de fundos (directa ou indirectamente) da empresa ou uma entidade associada à empresa. Neste aspecto, o HM Revenue & Customs confirmou que uma empresa com uma participação em PROs que casualmente possua instalações bancárias com qualquer empresa associada à empresa não será uma 'empresa financiada' em virtude dessas facilidades. O juro sobre os PRO constitui rendimento na fonte no RU para efeitos fiscais no RU e, como tal, pode estar sujeito ao imposto sobre rendimento por avaliação directa mesmo quando pago sem retenção. Contudo, o juro com fonte no RU recebido sem dedução ou retenção por conta do imposto no RU não estará sujeito ao imposto no RU se for propriedade de um titular norte-americano a menos que, no caso de um titular empresarial norte-americano, esse titular exerça uma profissão no RU através de um estabelecimento permanente no RU ou no caso de outros titulares norte-americanos, essas pessoas exerçam uma actividade, profissão ou vocação no RU através de uma sucursal ou agência no RU em relação à qual o juro é recebido ou à qual os PRO são detidos. Existem isenções para o juro recebido por certas categorias de agentes como alguns corretores e gestores de investimentos).

Directiva da UE relativa à tributação do rendimento de poupanças

A União Europeia adoptou uma directiva relativa à tributação de rendimentos de poupanças. A directiva exige que os Estados-Membros da União Europeia forneçam às autoridades fiscais dos outros Estados -Membros dados sobre os pagamentos de juros e outros rendimentos similares pagos por uma pessoa a um indivíduo ou a outras pessoas residentes noutro Estado-Membro, excepto se se tratar do Luxemburgo ou da Áustria, que podem, em vez disso, impor um sistema de retenção durante um período de transição a menos que durante esse período decidam de outro modo.

Alienação (incluindo resgate)

Uma alienação (incluindo resgate) de PRO por um titular não empresarial norte-americano não está sujeita a tributação de mais-valias, no RU, salvo se o titular norte-americano exercer uma profissão (que para este efeito inclui uma profissão ou vocação) no RU através de uma sucursal ou agência e os PRO forem ou tiverem sido detidos ou adquiridos para efeitos dessa actividade, sucursal ou agência.

A transferência de PRO para um titular norte-americano não está sujeita ao imposto britânico sobre os pagamentos de juros acrescidos mas não pagos, excepto se o titular norte-americano for um sujeito passivo não empresarial e a qualquer momento no ano da aplicação ou do período contabilístico exercer uma actividade no RU através de uma sucursal ou agência à qual os PRO são atribuíveis.

Impostos anuais

Os titulares empresariais norte-americanos de PRO podem estar sujeitos ao pagamento (ou isenção) de impostos anuais no RU em virtude de flutuações das taxas cambiais e lucros, ganhos e perdas resultantes dos PRO, mas apenas se esses titulares empresariais norte-americanos exercerem uma actividade, profissão ou vocação no RU através de um estabelecimento permanente no RU a que os PRO sejam atribuíveis.

Imposto sucessório

Em relação aos PRO detidos através de DTC (ou qualquer outro sistema de compensação), a situação em matéria de imposto sucessório britânico não é totalmente clara no que diz respeito a uma transferência vitalícia ou morte de um titular norte-americano que não esteja domiciliado nem seja considerado domiciliado no RU para efeitos do imposto sucessório; como se sabe, o HM Revenue & Customs considera que o *situs* de títulos detidos desta forma não é necessariamente determinado pelo local onde os títulos estão registados. Em circunstâncias apropriadas, pode haver lugar ao imposto sucessório britânico em resultado de uma transferência vitalícia por um valor inferior ao valor de mercado por esse titular norte-americano ou por morte dele. O imposto sucessório não é geralmente aplicável às doações a indivíduos efectuadas mais de dez anos antes da morte do doador. No entanto, a isenção de ou a redução dessa obrigação fiscal no RU pode estar disponível ao abrigo do Tratado Sobre o Imposto Sucessório (ver abaixo). Os titulares norte-americanos devem informar-se junto dos seus consultores profissionais em relação a essa possível obrigação.

Os PRO detidos a titulo de proprietário real por um indivíduo cujo domicilio esteja determinado como sendo os Estados Unidos para efeitos do Tratado Sobre o Imposto Sucessório e que não seja cidadão do RU não estão sujeitos ao imposto sucessório no RU por morte do indivíduo ou transferência vitalícia do PRO excepto em certos casos em que o PRO (i) faz parte de uma liquidação (a menos que, na altura da liquidação, o liquidatário esteja domiciliado nos Estados Unidos e não seja um cidadão do RU); (ii) faz parte do imóvel comercial de um estabelecimento permanente de uma empresa no RU; ou (iii) faz parte da base fixa no RU de um indivíduo utilizada para a prestação de serviços pessoais independentes. O Tratado Sobre o Imposto Sucessório geralmente permite um crédito sobre o Estado Federal dos EUA ou uma responsabilidade fiscal por doação pelo montante de qualquer imposto pago no RU no caso de o PRO estar sujeito ao imposto sucessório britânico e ao imposto federal sobre as doações nos EUA

Imposto de selo e SDRT

A emissão, transferência ou resgate dos PRO não está sujeito ao imposto de selo, SDRT ou imposto similar no RU.

Considerações sobre as empresas de investimento passivo estrangeiras (PFIC)

Uma empresa estrangeira será uma PFIC em qualquer ano tributável em que, após ter em conta o rendimento e o activo da empresa e certas subsidiárias de acordo com as "look-through rules", (i) pelo menos 75% do seu rendimento bruto é "rendimento passivo" ou (ii) pelo menos 50% do valor médio do seu activo é atribuível a activo que produz rendimento passivo ou é detido para a produção de rendimento passivo. A empresa não pensa ser uma PFIC no ano tributável de 2007. Embora o rendimento sobre o juro seja geralmente rendimento passivo, uma regra especial permite aos bancos tratar o seu rendimento da actividade bancária como não passivo. Para se qualificar para esta regra o banco deve cumprir certos requisitos em termos de licenças e actividades. A empresa está convicta de que neste momento cumpre esses requisites. Contudo, o estatuto possível da empresa como PFIC deve ser determinado anualmente e pode estar sujeito a alterações se a empresa não se qualificar ao abrigo desta regra especial em qualquer ano em que um titular norte-americano detenha acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS preferenciais ou PRO. Se a empresa fosse tratada como PFIC em qualquer ano durante o qual um titular norte-americano detivesse acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADS ordinárias, ADS preferenciais ou PRO, os titulares norte-americanos estariam normalmente sujeitos a consequências adversas em termos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Os titulares devem aconselhar-se com os seus próprios consultores fiscais quanto à potencial aplicação das regras PFIC à propriedade e alienação das acções ordinárias, das acções preferenciais não cumulativas em dólares, das ADS ordinárias, das ADS preferenciais ou dos PRO da empresa.

Controlos cambiais

A empresa foi informada de que presentemente não existem leis, decretos ou regulamentos britânicos que impeçam a importação ou exportação de capital, incluindo a disponibilidade de caixa ou equivalentes de caixa para utilização pelo Grupo ou a remessa de dividendos, juros ou outros pagamentos a proprietários de títulos da empresa não residentes no RU.

Não existem restrições, ao abrigo dos estatutos da empresa ou da legislação britânica presentemente em vigor, que restrinjam o direito de proprietários não residentes no Reino Unido deterem, ou, quando tiverem direito a voto, votarem livremente os títulos da empresa.

Estatutos

Os Estatutos da Empresa em vigor na data do presente relatório anual estão inscritos na Conservatória do Registo Comercial da Escócia. Foram revistos pela última vez em 23 de Abril de 2008 e apresentados à SEC.

Para uma descrição de certas disposições dos Estatutos da Empresa, ver a parte "Informação adicional – estatutos' do Relatório Anual da Empresa no formulário 20-F do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Constituição e registo

A empresa foi constituída e registada na Escócia ao abrigo da Lei das Sociedades de 1948, como empresa por quotas, desde 25 de Março de 1968 sob a denominação National and Comercial Banking Group Limited. Em 10 de Março de 1982 mudou de denominação para a actual e foi registada ao abrigo da Leis das Sociedades de 1948 a 1980 como empresa pública de responsabilidade limitada. Está registada sob o número SC 45551.

Código de ética

Conforme referido na página 149, o Grupo adoptou um código de conduta que se aplica a todos os seus colaboradores e que pode ser disponibilizado a qualquer pessoa gratuitamente, a pedido, contactando o Secretariado do Grupo para o número de telefone indicado na página 296.

Endereços importantes

Perguntas dos accionistas

Secretariado
Computershare Investor Serviços PLC
The Pavilions
Bridgwater Road
Bristol BS99 6ZZ
Telefone: 0870 702 0135
Fax: 0870 703 6009
Email: web.queries@computershare.co.RU

ADR Depositary Bank
ADR Depositary Bank
BNY Mellon Shareowner Services
PO Box 358516
Pittsburgh, PA 15252-8516
Telefone: 866 241 9317 (Estados Unidos)
Telefone: 201 680 6825 (Internacional)
Email: shrrelations@bnymellon.com

Secretariado do Grupo
The Royal Bank of Scotland Group plc
PO Box 1000
Business House F
Gogarburn
Edinburgh EH12 1HQ
Telefone: 0131 556 8555
Fax: 0131 626 3081

Relações com os Investidores
280 Bishopsgate
London EC2M 4RB
Telefone: +44 0207 672 1758
Fax: +44 (0)207 672 1801
Email: investor.relations@rbsir.com

Sede social
36 St Andrew Square
Edinburgh EH2 2YB
Telefone: 0131 556 8555
Registado na Escócia sob o Nº 45551

Sítio Web
www.rbs.com

Estabelecimentos principais

The Royal Bank of Scotland Group plc
PO Box 1000 Gogarburn Edinburgh EH12 1HQ
Telefone: 0131 626 0000

The Royal Bank of Scotland plc
PO Box 1000 Gogarburn Edinburgh EH12 1HQ
280 Bishopsgate London EC2M 4RB

National Westminster Bank Plc
135 Bishopsgate London EC2M 3UR

Citizens
Citizens Financial Grupo, Inc.
One Citizens Plaza Providence Rhode Island 02903 USA

Ulster Bank
11-16 Donegall Square East Belfast BT1 5UB
George's Quay Dublin 2

RBS Insurance
Direct Line House 3 Edridge Road Croydon Surrey CR9 1AG
Churchill Court Westmoreland Road Bromley BR1 1DP

RBS Greenwich Capital
600 Steamboat Road
Greenwich Connecticut 06830 USA

Coutts Group
440 Strand London WC2R 0QS

The Royal Bank of Sctoland International Limited
Royal Bank House 71 Bath Street
St Helier Jersey Channel Islands JE4 8PJ

NatWest Offshore
23/25 Broad Street
St Helier Jersey Channel Islands JE4 8QJ

ABN AMRO Holding N.V.
Gustav Mahlerlaan 10
1082 PP Amesterdão Holanda

Publicado pelo The Royal Bank of Scotland Group plc
Concepção de Addison www.addison.co.uk
Impresso por St Ives Westerham Press

Este relatório foi impresso em papel ERA Silk. Este papel foi certificado de modo independente como satisfazendo as normas do Forest Stewardship Council (FSC) e foi fabricado numa fábrica com certificação ISO14001 e normas ambientais EMAS..
Por favor, retire a capa deste relatório se o reciclar. Ela tem um laminado de protecção para prolongar a sua duração e estamos à espera de alternativas recicláveis que a indústria tipográfica está a desenvolver com urgência.

The Royal Bank of Scotland Group plc
Sede do Grupo
PO Box 1000
Gogarburn
Edinburgh
EH12 1HQ

RBS